

RELATÓRIO
DA COMISSÃO
MUNICIPAL DA
VERDADE

VLADIMIR HERZOG
2013/2014



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

RELATÓRIO
DA **COMISSÃO**
MUNICIPAL DA
VERDADE

VLADIMIR HERZOG
2013/2014



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

RELATÓRIO
DA **COMISSÃO**
MUNICIPAL DA
VERDADE

VLADIMIR HERZOG
2013/2014



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

MESA DIRETORA 2013

Presidente: José Américo - PT

1º Vice: Marco Aurélio Cunha - PSD

2º Vice: Aurélio Miguel - PR

1º Secretário: Claudinho de Souza - PSDB

2º Secretário: Adilson Amadeu - PTB

1º Suplente: Gilson Barreto - PSDB

2º Suplente: Dalton Silvano - PV

VEREADORES 2013

Abou Anni - PV

Adilson Amadeu - PTB

Alessandro Guedes - PT

Alfredinho - PT

Andréa Matarazzo - PSDB

Antonio Carlos Rodrigues - PR

Antonio Donato - PT

Ari Friedenbach - PPS

Arselino Tatto - PT

Atílio Francisco - PRB

Aurélio Miguel - PR

Aurélio Nomura - PSDB

Celso Jatene - PTB

Claudinho de Souza - PSDB

Conte Lopes - PTB

Coronel Camilo - PSD

Coronel Telhada - PSDB

Dalton Silvano - PV

David Soares - PSD

Edir Sales - PSD

Eduardo Tuma - PSDB

Eliseu Gabriel - PSB

Florian Pesaro - PSDB

George Hato - PMDB

Gilson Barreto - PSDB
Goulart - PSD
Jair Tatto - PT
Jean Madeira - PRB
José Américo - PT
José Police Neto - PSD
Juliana Cardoso - PT
Laércio Benko - PHS
Marco Aurélio Cunha - PSD
Mário Covas Neto - PSDB
Marquito - PTB
Marta Costa - PSD
Milton Leite - DEMOCRATAS
Nabil Bonduki - PT
Natalini - PV
Nelo Rodolfo - PMDB
Netinho de Paula - PC do B
Noemi Nonato - PSB
Orlando Silva - PC do B
Ota - PSB
Patrícia Bezerra - PSDB
Paulo Fiorilo - PT
Paulo Frange - PTB
Pr. Edemilson Chaves - PP
Reis - PT
Ricardo Nunes - PMDB
Ricardo Teixeira - PV
Ricardo Young - PPS
Roberto Tripoli - PV
Rubens Calvo - PMDB
Sandra Tadeu - DEMOCRATAS
Senival Moura - PT
Souza Santos - PSD
Toninho Paiva - PR
Toninho Vespoli - PSOL

Vavá - PT

Wadih Mutran - PP

MESA DIRETORA 2014

Presidente: José Américo - PT

1º Vice: Marta Costa - PSD

2º Vice: George Hato - PMDB

1º Secretário: Claudinho de Souza - PSDB

2º Secretário: Conte Lopes - PTB

1º Suplente: Gilson Barreto - PSDB

2º Suplente: Dalton Silvano - PV

VEREADORES 2014

Abou Anni - PV

Adilson Amadeu - PTB

Alfredinho - PT

Andréa Matarazzo - PSDB

Antonio Carlos Rodrigues - PR

Antonio Donato - PT

Aparecido Sidney de Oliveira - PV

Ari Friedenbach - PPS

Arselino Tatto - PT

Atílio Francisco - PRB

Aurélio Miguel - PR

Aurélio Nomura - PSDB

Claudinho de Souza - PSDB

Conte Lopes - PTB

Coronel Camilo - PSD

Coronel Telhada - PSDB

Dalton Silvano - PV

David Soares - PSD

Edir Sales - PSD

Eduardo Tuma - PSDB

Eliseu Gabriel - PSB

Floriano Pesaro - PSDB
George Hato - PMDB
Gilson Barreto - PSDB
Goulart - PSD
Jair Tatto - PT
Jean Madeira - PRB
José Américo - PT
José Police Neto - PSD
Juliana Cardoso - PT
Laércio Benko - PHS
Marco Aurélio Cunha - PSD
Marcos Belizário - PV
Mário Covas Neto - PSDB
Marquito - PTB
Marta Costa - PSD
Milton Leite - DEMOCRATAS
Nabil Bonduki - PT
Natalini - PV
Nelo Rodolfo - PMDB
Netinho de Paula - PC do B
Noemi Nonato - PSB
Orlando Silva - PC do B
Ota - PSB
Patrícia Bezerra - PSDB
Paulo Fiorilo - PT
Paulo Frange - PTB
Pr. Edemilson Chaves - PP
Reis - PT
Ricardo Nunes - PMDB
Ricardo Teixeira - PV
Ricardo Young - PPS
Roberto Tripoli - PV
Rubens Calvo - PMDB
Sandra Tadeu - DEMOCRATAS
Senival Moura - PT

Souza Santos - PSD
Toninho Paiva - PR
Toninho Vespoli - PSOL
Vavá - PT
Wadih Mutran - PP

MESA DIRETORA 2015

Presidente: Antonio Donato - PT
1º Vice: Edir Sales - PSD
2º Vice: Toninho Paiva - PR
1º Secretário: Aurélio Nomura - PSDB
2º Secretário: Paulo Frange - PTB
1º Suplente: Eduardo Tuma - PSDB
2º Suplente: Noemi Nonato - PSB

VEREADORES 2015

Abou Anni - PV
Adilson Amadeu - PTB
Adolfo Quintas - PSDB
Alessandro Guedes - PT
Alfredinho - PT
Andréa Matarazzo - PSDB
Anibal de Freitas Filho - PSDB
Antonio Donato - PT
Aparecido Sidney de Oliveira - PV
Ari Friedenbach - PPS
Arselino Tatto - PT
Atílio Francisco - PRB
Aurélio Miguel - PR
Aurélio Nomura - PSDB
Claudinho de Souza - PSDB
Cláudio Fonseca - PPS
Conte Lopes - PTB

Coronel Camilo - PSD
Coronel Telhada - PSDB
Dalton Silvano - PV
David Soares - PSD
Edir Sales - PSD
Eduardo Tuma - PSDB
Eliseu Gabriel - PSB
George Hato - PMDB
Gilson Barreto - PSDB
Goulart - PSD
Jair Tatto - PT
Jonas Camisa Nova - DEMOCRATAS
José Américo - PT
José Police Neto - PSD
Juliana Cardoso - PT
Laércio Benko - PHS
Marco Aurélio Cunha - PSD
Marcos Belizário - PV
Mário Covas Neto - PSDB
Marquito - PTB
Marta Costa - PSD
Milton Leite - DEMOCRATAS
Nabil Bonduki - PT
Natalini - PV
Nelo Rodolfo - PMDB
Netinho de Paula - PC do B
Noemi Nonato - PSB
Ota - PSB
Patrícia Bezerra - PSDB
Paulo Fiorilo - PT
Paulo Frange - PTB
Pr. Edemilson Chaves - PP
Quito Formiga - PR
Reis - PT
Ricardo Nunes - PMDB

Ricardo Teixeira - PV
Ricardo Young - PPS
Roberto Tripoli - PV
Rodolfo Despachante - PHS
Rubens Calvo - PMDB
Salomão Pereira - PSDB
Sandra Tadeu - DEMOCRATAS
Senival Moura - PT
Souza Santos - PSD
Toninho Paiva - PR
Toninho Vespoli - PSOL
Ushitaro Kamia - PSD
Valdecir Cabrabom - PTB
Vavá - PT
Wadih Mutran - PP

RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE VLADIMIR HERZOG 2013/2014 COMISSÃO

GILBERTO NATALINI

PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL VLADIMIR HERZOG

JULIANA CARDOSO

VICE-PRESIDENTE

MARIO COVAS NETO

RELATOR

RICARDO YOUNG

RUBENS CALVO

LAERCIO BENKO

JOSÉ POLICE NETO

TONINHO VESPOLI

VEREADORES



Relatório da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog 2013-2014

Autor

Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog 2013-2014

Planejamento, projeto e produção gráfica

Diretoria de Comunicação Externa – Câmara Municipal de São Paulo

Assessor-chefe

Ivo Patarra

Coordenação Editorial

Judith Patarra

Assessores - Ruth Marulli, Leonardo Oliveira Castelo Branco, Leticia Naliagaca Stoloichi, Roberta Rosa, Marcelino Atanes Neto, Maria Aparecida Alves da Silva, João Santo e Nilson Alves dos Santos

Procuradoria da Câmara Municipal

Procuradora-Chefe [2015]: Dra. Andrea Rascovski Ickowicz

[2014] Paulo Augusto Baccarin | Andreia Ieda Maria Ferreira Pires | Luciana de Fátima da Silva

Consultoria Técnica Legislativa - Allan Rodrigues Dias | Juliana Trufino

Secretaria (SGP 13) - Alfredo de Campos Adorno | Helena Grotkowsky

Revisão final

Ivo Patarra

Luzes no passado

É com satisfação que apresentamos o relatório final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, documento que registra o trabalho do comitê que funcionou na Câmara Municipal de São Paulo com o objetivo de apurar crimes políticos e violações aos direitos humanos ocorridos em nossa cidade no período da ditadura militar (1964-1985).

O grupo de vereadores da atual legislatura dedicou-se a ouvir relatos de vítimas e agentes da ditadura, pesquisar documentos e participar de audiências externas com o propósito de esclarecer fatos, dolorosos e marcantes, da história recente do Brasil e que ressoam ainda hoje.

Um trabalho minucioso e sem qualquer viés partidário. O compromisso que norteou a ação dos sete vereadores foi o de esclarecer os fatos.

Mesmo tendo foco no que aconteceu na capital paulista na época do regime de exceção, a comissão se debruçou sobre questões nacionais, caso da apuração sobre fatos ainda nebulosos envolvendo a morte do ex-presidente Juscelino Kubistchek em acidente de automóvel em agosto de 1976, no Rio de Janeiro.

Com este trabalho, a Câmara de Vereadores paulistana deu grande contribuição para clarear fatos de um período em que a vontade popular, democraticamente expressa nas urnas na eleição presidencial de 1960, foi arbitrariamente suprimida através de um golpe militar que deu início a um regime autoritário. Regime este que tinha como método de governo a intimidação, a repressão e a violência contra todos aqueles que ousassem levantar suas vozes para questionar os rumos impostos à nação brasileira.

Parabéns aos membros da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Com seu trabalho engrandeceram o papel desta legislatura, ao jogar luz sobre as sombras do passado. Contribuíram assim para que essas sombras não se sobreponham, jamais, sobre o brilho que o povo brasileiro, na sua trajetória democrática, constrói a cada dia.

Vereador Antonio Donato

Presidente

Liberdade e Democracia

Estado de Direito, justiça social, direitos humanos, liberdade e democracia são valores fundamentais da sociedade. Procuramos praticá-los. A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog tratou de jogar luz no passado recente, para jamais voltarmos a repeti-lo. Ao conhecermos a História e cultuarmos a memória, ajudamos a forjar um futuro melhor.

Durante quase dois anos, tomamos na Câmara Municipal de São Paulo dezenas de depoimentos e nos debruçamos sobre episódios que marcaram um dos períodos mais conturbados da vida nacional, o da ditadura militar que bloqueou a democracia e impôs um regime de exceção por mais de 20 anos – com ausência de liberdade de manifestação, eleições livres e respeito à cidadania.

Ouvimos agentes e colaboradores da repressão – arrependidos ou não. Demos voz àqueles que foram perseguidos e torturados nas prisões – sem quaisquer direitos. Iluminamos acontecimentos sensíveis – como o suborno ao general que ajudou a desferir o golpe militar.

Investigamos a morte de Juscelino Kubitschek e trouxemos evidências de que o ex-presidente foi vítima de um atentado político. Aqui, apresentamos um relatório com 114 itens questionando a versão oficial de que JK morreu em acidente de trânsito.

Em depoimentos, testemunhas relataram detalhes do assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Fomos à periferia homenagear a memória do metalúrgico Santo Dias da Silva, outro brasileiro digno morto durante o regime dos generais.

Nossos trabalhos não poderiam deixar de desagrar representantes do povo paulistano cassados por práticas ditatoriais. Devolvemos simbolicamente os mandatos de todos os vereadores que perderam os direitos políticos em São Paulo.

Concluimos nossa missão conscientes dos imensos desafios que estão diante da população brasileira. Temos a certeza, contudo, de que os enfrentaremos em melhores condições – pois somos livres, respiramos democracia e não abrimos mão da liberdade.

Vereador Gilberto Natalini
Presidente da Comissão
Municipal da Verdade
Vladimir Herzog

Reescrevendo a história

Com grande satisfação assumi a responsabilidade de ser relator da 2ª fase da Comissão da Verdade Vladimir Herzog, da Câmara Municipal de São Paulo.

Em quase dois anos de atividades, nós, membros do colegiado, ouvimos uma série de depoimentos. De pessoas favoráveis e contrárias ao regime imposto ao Brasil por quase 20 anos, e de torturados - vítimas de uma época que não desejamos jamais retornar, a torturadores, todos tiveram espaço para se manifestar.

Das investigações surgidas a partir desses testemunhos, destaco a que reuniu 114 indícios e atestou não como um acidente, mas sim um atentado bem sucedido a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Com isso, a Comissão da Verdade Vladimir Herzog permitiu que uma passagem da história brasileira fosse reescrita, e esta, a meu ver, foi sua maior contribuição.

Acho importante sublinhar que durante toda a condução dos trabalhos da Comissão da Verdade, o colegiado não adotou um viés ideológico com a intenção de apontar mocinhos ou bandidos. Houve sim um objetivo de clarear os acontecimentos do país em uma época marcada pela censura à imprensa, falta de liberdade de expressão e cerceamento dos cidadãos no acesso a informações.

Vivi a ditadura de perto. Meu pai, Mario Covas, então líder de oposição, foi cassado pelo AI-5 e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. Voltar os olhos ao passado não foi uma tarefa fácil, mas imprescindível para esclarecer um período que por tantos anos permaneceu obscuro.

Finalmente, parablenho meus colegas Gilberto Natalini, José Police Neto, Juliana Cardoso, Laércio Benko, Ricardo Young e Rubens Calvo, demais membros da comissão, por todo empenho em fazer desta um marco na história desta casa.

Vereador Mario Covas Neto
Relator da Comissão da
Verdade Vladimir Herzog

Índice Geral

I - Abertura

Um sumário do que se tratou na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog

II - Acidentes Forjados

Várias modalidades de assassinatos, segundo Cláudio Antonio Guerra

III - O Irresistível Poder da Corrupção

O coronel Erimá Moreira flagrou as seis maletas de dólares que compraram Amaury Kruel

IV - Sargento Darcy Rodrigues

O amigo Carlos Lamarca, o roubo do cofre do Adhemar e as estacas no Vale do Ribeira

V - Atendado à Esperança

114 indícios que mostram claramente a armação contra a vida de Juscelino Kubitschek

VI - Somos Todos Vlado

Depoimento do fotógrafo Silvaldo Leung Vieira que registrou a cena montada de suicídio. O papel dos religiosos. A sordidez dos caçadores de bruxas: José Maria Marin, Cláudio Marques *et caterva*

VII - A Teia do Monstro

Cadeias de comando e financiamento. A 4ª força armada. Depoimento de Emílio Ivo Ulrich. Estranhos prazeres

VIII - Prisioneiras da Sombra

Depoimentos de Rita Sipahi, Lenira Machado, Sarita D'Ávila Mello. Dirceu Gravina, torturador, foge depois de chegar à calçada do prédio da Câmara

IX - O Rosto do Imponderável

Depoimento de Laerte Aparecido Calandra à Comissão Nacional da Verdade. Resumo dos crimes do torturador

X - Intimidar, um Poder Especial

Depoimento de Antônio Delfim Netto. Os princípios da Constituição de 1988

XI - Tempos de Intriga

Depoimento de Paulo Egydio Martins. Relato da procuradora Luiza Nagib Eluf que viveu a invasão da Pontifícia Universidade Católica pelo coronel Erasmo Dias

XII - Maria Antônia, Violentada

Depoimento do coronel Vicente Sylvestre, que se recusou a invadir a Faculdade de Filosofia e sofreu as consequências

XIII - O Dia da Mentira

O golpe vivido por dois dirigentes da UNE, Duarte Pereira e José Serra. A Canção do Subdesenvolvimento

XIV - Cavaleiros Trabalhistas

Memórias dos advogados José Carlos Arouca e Henrique Buzzoni. Carta aos Brasileiros, do professor doutor Gofreddo Telles Júnior

XV - O Despejo dos Corpos Nus

As valas de indigentes. O encontro de desaparecidos. Depoimentos de Carlos Eduardo Giosa e de Rui Barbosa Alencar. Tereza Lajolo sobre o crematório de Perus

XVI - O Peso dos Olhares

Depoimento do sobrevivente Carlos Eugênio Coêlho Paz

XVII - As Bombas da Covardia

A destruição da imprensa alternativa por atentados terroristas. A explosão frustrada no Riocentro

XVIII - Resistência em M'Boi Mirim

O assassinato de Santo Dias da Silva. A força da igreja. Falam testemunhas e amigos

XIX - Jango, a Quem a Névoa Encobre

Depoimento de João Vicente Goulart sobre a morte do pai e o esforço da família para seguir os últimos passos do presidente João Goulart

XX - Dia de Festa

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog devolve simbolicamente os mandatos de 42 vereadores aos vivos e aos familiares dos já falecidos. Um dia de festa

XXI - A Verdade Exige Mais

Recomendações da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog

Anexos



Foto: Fábio Jr Lazzari/ CMSP

A LARGADA

Da esquerda para a direita: Mario Covas Neto, deputado Adriano Diogo, da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, Gilberto Natalini, o visitante Anivaldo Padilha, Juliana Cardoso, José Police Neto e Laércio Benko

CAPÍTULO I

Abertura

“Em memória dos que morreram e advertência aos vivos.”

Existem desgraças na história de um país que permanecem como dolorosos entraves à democracia. Geram ressentimentos, sensação de impunidade e injustiça, culpas, segredos, vergonhas, prepotências. Só se supera o trauma com testemunhos, documentos, livros de historiadores, análises ao longo do tempo. E leituras no domínio das artes.

Esse é o caso do golpe militar de 1964, desgraça que condenou o Brasil a uma ditadura de 21 anos, terminada em 1985. Anos de retrocesso, vidas perdidas, terror de estado. Corrupção, desmandos, descabro. Os jovens de hoje têm dificuldade em avaliar o medo que calava as pessoas sequiosas de liberdade: a censura à imprensa, às artes, a violência daqueles anos de chumbo. Todos estavam sujeitos à sanha dos que atuavam nos covis da repressão. O melhor a fazer para proteger-se era manter o silêncio, anular-se, partir para o exílio. Poucos tiveram a coragem e o espírito público de não se submeter.

Para investigar as violações do Estado aos direitos humanos entre 1946 e 1988, com foco principal nos desaparecidos políticos a partir de 1964, visando abrir caminho aos fatos e à reconciliação, instalou-se a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em Brasília, no dia 16 de maio de 2012¹. Seguiram-se iniciativas com o mesmo objetivo em diversos estados, municípios, sindicatos e associações.

Em São Paulo, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog (CMVVH) deu início aos seus trabalhos na legislatura de 2008 – 2012² e atuou de maio a dezembro de 2012. A atividade prosseguiu na atual legislatura, de 2012 – 2016; a CMVVH reuniu-se de março de 2013 a dezembro de 2014.

Teve em mente esclarecer crimes, abraçar a memória dos que sofreram, advertir militares e civis contra reincidências. Na Alemanha de hoje é comum encontrar ruínas propositadamente conservadas ou esculturas que remetem aos infernos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Lê-se nas placas alusivas: em memória dos que se foram e advertência aos vivos.

O presente relatório é um resumo encadeado do que ocorreu durante a vigência da Comissão. Todos os documentos e oitivas, na íntegra, encontram-se nos arquivos da Câmara Municipal de São Paulo, abertos para consultas e pesquisas.

Central no foco da CMVVH foi a extensa investigação sobre o impacto que matou o ex-presidente **Juscelino Kubitschek**³ e seu motorista Geraldo Ribeiro, na Rodovia

Presidente Dutra, no dia 22 de agosto de 1976. O automóvel subitamente cruzou a estrada em zigue-zague para a esquerda, à frente de um ônibus da Viação Cometa. Atravessou o canteiro central da pista e bateu em cheio contra uma carreta que vinha no sentido contrário, Rio – São Paulo.

O acidente concentrou vários crimes usuais da ditadura: associação para o crime, assassinatos com técnicas variadas, inclusive envenenamentos, desastres forjados. Ao assumir a presidência da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, o vereador Gilberto Natalini de imediato propôs investigar a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, na estranha e precariamente explicada ocorrência. Para tanto, a CMVVH apresentou uma lista inédita de 114 circunstâncias, evidências e indícios que clamam por uma reavaliação do acidente (capítulo V).



Foto: Mainz-Heinz-Henrich

Na ruína da igreja tombada de S. Cristóvão, bombardeada durante a II Guerra, lê-se a epígrafe acima. Em Mainz, Alemanha. Nela foi batizado Johannes Gutenberg (ca. 1398-1468), inventor da prensa móvel.

Vereadores integrantes da Comissão da Verdade

Instalada no dia 26 de março de 2013, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de São Paulo, compôs-se dos vereadores Gilberto Natalini (PV), presidente, Juliana Cardoso (PT), vice-presidente, Mario Covas Neto (PSDB), relator, Laércio Benko (PHS), Rubens Calvo (PMDB), Ricardo Young (PPS), José Police Neto (PSD). Police foi substituído por Toninho Vespoli (PSOL).

O matador de elite

Outra iniciativa marcante foi ouvir, em maio de 2013, no Espírito Santo, o delegado de polícia Cláudio Antonio Guerra, um dos matadores que integravam a Irmandade

– segundo o depoente, militares e policiais especializados em torturas, falsos acidentes e desaparecimento de corpos durante a ditadura militar. O depoimento do delegado expõe a covardia e a cruel desumanidade do aparelho de repressão. No que cabia a ele, atirador de elite, especializara-se em abater alvos selecionados. Treinava no Clube Tietê, em São Paulo. Guerra expõe parte do que vivenciou no livro **Memória de uma Guerra Suja**⁴. A esse respeito o vereador Ricardo Young manifestou preocupação com os riscos e a segurança, tanto dos personagens que participaram da repressão e compareceram à CMVVH, quanto dos que os ouviriam. Pois a vida do outro, para a Irmandade, era zero (capítulo II).

Fotógrafo do terror

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, dor indelével que traz presente um número ainda ignorado de mortos sob a custódia do Estado durante o regime militar, levou a CMVVH a convidar o fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, que reside nos Estados Unidos, para depor em São Paulo. Lembramos que em outubro de 1975 esse profissional foi chamado ao **DOI-CODI**⁵ para fotografar a montagem de suicídio construída pelos que torturaram Herzog até a morte. A Comissão acompanhou-o às dependências do antigo centro de tortura, com o objetivo de prestar um tributo ao jornalista e a todos os que ali foram supliciados. Silvaldo Leung Vieira expôs em seu depoimento as emoções que viveu na condição de instrumento dos **torcionários**⁶ (capítulo VI).

Em homenagem aos que passaram pelas câmaras de tortura e as celas do antigo DOI-CODI, a CMVVH oficiou ao governador de São Paulo, em 23 de setembro de 2013, uma solicitação: instalar um memorial aos presos e desaparecidos políticos no endereço em que ficavam os aparelhos da Operação Bandeirante (OBAN) e posteriormente o DOI-CODI, na Rua Tutoia, distrito de Vila Mariana (*zona sul de São Paulo*). Hoje funciona ali uma delegacia, o 36º Distrito Policial. Deu-se andamento, assim, a uma solicitação da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

No ofício ao governador, a CMVVH justificou a medida: a construção do memorial simbolizará a vitória da liberdade sobre o regime de exceção. Representará o repúdio da sociedade brasileira aos métodos e ações covardes perpetrados pelos governos de exceção. Acentuará a rejeição a um período histórico que não queremos de volta e, por isso, não podemos esquecer. Terá o sentido, como salientou Antônio Funari Filho, presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, de “romper com o pacto de silêncio e de impunidade que acompanha a história política de nosso país.”

A coragem de um juiz

Depois de levar a família para o interior a fim de mantê-la em segurança, um juiz de

coragem, Dr. Márcio José de Moraes, arrostou a pressão do governo militar e proferiu uma decisão histórica: deu ganho de causa ao processo que a viúva de Vladimir Herzog, Clarice Herzog, moveu contra a União. Extraordinária em bravura, Clarice e seus filhos Ivo e André, menores que representava, responsabilizara a União pela prisão arbitrária, torturas e morte do marido, Vladimir Herzog, pai dos menores. Esta Comissão da Verdade, cujo nome homenageia o jornalista, sentiu-se revigorada pela honra de homenagear o desembargador aposentado Dr. Márcio José de Moraes e receber seu irmão, o historiador e professor Dr. Mário Sérgio de Moraes, cuja tese de doutoramento pela USP foi “*Endereços da Cidadania, o Caso Herzog*”.

A morte de Herzog e em seguida a do operário Manuel Fiel Filho no DOI-CODI, em 16 de janeiro de 1976, também “por enforcamento”, levaram o general presidente Ernesto Geisel, finalmente, e após proteger-se o bastante com o remanejamento de comandantes, a substituir o responsável pelo II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, no dia 19 de janeiro de 1976². Os assassinatos de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho são parte da história do Brasil. Encontram-se inscritos nela. Significarão sempre luto e responsabilidade, geração após geração, de nunca descuidar da democracia, da liberdade e de manter viva a memória. Não esquecer. Abominar o autoritarismo e as ditaduras.

A corrupção de Kruel

Um dos testemunhos de grande impacto à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, realizado em 14 de fevereiro de 2014, foi o do coronel reformado Erimá Pinheiro Moreira, de 89 anos (faleceu em abril de 2015). No dia 31 de março de 1964, o então major farmacêutico presenciou a chegada de seis maletas contendo US\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil dólares) para o general Amaury Kruel, comandante do II Exército. Era o preço de sua adesão ao golpe. Guiados por Raphael de Souza Noschese, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), três homens chegaram ao laboratório de Erimá, onde já se encontrava Kruel. Cada um trazia duas maletas. O major farmacêutico exigiu a abertura das seis, pois podiam conter artefatos que ameaçassem o general. Graças ao seu depoimento sabe-se que a traição do general Amaury Kruel, que apoiava o governo legítimo de João Goulart, não teve causa ideológica como se propagou, mas um suborno. Sua passagem para o lado dos militares e civis golpistas foi decisiva na queda do presidente João Goulart e na instauração do regime militar de exceção. Lê-se o depoimento no capítulo III.

O assassinato do presidente

Em 1996, antes da prescrição do caso, o secretário e amigo de Juscelino Kubitschek

de Oliveira, Serafim Jardim, e o advogado Paulo Castelo Branco, obtiveram a reabertura da investigação relativa ao acidente que matou o ex-presidente. Ambos depuseram na CMVVH. O advogado fundamentara o pedido na estranha troca de peritos após a primeira avaliação técnica, logo depois do acidente. Quanto ao promotor, em um próximo passo inusitado, mandara extrair as fotos do inquérito, alegando preservação da imagem do presidente. A esse respeito Serafim Jardim cita o Código 12 em seu depoimento. Assim a repressão denominaria as operações para assassinar inimigos do regime. Exemplos das modalidades preferidas de “acidentes” para eliminar pessoas se encontram no capítulo II.

A viagem de Juscelino Kubitschek com o seu motorista Geraldo Ribeiro, num carro Chevrolet Opala, iniciada em São Paulo rumo ao Rio, interrompeu-se com uma parada no Hotel Fazenda Villa-Forte, no distrito de Engenheiro Passos, município de Resende (RJ). O hotel era propriedade do brigadeiro do ar Newton Junqueira Villa-Forte, um dos organizadores do Serviço Secreto da Aeronáutica e colaborador do general Golbery do Couto e Silva, o criador do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O motorista do ônibus da Viação Cometa, Josias Nunes Oliveira, escolhido como bode expiatório, foi acusado de bater o ônibus no Opala e causar o acidente que matou Juscelino Kubitschek e seu motorista Geraldo Ribeiro. Nove passageiros do ônibus prestaram declarações no inquérito instaurado a seguir. Todos negaram a batida.

Também usaram como prova contra Josias a tinta no para-choque do ônibus, semelhante à do Opala. Mas a tinta provinha da manilha na qual os ônibus raspavam, em uma estreita passagem da antiga rodoviária de São Paulo. Via-se a mesma tinta em vários ônibus da companhia, sempre nos para-choques.

Josias e o advogado Paulo Oliver, passageiro, que a tudo assistiu de uma posição privilegiada no ônibus, depuseram na CMVVH. Foram taxativos: o ônibus não bateu no carro. No entanto, com base no inquérito, Josias Nunes de Oliveira foi levado a julgamento sob a acusação de ter provocado o acidente. Julgado por duas vezes, absolvido nos dois julgamentos, a origem do acidente permanece oficialmente obscura.

Ademar Jahn, o motorista de caminhão que vinha na pista contrária sentido Rio – São Paulo, logo atrás da carreta contra a qual o Opala se chocou, afirmou à CMVVH que o ônibus da Cometa não bateu no carro. Acrescentou ter visto que, ao contrário, Josias teria dado espaço ao Opala. O extraordinário, segundo Jahn, foi observar que o motorista Ribeiro, ao atravessar a pista, parecia desfalecido, a cabeça caída entre o volante e a janela do carro. Tentaria consertar algum pedal? Jahn teve a impressão de que estava morto.

No auge do impacto sobre a população brasileira, e com a notícia da morte do ex-

presidente em jornais de todo o mundo, o escritor Carlos Heitor Cony, que trabalhava como jornalista na revista Manchete, seguiu para o Hotel Fazenda Villa-Forte. Conversou, em especial, com o guardador de carros. Ouviu dele que o motorista Geraldo Ribeiro deixara o Opala no estacionamento do hotel. E que, ao partir, perguntou-lhe se alguém mexera no carro, pois sentira algo estranho assim que deu a marcha a ré. Cony tem a convicção de que sabotaram algum mecanismo do Opala e que provavelmente o acidente fora planejado para acontecer em uma das intermináveis curvas da perigosa Serra das Araras, na descida da via à Baixada Fluminense.

O filho do proprietário do hotel, Gabriel Junqueira Villa-Forte, na oitiva da CMVVH, contou que partira do hotel naquele domingo com destino a São Paulo, onde estudava, pouco antes da chegada de JK. Nada presenciou. Tudo o que sabe e repetiu no depoimento ouviu do pai, inicialmente pelo telefone. Newton Junqueira Villa-Forte referira-se a JK como “o homem”, quando conversaram naquela mesma noite. Gabriel informou à CMVVH que o general Golbery do Couto e Silva, à época ministro da Casa Civil do general presidente Ernesto Geisel, era amigo de seu pai e hospedara-se algumas vezes no hotel – depois do acidente, acreditava. Paralelamente observou que o então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, fora aluno de Newton Junqueira Villa-Forte na Escola Militar do Realengo. É preciso lembrar, aqui, que aos poucos a chamada “comunidade de informações”, construção do SNI e de outros serviços secretos, gestou um núcleo que saiu do controle dos superiores e aparentemente, até certo ponto, atuava à revelia do poder central.

Ainda a respeito da morte de Juscelino, a CMVVH obteve depoimentos do advogado Paulo Castelo Branco, do jornalista Ivan Bezerra de Barros e do perito Alberto Carlos de Minas. O advogado encaminhou, anos depois, os procedimentos necessários para realizar nova exumação do motorista Geraldo Ribeiro, pois anunciara-se tardiamente a descoberta de um fragmento metálico em seu crânio. Todos os depoimentos sobre o acidente e observações correlatas encontram-se no capítulo V.



Foto: Fábio Jr Lazzari/ CMSP

Da esquerda para a direita: Mario Covas Neto, Adriano Diogo e Gilberto Natalini

O histórico ato ecumênico

A Comissão recebeu lideranças religiosas atuantes durante os anos de luta contra a ditadura. Dom Angélico Sândalo Bernardino, que falou com emoção de Vladimir Herzog, de Santo Dias da Silva e da Madre Maurina Borges Silveira, presa que sofreu vexames. Trocada pelo embaixador suíço em companhia de outros presos, viveu exilada no México por 15 anos. Dom Angélico fez um apelo para a identificação das ossadas de Perus.

O rabino Henry Sobel descreveu em detalhes como passou o dia em que recebeu a notícia da morte de Vladimir Herzog. E contou que o encarregado da lavagem dos corpos, ritual judaico antes do enterro, lhe comunicou que o corpo tinha muitas marcas de golpes e sinais de tortura. O rabino decidiu: “Não vamos enterrá-lo na ala dos suicidas.” Sobel declarou à CMVVH: “Um assassinato bárbaro. Forjaram uma conspiração comunista para justificar, eventualmente, um golpe no regime”.

Nessa mesma noite, o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recebeu de um grupo de jornalistas a proposta de realizar um ato ecumênico. Concordou de imediato. O culto foi realizado no dia 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé. Para surpresa e grande comoção dos milhares de presentes, no altar apareceu o mítico D. Helder Câmara, proibido de qualquer presença pública. A mídia, sob a censura, sequer podia mencioná-lo. D. Helder desafiou a repressão que

cercava a Praça da Sé, postada nas ruas próximas e nas janelas dos prédios ao redor.

O reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999)⁸ conseguiu chegar à catedral apesar da cidade sitiada, com os acessos ao centro bloqueados para impedir a chegada à Sé. Poucos sabiam que o seu irmão, Paulo Wright, deputado cassado de Santa Catarina, era um dos desaparecidos. A filha de Jaime Wright, Delora Jan Wright, escreveu um livro sobre o **tio**⁹. Jaime Wright foi dos primeiros a rebelar-se contra o reverendo Boanerges Ribeiro que, em nome das entidades presbiterianas, apoiou o regime militar. Participou a seguir do núcleo que originou a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

Umbandista antes de nascer

Antônio Basílio Filho, de 56 anos, disse à CMVVH que é umbandista há 56 anos e nove meses – e assim iniciou seu depoimento sobre as perseguições à religião, respondendo às perguntas do vereador Laércio Benko. A intolerância existia antes do regime militar, durante a ditadura de Getúlio Vargas, quando as casas dos fiéis eram invadidas e quebravam atabaques.

“Fura-bumbo é expressão dessa época e perdura na polícia militar”, explicou. “Quando um oficial precisa receber um oficial subalterno ou praça, pode rejeitá-lo por ser fura-bumbo. Ou seja, sem qualificação. Quando levavam umbandistas à delegacia custava caro em fianças e taxas. Quem não tinha dinheiro ficava detido por semanas.

Antônio Basílio é Diretor Jurídico do Superior de Umbanda do Estado de São Paulo. “É a única religião genuinamente brasileira”, explica. “Nasceu da miscigenação do cardécismo, das crenças indígenas e dos caboclos. Difere do candomblé, que veio dos cultos africanos.”

De mandos e pagos

Uma estrutura erigida para reprimir opositores e obter informações mediante o terror é fruto de uma cadeia de comando e necessariamente exige muito dinheiro. O organismo surgiu em São Paulo como Operação Bandeirante (OBAN). Obedecia, semelhante aos outros estados, à Diretriz para Política de Segurança Interna da Presidência da República, de 1969¹⁰. A OBAN deu lugar ao DOI-CODI em 1970 (a sigla DOI, que resultou de Destacamento de Operações Internas, era uma peça de humor negro devido à associação com o verbo doer). O empresário Paulo Egydio Martins, que fora ministro da Indústria e Comércio do general presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964 a 1967) e governador de São Paulo de 1975 a 1979 (eleição indireta pelo Colégio Eleitoral), deu o seu depoimento à CMVVH sobre o robusto financiamento de **empresários**¹¹ paulistas à repressão. “Se o senhor perguntasse quem não contribuiu seria mais fácil”, respondeu. Ou seja, todos o

fizeram.

O capitão do Exército Darcy Rodrigues, sargento em 1964 e integrante da tropa sob o comando de Amaury Krueel, que veio depor à CMVVH, lembra-se:

“Estávamos aquartelados em Quitaúna (*Osasco, Oeste da Grande São Paulo*), prontos a resistir contra o golpe militar. Depois de me levantar no dia 30 de março, quando houve o toque da alvorada, constatei que havia uma frota de jipes zero quilômetro, sem emplacamento, e vários ônibus para deslocamento de tropa. Os jipes, apuramos, foram comprados por meio da Casa Civil de São Paulo. Os ônibus seriam contribuição da FIESP”, relatou.

O economista Antônio Delfim Netto veio à CMVVH e ouviu perguntas sobre financiamentos da repressão, tortura e seu papel de apoio ao AI 5, enquanto ministro da Fazenda dos generais presidentes Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974. A tudo ouviu com certo ar de comisseração divertida no rosto impassível e respondeu que jamais tomou conhecimento de financiamentos. Até sobre a morte de Vladimir Herzog disse que não poderia ter opinião, estava longe, embaixador em Paris. Depoimentos no capítulo X.

Vítimas e torcionários

Lenira Machado, socióloga, e Rita Sipahi, educadora e advogada, descreveram seus tormentos à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog no dia 25 de março de 2014. Ambas presas em 1971, Lenira com o seu marido Altino Dantas. Os relatos induzem à questão expressa um sem-número de vezes, ao se tratar de tortura: que tipo de seres são os torturadores? Já houve supliciadas que os considerassem **não-seres**¹². Ou seres de outra espécie, que não a humana. Algum DNA alienígena, que se perpetua há milênios e irrompe em alguns? Escreveu Jean Paul Sartre: “*A tortura não é desumana. É simplesmente um crime ignóbil, crapuloso, cometido por homens e que os demais homens podem e devem reprimir. O desumano não existe em parte nenhuma exceto nos pesadelos que o medo engendra.*”¹³

O relato de Lenira remete à polé da Inquisição, quando a máquina atirava os martirizados de grande altura – mas sem atingirem o chão. O objetivo era causar intoleráveis dores devido ao **estiramento muscular**¹⁴. No DOI-CODI, em 1971, dois torcionários ergueram Lenira na horizontal, estiraram os próprios braços para o alto e a largaram, uma iniciativa do apelidado JC ou Jesus Cristo, que depois se soube ser Dirceu Gravina. Paralisada em um lado do corpo, sem controle da cabeça, por sorte não ficou tetraplégica. À Rita e Lenira incansavelmente torturaram no pau de arara, com choques ininterruptos no corpo inteiro, inclusive na vagina. Os relatos de Rita e Lenira sugerem que o mal não comporta metáforas. Leem-se os depoimentos no capítulo VIII.

Por um fio

A professora de História Sarita D'Ávila Mello, prima em segundo grau do general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, escapou de sofrimentos maiores depois que o general entreabriu a porta da câmara de torturas. Sarita pertencia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁵. Na presença dos pais, em outubro de 1975, prenderam-na em casa. Seu pai obteve o telefone do primo coirmão, com quem não tinha contato desde a adolescência. Conseguiu falar com ele no dia seguinte e disse-lhe: “Não quero me meter no trabalho de vocês, só que preserve a vida dela; é menina muito frágil”. (*Sarita pesava cerca de 40 quilos.*) Ednardo encerrou a conversa, mas foi ao DOI-CODI – segundo Sarita, para certificar-se de que estava viva. Ao voltar à cela reuniu as detentas e contou-lhes o episódio. Seu depoimento comprova mais uma vez o óbvio. O comandante conhecia bem o que se passava. Sarita saiu do DOI-CODI um dia antes da entrada de Vladimir Herzog. Lê-se no capítulo VIII.

Vexame: o tribunal submisso

O advogado José Carlos Arouca é contundente ao afirmar que o Tribunal Superior do Trabalho curvou-se ante o arbítrio, negando o direito de acesso ao Poder Judiciário. E editou o Prejulgado nº 23, que impedia a revisão judicial dos atos praticados com base nos atos institucionais. Essa modalidade jurídica – um julgamento por antecipação – servia à perfeição ao que se denomina de justiça kafkiana. Editam-se atos institucionais e torna-se legal qualquer decisão. Arouca defendeu sindicatos atuantes: dos trabalhadores nas indústrias químicas, de brinquedos e instrumentos musicais, do leite, do açúcar e café, da construção civil, dos padeiros, da alimentação. “Logo após o golpe assisti caírem todos sob a intervenção do Ministério do Trabalho”, observa. “Os dirigentes eram presos, perdiam o emprego e não conseguiam nova colocação.”

Henrique Buzzoni, advogado do Sindicato dos Condutores de Veículos, também falou à CMVVH sobre a repressão aos sindicatos dos trabalhadores durante a ditadura militar. Preso e torturado duas vezes no DOI-CODI, Buzzoni lembra-se que, nus e encapuzados como todos os presos e presas no covil, ficou sentado ao lado de um jovem. “O rapaz devia ter visto muitos filmes norte-americanos, porque dizia “quero um advogado, tenho o direito.” O carcereiro lhe respondeu: consulte o que está do teu lado, fica mais fácil” – lembra Buzzoni. Capítulo XIV.

Os que fugiram da raia

Durante o depoimento de Lenira, os trabalhos da Comissão foram interrompidos por um incidente. Dirceu Gravina, delegado em Presidente Prudente – aquele, por

apelido Jesus Cristo e JC – concordara em falar para a CMVVH. Gravina é tido como torturador dos jornalistas Vladimir Herzog, Luiz Eduardo da Rocha Merlino e do advogado Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, todos assassinados. Ao ver a imprensa a aguardá-lo diante da Câmara Municipal de São Paulo desistiu do depoimento e rapidamente afastou-se, ocasionando um pequeno tumulto. Alguns vereadores desceram para encontrá-lo e convencê-lo do contrário. Gravina recusou-se, exceto se a reunião fosse fechada. A exigência foi negada. Lê-se no capítulo VIII o roteiro de perguntas preparado para a audiência. A CMVVH oficiou ao Governador solicitando afastamento de Gravina. Até o término dos trabalhos o ofício foi ignorado.

Outro que se furtou, o policial Aparecido Laerte Calandra, motivou ofício da CMVVH à coordenadora da CNV, a advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, pedindo-lhe a convocação do policial, que teve papel marcante nos órgãos de repressão. Com poder legal para obrigar convocados a comparecer, a CNV acedeu e realizou a audiência pública em São Paulo, conduzida pelo Dr. José Carlos Dias, no escritório da presidência da República. É uma peça notável. Calandra nada sabe, nada ouviu, nada viu, enquanto exercia função burocrática em uma sala do DOI-CODI. Lê-se o roteiro de perguntas e as negativas no capítulo IX.

Esquivou-se igualmente à CMVVH o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI¹⁶ entre 1970 e 1974. Convocado pela CNV em Brasília, negou ter torturado. O vereador Gilberto Natalini, presidente da CMVVH, confrontou-o da plateia: fora pessoalmente torturado por ele.

Fato recente, histórico e de expectativa promissora em relação a Ustra e a outros torturadores ocorreu no dia 9 de dezembro de 2014. O Superior Tribunal de Justiça reconheceu a responsabilidade civil do coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra por torturas durante a ditadura militar, em ação impetrada pela família **Teles**¹⁷, negando o seu Recurso Especial de nº 1434498. Foram três votos a favor da família contra dois, o que referendou as decisões de primeiro e segundo graus da Justiça paulista. Estas reconheceram a existência de relação jurídica de responsabilidade civil entre um coronel do Exército e antigos presos políticos, em razão da prática de ato ilícito durante a ditadura militar.

A maioria do colegiado acompanhou, portanto, o voto divergente no qual o ministro Paulo de Tarso Sanseverino concluiu não haver qualquer contradição jurídica entre a lei que anistiou torturadores, impedindo que fossem penalizados, e a pretensão civil de que seja declarada a existência de ato ilícito durante a ditadura militar.

Para o ministro Sanseverino, a pretensão formulada pelos demandantes está em plena consonância com um estado democrático de direito, que busca resgatar a sua memória acerca de gravíssimos fatos ocorridos no período militar iniciado em 1964.

“A recuperação da memória histórica é fundamental para uma nação evitar que essas graves violações aos direitos humanos voltem a se repetir”, destacou em seu voto-vista.

Outros que se negaram a depor: o médico legista Harry Shibata, diretor do Instituto Médico Legal (IML) na década de 70, e autor de laudos coniventes com a repressão. José Maria Marin, acusado de ser insuflador da prisão e tortura de Vladimir Herzog. Uma avaliação do comportamento de Marin e de outros encontra-se no depoimento do ex-governador Paulo Egydio Martins. Capítulo XI. Por fim, mais um necessariamente associado à tortura e ao seu financiamento é Paulo Henrique Sawaya Filho, que visitou o DOPS 47 vezes, quando se torturava. Capítulo VII.

João Vicente Fontella Goulart

O filho do presidente João Belchior Marques Goulart busca há anos provar que a morte do pai, em 6 de dezembro de 1976, foi provocada por envenenamento. Recentemente, uma junta de peritos internacionais concluiu ser impossível, mediante o uso da tecnologia à mão, detectar veneno nos restos mortais exumados. A transformação de elementos, passado tanto tempo, muda as substâncias. Os peritos concluíram que o resultado era inconclusivo. A CMVVH colheu o depoimento de João Vicente. E apresentou a carta que o coronel Manuel Contreras Sepúlveda, o chefe do serviço secreto chileno (DINA), enviou em 28 de agosto de 1975 ao general João Baptista Figueiredo, então chefe do SNI. Capítulo XIX.

Contreras alertava que a possível vitória dos democratas nos Estados Unidos significaria apoio a Juscelino Kubitschek e a Orlando Letelier, embaixador chileno nos EUA durante o governo de Salvador Allende e político de forte apelo. O carro de Letelier explodiu um mês depois do acidente de JK: 21 de setembro de 1976, na capital norte-americana, Washington DC. Com o diplomata morreu a sua secretária, a norte-americana Ronny Moffitt. O marido de Ronny feriu-se, mas sobreviveu. O artefato explodiu em um largo circular importante, o Sheridan Circle, onde se construiu um memorial em sua homenagem. Os três opositores brasileiros mais importantes e ameaçadores para a ditadura, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, este inicialmente grande apoiador do golpe, morreram em um período de nove meses.

Em 23 de novembro de 2014, o jornal carioca *O Globo* publicou reportagem sobre dois dossiês encontrados na casa de sítio do tenente-coronel da reserva Paulo Malhões, que fora agente da repressão. Pouco tempo depois de falar à Comissão Nacional da Verdade, em 18 de fevereiro de 2014, Malhões morreu em situação suspeita na sua própria casa, em abril. Procuradores do grupo Justiça de Transição do Ministério Público Federal encontraram os papéis, datados do final da década de 70 e

produzidos pela seção de Operações do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Referem-se à Operação Gringo/Caco. No dizer do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, são a maior prova obtida até hoje da **operação Condor**¹⁸.

O brigadeiro João Paulo Burnier convocara Malhães para ajudá-lo a criar o CISA. Pelo trabalho o agente recebeu uma condecoração, à qual se referiu com orgulho no depoimento à CNV. À pergunta se já trabalhava com Freddie Ribeiro Perdigão, da Irmandade, Malhães desconversou: “Cada um tinha a sua função. Todos éramos amigos.” A amizade traça uma linha de cumplicidade a partir de Cláudio Antonio Guerra e alcança os mais altos postos do governo militar, passando pelos indispensáveis laudos técnicos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, no Rio. Lembre-se aqui de um comentário atribuído ao general Golbery do Couto e Silva: “A polícia não vai investigar porque talvez bata em uma porta e quem abre é gente nossa”.

O alerta sobre a operação Condor

O Instituto Miguel Arraes analisou as circunstâncias em que morreram os três líderes políticos mais importantes do Brasil: Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, representando o centro, a esquerda e a direita. E liga os mortos à Operação Condor, que uniu os países do Cone Sul em uma só quadrilha funesta de sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. A análise da morte de Juscelino Kubitschek encontra-se no documento “A Criação do Observatório Operação Condor na América Latina”, contribuição à Comissão Nacional da Verdade.

Santo abatido às claras

Em conjunto com a Comissão da Verdade M’Boi Mirim, em 20 de março de 2014, a CMVVH homenageou Santo Dias da Silva, operário morto com um tiro nas costas quando participava de piquete durante uma greve de trabalhadores, em outubro de 1979. O choque foi intenso: a anistia, em agosto de 1979, trouxera de volta ao país muitos exilados e havia otimismo em relação à política brasileira. A homenagem a **Santo Dias da Silva**¹⁹ contou com a presença de moradores de M’Boi Mirim, deputados estaduais e federais, além do testemunho de vários cidadãos perseguidos pelo governo militar.

UNE. José Serra e Duarte Pereira

Na sessão dedicada aos 50 anos do golpe de 1964, a CMVVH ouviu José Serra e Duarte Pereira Pacheco, presidente e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), dois líderes universitários atuantes no dia 1º de abril de 1964. Pacheco historiou as circunstâncias que fortaleceram as forças golpistas e demonstrou que o objetivo era derrubar a democracia e as reformas de base que João Goulart defendia: uma limitada reforma agrária, a nacionalização de refinarias, aumento da

participação popular, entre outras medidas hoje corriqueiras. Serra falou sobre os dias anteriores e posteriores ao golpe do ponto de vista dos estudantes. Mobilizados em defesa da legalidade, em um clima de fanatismo doentio, enfrentavam a sanha dos estudantes da direita radical, em parte organizada como paramilitares, sempre prontos a espancar. “Mal entráramos na vida adulta, eu tinha 22 anos”, lembrou Serra, que passou anos no exílio e escapou da morte no banho de sangue no Chile, em 1973. Capítulo XIII.

O surto das bombas

As ações da repressão contra as bancas de jornal, o que destruiu a imprensa alternativa crítica da ditadura – em especial Movimento, Em Tempo, O Pasquim e Opinião –, foram debatidas em uma reunião da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog em conjunto com a Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. As bombas, no final dos anos 1970 e início dos 1980, pretendiam interromper o processo de abertura e a redemocratização do Brasil. Agentes da linha dura detonaram explosivos também em livrarias e na sede do jornal O Estado de S.Paulo. No atentado à Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro morreu a secretária, Lyda Monteiro. Foram ouvidos o jornalista Milton Bellintani, que historiou os acontecimentos. O jornalista Paolo Pellegrini, que viveu o medo da bomba em sua banca de jornal. O jornalista David de Moraes, que presidia o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nesse período; o atual presidente do Sindicato dos Jornalistas, José Augusto Camargo. Capítulo XVII.

O impasse das valas

O padre Júlio Lancellotti informou à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog que um número espantoso de indigentes estão enterrados em vários cemitérios de São Paulo. Descreveu a maneira assustadora com que são descarregados os corpos dos caminhões baú, nus. “São refugiados urbanos, os chamados indigentes, a quem foi negada a cidadania na vida e na morte”, definiu. O religioso elogiou o Projeto de Lei do vereador Mario Covas **Neto**²⁰, que cria um banco de dados com o perfil genético de pessoas falecidas em situação de rua, sem documentos. E levantou a suspeita de que se retiram órgãos de indigentes quando atendidos em emergência nos hospitais.

A CMVVH já se reunira com a direção do Serviço de Verificação de Óbitos, ligado à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para tratar do assunto. E conversou a respeito com o diretor técnico do IML, Ivan Dieb Miziara, em visita semelhante. O Ministério Público também investiga se mortos com identificação são sepultados como desconhecidos nos cemitérios da cidade. Na Vala de Perus, recorda-

se, entre os indigentes enterraram-se desaparecidos políticos, dos quais se identificaram poucos. A maioria continua desaparecida. A CMVVH percorreu o cemitério de Perus, as valas de desconhecidos e convidou para falar a respeito o ex-chefe do Serviço Funerário, Rui Barbosa Alencar.

A existência nebulosa das valas comuns já deteve a atenção da CMVVH no passado recente. A vereadora Tereza **Lajolo**²¹, relatora da CPI da Vala Clandestina, em 1991, levantou a questão do projeto, durante a ditadura, de se construir um crematório no Cemitério Dom Bosco, conhecido como Cemitério de Perus, quando Paulo Maluf era prefeito biônico (1969-1971). Conforme Lajolo, a empresa inglesa dona do cemitério recusou-se a instalá-lo por não haver no projeto um espaço para cerimônias religiosas. Sinal de que poderia ser usado para incineração de opositores e desaparecer com eles.

Para prosseguir na investigação, a CMVVH convidou Carlos Giosa, integrante da direção do Serviço Funerário Municipal de São Paulo durante os governos militares. Ele poderia comprovar que, na ausência de crematório e a instalação, em 1974, do Crematório Vila Alpina, o local teria sido usado para desaparecer com presos políticos. Giosa, porém, negou o uso do Vila Alpina como incinerador de opositores. Trechos do depoimento estão no capítulo XV.

Festa! É a devolução de mandatos

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog vivenciou uma atividade prazerosa, contraste com os fatos que marcaram os 21 anos de repressão: restituiu os mandatos de 42 vereadores cassados nas décadas de 40, 50 e 60, por perseguição política. A vereadora do PCB Elisa Kauffmann Abramovich, pedagoga, eleita no primeiro pleito depois do fim do Estado Novo, e primeira mulher da Casa, foi uma das 15 cassadas de 1947. Amigos e familiares receberam a devolução simbólica dos mandatos, em sessão solene da Câmara Municipal de São Paulo.

Riqueza nos arquivos

Os numerosos depoimentos obtidos pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog encontram-se gravados nos arquivos da Câmara Municipal de São Paulo, à disposição de todos. O arquivo protege material histórico precioso. A CMVVH espera ter contribuído para o necessário e contínuo trabalho de aperfeiçoamento do que se espera de um regime republicano democrático: transparência, liberdade, ética, respeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito. É preciso conhecer a história do Brasil, as causas dos eventos, suas consequências e as circunstâncias dos múltiplos fatores que se entrecruzam continuamente. O conhecimento do que nos trouxe até aqui e o que nos levará adiante é tarefa para todos, que não acaba.

Relatório Final publicado em 2013, envolvendo os trabalhos da Comissão.

Eleito Presidente da República em 1955, assumiu em janeiro de 1956 em clima de rebeldia por parte de alguns oficiais da Aeronáutica. Superados os levantes, JK concedeu-lhes anistia mediante projeto de lei enviado ao Congresso.

Em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Topbooks, 2012. Guerra já deu entrevistas à TV, a jornais e revistas.

DOI - Destacamento de Operações Internas, onde se obtinham informações mediante torturas. CODI - Centro de Operações de Defesa Interna, de processamento e análise de informações. Alimentavam-se mutuamente.

Neologismo criado por Jacob Gorender em seu livro *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. Editora Ática, 1987. Baseou-se na palavra francesa *tortionnaire*, torturador.

O jornalista, escritor e historiador Elio Gaspari pôs os documentos que coletou sobre a ditadura militar ao alcance de todos. No site arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/reação-militares-demissão-ednardo encontra-se a reação dos militares à exoneração de Ednardo D'Ávila Mello. Para uma biografia de Jaime Nelson Wright: *O Pastor dos Torturados*, de Derval Dasilio, Editora Metanoia, 2012.

Delora Jan Wright: *O Coronel tem um Segredo: Paulo Wright não está em Cuba* (Editora Vozes, 1993). Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, páginas 175 e seguintes. Companhia das Letras, 2002.

Grandes industriais, banqueiros, comerciantes, construtores, fazendeiros. Não se utilizava o termo empresário para qualquer firma, pequena ou média, como hoje.

Alfredo Naffah Neto, *Poder, Vida e Morte na Situação de Tortura – Esboço de uma Fenomenologia do Terror*, página 222. Hicitec, 1985.

Artigo Uma Vitória, publicado na revista L'Express de 6 de março de 1959. Está no prefácio do livro *A Tortura*, de Henri Alleg. Edições Zumbi, 1959.

Alberto Dines, *Vínculos do Fogo*, página 1007. Companhia das Letras, 1992.

Defendia o caminho pacífico para a revolução brasileira, em aliança com uma burguesia nacional anti-imperialista.

Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, obra citada, páginas 59 a 67.

Maria Amélia Teles, presa em 1972 com o marido Cesar Augusto Teles, os filhos pequenos, Janaína e Edson, com 5 e 4 anos e a irmã Criméia Alice, grávida. As crianças foram obrigadas a ver a mãe torturada na cadeira do dragão.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, a Operação Condor, formalizada em reunião secreta no final de outubro de 1975, em Santiago do Chile, é o nome da aliança entre as ditaduras do Cone Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - para vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que se opunham, armados ou não, aos regimes militares da região.

Metalúrgico, da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, Santo Dias foi morto no dia 30 de outubro de 1979 quando participava de um piquete no portão da fábrica de lâmpadas Sylvania, em Santo Amaro (*zona sul de São Paulo*), na greve por aumento salarial. A inflação alcançava 77,2% ao ano. Os metalúrgicos em greve queriam 83%. Os empresários ofereciam-lhes de 55 a 66%, escalonados. A greve durou 11 dias, quando o Tribunal Regional do Trabalho a declarou ilegal.

PL 01-00448/2013.

O relatório da CMVH da legislatura passada traz à página 167 *Fatos Apurados sobre a Vala de Perus*.



MATADOR ARREPENDIDO

Gilberto Natalini entrevista Claudio Guerra em Cariacica (ES). O delegado descreve as várias formas de simular assassinatos sem deixar rastros

CAPÍTULO II

Acidentes forjados, segundo Cláudio Antonio Guerra

“Por que a política do extermínio?

Porque o inimigo é irrecuperável.”²²

Flávio Koutzii, político gaúcho.

Numerosos indícios tornam duvidosos os acidentes de automóvel por má condução ou defeito do veículo, em especial sabendo-se que o SNI utilizava a técnica de simular desastres para matar. Nesse sentido, o depoimento de Cláudio Antonio Guerra, delegado de polícia do Estado do Espírito Santo, forneceu poderosos indícios. O delegado já concedera entrevistas arrepiantes à mídia, impulsionadas pela publicação de seu já citado livro *Memórias de uma Guerra Suja*. No atentado à bomba contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, em novembro de 1983, pessoalmente instalou a bomba na parede externa do jornal, danificando-a até o sexto andar. Sobre os tiroteios forjados, imperturbável, descreve:

“Saíamos sem saber quem era, sem saber o motivo; só recebíamos a missão. Teríamos apoio, a polícia local nos apanhava (*no aeroporto*) e conduzia ao local. Sempre se tratava de pessoa de alta periculosidade, treinada em Cuba, nos diziam. Não poderíamos dar oportunidade, seria chegar atirando e sair do local”. Atirador de elite, matava e partia.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos Vladimir Herzog, na pessoa de seu presidente, vereador Gilberto Natalini, entrevistou o delegado Cláudio Guerra em Cariacica, na Grande Vitória, em maio de 2013. Logo de início, Guerra informou que, a partir de 1973, atuou como delegado de polícia civil no Espírito Santo e, clandestinamente, esteve à disposição do escritório do SNI no Rio de Janeiro, para frequentes missões. Seu chefe e mentor era o coronel Freddy Pereira Perdigão, conhecido torturador.

Provocar ou simular acidentes de carro era um procedimento bastante utilizado para eliminar opositores, afirmou Cláudio Guerra à CMVVH. Um “não-acidente” já matara, em novembro de 1968, o casal de estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, Catarina Helena e João Antonio Abi-Eçab. O rapaz teria batido contra a traseira de um caminhão na BR 116, perto de Vassouras, RJ. Houve até um motorista que “viu” o acidente. Em 2001 o jornalista Caco Barcellos, da *TV Globo*, noticiou pela primeira vez que não houve acidente algum. O casal, detido no Rio, fora torturado até

Perdigão desistir e os executar. O acidente com o caminhão não existira. A exumação de Catarina revelou que ela foi morta com um tiro.

Guerra destaca, acerca de acidentes provocados, a morte da figurinista carioca Zuzu Angel, incansável na exigência de que os militares lhe dessem informações sobre o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones, militante da **VPR**²³. Stuart sofreu atrocidades e morreu no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) do quartel da 3ª Zona Aérea, no Galeão, comandado pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Nunca se encontrou o corpo. De todas as maneiras possíveis Zuzu denunciou o desaparecimento do filho e os tormentos que lhe infligiram.

Stuart tinha dupla nacionalidade, americana e brasileira, e Zuzu entregou cartas de denúncia e pedidos de interferência a autoridades dos Estados Unidos, o que causava extrema irritação ao governo militar. Em uma das cartas destacou que, enquanto o rapaz de 25 anos pedia água “os torturadores riam e debochavam dele, como fizeram com Jesus na cruz”. Baseava-se no testemunho de Alex Polari de Alverga, companheiro de militância de Stuart, também preso. Nos Estados Unidos, a estilista organizou um célebre desfile de suas criações, noticiado pela imprensa americana, com temas que remetiam ao desaparecimento de Stuart. Havia canhões, anjos, desenhos infantis. Zuzu não se detinha ante os riscos que corria. Chegou a pegar o microfone de uma comissária de bordo, durante uma viagem de avião, e preveniu os passageiros: vocês se dirigem ao Brasil, país onde se tortura. Zuzu **incomodava**²⁴.

Amigos aconselhavam cautela a Zuzu, quando saía. Em vão. Na madrugada de 5 de abril de 1976 seu carro, um Karmann Ghia, foi violentamente atingido na lateral esquerda e pressionado contra a mureta de proteção à saída do Túnel Dois Irmãos, ligação entre os bairros da Gávea e de São Conrado (*zona sul do Rio*). Recebeu o nome Túnel Zuzu Angel em homenagem à mãe coragem brasileira. O desastre foi provocado sob o comando do coronel com quem Cláudio Guerra atuou, Freddie Perdigão Pereira, mencionado em lista de torturadores do *Brasil: Nunca Mais*.²⁵

Zuzu morreu quatro meses antes de JK.

Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, Cláudio Guerra relatou que Freddie Perdigão comentou com ele o atentado contra Zuzu Angel. Preocupava-se porque talvez a perícia o tivesse retratado nas fotografias do Karman Ghia acidentado. Comandara a ação mas, sem querer, o fotógrafo o captou em uma imagem. De fato, Guerra entregou à Comissão Nacional da Verdade a foto do automóvel destroçado e um pequeno número de pessoas ao redor de um poste iluminado. Ali estava Perdigão de camisa branca, encostado ao poste.

Contra todas as evidências desprezou-se a realidade. O laudo do diretor do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, Roberto de Freitas Vilarinho, determinou que Zuzu Angel adormecera ao volante. No entanto, uma foto tirada pela Polícia Civil do

Rio, 20 minutos depois do acidente, contradiz o laudo. Revela que não há as marcas de pneus descritas pelos peritos.

Acreditava-se que o corpo de Stuart jazia no fundo do mar. Mas um crânio encontrado em meados de 2014, numa obra no centro do Rio, aparentemente é dele; a comprovação depende do resultado de exames de DNA.

Depois que assassinaram Zuzu Angel, o compositor e escritor Chico Buarque dedicou-lhe a música *Angélica*:

Quem é essa mulher

Que canta sempre esse estribilho?

Só queria embalar meu filho

Que mora na escuridão do mar

Quem é essa mulher

Que canta sempre esse lamento?

Só queria lembrar o tormento

Que fez o meu filho suspirar

Quem é essa mulher

Que canta sempre o mesmo arranjo?

Só queria agasalhar meu anjo

E deixar seu corpo descansar

Quem é essa mulher

Que canta como dobra um sino?

Queria cantar por meu menino

Que ele já não pode mais cantar

Quem é essa mulher

Que canta sempre esse estribilho?

Só queria embalar meu filho

Que mora na escuridão do mar

Mais um acidente de carro suspeito, dois anos depois, foi o de Branca de Melo Franco Alves, atuante na ala progressista da Igreja Católica, que se opunha ao regime militar. Seu carro, Opala como o de Juscelino, desgovernou-se na estrada para Valença, no Rio de Janeiro. A voz e a influência de Branca eram **poderosas**²⁶. Sua filha, a cientista social Maria Helena Moreira Alves, acredita que o desastre tenha sido **provocado**²⁷.

Não conseguiu prová-lo, mas observa que basta mexer no eixo da direção por baixo do carro e soltar os parafusos para que, de repente, se perca a direção. Consultados, mecânicos informaram que remover a porca fixadora do braço auxiliar da direção leva

poucos minutos, perdendo-se o comando sobre a roda esquerda quando o freio é acionado. Vazar o fluido do freio da roda direita também pode travar a esquerda, durante uma frenagem. Em ambos os casos, o carro vira radicalmente à esquerda – o que aconteceu com o Opala em que viajava Juscelino Kubitschek.

Cláudio Guerra observa que não participou dos eventos que levaram à morte de JK e seu motorista. Assumiu, no entanto, papel ativo em outros crimes e por isso o seu testemunho ilumina a cena do acidente na Rodovia Presidente Dutra. Vários autores participam das cenas, ensina o delegado. São os responsáveis por falsos testemunhos – como aquele que “viu” o acidente do casal Abi-Eçab. O mais simples é alguém dizer que o morto reagiu a tiros durante um assalto; até percebeu dois cúmplices a fugir. A depender da ação as testemunhas dão versões críveis, talvez postados em pontos diferentes do pequeno grupo que se forma em torno de uma ocorrência. Pode haver um motorista que se detém e aponta a direção em que alguém fugiu.

“Depois de um dos nossos contar, por exemplo, que houve tiroteio, é comum os próprios populares ao redor repetirem a versão; até acrescentam detalhes”, ironiza Cláudio Guerra.

A informação condiz com os três rapazes que apareceram perto do carro acidentado de JK. Afirmaram ser passageiros do ônibus Cometa e garantiram que o motorista abalroou o Opala conduzido por Geraldo Ribeiro, o que o jogou à outra pista. Contudo, não constavam da lista de passageiros. E no inquérito policial os nove passageiros ouvidos garantiram não ter havido batida. Um deles, o advogado Paulo Oliver, deu depoimento à CMVVH; outro, o médico Dr. Célio Benedito Beltrami, já falecido, falou a respeito em uma **entrevista**²⁸.

Tiroteios e atropelamentos eram as mentiras preferidas quando se tratava de matar ou esconder vítimas fatais de torturas. Guerra diz que, das dezenas de mortes sob sua responsabilidade em outros estados, eliminou três opositores em São Paulo na década de 1970. Um na avenida Angélica (*centro-oeste da cidade*), possivelmente Ronaldo **Mouth Queiroz**²⁹, 26 anos, estudante de geologia, ligado à ALN³⁰. Segundo a versão oficial, teria resistido à prisão e morreu em tiroteio. Outro, de dois homens no bairro de Moema (*zona sul*). E um terceiro já na década de 80, na Rua Passos da Pátria, na Lapa (*zona oeste*), identificado como oficial da esquerda.

“Depois eu soube que foi uma artimanha do coronel Perdigão, nada a ver com subversivos, mas uma disputa entre bicheiros.”

Não se excluíam acidentes aéreos. No caso do jornalista e escritor Fernando Gabeira, odiado por Perdigão porque o culpava do tiro que lhe deformara a **perna**³¹, Guerra deveria provocar a queda do avião em que o jornalista embarcou, em São Paulo. Diz o delegado que chegou com outro agente ao aeroporto de Congonhas. Compraram bilhetes e iam despachar a mala com a bomba quando notaram muitas

crianças e idosos entre os passageiros. Decidiram suspender o **atentado**³². Teriam desativado a bomba e a largado no banheiro. Os jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros não conseguiram encontrar registro oficial do artefato abandonado no **aeroporto**³³.

É conhecida também a possibilidade de um desastre aéreo no avião que transportaria ao México presos soltos em troca da libertação do embaixador americano, sequestrado pela Dissidência Universitária da **Guanabara**³⁴ e a ALN, em setembro de 1969. A insinuação veio do brigadeiro do ar e chefe do Serviço de Informações da Aeronáutica, João Paulo Burnier, ao major-comandante do 1º Grupo de Transportes da base aérea do Galeão: disse-lhe que receava um acidente com o avião. “O major fez que não ouviu”, escreve Elio Gaspari. Prevenido, o militar selecionou uma tripulação de sua confiança e improvisou um código. Se houvesse interferência no voo o piloto teria de navegar pelo código do major. Se o mandassem mudar de rota, deveria desobedecer e seguir em **frente**³⁵.

Outra forma de assassinar utilizava alguma droga ou veneno em bebida. Depois, com a vítima alterada, provocar um acidente. Foi o caso do delegado Sérgio Paranhos Fleury, assassinado em maio de 1979 por colegas e rivais, a quem ofereceram bebida com alguma droga e deixaram afogar-se no mar, em Ilhabela (SP). Guerra e Perdigão participaram da reunião em um dos restaurantes Baby Beef, em São Paulo, quando se decidiu matar o delegado.

“Concordamos que seria à saída de uma casa noturna frequentada por Fleury. Ustra, Calandra, o coronel-aviador Juarez (*Juarez de Deus Gomes da Silva*) e eu, participantes da reunião, ainda estamos vivos. Os outros já morreram. De morte natural,” sublinha.

Escalado para a tarefa junto com uma equipe, viu que muitos policiais amigos acompanhavam o delegado. Corriam o risco de morrer no tiroteio. Comunicou que não o mataria naquele local.

E por que planejavam matá-lo?

“Estava ficando com a maior parte do dinheiro, não obedecia mais. Prejudicava a Irmandade e se tornou perigoso porque já dissera que, se fosse preso, a casa toda cairia.”

Guerra esclareceu que o dinheiro vinha das contribuições empresariais destinadas à repressão e do butim recolhido nos aparelhos ou com os militantes presos. Depois da abertura política desenvolveu-se a rendosa ligação com os contraventores. Por fim, era expressa a rivalidade entre Fleury e o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, principalmente no que tocou a Shizuo Osawa, o Mário Japa, da VPR. Esgotado, na direção do carro, Mário acidentou-se na Estrada das Lágrimas, em São Caetano do Sul (*Grande São Paulo*). Socorrido e descobertas armas no carro, foi preso e

conduzido ao DOPS – domínio de Fleury. Mário sabia onde se encontrava Lamarca. De fato, sabia (*em treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, SP*). O delegado queria torturá-lo até que falasse. Ambicionava a glória de pegar Lamarca.

Ustra, no comando do DOI-CODI, tinha a mesma fixação. Segundo diz Guerra, diante da iminência de perder Mário para o rival, Fleury lhe teria quebrado o braço. Assim dificultava as torturas de Ustra.

Nenhum dos dois, diga-se aqui de passagem, sabia que para Shizuo Ozawa a questão de falar simplesmente não existia. “Falar? O que é isso?” diria em conversas no exílio, segundo já relatou sua mulher, Maria do Carmo Brito. O tormento do preso foi solucionado com o sequestro do cônsul japonês em São Paulo. Ao desembarcar no México, a salvo, Shizuo não conseguia andar devido às torturas e a longa imobilidade no avião.

Outra participação de Guerra, sob o comando de Freddie Perdigão, foi a chacina da Lapa, em dezembro de 1976. Vieram ambos do Rio para dar cobertura à equipe de Fleury no assalto à casa onde se reunia o Comitê Central do **PC do B**³⁶, na Rua Pio XI, Lapa, em São Paulo.

“Fizemos os primeiros disparos para intimidar. Em seguida entraram os homens de Fleury e ele metralhou Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, que estavam desarmados e rendidos. As armas ali dentro foram plantadas”, afirma Guerra.

Um jornalista da TV Bandeirantes, Nelson Veiga, atendeu na redação ao telefonema de um morador da Rua Pio XI, que avisava haver tiroteio no local. Dirigiu-se imediatamente para lá e entrou na casa, inadvertido. Viu os mortos e constatou a ausência de armas. Agrediram-no e o **prenderam**³⁷.

Arroyo e Pomar eram membros da Comissão Executiva do partido. A terceira morte, de João Batista Franco Drummond, também dirigente, teve a explicação abusivamente mentirosa de morte por atropelamento em tentativa de fuga. A nota oficial do II Exército informaria que os dois mortos da Lapa tinham reagido à bala e o terceiro fora atropelado. Em abril de 2002, por decisão do juiz de Direito Guilherme Madeira Dezem, em São Paulo, retificou-se o registro de óbito de Franco Drummond, reconhecendo-se a morte por tortura.

Guerra fez parte da equipe de apoio que projetou explodir bombas no Riocentro, enquanto ali se realizava um show em comemoração ao Dia do Trabalho, em 30 de abril de 1981, de evidente conotação oposicionista. O atentado, que causaria grande número de mortos e feridos – consta que cerca de 20 mil pessoas lotavam a plateia – foi planejado por Freddie Perdigão, quando era comandante do DOI-CODI do Rio o coronel da reserva do Exército, **Julio Miguel Molina Dias**.³⁸ A bomba explodiu no colo de um dos executores, sargento Guilherme do Rosário, enquanto a armava.

Um caso horripilante relatado por Guerra foi o do casal Ana Rosa Kucinski,

professora de Química da Universidade de São Paulo com doutorado em Filosofia; e de seu marido, o físico **Wilson Silva**³⁹. Saíram de seus locais de trabalho para almoçar juntos na cidade. Nunca mais apareceram. Sequestrados, morreram sob torturas na **Casa da Morte**⁴⁰, mantida pelo CIE em Petrópolis, região serrana do Rio.

Segundo Cláudio Guerra, por essa época, em 1973 ou 1974, cadáveres enterrados em valas comuns começavam a despertar suspeitas. Tentaram resolver a questão enterrando gente de São Paulo no Rio e vice-versa. Não resolveu. Seria preciso encontrar uma solução. O SNI decidiu incinerar. O matador apontou uma solução: a Usina Cambayba, em Campos dos Goytacazes (RJ). Guerra fornecia armas contrabandeadas a fazendeiros preocupados em defender as terras de desapropriações ou conflitos agrários. Legalizava-as ao presentear os clientes com carteiras do DOPS. Assim fez amizades no interior do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Em Campos dos Goytacazes tornou-se amigo do proprietário da Usina Cambayba, Hely Ribeiro Gomes, vice-governador biônico do Rio de Janeiro de 1967 a 1970. Recebida a aprovação do fazendeiro para que os cadáveres fossem incinerados no enorme forno da fazenda, em funcionamento ininterrupto durante seis meses, Guerra pessoalmente levou 10 assassinados sob tortura. Entre eles, Rosa Kucinski e Wilson Silva.

Guerra levava cadáveres de outros covis também, como o DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita, no Rio. Recebia os corpos, muitos deles esquartejados, em sacos plásticos fechados. Chegando à usina, abria-os para ver **quem era**⁴¹.

Os rios e o mar estavam no roteiro dos matadores. Guerra relaciona a técnica ao caso de Alexandre von Baumgarten. Jornalista da extinta revista *O Cuzeiro*, seus escritos se orientavam pelos desígnios dos militares, com os quais socializava. Recebia remuneração por esse trabalho; porém seus pedidos de mais dinheiro e o excesso de conhecimento que tinha sobre a repressão culminaram com uma queima de arquivos – tornara-se um chantagista sem precauções.

Cláudio Guerra, escalado para lhe aplicar uma injeção causadora de infarto, falhou depois de tentativas frustradas. Em uma delas Baumgarten defendeu-se furiosamente. A Irmandade decidiu por um assassinato menos sofisticado. Sequestraram-no e, na sua traineira, em alto mar, o coronel Freddie Perdigão matou-o a tiros, de outro barco. Um médico fora convocado para acompanhar os assassinos e fazer uma necessária incisão abdominal, evitando a emersão. Segundo Guerra, tratava-se do psiquiatra **Amílcar Lobo**⁴², que desconhecia a técnica. O corpo subiu e apareceu em uma praia da Barra da Tijuca. A traineira, o barqueiro e a mulher de Baumgarten desapareceram.

O crime ligado a Baumgarten foi revelado à Comissão Nacional da Verdade pelo coronel da reserva do Exército, Paulo Malhões, que detalhou: “Agentes do SNI ainda

tentaram trocar a etiqueta de identificação do corpo no IML, para ocultar os tiros. Mas não deu certo.”

O vídeo do depoimento foi exibido integralmente aos membros da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog e demais presentes.

Depoimento de Cláudio Antonio Guerra

(resumo da transcrição)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Até quando o senhor prestou serviços à repressão no Brasil?

O Sr. Cláudio Guerra – Comecei em 1973. Terminou, acho, em **1984⁴³**.

P – O senhor era delegado de polícia?

R – Delegado da Polícia Civil aqui e clandestinamente à disposição do SNI no Rio de Janeiro.

P – Quem convocou o senhor para trabalhar no SNI?

R – O chefe da Procuradoria Geral do Espírito Santo, Dr. Geraldo Abreu. Ele me apresentou ao coronel Perdigão e ao comandante Antônio Vieira, do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

P – Qual era o seu trabalho?

R – Fui arregimentado para executar pessoas. Em São Paulo, no Recife, em Minas. Cresci nas graças do SNI e passei de executor a estrategista. Coordenava operações. Tivemos uma reunião no Hotel Glória, no Rio, depois de 1980. Decidiu-se desencadear uma série de atentados em todo o país e na América do Sul, para impedir a abertura. Culparíamos a esquerda. Muita coisa era também discutida e planejada em encontros no restaurante Angu do Gomes, no Rio. A bomba no *Estadão*, em 1983, fui eu que montei e explodi.

P – O senhor interrogou presos?

R – Fui muito ao DOPS, mas nunca participei de tortura. Eu achava a execução um ato de guerra, mas torturar é covardia. O Perdigão torturava, eu vi.

P – Ustra e Fleury executavam pessoas?

R – Não. Forneciam os policiais e apoio logístico. Mas teve uma escura que mataram sob o comando do **Ustra⁴⁴**.

P – Ustra e Fleury eram os comandantes da repressão em São Paulo?

R – E também o delegado Calandra, que torturou Vladimir Herzog. Calandra destruiu o arquivo do DOPS quando Romeu Tuma foi superintendente da polícia. Tuma não torturava, mas permitia. Ele era em cima do muro. Agia dos dois lados.

P – O senhor participou da reunião em que se decidiu matar o Fleury?

R – Sim. Num dos restaurantes *Baby Beef*, em São Paulo. Estavam o Ustra, Calandra, o coronel-aviador Juarez, Perdigão, o comandante Vieira e eu. Perdigão e Vieira já morreram. Mortes naturais, não queimas de arquivo.

P – Por que resolveram matá-lo?

R – Estava ficando com todo o dinheiro, não obedecia mais. Fazia o que queria. Prejudicava toda a estrutura e se tornou perigoso. Ameaçou de cair a casa se fosse preso. Íamos executar a tiros, eu e uma equipe, quando saísse de uma casa noturna que frequentava, a Viva Maria. Ou ao deixar a Cantina Gigio, onde ia muito. Campanei por alguns dias. As pessoas com quem ele estava eram todas amigas, pessoas boas que cumpriam a missão de cuidar dele. Aí eu disse que não dava para fazer daquele jeito e minha equipe foi tirada do trabalho. Resolveram de outra maneira.

P – Como foi?

R – Arregimentaram um dos donos do Mappin. Fleury tinha comprado uma lancha com dinheiro que não era dele. Esse homem e a sua mulher estavam comemorando com ele e teriam dado uísque com alguma droga. No inquérito, o casal não foi ouvido. Só um marinheiro. O médico disse que ele tinha se afogado. Mas não fizeram autópsia para ver se tinha água no pulmão. Não investigaram, arquivaram.

P – O senhor recebeu algum prêmio por serviços?

R – Recebíamos bônus em dinheiro por determinadas operações. Pagavam pelo Banco Mercantil do Estado de São Paulo e o Sudameris. Tudo clandestino, com codinome.

P – Como foi a sua participação no massacre da Lapa?

R – Dizem que o comando era do DOI-CODI. Seria, mas como estavam brigados, Fleury decidiu que viria um major do 1º Batalhão do Exército, da Barão de Mesquita, no Rio. Ele veio com uma equipe. Nós, a equipe de Perdigão, ficamos na cobertura. Fleury entrou, metralhou as pessoas rendidas. Depois ficaram chupando laranjas na rua e acalmando os moradores do bairro.

P – No seu trabalho, o senhor teve contato com algum agente estrangeiro?

R – Com Jone Romaguerra Trotte, o agente da CIA que contrabandeava armas e injeções envenenadas. Está vivo. E com dois cubanos dos Estados Unidos que encontrávamos no aeroporto de Brasília.

P – E Dan Mitrione?

R – Esse foi anterior a mim. Em Minas ele montou uma escola de tortura a cerca de 70 quilômetros de Belo Horizonte. Chamava Fazenda Guarani. Por lá passaram oficiais de São Paulo, Santa Catarina, do Espírito Santo, Rio, da Bahia. Todos aprenderam a torturar lá.

P – E sobre a cremação dos corpos na Usina Cambayba?

R – Incineração. Não sobra nada. Cremar deixa cinzas. Levei para os fornos doze pessoas, mais o tenente Odilon Carlos de Souza, uma queima de arquivo. O tenente era especialista em explosivos.

P – Além de Ana Kucinski e de seu marido, Wilson Silva, mais alguém de São Paulo?

R – Deixa eu ver... (*pausa*) O **Thomaz Antonio da Silva Meirelles⁴⁵**. Eu levei para incinerar.

P – E quanto às ossadas em cemitérios de São Paulo, delegado? Soubemos que também no Cemitério de Parelheiros (*distrito no extremo sul da cidade*) poderia haver restos mortais de opositores.

R – Nesse assunto, dois policiais que eram da equipe de Fleury poderiam colaborar. Sei que participaram disso, mas teria de convencê-los que é bom falar a verdade.

P – O senhor trabalhou com os bicheiros.

R – O Perdigão descobriu que havia uma trama para matar um bicheiro – os telefones eram grampeados. Acertou com o bicheiro Castor de Andrade, no Rio, e uma equipe matou os dois que tramavam. Eram policiais militares. Foi assim que o bicho começou a pagar informações. No Espírito Santo elegeram a esquerda em 1982 e o governo do Gerson Camata começou a me detonar. O Perdigão disse que o SNI estava fechando as portas, mas que o Castor ajudava os irmãozinhos. Então trabalhei para o bicho. Castor tinha um exército; Beto Calil, outro. Convenci-os de que a união era melhor do que a guerra. Enquanto estive lá o jogo não teve guerra.

P – A Irmandade continua?

R – A maioria, sim. Dizem: o que fazíamos pelo governo, agora fazemos por nós. Até 2005 me ajudaram financeiramente.

P – O senhor é pastor de que igreja?

R – Da Assembleia de Deus. Converti-me quando estava preso pela morte de um bicheiro. Foi errado o que fizemos, mas acreditávamos naquilo. É preciso esclarecer o passado.

Extraído de Pedacos de Morte no Coração – O depoimento de um brasileiro que passou quatro *anos no inferno das prisões políticas da Argentina*, de Flávio Koutzii. Página 25. L&PM Editores, 1984.

Vanguarda Popular Revolucionária. O capitão Carlos Lamarca integrava o seu comando. Defendiam a luta armada contra a ditadura e para tomar o poder.

James N. Green, no livro *Apesar de Vocês – Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*, descreve em pormenores o percurso de sofrimento de Zuzu Angel no Brasil e nos Estados Unidos a buscar informações sobre o filho. A partir da página 423. Companhia das Letras, 2009.

Relatório sobre a repressão política de 1961 a 1979, realizado pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o pastor presbiteriano Jaime Wright, o rabino Henry Sobel e equipe.

Era mãe do deputado federal Márcio Moreira Alves, cujo discurso no pequeno expediente, da tribuna da Câmara dos Deputados, em 1968, serviu de pretexto para os militares baixarem o AI 5.

“Minha mãe, Branca de Mello Franco Alves, foi grande lutadora pelos direitos humanos dentro da Igreja, na Ação Católica e no Conselho de Leigos do Vaticano. Posicionou-se contra a tortura, o exílio, as prisões. Defendia a busca dos desaparecidos. Perseguida pela ditadura, morreu em estranho acidente de carro, não investigado. Temos de seguir adiante e continuar na busca de justiça e na defesa dos direitos humanos.” Comentário à matéria de Carta Maior, 21.05.2013.

Mataram JK? reportagem de Ivo Patarra na revista Caros Amigos de agosto de 1997.

Memórias de uma Guerra Suja, obra citada, páginas 208-209.

Aliança Nacional Libertadora, organizada em 1967 por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira.

Norteada para luta armada, guerrilha. Um partido seria burocratização.

Segundo Cláudio Guerra, Gabeira negou o tiro. Não estava no local em que atingiram Perdigão.

Desde o controvertido acidente aéreo em 18 de julho de 1967, quando morreram o primeiro presidente depois do golpe de 1964, marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o piloto e outras pessoas, aviões que caem com políticos são vistos com desconfiança.

Memórias de uma Guerra Suja, obra citada, página 187.

Dissidência do Partido Comunista que adotou o nome MR-8, organização que fora desbaratada,

Movimento Revolucionário 8 de outubro, data da morte de Che Guevara.

Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, obra citada, página 95.

Partido Comunista do Brasil, dissidência do Partido Comunista Brasileiro, favorável à luta armada.

Enviou, de 1964 a 1966, três pequenas turmas de militantes para um curso político-militar na China.

Sua direção escolheu, em 1969, a região do Araguaia, ao sul do Pará, como ponto para o início da guerra popular. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, obra citada. Página 107.

Informações extensas no livro de Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*. Editora Busca Vida, 1987.

Morto a tiros em 1.11.2012 ao chegar à sua casa. Nela encontraram-se documentos que esmiuçam o atentado. Informações no artigo de Jorge Zaverucha e Hugo Cavalcanti Melo Filho, *Superior Tribunal Militar: entre o autoritarismo e a democracia, em Dados – Revista de Ciências Sociais*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Volume 47, nº 4, 2004. Encontra-se na internet.

Bernardo Kucinski, K – *Relato de uma Busca*, Editora Expressão Popular, 2011. Editora Cosac Naify, 2014.

Um carcereiro da Casa da Morte, o ex-agente militar soldado Antônio Waneir Pinheiro de Lima, o “Camarão”, foi identificado por procuradores federais em Tauá, interior do Ceará, e detido em novembro de 2014. Ele admitiu ser vigia e só. O jornal *O Estado de S.Paulo* publicou uma nota a respeito em 12.11.2014. Inês Etienne Romeu, mulher extraordinariamente digna e corajosa, única a sair viva da Casa da Morte, elaborou uma lista de 19 militares torturadores. Entre eles Waneir, que a estuprou duas vezes. Inês faleceu em abril de 2015, com 72 anos.

A Comissão Nacional da Verdade (Brasília), em março de 2014, ouviu Marival Dias Chaves do Canto sobre a Casa da Morte. Ex-agente do DOI-CODI de São Paulo por 17 anos, Marival foi capa da revista *Veja* de 18.11.1992, quando falou ao jornalista Expedito Filho. Entre revelações macabras, informou que presos políticos como Rosa Kucinski e Wilson Silva, entre outros, eram mortos e esquartejados. Médico psiquiatra do Batalhão da Polícia do Exército, atuava no DOI-CODI. Examinava os torturados para saber se tinham condições de suportar mais tormentos. Foi chamado para examinar o deputado Rubens Paiva. Inês Etienne Romeu relata que Lobo esteve na Casa da Morte.

O presidente Fernando Collor de Melo extinguiu o SNI em 1990.

Talvez Alceri Maria Gomes da Silva, gaúcha, que veio a São Paulo engajada na VPR. Possivelmente enterrada em vala clandestina, em 1970.

Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, nascido em Parintins (AM), pertencia à ALN e foi preso no Rio em 1974. Desaparecido.



EPISÓDIO INESQUECÍVEL

O coronel Erimá Pinheiro Moreira, indignado, descreve a entrega de seis maletas repletas de dólares ao general Amaury Kruel. Para trair Jango

CAPÍTULO III

O irresistível poder da corrupção

“Quando a honra e a lei deixam de estar do mesmo lado, como escolher?”

Anne Bishop, escritora norte-americana.

O ato de corrupção que levou o general Amaury Krueel, homem de confiança do presidente João Goulart, a bandear para os golpistas em 1964, foi testemunhado pelo coronel Erimá Pinheiro Moreira, então major farmacêutico do Hospital Geral do Exército de São Paulo. Decorreu em uma sala de espera do seu laboratório particular, no bairro da Aclimação (zona central da cidade). O coronel Tito Ascoli de Oliva Maya, diretor do hospital, pedira-lhe que cedesse o local porque às 18 horas daquela tarde do dia 31 de março de 1964 haveria uma reunião secreta com o comandante do II Exército, Amaury Krueel. Impossível realizá-la no hospital ou no quartel-general, onde o conheciam.

O clima de conflito e iminente risco de golpe e guerra civil adensava a atmosfera do país, especialmente nos estados mais ricos, São Paulo à frente. O apoio do II Exército, sob o comando de Krueel, era vital ao governo de João Goulart, como assegurava o então chefe do Estado-Maior, general Humberto de Alencar Castello Branco. “Em estado-maior admite-se o risco calculado. Jamais a aventura. Sem a adesão de Krueel tudo será uma aventura.” Ou seja, não participaria de nenhum movimento para derrubar o presidente sem ter o comandante do II Exército ao seu **lado**⁴⁶. Três emissários do governador de Minas Gerais, o banqueiro **Magalhães Pinto**⁴⁷, que tinham ido ao Rio de Janeiro confabular com Castello Branco, dele ouviram a frase ao discutirem a trama do golpe que organizavam.

O general Krueel chegara de automóvel ao laboratório do major farmacêutico Erimá Moreira acompanhado de batedores em motocicletas. O coronel Ascoli o saudou e subiu com ele a uma sala de espera no andar superior do laboratório. Erimá permaneceu na sala de espera do térreo. Quando o visitante Raphael de Souza Noschese, presidente da FIESP, chegou com três homens carregando seis maletas, Erimá deteve-os e exigiu que as abrissem na sua frente. Houve uma pequena discussão, mas as maletas foram abertas. “Eu garantia a vida de Amaury Krueel no meu laboratório. As maletas podiam ter gás, bomba, arma para atacar o general”, explica Erimá. “Foi aí que vi os maços de dólares amarrados, como que saídos do banco”.

Naquele mesmo dia pela manhã, devido à incerteza no quartel e demais dependências do Exército, Krueel dissera aos oficiais reunidos no Hospital Militar: “João Goulart não cai. Defendo com a minha vida. Eu morro, mas ele não cai.” Tal

certeza levou o major farmacêutico a deduzir que o dinheiro se destinava à luta contra os golpistas. Apenas estranhou, depois da partida dos visitantes, a ordem do general: “Major, chame três praças, ponha as malas no porta-malas do meu carro, feche e traga a chave para mim”. Erimá obedeceu como lhe cabia, contra-argumentando mentalmente: mais seguro é o porão insuspeito do meu laboratório.

Depois da partida de Krueel, o coronel Ascoli confidenciou-lhe que o dinheiro vinha do governo americano e somava um milhão e duzentos mil dólares. Um contrassenso para a credulidade de Erimá, pois o governo dos Estados Unidos, na época presidido por Lyndon B. Johnson, ativamente apoiava o golpe – algo bastante conhecido. Não mandariam dinheiro para auxiliar a defesa de João Goulart. O fiel major, no entanto, nada estranhou, talvez devido à pressão de Krueel sobre João Goulart para que se livrasse dos comunistas. Recebia como resposta de Jango que não se tratava de vermelhos e sim de sindicalistas. Krueel persistia no conselho sem com isso sinalizar apoio ao golpe ou à deposição do presidente.

Apenas mais tarde, já no Hospital Geral do Exército de São Paulo (Hospital Militar de Área de São Paulo), para onde se dirigiu com Ascoli, Erimá ouviu pelo rádio a transmissão de um telefonema de Krueel a João Goulart: ameaçava voltar-se contra ele se não demitisse os comunistas do governo. Esse cabo de guerra intencional e contínuo provocava crescente mal-estar, não só entre os militares como em toda a população. Preparava a todos para um possível desfecho sangrento.

O major farmacêutico foi acordado no meio da noite para uma reunião dos oficiais – todos se encontravam de prontidão. Ascoli queria que se manifestassem sobre a posição de Krueel, que aderira à “revolução”. Todos se declararam a favor exceto Erimá, que pediu licença para expor uma dúvida. E ousou: “Acaso o general entregou ao II Exército aqueles dólares que recebeu para defender João Goulart ou os colocou no bolso”? Dito isso saiu da sala.

No dia seguinte recebeu ordem para entrar em férias e na volta soube que fora cassado por subversão. Acabara a sua carreira militar.

Presente à reunião da CMVVH que tratou dos **financiamentos**⁴⁸, estavam Darcy Rodrigues e Raphael Martinelli, 90 anos, líder ferroviário antes do **golpe**⁴⁹. Em 31 de março de 1964, Martinelli encontrava-se ao lado de João Goulart quando o presidente recebeu o telefonema de Amaury Krueel, transmitido pelo rádio e ouvido por Erimá Pinheiro Moreira. Com a mão no bocal para não ser ouvido, Jango disse, segundo o sindicalista: “Estão me colocando contra a parede. Exigem que eu casse a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e prenda a liderança sindical”. O presidente não cedeu.

Depoimento de Erimá Pinheiro Moreira

(resumo)

O depoimento bombástico de 47 minutos do coronel Erimá Pinheiro Moreira foi apresentado em vídeo à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog no dia 18 de fevereiro de 2014. A família preferiu não trazê-lo à sessão normal da CMVVH devido à fragilidade de sua saúde e, principalmente, por segurança.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Ouviremos o depoimento do coronel Erimá Pinheiro Moreira, de 89 anos, natural de Alvinópolis, Minas Gerais, que ocupava o posto de major farmacêutico do Exército de São Paulo em 31 de março de 1964. Em 1960, o senhor passou a servir como major farmacêutico no Hospital Geral do Exército do Cambuci, em São Paulo, onde chefiou o Laboratório de Análises Clínicas. Além disso, o senhor abriu um laboratório de análises clínicas particular, no bairro da Aclimação. O senhor confirma que em 31 de março de 1964 o coronel Tito Ascoli de Oliva Maya, diretor do Hospital Geral do Exército, lhe solicitou que emprestasse a sede do seu laboratório para que o general Amaury Krueel pudesse fazer ali uma reunião, às 18 horas, que não poderia ser realizada na sede do II Exército nem no Hospital Militar?

O Sr. Erimá Pinheiro Moreira – Confirmando. O general Amaury Krueel falara conosco de manhã e disse uma coisa muito simples: “João Goulart não cai, porque eu morro, mas ele não cai. Ele é meu compadre, somos amigos de infância. Fui posto aqui para garanti-lo”.

P – Até aquele momento o senhor considerava o general Amaury um aliado incondicional do presidente da República, João Goulart?

R – Exato.

P – Amaury Krueel foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República de João Goulart e Ministro da Guerra de João Goulart. Depois assumiu o Comando do II Exército de São Paulo. O senhor tinha a convicção de que Amaury Krueel daria a própria vida em defesa do mandato do presidente João Goulart?

R – Foi o que ele disse para nós, os oficiais reunidos de manhã, no dia 31.

P – Era compadre do João Goulart?

R – Disse: “É meu compadre, sou padrinho de um filho dele”.

P – O senhor decidiu que o laboratório de análises clínicas de sua propriedade, situado nas ruas Conselheiro Furtado e Tenente Otávio Gomes, na Aclimação, poderia ser usado com sua autorização, caso fosse preciso, na defesa da Constituição e do presidente João Goulart? O senhor aceitou o uso do seu laboratório?

R – O coronel médico Tito Ascoli de Oliva Maya, diretor do hospital, me pediu. O

general Amaury lhe dissera que uns senhores não queriam (*a reunião*) no Hospital Militar nem no quartel-general. Respondi que poderia ceder o laboratório.

P – No final de tarde de 31 de março de 64, o coronel Tito Ascoli de Oliva Maya acompanhou o senhor até o laboratório.

R – No meu carro. Eu levei.

P – Em seguida o general Amaury chega de automóvel. Cinco batedores de motocicletas o acompanham. Certo?

R – Certo.

P – Ele comunica ao senhor que vai receber alguns senhores, e o senhor indica que ele pode fazer a reunião no piso superior do imóvel. O senhor confirma isso?

R – Era uma sala de espera, ali tinha consultório médico também.

P – O senhor cedeu a melhor instalação?

R – A sala de espera era muito bem montada.

P – E o general subiu?

R – Subiu a escada e ficou lá.

P – Subiu sozinho?

R – Subiu com o coronel Tito de Oliva Maya. Acho que o coronel esteve presente em tudo.

P – Só os dois subiram?

R – Eu fiquei embaixo, na sala da porta do laboratório, esperando chegar o pessoal que ia falar com ele.

P – Os batedores ficaram na rua?

R – Os batedores ficaram na rua.

P – Em seguida, o senhor testemunha a chegada do presidente da FIESP, Federação das Indústrias de São Paulo, Raphael de Souza Noschese.

R – Sim. Veio acompanhado de três homens.

P – Cada um desses homens trazia o que nas mãos?

R – Cada um trazia duas maletas, uma em cada braço. No total, seis maletas. Como o general estava lá em cima, no meu laboratório, eu era quem garantia a vida dele. Nas maletas podia ter um gás, uma bomba, um negócio...

P – O senhor ficou preocupado porque o Amaury Krueel tinha falado em defender João Goulart. Receou que houvesse alguma coisa ali.

R – Alguma coisa. Um revólver, um gás, qualquer coisa para nos atacar e que liquidasse o Amaury Krueel.

P – Matasse o general.

R – Sim. Mande abrir a mala.

P – Na hora, o senhor falou o quê?

R – Mande abrir as malas. Começou uma briga mas olhei e vi que era só dólar, dólar, dólar. Todas elas cheias de dólares.

P – A mala era grande?

R – Aquelas maletas assim (*sugere maleta profissional*). Todas cheias de dólares. Amarradinhos do banco, aqueles pacotes de depósito bancário.

P – Naquele mesmo dia, mais tarde, o coronel Tito Ascoli de Oliva Maya lhe informou que as seis maletas continham quanto?

R – Um milhão e duzentos mil dólares.

P – O próprio coronel falou isso ao senhor?

R – Falou.

P – O senhor não contou as notas, só viu?

R – Só vi as notas.

P – O coronel Tito Ascoli de Oliva Maya também lhe disse que o dinheiro havia sido providenciado por quem? O senhor se lembra? Quem tinha arrumado aquele dinheiro?

R – O coronel falou que o dinheiro foi mandado pelo governo americano.

P – Ao se certificar de que não havia armas na maleta naquela ocasião, o senhor anunciou ao general Amaury Kruehl que os homens da reunião tinham chegado. Ele ordenou o quê?

R – Manda subir. Então eu mandei subir.

P – Subiram com as maletas?

R – Subiram com as maletas.

P – O senhor permaneceu no andar de baixo fazendo a segurança.

R – Sim. Tomando conta. Ficaram em cima por uns cinco a dez minutos. Logo depois, Amaury Kruehl me pediu que mandasse três soldados buscar as maletas. Ele disse: “Major, manda subir três soldados com as chaves do carro”. Aí chamei três dos batedores. Peguei as chaves do carro, subi com os três e entreguei as chaves ao general.

P – Para quem você entregou?

R – Ao general Amaury Kruehl. Ele deu duas maletas para cada praça e me disse: “Major, põe no porta-malas do meu carro, fecha o porta-malas e traz a chave para mim.” Não tem dúvida. Fui com os homens acompanhar as maletas até o carro. Abri o porta-malas, puseram dentro. Fechei e entreguei a chave para o general.

P – O senhor achava o quê? O que passou pela sua cabeça? Aquele dinheiro era para quê?

R – Ele garantia João Goulart. Era dinheiro chegando aqui para ele poder segurar Minas Gerais, impedir a revolução.

P – O senhor achava que ele estava...

R – Estava se preparando para alguma coisa.

P – Bom, aí o general Amaury Krueel foi embora, e o senhor fechou o laboratório de análises clínicas.

R – Voltei com o Dr. Tito Ascoli de Oliva Maya para o hospital militar. Nós estávamos de prontidão.

P – Foi em qual carro?

R – No meu carro. No hospital fui ao meu quarto mudar de roupa e liguei o radinho para ouvir o noticiário. Liguei o rádio e fiquei ouvindo. Aí ouvi o general Amaury Krueel telefonando para o João Goulart: “Presidente, demita os comunistas do seu governo, senão estarei contra o senhor”. João Goulart respondeu assim: “Amaury, eu não tenho comunistas, eu tenho sindicalistas no meu governo. Eles não são comunistas, são sindicalistas”. E Krueel: “Demita porque eu tenho de ouvir na televisão a demissão deles, senão estarei contra o senhor”.

P – O senhor ouviu isso no rádio?

R – Ouvi no rádio. O Amaury Krueel telefonou para o presidente João Goulart e exigiu que ele demitisse os comunistas, senão iria virar contra.

P – Era a voz do Krueel?

R – Era a voz do Krueel, sim. “Demita os comunistas do seu governo, senão estarei contra o senhor.” E aí o Krueel passou para o lado da revolução.

P – Naquela noite, o senhor já estava dormindo no seu quarto do Hospital Geral do Exército, quando foi chamado ao gabinete do diretor, o coronel Tito Ascoli de Oliva Maya. Havia quinze oficiais no local, na sala do coronel.

R – Todos os oficiais médicos que trabalhavam no hospital estavam lá.

P – O senhor era o único major na época?

R – Não, havia vários majores.

P – O senhor foi o único que se posicionou ao lado do João Goulart, de todo aquele pessoal?

R – O que aconteceu foi o seguinte: era uma reunião de oficiais. Um coronel de infantaria estava ali, em pé, ao lado do coronel Tito. E o coronel Tito disse assim: “Senhores, o general Amaury Krueel mandou o coronel fulano de tal aqui, para saber se os senhores estão a favor dele ou já estão contra, porque ele acabou de aderir à

revolução”. Aí começou: o coronel fulano, subdiretor do hospital: “Estou integralmente ao lado de Amaury Krueel”. Quando chegou a minha vez, eu falei ao oficial da infantaria: “Coronel, posso fazer uma pergunta?” Ele: “Pode. O senhor quer me acompanhar?” “Não, não, tem de ser publicamente”, ele disse. E pensei comigo: me danei todo, mas vou perguntar. “Coronel, por acaso o general Amaury Krueel entregou ao II Exército aquele milhão de dólares que recebeu do governo americano para defender João Goulart ou botou no bolso? Se ele botou no bolso, eu não posso estar a favor dele”. “Saia da sala!” foi a reação.

Saí e fui dormir. De manhã, às sete horas da manhã, quando eu me levanto para trabalhar no meu serviço, o Dr. Tito chega: “Major, você está em férias a partir de hoje. Vai para casa, pega o carro e leva a tua família para passear por um mês; vai clarear a cabeça, melhorar a sua cabeça”. Então cheguei em casa, expliquei e viajamos. Para Alvinópolis, Juiz de Fora. Eu já sabia que estava estrepado. Quando voltei, subindo a ladeira à frente do Hospital Geral Militar, um funcionário fez sinal para mim lá de cima, para eu parar. Estacionei na beirada, descí. “Compre um jornal”, disse. Comprei e li: “Cassado o major farmacêutico Erimá Pinheiro Moreira”. Enquanto estive fora encenaram uma documentação falsa, de que eu era subversivo, de que eu era uma porção de coisas. E me cassaram.

P – Forjaram documentos falsos?

R – Forjaram documentos falsos, me acusaram de tudo. Arrumaram uns IPMS (*Inquérito Policial Militar*) contra mim. Nem tomei conhecimento. Fui cassado, posto para fora do Exército.

P – Deixa eu perguntar e o senhor responde se achar que pode: o senhor nunca participou como militar, como major, como oficial do Exército, nunca participou de articulação política, sempre foi um profissional do Exército?

R – Sempre fui apaixonado pelo Brasil. Nunca botei o pé fora, nem perto do Uruguai. Não saio deste país de jeito nenhum. O meu filho mais velho conhece a Europa, a Ásia. Vira e mexe está na Europa por conta do trabalho dele. O meu caçula viajou agora com a mulher para a China. Eu nunca saí do Brasil e não saio. Considero este o maior país do mundo.

P – Coronel, o senhor era um militar profissional da farda.

R – Da farda.

P – Cumpridor do seu dever.

R – Completamente.

P – Até que o senhor viu o seu comandante mudar de opinião depois que pegou as malas. Foi isso?

R – Foi.

P – Aí o senhor falou: “Não, aí não dá.”

R – Não, aí não. Aí eu denunciei.

P – E, por denunciar, o senhor entrou em férias de 30 dias, e depois...

R – Depois que pararam o meu carro na ladeira do hospital voltei para casa e falei à minha mulher: “Apronta aí, que você vai ter uma vida duríssima”.

P – Coronel, o senhor foi vigiado durante o governo militar pelo Exército ou pelo DOPS? Eles fiscalizavam sua vida?

R – Ah, vira e mexe. O DOPS pôs uma banca de jornal na porta do meu laboratório. Vigava quem entrava lá para falar comigo.

P – E o Exército também? Além do DOPS, o Exército?

R – Vira e mexe vinha um sargento, um fardado. Como se estivesse querendo fazer um exame de laboratório, mas para saber o que eu estava fazendo.

P – E o sargento que apareceu de madrugada?

R – Tive pena do coitado, ele quase desmaiou na porta da minha casa. Duas horas da manhã, eu estou dormindo, páh! páh! com o fuzil na porta, batendo com força. Abri a porta, vi lá o sargento e um caminhão parado cheio de praças, todos embalados de arma na mão. O sargento perguntou: “O senhor é Erimá Pinheiro Moreira? Falei: “Sou”. “O senhor está preso”. “Companheiro, só não posso ir de pijama. Posso mudar uma roupa?” Ele concordou mas avisou: “Estou com esse caminhão aqui e tem outro fechando a rua lá e a rua daqui, para o senhor não fugir”. “Não, eu não vou fugir, não, só vou me aprontar”. Fui lá dentro, vesti a minha farda de major, peguei a identidade: “Está aqui. Eu sou major do Exército, filho. Você é sargento, você vai me prender?” O coitado do sargento quase que desmaiou quando viu que eu era major: “Não posso prender”. Dei o telefone para ele e disse. “Ligue para o teu coronel, que você não pode me prender”. Depois peguei o telefone e disse: “Coronel, a uma hora da tarde estarei aí falando com o senhor, para responder às suas perguntas”.

P – E o senhor foi ao coronel depois?

R – Fui ao quartel-general.

P – E o que ele perguntou ao senhor?

R – Primeiro me deixaram sentado numa cadeira por duas horas e meia. O sujeito passava, olhava para mim. Outro passava, passavam, passavam. Ninguém me perguntou nada. Eu olhei o relógio. Estava cheio de exames para fazer no laboratório. Levantei, peguei a pastinha e já ia saindo. “Já vai, já vai, já vai, espera”. “Se o senhor quer falar comigo, fala agora, mas não me deixe sentado, que o senhor já está com a vida ganha, e eu tenho que ganhar a minha”. Sentei lá. “O que o senhor quer perguntar?” “Major, o que o senhor tem a ver com o caminhão que explodiu na porta do quartel-general?” Digo: “Posso garantir para o senhor que mais brasileiro do que

eu sou ninguém é, porque com vinte anos de idade eu já estava fardado e oficial do Exército”. A minha briga foi com o general Amaury Krueel, só. Não tem mais nada. Só isso”.

P – O senhor chegou a ser chamado de subversivo e comunista pelos vizinhos, moradores ao redor?

R – Eu tive que mudar de casa, no Cambuci. A minha esposa, coitada, chegava à janela e ouvia das mulheres vizinhas: “Olha a mulher do comunista!” Ela sabia que a questão foi outra.

P – O senhor já respondeu, mas pergunto de novo, para o senhor responder com toda a sinceridade. O senhor foi, alguma vez na sua vida, ou o senhor ainda é comunista?

R – Eu nunca fui comunista na vida. Eu sou brasileiro nato, admiro o país, não tenho problema político nenhum, nunca fui político, nunca me meti em política, nem coisa nenhuma. Eu sou brasileiro.

P – O senhor tem a informação de que o general Amaury Krueel comprou duas fazendas na Bahia com o dinheiro do suborno?

R – Sim, e dada por um amigo do Exército, que me disse: “O general Amaury Krueel comprou duas fazendas”.

P – Ninguém estranhou a sua cassação, no Exército?

R - O general Carlos Luís Guedes, que fez a revolução com o general Mourão. Era meu amigo particular em São João del-Rei, vizinho, carregava o meu filho no colo, a mulher era amiga da minha mulher. Eu estava trabalhando aqui (*São Paulo*), no meu laboratório, e recebi um telefonema do general Guedes: “Erimá, o que há com você aí, filho? Chegou aqui uma notícia de que você foi cassado da revolução.” Confirmei. “Por que não me procurou, seu porcaria? Você deveria ter me procurado de imediato, que eu mandava anular a sua cassação”. Respondi que aí teria de voltar a servir com o general Amaury Krueel, e não queria. Melhor ficar na vida civil. O Guedes perguntou: “O que é que você faz? Eu tenho uma denúncia aqui de um capitão médico, que era seu amigo. Ele disse que você, toda sexta-feira, às seis horas da tarde, faz uma reunião com vários senhores para depor o presidente da República”.

P – E o senhor, coronel, respondeu o quê?

R – Eu: olha, isso aí é muito importante, tão grande! Pô, eu vou depor um presidente da República! Aí o Guedes perguntou: “Erimá, o que você faz nessa reunião?” Respondi: General, eu vou te convidar. Vem aqui que o senhor vai ver o que é. Eu precisava fazer higiene mental para voltar a ter a mesma disposição de vida que tinha, pois sofro perseguição de todo lado. Então reuni uns senhores aqui e contratei um mágico profissional para nos ensinar a fazer mágica para criança de quatro a dez anos.

Eu tenho até o caderno com mais de 200 mágicas que aprendi com ele. Mágica de barbante, jornal, moeda, baralho, dedal, com tudo aquilo, para brincar. Então, em aniversário lá em casa, eu faço show para as famílias e os meninos que vêm. E o senhor está convidado a vir assistir. Aí perguntei: General Guedes, por acaso o senhor recebe no seu gabinete do quartel-general um major cassado?

P – Em São Paulo?

R – Sim. O Amaury trouxe o Guedes a São Paulo. Para pisar nele. Porque o Guedes é que fez a revolução quando ele, Amaury, é que devia ter segurado a revolução. “Recebo”, disse o Guedes. Então sentei e escrevi na minha máquina de escrever uma longa carta, de duas páginas. Assinei, reconheci a firma no cartório, dobrei a carta, botei no envelope e fui lá visitar o general. Ele veio me abraçar: “Mas, seu porcaria, por que não me avisou logo? Vou mandar anular a tua cassação.” Respondi que não, a minha vida civil estava completa. Não precisava mais do Exército. Sou um elemento civil, expliquei. Trabalho na vida civil de São Paulo. Sou conhecido, tenho a minha vida organizada aqui. “Mas o que houve?” Aí contei para ele: “Eu vi isso, isso e isso”. “Mas é uma loucura”. Quando eu estava saindo, falei: “General, desculpa, esqueci uma coisa: tenho uma carta aqui para dar ao senhor, com firma reconhecida. Faça dela o uso que o senhor quiser”.

P – Na carta o senhor contava tudo?

R – Contava a história todinha do general Amaury Krueel. Dois dias depois o Guedes foi ao meu laboratório: “Erimá, tenho uma notícia para te dar. Aquela tua carta eu xeroquei, botei na mesa do general Amaury Krueel. Quando ele chegou, eu falei: leia aí, general. Estou autorizado pelo Erimá até a publicar na imprensa brasileira ou internacional. Ele reconheceu a firma para assumir que foi ele quem a escreveu. Está aí, autorizado. O senhor tem 24 horas para pedir reforma e sumir do mapa.

P - O Guedes falou para o...

R - O Guedes falou para o Amaury. “Tem 24 horas para pedir reforma e sumir do mapa”. Krueel passou a mão num papel, pediu reforma ali: “Toma, está aqui a minha reforma. Eu vou embora”. E sumiu do mapa.

P - O Krueel pediu reforma por causa da carta?

R – Sim. O Guedes ia publicar na **imprensa**⁵⁰.

P – Coronel, o senhor ainda é um militar cassado?

R – Não. Com a anistia, hoje sou coronel farmacêutico reformado.

P – Quando o senhor foi anistiado?

R – Anistia geral, em 1979, e me promoveram a tenente-coronel. Aí reclamei. Quero ser coronel porque tenho direito legal. Entrei na Justiça, ganhei o processo, hoje sou coronel farmacêutico.

P – O senhor ainda tem a farda?

R – Não. Uma vez cassado, deixei de ser militar e decidi sumir com tudo. Se fosse hoje eu teria a mesma atitude. Sou brasileiro, seja lá o que venha, estarei no Brasil. E não aceito safadeza. Então, se o Kruel distribuísse o dinheiro para o II Exército defender o João Goulart, eu seria a favor dele. Se botou no bolso, não.

P – Coronel, a carta que o senhor escreveu na máquina de escrever nunca foi divulgada?

R – Não. O General Guedes é que ficou com ela.

P – O senhor não tem cópia?

R – Não tem cópia, não. É essa a história, contando como foi. Eu dei a carta para o General Guedes. Mas vou fazer 90 anos e tenho de contar. Meus filhos brigaram comigo: “Papai, o senhor é louco. O senhor vai contar, daqui a pouco vem um elemento (ininteligível) liquida com o senhor”. Peguei o telefone e localizei o filho do João Goulart, contei tudo. Ele pediu para eu gravar. Respondi: “Gravo, pode trazer gravador”. Eu tenho obrigação moral de contar. A minha idade já está chegando ao fim. Então ele veio com a esposa, me gravaram aqui. A gravação faz parte do Instituto João Goulart no Rio de Janeiro. Eu estava com isso na cabeça. Não podia levar isso embora, sem contar essa história de justiça a João Goulart. Não sou janguista, não. Sempre fui um cara de linha reta, nunca mexi para lado nenhum político. Até esta casa, comprei na vida civil.

P – Como se chama o médico que denunciou o senhor por reunir pessoas?

R – José Forma (ou Forman), capitão médico do Hospital Geral Militar. Oftalmologista. Achou que as reuniões que eu fazia, às 6h da tarde, eram para derrubar o presidente da República, então o Castello Branco. Éramos avós, todos de idade. O Dr. Tamandaré Uchôa era mais velho do que eu. Aprendíamos esses truquezinhos que se fazem para crianças. Em aniversário na minha casa reunia os colegas dos meus filhos e as famílias, punha a mesinha com o material e dava um showzinho de mágica para me distrair. Uma higiene mental, porque saía na rua tinha sempre um sargento querendo saber para onde ia, para fazer o quê? Vigiavam sempre. Eu não dava bola.

P – O senhor nunca teve mais contato com o general Amaury?

R – Não, nunca mais vi a cara dele. Depois que brigamos e o general Guedes comprou a briga, eu fiz a vida civil.

P – Antes, o senhor conversava com Kruel?

R – Eu ia ao quartel-general para bater papo com os outros no salão. Vira e mexe ele vinha conversar com os oficiais.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Está muito bom, muito esclarecedor.
Muito obrigado.

Pedro Gomes, capítulo *Minas: do diálogo ao “Front”*, no livro *Idos de Março*, de Alberto Dines e outros, página 4. José Álvaro Editor, 1964, 2ª edição.

José de Magalhães Pinto, um dos fundadores do Banco Nacional de Minas Gerais, então o segundo maior do país. Ativo articulador civil do golpe de 1964.

Capítulo VI, sobre as cadeias de comando e de financiamento do golpe.

Participou da ALN. Preso e torturado em 1970. Solto três anos e três meses depois.

O general Amauri Kruel passou para a reforma em 1966, promovido a marechal. Tinha 65 anos.



Arquivo Pessoal

ANOS DE MILITÂNCIA

Capitão Darcy, de volta ao Vale do Ribeira, em 2014: múltiplos
sentimentos

CAPÍTULO IV

Sargento Darcy Rodrigues

“Os prisioneiros de guerra têm direito, em todas as circunstâncias, a um tratamento humano, bem como ao respeito da sua pessoa e da sua honra (III, 13, 14). As mulheres devem ser tratadas com todas as atenções devidas ao seu sexo (III, 14).”

Convenção de Genebra de agosto de 1949.

O capitão reformado do Exército Darcy Rodrigues compareceu à Comissão Municipal da verdade Vladimir Herzog em 23 de setembro de 2014. Falou dos preparativos do II Exército para defender o governo ameaçado de João Goulart. Do inconformismo quando o general Kruel traiu o presidente. Do abandono do quartel, com armas, para lutar ao lado do amigo e companheiro de farda Carlos Lamarca. Dos acampamentos no Vale do Ribeira, em treinamento de guerrilha. Da prisão e das torturas.

Depoimento de Darcy Rodrigues

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – *(para a audiência)* O capitão Darcy Rodrigues, sargento em 1964, integrava a tropa sob o comando do general Amaury Kruel. *(volta-se para o depoente à Mesa)*. Certo?

O Sr. Darcy Rodrigues – Eu era da 1ª Companhia de Fuzileiros. Estávamos aquartelados no dia 30 de março de 1964. Ao me levantar constatei uma frota de jipes zero quilômetro, sem placas, estacionados na frente do quartel. Apuramos que os jipes vieram da Casa Civil do governo de São Paulo. Junto a eles, vários ônibus para deslocamento de tropas. Contribuição da FIESP. Logo nos aquartelamos no Ibirapuera, sede do II Exército, à espera da decisão ante à turbulência daqueles dias.

No dia 31 de março, por volta das 17h30, soubemos que o general Amaury Kruel, comandante do II Exército, teria imposto ao presidente João Goulart a cassação da CGT e a prisão da liderança sindical para continuar a apoiá-lo. Por telefone. Está aqui presente *(o depoente faz um gesto para indicá-lo)* uma figura simbólica do movimento sindical do Brasil, o companheiro Martinelli. Ele se encontrava ao lado de Jango, que tapou o bocal e lhe contou o que o general exigia. Depois o presidente respondeu general: “É impossível fazer esse acordo com V. S^a.” Até então Kruel se declarava fiel aos poderes constituídos, à ordem, à lei e particularmente ao seu compadre João Goulart. Eu não conhecia o episódio das malas de dinheiro. Porém a mudança repentina é indício claro da força convincente que o fez mudar de posição.



Acervo CMSP

Em setembro de 2014, ao lado de Ricardo Young e Gilberto Natalini, Darcy fala à Comissão Municipal da Verdade sobre a militância de esquerda no Exército

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Como era a relação do presidente João Goulart com os sargentos?

O Sr. Darcy Rodrigues – Estreita, de grande afinidade. Em Osasco construiu-se um núcleo de 250 casas para os sargentos, financiado pelo governo federal.

P – E a sua relação com o capitão Carlos Lamarca?

R – Um irmão. Conhecemo-nos quando ele era segundo tenente e eu recém-saído da Escola de Sargento das Armas. Lamarca tinha participado da resistência contra o golpe, em 1961, que pretendia impedir a posse de **João Goulart**⁵¹. Dentro da escola, eu conseguira angariar apoio contra a tentativa de deslocamento para um possível movimento militar. O Lamarca ficou sabendo. Logo que cheguei ao então 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, Lamarca me disse que gostaria de discutir o golpe branco do parlamentarismo, tática para evitar a proposta de reformas do Jango. Particpei assim de um grupo de estudos de oficiais e fundei, com outros sargentos, o círculo de subtenentes e sargentos da guarnição. O objetivo imediato era mudar o estatuto dos militares, com ranço de séculos atrás. Sargento não podia se casar nem

usar trajes civis antes de cinco anos de graduação. Nas questões políticas e ideológicas, havia uma discussão paralela ao trabalho que Lamarca fazia.

P – Como vocês reagiram ao golpe militar?

R – O Lamarca estava em **Suez**⁵². Quando voltou, depois do golpe, quis saber o que sobrou do grupo de estudos. Nada. Duas dezenas de sargentos e dois oficiais foram atingidos (*pela “limpeza” nas Forças Armadas com reformas, expulsões*). Recomeçamos.

O Sr. Ricardo Young – Evoluiu o grupo de estudos de vocês?

O Sr. Darcy Rodrigues – A VPR, quando começaram nossos contatos com a organização, designou quadros para as reuniões; estudávamos clássicos e filosofia. Quando saímos do Exército, dia 24 de janeiro de 1969, quisemos preservar o grupo e saímos só quatro do quartel: Lamarca, o soldado Zanirato, o cabo Mariane e eu. Infelizmente houve uma delação. Prenderam o sargento Pedreira e mais quatro.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Quem fez a delação?

O Sr. Darcy Rodrigues – Sei de alguns que talvez fossem delatores, mas não tenho certeza.

P – Em quantas ações de expropriação de armas o senhor participou?

R – Participei de ações e de planejamentos. Algumas não se realizaram. Ao todo, duas em São Paulo e três no Rio.

P – E o cofre do Adhemar de Barros?

R – Comandei um contingente de São Paulo, umas 15 pessoas. Usávamos roupas de policiais federais. Ficamos três na porta da casa atuando como segurança e o restante alegou denúncia de corrupção para entrar. Renderam as pessoas, retiraram o cofre, puseram numa Rural Willys. Acompanhei com carro até certo ponto. Aí embarquei na Rural e fomos a Jacarepaguá, onde montáramos um esquema. Realmente, havia 2 milhões e 456 mil dólares, mais uns quebrados. Uma surpresa! Não sabíamos nem se haveria dinheiro. Tudo vinha da venda de medicamentos do governo, repassados a laboratórios particulares. Corrupção.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Essa prática fez escola, até hoje tem gente seguindo o Adhemar. E qual o destino do dinheiro?

O Sr. Darcy Rodrigues – A disciplina, rigorosa, impedia que os militantes soubessem de fatos que comprometeriam a organização. Tenho isso muito desenvolvido graças à formação militar. Só sei que distribuíram os dólares por vários lugares. Acidentalmente eu soube que um deles era a Embaixada da Argélia. Logo

depois o embaixador foi expulso.

P – Qual o seu cargo na organização? Comando?

R – Comandante de grupos e combate; no antigo Estado da Guanabara, coordenador militar da região, o setor mais importante. No Vale do Ribeira, subcomandante do campo, substituto eventual do comandante Lamarca e comandante de uma das duas bases, a **Carlos Roberto Zanirato**⁵³. Yoshitane Fujimori comandava a **Eremias Delizoicov**⁵⁴.

P – Qual a data em que prenderam o senhor? E em que circunstâncias?

R – Saí pela mata para escolher um ponto de onde observaríamos a tropa que já cercava a **área**⁵⁵. Ali fiquei com o Edmauro Gopfert. Ao retornar, Lamarca pediu que da próxima vez eu fosse ao ponto com **José Lavecchia**⁵⁶, pois nas matas mais inóspitas ele se deslocava com maior facilidade. Mas ele caiu em cima do rádio e perdemos contato.

Aproximamo-nos dos bivaques, fizemos as anotações. Nesse espaço de tempo, como não nos comunicamos de manhã, Lamarca designou uma patrulha para ir ao nosso posto de observação. Quando se aproximaram e viram que o Exército já ocupava o morro, com gritaria e barulhos, deduziram que fomos presos. Voltaram. Lamarca aguardou o tempo que se combinava e como não chegamos, retirou o pessoal.

Nós conseguimos voltar apesar de um encontro com pelotão, o primeiro combate no Vale do Ribeira. Chegamos ao ponto de encontro, mas o Lamarca se retirara. Tentamos localizar a trilha de saída do pessoal. Não deu. Decidimos aguardar até as forças do cerco partirem. Ficamos dentro do cerco uns nove dias. Percebemos que o cerco se estreitava. Aprendi com o pessoal de **Caparaó**⁵⁷ que quando passa uma viatura à noite, o pessoal do cerco fica momentaneamente cego. Assim, quando um caminhão passou saltamos na estrada e saímos do cerco.

Por falta de informação, não sabíamos que Lamarca e cinco homens se confrontaram com uma tropa em Eldorado. E que a partir daí o comando do cerco ordenou perseguir Lamarca. Nosso planejamento era fuga para o norte, provável destino de Lamarca. Então saímos para o leste. Mas foi onde Lamarca combateu as tropas do tenente Mendes. E quando achei que chegávamos a Eldorado, caímos na emboscada. Lavecchia e eu fomos presos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – A Convenção de Genebra reza que na guerra, preso o adversário, ele deve ter tratamento condizente com os estatutos internacionais. O que aconteceu com o senhor?

O Sr. Darcy Rodrigues – A todas as perguntas eu respondia de acordo com a Convenção de Genebra: meu nome é tal, sou militante da VPR e fui preso numa

emboscada. Isso os irritou bastante. Eu tinha cápsulas que seriam de cianureto de potássio. Quando me prenderam tirei de uma caixa de fósforos a cápsula e me disse: acabou aqui. Só que não aconteceu nada.

Havia uma sala de torturas improvisada em uma barraca. Com pau de arara e choque com magneto. Ficávamos deitados, os braços e as pernas abertas, e estacas em cada tornozelo, cada pulso, amarrados com corda. Assim ficamos dez dias, estaqueados. Usavam-nos à frente, amarrados, quando saíam em patrulha. E nos torturavam no pau de arara com choques.

Durante esses dias não nos alimentavam, o que é outro tipo de tortura. Uma vez, de manhã, deram um pouco de café com leite. Talvez no oitavo dia, algumas colheres de arroz e feijão. Duas vezes um soldado de passagem nos deu uma banana e um pedaço de chocolate. Fome e sede. Não davam água. É terrível. Um dia, estávamos ali há três meses, nem sei, me puseram no pau de arara e deram choque. Eu dizia: estou no mato, fora da organização. Que posso saber? Resolveram torturar o Lavecchia e essa foi uma das grandes torturas. O companheiro torturado para que eu falasse. Ele me dizia: comandante, não abra, não fale. Que nobreza, que valentia a do companheiro! Isso causava ódio nos oficiais, inclusive no Erasmo Dias.

P – O Erasmo estava no Vale do Ribeira?

R – Sim.

P – Torturou o senhor?

R – Sim. Engatilhou a pistola, deu tiro por cima das nossas cabeças.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Ele dizia aqui na Câmara (*foi vereador*) que nunca torturou ninguém. Jurava.

O Sr. Darcy Rodrigues – Jurava em vão. Se há inferno ele queima no caldeirão do capeta porque era um mentiroso, safado, sem-vergonha.

P – O senhor lembra outros nomes, além do Erasmo?

R – Todos os oficiais do 4º Regimento. O major Oyama Olinto Mancini participou diretamente de torturas e interrogatórios. O sargento Aramis. Ao tenente Paulo Rodrigues eu disse que ele estava vivo porque eu o determinei. Ele esteve na minha mira em nosso confronto, várias vezes. Mas o nosso objetivo era só sair da região.

Eu tinha o agravante de ser militar e companheiro de Lamarca. E ainda me reconheceram porque estive no assalto ao quartel de Manguinhos (*no Rio, para obter armas*). Ali aconteceu um episódio engraçado. Todos rendidos num salão, chegou um soldado correndo e perguntou o que estava acontecendo. Disse calmamente a ele que estava fora do posto, que voltasse para lá.

P – Qual a sua opinião sobre os justiçamentos?

R – Sempre fui contra. Queriam justificar um militante, Paulinho, porque sabia muito. Fui o voto que decidiu deixá-lo partir para o Uruguai. O único justiçamento ocorreu em situação de combate, do tenente Mendes. Lamarca prendeu cerca de 37 combatentes da Polícia Militar comandados pelo tenente. Conversou com ele: liberaria a tropa em troca de o tenente dizer onde estavam as barreiras para que pudéssemos sair do Vale sem problemas. Ele concordou. O Lamarca deu os primeiros-socorros aos feridos, liberou as armas sem munição. Mas o tenente não cumpriu. (*tentou armar uma cilada*)

P – Qual a sua opinião sobre o Cabo Anselmo?

R – Dizem que ele traiu, ainda marinheiro, quando o prenderam logo depois do golpe. Acho que antes disso já traía. Ele saiu do país graças à VPR. Em Cuba procurou a minha esposa. Explicou que voltaria ao Brasil e tinha de me encontrar. Precisava de foto recente minha, pois não se lembrava mais de mim. Ora, ele não me conhecia, nunca me conheceu.

P – E sobre a OBAN e depois o DOI-CODI?

R – São a SS brasileira. Para mim, os cadetes mandados para a Alemanha em 1907, 1909 e 1910, para estagiar no Exército alemão, tentaram várias vezes tomar o poder no Brasil. Eram os tenentes de 1922 e os generais de 1964.

P – O que o senhor pode trazer à Comissão sobre a presidente Dilma Rousseff, na luta contra a ditadura militar?

R – Militamos juntos por pouco tempo em 1969. Sinto profundo respeito pela Dilma. Ela é uma espécie de refém do sistema porque não tem condição de fazer o que gostaria.



Acervo CMSP

Encontro de velhos amigos da Vanguarda Popular Revolucionária: Darcy Rodrigues e Emílio Ivo Ulrich

O Sr. Toninho Vespoli – Havia conflitos na organização, certo?

O Sr. Darcy Rodrigues – Perfeito. Um grupo defendia a guerrilha rural e a formação de um embrião de exército popular. Eu fazia parte dele. Era liderado pelo Lamarca. A Dilma defendia o trabalho de massa e, talvez, um arremedo de partido. Nós entendíamos que nesse caso o braço armado seria apenas um instrumento do trabalho urbano. Por isso houve a cisão. Tenho segurança de que a Dilma estava certa e nós, errados.

O Sr. Toninho Vespoli – Hoje se discute muito o papel da Polícia Militar, e não do Exército. O senhor acha que existem resquícios muito fortes em nossa PM, do modelo de Exército que tivemos na ditadura?

R – Essa PM que está aí é fruto da ditadura. Antes de 1964 existia a Força Pública e a Guarda Civil, com propósitos totalmente diferentes. A Guarda Civil era a força de elite, orientadora da sociedade. Fico estarrecido quando setores da PM nos acusam de revanchistas. Eles são vítimas. Pegaram a Guarda Civil e a Força Pública e as transformaram em instrumento militar, uma polícia militarizada. Estou convencido de

que a polícia deve servir à cidadania, ser orientadora, educadora.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Quero agradecer, em nome dos vereadores Toninho Vespoli, Ricardo Young e todos os vereadores de nossa comissão, a sua presença. Foi muito importante a sua participação, o que disse, o seu exemplo de dignidade.

O Sr. Darcy Rodrigues – Sou um instrumento da busca da verdade. Como tal, à disposição em qualquer **circunstância**⁵⁸.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrados os trabalhos. Obrigado.

Flávio Tavares escreveu a respeito o livro *1961 – O Golpe Derrotado*. Editora L&PM, 2012
O Brasil participou das Forças de Paz da ONU que intervieram na guerra de 1956 entre Inglaterra, França e Israel contra o Egito e os países árabes. Causa: a nacionalização do Canal de Suez pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, o que fecharia a rota marinha crucial entre o Mediterrâneo, o Mar Vermelho e o Oceano Índico.

Soldado Carlos Roberto Zanirato, assassinado sob tortura em junho de 1969. Enterrado na vala clandestina do cemitério de Vila Formosa.

Eremias Delizoicov, morto a tiros no cerco a um aparelho da Vila Kosmos (*zona norte do Rio*), em outubro de 1969.

Por ter objetivo de treinamento, o cerco policial à área permitia o exercício prático de furá-lo.

Desaparecido em 1974 com três companheiros, um deles Onofre Pinto. Atraídos para uma cilada, provavelmente montada pelo infiltrado cabo Anselmo, foram executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

Entre 1966 e 1967, na serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo, militares do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ligados a Leonel Brizola, alguns com treinamento em Cuba, pretenderam iniciar um foco guerrilheiro. Foram detectados depois de algum tempo e presos. Antonio Pedroso Junior escreveu uma biografia de Darcy Rodrigues, *Sargento Darcy, Lugar Tenente de Lamarca*. Edição do Centro de Estudos Sociais, Políticos e de Preservação da História, 2003.



Gute Garbelotto / CMSP

BODE EXPIATÓRIO

Josias Nunes de Oliveira, escolhido para ocultar o crime de atentado a JK. Perseguido, frágil, sem poder, abandonado pela família. A Justiça absolveu-o duas vezes. Mas quem pode lhe devolver anos de felicidade perdida?

CAPÍTULO V

Atentado à esperança: Juscelino Kubitschek

“Algumas evidências circunstanciais são muito fortes.

Como se você achasse uma truta no leite.”

Henry David Thoreau (1817-1862), poeta, naturalista e historiador americano.

Os anos dourados de JK

Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart elegeram-se presidente e vice-presidente da República Federativa do Brasil no meio de turbulências golpistas de civis e militares. A exacerbação política e a divisão militar levaram o Congresso a aprovar o estado de sítio para garantir a posse de ambos, em 31 de janeiro de **1956⁵⁹**.

Desenha-se até hoje o governo JK como otimista, sorridente, democrata, em tempos de crescimento econômico, estabilidade política, urbanização e aumento da renda. O presidente apregoava o seu Programa de Metas, dividido em cinco grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e Brasília, obra incomparável de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Cinquenta anos em cinco, exibia o marketing com a mão espalmada. Foram anos dourados, de esperança.

Uma das caricaturas recorrentes da época o traçava com amplo sorriso, debruçado à janelinha aberta de um avião menor do que ele – tanto gostava de viajar pelo país. Conservadores o criticavam ininterruptamente, irritados com o prosseguir inabalável de Brasília, considerada obra desnecessária e megalomaníaca.

Juscelino terminou o mandato com cenário econômico instável. Crescia a politização dos sindicatos. Jânio Quadros, o próximo eleito, inaugurou as posses presidenciais em Brasília. João Goulart voltou à vice-presidência, reeleito; vice-presidentes concorriam separadamente.

Depois da renúncia de Jânio, da contínua e crescente inquietação política, João Goulart só pôde assumir a presidência sob um parlamentarismo aceito pelos militares, em setembro de 1961. Um plebiscito antes do término do seu mandato, em 1965, consultaria a população sobre a sua preferência. Antecipado para 1963, o povo votou no presidencialismo em meio a grande nervosismo.

O clima político deteriorou-se. Jango sofria a pressão de golpistas, que atacavam sua proximidade com sindicalistas e comunistas. Além disso, os militares não se conformavam com a quebra de disciplina em suas fileiras, uma heresia inqualificável:

estava em curso uma rebelião de cabos, sargentos e suboficiais contra a proibição, pela Constituição de 1946, de exercerem mandatos legislativos. Boa parte se engajara na Rede da Legalidade pela posse de Jango, em 1961, liderada por seu cunhado Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, em campanha pelo rádio. E apoiavam as chamadas reformas de base – agrária, urbana, bancária, universitária, fiscal. Defendiam ainda o voto dos analfabetos e um controle das remessas de lucro ao exterior. Essa agenda era discutida desde o governo JK, mas tomou impulso com João Goulart. Para a época, propostas afrontosas. Comunistas.

O golpe e as perseguições

Vitorioso o golpe de 1964 sucederam-se cassações, censura à imprensa, capturas de cidadãos, e o início do uso sistemático da tortura. Entretanto, durante o primeiro governo militar sob a presidência do general Humberto de Alencar Castello Branco, perceberam-se fissuras entre as fardas movidas pela ambição do poder político e econômico. Lentamente Castello pendeu para o retorno a um regime menos **ditatorial**⁶⁰. “Castello Branco, o general que fora colocado na Presidência por um golpe militar, poderia vir a se tornar o principal obstáculo a qualquer surto **ditatorial**⁶¹.” Mas em 1967 tomou posse o general Arthur da Costa e Silva, eleito no Congresso pela **ARENA**⁶²; o outro partido, MDB, de oposição consentida e em minoria, recusou-se à farsa do voto. Pode-se dizer que em 1967 começou o primeiro dos dois governos mais cruéis e obscurantistas da ditadura militar. O seguinte seria o do general Emílio Garrastazu Médici.

Juscelino Kubitschek nunca deixou de ser visado pelos militares como um risco. Fora eleito senador por Goiás pelo Partido Social Democrático (PSD), de centro direita. Depois do golpe tentou um acordo com Castello Branco, em uma reunião: seu partido votaria no general na eleição indireta de 11 de abril de 1964, no Congresso; em troca haveria eleições em outubro de 1965 e Castello daria posse a quem vencesse. Segundo Carlos Heitor Cony, Tancredo Neves, correligionário presente à reunião, disse a Juscelino: “Fizeste uma besteira. Este homem vai te degolar”. De fato. Eleito no dia 14 de junho 1964, Castello cassou o mandato e os direitos políticos de Juscelino. Exilado na Europa, JK voltou em 1967 depois de duas tentativas que o frustraram. A popularidade permanecia imbatível.

Por essa época os políticos opositoristas começaram a se articular e houve uma tentativa de união, a chamada Frente Ampla, entre JK, Jango e o improvável político Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara (**RJ**)⁶³. Concordaram que nenhum dos três seria candidato; caso houvesse eleições escolheriam uma pessoa de elevada moral. Lacerda fora estridente crítico de JK e de Jango, além de exaltado apoiador do **golpe militar**⁶⁴. Ambicionara ser o presidente civil do regime, ilusão ingênua. A Frente Ampla não sobreviveu à pressão do governo, que a extinguiu em abril de 1968, meses

antes do **AI 5⁶⁵**.

JK, que se estabelecera no Rio, ajudava com seu prestígio um pequeno banco de investimentos fundado por seus dois genros, o Denasa; e dedicava-se à pequena fazenda que comprara em Luziânia (GO). De tempos em tempos recebia homenagens, destacando-se a eleição para a Academia Mineira de Letras e o troféu Juca Pato, da União Brasileira de Escritores de São Paulo, pela eleição de Intelectual do Ano, em 1975. É bom lembrar, aqui, que tudo naqueles tempos sombrios continha elevado sentido político. Por isso foi derrotado na eleição para a Academia Brasileira de Letras.

A morte anunciada

No fim de semana de 21 e 22 de agosto de 1976, JK estava oficialmente em São Paulo para uma reunião com ex-governadores do Sul do Brasil. Hospedara-se na Casa da Manchete, no Jardim Europa (centro-oeste da cidade). Era amigo do proprietário, Adolpho Bloch. Encontrara-se também com Ulysses Guimarães e Franco Montoro, líderes da oposição. A instabilidade política **preocupava-os⁶⁶**.

O amigo Olavo Drummond, jornalista, escritor e advogado levou-o de carro até o posto de gasolina onde marcara encontrar-se com o motorista Geraldo Ribeiro, no início da Via Dutra, às 14 horas daquele domingo. Os telefones que usava e os de seu círculo eram sabidamente monitorados. Evitava que o motorista o apanhasse. Perdia-se na cidade, era a explicação.

A viagem decorreu tranquila e à altura do quilômetro 167, atual 330 da Rodovia Presidente Dutra, Geraldo entrou com o carro, um Opala marfim metálico, capa preta de vinil, em uma estradinha. Dirigia-se ao Hotel Fazenda Villa-Forte, a 500 metros da estrada. O que levaria JK a interromper a viagem para ir até o local? Há suposições de peso.

Informado pelo então secretário-geral do MDB, deputado federal Thales Ramalho, de que houvera um encontro de **Ulysses Guimarães⁶⁷** com o general Golbery do Couto e Silva, ao qual assistira, JK pediu-lhe que agendasse uma reunião com Ulysses e Tancredo Neves, deputado federal pelo MDB. Pretendia discutir com os políticos a possibilidade de conversar com os militares no poder, a fim de negociarem uma fórmula de retorno à democracia sem o **AI 5⁶⁸**. Duas semanas depois, numa estrada na periferia do Recife, Thales quebrou a bacia, num desastre suspeito de automóvel. No mês seguinte, JK morreria na **Dutra⁶⁹**.

Vivo e atuante, portanto, estava JK. Se fosse candidato à presidência, todos tinham certeza de que a sua popularidade o tornaria imbatível. Por intermédio de um agente ligado ao SNI, realmente marcara um encontro com emissários do então general-presidente Ernesto Geisel na fazenda de Luziânia, para o dia 25 de agosto. Tal evento, é claro, seria propício a um complô dos militares radicais, continuamente alertas

contra sinais de distensão política.

Carlos Murilo Felício dos Santos, em seu **livro**²⁰, levanta a hipótese de que os responsáveis pela morte de Juscelino Kubitschek obtiveram a informação da viagem pela Rodovia Presidente Dutra e, alegando urgência da reunião agendada para Luziânia, o convenceram a remarcar a reunião do dia 25 para o dia 22 de agosto, no Hotel-Fazenda Villa-Forte, atraindo-o para uma cilada em Resende (RJ). É provável que JK, ansioso por aplacar a beligerância de militares a uma eventual candidatura sua à Presidência da República, tenha concordado com a antecipação.

Juscelino e seu motorista chegaram ao hotel e foram recebidos pelo proprietário, o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, por volta das 17 horas. Estranhamente, o brigadeiro saiu e deixou-os sozinhos. Os dois ficaram ali por algum tempo e voltaram à estrada antes das 18 horas. Três minutos depois estavam mortos. O acidente não foi investigado corretamente e as justas desconfianças a respeito nunca desapareceram.

INTERFERÊNCIA DESMASCARADA

O inquérito aberto para investigar a morte de Juscelino Kubitschek e de seu motorista Geraldo Ribeiro começou com um absurdo: a substituição do perito que fotografou o acidente, logo depois de ocorrido. Seguiu-se uma espantosa e escancarada manipulação



O estado em que ficou a cabine da carreta tombada. O carro bateu de frente, na lateral direita do caminhão, rodopiou e sofreu o

impacto do “cavalinho”, o segundo eixo.
Os dois veículos se arrastaram por cerca de 40 metros antes de
parar



O relativo pequeno estrago do lado esquerdo do Opala e a assustadora destruição do Opala do lado direito, a parte que bateu na carreta



À esquerda, no local do acidente, foto tirada pelo primeiro perito: a lanterna traseira esquerda e o ângulo superior do para-lama traseiro intactos. À direita, já no pátio da delegacia, com assinatura do novo perito, tanto a lanterna como o para-lama danificados

137 / ..

Termomecânica São Paulo S. A.

Certificado de Análise N.º 24.543

MATERIAL Fragmentos de tintas diversas RECEBIDO 1 / 1

IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA: conforme as indicações abaixo, feitas e colhidas por peritos da Polícia Técnica, Interessado: Instituto de Polícia Técnica do Estado de São Paulo
Exames Químicos

ANÁLISE- vulnosa	ESPECTROGRAFIA ÓTICA	ESPECTROGRAFIA DE RAIOS X	OBSERVAÇÕES
			Camada superficial de tinta cor de verde, retirada de Opala (estado original):
			A análise espectrográfica de emissão ótica revelou preponderância de Ti, Al, quantidades muito menores de Ca, Fe e traços de Mg, Mn e Si.
			No gráfico nº 1 são mostrados os picos quantitativos de Ti e Al, obtidos por Espectrografia de Raios X.
			Camada superficial de tinta de paranchuca, retirada de ônibus (estado original):
			A análise espectrográfica de emissão ótica revelou preponderância de Al, quantidades muito menores de Fe, Si e traços de Ca, Mg, Mn e Ni.
			No gráfico nº 2 são mostrados os picos quantitativos de Al e Ti, obtidos por Espectrografia de Raios X.

Exames Mecânicos

Dureza	
Espessamento kg/mm ²	
Limite de Resistência kg/mm ²	
Alongamento %	

6 / 03 / 76

Análise Química
[Assinatura]
Eng. Responsável

138 / ..

Termomecânica São Paulo S. A.

Certificado de Análise N.º 24.543 (continuação)

MATERIAL _____ RECEBIDO 1 / 1

IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA _____

Exames Químicos

ANÁLISE- vulnosa	ESPECTROGRAFIA ÓTICA	ESPECTROGRAFIA DE RAIOS X	OBSERVAÇÕES
			Camada superficial de tinta cor de verde, retirada de ônibus, com contaminação cor de verde:
			A análise espectrográfica de emissão ótica revelou preponderância de Ti e Al.
			No gráfico nº 3 são mostrados os picos quantitativos de Ti e Al, obtidos por Espectrografia de Raios X.
			Camada superficial de tinta cor de verde de Opala, com contaminação cor de alumínio:
			A análise espectrográfica de emissão ótica revelou preponderância de Ti e Al.
			No gráfico nº 4 é mostrada a pico quantitativo de Al, obtido por Espectrografia de Raios X.

Exames Mecânicos

Dureza	
Espessamento kg/mm ²	
Limite de Resistência kg/mm ²	
Alongamento %	

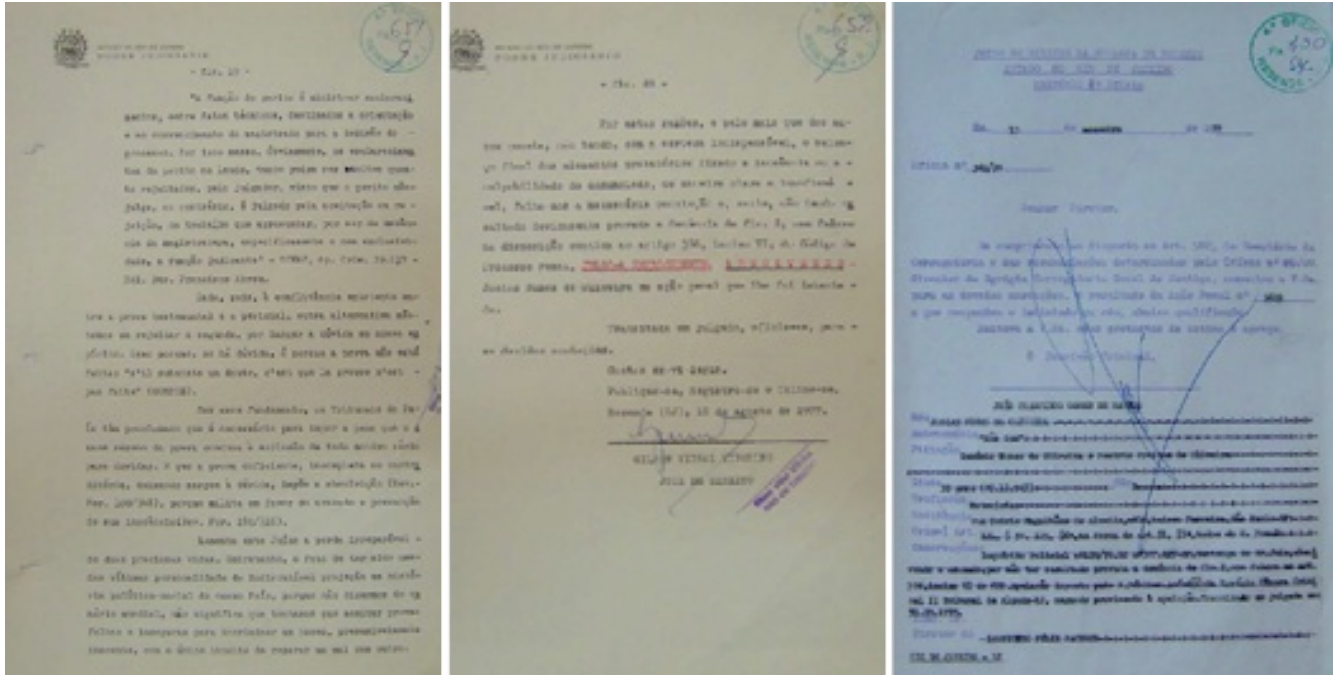
06 / 03 / 76

Análise Química
[Assinatura]
Eng. Responsável

Laud de análise das tintas, que incrimina o motorista Josias Nunes de Oliveira como autor de uma batida no Opala. Os documentos foram rejeitados pela Justiça, pois o analista chefe não os assinou



Josias com a família, antes da separação: perda injusta, cruel



Absolvição de Josias Nunes de Oliveira. Em agosto de 1977 o juiz põe em dúvida os elementos probatórios contra o motorista e o absolve. Houve apelação.

O julgamento reiterou que não procedia a denúncia

Vista panorâmica em 5 cenas

Por duas vezes, em 1976 e em 1996, investigações oficiais concluíram que o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu motorista, Geraldo Ribeiro, sofreram um acidente de automóvel e morreram na Rodovia Presidente Dutra, no dia 22 de agosto de 1976. O primeiro inquérito foi realizado com peritagem enganosa, ocultações e mentiras primárias. O segundo, com desleixo suspeito.

As principais testemunhas do acidente ainda vivas são os motoristas do ônibus, Josias Nunes de Oliveira, o da carreta, Ademar Jahn, e o advogado Paulo Oliver. Os três depuseram na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

1 - A cena de Josias

Às 17h58m do domingo, dia 22 de agosto de 1976, dois minutos antes do antigo quilômetro 165 da Rodovia Presidente Dutra, sentido São Paulo – Rio de Janeiro, Josias Nunes de Oliveira, que conduzia um ônibus Cometa com destino ao Rio, viu o automóvel Opala saindo de um trevo, para entrar na estrada.

“Entrou mal porque não fez o retorno do balãozinho correto, na frente de uma igreja evangélica. A uns 300, 400 metros de distância do ponto em que eu estava. Depois que entrou passei pela esquerda, a estrada estava livre.”

Josias ultrapassou-o. Segundo Paulo Oliver, uma carreta e um caminhão tipo

frigorífico²¹ rodavam corretamente pela faixa da direita, à frente do Opala.

“Estranhei quando o carro me ultrapassou pela direita e não seguiu pela pequena curva da estrada, curva para a direita. Passou à minha frente a uns 30, 40 metros, atravessou o canteiro central, só grama sem *guard rail*, e bateu de frente na carreta que vinha em sentido contrário”, descreve Josias.

Imediatamente após algumas freadas, Josias dirigiu o ônibus para o acostamento, parou, abriu a porta e correu para o outro lado da pista com os passageiros Paulo Oliver e Célio Beltrami. Para socorrer. Começava a se formar um aglomerado de tráfego e de curiosos.

“Alguém chegou e perguntou: Juscelino Kubitschek?” lembra Oliver.

O desastre fora fatal. O rosto de JK estava desfigurado. Segundo Oliver, Geraldo Ribeiro revirava os olhos e pedia algo, talvez água. Tinha a direção no peito. Beltrami contou que o presidente esmagara a face contra o teto do carro. Morte instantânea. Não o reconheceu. Ao tentar medir os pulsos dos homens feriu-se nos braços com estilhaços das janelas.

Enquanto isso, Josias conseguiu tirar da cabine o motorista do Scania e apagar o início de um fogo com o extintor. Isso feito voltou-se para o Opala. Viu os dois mortos, um deles no banco de trás ao lado de uma pasta arrebatada, documentos soltos e um livro, *As Musas se Levantam*, de Joaquim Felismino de Almeida. “A pasta era do tipo 007”, esclarece.

Passados cerca de 20 minutos Josias e os passageiros retomaram a viagem. O motorista parou na primeira guarita da Polícia Rodoviária e reportou acidente grave com dois mortos.

“Eu conhecia os guardas. Falei com um deles, sozinho no posto, e avisei que um dos mortos era o Juscelino. Ele me disse: o homem vai andar sem escolta na via Dutra? Respondi: estou falando para o senhor. O rodoviário fechou o posto e saiu na contramão com a viatura. Eu segui para o Rio.”

Depoimento de Josias Nunes de Oliveira

(resumo)

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog ouviu o motorista de ônibus Josias Nunes de Oliveira, acusado duas vezes de ter abalroado o Opala em que se encontravam Juscelino Kubitschek e seu motorista Geraldo Ribeiro, no dia 1 de outubro de 2013. Josias, duas vezes absolvido na década de 70, veio de Indaiatuba (SP), onde mora atualmente, para dar o seu depoimento. Depois de recepcionado pela Mesa, que agradeceu a sua presença, passou às respostas.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O senhor ultrapassou o Opala pela

esquerda, corretamente. O Opala seguia a cerca de 70 quilômetros pela direita. Estranhou a atitude do motorista do Opala que pouco tempo depois o ultrapassou pela direita, contrariando a legislação do trânsito?

O Sr. Josias Nunes de Oliveira – Ele me ultrapassou pela direita e não fez uma pequena curva para a direita, na frente. Atravessou o canteiro central, que não tinha *guard rail* naquele tempo, e bateu de frente em uma carreta de Orleans, Santa Catarina, dirigida por Ladislau Borges do Nascimento.

P – De repente o senhor viu que o carro acelerou, aumentou a velocidade, passou o ônibus pela direita, perdeu controle e atravessou a pista?

R - E atravessou a pista no sentido contrário.

P – O Opala não faz a curva leve à direita, descontrolado. E à frente do ônibus da Cometa, que o senhor dirige, atravessa a pista e colide fortemente com o caminhão Scania Vabis, placa ZR 0072, que vem no sentido contrário, do Rio para São Paulo?

R - Justamente o que aconteceu.

P - Qual a sua reação?

R - Eu parei sem saber quem estava no Opala. O motorista morreu instantaneamente. E ainda vi uns dois piscar de olhos do Juscelino. Abaixo de Deus, quem viu ele piscando por último fui eu.

P – O senhor reconheceu o presidente na hora?

R - Não reconheci. Vi uma pasta 007 com documentos, onde estava a carteira de motorista, a identidade e um livro com o nome *As Musas se Levantam*, escrito: “ao insigne brasileiro, ex-Presidente do Brasil, leia a página 33 e 34, que refluí sobre a sua vida”. Estava escrito na capa do livro.

P – O senhor abriu a pasta?

R - Não. A pasta estourou na batida e abriu.

P – E os documentos estavam expostos?

R – Sim. Eu vi e lá deixei. Não peguei documento nenhum. Aí, teve um passageiro que pegou o livro dele com dedicatória e levou para a Dona Sarah, no Rio de Janeiro.

P – Por que o senhor acha que aquele carro fez a movimentação de cortar pela direita em velocidade maior? Qual foi seu pensamento naquele momento?

R – Naquele momento pensei que aquele motorista não estava certo de fazer uma coisa daquelas. Enquanto pensava isso, ele cruzou o canteiro central e bateu na carreta.

P – A curva era muito acentuada? Havia dificuldade para o motorista?

R – Não, senhor. Uma curva leve para a direita e ele saiu para a esquerda.

P – Após seguir viagem, o senhor parou no primeiro posto da Polícia Rodoviária Federal para prestar informações sobre o acidente.

R – Sim, eu disse ao guarda: “Tem um acidente no quilômetro 165, com vítimas. E uma vítima que está lá é Juscelino Kubitschek”. Ele respondeu: “Como você fala que é o Juscelino Kubitschek? O homem vai andar sem escolta na via Dutra?” Eu falei: “Alguém bateu lá e está morto o Juscelino Kubitschek, estou falando para o senhor”. Aí ele fechou o posto e saiu na contramão com a viatura da Polícia Rodoviária Federal, para o acidente. E eu segui para o Rio de Janeiro, normalmente.

P – O senhor se lembra de ter visto, pelo retrovisor, antes do acidente, algum outro automóvel, possivelmente uma perua Caravan, emparelhada com o Opala do Presidente, à esquerda dele?

R – Não me preocupei com isso aí, se vinha carro atrás. Não sei lhe dizer se vinha.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – *(para a plateia)* Uma Caravan teria emparelhado com o Opala um pouco antes de o veículo do Presidente, desgovernado, passar o ônibus pela direita e cruzar a pista. São informações de outras pessoas. Mas o motorista do ônibus, Sr. Josias, não viu esse carro atrás. *(volta-se para o depoente)* Por que o senhor acha que o acusaram de ter provocado o acidente do carro do presidente?

O Sr. Josias Nunes de Oliveira – Acusaram. Quando cheguei no Rio, naquele dia, os passageiros desembarcaram na rodoviária, guardei o ônibus na garagem, tomei banho e fui jantar. Comentei o acidente, disse que o Juscelino tinha morrido. Aí deu uma edição extraordinária no *Fantástico* e falaram do acidente. Aí, com todo o mundo olhando para a TV, falei: “Tá vendo, eu falei a verdade agora pouco e vocês não acreditaram.” Conversamos ali. Terminou. Voltei para a garagem, repousei. No dia seguinte voltei a São Paulo no horário das 11 horas da manhã.

P – O senhor voltou dirigindo outro ônibus?

R – Sim. Quando passei no lugar comentei com os passageiros como foi o acidente.

P – Tinha algum vestígio, o carro, o caminhão?

R – Estavam o caminhão e o Opala. Em São Paulo, na rodoviária da Júlio Prestes, abri a porta para desembarcar os passageiros e já tinha repórter tirando foto.

P – Tirando foto do ônibus?

R – Do ônibus e dos passageiros descendo. Aí me lembrei do assalto, quinze dias antes, a um ônibus da viação Cometa. Desviaram da Dutra, entraram no meio do mato e roubaram todo o mundo. Então pensei: “Rapaz, tem ladrão aqui dentro”. Na hora nem lembrei do Juscelino. Depois de descerem todos continuaram tirando foto. “O que está acontecendo?”, pensei. Daí a um pouco, o chefe geral da Viação Cometa,

Sid de Almeida, fez com o dedo para eu não falar nada. “Fecha a porta do ônibus e vamos para a garagem”. Eu fechei a porta, saí dirigindo para a garagem, mas repórteres nos seguiram no trajeto até a Vila Maria. Não puderam entrar, só com ordem judicial. Então desembarquei, tirei a ferramenta do carro, é obrigação, fiz o relatório da viagem no balcão. Aí o major Tito Mascioli, o Dr. Arthur e o Doutor Felipe Mascioli me chamaram no escritório.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Donos da Viação Cometa. Pode continuar.

O Sr. Josias Nunes de Oliveira – No Departamento Jurídico o major Tito, um senhor bem mais alto do que eu, apontou o letreiro acima da porta, pegou e disse: “Aqui está escrito: A um advogado não se mente”. Tudo bem. Entramos, sentamos. “De que jeito foi a sua viagem para o Rio?” Eu nem me lembrava do Juscelino. “Ah, foi assim, assim”. Tudo bem. “O senhor viu algum acidente na estrada?” “Vi o acidente que aconteceu assim, assim, em tal lugar”. “Ele bateu em nosso carro ou nosso carro bateu no deles?” “Nem ele bateu nem nós batemos nele”. Aí, deixou quieto. Mandaram um motorista de viatura me levar em casa, no bairro Ferreira, depois da Vila Sônia. No outro dia, 6h30 da manhã, me buscaram. O mundo inteiro achava que eu ganhei para matar o homem. (*lágrimas nos olhos de Josias*)

P – Quem foi buscar o senhor?

R – O motorista Geraldo Teodoro, da Cometa. Fomos para a garagem. Chegando lá, disseram que tinham achado uma tinta no para-choque, da cor do Opala, amarelo ouro. Eu provei, por A e por B, de onde era a tinta. Levei eles na rodoviária, mostrei a tinta daquela marquise que tinha a luz giratória em cima, na Júlio Prestes. Os carros da Cometa eram registrados na linha. Então, achamos a tinta no carro da linha de Jundiáí, da linha de Itapetininga, da linha de São José do Rio Preto e achamos também na linha de Juiz de Fora. Sempre a tinta no mesmo lugar.

P – O senhor está dizendo que a tinta que tinha ali no para-choque do seu ônibus...

R – Era daquela marquise da rodoviária. O ônibus passava e raspava a borracha da frente, uma borracha. Não é que batia. Ralava.

P – Ralava. E aí os outros ônibus também tinham a mesma tinta?

R – Os outros tinham a mesma tinta. Aí o major Tito Mascioli falou para mim: “Segura essa tese e deixa falar o que quiserem”.

P – O senhor disse agora, aqui, para nós, e até se emocionou, que o mundo inteiro afirmava que o senhor tinha recebido dinheiro para matar o Presidente. Quem contou isso para o senhor?

R – Dois repórteres vieram na porta da minha casa, de moto, aquelas motonas

grandes, CB400, que era a moto do ano. Dois cabeludos, com mochila nas costas e uma mala. A mala cheia de dinheiro, inteirinha. Se eu falasse que era o culpado pelo acidente, tudo seria meu. Eu falei: “Não, não tenho culpa de nada”.

P – Vamos pegar devagar isso aí, é relevante. Quantos dias depois do acidente esses dois cidadãos foram à sua casa?

R – Cinco a seis dias, no máximo.

P – Falaram em que jornal trabalhavam?

R – Não. Só que eram repórteres. Não tiraram foto, nada.

P – O senhor os convidou para entrar em casa?

R – Não, não. Tudo no portão.

P – O que eles disseram para o senhor?

R – Que se eu pegasse aquele dinheiro, dizendo que eu era o culpado, o dinheiro seria todo meu. Eu falei: “Não. Eu não tenho nada – ainda brinquei – com o peixe (*alusão à cantiga popular Peixe Vivo que identificava JK*), por que eu vou pegar o dinheiro?”

P - E eles mostraram o dinheiro para o senhor?

R – Mostraram. Aquelas notas antigas que o Juscelino mandou fazer, de 500, estavam em pacotes, a mala cheinha.

P – O senhor está me dizendo que tentaram pagar para o senhor assumir a culpa?

R – Agora, se eu assumo uma culpa daquela e pego o dinheiro, qual o final? Eles me matam, pegam o dinheiro e fica por isso mesmo.

P – O senhor não aceitou?

R – Não, não.

P – Não voltaram mais?

R – Não voltaram mais. Foi uma vez só. Era muito dinheiro.



Acervo CMSF

Josias em visita de honra e respeito: a CMVVH levou-o a visitar as lápides e cruzeiros quase à beira da via Dutra, onde perderam a vida Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O que aconteceu depois com o senhor, Sr. Josias? A Justiça o acusou pela morte do Juscelino Kubitschek?

O Sr. Josias Nunes de Oliveira – Fui acusado, humilhado, desfeito por isso. São Paulo, do tamanho que é, eu rodava na rua e me apontavam: “Olha, ele que matou Juscelino”. Isso me cortava por dentro. Agora, 32 anos de profissão, nunca mais socorri ninguém. Cheguei a tirar gente da pista para poder passar, que eu trabalhei numa empresa daqui de São Paulo para Xique-Xique, na Bahia, por seis anos. Eu me separei da minha esposa e de um filho. Tudo foi jogado fora, esse caso acabou com tudo. Numa revista *Cruzeiro* da época escreveram: “Josias Nunes de Oliveira, tão arrependido ficou de ter causado a morte de Juscelino e de seu motorista, que se suicidou com um tiro no ouvido”.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Está aqui com a gente, é verdade. E olhem, vejam bem, o laudo pericial da Polícia do Rio de Janeiro. Registra, no dia seguinte ao acidente, que a análise da tinta produziu a prova técnica segura, definitiva e incontestável de que o ônibus da Cometa esteve envolvido no acidente. O laudo foi assinado pelo perito Sérgio de Sousa Leite, afastado do cargo muitos anos depois a bem do serviço público. Mas a tinta manchava a borracha do para-choque em muitos outros ônibus que raspavam na manilha da rodoviária, em trecho estreito da rodoviária. Eu viajei muitas vezes de Cometa naquela rodoviária antiga, a rodoviária era muito estreita.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Deputado Adriano Diogo, por favor, sente-se conosco. S.Exa., nosso amigo, é presidente da **Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva**⁷². Prossigo. É importante ressaltar que não foi feita perícia técnica detalhada no carro do Juscelino Kubitschek. Por exemplo, não se examinou se houve sabotagem, atentado. Para conhecimento de vocês, de acordo com as denúncias de Serafim Jardim, secretário particular do Presidente JK, a perícia no Opala do Presidente em 1996, quando reabriram o caso vinte anos depois, foi realizada em outro veículo. Descobriu-se porque o número do motor não era o do carro do presidente Juscelino. Quer dizer, periciaram o carro errado.

Outro ponto importante, a análise da tinta realizada em 6 de setembro de 1976, quinze dias depois do acidente, pela empresa Termomecânica São Paulo S.A., com sede na capital paulista, corrobora a tese de que houve uma batida. Mas o exame, os senhores acreditem, é anexado ao processo sem a assinatura do analista chefe da empresa. O laudo dá uma tinta compatível com a batida, só que não é assinado pelo responsável técnico. É um laudo sem comprovação de assinatura. Senhor Josias, já sabemos das manilhas, nas quais os ônibus raspavam. Em agosto de 1977 o senhor foi absolvido pelo Juiz Gilson Vitral Vitorino. Certo?

O Sr. Josias Nunes de Oliveira – Isso mesmo. Fui absolvido.

P – Afinal, nove passageiros do ônibus da Cometa foram ouvidos e todos, sem exceção, conforme a sentença do juiz, afastam inteiramente a possibilidade de qualquer choque entre o ônibus e o Opala. As autoridades da época ainda insistiram em culpá-lo e mais uma vez o senhor foi absolvido. É verdade isso?

R – É verdade. Dois julgamentos. Nos dois fui absolvido.

P – O senhor já falou aqui, de certa forma, que a acusação de ter provocado a morte de Juscelino Kubitschek alterou a sua vida. Mudou sua vida?

R – Veio a separação da minha família, hoje vivo num abrigo de idosos. Tudo o que eu pensar estragou e não retorna mais. Tudo o que já sofri. Vamos ver se depois desta vez a verdade vence, pois a verdade eu já falei várias vezes, e continuaram achando que eu sou culpado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito bem. (*dirige-se à plateia*) A existência de outro laudo da polícia do Rio, do mesmo dia da morte de JK, 22 de agosto de 76, também causa estranheza. Nele, o perito Haroldo Ferraz, retirado em seguida e sem explicações do caso JK, escreve que não anexou as fotografias dos cadáveres por ordem superior. (*dirige-se à mesa*) É importante a gente dizer aqui que no necrotério de Resende, deputado Adriano Diogo, o cadáver do presidente Juscelino ficou no chão, coberto com um lençol, praticamente exposto a quem ia lá; e

o cadáver do motorista Geraldo Ribeiro dentro de um caixão lacrado, na capela, sem que as pessoas pudessem vê-lo. Então há dúvidas enormes. Por que o corpo do presidente ficou exposto e o do motorista oculto? O perito retirou as fotografias dos cadáveres, por quê? E os negativos encaminhados à direção do Instituto Carlos Éboli? Desapareceram. Ninguém consegue localizá-los.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vereador Calvo, temos dúvida sobre uma Caravan. O que aconteceu? Os jornalistas de *O Estado de S. Paulo* receberam um telefonema de guardas rodoviários federais, que disseram ter visto uma Caravan no local do acidente, emparelhada. Então, em dúvida a Caravan. Aí o Opala perde o controle, o ônibus freia duas vezes, o Opala entra à esquerda, sem controle, e do outro lado bate. Ali morre o presidente.

A pergunta nossa é por que esse motorista com experiência de décadas faria uma aceleração dessas, cruza o ônibus pela direita, entra pela esquerda e provoca a morte dele e do presidente? Temos a Caravan, citada...

Depois, no decorrer do processo, faz-se a exumação do corpo do motorista em 1996; descobre-se um buraco no crânio de Geraldo Ribeiro. Dentro do crânio, um pedaço de metal, menos que 1 cm de comprimento.

Será que da Caravan duvidosa partiu alguma agressão? A suspeita que se tem: projétil de arma de fogo. Na época, o perito Antonio Carlos de Minas deu essa opinião. Segundo o laudo da perícia é prego do caixão. O perito que fez o exame de exumação é outro e eu o encontrei agora, fui ao secretário de Defesa Social de Minas e pedi o reexame. Agora, sob as luzes da Comissão da Verdade, o secretário chamou o perito que, na época, assinou o laudo como prego do caixão.

O Vereador Rubens Calvo – Só para eu entender. O senhor vinha na esquerda porque havia caminhões à direita. O Opala chegou a assustar o senhor?

O Sr. Josias Nunes de Oliveira – Não. Tinha espaço. Uns 40 metros. De 30 a 40 metros. E se não tivesse a carreta em que bateu do outro lado, ele ia dar no meio do mato e ia andar muito tempo dentro do mato.

P - Aí cabe a Caravan. Uns 3, 4 km, emparelha com alguém que está entrando na estrada em uma velocidade tranquila, para chegar ao Rio de Janeiro.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom, o importante para nós, nesta oitava, é a presença do Josias mostrando que a versão dada na época levou a dois **processos**⁷³ e duas absolvições. Ele nos contou que foram à casa dele levar um dinheiro para que ele assumisse o acidente. O inquérito policial tentou relacionar a tinta do ônibus com a tinta do carro, como quem diz: “O ônibus participou, achamos o culpado”.

Desmentido pela manilha na passagem estreita da rodoviária.

Um jornalista da sucursal carioca do jornal *O Estado de S.Paulo*, Valério Meinel, falecido, escreveu na revista *Interview*, em 1996, que um colega recebera da Polícia Rodoviária a informação de que Geraldo Ribeiro fora baleado na cabeça. Por isso o Opala se desgovernara. O tiro teria sido disparado de uma Caravan. Quanto ao metal encontrado no crânio, de acordo com o perito Antonio Carlos de Minas, poderia ser fragmento de projétil de um fuzil Mauser, usado pelas Forças Armadas. Alguns possuem uma espécie de jaqueta de aço.

Queremos trazer as contradições e os fatos. E lembrar que temos, para quem quiser ver, um ofício de 1976 do chefe do serviço secreto do Chile, Manuel Contreras, ao diretor do SNI do Brasil, o general João Baptista Figueiredo. Sugeriu que o Letelier seria candidato no Chile e o Juscelino, no Brasil. Alguns meses depois Letelier morre nos Estados Unidos, o Juscelino morre aqui e o Jango na Argentina. São fatos, dramas que aconteceram e nós queremos verificar o que houve.

Sr. Josias, agradecemos por sua presença aqui. O senhor foi inocentado pela Justiça. É preciso tirar da história do Brasil a culpa dos seus ombros. O senhor não teve nenhuma culpa. Foi vítima.

Somos a Comissão da Verdade, da Memória, da Justiça. Vamos levar ao nosso relatório o fato até agora mal conhecido de tentarem comprar o senhor para assumir a culpa. Por conta de um complô oficial, que saiu de dentro do regime militar, para assassinar o presidente.

O senhor já foi absolvido pela Justiça e nós vamos ajudá-lo a ter a absolvição da história do Brasil na sua conduta como brasileiro. Agradeço profundamente a sua vinda aqui. Sei que tem dificuldade até de tocar no assunto, tal o sofrimento. Mas o senhor concordou em vir e serviu muito o seu depoimento, para essa montagem do quebra-cabeça do caso Juscelino Kubitschek.

Muito obrigado ao senhor, Sr. Josias.

(*palmas*)

Desagravo

Josias Nunes de Oliveira sofreu processo e foi julgado duas vezes. Inocentado em ambas. A Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais, por unanimidade e dentro dos limites de suas possibilidades, procurou suavizar o sofrimento que enfrentou ao longo de sua vida com um termo de desagravo. Uma reparação, mesmo que tardia.

2 - A Cena de Oliver e de Beltrami

O advogado Paulo Oliver deixara o automóvel num estacionamento em São Paulo, para viajar com tranquilidade ao Rio de Janeiro. Sentava-se à frente do ônibus da

Viação Cometa, na poltrona junto ao corredor. Gostava de ter ampla visão da estrada. Conversava com três passageiros próximos: um médico da Marinha, Dr. Célio Benedito Beltrami (falecido) e duas moças. Subitamente, do nada, viu um carro cortar a frente do ônibus, pela direita, precipitar-se para a outra pista e bater em um caminhão. Lapso de segundo. O competente motorista do ônibus dera algumas freadas e parou no acostamento. Uma tragédia. O advogado exclamou: que louco! Erguera-se para ver melhor.

Paulo Oliver compareceu à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog dia 18 de agosto de 2013, 37 anos depois do desastre. E rememorou o que viveu naquele dia 22 de agosto de 1976, quando o Chevrolet Opala em que viajavam Juscelino Kubitschek e seu motorista Geraldo Ribeiro se espatifou contra uma jamanta. O presidente da CMVVH saudou o depoente:

“O senhor é o autor da descrição mais completa do acidente que matou o presidente. Viu tudo. Muito obrigado por sua presença”.

“Não houve impacto algum do ônibus Cometa com o carro”, afiançou no depoimento à CMVVH. “Havia uma curva, ouvimos um barulho, vi um clarão. Podia ser reflexo do sol. O carro atravessou para a outra pista, bateu bem ali onde fica o radiador do Scania-Vabis que vinha em sentido contrário. O motorista do Scania tentou frear, mas tombou. Saiu da pista e levou o carro com ele.”

O Dr. Beltrami, sentado na poltrona de número 5, alertado pelo Opala em alta velocidade, passando pela direita, olhou para o automóvel:

“Foi como se o freio do automóvel tivesse falhado, ou acontecido um problema na roda esquerda. Parece que travou. O motorista do ônibus não teve culpa alguma, não bateu. Ao contrário, deu espaço para o Opala descontrolado passar ao outro lado.”



Acervo CMSP

O advogado Paulo Oliver a tudo assistiu de sua poltrona na primeira fila do ônibus dirigido por Josias. Nenhuma batida houve, garantiu. Não foi chamado a depor

Depoimento de Paulo Oliver

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – São poucas as perguntas, Dr. Oliver. O senhor tem convicção de que o ônibus Cometa dirigido pelo Sr. Josias Nunes de Oliveira não bateu no carro do presidente?

O Sr. Paulo Oliver – Absoluta. De repente vejo o carro que entra rapidamente, com toda a velocidade – e o ônibus vinha veloz – na frente do ônibus, entra na curva, vejo um clarão, ele atravessa e bate em um Scânia Vabis novo, do outro lado. O ônibus, que veio dando freadas, estacionou no acostamento e corremos para o carro estilhaçado.

P – O importante do que o senhor diz é que não houve batida do ônibus da Viação Cometa com o carro Opala.

R – Impacto nenhum. Até me perguntaram se eu não tinha medo, eu passei a ser o único a desmentir que houve batida, todos diziam que foi o ônibus. Não houve batida.

P – O senhor é testemunha importante no processo?

R – Seria. Não me chamaram. Sabiam de mim, dei entrevistas. Dei um depoimento no dia 23 de junho de 1977, na 2ª Vara Criminal de São Paulo, por precatória. O juiz até quis saber por que não fui chamado, afinal eu tinha mexido no relógio do Juscelino. Estava estilhaçado. Tinha uma esfinge dentro. Peguei um livro que depois entreguei para a Dona Sarah. Aí comecei a pensar: teria um terceiro? Poderia.

P – No momento do clarão, o senhor pensou que poderia haver algum problema com o Opala?

R – Não. Não sei se houve alguma coisa.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – O senhor viu algum Chevrolet Caravan por perto?

O Sr. Paulo Oliver – Não lembro. O médico e eu corremos. Ele tentou salvar o motorista, o outro já estava morto. Alguém falou: Juscelino Kubitschek? Eu peguei o livro, seria lembrança. Aquela história de moço recém-formado. Devolvi à viúva.

3 - A cena de Daniel, o carona

No depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, no dia 9 de junho de 2014, Daniel Bezerra de Albuquerque Filho, marinheiro mercante, contou que no dia 22 de agosto de 1976, quando tinha 16 anos, viajou de carona para o Rio de Janeiro com o tio, Antônio Fernandes de Barros, falecido. Da cabine do velho e barulhento caminhão Alfa Romeo 180, conhecido como FNM, carregado com 18 toneladas, viu o Opala que “ultrapassou o caminhão a mil, pela esquerda”. Devido ao peso da carga, e por ser relativamente baixa a velocidade do caminhão, entre 60 e 70 km/h, ao ver um Opala talvez a 120 km/h, o dobro da própria velocidade, o rapaz de fato teria a percepção de “mil por hora”.

Em seguida, descreveu Daniel, o Opala foi para a pista da direita, em alta velocidade, à frente do caminhão do tio. É que o ônibus da Viação Cometa, à frente e à direita, dirigido por Josias, sinalizou volta à faixa da esquerda para ultrapassar um caminhão frigorífico. Nesse momento, o certo seria o motorista do Opala esperar o coletivo fazer ultrapassagens de veículos lentos à frente e à direita, e depois voltar naturalmente para a pista da direita, dando passagem ao Opala, que teria ficado à esquerda. Mas o carro cortou o ônibus em zigue-zague, desgovernado, atravessou o canteiro central e invadiu a pista sentido Rio - São Paulo.

Ademar Jahn, cuja cena é descrita a seguir, explicou que nas estradas que percorria, de uma só pista, devotava toda a atenção para o que vinha à frente – a impaciência leva alguns motoristas à ultrapassagem com pouca visibilidade, o que ocasiona choques frontais. Infelizmente esse tipo de desobediência às leis de trânsito continua a ocorrer quase todos os dias. Um motorista experiente como Geraldo Ribeiro jamais

exporia Juscelino Kubitschek a um acidente assim primário, como deliberadamente mudar de faixa, ultrapassar pela direita, cortar um ônibus. Exceto se estivesse diante de uma emergência: fuga ou sabotagem no automóvel.

4 - A cena de Jahn

Ademar Jahn viajava em comboio com o colega Ladislau Borges à frente, ambos dirigindo carretas Scania Vabis 111. Seguia-o a cerca de 50 metros, no sentido Rio - São Paulo.

“Naquela época eu fazia 18 viagens ao ano”, destaca Jahn. “Como as estradas eram simples, prestávamos grande atenção ao que vinha pela frente, para evitar um choque frontal. A Dutra era a única duplicada. Notei que vinha um caminhão sentido São Paulo – Rio, atrás dele um Opala, e atrás deste um ônibus da Cometa. Aí o carro atravessou e vi que o motorista estava debruçado sem vida, a cabeça entre a porta e a direção.”

Jahn está convicto de que Geraldo Ribeiro já estava morto antes de atravessar o canteiro central.

“Um motorista que dirigisse há 38 anos jamais entraria à esquerda. Teria de ir à direita, ficar atrás do caminhão. O carro, ao atravessar o canteiro, sofreu uma quedazinha – havia um degrau, talvez um encanamento de água, algo assim. Bateu de frente, do lado direito do caminhão de Ladislau, que rodopiou o Opala. O capô do carro, em vez de sair para cima, entrou no para-brisa. A batida arrancou o eixo direito do Scania. Tenho as fotos.”

Ladislau Borges, motorista da carreta contra a qual o Opala se chocou, no depoimento prestado na Delegacia de Resende, declarou que apareceram três homens no pequeno aglomerado de pessoas em torno do acidente. Borges deu detalhes: cor branca, um de paletó claro, cerca de 26 anos, cerca de 1,72 metro; os demais, um pouco mais baixos, todos brancos, roupas escuras. Um deles lhe disse: “Você não precisa ficar nervoso, porque eu sou passageiro do ônibus que bateu no Opala; o motorista do ônibus quis ir embora, mas nós não vamos sair daqui enquanto a perícia não chegar”.

O roteiro na condução de um acidente ou tiroteio forjado, já descrito pelo delegado Cláudio Guerra, não poderia ser mais literal: surge quem dê falso testemunho para espalhar um boato. Todos os 33 passageiros de São Paulo que o ônibus conduzia estavam sentados quando o motorista Josias Nunes de Oliveira deu novamente a partida para o Rio de Janeiro. Mas o homem que se dirigira a Ladislau, na cena do acidente, desapareceu com os outros dois. Sequer constavam da obrigatória lista de passageiros, exigência devido ao grande aumento dos assaltos a ônibus; quem embarcava apresentava o RG à porta, que era anotado. Não se exclui, aqui, o intuito da repressão em busca de informações e controle dos viajantes.



Acervo CMSP

Testemunha de valor: Ademar Jahn, caminhoneiro, conta a Gilberto Natalini o que viu. Estava logo atrás da carreta contra a qual o carro que conduzia JK se chocou

Depoimento de Jahn

(resumo)

O motorista de caminhão Ademar Jahn falou à CMVVH no dia 27 de maio de 2014. Vinha da Paraíba no dia 22 de agosto de 1976. Encontrou-se com o colega e amigo Ladislau Borges, que saía do Recife, em Governador Valadares (MG). Tomaram café e almoçaram juntos em locais à beira das estradas. Seguiam em comboio para Florianópolis.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Senhor Ademar, para repetir à nossa audiência, o senhor pode afirmar que viu com clareza o motorista do Opala? Na hora em que o carro veio, o senhor observou que o motorista estava com a cabeça caída entre o volante e o vidro da porta? Isso é certeza e o senhor pode afirmar?

O Sr. Ademar Jahn – Isso eu posso afirmar. Você não pode falar por ouvir outros falarem. Eu vi. Tenho a certeza de que ele não estava mais com vida ao atravessar a pista. Alguma coisa houve com o motorista. O motorista estava sem vida ao atravessar a pista. Debruçado, com a cabeça entre a porta e a direção.

P – Ficou assim enquanto atravessava o canteiro?

R – Antes de atravessar o canteiro. Antes, ainda na pista dele. Assisti na televisão que

o ônibus da Cometa jogou o carro, mostraram um desenho da perícia. Eu não vi isso. Não houve isso.

P – O senhor costumava prestar atenção a tudo quando dirigia?

R – Principalmente no que vinha à frente, porque a Dutra era a única estrada duplicada. Só a Rio – Bahia tinha 3 mil quilômetros de estrada simples.

P – Qual a distância entre o senhor e o seu colega Ladislau?

R – Uns 50 metros.

P – O senhor disse que não viu o ônibus bater no Opala, que não houve batida.

R – Posso confirmar: o ônibus da Viação Cometa não chegou, de maneira nenhuma, a bater no Opala de Juscelino Kubitschek. Se tivesse batido, o carro teria rodopiado na mesma pista. O Opala bateu na frente do lado direito no Scania, rodopiou e pegou na traseira do cavalinho, na roda esquerda. O amassado do para-lama traseiro foi causado pela roda do Scania.

P – Como estavam os acidentados no carro do presidente?

R – O motorista estava esmagado, jogado para trás. O rosto irreconhecível de tanto sangue. Acho que as pernas estavam machucadas. O presidente, todo esmagado. A gente não chegou nem a reconhecer o rosto dele.

5 - A cena da hora zero

Um Opala cor marfim, capa preta de vinil, se impacta com estrondo na carreta Scania-Vabis 111 na pista Rio – São Paulo da rodovia Presidente Dutra, à altura do km 165. Bate com a frente, do seu lado direito, na lateral direita do caminhão. Rodopia e pega na roda traseira do cavalinho, que é o segundo eixo. Por isso o para-choque traseiro do Opala não amassa, em contraste com a frente destroçada. O Scania tomba com o impacto. Os dois veículos se arrastam por cerca de 40 metros e se detêm do lado direito da pista, deixando a estrada livre. Nesse momento o eixo dianteiro é rompido, a roda dianteira começa a roncar.

Jahn estaciona sua carreta atrás dos dois veículos, tirando a visibilidade do desastre aos que vem atrás, pela Dutra, em direção a São Paulo. Mesmo assim o trânsito fica vagaroso nas quatro faixas da Dutra, duas de cada lado, por curiosidade dos motoristas. Jahn corre a socorrer o colega. Ladislau tenta desconectar a bateria para evitar o giro do motor em altíssima velocidade devido à avaria, o que pode reiniciar o pequeno incêndio já controlado.

Jahn interfere. Tirar o cabo da bateria não cortará a corrente. Sob a bomba ejetora ele arranca uma peça, que suga o ar. O motor morre.

Pessoas já acorreram, automóveis não param de estacionar, a polícia foi avisada pelo patrulheiro que falou com Josias. Os dois mortos estão irreconhecíveis e cobertos de sangue. O motorista do Opala, prensado entre a lataria e a poltrona em que estava

sentado. O presidente, no banco de trás, possivelmente prensado pelo capô que atravessou o para-brisas. Há documentos espalhados no banco e livros, saídos de uma pasta que se rasgou. Ao circular o nome de Juscelino Kubitschek, alguns choram. Já se formou um aglomerado de pessoas.

Chega a Polícia Militar, uma viatura com oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras, dois veículos da Polícia Rodoviária Federal. O motorista do caminhão frigorífico, que estacionara atrás do ônibus da Cometa do outro lado da estrada e atravessara as pistas para observar o desastre, comunica a quem se interessar: “Chegou o guarda. Vou embora que não quero me enrolar”.

Surge o médico Guilherme Ribeiro Romano, que retira objetos do carro, inclusive as folhas soltas em que JK anotava o seu diário, agora manchadas de sangue. Romano informa que é amigo da família. Rapidamente acercam-se soldados, mais pessoas. Entre elas o proprietário do hotel fazenda de onde saiu Juscelino Kubitschek, o brigadeiro aposentado Newton Junqueira Villa-Forte. Segundo o seu filho, deve ter reconhecido o carro do presidente.

As viaturas da Polícia Rodoviária Federal trazem faixas sinalizadoras que protegem cenas a periciar. Não as utilizam, os carros continuam a passar, milhares de marcas de pneus em ambas as pistas. Será impossível examinar as marcas do ônibus e do Opala nas pistas São Paulo – Rio e Rio – São Paulo. Ou dos caminhões Scania.

O perito de plantão nesse dia, Haroldo Ferraz, é convocado. Demora, mas chega. Tira fotografias dos veículos e dos mortos, na posição em que ficaram após a batida. Serão anexadas ao seu Laudo de Exame em Local de Acidente. No dia seguinte Ferraz será inesperadamente substituído pelo perito Sérgio de Souza Leite e, por ordem superior, deve retirar as fotos do processo. Obedece e encaminha fotos e negativos ao Instituto Carlos Éboli. Souza Leite registrará outro laudo e outras fotografias, com detalhes no Opala que não existiam nas fotos de Ferraz. O médico Guilherme Romano acompanha os procedimentos.

À noite, caminhões-guincho se postam e mudam a posição dos veículos acidentados, embora estejam fora da pista e não atrapalhem o fluxo. Militares comandam a operação. Fazem uma barreira para impedir a aproximação de qualquer pessoa. O jornalista Ivan Bezerra de Barros veio cobrir o desastre para a revista *Manchete*. Por volta das 22 horas, ao ver a movimentação dos guinchos, pergunta ao policial rodoviário por que não se espera concluir a perícia técnica antes de mover o caminhão e o automóvel. Depois de muito insistir, o policial pede que sua identidade não seja revelada e diz seguir ordens superiores.

Ivan Bezerra de Barros afirmará à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em 15 de janeiro de 2014, não ter dúvida de que a interferência prejudicou a perícia.

Valério Meinel, do jornal *O Estado de S. Paulo*, chega acompanhado pelo colega jornalista Wanderley Midei. Passarão quatro dias em Resende sem conseguir localizar os policiais rodoviários que atenderam à ocorrência. Captam rumores de que um Chevrolet Caravan emparelhou com o Opala, forçou a passagem, um tiro atingiu a cabeça de Geraldo Ribeiro. De acordo com o delegado Cláudio Guerra, o matador de tiro certo, não é missão impossível.

Um cordão de isolamento formado por militares protege o carro dos curiosos.

Os corpos são levados ao cemitério Alto dos Passos, em Resende, cercado por jipes do Exército e militares que impedem a aproximação das pessoas. Ali, na dependência anexa à capela mortuária, onde corpos são periciados ou preparados para o enterro, Juscelino Kubitschek jaz largado no chão, sobre o piso de material impermeável, coberto por um lençol. Um dos funcionários do cemitério consegue erguer o tecido e ver o corpo do presidente, conforme o relato do jornalista. Já o corpo do motorista Geraldo Ribeiro está encerrado em um caixão de tampa lacrada, dentro da capela.

A população de Resende lastima até hoje o descaso ostensivo ao presidente, a intenção quase palpável de humilhá-lo. E empenha-se em construir um memorial a JK na estrada.

Ambos os corpos serão transportados de madrugada pela Dutra até o IML do Rio. Em caixões. Policiais acompanham o carro fúnebre. Seguem para o Instituto de Criminalística Carlos Éboli. Ali, o diretor do Departamento Técnico-Científico da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Gil Castelo Branco, e Roberto de Freitas Vilarinho, diretor do Instituto Carlos Éboli, mandarão radiografar o corpo inteiro de Juscelino Kubitschek para averiguar se houve atentado. Já o de Geraldo Ribeiro não passará pelo procedimento. Não se faz perícia no Opala, para eventuais resíduos de pólvora e de outros materiais, ou sabotagem mecânica.

A dentista de Juiz de Fora, Dra. Heloísa Andrade, representou a família de Geraldo Ribeiro e recebeu permissão para observar o corpo do motorista no IML no caixão. Vestido e preparado por funcionários do IML tinha aparência normal, exceto por uma mancha roxa clara, do lado esquerdo da face.

O Instituto Carlos Éboli e seus dirigentes eram peça essencial para a condução dos acidentes enquadrados no código 12 da Operação Condor.

O Golbery do Golbery

Segundo Carlos Heitor Cony, no depoimento à CMVVH, Guilherme Romano era amigo e financiador do general Golbery do Couto e Silva. “Pagou duas ou três viagens dele à Espanha para tratar de uma doença complicada nos **olhos**⁷⁴.” Romano apossou-se do relógio Rolex de ouro que Paulo Oliver dissera ter examinado. Também pegou a pasta com documentos, um livro, *Ó Jerusalém*⁷⁵, e um exemplar da revista *Manchete* daquela semana. Feito isso dirigiu-se à delegacia. Apresentou-se como médico e

amigo de Sarah Kubitschek, encarregado de recolher pertences.

O delegado concedeu-lhe a permissão. Romano não possuía autorização nem pedido da família para buscar os pertences, conforme Sarah Kubitschek assegurou a Cony. Também não era médico da família. Cony relata que Romano tirou cópias das folhas avulsas agora manchadas de sangue – Juscelino mantinha o seu diário no escritório e quando viajava escrevia com o que tinha à mão. Deu um conjunto a Golbery, outro a um dos genros de JK e ficou com um terceiro. Os originais entregou à Sarah Kubitschek.

“Romano não tinha nada a fazer ali”, afirmou Cony à CMVVH. “Sempre que podia viajava para Araruama, na região dos lagos, onde tinha uma casa. Dizem que não foi à praia porque chovia, mas só choveu no Rio na noite de domingo”. Estava ali para controlar os procedimentos.

Com as folhas escritas, Romano ficou livre para chantagear a viúva e o fez: pressionou-a para que não optasse por uma investigação aprofundada, pois o diário se referia frequentemente à amada de JK, Lucia Pedroso, que o aguardava no Rio. Ficaria ruim para a imagem da ex-primeira-dama e as filhas. Quatro dias depois, Sarah Kubitschek concordou em lhe dar uma procuração com poderes, atrasados, para retirar documentos e valores do automóvel. Romano precisava dela para anexar a procuração ao processo. Mesmo assim, lembra Cony, D. Sarah deu uma entrevista ao *Jornal do Brasil* declarando que Juscelino fora assassinado, o que exigiria investigações. A filha Márcia, em uma homenagem ao pai realizada no memorial JK, em 1981, disse a uma plateia grande que o pai foi **assassinado**⁷⁶.

De tal forma Romano se insinuara na intimidade de Golbery que se tornou uma espécie de eminência parda na política. Proprietário de um hospital, seu consultório ali passou a ser um escritório político e local de troca de favores. Gostava de ser chamado de Golbery do Golbery.

Depoimento de Carlos Heitor Cony

(resumo)

O jornalista, escritor e cronista Carlos Heitor Cony escreveu os livros JK e a Ditadura e JK – *Memorial do Exílio*⁷⁷, entre numerosas obras. A CMVVH conversou com o autor no Rio de Janeiro, no dia 5 de fevereiro de 2014. A entrevista gravada foi posteriormente exibida à Comissão, que a vice-presidente Juliana Cardoso presidiu.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Correu, no passado, a informação de que o senhor teria provas do assassinato de Juscelino Kubitschek.

O Sr. Carlos Heitor Cony – Não tenho provas. Meu primeiro livro, *Memorial do Exílio*, aponta todas as hipóteses surgidas até aquele momento: tiro, bomba,

sabotagem na direção ou na suspensão do carro.

P – Enquanto exilado na Argélia, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, escreveu uma carta a Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul. Qual o seu teor?

R – Ele se dava muito bem com o governo argelino e com os exilados do Cone Sul. Recebia muita informação. Na carta a Brizola pediu que avisasse ao João Goulart para não dormir duas vezes no mesmo lugar. Depois que voltou ao Brasil disse abertamente, no Congresso Nacional: “O Juscelino foi assassinado”. A carta do chefe do serviço secreto chileno Manuel Contreras ao general João Baptista Figueiredo já era conhecida.

P – Sobre o médico Guilherme Romano, como explicar a sua presença no local das mortes?

R – Não tinha nada a fazer em Resende. Devia saber que alguma coisa aconteceria na estrada.

P – Juscelino foi ao Rio de carro encontrar-se com a amante e não queria que soubessem? Porque tinha passagem aérea São Paulo – Brasília.

R – Não. Marcara no Rio uma reunião com advogado Adriano Moreira, na segunda-feira dia 23, para tratar de um processo que corria em Lisboa. Não queria que soubessem do encontro nem do processo porque readquirira os direitos políticos; se estourasse o fato aumentaria a fama de possuir a sétima fortuna do mundo, de ter negócios escusos em construções. O Juscelino era do conselho consultivo de um empreendimento. Entrou de gaiato nessa história, não consultava nada. Tenho o cartão do advogado confirmando o almoço. Adriano Moreira conseguiu retirá-lo do processo.

Quanto à Lúcia Pedroso, JK encontrava-se normalmente com ela onde combinassem, sem problemas. Até no edifício da Manchete, no apartamento que o Bloch pôs à disposição dele e onde morava, no Rio. Nas poucas vezes em que veio ao Rio, nesse período, dormia na casa dela. Correu que ele foi ao hotel fazenda encontrar-se com ela, não é verdade, não haveria necessidade. A Lúcia Pedroso, nesse momento, foi uma invenção para pressionar D. Sarah, que conhecia o romance entre os dois. Sobre a passagem, escondeu a viagem ao Rio por causa do processo. Daí mostrar o bilhete de avião que não usaria, de São Paulo a Brasília. O bilhete era para despistar. Também tinha reserva no Hotel Jaraguá, em São Paulo, que não usou. Dormiu na Casa da Manchete.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O que aconteceu quando você foi ao Hotel Fazenda Villa-Forte?

O Sr. Carlos Heitor Cony – Conversei com o guardador do estacionamento. Ele me disse que o motorista Geraldo Ribeiro entrou no carro que ficou guardado ali uns 40, 45 minutos, deu a ré e sentiu alguma coisa. Perguntou ao guardador: “Alguém mexeu no carro?” O guardador negou. A minha suspeita é que mexeram e o carro ia arrebentar logo nas primeiras curvas, na descida da serra.

P – E aconteceu antes.

R – Por causa da situação: um caminhão na frente atrapalha. Ainda mais quando virá a serra e ficar atrás de caminhão é ruim. Eu creio sinceramente que Juscelino foi assassinado. Acho que sabotaram algum mecanismo do Opala no estacionamento do local. Há mais indícios do que provas. Arraes disse: “Fatos são fatos, indícios são indícios; mas nesse caso, paradoxalmente, os indícios são mais fortes.”

P – Você conversou com mais alguém?

R – O perito Sérgio de Souza Leite me disse, quando se falou de armação: não sou detetive, sou técnico em acidentes de estrada. Mas ele foi ao hotel fazenda e soube que uma comissão de militares tinha se antecipado. Disse também que uma comissão vinha rastreando Juscelino desde São Paulo. Eu tenho o relatório dele, gravado por ele.

P – Essa comissão vinha atrás de Juscelino na estrada?

R – Provavelmente. Porque foi logo ao Villa-Forte.

P – Você acha que o telefone de Juscelino era grampeado?

R – Sim, todos os telefones. Depois que morreu fiquei com o gabinete dele na Manchete e o grampo era geral. Parou depois de algum tempo. Juscelino foi a São Paulo participar de uma reunião com ex-governadores. Estava sem dinheiro, emprestou 10 mil cruzeiros de um primo, Ildeu de Oliveira. Amigos o sustentavam. Eu mesmo levei dinheiro a ele duas vezes, do Bloch. Foi a São Paulo de avião, viajou com Ulysses Guimarães. Desceram em Cumbica por causa do mau tempo e ele chegou atrasado ao almoço na Casa da Manchete. Durante o almoço perguntou baixinho para mim onde tinha um telefone. Pedi licença, mostrei, dentro de uma cabine fechada. Ele ligou para o Geraldo, marcou o encontro, e para a Lúcia.

P – Houve o boato anterior de um acidente em que ele teria morrido.

R – A montagem do acidente estava preparada para duas semanas antes, em Luziânia. Não foi possível porque Juscelino não saiu. Eu creio sinceramente que Juscelino foi assassinado. Aquilo não foi um acidente comum.

O amigo inconformado não desiste

Atentados nem sempre davam certo na primeira tentativa. Já mencionamos Cláudio Guerra, que disse não ter conseguido aplicar a picada mortífera em Alexandre von

Baumgarten (capítulo II), durante a simulação de um assalto. Ele reagiu, gritou e conseguiu segurar a seringa. Sabemos que Guerra não levou ao fim no mínimo dois outros atentados: matar a tiros o delegado Sergio Fleury e derrubar com uma bomba o avião de Fernando Gabeira. No caso de Fleury, tiraram Guerra do esquema e os planos mudaram. E o atentado a Gabeira não progrediu porque era um projeto pessoal do torturador e assassino Freddie Perdigão.

Entre os acontecimentos anteriores ao desastre que matou JK, seu amigo e secretário Serafim Jardim lembra-se da correria no início daquele mês de **agosto**⁷⁸. Um jornalista mineiro lhe telefonara no dia 7 para saber de Juscelino – morreria mesmo em um acidente de automóvel? Serafim ligou para o filho, em Brasília, e pediu-lhe que fosse averiguar na fazendinha de JK, em Luziânia. A resposta tranquilizadora veio à noite: estava bem, não passava de boato. Mas a televisão dera a notícia. Jornalistas seguidamente chegavam à fazendinha. Populares. O prefeito de Luziânia.

Ao comentar o assunto com JK no dia seguinte, quando o apanhou no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, Serafim ouviu o comentário costumeiro: “Querem me matar, mas ainda não conseguiram”.

“Para mim foi um balão de ensaio, para ver a repercussão”, avalia Serafim. “Todos os órgãos de imprensa foram avisados, emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas. Quando reabrimos o processo, em 1996, recebi uma carta da linha dura de... tamanha violência! Que eu não deveria ter nascido, mas ao menos ficasse calado”. Assinava um Grupo Inconfidência, que reunia 52 civis e militares das Forças Armadas.

Juscelino comentara também estar na lista do brigadeiro da Aeronáutica João Paulo Burnier para ser morto e jogado em alto mar. Burnier era considerado psicopata até por alguns militares. Defendia e planejava explosões catastróficas a fim de matar milhares de pessoas e culpar a esquerda. Foram goradas graças, principalmente, ao capitão do **PARA-SAR**⁷⁹, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, falecido em **1994**⁸⁰, que se recusou a cumprir as ordens. Foi expulso da Aeronáutica. “Não aceitara as sugestões para aquietar-se em nome da unidade da FAB,” escreve Elio **Gaspari**⁸¹. No caso, Burnier queria explodir o gasômetro do Rio, na hora do rush. Ordenara o ato terrorista aos oficiais do PARA-SAR. Mataria milhares de pessoas. Ao mesmo tempo, 40 políticos seriam sequestrados e jogados em alto mar. JK era um dos primeiros da lista.

Depoimento de Serafim Jardim

(resumo)

Presidente da Casa de Juscelino, em Diamantina (MG), Serafim Jardim é autor do livro já citado, *Juscelino Kubitschek – Onde está a Verdade?*, um depoimento aos

jornalistas Luiz Carlos Bernardes e Orlando Leite, com apresentação de Márcia Kubitschek. Dedicou-se a restaurar a casa em que JK morou, na infância, para transformá-la no museu que hoje oferece aos visitantes uma visão da trajetória do presidente desde a infância. Ex-secretário particular, sobretudo amigo de Juscelino, Serafim conseguiu a reabertura do processo pouco antes de sua prescrição, com ajuda do advogado Paulo Castelo Branco. Prestou depoimento à CMVVH no dia 13 de agosto de 2013.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bem-vindo à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Obrigado por sua presença e a sua viagem de Diamantina até aqui. Senhor Serafim, o senhor duvidou que as mortes na Via Dutra fossem acidente?

O Sr. Serafim Melo Jardim – Primeiro, devo dizer que tive o prazer do convívio com Juscelino por nove anos. Viajávamos juntos, eu o ajudava como um secretário. Sobre a pergunta, sim, duvidei desde o primeiro momento. Pouco antes do desastre na Dutra, no dia 7 de agosto, correu o boato de que ele falecera num acidente. Não acreditei e de fato não aconteceu nada. No dia seguinte disse a ele: “Presidente, o senhor ontem nos deu um grande susto.” Ele respondeu: “Querem me matar, mas ainda não mataram”.

P – Depois do acidente na Dutra, o senhor falou com a D. Sarah sobre a possibilidade de atentado?

R - Conversei várias vezes com a Dona Sarah e ela preferiu se calar, porque recebia telefonemas e ouvia que não era o momento de falar. Temia explorações sensacionalistas. Foi muito pressionada. Até a morte dela fiz o mesmo, respeitando-he a decisão. Ela faleceu em fevereiro de 1996. Pedi a reabertura do caso.

P – O senhor tinha conhecimento de que o telefone de Juscelino estava grampeado?

R – Sim. E ele sabia dos grampos. Quase todos os telefones de pessoas ligadas a JK estavam grampeados.

P – Portanto, a repressão teve acesso à informação do encontro de Geraldo Ribeiro com Juscelino no dia 22 de agosto, no quilômetro 2 da Via Dutra, num posto de gasolina. O senhor considera possível que seguissem o Opala na viagem ao Rio?

R – Tenho certeza.

P – Quando o senhor soube que Juscelino Kubitschek parou no Hotel Fazenda Villa-Forte?

R – Depois de pedir a reabertura do caso conheci um jornalista do Rio, Valério Meinel, que me contou isso e mostrou a reportagem “O tiro que matou JK”, na revista *Interview* de julho de 1996. A revista *Manchete* chamou o lugar de Hotel do SNI.

P – Isso lhe deu a convicção do assassinato?

R – Não só. Primeiro, a percepção de Juscelino: querem me matar. Segundo, a suspeita de D. Sarah. Terceiro, a carta de Manuel Contreras prevenindo Figueiredo que a vitória de Jimmy Carter, nos Estados Unidos, beneficiaria Letelier no Chile e Juscelino no Brasil. Quarto, a presença em Resende do amigo de Golbery, Guilherme Romano, dizendo-se a serviço da família para apossar-se dos pertences de JK.

P – Afinal, Romano era amigo da família?

R – Convivi nove anos com Juscelino e nunca vi o Romano. Eu passava *réveillons* com a família e nunca vi Romano. Ele xerocou as folhas do diário, deu cópia ao Golbery, ao SNI e acho que a um dos genros do Juscelino. Pegou uma cópia para si e entregou as folhas originais à D. Sarah.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Quero retomar aquele “estão querendo me matar”. Ele sofreu algum atentado?

O Sr. Serafim Jardim – Não. Prenderam JK em 1968 e foi bem tratado pelo militar que o **levou**⁸². Mas ele afirmava que não haveria abertura no Brasil com ele vivo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Apesar de o presidente Ernesto Geisel acenar com uma abertura política, sabe-se que o seu braço direito, o general Golbery do Couto e Silva, ficou preso em 1956 por oito dias, por participar de uma conspiração para impedir a chegada de Juscelino à presidência. Depois da morte de JK, Golbery foi contra o Memorial JK, em homenagem a ele, erguido em Brasília. O senhor considera que o Juscelino seria empecilho para os planos de fazer o general Figueiredo o quinto presidente militar do regime de 1964?

O Sr. Serafim Jardim – Bem, eu acho que os militares continuavam a ser os mesmos que quiseram dar o golpe contra Juscelino. Em Jacareacanga, em **Aragarças**⁸³. O Golbery conspirava contra a candidatura do Juscelino desde o manifesto dos coronéis, de **1954**⁸⁴.

P – Sobre o grupo Inconfidência que ameaçou o senhor, há remanescentes?

R – Dizem que em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Têm até jornal, *Inconfidência*.

P – Reaberto o caso JK, em 1996, exumado o corpo de Geraldo Ribeiro, descobriu-se o orifício no crânio e o metal dentro. De acordo com o perito Alberto Carlos de Minas, grave indício de projétil de arma de fogo. Por que isso não tomou proporções maiores?

R – Não sei. A bala transformou-se em prego do caixão e a parte do orifício em pó. O Alberto dizia que é impossível uma parte virar pó e o resto, não.

P – A perícia do acidente, em 1976, foi feita por dois peritos criminais: Nelson Ribeiro de Moura e Haroldo Ferraz, este como relator. Eles disseram que o veículo que bateu fugiu. Mas a realidade, e temos a prova, é que Josias Nunes Oliveira, o motorista do ônibus da Viação Cometa, ficou no local do acidente por 20 minutos (*para prestar socorro*). E a autoridade do posto policial, onde Josias parou para reportar o acidente, registrou a sua parada. O senhor acha que o ônibus bateu no Opala?

R – Não bateu. Além disso, mudaram o perito. O Nelson Ribeiro de Moura escreve: “Deixam os signatários de anexar ao presente laudo as fotografias referentes ao posicionamento dos cadáveres, acolhendo a recomendação de ordem superior.” Que ordem superior? Não tem uma só foto no processo. Nunca vi isso. E veja que o novo perito, Sérgio de Souza Leite, a bem do serviço público foi demitido nove anos depois. Os laudos dele, parece, tinham problemas.

P – O repórter Valério Meinel, que cobriu a morte de JK para o jornal *O Estado de S. Paulo*, concluiu que atiraram em Geraldo Ribeiro de uma Caravan. O que o senhor acha disso?

R – Acredito que atingiram o Geraldo.

P – A prova estaria no corpo do motorista? Um dos funcionários do cemitério disse que conseguiu ver o corpo do presidente porque ficou largado, no chão, só coberto por um lençol. E o do Geraldo, em caixão lacrado. Ninguém pôde ver.

R – É isso. Inclusive radiografaram o corpo do Juscelino. E nenhuma radiografia de Geraldo! Fiz uma palestra em Resende e uma professora me contou que esteve na cena e logo chegou um jipe do Exército e tirou todo o mundo.

P – Que sentido teria abandonar a estrada e ir até o hotel? Usa-se um lugar à beira da estrada para descansar. Por que Juscelino teria desviado para o hotel?

R – Não sei. Carlos Murilo conta, no livro **dele**⁸⁵, que o presidente de uma companhia de seguros que diziam ser ligado ao SNI, procurara-o. Queria marcar um encontro de JK com dois emissários de Geisel. Combinou-se o dia 25 de agosto na fazendinha em Luziânia.

P – Golbery? Figueiredo?

R – Figueiredo era o chefe do SNI. Quando presidente, contra a vontade de Golbery, doou o terreno para D. Sarah construir o memorial de Juscelino em Brasília. Penso que foi por causa da consciência pesada. Figueiredo marcou um encontro com D. Sarah e mostrou seis terrenos para ela escolher. Dona Sarah pediu um prazo – queria conversar com o arquiteto Oscar Niemeyer. Assim nasceu o Memorial JK em Brasília.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Informo que o vereador Roberto Tripoli está conosco.

O Sr. Vereador Tripoli – Bom dia. Quero apenas entender por que matar JK depois de tantos anos fora da presidência.

O Sr. Serafim Jardim – Todos sabiam que ele seria candidato a presidente. Invencível.

A incógnita do hotel fazenda

Gabriel Junqueira Villa-Forte, filho e herdeiro do falecido brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, atual proprietário do hotel fazenda, prestou suas informações à CMVVH, algumas contraditórias, no dia 13 de agosto de 2013. Declarou, de início, que nada do que ocorreu no dia 22 de agosto de 1976, quando tinha 21 anos, foi por ele testemunhado. Portanto, tudo o que dissesse teria de ser apurado em outras fontes.

Depoimento de Gabriel Junqueira Villa-Forte

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradecemos, Sr. Gabriel Villa-Forte, por ter comparecido a esta Comissão da Verdade. Sabemos que o brigadeiro Newton Junqueira Villa Forte, seu progenitor, teve proximidade com Juscelino Kubitschek nos anos 1950, quando fez sobrevoos no Planalto Central para identificar o melhor local para a construção de Brasília, como piloto da reserva da Aeronáutica. A nossa pergunta é: o senhor estava no hotel quando Juscelino chegou, entre 16h30 e 17h00, no dia 22 de agosto de 1976?

O Sr. Gabriel Junqueira Villa-Forte – Os voos foram para fazer um campo de aviação, especialidade dele. Não, eu não estava no hotel, já tinha saído para pegar o ônibus a São Paulo, onde estudava. Quando cheguei soube do desastre pelo rádio.

P – Do que conversaram seu pai e JK nos 90 minutos em que ele e o motorista ficaram no hotel?

R – Não foi grande coisa, garanto. Meu pai só comentou comigo: “O homem esteve aqui antes de acontecer o acidente”. Se houvesse conversa ele me contaria. JK não conhecia o hotel.

P – Havia hóspedes?

R – Só os empregados. No fim da tarde de domingo saem todos. Só haveria movimento na sexta-feira, é um hotel de turismo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Informo aos presentes (*dirige-se à plateia*) a presença do vereador José Police Neto. (*pergunta ao depoente*) Seu pai saiu numa Kombi e JK ficou sozinho com Geraldo?

O Sr. Gabriel Junqueira Villa-Forte – Juscelino parou ali para esticar as canelas, como a gente diz. Talvez lembrasse do nome ao ver a placa na estrada e quis ver se era a mesma pessoa. Como faltou assunto, meu pai disse para ficarem à vontade que ele iria resolver alguns problemas. Ele tinha outro hotel perto, na beira da estrada. Acho que depois de lancharem JK e o motorista ficaram por lá, sentados num banco, perto da entrada da casa central. Meu pai soube depois.

P – Enquanto estavam no hotel, onde ficou o Opala?

R – Perto deles, a dois metros mais ou menos. Não tem garagem lá. Os carros estacionam debaixo das árvores.

P – Conforme o seu relato, ao voltar para o hotel o brigadeiro viu o carro destruído do presidente. Pode informar a esta comissão onde ele foi?

R – Não sei. Ele me levou ao ônibus em Itatiaia, voltou para o hotel e deu de cara com o Juscelino. Aí voltou a Itatiaia. Fazer alguma coisa, não sei. Engenheiro Passos, a nossa cidadezinha, quase não tem comércio.



Foto: Fábio Jr Lazzari/ CMSP

Gabriel Junqueira Villa-Forte diz aos vereadores Gilberto Natalini, Mario Covas Neto e José Police Neto: ignora o que levou JK a fazer uma pausa inesperada no hotel fazenda de seu pai

P – O seu pai fez comentários sobre a cena dos destroços e dos corpos?

R – A Curva do Juscelino, antes, chamava-se Curva da Brisa por causa da corrente de vento forte. O piso era irregular, a curva é descompensada. O motorista fez a curva muito depressa e perdeu o controle do carro. Junte a velocidade com a brisa e o carro

voa longe. Agora a mureta impede que passem à outra pista.

P – O seu pai parou no local?

R – Não sei, mas deve ter parado porque viu que era o carro do JK. Já estava a Polícia Rodoviária no local. Fui ver o Opala uma semana depois, na delegacia de Resende. Só sobrou a lanterna traseira direita. Ele estava correndo demais, decolou, encaixou debaixo do Scania. Arrebentou o eixo direito do caminhão.

P – Consta que o brigadeiro Villa-Forte foi um dos criadores do SNI.

R – É outro erro. Era militar mais de campo, não de mexer em papel. Pode ter dado alguma opinião. Era amigo pessoal do Golbery, que se hospedou várias vezes no hotel.

P – Foi seu pai que informou o governo sobre a morte do presidente? O general Figueiredo era o chefe do SNI e foi aluno dele.

R – Na Academia do Realengo, há muito tempo. Não informou. Eu liguei para o meu pai depois que ouvi a notícia, contei que vi o desastre ao passar de ônibus, perguntei se viu. E ele disse sim, era o homem que esteve no hotel. Juscelino Kubitschek.

P – Seu pai tinha contato com membros do governo? O Golbery?

R – Meu pai não tinha contato com ninguém do governo. Ficava na fazenda, cuidava de hóspede, de vaca. Ele se aborreceu com a Aeronáutica e se isolou. Acho que o Golbery começou a ir ao hotel depois do acidente. Talvez tenha passado algum general para visitar. Desde o tempo do meu avô meu pai era o relações públicas. Recebia pessoas importantes quando jovem. Recepcionou o **José Américo**⁸⁶.

P – Sabe do que tratavam, o seu pai e o Golbery?

R – Não tenho ideia. Parece-me que o Golbery falou em pendurar as chuteiras.

P – Seu pai gostava do Juscelino?

R – Admirava muito.

P – Por que saiu e deixou Juscelino sozinho? Ao chegar um ex-presidente da República, um homem amado como o JK, por que sair?

P – Meu pai, como todo militar antigo, era um homem muito frio. Sem rapapés, não cortejava ninguém. Seco. Mas quando gostava da pessoa era amigo até o final. Dizia que Juscelino era homem de campo, como ele, e não de gabinete: gostava de fazer, executar.

P – O médico que tentou dar socorro, Dr. Celio Benedito Beltrami, disse que o presidente estava irreconhecível. Como o senhor explica que souberam tão rápido de que se tratava de Juscelino Kubitschek?

R – Estive na delegacia uma semana depois, fui ver o carro, tinha mais gente olhando. Perguntei: “O carro tão amassado, como identificaram?” Responderam que acharam os documentos dele.

P – O senhor acha que o acidente foi por causa da curva?

R – Ah, aquela curva é fogo. Acho. O motorista foi um bode expiatório.

P – O senhor disse, para a revista Caros Amigos, que o seu pai pegou muito comunista à tapa. Como foi isso?

R – Ele dizia baderneiros. Isso foi na década de 40, quando estava em São Paulo.

P – Seu pai deu a entender que sabia que JK estava articulando a candidatura dele à presidência, quando morreu na Dutra?

R – Uns meses antes, meu pai estava lendo uma revista, Manchete ou Cruzeiro, e disse: “Ih, o homem está querendo voltar. Esse cara sabe fazer, será bom para o Brasil”.

P – Após a morte de Juscelino, outros militares se encontraram com o seu pai? Conversavam?

R – Pode ser, tinha muito general que ia passar temporada e deviam conversar. Não sei, já estava em São Paulo, meus interesses eram outros.

P – Por fim, qual a sua opinião pessoal sobre o acidente?

R – A curva é difícil, mal projetada e o piso era irregular.

A justiça como instrumento da ditadura

Com dificuldade, o advogado Paulo Castelo Branco obteve o telefone e conseguiu falar com o diretor do Departamento Técnico-Científico da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o procurador Gil Castelo Branco, parente de seu pai. Foi atendido com má vontade. Antes de comparecer à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em São Paulo, o advogado concedeu um depoimento a Wagner Gonçalves, subprocurador geral da República e colaborador da Comissão Nacional da Verdade.

Depoimento de Paulo Castelo Branco

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradecemos a presença aqui do advogado que acompanhou a reabertura do processo do caso Juscelino Kubitschek, em 1996, e veio de Brasília prestar seu depoimento.

O Dr. Paulo Castelo Branco – Serei técnico nas respostas. Esse é o meu papel. Concluí ser possível solicitar ao Ministério Público um novo procedimento de investigação no caso do acidente de Juscelino Kubitschek, devido a três razões. Primeiro, a troca de peritos. Segundo, a retirada das fotografias sob a alegação de se preservar a imagem do presidente; juridicamente isso não existe. Terceiro, a análise

superficial e primária da perícia na hipótese de ferimento à bala. Todos os que participaram dessas falhas ou colaboraram para produzi-las eram instrumento da ditadura.

Bem. Os pedidos que fizemos à Justiça foram atendidos com celeridade. O juiz de Resende agiu com o espírito de buscar esclarecer algo importante da vida do País. O perito Carlos Alberto de Minas detectou o objeto metálico. Mas ficamos sem uma conclusão da perícia, o processo prescreveu e o encaminhamos à Universidade de Minas Gerais. A morte de Juscelino, Jango e Lacerda juntam-se a tantas outras.

P – O que se pode dizer sobre as perícias?

R – Foi feita uma perícia na hora e depois, outra. Absurdo num procedimento como o de acidentes. Uma perícia é uma perícia. O que se pode discutir, depois, é se foi bem feita ou não.

P – As principais contradições da investigação de 1976 são o desaparecimento criminoso das fotografias dos corpos de Juscelino Kubitschek e de seu motorista Geraldo Ribeiro. Sumiram. Também os negativos. Em 1996 a perícia no automóvel Opala do presidente foi feita num outro carro, também Opala. Peço que confirme isso tudo. E quanto ao objeto metálico no crânio de Geraldo Ribeiro, descoberto em 1997?

R – Afirmei em 1997 que, se a informação sobre o objeto metálico tivesse chegado em tempo hábil, antes da prescrição do caso, e também a perícia no carro certo, o Opala do presidente, seria perfeitamente possível apurar se houve um tiro ou algum tipo de explosão no carro. O Dr. Paulo Oliver afirmou, à época, ter visto um clarão.

P – Por que teria o presidente parado no hotel? E o envolvimento de outro veículo?

R – São pontos que continuam nebulosos. Não se conseguiu, até hoje, encontrar uma pessoa que pudesse explicar isso, com profundidade. Vejo que o filho do proprietário do hotel pouco esclarece – porque não sabe ou não quer esclarecer. Achei as explicações muito frágeis. Mas fiquei surpreso com a informação dele, de que o pai agredia pessoas em épocas anteriores.

P – E quanto ao envolvimento de um terceiro carro?

R – Não sei como poderia ter acontecido. Sei, sim, que D. Sarah, com quem tive convivência, e também a Márcia Kubitschek, falavam a respeito dessa Caravan. O carro teria passado ao lado do Opala e dali sairia o disparo que alvejaria o Geraldo.

P – O senhor aponta a presença de Gil Castelo Branco no local do acidente.

R – Ele era o chefe de perícia do Instituto Carlos Éboli, no Rio. Determinou, segundo apurado, a absurda troca de peritos. À época em que estávamos investigando, liguei para o Gil, Francisco Gil Castelo Branco. Promotor e diretor, parente do meu pai. Consegui, por meios familiares, falar com ele pelo telefone. Atendeu-me com grande má vontade. Não me recebeu em casa. Perguntei: reinava a mentira em relação ao

acidente de Juscelino Kubitschek? Ouvi: “Só o tempo vai mostrar a verdade”. Isso foi importante.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Pergunto se há algo mais que gostaria de nos relatar.

O Dr. Paulo Castelo Branco – Quero fazer uma observação. Sempre que sou convidado compareço, mas fico desiludido com as conclusões. A politização das investigações me surpreende. Talvez se prefira que o presidente tenha morrido por acidente, ao invés de investigar. Talvez seja melhor. Mas isso pode não ser a verdade.

Ao Som do Peixe-Vivo

Juscelino Kubitschek foi acompanhado por centenas de milhares de pessoas em cortejos no Rio e em Brasília, onde foi enterrado. Cantavam *Peixe Vivo*: cantiga popular que representou JK; o Hino Nacional; e músicas de protesto, como *Apesar de Você*, de Chico Buarque, e *Pra não Dizer que não Falei de Flores*, de Geraldo Vandré. Em Brasília, as multidões no aeroporto, nos cortejos, na catedral, no cemitério somaram em torno de 350 mil pessoas. Pela televisão, milhões acompanharam o enterro. A comoção nacional foi única, o que só confirmou o terror do governo militar à ideia de **eleições**⁸⁷.

O olhar de outro perito

Depois que Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira faleceu, com 87 anos, em fevereiro de 1996, Serafim Jardim empreendeu o que se prometera desde a morte de JK: reabrir o processo, chegar à verdade. Além da ajuda do advogado Paulo Castelo Branco contou com o perito criminal do Instituto de Criminalística de Minas Gerais, Dr. Alberto Carlos de Minas. O pedido de reabertura do processo foi feito em maio de 1996, três meses antes de sua prescrição. Alberto Carlos de Minas concedeu o seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog no dia 13 de novembro de 2013. O depoente, 68 anos, perito por cerca de 35 anos, curso e prática de balística em Paris, é exímio conhecedor de projéteis de armas de fogo e explosivos.

Depoimento de Alberto Carlos de Minas

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Depois de solicitada a exumação e posterior exame necroscópico dos restos mortais de Gilberto Ribeiro, o que o senhor verificou?

O Sr. Alberto Carlos de Minas – Uma caixa de fibra de vidro pequena continha todos os ossos e percebi que havia um provável orifício provocado por entrada ou

saída de projétil de arma de fogo.

P – O senhor tem certeza do que viu?

R – Absoluta. Não me deixaram fotografar. Muitas pessoas estavam presentes e fecharam a caixa. Talvez policiais, agentes. Nada a ver com a exumação. Os auxiliares da necropsia e o médico legista fizeram uma parede humana, impediram fotografias.

O Sr. Vereador Ricardo Young – Por favor, é importante, de que lado era o orifício?

O Sr. Alberto Carlos de Minas – Não me recordo se era de direita ou de esquerda. Não me deixaram fotografar. Eu já estava com a máquina e o teleconverter **preparados**⁸⁸. Depois reclamei: “Sou a parte mais interessada, sou policial”. Responderam: “Não, o senhor aqui é só um convidado”. Explícita a resistência à minha presença ali. Fiquei até muito chateado.

P – E depois desse episódio?

R – O que mais me causou espécie foi a quantidade de equívocos e erros em todo o processo. Segundo os legistas, o crânio havia se esfacelado devido ao manuseio. Isso mostra que queriam tirar tudo o que poderia existir como prova de homicídio. Desde o princípio, a fraudulência foi clara. Eu manipulei um crânio encontrado no bairro de Lurdes (*zona central de Belo Horizonte*), com um buraco de bala na parte occipital traseira, com saída do projétil um pouco acima da fossa do globo ocular. Tive esse crânio em cima da minha mesa por uns vinte anos e dei mais três tiros nele, na parte traseira, com saída na frente. Fiz isso para saber o calibre da bala. A diferença básica era ser de crânio morto; crânio vivo tem outra resistência. Fiz teste com três armas diferentes. Esse crânio jamais pulverizou em minhas mãos. É sabido e notório que restos de múmias de milhares de anos podem ser manipulados sem risco de esfacelamento ou desagregação.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O senhor está nos dizendo que esse esfarelamento do crânio não é natural.

O Sr. Alberto Carlos de Minas – Não é factível. Assim, se havia buraco de bala, a melhor coisa seria desaparecer com o sinal. Eles poderiam ter tido a inteligência de me apresentar outro crânio. Mas que não digam que esfacelou porque não dá para engolir.

P – Segundo a Polícia Civil de Minas, havia um fragmento metálico no crânio, resto de prego do caixão. O fragmento poderia ser parte de bala?

R – Pregos são metal ferroso, de preferência não de aço. Sua desagregação em contato

com a ação deletéria dos elementos naturais o transformaria em pó de ferrugem. Quanto ao aço em projéteis de armas de fogo existiram na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Por dentro são de chumbo, para o peso. Chamam-se jaquetados. A jaqueta pode ser de aço. Tenho vários jaquetados, de 1912, 13, 14. De 1930, austríaca, grossura de 7 mm. Coincidência com a medida (*do prego*) encontrada.

P – Não se realizaram comparações com pregos da época. Qual a sua opinião?

R – Sim, comparações são necessárias. Procurar pregos antigos da época do mesmo fabricante, do caixão ou de caixões próximos.

P – É comum atiradores de elite fazerem sua própria munição?

R – Não me consta. Mas a recarga de munição é uma constante e atiradores de elite atiram muito. *Snipers*, na guerra do Iraque, a três mil metros, acertavam alguém atrás de um muro. A bala Ponto 50 atravessava o muro.

P – Mas como acertar em um carro em movimento?

R – De um ponto fixo é possível acertar. De outro veículo com a mesma velocidade acerta-se porque é como se não houvesse movimento.

P – O acidente seria uma ação de Código 12 – acidente de trânsito programado?

R – Código 12 não diz respeito só a acidentes de trânsito. Trata de fazer um homicídio, qualquer, parecer acidente.

P – E quanto à possibilidade de um acidente vascular cerebral do motorista?

R – Existem alcaloides infalíveis. Insípidos, inodoros e incolores. Na época do gangsterismo americano, década de 20, levavam a rolha do vinho para a vítima cheirar. Bastava. Em dez minutos passava mal, tinha obliteração do sistema cardiovascular inteiro e morria.

P – Para o conhecimento de todos, esta Comissão da Verdade solicitou ao governador de Minas nova perícia no fragmento metálico. Após 50 dias, informaram que o fragmento não foi localizado, nem o laudo original do exame de 1996. O senhor tem algum comentário? E sobre o fato de terem também desaparecido as fotos e os negativos da cena original?

R – Só se pericia o que se fotografa, já disse um mestre da perícia. A fotografia é o dado mais correto que existe. Esses desaparecimentos reforçam-me a ideia de que tudo continua igual. As interrupções, as fraudes. Não há necessidade disso. O que interessa é o resgate da historiografia do país. Espero que alguém se arrependa e fale.

A reabertura do processo que envolveu as mortes de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro prescreveu sem haver conclusão da Justiça.

“Não houve tempo para desenvolver a apuração, não só da bala que teria atingido Geraldo, como a perícia do carro. Com mais tempo e a tecnologia de hoje, seria perfeitamente possível examinar também se houve alguma explosão no carro, algo

que o Paulo Oliver aventou”, lamenta o Dr. Paulo Castelo Branco.



Acervo CMSP

O perito criminal e especialista em armas Alberto Carlos de Minas é ouvido sobre a morte de Geraldo Ribeiro, motorista de JK

Tombamento da estação

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog oficiou ao Sr. Ubirajara Ritton, presidente da Câmara Municipal de Resende em 6 de novembro de 2013, propondo, dentro das possibilidades, que fossem tombados e restaurados os dois prédios erguidos na segunda metade do século 19, que compõem a antiga Estação Engenheiro Passos, no distrito de mesmo nome, ao sul do município de Resende. O objetivo é claro: preservar o último local em que esteve, com vida, o presidente Juscelino Kubitschek.



Acervo CMSP

Relatório JK - da Comissão da Verdade Vladimir Herzog

Em nome da História do Brasil, da Memória, da Verdade e com base em 114 circunstâncias, evidências, indícios e testemunhos, todos abaixo relacionados, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog (CMVVH), em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, conclui os seus trabalhos e DECLARA não haver sustentação para a tese de que o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira foi vítima de um acidente de trânsito na Rodovia Presidente Dutra. Nossa investigação APONTA que JK perdeu a vida, em 22 de agosto de 1976, em consequência de conspiração, complô e atentado político perpetrado por agentes da ditadura militar, que temiam uma nova candidatura de JK à Presidência da República nas eleições de 1978. A CMVVH CONSIDERA nula, portanto, a *causa mortis oficial*, forjada no regime militar, segundo a qual o ex-presidente morreu em decorrência de desastre automobilístico em viagem de São Paulo para o Rio de Janeiro.

1 Juscelino Kubitschek e seu motorista, Geraldo Ribeiro, morreram cerca de três minutos após deixarem o Hotel Fazenda Villa-Forte, de propriedade do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, um dos criadores do SNI (Serviço Nacional de Informações). O hotel situa-se no distrito de Engenheiro Passos, em Resende (RJ).

2 O Opala em que estava Juscelino Kubitschek, placa do Rio de Janeiro NW 9326, sob o comando do experiente motorista Geraldo Ribeiro, responsável por conduzir JK durante 36 anos, saiu do Hotel Fazenda Villa-Forte rumo à cidade do Rio de Janeiro um pouco antes das 18 horas, ainda com a luz do dia. Era domingo, 22 de agosto de 1976. Em aproximadamente três minutos o veículo percorreu os cerca de 500 metros até a Rodovia Presidente Dutra, entrou na estrada no km 168 (atual km 331) e venceu três curvas acentuadas. Logo após ultrapassar a marca do km 165 (atual km 328), na quarta curva, passou descontrolado para a pista oposta e colidiu com a carreta Scania-Vabis, placa de Santa Catarina ZR 0398, dirigida pelo motorista Ladislau Borges, que trafegava no sentido Rio de Janeiro - São Paulo.

3 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 1º de outubro de 2013, Josias Nunes de Oliveira, ex-motorista da Viação Cometa, declarou ter visto a sua frente, na Rodovia Presidente Dutra, o Opala cor marfim, com capa de vinil preta. O automóvel acabava de entrar na Dutra, na altura do distrito de Engenheiro Passos, em Resende (RJ), no km 168 (atual km 331), no local de acesso à estrada que leva às estâncias hidrominerais, em Minas Gerais, e que também servia de entrada para o caminho ao Hotel Fazenda Villa-Forte. Eram quase 18 horas daquele domingo, 22 de agosto de 1976. Oliveira relatou ter ultrapassado pela esquerda o Opala, que estava corretamente posicionado na pista da direita da Dutra, por desenvolver velocidade

pouco inferior à do ônibus. Conforme o depoimento de Oliveira, ambos os veículos estavam em posições e velocidades compatíveis com o limite de 80 km/h, permitido na época. Subitamente, de forma inesperada, Oliveira observou que o Opala em que estava Juscelino Kubitschek surgiu pela direita do ônibus que dirigia, ultrapassando-o pela direita, em velocidade excessiva e em manobra arriscada, em curva. Nas palavras de Oliveira, “me ultrapassou pela direita e não fez a curva”. O Opala, que se mostrava descontrolado e desgovernado, não completara a curva à direita, logo após o km 165 (atual km 328). Seguiu direto, em velocidade, para a pista oposta, a Rio de Janeiro - São Paulo, onde houve a colisão. Oliveira qualificou a curva do km 165 como “curva leve”, que não apresenta dificuldade para um motorista experiente. “A curva era para a direita e ele saiu para a esquerda”, relatou o motorista que conduzia o ônibus da Viação Cometa. Na época, não havia barreira separando as duas pistas da Dutra.

4 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, Serafim Jardim, ex-secretário de Juscelino Kubitschek, afirmou que os telefones de pessoas ligadas a JK estavam grampeados em 1976. Assim, agentes da repressão a serviço do governo militar, responsáveis por vigiar o ex-presidente, não teriam dificuldade em saber com antecedência que JK viajaria pela Rodovia Presidente Dutra, em 22 de agosto de 1976. Da mesma forma, acrescentou Jardim, agentes do regime militar saberiam do encontro do ex-presidente com Geraldo Ribeiro, no começo daquela tarde, para o início da viagem ao Rio de Janeiro, no então km 2 da Dutra, no município de São Paulo.

5 Em depoimento a esta Comissão da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony declarou que, como profissional de imprensa da revista *Manchete*, esteve nas dependências do Hotel Fazenda Villa-Forte nos dias seguintes ao “acidente” em que perderam a vida Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. Nessa ocasião ouviu do guardador de veículos do estacionamento do estabelecimento o seguinte: no momento em que Ribeiro pegou o volante do Opala para prosseguir viagem rumo ao Rio de Janeiro, após o período em que JK ficou no hotel, naquele 22 de agosto de 1976, ao engatar a marcha a ré estranhou as condições do veículo. Como o Opala permanecera no estacionamento, o motorista perguntou ao guardador se alguém havia mexido no carro. O guardador contou a Cony que respondeu a Ribeiro não ter notado nada de errado com o Opala que conduzia JK.

6 Em 26 de julho de 1996, após a reabertura do Caso JK, uma equipe do Instituto Carlos Éboli, do Rio de Janeiro, realizou em Resende (RJ) perícia nos supostos destroços do Opala em que morreram Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. O responsável pela reabertura das investigações, Serafim Jardim, ex-secretário de JK, não foi informado da perícia e, por isso, não acompanhou os trabalhos.

7 Houve grave erro na perícia técnica que deveria ter sido realizada nos destroços do Opala de Geraldo Ribeiro em 1996. O intento dos peritos era apurar se houve sabotagem mecânica ou explosão no automóvel. Concluíram pela ausência de sinais de ação criminosa. No entanto, estranhamente, os técnicos examinaram os destroços de um veículo com o número de motor 7321818, conforme o laudo expedido, enquanto o número de motor do Opala de Ribeiro, de acordo com o título de propriedade, era OJO4O3M. Para Serafim Jardim, ex-secretário de Juscelino Kubitschek, a análise foi propositadamente efetuada em outro carro, para impedir eventual resultado positivo.

8 Célio Benedito Beltrami e Paulo Oliver, passageiros do ônibus da Viação Cometa conduzido por Josias Nunes de Oliveira em 22 de agosto de 1976, declararam que o Opala em que estava Juscelino Kubitschek, aparentemente desgovernado, ultrapassou pela direita o ônibus sob o comando de Oliveira, não completou a curva após o km 165 e, sem haver choque com o coletivo, invadiu a pista em sentido contrário e colidiu com o caminhão dirigido por Ladislau Borges. Beltrami, médico, Oliver, advogado e Oliveira tentaram prestar socorro, mas JK e Geraldo Ribeiro já estavam mortos quando os três alcançaram o outro lado da Rodovia Presidente Dutra.

9 Médico da Marinha, Célio Benedito Beltrami foi o primeiro passageiro do ônibus da Viação Cometa a tentar socorrer Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, logo após a colisão na Rodovia Presidente Dutra. Ele jamais foi procurado pelas autoridades para testemunhar sobre o caso. Em 1997, entrevistado pela revista *Caros Amigos*, afirmou ter ouvido o barulho de freada, vindo do Opala, quando o veículo que conduzia JK estava à direita do ônibus. Em suas palavras: “Foi como se o freio tivesse falhado, ou tivesse acontecido um problema na roda esquerda”. Beltrami acrescentou: “Parece que travou a roda do lado esquerdo”. Como os demais nove passageiros ouvidos pelas autoridades da época, o médico Beltrami também afirmou não ter havido choque entre o ônibus dirigido por Josias Nunes de Oliveira e o Opala de Ribeiro.

10 Em 23 de junho de 1977, o advogado Paulo Oliver, passageiro do ônibus da Viação Cometa, cujo motorista, Josias Nunes de Oliveira, foi acusado de abalroar o automóvel Opala em que estava Juscelino Kubitschek, depôs à 2ª Vara Criminal de São Paulo. Além de negar o choque entre o ônibus e o carro, como todos os outros passageiros o fizeram, o depoimento de Oliver, repleto de detalhes, chamou a atenção ao descrever a trajetória desgovernada do Opala, em “zigue-zague”, da pista da direita para a esquerda, na frente do ônibus, que se encontrava à esquerda. Oliver relatou ter visto um “clarão” sobre o automóvel, antes que o veículo conduzindo JK, descontrolado, passasse em linha reta para a pista contrária da Rodovia Presidente Dutra e colidisse contra o caminhão de Ladislau Borges. Pode-se supor que o “clarão”

foi causado por tiro ou mesmo explosão dentro do carro.

11 Em depoimento prestado por ocasião dos 20 anos do “acidente” em que morreram Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, o advogado Paulo Oliver, passageiro do ônibus da Viação Cometa que esteve na cena da morte do ex-presidente na Rodovia Presidente Dutra, afirmou: “O ônibus ia ultrapassar todos os veículos à direita, aproximou-se rapidamente do Opala, um rápido clarão se repete uma ou duas vezes, o veículo [Opala], pelo que se vê, tenta voltar à direita, não consegue, desgovernado, na curva passa para outra pista e choca-se com uma carreta que vinha na Dutra, no sentido Rio-São Paulo”.

12 Os nove passageiros do ônibus da Viação Cometa sob o comando do motorista Josias Nunes de Oliveira, ouvidos no processo em que Oliveira foi julgado sob a acusação de abalroar o Opala que conduzia Juscelino Kubitschek, são os seguintes: José Taboada Carballo, Cid Vianna Montebelo, Guilherme Jorge Habib, Carlos Benevenuto Guisard Koehler, José Maria de Souza, Angela Maluf Homsí, Paulo Oliver, Nazile José Maluf e Danilo Martins de Lima. Todos testemunharam, unanimemente, não ter havido choque entre o ônibus e o Opala. Célio Benedito Beltrami não foi ouvido.

13 Em relato a esta Comissão Municipal da Verdade, em 27 de maio de 2014, o motorista aposentado Ademar Jahn descreveu o momento em que viu o Opala cor marfim, com capa de vinil preta, invadir na contramão a pista Rio de Janeiro - São Paulo da Rodovia Presidente Dutra. Jahn conduzia um caminhão carreta Scania Vabis, placa de Santa Catarina TN 0899, semelhante ao veículo de seu amigo Ladislau Borges, que estava imediatamente a sua frente na estrada. Jahn teve tempo de testemunhar, no intervalo de aproximadamente dois segundos que precedeu a colisão, algo que o marcou para sempre. Naqueles instantes que antecederam a batida, ele afirmou ter visto o motorista do Opala debruçado, com a cabeça caída entre o volante e a porta do automóvel, não restando dúvida, de acordo com Jahn, de que o condutor se encontrava desacordado e inconsciente, e já não controlava o Opala, antes do impacto contra o caminhão de Borges.

14 Em relato a esta Comissão Municipal da Verdade, em 27 de maio de 2014, o motorista aposentado Ademar Jahn, para quem não houve a batida entre o Opala que conduzia Juscelino Kubitschek e o ônibus da Viação Cometa sob o comando do motorista Josias Nunes de Oliveira, relatou que, apesar de ter informado os dados pessoais à Polícia Rodoviária Federal, jamais foi chamado pelas autoridades do regime militar para dar o seu testemunho no processo que “investigou” a morte de JK.

15 Nos laudos do Auto de Exame Cadavérico, de 23 de agosto de 1976, os médicos legistas Ivan Nogueira Bastos e Hygino de Carvalho Hércules, do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, do Rio de Janeiro, respondem com o termo “prejudicado” o

quarto quesito sobre a perícia feita nos corpos de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, cujo questionamento era se as mortes foram produzidas “por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel”.

16 A perícia realizada no corpo de Geraldo Ribeiro aferiu que o motorista de Juscelino Kubitschek não ingeriu bebidas alcoólicas antes de morrer, mas não houve exame para verificar se Ribeiro havia tomado remédios, drogas psicoativas ou se chegou a ser inoculado com alguma substância venenosa ou entorpecente.

17 No trecho de três quilômetros da Rodovia Presidente Dutra, percorrido em aproximadamente dois minutos pelo Opala sob o comando de Geraldo Ribeiro, do km 168 (atual km 331) ao km 165 (atual km 328), existem, nos últimos mil metros, quatro curvas acentuadas, sendo que a última, em leve aclive, a menos perigosa, foi justamente onde ocorreu o “acidente” que tirou a vida de Juscelino Kubitschek e de seu motorista. O trecho foi inspecionado pela Comissão Municipal da Verdade. É importante destacar que, de acordo com os depoimentos de Josias Nunes de Oliveira, motorista do ônibus da Viação Cometa, e do advogado Paulo Oliver, passageiro do coletivo, ambos concedidos a esta Comissão Municipal da Verdade, além de outros depoimentos tomados à época e que constam do processo oficial sobre a morte de JK, o Opala em que viajava o ex-presidente, em manobra arriscada, ultrapassou o ônibus do motorista Oliveira pela direita, na curva, o que dificilmente um profissional experiente como Ribeiro faria, a não ser em situação de extrema emergência, como a de estar empreendendo uma fuga. Frisa-se, ainda, que o automóvel de Ribeiro, em descontrole, de acordo com o relato de testemunhas, seguiu em linha reta, sem completar a curva à direita, projetando-se para a pista em sentido contrário da Rodovia Presidente Dutra, que não dispunha de barreiras de separação, como se estivesse sem comando.

18 Em 7 de agosto de 1976, exatos 15 dias antes da morte de Juscelino Kubitschek, alguns dos principais jornais do país receberam a informação de que o ex-presidente havia morrido em acidente de trânsito. No livro *JK – Onde Está a Verdade?*, Serafim Jardim, ex-secretário de JK, classificou a notícia falsa como “teste psicossocial” para verificar como o país reagiria ao assassinato que, àquela altura, já estaria sendo planejado.

19 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony defendeu a tese de que montaram a “máquina para matar Juscelino Kubitschek na estrada”. Conforme Cony, o atentado deveria ter ocorrido 15 dias antes do “acidente” que tirou a vida de JK na Rodovia Presidente Dutra, caso o ex-presidente tivesse deixado de automóvel a fazenda de sua propriedade em Luziânia (GO) naquele dia 7 de agosto, o que não aconteceu.

20 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony disse estar certo de que, caso não houvesse o “acidente” que matou Juscelino Kubitschek e o motorista Geraldo Ribeiro no km 165 da Rodovia Presidente Dutra, o Opala que conduzia JK fatalmente se acidentaria quilômetros adiante, quando da descida da serra da Dutra, repleta de curvas, na sequência do caminho para a cidade do Rio de Janeiro, após a saída do ex-presidente do Hotel Fazenda Villa-Forte, em Resende (RJ). Cony manifestou convicção de que JK foi seguido por agentes da repressão desde o início da viagem, no km 2 da Dutra, ainda no município de São Paulo.

21 Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 9 de junho de 2014, Daniel Bezerra de Albuquerque Filho, marinheiro mercante, revelou que, em 22 de agosto de 1976, era o carona do tio, Antônio Fernandes de Barros, já falecido, na cabine do caminhão Alfa Romeo 180, placa NS 8122, que se dirigia, com carga de 18 toneladas, de São Paulo para o Rio de Janeiro. Conforme Albuquerque Filho, com 16 anos na época, ele testemunhou o Opala conduzido por Geraldo Ribeiro, que “ultrapassou a mil, pela esquerda”, o caminhão sob o comando de Barros, que se deslocava a uma velocidade entre 60 e 70 km/h. Em seguida, de acordo com Albuquerque Filho, o Opala foi para a pista da direita, à frente do caminhão em que ele se encontrava, pois o ônibus da Viação Cometa, um pouco mais à frente, à direita, havia se deslocado para a esquerda com a finalidade de ultrapassar um caminhão frigorífico. Segundo o depoente, ele avistou quando o Opala, em alta velocidade, pela direita, deu uma meia-lua e rodopiou, desgovernado, na frente do ônibus da Viação Cometa, atravessando para a pista sentido Rio de Janeiro - São Paulo da Rodovia Presidente Dutra. Em seu depoimento, Albuquerque Filho disse não ter visto se o Opala que conduzia JK empreendia uma fuga, mas estranhou a alta velocidade do automóvel e a ultrapassagem do ônibus da Viação Cometa pela direita. Nas palavras do depoente: “Era esperar o ônibus ultrapassar aquele caminhão, e ele diminuir atrás do ônibus, e lá na frente com certeza o ônibus iria sair e ele iria passar. Mas não. Ele se apavorou e entrou pela direita e foi embora”.

22 Em 25 de agosto de 1976, uma quarta-feira, três dias após o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, estava acertada uma reunião de Juscelino Kubitschek com dois generais, supostamente emissários do general-presidente Ernesto Geisel, na fazenda de Luziânia (GO), propriedade de JK. O encontro, marcado por influência de emissário ligado ao SNI (Serviço Nacional de Informações), deveria ser secreto conforme relato do ex-deputado e primo de JK, Carlos Murilo Felício dos Santos. JK chegaria de avião, vindo do Rio de Janeiro.

23 No livro *Momentos Decisivos*, de Carlos Murilo Felício dos Santos, o autor levantou a hipótese de que os responsáveis pelo complô que matou Juscelino

Kubitschek obtiveram a informação da viagem pela Rodovia Presidente Dutra e, alegando urgência da reunião com os emissários do general-presidente Ernesto Geisel, convenceram o ex-presidente a antecipar a reunião do dia 25 para o dia 22 de agosto, atraindo-o para uma cilada em Resende (RJ), no Hotel Fazenda Villa-Forte. Com a pretensão de aplacar a beligerância de militares contra uma eventual candidatura sua à Presidência da República, JK teria aceitado uma reunião prévia no Hotel Fazenda Villa-Forte, caindo na emboscada.

24 O automóvel Opala, modelo 1970, de cor marfim e capota de vinil preta, foi um presente de Juscelino Kubitschek a Geraldo Ribeiro, por ocasião do aniversário de 30 anos da amizade entre os dois. O veículo tinha baixa quilometragem e acabara de sair de revisão mecânica no Rio de Janeiro. Motorista experiente, Ribeiro, de 64 anos, morava no Rio e chegara a São Paulo na véspera da viagem, em 21 de agosto de 1976, para encontrar JK no dia seguinte, no km 2 da Rodovia Presidente Dutra, no município de São Paulo. Cumpriu as instruções transmitidas por telefone pelo próprio ex-presidente. Nas palavras de Maria de Lourdes Ribeiro, filha do motorista, “papai era muito cuidadoso, só usava o Opala nos fins de semana ou quando convocado por Juscelino”. JK e Ribeiro iniciaram a viagem por volta das 14 horas e percorreram em aproximadamente duas horas e meia os 234 quilômetros até o acesso ao Hotel Fazenda Villa-Forte, em Resende (RJ), situado a pouco mais de três quilômetros da divisa estadual São Paulo - Rio de Janeiro.

25 As autoridades responsáveis pelas investigações das mortes de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro não levaram em conta a parada do ex-presidente e de seu motorista no Hotel Fazenda Villa-Forte, de propriedade do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte. O fato não foi investigado em 1976 nem em 1996, quando o Caso JK foi reaberto.

26 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, o advogado Paulo Castelo Branco, que acompanhou a reabertura do Caso JK em 1996, relatou que a viúva de Juscelino Kubitschek, Dona Sarah Kubitschek, e a filha do ex-presidente, Márcia Kubitschek, receberam informações e suspeitavam de um automóvel Caravan que teria emparelhado com o Opala conduzido por Geraldo Ribeiro e, desse automóvel, jamais identificado, teria ocorrido disparo de arma de fogo contra o automóvel em que estava JK.

27 Em 19 de outubro de 1986, o *Jornal do Brasil* publicou entrevista com Dona Sarah Kubitschek, na qual a viúva de JK afirmou não acreditar na versão do acidente automobilístico. Nas palavras de Sarah Kubitschek: “Precisaram matar, espezinhar, liquidar com Juscelino, porque não conseguiram liquidar com sua força, sua dignidade, sua coragem, seu carisma de grande líder”.

28 Em depoimento à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que examinou

o Caso JK no ano de 2000, a jornalista Tânia Fusco, então do *Jornal do Brasil*, relatou ter recebido duas ameaças telefônicas, em 1987, após publicar reportagens sobre a morte de JK.

29 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony declarou que agentes da ditadura militar fizeram “investigação paralela” sobre a morte de Juscelino Kubitschek para forjar que, antes do “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, houve um encontro entre JK e a amante Lúcia Pedroso no Hotel Fazenda Villa-Forte. A mentira procurou intimidar Dona Sarah Kubitschek e levá-la a optar pela conveniência de não aprofundar a investigação sobre as mortes do ex-presidente e de seu motorista, Geraldo Ribeiro.

30 O brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, proprietário do Hotel Fazenda Villa-Forte, mantinha relações de proximidade com o general Golbery do Couto e Silva, um hóspede costumeiro do Hotel Fazenda. Quando da morte de Juscelino Kubitschek, em 1976, o general Golbery era ministro-chefe da Casa Civil, o segundo cargo mais alto do Governo do Brasil, abaixo apenas do general-presidente Ernesto Geisel.

31 O general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Civil em 1976, é o mesmo militar que, ainda como tenente-coronel do Exército, foi preso em 1955 por participar de complô para impedir a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República.

32 O brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, proprietário do Hotel Fazenda Villa-Forte, foi professor, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, do general João Baptista Figueiredo, o mesmo que, em 1976, era o general-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações).

33 Em 1978, dois anos após a morte de Juscelino Kubitschek no “acidente” da Rodovia Presidente Dutra, o general João Baptista Figueiredo foi eleito como o último general-presidente da República do regime militar de 1964, escolhido em eleição indireta pelo **Colégio Eleitoral**⁸⁹. Figueiredo sucedeu o general-presidente Ernesto Geisel e governou até 1985.

34 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, Gabriel Junqueira Villa-Forte, filho do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, afirmou que não havia pessoas de fora do círculo de funcionários do Hotel Fazenda Villa-Forte para recepcionar Juscelino Kubitschek, na tarde de 22 de agosto de 1976. Segundo suas palavras, “o hotel inclusive estava vazio, não tinha um apartamento ocupado”. No mesmo depoimento o filho do militar também relatou que não estava no local durante os aproximadamente 90 minutos em que JK permaneceu no Hotel Fazenda.

35 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, Gabriel Junqueira Villa-Forte, filho do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, afirmou considerar afastada a possibilidade de sabotagem no Opala de Geraldo Ribeiro durante o período em que Juscelino Kubitschek esteve no Hotel Fazenda Villa-Forte. Ao ser questionado sobre o local onde ficou estacionado o Opala enquanto JK e Ribeiro permaneceram no hotel, Gabriel Junqueira Villa-Forte respondeu que o veículo ficara “perto deles”. O filho do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, que não estava no hotel conforme o seu depoimento, assegurou que o Opala ficou “do lado deles [JK e Ribeiro], à distância de dois metros no máximo”. Perguntado acerca do que fizeram o ex-presidente e o motorista no hotel, o filho do militar afirmou que “parece que o motorista foi ao banheiro”.

36 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, Gabriel Junqueira Villa-Forte declarou que seu pai, o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, proprietário do Hotel Fazenda Villa-Forte era, como aviador, conhecedor do Planalto Central e, por essa razão, foi consultado por Juscelino Kubitschek, quando da decisão de construir Brasília, nos anos 1950, sobre a melhor localização para a nova capital federal. De acordo com Gabriel Junqueira Villa-Forte, seu pai não manteve contatos com JK nas décadas de 1960 e 1970, até o ex-presidente, pela primeira e única vez, dirigir-se ao Hotel Fazenda Villa-Forte, na tarde de 22 de agosto de 1976.

37 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, Gabriel Junqueira Villa-Forte informou que seu pai, o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, apesar de ser o anfitrião de Juscelino Kubitschek no Hotel Fazenda Villa-Forte, em 22 de agosto de 1976, saiu do hotel após receber JK no estabelecimento, deixando-o sem companhia no local. Teria se dirigido a outro hotel de sua propriedade, próximo dali. Conforme Gabriel Junqueira Villa-Forte, o ex-presidente era admirado por seu pai que, mesmo assim, teria saído da propriedade enquanto JK lá se encontrava.

38 Apesar de ter concedido entrevista em 1997 e relatado que o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte era “líder político muito atuante” e que “pegou muito comunista a tapa”, Gabriel Junqueira Villa-Forte afirmou a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, que seu pai, anfitrião de Juscelino Kubitschek no Hotel Fazenda Villa-Forte, teve de sair do estabelecimento na tarde de 22 de agosto de 1976, e que o fez em sua perua Kombi, deixando o ilustre convidado no local. O que teria levado o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte a se deslocar para os arredores?

39 O repórter Ricardo Alberto de Oliveira Bruno, da Rádio Agulhas Negras, chegou ao local do “acidente” em 22 de agosto de 1976, por volta das 20 horas, ou seja, duas

horas após as mortes de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. Foi impedido de se aproximar do veículo acidentado por uma barreira de soldados da Academia Militar de Agulhas Negras, que guardava os corpos das vítimas e os destroços do automóvel Opala. Mais tarde, na mesma noite, o jornalista se deslocou até o Cemitério Alto dos Passos, em Resende (RJ), onde, da mesma forma, não conseguiu chegar perto dos cadáveres do ex-presidente e de seu motorista, vigiados por soldados do Exército até ser transportados para o Rio de Janeiro.

40 Em relato a esta Comissão Municipal da Verdade, em 15 de janeiro de 2014, o jornalista Ivan Bezerra de Barros, de Palmeira dos Índios (AL), declarou que, como repórter da revista *Manchete*, em 22 de agosto de 1976 foi designado para fazer a cobertura do “acidente” da morte de Juscelino Kubitschek na Rodovia Presidente Dutra, ocasião em que estranhou a movimentação de policiais rodoviários federais, por volta das 22 horas. De acordo com o relato de Barros, os policiais alteravam, com a ajuda de caminhões guincho, as posições em que se encontravam o Opala que conduzia JK e o caminhão carreta contra o qual o veículo havia se chocado, antes dos trabalhos de perícia técnica. Jornalista, advogado e ex-promotor de justiça, Barros afirmou à Comissão Municipal da Verdade não ter dúvida de que a mudança de local dos veículos prejudicou a perícia técnica do “acidente”. Barros informou que tanto o Opala de JK quanto a carreta já estavam fora da pista da Dutra, sem atrapalhar a circulação de veículos na estrada e, portanto, não havia razão para justificar a alteração da posição original do carro e da carreta. Inconformado, Barros perguntou a um policial rodoviário federal por que haviam decidido não esperar a perícia técnica concluir os exames necessários antes de mexer nos veículos sinistrados, mas só obteve a resposta depois de insistir. Conforme o relato de Barros, o policial solicitou que sua identidade não fosse revelada pelo repórter, mas recebera ordens superiores para modificar a cena do “acidente”.

41 Em sua totalidade, peritos e agentes policiais responsáveis pela apuração do “acidente” que tirou a vida de Juscelino Kubitschek em 1976, integrantes da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que supostamente investigaram a morte de JK em 2000 e membros da Comissão Nacional da Verdade que também se debruçaram sobre o caso em 2013 defenderam, unanimemente, a tese de que avarias no para-lama esquerdo traseiro do Opala provavam o abalroamento do veículo pelo ônibus da Viação Cometa que, assim, teria sido o responsável pelo desastre que matou JK e o motorista Geraldo Ribeiro. Nenhum desses peritos e investigadores explicou, porém, as avarias que também existiam no para-lama esquerdo dianteiro do automóvel que conduzia o ex-presidente da República.

42 Em relato a esta Comissão Municipal da Verdade, em 27 de maio de 2014, o motorista aposentado Ademar Jahn informou que, após o choque entre o Opala que

conduzia Juscelino Kubitschek e o caminhão sob o comando de Ladislau Borges, observou o rodopio do automóvel, no momento em que o carro foi arrastado para fora da Rodovia Presidente Dutra pelo impacto. Da mesma forma, acrescentou Jahn, a carreta contra a qual o Opala colidiu também rodopiou, sendo que, conforme o depoimento de Jahn, o “cavalinho”, ou o segundo eixo da carreta, chocou-se contra a lateral esquerda do Opala, o que teria provocado amassados e avarias nesse setor do carro que transportava JK.

43 No Laudo de Exame em Local de Acidente elaborado pelo perito Haroldo Ferraz, em 22 de agosto de 1976, foram anexadas sete fotografias dos veículos envolvidos no “acidente”. As de nºs 3 e 5 mostram a lateral esquerda e a parte traseira do Opala em que estava Juscelino Kubitschek, e revelam que estavam intactas tanto a lanterna esquerda quanto a lataria do veículo em volta da mesma lanterna esquerda. Chama-se a atenção para o fato de que o automóvel que conduzia JK ficou sob a guarda e o controle das autoridades, inclusive soldados e oficiais da Academia Militar de Agulhas Negras, e foi periciado na Rodovia Presidente Dutra.

44 Em 23 de agosto de 1976, dia seguinte ao “acidente”, Haroldo Ferraz foi substituído pelo perito Sérgio de Souza Leite e um novo Laudo de Exame em Local de Acidente foi registrado pelo Instituto Carlos Éboli, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Desta vez, 124 fotografias foram anexadas ao novo laudo. Destaca-se a de nº 64, em que é exibida a traseira do Opala, que já fora transportado para depósito da Delegacia de Polícia de Resende (RJ). A fotografia de nº 64 registra a lanterna esquerda quebrada e a lataria amassada, em volta da mesma lanterna esquerda. Na legenda da fotografia lê-se “aspecto do ângulo traseiro esquerdo do veículo, com o enrugamento do para-lama e a quebra da lanterna traseira”. Não há dúvida de que o mesmo setor traseiro do automóvel foi alterado de um dia para o outro, após o “acidente”. A fotografia de nº 64 serviu para corroborar a tese das autoridades na época, segundo a qual o ônibus da Viação Cometa, sob o comando do motorista Josias Nunes de Oliveira, havia abalroado o Opala dirigido por Geraldo Ribeiro.

45 Em seu laudo sobre o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, de 22 de agosto de 1976, o perito criminal Haroldo Ferraz registrou que as fotografias dos cadáveres deixaram de ser anexadas ao documento “acolhendo à recomendação de ordem superior”. Ferraz informou que os negativos das imagens dos corpos de Juscelino Kubitschek e de Geraldo Ribeiro ficariam sob a responsabilidade da diretoria do Instituto Carlos Éboli, no Rio de Janeiro.

46 Após a substituição do perito Haroldo Ferraz por Sérgio de Souza Leite, as fotografias dos cadáveres de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro jamais foram divulgadas.

47 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, o advogado Paulo Castelo Branco, responsável por acompanhar a reabertura do Caso JK em 1996, criticou o promotor Francisco Gil Castelo Branco, diretor do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, por ter determinado a retirada das fotografias dos cadáveres de Juscelino Kubitschek e de Geraldo Ribeiro do processo sobre o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, supostamente para preservar a imagem do ex-presidente. De acordo com Paulo Castelo Branco, “juridicamente não existe isso de preservar a imagem de ninguém se as fotografias poderiam servir para identificação de algo que pudesse ter acontecido com o presidente ou seu motorista”.

48 No laudo de 22 de agosto de 1976, relatado pelo perito Haroldo Ferraz, consta que os dois cadáveres, de Juscelino Kubitschek e de Geraldo Ribeiro, possuíam “inúmeros ferimentos produzidos por ação contundente”, mas que, em razão do “tumulto no local”, a descrição dos corpos e a causa das mortes ficaram para consideração de médicos legistas, por ocasião dos exames de necropsia. O laudo de Ferraz também apontou que a pista da Rodovia Presidente Dutra estava seca e “sem deformidades ou obstáculos fixos que pudessem ter concorrido para o desenrolar do acidente”.

49 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, o advogado Paulo Castelo Branco, responsável por acompanhar a reabertura do Caso JK em 1996, lamentou que o promotor Francisco Gil Castelo Branco, diretor do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro em 1976, tenha determinado a troca de peritos criminais na análise do “acidente” que tirou as vidas de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. Conforme Paulo Castelo Branco, “foi feita uma perícia na hora e, depois, feita outra perícia, algo absurdo num procedimento como o de acidentes”.

50 No laudo de 23 de agosto de 1976, o perito relator Sérgio de Souza Leite afirmou que, feita a análise de tintas [nas latarias do ônibus da Viação Cometa e no Opala que transportava Juscelino Kubitschek], “se produziu prova técnica, segura, definitiva e incontestável”, de que o coletivo conduzido pelo motorista Josias Nunes de Oliveira, nº 3.148, placa de São Paulo HX 2630, “se identifica como sendo aquele que, envolvido no acidente de trânsito sob exame, com participação efetiva e direta no desenvolvimento do mesmo, se evadira do local [grifo nosso]”.

51 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 1º de outubro de 2013, Josias Nunes de Oliveira afirmou que os veículos da Viação Cometa que percorriam linhas para o Rio de Janeiro, Jundiaí (SP), Itapetininga (SP), São José do Rio Preto (SP) e Juiz de Fora (MG) tinham a mesma cor de tinta no para-choque, semelhante em certa medida à do Opala de Geraldo Ribeiro, que era proveniente de manilhas existentes na rodoviária Júlio Prestes, no centro de São Paulo, onde os veículos raspavam ao realizar manobras de acesso ao local.

52 Após parar no acostamento a fim de prestar socorro aos ocupantes do Opala, o motorista Josias Nunes de Oliveira seguiu viagem, sendo que logo depois fez nova parada, em posto da Polícia Rodoviária Federal, com a finalidade de informar o ocorrido. Nenhum dos 33 passageiros a bordo prestou queixa às autoridades policiais ou mencionou ter havido um choque entre o ônibus da Viação Cometa e o Opala acidentado. Portanto, não se evadira.

53 Confirmação. Em 12 de maio de 1977, o policial rodoviário federal Sidney Ramos Pimentel depôs no Fórum de Resende (RJ). Pimentel afirmou que, no início da noite de 22 de agosto de 1976, o motorista Josias Nunes de Oliveira, conduzindo ônibus da Viação Cometa com destino ao Rio de Janeiro, parou em posto da Polícia Rodoviária Federal, na Rodovia Presidente Dutra, com o objetivo de comunicar a ocorrência do acidente que testemunhara. Conforme o depoimento de Pimentel, o policial não notou nada de anormal com o motorista ou com o ônibus da Viação Cometa. Em seu relato, Pimentel também informou que nenhum dos passageiros do ônibus se queixou contra Oliveira ou disse que houve uma colisão entre o coletivo e o automóvel Opala. Dessa forma, ficou claro que o motorista não se evadiu, como afirma o relatório de Sérgio de Souza Leite.

54 Mesmo após ter parado no acostamento para prestar socorro às vítimas do “acidente” no km 165 (atual km 328) da Rodovia Presidente Dutra e de comunicar a ocorrência ao agente Sidney Ramos Pimentel, no primeiro posto da Polícia Rodoviária Federal que encontrou, o motorista Josias Nunes de Oliveira foi acusado, em laudo da perícia técnica, de ter batido o ônibus da Viação Cometa no Opala em que estava Juscelino Kubitschek e fugido.

55 Em 23 de agosto de 1976, Ladislau Borges, motorista do caminhão contra o qual o Opala que levava Juscelino Kubitschek se chocou na Rodovia Presidente Dutra, depôs ao delegado de polícia Waldir Guilherme, na Delegacia de Resende (RJ). Borges relatou, a respeito do “acidente” ocorrido na véspera, que, “em determinado momento se acercaram dele três cidadãos de cor branca, magros, um dos quais trajando paletó claro e aparentando 26 anos de idade, de aproximadamente um metro e 72 centímetros de altura, e outros dois, também de cor branca, aparentando menos idade e de altura inferiores entre si, trajando roupas escuras. Que o primeiro deles disse ao declarante [Ladislau Borges] que os três eram passageiros do ônibus que bateu no Opala e dizendo textualmente que você não precisa ficar nervoso porque eu sou passageiro do ônibus que bateu no Opala, o motorista queria ir embora, mas nós não vamos sair daqui enquanto a perícia não chegar”.

56 Com base no testemunho de Ladislau Borges, o delegado Waldir Guilherme determinou sigilo nas investigações, mas jamais foi apurado quem eram os três homens. Como ficou registrado, todos os 33 passageiros do ônibus nº 3.148 da Viação

Cometa seguiram para o Rio de Janeiro após o “acidente”, sendo que todos os nove chamados para depor testemunharam não ter havido choque entre o Opala que levava Juscelino Kubitschek e o ônibus dirigido por Josias Nunes de Oliveira.

57 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 1º de outubro de 2013, Josias Nunes de Oliveira relatou ter sido procurado por dois homens em sua casa, situada no bairro do Ferreira, na periferia de São Paulo, alguns dias após o “acidente”. Os dois cabeludos apresentaram-se como repórteres e ofereceram uma mala cheia de dinheiro ao motorista da Viação Cometa, caso Oliveira assumisse ter provocado o “acidente” que matara Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. Oliveira não aceitou a oferta de suborno. Nas palavras do ex-motorista da Viação Cometa a esta Comissão Municipal da Verdade, em 1º de outubro de 2013: “Se eu falasse que era o culpado do acidente, aquele dinheiro seria todo meu. Eu falei: não, não tenho culpa de nada”.

58 O Certificado de Análise nº 24.543, da empresa Termomecânica São Paulo S.A., de 6 de setembro de 1976, apontou contaminações de tinta do para-choque do ônibus conduzido por Josias Nunes de Oliveira na camada superficial de tinta cor de ouro do Opala de Geraldo Ribeiro. O laudo, entretanto, não possuía assinatura do analista chefe, o que é considerado uma falha grave. Era assinado apenas, supostamente, pelo engenheiro responsável, mas cujo nome não estava identificado.

59 O motorista Josias Nunes de Oliveira foi indiciado e julgado por conduzir o ônibus da Viação Cometa em velocidade acima do limite máximo permitido, incompatível com o local do “acidente”, e por ter provocado “uma colisão tangencial do setor dianteiro do ônibus com o Opala”. Na sentença que absolveu Oliveira, em 18 de agosto de 1977, o juiz Gilson Vitral Vitorino abordou o exame de tintas realizado nas pinturas dos veículos sinistrados. Considerou “deveras importante” uma questão: “Ainda que se admitisse a positividade do laudo, cumpre salientar que os certificados de fls. 129/130 não se encontram assinados pelos respectivos analistas, desconhecendo-se, destarte, o autor do exame – apenas o engenheiro responsável”.

60 O motorista Josias Nunes de Oliveira foi julgado pela segunda vez, no 2º Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro. Em 10 de agosto de 1978, o juiz Lizardo de Lima negou provimento à apelação. Oliveira absolvido uma vez mais.

61 Em 23 de agosto de 1976, o chefe de tráfego da Viação Cometa, Agripino José Braga, negou que o ônibus nº 3.148, conduzido na véspera por Josias Nunes de Oliveira, tivesse provocado o acidente que matou Juscelino Kubitschek e seu motorista, Geraldo Ribeiro. O motorista Oliveira foi autorizado a continuar prestando serviços à empresa, onde ficou empregado ainda por alguns anos.

62 Em 23 de agosto de 1976, o motorista Josias Nunes de Oliveira foi designado para conduzir ônibus da Viação Cometa da linha Rio de Janeiro - São Paulo, após o

chefe de tráfego da empresa, Agripino José Braga, ter conversado com Oliveira e verificado a situação do ônibus 3.148, sem notar problemas com o veículo.

63 No Laudo de Exame em Local de Acidente, assinado por Sérgio de Souza Leite em 23 de agosto de 1976, dia seguinte ao das mortes de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, o perito fluminense calculou em 117 km/h a velocidade crítica do ônibus da Viação Cometa sob o comando do motorista Josias Nunes de Oliveira na saída da curva do “acidente”. Leite estimou a velocidade real do coletivo em patamar pouco abaixo da marca dos 117 km/h, mas em outro ponto do mesmo relatório, de forma contraditória, registrou que a velocidade “prevista para o ônibus” era de 117 km/h, na curva em que o Opala que conduzia JK teria sido abalroado pelo coletivo.

64 Em parecer de 30 de junho de 1977, realizado por solicitação da Viação Cometa, o perito criminal Alfredo Ambrósio, especialista em investigação de acidentes de trânsito, criticou os laudos oficiais do Instituto Carlos Éboli, do Rio de Janeiro, sobre o “acidente” em que perderam as vidas Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. De acordo com Ambrósio, houve erros em cálculos matemáticos usados para apontar a responsabilidade do motorista Josias Nunes de Oliveira no “acidente”. Além disso, a conclusão dos peritos fora eivada de erros técnicos primários e baseada em elementos subjetivos. Conforme o laudo de Ambrósio, as perícias oficiais “são bastante pobres na descrição do local, desprezando mesmo características importantes para a reconstituição de um acidente de trânsito, ainda mais se levando em conta a morte de duas pessoas”. Para Ambrósio, os peritos oficiais “não apresentaram elementos de ordem material que permitissem esclarecer o que realmente ocorreu na pista São Paulo - Rio de Janeiro da Rodovia Presidente Dutra. Ao contrário, pecaram por uma série de omissões, algumas de aspecto grave e que os conduziram a uma conclusão errônea sobre o fato em questão”.

65 Em seu laudo, o perito oficial Sérgio de Souza Leite apontou o envolvimento do ônibus da Viação Cometa no “acidente”, registrando “arranhaduras múltiplas e bastante pronunciadas” no Opala de Geraldo Ribeiro, da mesma forma que a existência de “amalgamento no para-lama posterior esquerdo”. Leite também afirmou que a “análise das tintas permutadas pelo atrito” comprovou “a ocorrência de colisão entre o auto de passeio e o auto-ônibus”. Conforme o perito, o choque se deveu à imprudência do condutor do coletivo, que desenvolveu velocidade superior ao limite, impedindo a frenagem do veículo.

66 O parecer do perito Alfredo Ambrósio, de 30 de junho de 1977, criticou o que chamou de “método olhometro” e acusou o laudo oficial, relatado por Sérgio de Souza Leite, de ser temerário, por partir “de elementos não reais e sim apenas de simples suposições, hipóteses, presunções e admissões, sem qualquer suporte técnico, e, principalmente, desprezando elementos tão importantes como declividade,

atividade, grau da curva, porcentagens de superelevação ou compensação ou descompensação de uma curva, e assim chegar a qualquer provável resultado” e não a “uma conclusão sobre velocidade crítica numa curva”.

67 O perito Sérgio de Souza Leite, que substituiu o perito Haroldo Ferraz na investigação sobre a morte de Juscelino Kubitschek, acabou demitido do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, do Rio de Janeiro, em 1995. Leite foi afastado após nove denúncias feitas pelo Ministério Público a respeito de irregularidades em laudos assinados por ele.

68 O promotor de justiça de Resende (RJ), José Diniz Pinto Bravo, que acusou o motorista Josias Nunes de Oliveira de ter batido o ônibus da Viação Cometa no Opala em que estava Juscelino Kubitschek, provocando as mortes do ex-presidente e de seu motorista, Geraldo Ribeiro, informou à revista *Caros Amigos*, em 1997, que o médico Guilherme Ribeiro Romano acompanhou todo o processo em que se procurou caracterizar as mortes como consequência de um acidente automobilístico, ocasionado por excesso de velocidade e imperícia de Oliveira.

69 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony relatou ter estranhado a presença do médico Guilherme Ribeiro Romano no local do “acidente” em que morreram Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro. Cony afirmou que Romano, que tinha ligações com os generais Golbery do Couto e Silva e João Baptista Figueiredo, respectivamente ministro-chefe da Casa Civil e chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) em 1976, apresentou-se às autoridades presentes na cena da morte de JK na Rodovia Presidente Dutra como amigo da família Kubitschek, o que não era verdade, e, em razão disso, apropriou-se de pertences de JK que estavam no Opala, incluindo as 22 páginas finais do diário pessoal do ex-presidente.

70 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony relatou que o conteúdo das 22 páginas do diário pessoal de Juscelino Kubitschek, apropriadas pelo médico Guilherme Ribeiro Romano após o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, foi usado para chantagear Dona Sarah Kubitschek e fazer com que ela deixasse de exigir uma investigação profunda sobre a causa do “acidente”. Nas 22 páginas havia o relato da crise conjugal com Dona Sarah e a revelação de trechos do diário tornaria evidente o romance mantido por JK com Lúcia Pedroso.

71 Por ter sido um dos primeiros a chegar ao local do “acidente” em que perderam as vidas Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, o médico Guilherme Ribeiro Romano teve tempo de se apropriar de pertences e da pasta de JK, com documentos, manuscritos e o diário do ex-presidente.

72 O que fazia o médico Guilherme Ribeiro Romano, ligado aos generais Golbery do Couto e Silva e João Baptista Figueiredo, na cena do “acidente” que matou Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro?

73 Quem eram os três homens que surgiram na cena do “acidente” e desapareceram após garantirem ao motorista Ladislau Borges que o ônibus da Viação Cometa havia batido no Opala de Juscelino Kubitschek? Existia relação entre o médico Guilherme Ribeiro Romano e os três homens? E o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, proprietário do Hotel Fazenda Villa-Forte, de onde JK saiu para morrer? Teve algum papel no “acidente”?

74 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony relatou que a família Kubitschek foi ameaçada por agentes da ditadura militar com a divulgação das 22 páginas do diário de Juscelino apropriadas pelo médico Guilherme Ribeiro Romano, que teria sido o responsável pela entrega de cópias do conteúdo para o general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Civil do general-presidente Ernesto Geisel. De acordo com Cony, Dona Sarah Kubitschek e a filha, Márcia Kubitschek, também falecida, sabiam que JK havia sido assassinado por militares.

75 O médico Guilherme Ribeiro Romano chantageou Dona Sarah Kubitschek? Obteve dela o compromisso de não fazer solicitação formal de investigação sobre a morte de JK em troca da não divulgação de trechos do diário pessoal do ex-presidente, nos quais havia citações à crise conjugal com Dona Sarah e referências amorosas a outra mulher?

76 Serafim Jardim, ex-secretário de Juscelino Kubitschek e autor da solicitação de reabertura do Caso JK, em 1996, só pediu a nova investigação sobre o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra após o falecimento de Dona Sarah Kubitschek, quase 20 anos depois da morte do ex-presidente.

77 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, Serafim Jardim afirmou que, depois de pedir a reabertura do Caso JK, sofreu ameaças de coletivo formado por 52 militares da reserva e civis, integrantes de organização conhecida como Grupo Inconfidência, que divulgou carta com ataques ao ex-secretário de Juscelino Kubitschek.

78 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de agosto de 2013, o advogado Paulo Castelo Branco, responsável por acompanhar a reabertura do Caso JK, declarou que, em 1996, durante as novas investigações sobre o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, manteve contato telefônico com o promotor Francisco Gil Castelo Branco, com quem tinha relações de parentesco, ocasião em que ouviu a seguinte afirmação do ex-diretor do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro: “Meu

filho, só o tempo vai mostrar a verdade disso”.

79 Em 17 de fevereiro de 1976, seis meses antes de morrer no “acidente” da Rodovia Presidente Dutra, Juscelino Kubitschek escreveu em seu diário pessoal sobre a visita que recebeu do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. O empresário o procurou para dar um recado do então ministro da Justiça, Armando Falcão. Do diário de JK: “Recebi uma estranha visita: Roberto Marinho, que me disse falar em nome do Falcão. Há ainda um grande movimento contra mim na linha-dura. Pretendem coisas dramáticas, segundo me disse ele, inclusive sequestros. Saiu deixando-me naturalmente apreensivo. Acompanhei-o até a porta e vi quanto eles se defendem. Estava acompanhado de policiais, dois automóveis, um na frente e outro atrás”.

80 O ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, que ocupou o cargo no governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), telefonou para o ex-deputado e primo de Juscelino Kubitschek, Carlos Murilo Felício dos Santos, por ocasião da reabertura das investigações sobre a morte do ex-presidente, em 1996. Falcão afirmou, conforme relato de Carlos Murilo, que “JK morreu em acidente automobilístico, mas, se houve atentado, não partiu do governo, e sim dos militares da linha-dura”.

81 Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, em 10 de outubro de 2013, em Aracaju (SE), o jornalista Wanderley Midei relatou ter recebido informação na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, na capital paulista, logo após o “acidente” que vitimou Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, indicando que, conforme um policial rodoviário federal presente à cena da morte de JK e Ribeiro, o motorista do ex-presidente tinha um buraco na cabeça, característico de penetração de projétil de arma de fogo.

82 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 13 de novembro de 2013, o perito criminal Alberto Carlos de Minas relatou ter sido impedido de fotografar o crânio de Geraldo Ribeiro por policiais e agentes de estado que estavam no Cemitério da Saudade, em Belo Horizonte (MG), em 14 de agosto de 1996, durante os trabalhos de exumação da ossada do motorista de Juscelino Kubitschek. Alberto Carlos de Minas afirmou que viu um furo no crânio de Ribeiro, com características de buraco provocado por projétil de arma de fogo. Em seu depoimento, o perito criminal, com larga experiência, disse ter ficado surpreso quando, semanas depois da exumação dos restos mortais de Ribeiro, recebeu a informação, conforme ele inverídica, de que o crânio de Ribeiro já estaria esfarelado no momento da exumação, o que impediria qualquer constatação de furo provocado por tiro. Alberto Carlos de Minas também relatou ter sofrido ameaças para não vincular o “acidente automobilístico” a um atentado político.

83 Exame de Corpo de Delito (laudo 12.311/96), realizado em 14 de agosto de

1996 na ossada de Geraldo Ribeiro e assinado pelos peritos do Instituto Médico Legal de Minas Gerais Márcio Alberto Cardoso, Geraldo Piannetti Filho, Jorge de Sousa Lima e Luciene Theodoro Costa Menrique, concluiu por “ausência de sinais de traumatismo ósseo por projétil de arma de fogo”. O laudo oficial registra que o crânio de Ribeiro possuía “áreas de deterioração por ação do tempo” e “fraturas ocorridas por ocasião do recolhimento, transporte e manuseio dos ossos, acometendo o parietal direito, frontal à direita do plano mediano e escama do temporal direito”.

84 O jornalista Valério Meinel, que investigou com o repórter Wanderley Midei a morte de Juscelino Kubitschek para o jornal *O Estado de S. Paulo*, concluiu que um automóvel Caravan emparelhado com o Opala conduzido por Geraldo Ribeiro na Rodovia Presidente Dutra e, desse veículo, foi disparado um tiro contra a cabeça do motorista de JK. Não há testemunhas.

85 Conforme denunciou Serafim Jardim, ex-secretário de Juscelino Kubitschek, o diretor do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, Francisco Gil Castelo Branco, determinou a realização de radiografia no corpo de JK, mas não tomou a mesma providência em relação ao cadáver de Geraldo Ribeiro.

86 Em relato a esta Comissão Municipal da Verdade, em 27 de maio de 2014, o motorista aposentado Ademar Jahn, provavelmente a primeira pessoa que chegou junto aos destroços do Opala após o “acidente” na Rodovia Presidente Dutra, descreveu as condições do corpo de Geraldo Ribeiro como “esmagado, arrebentado, jogado para trás. Não dava para reconhecer o rosto, machucado, a cabeça com muito sangue”.

87 Em relato a esta Comissão Municipal da Verdade, em 16 de janeiro de 2014, a dentista Heloísa Andrade, de Juiz de Fora (MG), declarou que, representando a família de Geraldo Ribeiro, observou o corpo do motorista de Juscelino Kubitschek em urna funerária, no Instituto Médico Legal, no Rio de Janeiro, na madrugada de 23 de agosto de 1976. Conforme o relato de Heloísa Andrade, o cadáver, que havia sido vestido e preparado por funcionários do IML para ser velado, tinha aparência normal, sem contusões ou ferimentos, a não ser por uma mancha roxa clara, do lado esquerdo da face de Geraldo Ribeiro, cuja marca lhe cobria desde a sobrancelha até o maxilar superior. Por decisão da família, a urna funerária foi lacrada para o velório e o enterro de Ribeiro.

88 Em suas investigações, o jornalista Valério Meinel obteve informações de Armino Soares, funcionário do Cemitério Alto dos Passos, em Resende (RJ), para onde os corpos de Juscelino Kubitschek e do motorista Geraldo Ribeiro foram levados após o “acidente”. Meinel também contactou um homem conhecido como Baleia, que era dono de casa funerária em Resende e foi responsável pelo transporte dos corpos de JK e de Ribeiro. Soares relatou ao jornalista que, antes de ser obrigado por

militares a deixar o local, observou o corpo do ex-presidente enrolado em lençol, largado no chão da sala que servia para examinar os corpos, no fundo da capela do cemitério, enquanto o corpo de Ribeiro já havia sido fechado num caixão, ao qual não se tinha acesso, e levado à capela do cemitério.

89 Vice-prefeito de Resende (RJ), Noel de Oliveira relatou a esta Comissão Municipal da Verdade, em 30 de outubro de 2013, ter ajudado nos trabalhos de remoção e traslado dos corpos de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro da Rodovia Presidente Dutra para o Cemitério Alto dos Passos, em Resende, cujas dependências foram visitadas por esta Comissão Municipal da Verdade. Oliveira testemunhou a colocação do cadáver de Ribeiro em caixão de primeira linha, guardado na capela do cemitério, enquanto o de JK ficou exposto, no chão, e só depois foi para uma urna, de segunda linha. Conforme o relato de Noel, o tratamento dado ao ex-presidente o deixou envergonhado e constrange os cidadãos resendenses até os dias de hoje.

90 Em depoimento à Comissão Externa da Câmara dos Deputados que examinou o Caso JK em 2000, o médico legista Márcio Alberto Cardoso, um dos responsáveis pela perícia técnica na ossada de Geraldo Ribeiro, realizada em 1996, relatou que o crânio do motorista de JK mostrava “integridade da sua convexidade”, no momento da exumação, mas, depois, em razão do “transporte” dos restos mortais do Cemitério da Saudade para o Instituto Médico Legal, em Belo Horizonte, e também em consequência do “manuseio”, surgiram “áreas de fraturas” no crânio de Ribeiro. “Infelizmente o material, muito friável, fragmentou-se”, afirmou Cardoso.

91 O mesmo Exame de Corpo de Delito, realizado em 14 de agosto de 1996, indicou a presença, na fossa posterior do crânio de Geraldo Ribeiro, de “pequeno fragmento metálico de forma cilindro-cônica, medindo sete milímetros de comprimento e diâmetro médio de dois milímetros que, recolhido, foi submetido a exame sob lupa estereoscópica, revelando-se como fragmento de prego enferrujado e corroído, posteriormente encaminhado ao Instituto de Criminalística”.

92 Em 21 de agosto de 1996, na véspera dos 20 anos da morte de Juscelino Kubitschek e do prazo final para a prescrição do Caso JK, o delegado de polícia de Resende (RJ), Robson Rodrigues da Silva, entregou o relatório final de sua investigação, sem o resultado da exumação da ossada de Geraldo Ribeiro. Silva concluiu não ter havido atentado político e apontou que JK e Ribeiro perderam a vida em acidente de trânsito.

93 O laudo nº 96 10446, do Instituto de Criminalística de Minas Gerais, de 27 de agosto de 1996, assinado pelos peritos criminais Marcos Francisco Passagli e Mario Lucio Ottoni Guedes, registrou a realização de exame químico no fragmento metálico encontrado dentro do crânio de Geraldo Ribeiro e, por método de química de via úmida, constatou tratar-se de “liga de ferro (aço) o material examinado”, sem

quaisquer outras comparações ou considerações.

94 Laudo de 5 de setembro de 1996, com o resultado da perícia na ossada de Geraldo Ribeiro, atestou como negativa a pesquisa de chumbo no fragmento metálico encontrado no crânio do motorista de Juscelino Kubitschek, descartando a possibilidade de Ribeiro ter sido alvejado por projétil de arma de fogo constituído por chumbo. O documento foi assinado por Sônia Vieira Machado Prota, chefe da Divisão de Laboratório do Instituto Médico Legal de Minas Gerais.

95 Em 30 de setembro de 1996, com o Caso JK prescrito, o Instituto Médico Legal de Minas Gerais divulgou resultados dos exames na ossada de Geraldo Ribeiro, mas não levou a conhecimento público a íntegra do laudo. O documento concluía que Geraldo Ribeiro não fora baleado, mas informava ter sido detectado em seu crânio “pequeno fragmento metálico de forma cilindro-cônica, medindo sete milímetros de comprimento e diâmetro médio de dois milímetros”, apontado, por autoridades policiais, como “resto de prego do caixão” em que se enterrou o motorista Ribeiro.

96 Só em 1997, um ano após a exumação da ossada de Geraldo Ribeiro, a filha dele, Maria de Lourdes Ribeiro, recebeu a informação de que havia sido encontrado um fragmento metálico dentro do crânio do pai.

97 A filha de Juscelino Kubitschek, Márcia Kubitschek, também só foi informada sobre o fragmento metálico descoberto dentro do crânio de Geraldo Ribeiro em 1997, um ano após a perícia.

98 Em 12 de setembro de 2012, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil seção Minas Gerais (OAB-MG), presidida por William dos Santos, e a Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da (OAB-MG), presidida por Márcio Augusto Santiago, apresentaram relatório que acusa o regime ditatorial instalado no Brasil em 1964 de ter cometido o atentado que tirou as vidas de Juscelino Kubitschek e de seu motorista, Geraldo Ribeiro.

99 Em 17 de outubro de 2013, a Câmara Municipal de São Paulo, em nome desta Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, ingressou com ação judicial na 4ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, solicitando nova exumação da ossada de Geraldo Ribeiro, sepultada no Cemitério da Saudade, na capital mineira. O objetivo era realizar perícia técnica, com base em moderna tecnologia, para dirimir as dúvidas que ainda persistiam sobre a causa da morte do motorista de Juscelino Kubitschek. A família de Ribeiro não autorizou a nova análise técnica nos restos mortais.

100 O brigadeiro João Paulo Burnier foi para a reserva em 1972, um ano após o assassinato do estudante Stuart Angel Jones, militante do grupo guerrilheiro MR-8. Jones morreu após ser torturado no Cisa (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), situado na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. A mãe de Jones, a

estilista Zuzu Angel, que denunciara o assassinato do filho, morreu em 14 abril de 1976, quatro meses antes do “acidente” com Juscelino Kubitschek. Zuzu Angel teria sido vítima de uma operação Código 12, um assassinato disfarçado de acidente de automóvel, perpetrado por agentes da repressão. Conforme a perícia conduzida pelo Instituto Carlos Éboli, cujo diretor era Roberto de Freitas Villarinho, Zuzu Angel foi descuidada ao dirigir no Rio de Janeiro e perdeu a vida num acidente de trânsito. Villarinho também foi responsável pela “investigação” sobre a morte de JK. O brigadeiro Burnier morreu de causas naturais no ano 2000.

101 No parecer “A inversão do ônus da prova nos crimes cometidos por agentes do estado durante a ditadura: in dubio pro victima”, de 30 de junho de 2014, o professor Gilberto Bercovici, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, defendeu a tese de que a ditadura militar, responsável por torturas, mortes e desaparecimentos de adversários políticos, não hesitaria em encobrir a verdadeira causa da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, da mesma forma que não titubearia em fraudar ou forjar perícias, laudos e inquéritos, ou destruir documentos e ocultar testemunhas para encobrir crimes perpetrados pelo regime de exceção.

102 Em seu parecer, o professor Gilberto Bercovici fez referência ao fato de que a Justiça do Rio de Janeiro declarou não ter havido colisão entre o Opala de Juscelino Kubitschek e o ônibus sob o comando do motorista Josias Nunes de Oliveira, que foi inocentado na época. Bercovici afirmou: “Em hipótese alguma o Estado Democrático de Direito poderia emitir alguma declaração em desfavor das vítimas de atos atentatórios dos direitos humanos durante o estado de exceção, especialmente em casos de existência de dúvidas cuja causa última é a própria omissão do estado na investigação ou análise de documentos. Caso agisse desta maneira, o Estado Democrático de Direito se limitaria a corroborar as versões da ditadura, com seus silêncios fabricados e suas versões forjadas sobre os fatos ocorridos durante o período de exceção”.

103 Carta de 28 de agosto de 1975, atribuída ao coronel chileno Manuel Contreras Sepulveda, diretor da Dina, o serviço secreto da ditadura do Chile, e endereçada ao chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), general João Baptista Figueiredo, alertou para o apoio de políticos democratas dos Estados Unidos a Juscelino Kubitschek e Orlando Letelier, ex-ministro das Relações Exteriores do Chile, o que “poderia influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul do nosso hemisfério”. Em 21 de setembro de 1976, menos de um mês após a morte de JK no “acidente” da Rodovia Presidente Dutra, Letelier foi assassinado em Washington, nos Estados Unidos, após uma bomba explodir no automóvel que o conduzia. Já como general, Sepulveda foi condenado e preso pelo assassinato de Letelier.

104 Na carta enviada ao general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI (Serviço

Nacional de Informações), o coronel Manuel Contreras Sepulveda agradeceu correspondência anterior, do colega brasileiro, na qual Figueiredo, segundo Sepulveda, alertou para a possível vitória do Partido Democrata nos Estados Unidos. Trecho da carta do chileno ao chefe do SNI no Brasil: “O plano proposto por você para coordenar nossa ação contra certas autoridades eclesiásticas e conhecidos políticos social-democratas e democratas-cristãos na América Latina e Europa, conta com nosso decidido apoio”.

105 Jack Anderson, jornalista investigativo, um dos colunistas mais lidos nos Estados Unidos à época, recebeu cópia da carta de Manuel Contreras Sepulveda a João Baptista Figueiredo de um alto funcionário do serviço de informações norte-americano. A missiva foi investigada e considerada autêntica. Em 2 de agosto de 1979, Jack Anderson denunciou no jornal *The Washington Post* a chamada Operação **Condor**²⁰, uma articulação de regimes militares na América do Sul para eliminar políticos de oposição, com o apoio da CIA (Agência Central de Inteligência), dos Estados Unidos.

106 Em carta de 25 de abril de 1978, endereçada a Henrique Tejera Paris, secretário-geral do Partido Ação Democrática, da Venezuela, o vice-almirante **Cândido da Costa Aragão**²¹, cassado em 1964 e exilado em Portugal por suas posições contrárias à ditadura militar, denunciou que “Juscelino Kubitschek de Oliveira foi fria e barbaramente assassinado pelo mandante general de Exército João Baptista Figueiredo, devido ao extraordinário prestígio político que desfrutava em amplas faixas populares, e em toda a sociedade brasileira”.

107 Em sua carta a Henrique Tejera Paris, do Partido Ação Democrática, da Venezuela, o vice-almirante Cândido da Costa Aragão também denunciou ter sido escolhido como alvo quando residia em Lisboa, por suas posições contrárias à ditadura militar. Conforme a acusação, o SNI (Serviço Nacional de Informações) deveria empreender, em 1975, uma operação Código 12 contra Aragão e o advogado Carlos Sá. A ordem para a Código 12, ou seja, o assassinato disfarçado de acidente de automóvel, teria partido do chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo. Caberia ao general Carlos Alberto Fontoura, antecessor de Figueiredo no SNI e, na época, embaixador do Brasil em Portugal, executá-la. O atentado não foi consumado.

108 Em reportagem publicada pela revista *Caros Amigos*, em agosto de 1997, o empresário Jorge Gazalli, amigo do general João Baptista Figueiredo, informou que o militar não falaria sobre a morte de JK. Nas palavras de Gazalli: “O Figueiredo sabe de muita coisa. Se ele falar, muita casa vai cair. Nem o livro de memórias, que eu insisto para ele fazer, vai sair. Nem mesmo para ser publicado depois da morte dele”.

109 O brigadeiro da reserva Márcio Callafange, adido militar do Brasil no Chile nos anos 1980, confirmou, no ano 2000, que Juscelino Kubitschek era alvo da Operação

Condor na década de 1970. Conforme Callafange, eventual candidatura de JK à Presidência da República era considerada um risco para o regime militar. O brigadeiro confirmou a integração dos regimes do Cone Sul contra as oposições às ditaduras do Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nas palavras de Callafange: “Se não fosse a solidariedade do Brasil, especialmente no governo [Ernesto] Geisel quando Jimmy Carter [presidente dos Estados Unidos] retirou seu apoio ao Chile, [o general-presidente Augusto] Pinochet enfrentaria dificuldades”.

110 Em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, em 5 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony relatou que o ex-governador Miguel Arraes, que estava exilado na Argélia durante a ditadura militar no Brasil e integrava uma rede internacional de informações com o objetivo de garantir a integridade e a vida de políticos exilados e perseguidos por ditaduras militares, alertou para os riscos à segurança de Juscelino Kubitschek e, após a morte do ex-presidente no “acidente” da Rodovia Presidente Dutra, afirmou, taxativamente, que JK foi assassinado.

111 Relatório divulgado em 12 de dezembro de 2014, elaborado por pesquisadores das Universidades de São Paulo e do Mackenzie para a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, declara que “o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira foi vítima de perseguição política pela ditadura militar, teve seu mandato de senador e seus direitos políticos cassados, foi exilado, publicamente humilhado, encarcerado, difamado, foi vítima de campanha pública visando a destruir sua reputação e sua honra, vítima de espionagem no Brasil e no exterior e vítima de complô para assassiná-lo”.

112 Em seu relatório, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva reafirma a conclusão desta Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog e declara que Juscelino Kubitschek e seu motorista, Geraldo Ribeiro, foram assassinados em 22 de agosto de 1976, na Rodovia Presidente Dutra, em Resende (RJ).

113 Em período de 272 dias perderam as vidas, em condições suspeitas, três das maiores lideranças de oposição ao regime militar no Brasil, a saber: os ex-presidentes da República Juscelino Kubitschek (morto em 22 de agosto de 1976), João Goulart (morto em 6 de dezembro de 1976), e o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda (morto em 21 de maio de 1977).

114 Em 1974, Juscelino Kubitschek recuperara os direitos políticos. Em 1976, trabalhava discretamente por sua candidatura à Presidência da República na eleição, a princípio indireta, de 1978. Morto JK, a ditadura elegeu como presidente da República o quinto general do ciclo militar, o chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) João Baptista Figueiredo, o mesmo Figueiredo que foi aluno do

brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, um dos criadores do SNI e proprietário do Hotel Fazenda Villa-Forte, em Resende (RJ), de onde JK saiu, em 22 de agosto de 1976, para morrer cerca de três minutos depois.

Boris Fausto, *História do Brasil*, página 360. Edusp, 14ª edição atualizada e ampliada, 2012, 1ª reimpressão, 2013.

Carlos Murilo Felício dos Santos, no livro *Momentos Decisivos – JK Contra o Golpismo no Brasil*. Página 189, JK-Cultural – Rona Editora, 2012.

Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, página 261. Obra citada.

Aliança Nacional Renovadora, um dos dois partidos permitidos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, com função de apoiar o governo. O outro, Movimento Democrático Brasileiro, que sofreu numerosas cassações ao longo da ditadura.

De acordo com James N.Green, no seu livro *Apesar de Vocês – Oposição à Ditadura Brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*, página 137, a iniciativa foi de Carlos Lacerda.

Para se ter ideia da fúria de Lacerda é possível ouvir, pela internet, um trecho do que vociferou contra o almirante Cândido Aragão, pelo rádio, no dia 31 de março de 1964: “O Palácio da Guanabara está sendo atacado, neste momento, por um bando de desesperados. Fuzileiros, deixem suas armas, porque vocês estão sendo tocados por um oficial inescrupuloso. Almirante Aragão! Almirante Aragão! Assassino, monstruoso! Incestuoso miserável!” Aragão era conhecido como o Almirante do Povo no governo de João Goulart. O ataque ao palácio era mentira.

Por meio da Instrução nº 177 de 5.4.1968. Mais na página 35 do livro *Juscelino Kubitschek – Onde está a Verdade?* de Serafim Jardim, em depoimento a Luiz Carlos Bernardes e Orlando Leite. Editora Vozes, 1999, 2ª edição.

Revista Caros Amigos, agosto de 1997, na reportagem *Mataram JK?* de Ivo Patarra.

Advogado, deputado federal, presidente do MDB, símbolo da resistência ao regime militar.

Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais fechados, suspensão do *habeas-corpus*, censura rígida à imprensa, cassação de políticos tanto do MDB quanto da ARENA, aposentadorias compulsórias, dezenas de prisões: acadêmicos, jornalistas, estudantes e, em especial, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. O jornal *A Folha da Tarde* (18.12.1968), então totalmente cooptado pelos militares, publicou declaração do general-presidente Costa e Silva, na qual afirmava que o AI 5 se devia à conspiração de Juscelino e Lacerda. Para resumir, tolerância zero para a dissensão e tolerância máxima para a tortura em prisioneiros.

Elio Gaspari, *A Ditadura Encurralada*, páginas 89-91, 314. O autor escreve ainda: “Thales Ramalho negociava com Petrônio Portella, então senador do Piauí pela ARENA e vice-líder do governo, uma nova ordem constitucional sem o AI 5.”

Carlos Murilo Felício dos Santos, obra citada, página 189.

“Nenhuma autoridade procurou investigar quem dirigia o caminhão frigorífico avermelhado, de Lages (SC), que provavelmente presenciou a morte de JK”, lê-se na reportagem *Mataram JK?* citada.

Homenagem ao engenheiro e deputado federal Rubens Paiva, paulista de Santos, assassinado pela ditadura militar. Em dezembro de 2014 foi inaugurado seu busto na Estação Engenheiro Rubens Paiva, no metrô do Rio. O conjunto habitacional próximo foi projetado por ele. Há outro busto de Rubens Paiva na frente do antigo DOI-CODI, na Tijuca, zona norte do Rio, onde em 1971 o torturaram até a morte. Seu corpo nunca foi encontrado.

O promotor de Justiça de Resende, José Diniz Pinto Bravo, acusou Josias de bater no Opala. Admitiu ao jornalista Ivo Patarra, em 1997, que conduziu o caso procurando caracterizá-lo como acidente, pois o Exército se preocupava em não envolver o governo. Revelou que foi assessorado pelo promotor de Justiça Gil Castelo Branco e que o médico Guilherme Romano acompanhou tudo. Gil é que mandou o perito retirar as fotografias sumidas.

Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, obra citada, página 96: Golbery embarcou para Barcelona dia 21 de junho de 1975. Levou a mulher, Esmeralda, três médicos, um diplomata e o motorista da família. Teria seis seguranças se revezando, dia e noite.

Possivelmente se trata do livro de Dominique Lapierre e Larry Collins, sobre a fundação do Estado de Israel e o conflito árabe-israelense.

Provas não havia. Sem pudor foram eliminadas na cena do acidente e nos procedimentos posteriores. Editora Manchete, 1982 e Editora Objetiva, 2012.

Serafim Jardim, obra citada, página 152.

PARA, de paraquedistas, e SAR, do inglês *search and rescue*, busca e salvamento. A sigla correta é EAS, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento.

Em setembro de 1993 o Supremo Tribunal Federal, anulada a cassação do paraquedista, determinou ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélvio Viana Lobo, que promovesse o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho a brigadeiro. A ordem não foi cumprida. Itamar Franco era presidente do Brasil. Em fevereiro de 1994 o heroico Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, que salvou o Brasil de um genocídio, morreu com 63 anos. Seis dias depois, sua promoção foi assinada por Itamar Franco. O ministro Viana Lobo continuou no posto durante o governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso. *A Ditadura Escancarada*, obra citada, página 122.

Fora paraninfo de uma turma da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Teatro Municipal, segundo Carlos Murilo Felício dos Santos, livro citado, página 275. Levado a um quartel, encerraram-no por vários dias sem poder trocar a roupa e nada para ler, em grande sofrimento psíquico, vigiado através de um orifício. Quando saiu permaneceu um mês em prisão domiciliar.

Dois episódios conduzidos por oficiais da Aeronáutica. Jacareacanga, no início de 1956, ao mesmo tempo denunciava a infiltração comunista nos postos de comando e a ameaça de entrega do petróleo a empresas estrangeiras; foram anistiados por JK. Aragarças, no final de 1959, liderado por Burnier. Oficiais inconformados, como escreve Boris Fausto (*obra citada, página 361*), eram a favor de um golpe que tirasse do poder corruptos e comunistas. Os militares refugiaram-se em países vizinhos e voltaram ao Brasil quando Janio Quadros foi eleito.

Manifestaram-se contra a “deterioração das condições materiais e morais” do Exército, no governo de Getúlio Vargas, 82 coronéis e tenente coronéis. Enfrentava-se grave crise econômica e política. Informações mais detalhadas na internet: FGV – CPDOC.

Obra citada, página 300.

José Américo de Almeida seria candidato à presidência em 1938. Não se realizaram mais eleições porque Getúlio Vargas deu o golpe do Estado Novo, em 1937.

Carlos Murilo Felício dos Santos, obra citada, a partir da página 325.

Lente secundária montada entre a câmera e a lente fotográfica, para aumentar a parte central da imagem obtida pela objetiva.

Previsto na Constituição de 1967. Composto pelos membros do Congresso Nacional e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas dos Estados. Elegia-se presidente quem obtinha maioria absoluta de votos no Colégio Eleitoral. Lembre-se que ampla maioria dos opositores fora cassada. A cassação era ameaça constante.

Em novembro de 2014 foram encontrados na casa do coronel da reserva do Exército, Paulo Malhães, textos escritos pelo Centro de Informações do Exército sobre delatores brasileiros e argentinos infiltrados entre opositores de esquerda, no fim dos anos 70. Cerca de 100 brasileiros e estrangeiros eram vigiados no Brasil e no Exterior, mais uma prova da rede de colaboração Operação Condor.

Cândido Aragão foi preso no dia 2 de abril de 1964. Para os golpistas era o Almirante Vermelho. Carlos Heitor Cony, em uma coluna no jornal *Correio da Manhã*, publicou uma carta da filha do militar que denunciava o lamentável estado em que o pai se encontrava, depois de dois meses preso na fortaleza de Lage, no Rio. Aragão perdeu um dos olhos.



Instituto Vladimir Herzog

Igreja em ruína durante uma das várias viagens de Vlado e Clarice enquanto moraram em Londres

CAPÍTULO VI

Somos todos Vlado

“Sou comprometido com um mundo melhor. Comprometido com a justiça, comprometido com a fraternidade, comprometido com a verdade.”

Martin Luther King (1929-1968), ministro batista, líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos

O pequeno refugiado cresceu

Longo foi o percurso de fuga do pequeno menino de 4 anos até chegar à Itália, o tépido, perfumado colo da mãe protegendo-o dos nazistas que os ameaçavam, enquanto fugiam dos invasores do desfalecido Reino da Iugoslávia. Feras da espécie humana. Adulto agora, pai de dois filhos, diretor de Jornalismo da TV Cultura, as abominações o alcançaram. Vladimir Herzog não retornaria da pusilanimidade dos torcionários. Assassinado no DOI-CODI de São Paulo no dia 25 de outubro de 1975.

Muito tempo se passou antes que a ditadura militar fosse afrontada com o reconhecimento da Justiça de que houve homicídio. O feito se deve à coragem da viúva, Clarice Herzog, que em nome dos filhos menores, Ivo e André, propôs uma Ação Declaratória contra a União Federal. Responsabilizava-a pela prisão arbitrária, tortura e morte de Vladimir Herzog, seu marido e pai dos meninos. A ação deu entrada três meses depois do assassinato de Manoel Fiel Filho no mesmo DOI-CODI, com achincalhe lúgubre: Manoel teria se enforcado com as meias, no dia 17 de janeiro de 1976.

Assinaram a ação impetrada por Clarice advogados eminentes, conhecidos por sua dignidade: Heleno Fragoso, Sérgio Bermudes, Samuel Mac Dowell de Figueiredo e Marco Antônio Rodrigues Barbosa. Este atuou como representante da família.

“Demorei porque não queria indenização,” esclareceu Clarice. “Quis provar para a sociedade que havia tortura neste país e que ele foi assassinado. Ele não se suicidou. Tinha muitos planos, a vida pela frente. Amava os filhos, a mim e a vida”.

Como se esperava, o procurador da República, Tito Bruno Lopes, contestou a ação: primeiro, os autores baseavam-se em fatos que a Justiça Militar negava. Depois, a questão já fora decidida no crime. Terceiro, a ação era inepta porque ocultava uma ação condenatória contra a União Federal. No mérito confirmou o suicídio, conforme os laudos dos legistas Arildo de T. Viana e Harry Shibata. De acordo com eles, não havia sinais de violência, tortura ou culpa dos funcionários, que agiram no estrito

cumprimento do dever legal. O rabino Henry Sobel, como foi descrito no capítulo I, contou que os encarregados da lavagem dos corpos, ritual judaico antes do enterro, lhe comunicaram que o corpo tinha muitas marcas de golpes e sinais de tortura.

O juiz do processo era João Gomes Martins Filho, da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, que já fora deputado pelo PSD (de 1946 a 1951). Sua sentença seria lida em 26 de junho de 1978. Mas, quatro dias antes, o Tribunal Federal de Recursos comunicou que concedera medida liminar. A iniciativa dos advogados impediu o juiz de ler a sentença e a Justiça Federal entrou em recesso no mês de julho. O juiz completou 70 anos e teve de aposentar-se.

Assumiu o juiz Márcio José de Moraes, que deu a sua decisão em 29 de outubro de 1978: julgava a ação procedente. A União teria de indenizar Clarice e os filhos pelos danos materiais e morais decorrentes da morte do jornalista Vladimir Herzog, marido e pai. Foi uma sentença corajosa que eletrizou a quem ansiasse por justiça. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Federal de Recursos. Em março de 2013, passados 38 anos, a família recebeu novo atestado de óbito, que aponta lesões e maus-tratos como as causas da morte.

A Sra. Zora Herzog, mãe de Vlado, manifestou em uma carta a sua gratidão ao juiz: “Fizeram um símbolo do Vlado, justo ele que detestava a notoriedade... Mas a sua honra foi restabelecida graças à sua atuação de homem de bem”.

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog abordou o drama do jornalista, a quem homenageia com o nome, convidando o desembargador aposentado Dr. Márcio José de Moraes para falar sobre a sua decisão. Impossibilitado de comparecer à Câmara Municipal de São Paulo, mandou por escrito alguns aspectos sobre o seu entendimento, hoje, do que foi o caso Herzog.

“Os seus desdobramentos levaram a diversas sentenças de primeira instância da Justiça Federal, que condenaram a União Federal pela prisão ilegal, tortura e morte de presos políticos na ditadura pós 1964”, expôs. “Essas sentenças certamente contribuíram para a redemocratização do país, tanto assim que, um ano depois, adveio a Lei da Anistia.”

Em sua opinião, a interpretação que o Supremo Tribunal Federal deu a ela, num julgamento em 2010, é um grande engano. Explica:

“Entendeu como constitucional, em síntese, a interpretação de que a anistia concedida pela lei de 1979 abrange também os torturadores e os assassinos, dentre outros criminosos. Equivale a banalizar a violência como forma de repressão que, ao depois, se espraia como praga no contexto social. Equivale a desconsiderar a tortura como crime hediondo e de lesa humanidade”.

O Dr. Moraes considera negativas as consequências desse entendimento para a democracia e os direitos humanos:

“É grave um julgamento do Supremo que desconsidera o principal princípio da Constituição, que é o da dignidade da pessoa humana e do direito à vida”, avalia. “Resta esperar que o STF possa evoluir seu entendimento sobre a Lei de Anistia ao julgar nova ação que já está proposta.”

Em 16 de março de 2013, após receber o novo atestado de óbito de Vlado, Clarice Herzog declarou ao jornalista Roldão Arruda, do jornal *O Estado de S. Paulo*: “Nunca aceitei a Lei da Anistia para os torturadores. O crime é imprescritível. Estamos falando de assassinos que eram pagos para torturar e matar”.

O respeito à dignidade

Vlado foi enterrado no Cemitério Israelita do Butantã em um ato político de dimensões extraordinárias. O cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, Audálio Dantas, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Mino Carta, o diretor da revista *Veja*, amigos e colegas de Vlado mobilizaram-se para levar milhares ao cemitério, num séquito sem fim de automóveis, vigiados por ostensivos helicópteros da repressão.

Propositadamente Vladimir Herzog não foi enterrado na ala separada dos suicidas. Atentar contra a própria vida é um pecado grave para os religiosos zeladores do cemitério. Contudo, como dissemos, os encarregados da lavagem do corpo encontraram indubitáveis marcas de ferimentos e de tortura. O que deveriam fazer, perguntaram, diante da interpretação oficial da morte? O rabino Sobel, já sabemos, determinou que não fosse enterrado na ala dos **suicidas**²². Em 2006, também os restos de **Iara Iavelberg**²³ foram transferidos da ala dos suicidas para perto dos seus pais.

A lavagem dos corpos com água morna integra o ritual dos enterros: a pessoa deixa o mundo da forma com que nele ingressou, nua e imediatamente limpa. A limpeza é realizada da cabeça aos pés, incluídos os orifícios; a depender do sexo, homens ou mulheres cumprem a tarefa. Mesmo quando é preciso virar o corpo para baixo, isso nunca é feito com o rosto voltado para baixo. Zelo com o falecido.

O caixão é necessariamente fechado. Visualizar a pessoa falecida é proibido por considerar-se que atenta contra a dignidade do morto. Aqui, chegamos à abominação máxima que foi expor Vlado na foto que documenta a monumental mentira que foi o seu suicídio.

Vladimir Herzog nada tinha de religioso. No histórico ato ecumênico realizado pelo cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns na Catedral da Sé, o rabino Henry Sobel disse que, para Vlado, ser judeu era ser brasileiro. Sinalizou com isso solidariedade, humanismo, respeito aos 10 mandamentos considerados como a base ideal dos valores civilizatórios. Vlado era um idealista que desejava uma sociedade melhor para

todos.

Existem atos humanos para os quais faltam palavras. As encenações dos torcionários e os laudos de seus fâmulos no DOI-CODI – e em tantos outros covis – é um deles. Vladimir Herzog saiu da Iugoslávia no colo da mãe Zora, para fugir “dos homens maus” que se apossaram da sua casa, dos seus brinquedos e da loja dos seus pais em Banja Luka. Depois de uma vida de estudo, trabalho e ideais humanistas, a versão nacional dos celerados o capturou.



Instituto Vladimir Herzog

O prazer de tocar violão e cantar, em tempos de reuniões que terminavam em cantorias até a madrugada

Depoimento de Dom Angélico Sândalo Bernardino

Na forma regimental, com a presença dos vereadores Ricardo Young, Mario Covas Neto e Rubens Calvo, o presidente da CMVVH, Gilberto Natalini, abriu os trabalhos da reunião ordinária do dia 8 de outubro de 2013. Após a leitura dos requerimentos e de um comunicado, convidou para comporem a mesa o bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino, o rabino Henry Sobel, o padre Júlio Lancellotti e o umbandista Antônio Basílio Filho.

O primeiro a falar, Dom Angélico, lembrou o culto inter-religioso realizado na catedral da Sé, sob a liderança do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Celebrou-se no dia 31 de outubro de 1975, uma semana depois do assassinato de Vladimir Herzog sob a custódia do estado.

“Tive a alegria cívica de participar de um dos momentos mais significativos vividos aqui em São Paulo, na catedral, quando homenageamos Vladimir Herzog”, declarou. “Um jornalista militante que nada fez a não ser lutar pela dignidade da pessoa humana. Guardo sempre dele a frase: *Se perdemos a dignidade de nos indignar com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.* A frase me acompanha.”

Dom Angélico prosseguiu, denunciando o que se vivia no Brasil naquele momento:

“Rasgou-se a Constituição em 1964, ela foi jogada no lixo. A luta de Vladimir Herzog foi contra desigualdades, injustiças, vilanias e as atrocidades que campeavam naqueles anos. Por isso o prenderam, torturaram e no dia seguinte, 25 de outubro, anunciaram a sua morte. Apresentara-se no DOI-COD convocado a esclarecer suas ligações com o PCB.”

O ato inter-religioso sob os arcos e a cúpula da catedral teve a presença de um **hazan**⁹⁴, cantor profissional de voz poderosa, que interpreta as músicas nas cerimônias da sinagoga.

“Não me escapam da memória as 8 mil pessoas presentes na catedral e a impressionante sonoridade da música que o cantor entoou. Representou a aurora que nasceria do sacrifício de cidadãos da envergadura do Vladimir Herzog, uma das vítimas da ditadura militar que representa um marco histórico – tenhamos em vista o declínio dos anos de chumbo que nos mortificaram.”



Foto: M. Gomes/CMSP

Memória do ato ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog, na palavra do rabino Henry Sobel, do bispo dom Angélico Sândalo Bernardino e do padre Júlio Lancellotti

Dom Angélico é jornalista e foi diretor, em Ribeirão Preto, do jornal *O Diário de Notícias*. Muitas vezes teve de prestar depoimento no II Exército, em São Paulo.

“Havia no jornal uma coluna diária, *Meditação*, de inocência infantil. Pinçavam

alguma frase que diziam ser subversiva. Qual era nosso crime? Defender em artigos inocentes os oprimidos na zona rural, a classe trabalhadora na cidade, os cidadãos.”

Vladimir Herzog começou a trabalhar como jornalista em 1959, no jornal *O Estado de S. Paulo*, depois de se formar em Filosofia na USP. Em 1965 pediu demissão para assumir o cargo de produtor e locutor no departamento da BBC dirigido ao Brasil. Viajou com a mulher, Clarice, e o casal de amigos Fernando e Fátima Pacheco Jordão. Fernando foi seu companheiro de trabalho na *BBC*. Em 1968, de volta ao Brasil, Vladimir Herzog trabalhou por cinco anos na revista *Visão*. Depois foi para a TV Cultura.

Aqueles foram tempos difíceis para o jornalismo e os profissionais da imprensa desenvolveram técnicas para noticiar o que acontecia em situação de censura – proibidas quaisquer informações prejudiciais à imagem do governo militar. A censura não isentou o semanário *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, conforme relatou Dom Angélico à CMVVH. O jornal teve **170²⁵** matérias censuradas.

“Tenhamos memória viva”, conclamou. “A edição de *O São Paulo* na semana de 20 a 26 de agosto de 1982 foi falsificada, adulterada. Atribuíram ao cardeal arcebispo Dom Paulo, grande líder da humanização e da liberdade no Brasil, um artigo em que se dizia arrependido de sua militância e da postura de autêntico pastor. Mentira e hipocrisia. Perversão. Essa edição falsificada foi distribuída em surdina para as comunidades. E mais, a Rádio 9 de Julho foi fechada por decreto do ditador Médici, no dia 30 de outubro de 1973. Digo ditador porque reservo o título de presidente aos que são eleitos pelo povo.”



Instituto Vladimir Herzog

TEMPOS DE AMOR E OTIMISMO

Clarice e Vlado com o filho Ivo Herzog, que nasceu durante a permanência dos pais em Londres

(interrupção)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Anuncio a presença da vereadora Juliana Cardoso, vice-presidente desta comissão. E do vereador **Floriano Pesaro⁹⁶**, que nos visita na comissão. Volto a palavra a Dom Angélico Sândalo Bernardino.

Dom Angélico Sândalo Bernardino – Informo à Comissão que em Ribeirão Preto havia uma creche, o Orfanato Lar Santana, que acolhia meninas desafortunadas. A diretora era a Madre Maurina Borges Silveira (1926-2011), da Ordem dos Franciscanos. Certo dia um grupo de estudantes pediu a ela que abrisse uma sala para se reunirem. Ela cedeu, algo que é comum para nós.

Um jovem foi preso e disse onde se reuniam.

De acordo com **Jacob Gorender**²⁷, os jovens pertenciam às FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional), de Ribeirão Preto. “Pode-se dizer que foram o jardim de infância das organizações de esquerda do pós 64,” escreveu o historiador. “Editavam um jornal, *O Berro*. A polícia levou militantes e assinantes”.

Invadiram depois o Lar Santana e levaram Madre Maurina, presa, para Cravinhos (*município a 20 quilômetros de Ribeirão Preto*). Sofreu vexames.

“Talvez o maior, ser acusada de subversão”, aponta Dom Angélico. “Dedicara a vida ao acolhimento de crianças na simplicidade e na entrega ao reino de Deus, feito de justiça, fraternidade e paz”.

Circulou que fora violentada, que engravidara. Madre Maurina o negou. Os militantes que em 1970 sequestraram o cônsul japonês, Nobuo Okuchi, a incluíram na lista dos que seriam trocados e Madre Maurina passou os 15 anos seguintes no México. O arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Felício da Cunha Vasconcelos, apoiado por 42 padres da arquidiocese, excomungou os delegados de polícia Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. E o cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns observou que a prisão da freira motivou-o a iniciar a sua luta por direitos humanos e justiça social.

Dom Angélico termina:

“Trago a questão à memória porque as autoridades deste país, e fica aqui o meu apelo, devem um pedido de desculpas à família de Madre Maurina. Não há reivindicação de nada, somente isso. Que peçam desculpas à família e à congregação religiosa a que pertencia.”

O reverendo Jaime Wright

Pessoa que devemos lembrar sempre é o reverendo da Igreja Presbiteriana Unida, Jaime Nelson Wright (1927-1999), que participou do culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, e do rabino Henry Sobel. Chegou atrasadíssimo à Sé devido ao bloqueio da cidade – muita gente teve de caminhar longas distâncias.

Um dos refrãos, repetidos enquanto o aguardavam:

“Nas minhas dores, ó Senhor, fica a meu lado.

Nenhum gemido de ninguém na Terra será oculto aos olhos do **Senhor**²⁸”.

A dedicação e militância de Jaime Wright em defesa dos direitos humanos o tornou membro da Comissão Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados. Planejou, junto com o jornalista Bernardo Kucinski e o advogado Luiz Eduardo Greenhalg, aproveitar a visita do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, e de sua esposa

Rosalynn Carter, em março de 1978, para lhes entregar uma lista de desaparecidos. Com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns e a colaboração do jornal *Folha de S. Paulo* publicou-se pela primeira vez uma lista de 23 desaparecidos.

A partir de 1979, Jaime Wright deu tempo integral à área de direitos humanos da Arquidiocese de São Paulo. Era incansável em todas as suas atividades. Uma delas, fundamental, foi o Projeto *Brasil: Nunca Mais*, já mencionado, obra realizada clandestinamente entre 1979 e 1985, com advogados a copiar páginas de processos, semelhante ao que fez o funcionário do Pentágono Daniel Ellsberg, resultando na publicação, em 1971, dos famosos *Papéis do Pentágono*⁹⁹. O livro *Brasil: Nunca Mais* resumiu mais de um milhão de páginas, de 707 processos do Superior Tribunal Militar. Abrange de 1961 a 1979. Encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, na Biblioteca da Universidade de Campinas (SP).

Palavra de Jaime Wright, no culto ecumênico da catedral da Sé:

“Quando cai a noite, o pastor não vai para casa e jamais abandona as suas ovelhas. Quando a noite vem, o perigo é maior. {...} Quando as sombras da noite caírem, o Bom Pastor nos levará para casa. E o Bom Pastor já investiu demais {...} em Vladimir Herzog, para nos abandonar agora.”

O dramaturgo e ator Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006) escreveu a peça *Ponto de Partida* em 1976, ambientada em uma vila medieval, para escrever sobre a repressão depois da morte de Vlado. Um trecho:

Poderosos e dominados estão perplexos e hesitantes, impotentes e angustiados. Contendo justos gestos de ódio e revolta, taticamente recuando diante de forças transitoriamente invencíveis. Um dia os tempos serão outros. Diante de um homem morto, todos precisam se definir. Ninguém pode permanecer indiferente. A morte de um amigo é a de todos nós. Sobretudo quando é o Velho que assassina o Novo.

O anjo protetor

O poder moral de Dom Paulo Evaristo Arns fez dele um homem lendário. Anjo protetor de vastas asas, simbolizava a rejeição ao regime que gestara o sinistro aparelho da tortura e da morte.

Pouco antes da hora do culto em homenagem a Vladimir Herzog, Dom Paulo recebeu dois secretários do governador Paulo Egydio Martins, que lhe pediram para cancelar o evento. “Fui informado que mais de 500 policiais se postariam na praça, com ordem de atirar ao primeiro grito. Se houvesse protestos, eles metralhariam a população”, lembrava Dom Paulo. “Respondi que lá estaria.”

Salmo de David repetido pela multidão na Catedral:

E as nossas angústias, Senhor, estão todas na vossa presença.

Alertas eram pronunciados: à saída poderiam encontrar provocadores. Imprescindível sair em silêncio. Não reagir. Grupos pequenos de pessoas que se conheciam.

E assim foi feito. Em uma entrevista ao Portal da Câmara dos Deputados, em 23 de agosto de 2007, Dom Paulo Evaristo Arns comentou a disciplina e a ordem com que 8 mil pessoas saíram da catedral e se afastaram da Praça da Sé:

“Quando terminou (*o culto*) ouvi uma voz atrás de mim. Era Dom Hélder Câmara {...}, que disse no meu ouvido: “Dom Paulo, há grande perigo de lá fora originarem desordem para provocar os que estão aqui, na cerimônia. O senhor diga que saiam em grupos de 5 e não aceitem nenhuma provocação, não respondam a nada, absolutamente nada. Deixem o pessoal falar mal e vamos para casa, vamos lutar pelo Brasil melhor.”

“Quando saí ainda cumprimentavam a esposa de Vlado, Clarice, dentro da catedral”, continuou Dom Paulo. “Passavam grupos de jovens provocando: “Olha os covardes rezando por suicidas, rezando por gente que faz mal ao Brasil”. Nenhum dos jornalistas que estavam comigo respondeu nada, nada. O conselho de Dom Hélder foi muito bom e trouxe a paz.”

Não reagir. Silêncio. Assim foi.

Palavra de Dom Paulo Evaristo Arns, no culto ecumênico:

“Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus {...} é maldito quem mancha as suas mãos com o sangue de seu irmão {...} A liberdade humana nos foi confiada {...} para preservarmos, todos juntos, a vida de nosso irmão, pela qual somos responsáveis tanto individual quanto coletivamente. {...} Não matará. Quem matar {...} não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus. {...} É hora de se unirem os que ainda querem olhar para os olhos do irmão e ainda querem ser dignos da luz que desvenda falsidade. {...} Neste momento, o Deus da esperança conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente e corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de Vladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.”

O rabino que transcendeu

Em Lisboa, 1944, nasceu Henry Isaac Sobel, filho de pais belgas que se refugiaram do nazismo em Portugal e depois emigraram para os Estados Unidos. A família naturalizou-se e Sobel se formou no *Jewish Institute of Religion*, um seminário para formar rabinos de orientação liberal, em Nova York. Ordenou-se rabino e em 1970 veio para o Brasil convidado pela Congregação Israelita Paulista (CIP), fundada por refugiados judeus alemães na década de 1930. Muito jovem, o rapaz que atraía a atenção tinha postura liberal nas questões religiosas. Quanto à situação política

brasileira, não integrava suas prioridades. Especialmente devido à pressão do conservadorismo dos líderes da comunidade.

De certa forma, pode-se dizer que a morte de Vladimir Herzog foi um choque inesperado para Sobel. Conhecia Vlado, que já o entrevistara para a TV Cultura. Conhecia a sua mãe, Zora, que participava de cerimônias do *shabat*¹⁰⁰, às sextas-feiras.

Bem sabia da existência de brasileiros de famílias judias que faziam oposição militante ao regime militar. Não ignorava que vários morreram de tortura nas mãos do estado, como Chael Charles Shreier, primo de Carlos Brickmann, Gelson Reicher, irmão de Felícia Reicher Madeira, entre muitos. Organizações judaicas de esquerda, perfeitamente legais, funcionavam em variadas áreas: teatro, educação, caridade, movimentos juvenis sionistas. Havia a Casa do Povo, com o Teatro de Arte Israelita Brasileiro. Um centro de esquerda.

O brasilianista norte-americano Thomas E. Skidmore escreveu, em linguagem cautelosa – tanto em relação ao comportamento da maioria da comunidade judaica, quanto ao antissemitismo dos militares –, que o assassinato de Vlado despertou um sentimento de retração:

“O fato de Herzog ser judeu sem dúvida acrescentava uma reação amedrontada da elite (*judaica*) paulistana, uma vez que houvera vestígios de antissemitismo no comportamento passado dos **linha-dura**¹⁰¹.”

Sobel vacilava sob as pressões. Iluminou-o a senda religiosa: a obrigatória lavagem dos corpos com água morna, explicada acima. A postura que o rabino adotou, de início tímida e insegura, a partir daí definiu seu papel durante o regime militar. Colaborador próximo do cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e de Jaime Wright no *Projeto Brasil: Nunca Mais*, defensor dos direitos humanos. Onde precisassem dele, ali estaria presente. Quando Dom Paulo oficiou a missa em homenagem aos 19 sem-terra mortos durante uma caminhada pacífica em Eldorado de Carajás (PA), no dia 17 de abril de 1996, Henry Sobel estava no altar.

Palavra de Henry Sobel:

“Estou aqui na Catedral para participar deste Culto Ecumênico porque um judeu morreu. Um judeu que fugiu da perseguição nazista {...}, aqui se educou, se formou e se integrou perfeitamente. Estudou Filosofia, Artes, Jornalismo, Televisão. Para Vladimir Herzog, ser judeu significava ser brasileiro”.

Preleção inspirada por Clarice Herzog, a quem visitara uns dias antes para falar sobre Vlado, desculpar-se porque não fora ao cemitério e por terem os representantes da Chevra Kadisha apressado o enterro.

Sobel prosseguiu com a narração da fábula de um velho rabino, que legou a cada um dos quatro discípulos uma parte de si: a inteligência, a visão, o coração, a língua.

Vladimir Herzog legou a todos “a luz que emanava de seus olhos, digna de ser guardada. O coração, digno de ser lembrado. A mente, digna de ser preservada. E a língua, capaz de transmitir uma sabedoria que nem mesmo a morte pode silenciar”.

Depoimento do rabino Henry Sobel

(resumo)

O rabino Henry Sobel respondeu aos vereadores depois de introduzido pelo presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o rabino Sr. Henry Sobel, de longa trajetória. Religioso da comunidade judaica, conhecido mundialmente, é um nome importante da resistência. Dom Angélico referiu-se ao período de exceção na ótica da igreja. Gostaria que o senhor desse o seu testemunho a respeito, na ótica do seu trabalho nas articulações, da participação na luta.

O Sr. Rabino Henry Sobel – Obrigado, vereador Natalini. Dom Bernardino e padre Júlio Lancellotti, irmãos. Irmãos são diferentes, têm ideias e opiniões diferentes, mas o que os une supera de longe o que os divide: amor e respeito familiar. Vereador Ricardo Young, shalom. Vereador Mario Covas Neto, em hebraico Mario se diz *shem tov*, bom nome e grande responsabilidade.

Amigos, eu estava no Rio de Janeiro para um debate promovido pela OAB, na manhã de 27 de outubro de 1975. Recebi um telefonema do Sr. Eich Lechziner, funcionário da Chevra Kadisha. Ele me comunicou um drama que mudaria a história do Brasil. Minha vida tomou rumo diferente e desenvolveram-se novas formas de relacionamento entre a comunidade judaica e o conjunto da sociedade civil. Lechziner me informou que os militares entregaram um caixão com Vladimir Herzog, filho de Zora, dizendo que ele se suicidara na prisão. Então, deveria ser enterrado na ala dos suicidas.

Estranhei o suicídio de um homem casado com dois filhos. Sabia que era de esquerda, mas nunca dei importância a isso. E sabia que o simpatizante do regime militar, Cláudio Marques, fazia uma campanha acirrada contra ele pela TV Bandeirantes.

Duas horas depois, Lechziner ligou de novo. Disse-me que fizeram a *Tahara*, lavagem. O corpo tinha muitas marcas de golpes e sinais de tortura. Decidi: não vamos enterrá-lo na ala dos suicidas. Se não houver provas definitivas, a dúvida é sempre em benefício do morto. Lechziner, zeloso, ainda fez uma chamada, mais tarde. Perguntou se eu tinha certeza total. Respondi: se alguém o questionasse deveria dizer que foi um pedido do rabino Sobel. Voltei no dia seguinte, depois do debate da OAB, e fui direto à casa de Clarice.

No momento em que optei pelo enterro na área comum somei-me ao movimento dos indignados. Eu estava consciente. Era preciso fazer algo mais para que as barbaridades não acontecessem de novo. No entanto, três meses depois do Vlado, o metalúrgico Manuel Fiel Filho morreu no DOI-CODI em circunstâncias semelhantes: “estrangulou-se com as meias”. Outro simpatizante do PCB. Em 17 de janeiro de 1976.

Depois de voltar a São Paulo e falar com Clarice, procurei o grande Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo. Eu acreditava que entre os religiosos talvez fosse possível encontrar um caminho. Na época, a Cúria Metropolitana de São Paulo era o centro das denúncias contra violações dos direitos de presos políticos. Fui à casa dele na noite do dia 29. Falou-me do culto ecumênico, ideia que achava boa porque somava forças religiosas.

A missão do judeu e do católico não é a de tornar o mundo mais judeu ou mais católico, mas de tornar o mundo mais humano. Saí da casa de Dom Paulo com o coração querendo saltar do peito.

Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, liderou o movimento de convocação, conseguindo anúncios gratuitos em todos os jornais, com a ajuda dos colegas jornalistas nas redações. O fato ficou mais conhecido. O ato ecumênico seria, além de uma homenagem, uma denúncia.

Procurei, então, Benno Milnitsky, presidente da Confederação Israelita do Brasil, a CONIB, que infelizmente faleceu há dois anos. Fora socialista na juventude e era o meu maior aliado na comunidade. Benno deixou claro que a Confederação não se manifestaria para não atrair o ódio da ditadura em direção aos judeus. Benno estava sendo honesto com ele e a comunidade, uma reação típica dos judeus na diáspora.

O Sr. Ricardo Young – Um pequeno depoimento aqui. Em 1974, com 17 anos, eu namorava uma jovem judia de família tradicional. Clandestinamente, porque a minha família era católica e protestante. Em 1975, na casa dela, acompanhei a discussão sobre a atitude do senhor. Perguntavam se essa deveria ser a postura de um rabino. Decidi ir à cerimônia ecumênica. Não consegui porque fiquei preso em uma das barreiras, na Avenida Rebouças. Mas despertei para a política. A minha indignação pela morte de Vladimir Herzog e o desassombro dos senhores, de Dom Paulo e do reverendo Jaime Wright mudaram a minha percepção e comecei a me envolver, ainda durante a repressão. Muito obrigado, porque devo muito do que fiz na vida ao exemplo que o senhor me deu enquanto eu era adolescente.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra, pela ordem, a vereadora Juliana Cardoso.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Tenho nos meus amigos e

companheiros padre Júlio, Dom Angélico, rabino Sobel, exemplos da resistência, de como podemos nos organizar, juntos, para termos uma vida mais humana, mais digna.



Instituto Vladimir Herzog

O jornalista diante das grandes e poderosas máquinas de escrever, previstas para resistir a anos de longos serões

O Sr. Rabino Henry Sobel – Obrigado, vereadora. Dom Paulo foi muito pressionado. Pediram-lhe que realizasse o ato a portas fechadas. Com a sua habitual coragem, respondeu que não fecharia as portas da igreja para o povo. Foi um ato político de oposição à tortura e ao assassinato, em plena ditadura.

Policiais passeavam com as suas metralhadoras pelas portas da catedral. (*voltando-se para a mesa*) Padre Júlio, nunca esquecerei, tantos soldados com metralhadoras apontadas para o público, dentro e fora da catedral, na praça inteira. (*para o público*)

Ao final, o *hazan* entoou uma oração tradicional judaica que começa com as palavras “Deus cheio de misericórdia”. Graças a Deus foi um ato ecumênico pacífico. Mobilizou a opinião pública brasileira, marcou uma posição firme. Um homem morreu. Ninguém aguentava mais.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Rabino, o senhor não recebeu pressão de militares?

O Sr. Rabino Henry Sobel – Houve um incidente que eu chamaria de pitoresco. Vou contar pela primeira vez, vereador Natalini. Dias antes do ato ecumênico recebi a

visita de três generais uniformizados no meu escritório. Muito educados e elegantes. Todavia, um apontou o dedo para mim e disse: “Rabino, o senhor não deveria ir ao ato. Lugar de rabino é na sinagoga, não na catedral”. Minha resposta veio espontaneamente: general, vamos fazer um acordo. O senhor não decide qual é o lugar do rabino e eu não decido onde o senhor vai estacionar os seus tanques. Pensei que tomasse como provocação. Mas, ao contrário, na despedida ele me abraçou. Logo que saíram liguei para a embaixada dos Estados Unidos em Brasília e avisei que iria ao ato ecumênico na catedral. *Just in case.*

Àquela altura já se sabia que a ala radical do Exército articulava um golpe de extrema direita. Forjariam uma conspiração comunista para justificá-lo.

O nome de Vladimir Herzog será para sempre recordação dolorosa de um sombrio período de repressão. Mas será também um eco interno da voz da liberdade que não cala jamais. Devemos preservar o sentimento de indignação, sem nos acomodar à violação dos direitos alheios. A indiferença em face do mal é um incentivo ao recrudescimento do mal. Vladimir Herzog nos inspira a dizer sim à dignidade humana.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O rabino Sobel há décadas se dedica a construir uma sociedade brasileira mais humana, fraterna e democrática. Passarei a palavra ao Padre Júlio Lancellotti, que veio nos brindar com o seu trabalho e experiência.

O Sr. Padre Júlio Lancellotti – Depois de ouvir Dom Angélico e o rabino só posso dizer amém e shalom. E homenagear a memória de Vladimir Herzog, Santo Dias, Manuel Fiel Filho, **Dom Óscar Romero¹⁰²**. Acompanhei a celebração na Sé e também o traslado do corpo de Santo Dias da igreja da Consolação para a Sé.

Lembro as metralhadoras em volta da catedral, da cidade sitiada, dos bloqueios nas vias de acesso à Sé. Lembro-me do final. Dom Paulo muito preocupado com a multidão, a pedir que não aceitassem provocação. Vão embora, saiam em pequenos grupos sem olhar para os lados, entrem depressa nos transportes, aconselhava.

Quero mostrar aqui que toda essa vergonha continua, a questão dos desaparecidos, o tratamento cruel e indigno aplicado nos presos políticos de hoje que são os pobres, os chamados indigentes.

O vereador Mario Covas Neto tem um projeto para armazenar o DNA de indigentes enterrados em valas comuns. Gostaria de discuti-lo, talvez em uma audiência pública. Sabe-se que entre os ossos da vala de Perus ainda guardados, alguns ressecaram e se fragmentaram de tal modo que deixaram de ser identificáveis. Impossível encontrar seu DNA.

Muitos ossos são de moradores de rua. E há aqueles de desaparecidos políticos.

Acredito que uma forma de homenagearmos a vida de Vladimir Herzog, do Manuel Fiel, do Santo Dias e de tantas pessoas que morreram de forma violenta e cruel nesta cidade, é torná-la mais humana e digna. Tanto no judaísmo como no cristianismo reverenciamos os corpos, mesmo sabendo que não têm mais vida e estarão deteriorados. Mas usar despojos humanos, comercializar cadáveres, fazer tráfico de órgãos, desrespeitar suas identidades e continuar jogando-os em valas comuns é vergonhoso.

(O depoimento do Padre Júlio Lancellotti continua no capítulo XIV, dedicado às valas comuns).

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Anuncio a presença do vereador Ari Friedenbach. Tem a palavra o vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Agradeço a presença do rabino Henry Sobel, que conheço há anos. Lembro de sua presença quando me casei pela primeira vez e o rabino veio à igreja. E depois, quando meu pai morreu e houve um culto ecumênico no Ibirapuera. O rabino fez um discurso memorável. Agradeço a Dom Angélico, grande ativista dos movimentos populares da zona leste de São Paulo, por cuja pessoa meu pai tinha grande admiração. Não poucas vezes ele fez menção ao Dom Angélico, às suas lutas e à sua verdade. E ao padre Júlio, que eu conhecia de fama e tenho o prazer de agora compartilhar com ele o mesmo ambiente.

Escárnio sem pejo

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Passo a palavra ao deputado Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva.

O Sr. Adriano Diogo – Senhores vereadores, respondo primeiro ao rabino. Atualmente estudo o papel dos judeus na ditadura. O caso que mais me impressiona é o de Ana Rosa Kucinski Silva, porque a USP até hoje a considera demitida por abandono de cargo. Ana era irmã do jornalista Bernardo Kucinski. Recentemente, quando Bernardo publicou seu livro *K*, que conta a história de seu pai e a busca do corpo de Ana Rosa, o diretor do Instituto de Química da USP queria processá-lo e recolher o livro. Bernardo vem toda a semana à Comissão da Verdade perguntar se há novidade a respeito do caso da irmã.

Descobrimos agora um relatório da Marinha do Brasil, rabino Sobel. Há um documento informando que Ana Rosa Kucinski foi tirada de circulação porque Ernesto Geisel assinaria o acordo nuclear **Brasil-Alemanha**¹⁰³. Consideravam-na

perigosa agente dupla da CIA (*Central Intelligence Agency*, dos Estados Unidos), e do Governo de Israel. Repassaria, por meio de seu irmão Bernardo, informações sobre o programa nuclear brasileiro.

De outro lado, qual foi o mais cruel dos médicos legistas, ao lado de Harry Shibata? Isaac Abramovic (*ex-cunhado de Iara Iavelberg*), que morava no Ipiranga e dava carona todos os dias ao estudante de Medicina Gelson Reicher, irmão da socióloga Felícia Reicher Madeira. Assinou falsamente o atestado de óbito de Gelson e à noite telefonou ao pai dele para contar.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães.

O Sr. Carlos Eduardo Magalhães – Sou da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Ontem recebemos a informação de que no Chile se divulgou o nome de médicos e profissionais que atuaram junto à repressão. Pergunto se seria possível fazer isso em São Paulo, no Brasil. Se temos informes de médicos e pessoas que atuaram durante a repressão, e dos que fazem comércio de órgãos, por que não divulgar? Além de servir à recuperação da história, é um dever nosso.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Esteve aqui o advogado Antonio Funari Filho, presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, e sugeriu um memorial em homenagem aos mortos e desaparecidos na cidade de São Paulo. Levantamos a possibilidade de ser no prédio que o DOI-CODI ocupou. Mandamos um ofício ao governador Geraldo Alckmin, aprovado por todos desta Comissão, e obtivemos resposta positiva, o governador aceita discutir o assunto. Está aceita a sua sugestão e vamos fazer o que for possível.

Fura-bumbos

Representantes de diversos credos compareceram ao altar da Catedral da Sé, para o ato ecumênico em memória e celebração de Vladimir Herzog. Entre eles, da religião umbandista.

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog convidou suas lideranças a falar das perseguições que vitimaram seus fiéis, por preconceitos e racismo. Compareceram o Diretor Jurídico do Superior de Umbanda de São Paulo, o advogado Antônio Basílio Filho; o professor Diamantino Fernandes Trindade, da Federação Umbandista do Grande ABC; e o Sr. Ortiz Belo de Souza, do Movimento Político Umbandista.

“A religião umbandista é a única genuinamente brasileira. Nasceu da miscigenação das religiões dos índios, caboclos (*mestiços de índio e branco*) e do **kardecismo**¹⁰⁴”, explicou logo de início Antônio Basílio Filho.

O período em que se desenvolveu a umbanda caracterizou-se por transformações sociais: a abolição da escravatura, a proclamação da República e o início lento e penoso de integração urbana dos negros. Religião de marginalizados, pobres, despertava preconceitos de classe e racismo. Tida como rudimentar e atrasada, acusavam-na de enganar os ingênuos, necessitados e sobretudo os doentes em busca de curas. Durante o Estado Novo foi muito perseguida e alvo de condenação da poderosa Igreja Católica.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Senhor Basílio, há quanto tempo a umbanda é sua religião?

O Sr. Antônio Basílio Filho – Posso dizer que, de religião, sou um pouco mais velho do que a minha idade. Tenho 56 anos. Mas, somando a espiritualidade, 56 anos e mais nove meses. **Sou Iyalorixa¹⁰⁵**.

P – Houve perseguições contra umbandistas durante o regime militar?

R – Tanto a umbanda quanto o candomblé foram perseguidos. Mas o pior foi antes do regime militar, quando nossas casas eram invadidas. A perseguição ficava por conta da Delegacia de Diversões Públicas, que controlava os festejos de nossa religião – a festa de Iemanjá, por exemplo. Interrompiam e acabou. A Delegacia de Costumes atacava porque a maioria das pessoas de nossa religião é negra. Entendiam que pais e mães de santo eram vadios e os prendiam. Tinham de pagar fiança para sair e muitos não tinham dinheiro. Ficavam presos por algumas semanas.

P – Na invasão, danificavam o local?

R – Chutavam tudo, quebravam atabaques. Há uma expressão que perdura na Polícia Militar: fura-bumbos. Vem desse tempo. É hoje usada quando um oficial recebe um praça ou um oficial subalterno e o rejeita, dizendo que não quer aquele, é um fura-bumbo. Ou seja, sem qualificação.

P – Alguns fiéis da umbanda sofreram a ação do DOI-CODI?

R – Conheço um caso, no Rio Grande do Sul, em que a cavalaria invadiu, chutou, prendeu e levou ao órgão repressor daquele estado pais e mães de santo. Sabemos todos que em São Paulo, na Rua Tomás Carvalhal, fundo do 36º Distrito, houve todo o tipo de tortura. As pessoas passaram ali por todas as humilhações possíveis e imagináveis. Quando digo umbanda refiro-me também ao candomblé (*vem dos cultos africanos*), pois são religiões coirmãs. A umbanda está crescendo, a Constituição nos ampara, mas ainda somos perseguidos. Digo sempre que o umbandista tem de ter a hombridade de dizer qual a sua religião e impor-se. Estamos de portas abertas para a verdade ser apurada.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Nós agradecemos. Volto ao nosso presidente.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Professor Diamantino Fernandes Trindade.

O Prof. Diamantino Fernandes Trindade – Exponho um pouco do contexto histórico, a respeito do que aconteceu durante a repressão instalada a partir de 1964. Refiro-me à pergunta anterior do vereador Mario Covas Neto sobre o DOI-CODI. Na época de Getúlio Vargas reprimiu-se brutalmente a umbanda e o candomblé, cujo controle passou à Delegacia de Entorpecentes. O mesmo não acontecia com o kardecismo. Por isso as tendas de umbanda se registravam como tendas espíritas, a fim de abrandar um pouco a virulência da ditadura Vargas.

No começo da nova ditadura, em 1964, eliminaram a Delegacia de Entorpecentes. Ora, nessa ocasião ainda viviam muitos dirigentes umbandistas da época de Vargas. Ao mesmo tempo, o número de umbandistas crescia. Deu-se então um movimento bilateral, aquela história do gato escaldado. Muitos dirigentes procuraram, de alguma forma, ligar-se ao movimento da ditadura. Aumentou o número de entidades federativas. O general Nelson Braga Moreira, então tenente-coronel, fundou a SOESP – Supremo Órgão de Umbanda e Candomblé dos Filhos de Tupinambá do Estado de São Paulo.

De seu lado, a ditadura militar usou as religiões populares para manipular o povo. Diversos militares, de uma ou outra forma, ligavam-se às entidades federativas. O próprio governador Laudo Natel tinha um assessor que dizia ser “para assuntos espirituais”. Também havia muita infiltração.

(Manifestações fora do microfone.)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Obrigado. O Sr. Ortiz Belo de Souza, do Movimento Político Umbandista.

O Sr. Ortiz Belo de Souza – Bom dia a todos. Quero registrar, em nome da umbanda e do candomblé, nosso agradecimento pela oportunidade de esclarecer fatos importantes que envolveram as religiões de matriz afro. E colocar o seguinte: onde ocorreram violações aos direitos humanos a transparência é necessária. Devemos documentar os fatos da história recente do Brasil.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) –Muito obrigado.



Foto: M. Gomes/CMSP

VISTORIA NA CENTRAL DE TORMENTOS

Silvaldo Leung Vieira chega ao antigo DOI-CODI, onde fotografou a cena forjada de suicídio de Vladimir Herzog

Silvado queria elucidar crimes

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog convidou o fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, que mora em Los Angeles, nos Estados Unidos, a prestar depoimento na Câmara Municipal de São Paulo. Aluno da Escola de Fotografia da Academia de Polícia de São Paulo – fica à entrada da Universidade de São Paulo –, seu objetivo era colaborar no combate a crimes. Ironia digna de uma charge: foi chamado para fotografar um “encontro de cadáver” no DOI-CODI. O seu primeiro trabalho. Na mesma cela “aparecera enforcado”, no dia 8 de agosto de 1975, o tenente da Polícia Militar José Ferreira de Almeida, diretor do Clube dos Oficiais da Reserva. Assinaram o atestado de óbito os legistas Harry Shibata e Marcos de Almeida.

Depoimento de Silvado Leung Vieira

(resumo)

No dia 28 de maio de 2013, a CMVVH declarou aberta a sessão e agradeceu ao Sr. Silvaldo Leung Vieira ter vindo de Los Angeles para contribuir com as suas

informações. O fotógrafo já dera a sua primeira entrevista a Lucas Ferraz, do jornal Folha de S.Paulo, em 5 de fevereiro de 2012.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Sr. Silvaldo Leung, o senhor tinha 22 anos quando foi convocado pelo DOPS, em 1975. Fazia parte do seu curso fotografar gente assassinada?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Até aquele momento, não. Fui colocado à disposição do DOPS para atendimento de casos. Era a segunda semana do curso.

O Sr. Ricardo Young – O senhor já tinha fotografado cadáveres antes?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Não desse tipo, mas de pessoas mortas, sim.

P – O senhor foi ao DOI-CODI da Rua Tutoia?

R – Veio uma equipe me buscar, acho que com uma perua Veraneio C 14. No primeiro final de semana. Éramos 21 fotógrafos no curso, ficamos duas semanas à disposição. Na primeira semana formou-se um grupo de dez alunos em plantão; na segunda semana ficaram os outros. Dividiam os alunos por diversas repartições. Só lembro que era noite e o acesso ao local, fácil. Fotografei da porta, não entrei. As pessoas que me levaram de carro não foram aquelas que subiram comigo. Abriram a porta, me mostraram.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O que o senhor viu?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – O cadáver em frente da porta. Disseram: fotografa. Tirei três fotos com aberturas diferentes sem me mexer de onde estava e saí. Usei uma Minolta SLR 35 mm, do Instituto de Criminalística.

P – O que o senhor achou quando viu a cena?

R – Estranhei a posição. Pela posição dos pés, no chão. E a blindagem, de impedir outras fotos do local. Normalmente tínhamos liberdade de verificar o local em detalhes.

P – O senhor já tinha fotografado alguém que se enforcou?

R – Não. Só posteriormente. Todos sem possibilidade do pé no chão. Normalmente vinham pendurados do forro. Estranhei esse porque estava de pé. Na USP começaram a fazer comentários. A semana foi tumultuada. Na hora eu estava tenso, nervoso; mas no decorrer da semana achei que podia ser homicídio.

P – Quem revelou a foto? Quando o senhor a viu?

R – Eu me alojava na Cidade Universitária, no CRUSP, pois era de Santos. Na segunda-feira, quando cheguei, havia um começo de tumulto, mostravam a foto.

Soube então que era um jornalista, Vladimir Herzog, professor de jornalismo na própria USP. Apareceu um caminhão da Polícia do Exército. Houve uma pequena correria.

O Sr. Ricardo Young – O senhor comentou com os colegas que tirou a foto?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Comentei com várias pessoas. Elas diziam que ele tinha sido morto.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Lembra-se de algum agente de polícia que pudéssemos procurar para saber de detalhes?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – No momento, não. A minha memória é que a minha intenção foi sair do Instituto e tentei me organizar para sair do Brasil. Passei três anos focado nisso.

P – O senhor disse que saiu rápido depois de fazer três fotos. Nas outras vezes as fotos eram mais demoradas?

R – Com outros ângulos. Depois do curso me efetivei e tinha mais acesso, ajudávamos na perícia.

P – Hoje o senhor tem a convicção de que Vladimir Herzog foi assassinado, que montaram aquela foto e o senhor serviu para fotografar uma fraude?

R – Hoje, sem dúvida. Tenho certeza.

P – O senhor tem certeza de que fotografou um homem morto, pendurado ali pelos órgãos de repressão, e que a imagem foi para depois divulgar a mentira de que tinha cometido suicídio?

R – Sim.

O Sr. Ricardo Young – Quando tomou consciência da importância da foto e da convulsão que se iniciava, o senhor chegou a temer por sua vida? Sofreu ameaça?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – A única lembrança que tenho é a da importância do sigilo, a obrigatoriedade do sigilo.

P – Não sentiu medo quando houve o ato ecumênico na Catedral da Sé e a cidade parou em função do crime?

R – Naquele momento, não. Até ali era um estudante normal.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Sente-se ameaçado hoje?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Não me considero ameaçado.

P – Enquanto ficou no DOI-CODI, o senhor percebeu alguma outra movimentação? Que tenha visto ou ouvido?

R – Não.

P – O senhor recebeu alguma remuneração extra?

R – Não, eu era funcionário do Estado.

P – Onde a foto foi revelada?

R – No Instituto de Criminalística. A foto vai para o perito, por vias legais, e ele a inclui no laudo. Se não me engano, foi publicada pelo *Jornal do Brasil*. Acho que vi a foto nas notícias e ouvi comentários.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – A Academia de Polícia tem o nome de Coriolano Nogueira Cobra, seu primeiro diretor. Depois verificaremos qual a implicação de cederem alunos para fazer esse tipo de trabalho. Senhor Silvaldo, o senhor voltou ao DOI-CODI para fotografar?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Uma vez e não estava tão nervoso. Acredito que tenha sido para fotografar Manoel Fiel Filho, porque as datas coincidem.

P – O senhor viu Manoel Fiel Filho morto?

R – Não. Cancelaram e me levaram de volta. Não deram explicação e eu não perguntei nada. Eu me formei, ficavam me transferindo de uma repartição a outra. Fazia fotos normais do Instituto de Criminalística: acidente, homicídio, encontro de cadáver, furto qualificado. Depois fui transferido para Santos, para fotografar presos condenados. Na carceragem do antigo presídio de Santos.

P – O senhor viu em Santos algo semelhante à foto que fez no DOI-CODI? Eram presos comuns? Torturados?

R – Não tinha informação sobre os crimes, mas acredito que sim. Não presenciei. Porém convivia quase que diariamente com gente gritando, gente levada em ambulância. Os presos políticos eram levados pelo DOPS.

O Sr. Ricardo Young – No início do seu curso, quando tirou a foto no DOI-CODI, teve a percepção de que havia torturas no regime militar, sentiu-se cúmplice em algum momento?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Não, mas me sentia muito mal. Também de ter iniciado a vida daquela forma. Desde criança trabalho como fotógrafo, meu objetivo era continuar assim. Naquele tempo, menor podia trabalhar, tenho a carteira profissional de 1970. E de repente vi um tipo de fotografia que não era o que imaginei, o que eu queria. O Instituto proporcionava facilidades, equipamentos de

última geração. Mas não era o que eu sonhava.

P – Por que o senhor não abandonou o curso quando viu que ali havia tortura?

R – Não tinha possibilidade de me desvincular do trabalho. Vivia dele. O que fiz foi guardar dinheiro do meu salário para poder pagar o depósito compulsório na época, se não me engano de 22 mil cruzeiros. Comprei minha passagem, pedi férias, peguei o dinheiro das férias, tinha economizado entre 500 e 600 dólares. E abandonei o trabalho. Fiquei 15 anos sem voltar ao Brasil.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Foi por conta do serviço que fazia? O senhor rejeitou a profissão?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Exatamente. Acredito que me tenha fechado as portas.

P – O senhor disse que não presenciou tortura. Ouvia algum barulho? Havia comentários?

R – Sim. Falavam, eu ouvia. Tinha movimentação, eles saíam, desciam para a carceragem. Nesse período me suspenderam porque fiquei sem fotografar por uns 30 dias, fiquei sem entregar o que tinha. Crise pessoal.

O Senhor Ricardo Young – O senhor se considera vítima ou colaborador do sistema?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Mais vítima. Existiam poucos cursos e um dos que davam escola era esse, do Instituto de Criminalística. Minha intenção era aprender. Era um bom curso, com acesso a materiais inexistentes no mercado. Infravermelho, ultravioleta, luzes. Um fotógrafo comum não tinha acesso a essa tecnologia.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Silvaldo, queria que você contasse aqui sobre o ato ecumênico na Sé. Alguns daqui estavam lá, eu também. Uma equipe de fotógrafos estudantes como você foi designada para fotografar as pessoas, pegar a “careta” da gente. Isso de fato aconteceu?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Sim. Para o arquivo da polícia política. Eu não fui. Eu quis descer para Santos. A única vaga era para fazer esse tipo de trabalho no DOPS.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Entendo que começava a sua vida profissional e não vejo como responsabilizá-lo por qualquer coisa dessa época. Sinceramente não faço essa ligação. Ele é uma vítima do que aconteceu. Só o fato de ter ido embora mostra o quanto incomodado estava. É descabido ligá-lo ao órgão de repressão.

O Senhor Ricardo Young – Em retrospectiva, qual a lição que leva dessa experiência?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Cresci. Toda a minha infância foi com medo. Foi uma opção que, infelizmente, fiz. Até hoje me arrependo. Eu poderia ter sobrevivido de outra forma. Já tinha sido fotógrafo em jornal, em prefeitura. Achei que obteria maior conhecimento nesse curso. Não posso mudar isso e terei de levar isso para sempre.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Convido à mesa o Sr. Anivaldo Padilha, coordenador do Grupo de Trabalho de Igrejas da Comissão Nacional da Verdade. Minha pergunta ao Sr. Silvaldo: o senhor foi embora e ficou 15 anos longe por medo?

O Sr. Silvaldo Leung Vieira – Por nojo.

Sarrafo, arma de covarde

O jornalista Sérgio Gomes, entre os presentes ao depoimento do fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, foi convidado pela CMVVH a fazer um relato sobre o que vivenciou no DOI-CODI de São Paulo quando assassinaram Vladimir Herzog. Sérgio Gomes fora preso e sequestrado no Rio de Janeiro com o amigo Waldir Quadros, ambos ligados à base universitária do Partido Comunista Brasileiro. Viajavam mensalmente para levar algum dinheiro a João Guilherme Vargas Neto, dirigente do PCB que, clandestino, morava em um pequeno apartamento no Rio. No último percurso, Sérgio e Waldir perceberam que os seguiam. Mudaram o itinerário, o que protegeu João Guilherme. Mas não escaparam. Foram levados a São Paulo depois que, no DOI-CODI do Rio, os forçaram a beber água com creolina e espancaram com caibros, entre múltiplas barbaridades omitidas por Sérgio Gomes. No caminho a São Paulo passaram por uma estradinha com cadáveres, possivelmente local de desova do esquadrão da morte, e foram vítimas de simulação de fuzilamento.



Foto: M. Gomes/CMSF

Amélia Teles mostra o local da cela onde foi torturada na frente dos filhos pequenos. Atrás, Silvaldo e Emílio Ivo Ulrich. Ao lado, da esquerda para a direita, os vereadores Ricardo Young e Gilberto Natalini

Relato de Sérgio Gomes

(trechos)

“No dia em que mataram Vlado, o comando da tortura estava na mão do torturador Pedro Antonio Mira Granciere, de alcunha capitão Ramiro. Eram três equipes, cada uma com seu estilo. No caso de Granciere, andava com um sarrafo e batia nas pessoas exatamente nas articulações. Desmontava a pessoa. Esse cara, ao mesmo tempo em que batia e dava choque, sufocava a pessoa com o próprio capuz. Feito de uma lonita relativamente grossa, o capuz ficava empapado de amoníaco que ele derramava à altura da testa. Com os choques da máquina, socos e a inalação do amoníaco, respirar era incontrollável, convulso. Na cadeira do dragão, imobilizado, a cabeça quer uma coisa, o corpo outra e você tem a certeza de que sofrerá um derrame cerebral. Passei por isso. Percebi claramente que me aproximava de uma situação-limite, em que iria enlouquecer.”

“Vlado foi morto nessas circunstâncias”, prossegue Sérgio. “Eu ouvia, por uma janela, alguém ser torturado e as perguntas repetiam: quem eram os jornalistas? Estranhava porque os jornalistas ligados ao PCB já estavam lá. A maioria deles. Na época propus que, se fosse tecnicamente possível, se exumasse o corpo de Vlado para verificar traços de amoníaco”.

Sérgio Gomes chama a atenção para a morte de José Montenegro de Lima, o

Magrão, preso naqueles dias. Assassinado no sítio do CIE¹⁰⁶, provavelmente o jogaram no rio Avaré, cortado em pedaços, providência tomada para evitar que o corpo fosse identificado ou boiasse. A Comissão Nacional da Verdade analisou o caso.

“A direita se valeu da extrema direita para eliminar os militantes que poderiam alargar o projeto da democracia. Enquanto Geisel falava em abertura lenta, gradual e segura, era preciso eliminar fisicamente, se possível, uma parte dos que tinham trabalhado para a grande vitória das eleições de novembro de 1974¹⁰⁷.”

O grupo de jornalistas do qual faziam parte Sérgio Gomes e Vladimir Herzog não era de ação.

“Um pequeno grupo empenhado em construir um partido capaz de dar conta da *pólis*, da sociedade, para que fosse mais justa, democrática e tivesse suas riquezas investidas no povo. Ligado ao Partido Comunista Brasileiro que, sem ser salvador da pátria, talvez abrisse um caminho. Discordávamos da ideia de Geraldo Vandré, *quem sabe faz a hora não espera acontecer*. Achávamos um estímulo a um individualismo precarista, que muita gente morreria – como morreu.”

Sérgio Gomes faz parte do Conselho do Instituto Vladimir Herzog, que tem como propósito a recuperação da memória da história recente, não com o sentido de vingança, mas de produzir justiça.

Jornal dos jornais

Em 12 de outubro de 1975, duas semanas antes da prisão e morte de Vladimir Herzog, o jornalista Alberto Dines escreveu, na sua seção *Jornal dos Jornais*, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a coluna abaixo. Foi reproduzida no *Observatório da Imprensa* de 26 de outubro de 2004 sob o título *A Hora da Verdade. Toda a Verdade*, com a observação de que a prisão do grupo de jornalistas foi “trombeteada”, quando tais eventos costumavam ser clandestinos ou discretos.



Foto: M. Gomes/CMSP

Uma das celas de tortura, reformada e em mau estado. Poucos meses antes de Vlado, fotografaram “enforcado” o tenente da Polícia Militar José Ferreira de Almeida, o Piracaia

Caça às bruxas

“Fazer a crítica à imprensa considerando os aspectos puramente profissionais e objetivos é uma necessidade. Faz parte da maturação do processo jornalístico e deve ser praticada por todos. Mas abandonar problemas concretos de qualidade e ética e incorporar-se ao grupo de denunciadores da infiltração ideológica nos meios de comunicação é, no mínimo, uma traição à sua própria classe hoje amordaçada, pagando por erros que não cometeu.

É o caso de dois jornalistas, um de São Paulo, outro do Rio, que desencadearam ultimamente uma ofensiva política. Aqui [São Paulo], trata-se de Cláudio Marques, colunista do *Shopping News* (Coluna Um, pág. 2), que há três domingos vem insistindo contra o Departamento de Jornalismo da TV Cultura, apelidada pelo colunista de TV-Vietcultura. A campanha tentou macular a própria figura do secretário [da Cultura do Estado de São Paulo], José Mindlin.

No Rio, trata-se de Adirson de Barros, colunista da *Última Hora* que não apenas denuncia a “infiltração vermelha” na imprensa brasileira como, inclusive, cita casos do próprio jornal.

Cláudio Marques já anunciava: os jornalistas da TV Cultura seriam em breve convidados a hospedar-se nas instalações do Doi-Codi na rua Tutoia. Citava nomes, inclusive o de Herzog. Também tentava envolver o então secretário de Cultura do Estado, José Mindlin. Preocupado com as ameaças, Herzog pediu a amigos comuns que solicitassem a este Observador, então responsável pela coluna “Jornal do Jornais” (*Folha de S.Paulo*, pág. 6, aos domingos) para desmascarar o agente da repressão

disfarçado em jornalista. A denúncia contra Cláudio Marques foi publicada sob o título “Caça às bruxas” sem citar os nomes dos jornalistas ameaçados (12 de outubro, duas semanas antes de consumada a prisão de Herzog). No intervalo Cláudio Marques continuou seus ataques.”

Auxiliadores do opróbrio

No dia 7 de outubro de 1975, em óbvia orquestração, o deputado estadual João Lázaro de Almeida Prado concedeu cinco minutos do seu tempo para o colega da ARENA, Vadilh Helou, pronunciar o seu discurso provocativo na Assembleia Legislativa de São Paulo. Declarou Helou que estranhou a ausência de cobertura da TV Cultura na inauguração de um serviço de águas e esgotos em Capão Redondo (*sudoeste de São Paulo*). Indiferente à contradição, ironizou que não se surpreendia. Afinal, o jornalista Cláudio Marques, autor de uma coluna no jornal de distribuição gratuita aos domingos, o *Shopping News*, denunciava semanalmente a “infiltração de elementos de esquerda no canal 2, com a complacência do secretário da Cultura, Dr. José Mindlin, e do próprio Governo”. O deputado enfileirou provas, acusando o canal de só mostrar miséria, de enaltecer líderes esquerdistas de outros países. Ignorava os feitos do país, “um oásis no mundo de hoje.” Marques a acusava de ser a televisão Vietnam Cultura de São Paulo. “Paga com o dinheiro do povo, desservindo nosso governo e nossa Pátria”, concluiu Helou.

A essa altura o deputado José Maria Marin entraria em cena. Pediu um aparte e corroborou: “...causa-me estranheza quando os órgãos de imprensa do nosso estado de há muito vem levantando esse problema, pedindo providências aos órgãos competentes com o que está acontecendo com o Canal 2, e não verificamos pelo menos nenhuma palavra de esclarecimento.” (*sic*)

Vê-se que Marin considerava o *Shopping News* representante de toda a imprensa de São Paulo e descrevia Cláudio Marques, que também usava a expressão Tutoia Hilton para designar o DOI-CODI, como o jornalista que, “de forma particular e corajosa”, fazia as denúncias.

Conclusão de Marin: “O que não pode continuar é essa omissão, tanto por parte do Sr. Secretário da Cultura como do Sr. Governador... para que a tranquilidade volte a reinar não só nesta Casa mas, principalmente, nos lares paulistanos.”

Na edição de 9 de outubro de 1976 do Diário Oficial do Estado, Marin manifestou-se novamente, desta vez com uma louvação ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, um homem que presta “relevantes serviços à coletividade, embora nem sempre tenha sido feita justiça ao seu trabalho... que honra a polícia de São Paulo.”

Na questão dos jornalistas “marrons” não se pode esquecer Lenildo Tabosa Pessoa, no *Jornal da Tarde*. Um mês antes da morte de Vlado, escreveu na sua coluna: “A

infiltração da esquerda contestatória no sistema e na democracia em vários escalões só não vê quem é conivente e burro. O caso da TV VietCultura extrapolou.” Seu inspirador era Cláudio Marques que, além da coluna citada, dirigia o *Jornal do Comércio* e apresentava um programa na TV Bandeirantes sobre mercado imobiliário, patrocinado pelo milionário Adolpho Lindenberg, um mantenedor da organização de extrema-direita Tradição, Família e Propriedade.

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog por duas vezes convidou José Maria Marin a comparecer para tomar o seu depoimento. Recusou-se.

O governador de São Paulo nesse período, Dr. Paulo Egydio Martins, contou à CMVVH que acabara de chegar do interior no domingo, dia 26 de outubro de 1975, quando recebeu um telefonema do seu secretário da Segurança, coronel Erasmo Dias. Ouviu que Vladimir Herzog morrera na véspera, no DOI-CODI. Não o conhecia. Ligou para José Mindlin. Também não o conhecia, mas informou que o nomeara porque detinha as melhores referências. Era perfeito para o cargo.

Paulo Egydio ficou estupefato. Por que matariam Vlado?

“Se o Jornal da Cultura tivesse audiência de 0,001%, seria um sucesso. Pedi que Erasmo fizesse uma pesquisa. Nada constava contra Herzog, em lugar nenhum. Veio do II Exército a explicação: ele representa uma ameaça à segurança nacional. “Pergunto, ao senhor ou a alguém, como um jornal desses pode pôr em perigo a segurança nacional?”

No dia 27 de outubro, o governador acredita que teve uma pista, revelada por dois deputados da oposição, Alberto Goldman e Ayrton Soares. Recebeu-os no palácio do governo. Acabavam de chegar do enterro de Vladimir Herzog. Ouviu que ambos estiveram com vários jornalistas presos, liberados para o enterro. Alguns, entre eles o jornalista Rodolfo Konder, disseram que lhes perguntavam, durante a tortura, qual era a ligação de Vlado com Paulo Egydio, um agente da KGB. E que faziam a pergunta insistentemente a Vlado, durante os tormentos. Como a buscar um pretexto para intervir na TV Cultura e com isso atacar tanto o secretário da Cultura como o governador Paulo Egydio Martins, que não marchava com a linha dura. O governador, um homem de Geisel, achou que era uma piada. Mas aprendeu a ouvir boatos e a ver onde iam dar.

“A minha teoria é a de que pretendiam desestabilizar o Geisel”, disse Paulo Egydio Martins à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. “Talvez pareça pretensão minha, mas um atrito comigo em São Paulo poderia justificar uma intervenção maior, nacional. Eu achei que havia uma luta pelo poder muito grande no Exército.”

No abrigo da CBF

Em abril de 2013, Ivo Herzog, presidente do Instituto Vladimir Herzog, e o senador Romário de Souza Faria entregaram à Confederação Brasileira de Futebol uma petição com acima de 50 mil assinaturas, que pleiteava a saída do apoiador da ditadura militar, ex-vice-governador de São Paulo e ex-deputado da ARENA, José Maria Marin.

A CBF ignorou-lhes acintosamente a presença e a petição. Recentemente, depois da derrota brasileira para a Alemanha na Copa do Mundo, Romário não vacilou: “É uma instituição corrupta que usa o Brasil para enriquecer. Estou há quatro anos pregando no deserto sobre os problemas da Confederação Brasileira de Futebol, uma instituição corrupta gerindo um patrimônio de altíssimo valor de mercado, usando nosso hino, nossa bandeira, nossas cores e, o mais importante, nosso material humano, nossos jogadores... Um bando de ladrões, corruptos e quadrilheiros!”

O jornalista Ricardo Setti fez uma enquete em seu blog em julho de 2014. Perguntava quem era o responsável pelo fracasso da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014. Sem meias-palavras, como Romário, sugeria a resposta com uma pergunta: “... tudo deve ser debitado ao decrépito cartolão José Maria Marin, político ex-capacho da ditadura militar... presidente da CBF e do Comitê Organizador da Copa, que em última instância é o camarada que escolhe a Comissão Técnica e toma as decisões sobre a Seleção?”

Para o jornalista Juca Kfourri, as revelações da Comissão Nacional da Verdade ligam o nome de José Maria Marin, na época deputado estadual em São Paulo e louvador de Fleury, ao episódio de tortura do ex-marido da presidente Dilma Rousseff. Kfourri considera que o fato impossibilita o presidente da CBF de continuar no cargo. Em abril de 2013, Carlos Paixão de Araújo declarou à Comissão da Verdade em Porto Alegre que Fleury o torturou em agosto de 1970.

Sob a presidência de Audálio Dantas, de valoroso e fundamental papel político quando Vladimir Herzog foi assassinado, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo publicou, na edição de janeiro de 1976 do seu jornal *Unidade*, o documento *Em Nome da Verdade*. Assinavam 851 jornalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. Outras 153 assinaturas, entre elas as de Curitiba e Natal, não chegaram a tempo de ser publicadas. O documento foi enviado à 1a. Auditoria Militar. Contestava o relatório fraudulento sobre a morte de Vladimir Herzog, diretor de telejornalismo da TV Cultura, assassinado no DOI-CODI no dia 25 de outubro de 1975.

O texto, com data de 6 de janeiro de 1976, respeitoso, indicava contradições contidas no Relatório do Inquérito Policial-Militar, divulgado no dia 20 de dezembro de 1975, e fazia perguntas relativas a elas. Mencionava igualmente duas versões conflitantes de dois membros da Chevra Kadisha. Diante de todas as inconsistências pedia a elucidação dos fatos e justiça.

Praça memorial Vladimir Herzog

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, na sua primeira formação, sob a presidência do vereador Ítalo Cardoso, aprovou a instalação de um memorial no logradouro atrás do Palácio Anchieta, a Praça e Memorial Vladimir Herzog. O local foi inteiramente renovado.

Na parede externa posterior do prédio da Câmara, o Palácio Anchieta, um mosaico de 6 metros reproduz a pintura *25 de Outubro* de Elifas Andreato. O original está no Sindicato dos Jornalistas. No dizer de Clarice Herzog: “Retrata o suplício dos que passaram pelo famigerado DOI-CODI”. A realização do mosaico teve a participação de crianças do Projeto Âncora, de educação básica com autonomia de aprendizagem para crianças de baixa renda, no município de Cotia (*oeste da região metropolitana de São Paulo*).

A praça é ajardinada, tem bancos e espaço de convívio. Inaugurado no dia 25 de outubro de 2013, passados 38 anos do assassinato de Vlado, será uma das marcas da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

Para o jornalista Audálio Dantas, que foi amigo de Vlado e é autor do livro *As duas Guerras de Vlado Herzog*¹⁰⁸, a criação de um memorial em praça pública é mais uma conquista, não só da família e dos amigos, mas da sociedade brasileira.

“A vida dele foi breve, mas de alta contribuição para as lutas democráticas no país”, declarou durante a inauguração. Segundo o escritor e o mais extraordinário diretor do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Herzog foi o 22º jornalista assassinado ou desaparecido naquele período. “A sua morte foi o momento em que não se suportou mais.”



Instituto Vladimir Herzog

Ato ecumênico na Catedral da Sé, conduzido pelo cardeal arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, em homenagem a Vlado: espessa atmosfera de dor

colônia de pessoas privadas que não tinham a qualificação de profissionais. São os médicos, farmacêuticos, dentistas, enfermeiros e outros. O médico é obrigado a manter para os pacientes certos graus de qualificação que foram estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina e de 20 a 30 minutos por paciente, para a maioria de procedimentos, e de 45 minutos para os procedimentos de maior complexidade.

A COOPCOOP ainda oferece alguns outros serviços. Por uma operação que é denominada de "Clínica" oferecem 240 vagas para pacientes em todo o Brasil. O custo médio mensal é de R\$ 100,00. A Clínica oferece serviços de diagnóstico e tratamento de doenças de pele, ginecologia, pediatria, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, etc.

A Clínica ainda disponibiliza 250 vagas para pacientes em todo o Brasil. O custo médio mensal é de R\$ 100,00. A Clínica oferece serviços de diagnóstico e tratamento de doenças de pele, ginecologia, pediatria, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, etc.

Uma das atividades que o Conselho de COOPCOOP tem de ser não só oferecer atendimento de saúde, mas também de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

INTERFERENCIA FEDERAL

Atividades e competências do COOPCOOP que o Conselho Superior pode interferir, são aquelas que são de natureza essencialmente econômica e financeira. O Conselho Superior pode interferir em atividades econômicas e financeiras, mas não em atividades de natureza social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

Atividades e competências do COOPCOOP que o Conselho Superior pode interferir, são aquelas que são de natureza essencialmente econômica e financeira. O Conselho Superior pode interferir em atividades econômicas e financeiras, mas não em atividades de natureza social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

Atividades e competências do COOPCOOP que o Conselho Superior pode interferir, são aquelas que são de natureza essencialmente econômica e financeira. O Conselho Superior pode interferir em atividades econômicas e financeiras, mas não em atividades de natureza social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

Atividades e competências do COOPCOOP que o Conselho Superior pode interferir, são aquelas que são de natureza essencialmente econômica e financeira. O Conselho Superior pode interferir em atividades econômicas e financeiras, mas não em atividades de natureza social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc. O Conselho Superior de COOPCOOP tem de oferecer assistência social, jurídica, psicológica, etc.

Testemunha ocular do enterro de Vladimir Herzog, Fernando Pacheco Jordão, seu amigo, no livro *dossiê herzog – Prisão, Tortura e Morte no Brasil*, relata o medroso e lastimável comportamento da Chevra Kadisha, sociedade religiosa das pessoas que preparam os corpos de acordo com o ritual. “Foi tanta a pressa em terminar logo a cerimônia que, apesar dos protestos de Clarice e diversos outros presentes, não se esperou pela chegada de dona Zora. O auxiliar da Chevrah Kadisha insistiu, quase gritando, para que o caixão fosse baixado imediatamente à cova e, com uma pá, começou a sepultá-lo, sem respeitar a tradição de que compete aos familiares diretos do morto atirar os primeiros punhados de terra.” Página 54, Editora Global, 2005.

Iara Iavelberg, recém-formada em Psicologia, engajara-se na VPR, cujo comando Carlos Lamarca integrava. Apaixonaram-se. O contínuo cerco levou-os à Bahia. Iara, para Salvador, onde morreu no cerco ao prédio e ao apartamento em que se refugiara no bairro da Pituba. Lamarca, ao interior, onde foi morto enquanto deitado, exausto, no chão da caatinga perto de Pintadas (255 quilômetros a oeste de Salvador).

Paulo Novak, da Congregação Israelita Paulista.

José Wilson A. Neves Junior, Fábio Lanza, Luiz Ernesto Guimarães, em *O ideal democrático católico progressista nas matérias vetadas pela ditadura militar no Brasil (1964-85) do semanário Católico O São Paulo*. Artigo para a XXV Semana de Ciências Sociais – 50 Anos do Golpe Militar, de 8 a 10 de abril de 2014. Universidade Estadual de Londrina.

Eleito deputado federal por São Paulo em 2014.

Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. Obra citada, página 220.

Todas as transcrições referentes ao culto ecumênico na Catedral da Sé são extraídas do livro de Fernando Pacheco Jordão, *dossiê herzog*, citado, capítulo *Ninguém Toca Impunemente no Homem. Não Matarás. Em Nome dos Filhos de Vlado*. Página 85.

O funcionário do Pentágono Daniel Ellsberg entregou ao jornal *The New York Times* 14 mil páginas que copiou; o *The Washington Post* começou a publicá-los em seguida. Revelavam o envolvimento crescente dos EUA na guerra do Vietnã, com desprezo pela promessa do presidente Lyndon Johnson. Ellsberg copiou-os aos poucos por mais de um ano. Justificou-se: “Os documentos demonstravam um comportamento inconstitucional por uma sucessão de presidentes, a violação de seus juramentos e a violação do juramento de cada um de seus subordinados. Tinha esperança de tirar a nação da guerra errada.”

Dia sagrado para os judeus religiosos porque celebra o descanso de Deus terminado o trabalho da criação. Judeus mais liberais eventualmente comparecem a fim de participar de um ritual comunitário. Thomas E. Skidmore, *A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985*, no livro *Democratizando o Brasil*. Vários autores, página 38. Editora Paz e Terra, 1988.

Arcebispo de São Salvador, defensor dos direitos humanos e declarado servo de Deus em 1997 pelo papa João Paulo II. Aderiu à não-violência do indiano Mahatma Gandhi e do norte-americano Martin Luther King. Assassinado ao celebrar missa em março de 1980. A sangrenta guerra civil entre guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e as Forças Armadas em EL Salvador durou até 1992. Acordos de paz trouxeram a FMLN à vida política legal. O papa Francisco promulgou, no início de 2015, decreto que reconhece o martírio de Dom Romero. Poderá ser beatificado ou canonizado sem comprovação de milagre. O processo estava parado.

Assinado em 27 de junho de 1975. Seriam construídos oito grandes reatores nucleares para geração de eletricidade. O tratado permitia ao Brasil desenvolver tecnologia de urânio enriquecido. Ana Rosa desapareceu em 22 de abril de 1974 com o seu marido, Wilson Silva.

Celebração dos espíritos de índios ancestrais, de ancestrais caboclos e espiritismo, embebidos de elementos católicos, em um rico sincretismo.

Cargo sacerdotal da nação Ketu.

A capa da revista *Veja* de 18 de novembro de 1992, com o título *Autópsia do Medo*, traz o relato do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, sobre o sítio do Centro de Investigações do Exército, a 30

quilômetros de São Paulo e à beira da rodovia Castelo Branco. Ele apontou o uso das injeções, o esquartejamento dos corpos e a escolha do rio Avaré para os lançarem de uma ponte. O sítio pertencia a um amigo do major do exército André Leite Pereira Filho, que atuou no DOI-CODI de São Paulo com o codinome de Dr. Edgard.

Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*: vitória da oposição especialmente no Senado, onde o MDB recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA. Na Câmara dos Deputados obteve 10.954.440 milhões e a situação, 11.866.482. Página 185. Editora Vozes, 1984. Editora Civilização Brasileira, 2012.



Foto: M. Gomes

CADEIAS DE COMANDO

Ivan Seixas: Judiciário e Legislativo não passavam de poderes decorativos na ditadura

CAPÍTULO VII

A teia do monstro

“Eu fiz isso - diz a minha memória.

Eu não posso ter feito isso – diz o meu orgulho. E permanece inflexível.

A memória cede.”

Friedrich Nietzsche (1844-1900), filósofo alemão.

Comando em cadeia

Vitorioso o golpe civil-militar de 1964 o SNI, que o general Golbery do Couto e Silva, seu criador e cérebro, vinha gestando, tornou-se a cabeça de todo o sistema repressivo. Os propósitos de rígido controle social e político serviam às necessidades do regime militar. Os tentáculos cresceram e intimidavam. Os operadores da teia beneficiavam-se duplamente do poder, do financiamento semioficial de apoiadores civis e dos butins de várias procedências. Com os anos, na conhecida definição que Golbery teria expresso, transformou-se em um monstro. O feiticeiro perdeu o controle dos aprendizes.

Ivan de Seixas, jornalista e membro do Núcleo de Preservação da Memória Política, foi coordenador da CEVRP (Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva). No dia 22 de outubro de 2013 veio à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog para expor como funcionava o esquema da repressão. A estrutura pôde ser desvendada inicialmente devido à documentação da Marinha do Brasil, descoberta no Arquivo Nacional (RJ).

“Vimos que não se tratava só de um sistema de repressão”, destacou. “Era também um sistema de condução das decisões, porque envolvia a parte estratégica da repressão. Foi a implantação do terrorismo de estado”.

Ivan Seixas chama a atenção para os objetivos dos órgãos ligados ao SNI:

“Conforme o documento original, além de produzir informações em proveito da política de segurança, dirigia-se à política de desenvolvimento do país.”

Portanto, também à economia. A estratégia de ocupação da Amazônia, por exemplo, revela como o SNI seria também o guardião do planejamento do governo.

De outro lado, a cúpula militar verificara ser necessário ir além da obtenção de informações e reprimir ou eliminar ameaças. Nesse ponto, embora efetuasse algumas prisões e interrogatórios, a atuação do SNI se limitava à coordenação de informações e contrainformações no Brasil e no exterior.

O CIE (Centro de Informações do Exército) conseguiu resolver o assunto ao

centralizar a repressão acima da Marinha e da Aeronáutica, nos governos de Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974). Foi o responsável por criar e manter diversos centros clandestinos como a casa de Petrópolis (RJ)¹⁰⁹, apelidada de Casa da Morte, que conduziam a *solução final* de opositores de todo o Brasil; em São Paulo destacaram-se o núcleo de tortura, mortes e desaparecimentos do município de Itapevi (*região oeste da Grande São Paulo*); o sítio Fazenda 31 de Março, em Parelheiros (*distrito no extremo sul de São Paulo*), transformado por seu proprietário, Joaquim Rodrigues Fagundes, em campo de extermínio. A Comissão Nacional da Verdade identificou 17 centros clandestinos em nove estados (SP, RJ, PA, MG, BA, PE, GO, CE e Distrito Federal), dez em estudos.

“Havia ainda o CIEEX, aparentemente informal, articulador da repressão no exterior, que mirava os exilados e, principalmente, os banidos. Coordenava a Operação Condor, papel exercido antes pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos”, acrescenta Seixas.

Quanto aos ministérios civis, a DSI (Divisão de Segurança e Informação) vigiava-os, com núcleos em cada um deles. A ponta final da capilaridade eram as ASIS (Assessorias de Segurança e Informação), ligadas a múltiplas instituições: embaixadas, empresas estatais, privadas, universidades.

“Compunham o braço operacional”, resume Seixas.

O vereador Gilberto Natalini, que presidia a reunião de trabalho nesse dia – não foi uma oitiva da CMVVH – interrompeu o convidado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Pergunto se algumas de suas informações são baseadas em interpretação.

O Sr. Ivan Seixas – Todas as informações, confirmo, são baseadas em documentos.

No caso da Universidade de São Paulo, que era especial, a ASI chamava-se AESI. Os jornalistas José Chrispiniano, Marcy Picanço e Marina Gonzalez, em artigo na *Revista Adusp*¹¹⁰, intitularam-na “*Filha Bastarda da USP*”, vinculada ao Gabinete do Reitor e à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura. Intervinha em múltiplas atividades: “[...] triava candidatos a funcionário ou a professor, colhia e repassava à chamada “comunidade de informações” dados sobre supostas atividades subversivas ocorridas na USP e até interferia nas disputas estudantis, dando apoio a chapas politicamente identificadas com o regime militar”.

A quarta força armada

A partir do papel centralizador do CIE, e sob a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, o governo Médici criou no Brasil quatro ZDI, subordinadas, cada uma, ao comando dos respectivos Exércitos. Abaixo deles, os Centros de Operações de Defesa

Interna (CODI). Os Destacamentos de Operações Internas (DOI), operacionais. Os DOI-CODI, dos quais já falamos anteriormente, tinham por missão prender e arrancar as informações dos presos (o DOI), analisando o que se obteve a fim de planejar ações futuras (o CODI). Em 1970 os DOI-CODI substituíram a OBAN (Operação Bandeirantes), invenção paulista de tortura e informação, e os órgãos semelhantes em outros estados. Diretrizes sigilosas os orientavam, o que permitiu a criação dos surrealistas decretos secretos, para o governo legislar em seu próprio interesse.

Explica Ivan Seixas:

“O DOI faz a repressão direta. No caso de São Paulo reporta-se ao CODI do II Exército. Este se reporta ao chefe do Estado-Maior do II Exército, que manda ao CODI central, em Brasília, que se reporta ao EMFA (Estado Maior das Forças Armadas). Este se reporta ao SNI, que se reporta apenas ao ditador.”

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) - Às vezes chegava alguma coisa ao Poder Judiciário ou Legislativo?

O Sr. Ivan Seixas – Só eventualmente, pois não passavam de poderes decorativos na ditadura.

O convidado da CMVVH prossegue:

“No Rio, além do DOI-CODI do Exército, havia o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) na Ilha das Flores e o CISA da Aeronáutica, no Galeão. Todos se reportavam ao CODI central e seguiam na mesma corrente até o SNI, o EMFA e o ditador. Não existiu porão algum, a repressão é toda conectada. Tudo é informado, há uma cadeia de comando. Essa estrutura passa a ser a Quarta Força Armada que se reporta apenas à cabeça da própria estrutura”.

Há um diálogo horripilante a respeito, publicado por **Elio Gaspari^{III}**, que o interpreta como “um recado do porão”. Geisel, que assumiria em um mês, conversa com o seu escolhido para ministro do Exército, general Vicente de Paulo Dale Coutinho. Da cautelosa e longa sondagem, pinçamos um diálogo:

Dale: Agora, aqui entre nós, o negócio melhorou muito {...} quando nós começamos a matar.

Geisel: {...} Ô Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.

Seixas trouxe à CMVVH um esquema da estrutura da cadeia de funcionamento da repressão. Havia outros órgãos e organelas do monstro, que compunham o fluxo informativo. Uma busca na internet sobre o SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna) dará conhecimento e pistas a quem deseja se aprofundar no assunto. Seu nome algo fantasmagórico adotado na época, no quadro da deliberada confusão semântica que

continua presente no Brasil, era sistema.

Fonte: Empresa Brasileira de Comunicação

Cadeias de comando dos órgãos envolvidos no desaparecimento e na morte

DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D'Ávila Mello

Chefe do Estado-Maior do II Exército: general de Brigada Gentil Marcondes Filho

Comandante do DOI-CODI do II Exército: major Carlos Alberto Brillhante Ustra

Centro de Informações do Exército (CIE)/Casa da Morte de Petrópolis

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da seção de contrainformações do CIE: coronel Cyro Guedes Etcheço

DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Comandante do I Exército: general de Exército Reinaldo Melo de Almeida

Chefe do Estado-Maior e do CODI do I Exército: general de Brigada Leônidas Pires Gonçalves

Sub-chefe do Estado-Maior do I Exército: coronel Adyr Fiúza de Castro

Chefia da 2ª seção (Informações) – BM/2: coronel Sérgio Mário Pasquali

Chefe do DOI do I Exército: tenente-coronel Luiz Pereira Bruce

Região Norte

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

O bolso do monstro

Em São Paulo, a semente do DOI-CODI foi a OBAN (Operação Bandeirantes), que centralizou as ações repressivas e respondia ao CIE. Todas as delegacias deviam encaminhar-lhe os suspeitos de subversão. A ordem não excluía uma parada para

torturas preliminares, em especial no DOPS.

A OBAN instalou-se oficialmente numa delegacia da Rua Tutoia, em julho de 1969, numa área cedida pelo governador Roberto de Abreu Sodré (1967-1971). O prefeito Paulo Salim (1969-1971) cuidou do asfalto e “outras necessidades foram supridas graças à coordenação de Luiz Macedo Quentel, sóbria figura da grã-finagem **paulistana**¹¹².” O comando coube ao major Waldyr Coelho, sob as ordens do chefe do Estado-Maior do II Exército, general Ernani Ayrosa da Silva.

Pouco tempo depois, o banqueiro Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, do Banco Mercantil de São Paulo, recebeu representantes dos principais bancos de São Paulo para um almoço. Local: o seletto Clube São Paulo, no palacete que foi de Veridiana Prado e dá o nome à rua do bairro de Higienópolis (*zona central de São Paulo*). Segundo Elio Gaspari, no livro ao qual acabamos de nos referir, Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda, explicou aos presentes que as Forças Armadas não tinham recursos para enfrentar a subversão. Num dueto perfeito entre Delfim e Vidigal, o almoço terminou depois que se estabeleceu a quantia aproximada de 110 mil dólares por cabeça. Sem exceção, os convivas concordaram. Na FIESP seguiram-se reuniões semelhantes. Todos os grandes industriais e comerciantes contribuíram.

“Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, explicou o banqueiro Gastão Vidigal ao jornalista Silvio Ferraz em **1981**¹¹³. Expressava um pensamento generalizado.

Antônio Delfim Netto veio à CMVVH em junho de 2012 e negou no seu depoimento ter participado de almoço de coleta. À pergunta do vereador Gilberto Natalini se o regime militar lhe passara a tarefa de convocar o **empresariado**¹¹⁴ a colaborar com a caixinha da OBAN, respondeu com certa mofa:

“Claro que não. O regime militar era uma coisa. A administração era civil. Vinculação entre os ministérios militares e civis, não havia. Como ia convocar caixinha? O que é isso...”

Já mencionamos que o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins (1975-1979), abordou a questão durante o seu depoimento à CMVVH em novembro de 2013, ao responder que seria mais fácil perguntar quem não colaborou. O vereador Gilberto Natalini perguntou-lhe, então, quem pedia dinheiro aos empresários.

“Vários grupos coordenaram contribuições”, retorquiu Paulo Egydio. “Dois se destacaram. Um, do presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Theodoro Quartim Barbosa. Outro, de Gastão Eduardo Bueno Vidigal, presidente do Banco Mercantil de São Paulo”.

Os jornalistas José Casado e Chico Otavio **relatam**¹¹⁵ uma homenagem do general Ayrosa aos “seus mais destacados colaboradores”: Henning Boilesen e Pery Igel (Ultra), Sebastião Camargo (Camargo Corrêa), Jorge Fragoso (Alcan), Adolpho da

Silva Gordo (Banco Português), Oswaldo Ballarin (Nestlé), José Clibas de Oliveira (Chocolates Falchi), Walter Bellian (Antarctica), Ítalo Francisco Taricco (Moinho Santista) e Paulo Ayres Filho (Pinheiros Farmacêutica), entre outros.

Os donativos intensificaram-se depois de julho de 1969, quando alguns incêndios criminosos afetaram as TVs Excelsior, Globo, Bandeirantes, Record e o jornal Folha de S. Paulo. Nunca se cuidou de encontrar os seus autores.

Financiamentos privados do gênero brotavam de raízes mais antigas. O primeiro da série, que culminaria alguns anos depois nos DOI-CODIS, veio no final do governo de Juscelino Kubitschek. Um publicitário norte-americano, Ivan Hasslocher, fundou o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Em uma conta secreta no Royal Bank of Canada recebia contribuições de grandes empresas brasileiras e dos Estados Unidos. Um órgão ligado ao IBAD, a ADEP (Ação Democrática Popular), financiou a eleição de candidatos que defendiam os interesses norte-americanos no Brasil.

No início da década de 60, destinado à campanha contra a eleição de João Goulart, entrou dinheiro de forma sub-reptícia vindo da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O objetivo era fortalecer a oposição e derrotar o candidato nacionalista.

O historiador James N. **Green**¹¹⁶ escreve que o Brasil recebeu da USAID, entre 1962 e 1970, a quantia de 2,1 bilhões de dólares sob a forma de subsídios ou empréstimos a juros baixos, com longos períodos de amortização. Lembramos, aqui, das seis malas repletas de dólares levadas pelo então presidente da FIESP, Raphael de Souza Noschese, ao general Amaury Kruel, episódio testemunhado pelo coronel Erimá Pinheiro Moreira. (Capítulo III)

Antes do golpe de 1964, a verba se destinava principalmente ao apoio dos candidatos de oposição a João Goulart; depois do golpe, para estabilizar o regime militar com programas assistenciais e treinamento de militares e policiais. O governo dos Estados Unidos, no início dos anos 60 e em plena **Guerra Fria**¹¹⁷, reagira, bélico, à vitória de Fidel Castro e à passagem de Cuba à esfera da União Soviética. Denunciava os perigos que Jango representava para o Brasil, secundado por quase toda a mídia brasileira. Nacionalismo passou a eufemismo de comunismo.

O IBAD tinha como financiadores a embaixada dos Estados Unidos; a companhia Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, comprada pela Varig em 1975; Augusto Trajano de Azevedo Antunes, dono da ICOMI, a mineradora (*manganês*) que destruiu a Serra do Navio no **Amapá**¹¹⁸; a Light, multinacional de energia, dirigida por Antônio Gallotti; a Refinaria União, petroquímica; o Banco Nacional, de José de Magalhães Pinto, um dos grandes apoios civis do golpe; e Gilbert Huber Jr., das Listas Telefônicas Brasileiras, entre outros.

De acordo com o deputado Eloy Dutra (1916-1990), que à época liderou uma CPI a

respeito, o grupo ADEP/IBAD gastou 1 bilhão e 40 milhões de cruzeiros nos 150 dias que antecederam as eleições de 1962¹¹⁹. Durante a campanha eleitoral teria alugado o jornal carioca *A Noite*. Até ali defensor dos candidatos de posições nacionalistas, o vespertino teria assumido por 90 dias oposição frontal a eles e ao candidato João Goulart.

“O IBAD promovia manifestações contra Jango”, destaca Ivan Seixas. “Depois da vitória de Jango dedicou-se a campanhas contra o governo, com matérias em jornais, programas de rádio e televisão.”

Ivan aponta ainda duas outras linhas de atuação:

“Desenvolveu um serviço secreto com informações sobre pessoas leais ao estado democrático; treinou e sustentou milícias ligadas ao MAC – Movimento Anticomunista e ao CCC – Comando de Caça aos Comunistas.”

Um deputado da oposição denunciou esse serviço secreto, originando uma CPI que forçou o fechamento do IBAD. Em 20 de dezembro de 1963 o instituto foi dissolvido por ordem judicial.

“Quem foi o deputado que denunciou o serviço secreto? Rubens Paiva. Ele morreu em 1971 por um acerto de contas,” afirma Ivan Seixas.

Fechado o IBAD veio à cena o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que tomaria o seu lugar e daria as bases para a criação do SNI. O IPES empenhava-se em destruir o que considerava a ameaça imediata de um regime comunista no Brasil. Pretendia gerar uma atmosfera de pânico que perturbasse a classe média, o que contribuiria para um clima favorável ao golpe civil-militar em construção. E daria estabilidade ao novo governo.

Inaugurado em 29 de novembro de 1961, o IPES teve capital inicial de 500 mil dólares, uma contribuição norte-americana intermediada pelo embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon. Um de seus membros influentes foi Cândido Guinle de Paula Machado, banqueiro (Banco Boa Vista) e proprietário da Companhia Docas de Santos.

Os fundadores Gallotti, Antunes e o geólogo Glycon de Paiva, seu colaborador, logo passaram a condução ao general Golbery do Couto e Silva. Graças a contribuições de grandes empresas e de sobrenomes de peso, o IPES rapidamente **cresceu**¹²⁰. Recebia também doações de entidades filantrópicas de senhoras cristãs de orientação conservadora – dinheiro, joias e trabalho voluntário.

Mediante “propaganda geral, esquemas de assistência e mesmo manipulação clientelista, o IPES agia entre as classes trabalhadoras industriais”, escreve René Armand **Dreyfuss**¹²¹. Visava criar “ilhas de contentamento” entre as classes trabalhadoras. Seu MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento) enfatizava a possibilidade de ascensão econômica individual e combatia a análise política das

condições sociais. Multiplicaram-se os treinamentos de lideranças e as ações contra movimentos grevistas. Onde houvesse brechas, ali estava o IPES: ao lado do clero conservador nos Círculos de Trabalhadores Cristãos, em sindicatos rurais, em cursos para lideranças no Brasil e nos Estados Unidos, em publicações, nos meios estudantis.

O IPES desmanchou-se no SNI, criado oficialmente em 13 de junho de 1964. Seus principais tentáculos foram os DOI-CODIS, nas *Zonas de Defesa Interna*, o que cobria todos os estados exceto o Norte (AM, PA, MA).

O jornal *Folha de S. Paulo* de 1º de junho de 2014 publicou matéria de Ricardo Mendonça sobre documentos recém-descobertos no arquivo da Escola Superior de Guerra. Ali empresários ligados à FIESP, no início da década de 1970, pronunciaram conferências e relataram sua colaboração nos preparativos da “revolução” de 1964, desde princípios de 1962. Um deles enumerou doações meses antes do golpe: “Veículos, pneus, baterias, remédios, caminhões e uma infinidade de materiais e equipamentos...”. Outro palestrante informou que o grupo atuou mais organizadamente para desestabilizar o presidente João Goulart a partir do início de 1963. Theobaldo De Nigris, presidente da FIESP, lembrou em 1972 a importância da guerra psicológica a fim de preparar a população para a derrubada do governo.

A bocarra do monstro

Em São Paulo, o DOI-CODI foi uma espécie de saco sem fundo. Por ser o sucessor da OBAN continuou a receber as contribuições empresariais, agora robustecidas. A fome é de gigante. Exige contribuições do empresariado e ameaça represálias a quem a elas se recusa. Efetuam-se coletas na FIESP, em reuniões no Banco Mercantil de São Paulo e outros locais. Associações de comerciantes e fazendeiros se engajam.

Para um listão substancial e possivelmente sem falhas dos contribuintes opulentos, a tese de doutorado do cientista social René Armand Dreifuss oferece um prato **cheio**¹²².

Além disso, empresas como Ultragás, Ford, Volkswagen e Chrysler auxiliavam com blindados, ônibus, caminhões. O capitão de Exército Darcy Rodrigues, sargento em 1964, já contou a esta CMVVH que um dia acordou e viu uma admirável frota de jipes zero quilômetro e vários ônibus para deslocamentos.

Todos ali sugavam, famintos. Engoliam sem discriminar as refeições Supergel que o dono do grupo Ultra, Pery Igel, fornecia ao pessoal, o dinheiro vivo, bebidas, veículos de transporte individual tomados de presos, objetos úteis e inúteis provenientes de pilhagens. A cereja do bolo era capturar alguém de organização clandestina que carregasse bastante dinheiro consigo, provavelmente obtido de alguma “expropriação” bancária. Ou que o guardasse em um aparelho localizado e invadido pela repressão. Valia prêmio extra para os que matassem algum procurado famoso. Festejava-se a distribuição do butim com estardalhaço e grandes bebedeiras.

Aconteceu uma dessas festanças no DOI-CODI quando mataram **Yoshitane Fujimori**¹²³, aparentemente pilhado. O prisioneiro Emílio Ivo Ulrich, que atuava com Fujimori (*depoimento em seguida*) foi obrigado a limpar sujeiras repelentes no dia seguinte. O carcereiro que o vigiava, chamado Risadinha, contou-lhe que “veio gente graúda”. Emilio Ivo, que já ouvira conversas entre torturadores do tipo: “Vai pegar? Não é graúdo? Então não rende”, perguntou-lhe se o dinheiro correu solto. “Até eu levei algum”, respondeu Risadinha.

“Nós mesmos, um companheiro e eu, fomos presos no apartamento onde morávamos”, contou Ulrich à CMVVH. “Eles acamparam lá (*para prender quem eventualmente aparecesse*). Depois que saímos da cadeia não tinha mais nada, nem cueca. Surripiaram tudo. Um dia já tinha visto lá dentro, no DOI-CODI, um coronel usando a minha gravata. Os torturadores também quiseram saber de mim quanto dinheiro eu ainda tinha da VPR. De fato, eu já guardara dinheiro e arma.”

O mais famoso dos colaboradores do DOI-CODI, o dinamarquês Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás, foi morto por integrantes de organizações clandestinas que se chamaram *Comando Revolucionário Devanir* **José de Carvalho**¹²⁴. O superior de Boilesen, Peri Igel, também estava na lista. Desistiram do intento, pois cercara-se de seguranças.

Boilesen nunca escondeu que ajudava os torturadores. Nem negou que importara para o DOI-CODI a máquina de aplicar choques batizada de “pianola Boilesen”, em sua homenagem. Testemunhos de militares e militantes da época apontam para o hábito do empresário de assistir às sessões de tortura. Andava pela cidade sem seguranças, como numa provocação. Sua morte foi justificada pelo “Comando” como resposta às torturas de Devanir no DOPS.

Estranhos prazeres

Depois do AI 5, em dezembro de 1968, pode-se dizer que o papel dos plutocratas foi **redefinido**¹²⁵. O sistema já deixara apavorada a oposição em geral, com cassações de políticos, demissão de professores, censura à imprensa e às artes, sequestros, tortura e mortes. Agora, além de amedrontar os próprios capitães de empreendimentos, ameaçou-os com medidas econômicas. O governo, dono da bola, recolheu-a e saiu do jogo. Mandou dizer que a brincadeira acabara, na linguagem cifrada que protege os egos exacerbadamente sensíveis tanto dos empresários quanto dos militares. Cada um que cuidasse dos seus misteres e se retraísse, algo transmitido como num código quando a imprensa repetia “estudante é para estudar.” Da política, dos financiamentos, dos impostos, da repressão, de estabelecer o que fosse Justiça, de redefinir áreas, cuidava o sistema.

O vereador Ricardo Young, no depoimento de Delfim Netto, em junho de 2012, questionara-o durante a oitava.

O Sr. Ricardo Young - O senhor esteve presente quando foi decidido o AI 5. Suspendeu-se o direito de *habeas corpus*. Não pensou que poderia haver descontrole das forças policiais?

Ouviu a resposta em tom irônico:

O Sr. Delfim Netto – Vereador, não há nenhuma ligação necessária entre a suspensão do *habeas corpus* e a violência policial.

De outro lado, o monstro continuava livre com seus órgãos e organelas. A estas pertencia uma excrescência cuja definição é de Ivan Seixas:

“Eram as comunidades complementares de informação, pertencentes a entidades privadas selecionadas. Podiam, a critério exclusivo do chefe do SNI, colaborar no que lhes fosse solicitado”.

Abrigavam-se em grandes empresas, de onde espionavam os funcionários, cujas fichas seriam entregues ao DOPS e ao SNI. E colaboravam na tortura, se lhes aprouvesse.

Um desses “complementares”, Geraldo Resende Mattos, teve a sua presença comprovada nos documentos de entrada e saída do DOPS de São Paulo, em horários incomuns: podia chegar no início da noite, 18h30; e sair às 7h00 da manhã. Às vezes sem horário de saída – durante a madrugada não havia porteiro a registrar o movimento. De acordo com investigações da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, Matos era um empresário ligado à metalurgia e sócio de uma empresa de seguros e de reparações que atendia a militares. Na discriminação de seu cargo, no livro de entrada do DOPS de São Paulo, consta FIESP. Aparentemente era um preposto de um dos fundadores da FIESP e seu fiel colaborador, Nadir Dias Figueiredo (indústria de vidros domésticos).

O advogado Paulo Henrique Sawaya Filho, conhecido na época por assessorar o ministro da Fazenda, Delfim Netto – que nega a informação – e um dos organizadores de contribuintes para os órgãos repressivos, também teve número expressivo de entradas. Atribuía-se identificações variadas: agente do SNI, do II Exército, assessor do Ministério da Fazenda, delegado. Sem horários de saída. A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog localizou Sawaya e convidou-o a depor. Recusou-se. A Comissão solicitou, então, que a Comissão Nacional da Verdade o convocasse, mas Sawaya não foi chamado para falar a verdade.

Mais um amante das atividades noturnas do DOPS devia ser o cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Claris Rowney Halliwell. Esteve no DOPS 31 vezes. Em uma delas, no dia 5 de abril, entrou às 12h40min, cinco minutos depois do torturador Ênio Pimentel Silveira, conhecido por Dr. Ney. Saíram às 22 horas. Durante todo esse

tempo Devanir foi torturado. A CEVRP apurou, junto à Universidade da Califórnia em San Diego, que Halliwell pertenceu à CIA (*Central Intelligence Agency*).

Em depoimento à CMVVH, Ivan Seixas enumera outros nomes presentes no livro de registros do DOPS: Jaime de Carvalho, da Estrada de Ferro Central do Brasil – Rede Ferroviária Federal. Aloísio de Campos, delegado do Trabalho. Miguel Sandes Júnior, da Telesp. Milton Ribeiro da Silva, funcionário da Chrysler/Brasil.

Segundo o jornal online *Causa Operária*, de 21 de março de 2013, Carlos Franklin Paixão de Araújo, que foi preso em 1970 e por isso adiou o projeto de se casar com sua companheira Dilma Rousseff, também presa, sofreu torturas na presença de empresários ligados à FIESP.

“Assistiam e estimulavam”, confirmou ao jornal.

Sabe-se que existem transtornos de personalidade, as parafilias, que englobam sadismo e voyerismo entre vários outros distúrbios. A CMVVH não aborda a questão, de grande complexidade. Mas é uma associação quase inevitável quando se toma conhecimento de pessoas que espontaneamente assistem e talvez participem do dilaceramento de mulheres e homens indefesos, sujeitos ao terror de celerados.

“As madrugadas eram divertidas no DOPS”, ironiza Seixas, hoje com 59 anos.

Um homem chamado cachorro

Emilio Ivo Ulrich nasceu em 1947 numa pequena colônia do interior do Rio Grande do Sul, hoje chamada São Valério do Sul (*noroeste do Estado*), reserva de índios caingangue à margem direita do Rio Inhacorá. Seu avô alemão e mãe polonesa para ali foram encaminhados pela administração governamental responsável pelos imigrantes, na década de 1920.

O pai de Emilio Ivo herdara uma pequena extensão de terra, insuficiente para sustentar os numerosos filhos. Assim, decidiu tentar a vida em Porto Alegre, a cerca de 450 quilômetros de distância. Mas a vida continuou difícil e ele decidiu entregar quatro dos filhos à **LBA**¹²⁶. Outros foram para a casa de parentes e um deles escolheu o seminário. Depois de certa idade foram para a Casa do Pequeno **Jornaleiro**¹²⁷. “O pobre, se tiver oportunidade, não se torna marginal. Mas não é fácil. Trabalhei como assistente social em São Paulo. O que pude fazer, fiz. Não consegui nada, absolutamente nada”, registra Emilio Ivo.

Depoimento de Emilio Ivo Ulrich

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vamos ouvir agora o Emilio Ivo Ulrich, a quem peço que faça um resumo de suas vivências. Depois faremos algumas perguntas.

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Quero saudar a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, denominada Vladimir Herzog. Quero cumprimentar os vereadores Gilberto Natalini, Mario Covas Neto e Ricardo Young, aqui presentes.

Sou um preso político. Alguns companheiros militantes dizem que são ex-presos políticos. Considero-me um preso político dos porões da ditadura. Não sou um extorturado, sou um torturado. A marca da tortura não se apaga, por mais que alguém tenha resistido.

No dia 20 de novembro de 1970, incluído no processo da VPR, fui preso com os irmãos Milton Saldanha Machado e Rubem Mauro Machado, jornalistas. Eu morava no apartamento deles. Fiquei preso um mês no DOI-CODI. Dois meses no DOPS. E seis meses no presídio Tiradentes. Desde então me mantive em silêncio. Um silêncio quase mortal, pois a pior sequela da tortura é de ordem mental.

Cheguei à VPR ao final de um processo em que se vai assumindo posições. Tive alguma experiência no Rio Grande do Sul como líder estudantil. O livro do **Índio Brum Vargas**¹²⁸ descreve esse período, desde o meu secundário. Com 16 anos de idade eu já sabia o que estava fazendo: ia para a rua, na luta, em Porto Alegre. Vi o Brizola comandar a rede da legalidade. Vi meu pai ser voluntário. Fui preso várias vezes.



Foto: M. Gomes

Emilio Ivo Ulrich exhibe sua ficha do extinto SNI, com notações até 1989: não existe ex-perseguido, ex-torturado

Colocado à disposição da VPR para militar em São Paulo, participei de diversas ações

contra a ditadura civil-militar. Depois da queda da base de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, município de Jacupiranga, conheci o comando da VPR, inclusive Yoshitane Fujimori, que foi um dos últimos quatro, com o capitão Lamarca, a sair do cerco do Exército.

Em 1994 fui atrás do meu arquivo no SNI e me surpreendi com as informações. Constava até um congresso estudantil de 1967, em Uruguaiana. E, em 1978, dentro de outra realidade, a coleta de assinaturas pela anistia. Anotaram a minha candidatura a vereador pelo PSDB, em 1988, e a eleição para o diretório regional em 1989. O que me leva a acreditar que a ditadura ainda me persegue. Franco Montoro e Mario Covas, governadores, inspiraram-me a lutar por democracia. Desanima pensar que ainda estamos longe dela.

No livro do Milton Saldanha Machado, *O País Transtornado*¹²⁹, ele me fez uma homenagem e nunca pude agradecer. Bem, ele está aqui, presente. (*agradece com movimento de cabeça*) A partir do livro achei que devia superar o silêncio. Levei a minha família para conhecer a cela em que estive encarcerado no DOPS, hoje o Museu da Resistência.

Ao citar o livro de Milton, me remeto ao momento em que fui convidado para o lançamento do livro do companheiro da época, **Rubem Mauro Machado**¹³⁰, no Memorial da Resistência. São crônicas sobre pessoas como eu, talvez centenas, que militaram na resistência contra a ditadura e permaneceram na periferia da história. Isso não me faz achar que a nossa atuação tenha sido pequena, média ou grande. Em Porto Alegre nós éramos do Exército de Brancalione, uma gozação que acabou denominando nosso grupo na luta contra a ditadura.

Tenho comigo que nunca houve Serviço Nacional de Informações, nem setores de inteligência para investigar as pessoas. Só infiltrações, muito dedo-duro. E tortura. O cabo Anselmo, que conheci, era um desses traidores. Yoshitane Fujimori, com quem eu atuava, morreu por conta do Anselmo. Quando fui enquadrado nos chamados inquéritos, não havia inquérito. Só o que bem entendiam, diversos absurdos e nada sobre a tortura. Digo para esta Comissão da Verdade: o Brasil deve envergonhar-se do seu passado e dos civis e militares que deram o golpe em 1964.

Chegamos ao DOI-CODI em torno das cinco e meia da manhã e já me torturaram. Direto. Durante 30 dias, menos um, sobre o qual falarei. Quando quis instruir o meu processo para pedir anistia, obtive na Auditoria Militar algumas pastas. Por incrível que pareça, disseram que eu podia copiar o que quisesse. Davam só duas horas. Nada encontrei sobre tortura. Mas consegui documentos do Governo Federal que reconhecem a tortura nos dias em que permaneci no DOI-CODI.

Quando governador do Estado, Mario Covas elaborou uma lei para reparação dos presos políticos torturados em São Paulo. Eu me inscrevi. Não pela reparação, porque

20, 30 mil ou qualquer outro valor nada reparam. Mas porque o Governo de São Paulo, por intermédio do Governador, reconhecia que fui preso e torturado. Não aceitei a reparação do Governo Federal quando me anistiarão. Processei por danos morais.

O sofrimento não é só meu. Extrapolou aos irmãos, à família, em especial minha mãe e meu pai. É sofrimento de muitos. Advogados, arquitetos, estudantes, professores, operários submetidos à perseguição, prisões, tortura e até morte. Resolvi, por conta de todo esse sofrimento, participar da Clínica do Testemunho.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. O senhor pode começar com as respostas sobre o cabo Anselmo. Por favor.

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Se eu não estivesse preso antes de a ditadura civil-militar matar Yoshitane Fujimori, eu seria preso ou morto com ele. Já havia informações de que o cabo Anselmo teria passado a trabalhar para o Fleury, no DOPS. Informava sobre os militantes que retornavam ao Brasil. Fujimori já desconfiava, porque sabíamos que havia infiltrados. Tenho dito que ainda sinto muito medo, estou preso pela ditadura, pois os que me torturaram ocupam lugares de comando em várias instituições de governo. O chefe dos torturadores presenciava as minhas torturas. Quando fui preso já era comandante do DOI-CODI. Comandava e presenciava. Havia três equipes. Uma delas, do capitão Benoni Albernaz, bem conhecido. Temos 233 nomes de torturadores, publicados. Não sei por que ninguém mais se lembra deles. Todos na rua.

P – Ele tinha algum codinome?

R – Eu só o conheci como **Albernaz¹³¹**. Vinha com um chamado **Carioca¹³²**, em cujas mãos pensei que fosse morrer. Durante os primeiros 15 dias de tortura, até a morte do Yoshitane Fujimori, Albernaz foi o maior torturador que conheci no DOI-CODI. Está morto. O Ustra, se é que se pode contar algo sobre ele, era soberano em todas as atitudes que tomava nas torturas. Gaúcho de Santa Maria.

P – Ele lamentava que um gaúcho torturasse outro?

R – Não. Dizia: “Já que não conseguimos fechar a fronteira, não vamos deixar vocês voltarem”.

P – Ele torturou pessoalmente ou ele dava ordens?

R – No meu caso só ordens.

P – Você pode nos contar fatos concretos de tortura? Se conseguir.

R – Muito bem. Há pouco tempo, quando V. Ex^a. me convidou, com a companheira Amelinha, a acompanhar o fotógrafo que localizaria a cela em que foi assassinado o Vladimir Herzog, pela primeira vez voltei ao DOI-CODI.

P – Eu também.

R – Pois é. Fiquei assombrado porque ignorava se conseguiria entrar. Cheguei uns 15 minutos antes, comecei a caminhar, muitos horrores afloraram. Num primeiro momento lembrei de quando mataram o Yoshitane Fujimori. Naquelas salas do fundo. Quando entrei com a Comissão – o senhor e outros vereadores – entrei em pânico. Ali sofri quase todas as torturas.

O Sr. Ricardo Young – Se me permite, o senhor fez uma descrição da cadeira do dragão.

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Depois da morte de Fujimori, no dia 5 de dezembro de 1970, nas celas da parte superior. Naquele dia passei a me considerar um homem chamado cachorro. Havia uma pia onde os torturadores se lavavam, pois acontecia de sujarem a mão com sangue, urina, fezes, suor. À frente da pia estava o pau de arara. O preso sempre nu. De umas 11 e meia da noite às três horas da madrugada fui torturado ali pelo delegado da polícia de São Paulo, José João Vetorazzo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Ele está na ativa?

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Não, certamente aposentado. Depois da equipe do Albernaz, da equipe do Jesus Cristo, com o **Otavinho¹³³**, veio a equipe do José João Vetorazzo. Este me disse que daria um pau para passar tudo a limpo. Deu surras de palmatória, borrachada, espancamento de todo tipo. Eu gritava muito, não havia como não gritar. Em dado momento, não sei quanto tempo depois, devo ter dito: “Ai, minha mãe.” Aí ele ficou uma pessoa absolutamente feroz, incontrolável. Gritou: “Aqui não existe Deus. Deus não entra por aquela porta. Nem a sua mãe. Nem a f.d.p. da sua mãe. Aqui o Deus sou eu.” Eu já não tinha mais condição e o Ustra estava na porta.

P – Via tudo?

R – Sim. Mas entrava, saía, eu não sei dizer.

P – Circulava nas outras portas?

R – Circulava. Andou muito, porque vários presos esperavam a vez. Naquela noite o Vetorazzo bateu muito no companheiro Valneri Antunes, que era do sul e tinha uma avícola em São Paulo. O Valneri foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul e, perseguido em Porto Alegre, veio para São Paulo e passou a integrar a VPR. O Vetorazzo dizia: “Não tenho motivo, mas bato nele, bati e vou bater mais porque deixou a esposa e dois filhos para fazer subversão em São Paulo. Bato nele como bato nos meus filhos.”

P – Você estava contando que ele virou fera. O que aconteceu?

R – Pendurado no pau de arara, sem a mínima condição de falar, o Ustra disse: “Tira o alemão daí. Por caridade, ponha na cadeira de dragão. Ele adorou sentar nela”. Na sala havia todos os equipamentos que se possa imaginar para bater numa pessoa. Sentei, mas sem condições de falar. Eles amarraram os meus pés. Nisso, o Ustra disse: “O alemão não vai aguentar.”

P – O alemão era você?

R – Um dia eu era alemão, no outro polaco. Ou gaúcho.

P – E qual foi a reação do Vetorazzo?

R – Estava possesso, acho que ele queria matar alguém. Nessa noite defeguei, urinei, vomitei, tudo o que poderia acontecer comigo aconteceu. Jogavam um balde d’água para limpar a sujeira e espancavam-me mais ainda, porque sujei a sala de trabalho. Eu e mais meia dúzia. O Ustra, que era muito treinado, disse: chama o carcereiro.

O Sr. Ricardo Young – Se não fosse essa intervenção, teria acontecido o pior?

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Não sei, podia ter morrido naquela noite. É uma hipótese. O José Vetorazzo parou e veio o carcereiro.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Como se chamava o carcereiro?

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Não soube o nome dele. Conhecíamos como **Risadinha**¹³⁴. Eu não conseguia andar porque minhas mãos e meus pés sangravam. Colocaram-me no chão, e os dois tiveram uma ideia fantástica. Pegaram uma espécie de coleira e um couro, amarraram no meu pescoço e me fizeram andar, bem naquela sala em que a Comissão da Verdade esteve. “Vem, vem”, dizia o Risadinha, que me puxava. E assoviava como se chama um cachorro.

O Ustra mandou me pôr no chuveiro, no extremo da sala, para que eu me recuperasse e disse: “Se o Alemão ficar bom, volta para cá.” E chamou o enfermeiro do DOI-CODI, de apelido Pastor. Alguns o chamavam Pastor **Indígena**¹³⁵, porque parecia índio. Andava com a Bíblia embaixo de um braço e uma pastinha de primeiros socorros no outro.

Um outro da VPR, também no chuveiro, ficou me ajudando. Aí o Pastor entrou na sala do chuveiro, abriu a Bíblia. Pedi uns conselhos. Ele levantou a Bíblia e eu pensei: “Bom, agora só falta apanhar de Bíblia”. Ele preparou uma seringa e me aplicou um medicamento no tornozelo direito. Teve o efeito de uma recuperação. Consegui sentar, quase levantar, mas sentia o corpo tremendo, muito calor, parecia que ia explodir de calor, da cabeça aos pés. Em seguida, me senti gelado. Aí eu falei: “Desgraçados, eles querem me matar”.

O Ustra ia e vinha e perguntava: “E, aí? o alemão está bem?” Como não fiquei bem,

não retornei à tortura. Esse episódio e os choques no ânus e no pênis são as coisas mais deprimentes. É imperdoável ao estado brasileiro. Alguém pergunta: “Você tem medo?” Tenho, porque isso aconteceu e o Brasil não mudou tanto quanto se imagina.

Digo a quem quiser ouvir, tenho ódio profundo não só pelo Ustra e o Vetorazzo, mas pelo estado brasileiro como um todo e pelo Exército brasileiro. Porque o Exército brasileiro quase matou a pau o cabo **José Mariane¹³⁶**, que eu conheci na cadeia. Quebraram-no de cima a baixo, trituraram. Mataram o Lamarca. No Brasil governava um presidente da República, João Goulart; havia uma Constituição, um estado democrático em funcionamento. O Exército simplesmente pegou os canhões, os soldados e derrubou o governo. Que ato é esse? Isso é terrorismo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – E o Fujimori?

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Houve uma grande movimentação no DOI-CODI, 15 dias depois de minha prisão. Declaro que não entreguei Yoshitane Fujimori. Nem nenhum companheiro. Eles conseguiram, via cabo Anselmo, localizar o Yoshi na Praça Santa Rita de Cássia, em frente à Igreja Santa Rita de Cássia, no dia 15 de dezembro.

P – No bairro da Saúde? (*Zona centro-sul de São Paulo.*)

R – Entre a Saúde e a Vila Mariana. Pela descrição das testemunhas, metralhado mais ou menos ao meio-dia dentro do carro. Mais ou menos às 15 horas ele chegou ao DOI-CODI, no porta-malas de uma Veraneio. Ouvi a euforia. Eu, no meu xadrez, sozinho. Veio o carcereiro e mandou que eu vestisse o calçãozinho, dessem de banho, e uma camiseta. Eu iria reconhecer o corpo do Yoshitane Fujimori. Aguardei algum tempo, e daí me avisaram que outros o haviam identificado, o Ubiratan de Souza e o Valmeri Antunes, companheiros da VPR.

Posteriormente os dois me contaram que o Yoshi chegou vivo. Nas investigações realizadas pela Comissão de Mortos e Desaparecidos, que fazia as reparações, concluíram que ele levou quatro tiros, mas não morreu. O Ustra, nesse dia, era o mais eufórico. Andava pelos xadrezes, feliz. Para todos os torturadores era um grande troféu. Vinham e me diziam: “O teu chefe morreu, você não vai entregar mais ninguém?” Eles sabiam que eu não entreguei ninguém.

Ninguém foi torturado. Entravam veículos a todo o momento, gritavam como se o time tivesse vencido o campeonato. Davam tiros de revólver. Gente e mais gente. Vinham me ver na jaula. Durou a noite inteira. Um negócio que eu nunca tinha visto. Alguns com metralhadoras, outros com revólver. “Ah, então é esse?” “Tremeu?” (*sugeriam que Emilio entregara Fujimori*) E tem mais que não vou contar, de tão deprimente. Entendi melhor a euforia da noite de manhã.

Veio um cabo da Aeronáutica bem cedo, tipo seis e meia, na hora do café – às vezes tinha café. Mandou que eu colocasse o calção, camiseta e saísse. Eu não conseguia andar direito, ia na ponta dos pés, muito mal. Atravessei o pátio. Nos fundos havia uma cobertura de lona, dessas de caminhão, e embaixo algumas mesas que nunca estavam ali. No chão, papéis, copos, garrafas vazias de todo o tipo – uísque, cerveja, muito champanhe. Bandejas de festinhas. Tudo no chão.

Aí o Risadinha me disse: “Você tem sorte, hoje não vai tomar um pau, vai limpar isto daqui”. Eu falei que não conseguia me abaixar, andar. E perguntei o que houve. E ele: “Ué, você não ouviu? Teve gente graúda ontem aqui. Essa noite vai se dormir bem. Até eu levei algum.” E fez um gesto (*indicando dinheiro*) Aí entendi: festa pela morte do Fujimori.

Os senhores vereadores devem ter visto um tanque de lavar roupa, ao se entrar para a escada, nos fundos do DOI-CODI. Como eu não tinha condição de limpar o recinto ele me disse: “Para não perder a viagem, limpe o tanque”. Aí fui até o tanque: além de sujeira, copo, papel, vômito, muito vômito. Ele me mandou enfiar a mão lá para limpar. Confesso que fiz.

Já que ele falou da presença de graúdos, perguntei se o coronel do Exército veio para a festa. Ele: “Gente mais graúda”. Aí perguntei se o dinheiro correu solto e ele respondeu que ainda vinha mais (*prêmios extras dos contribuintes pelo valor do preso*). Havia rumores de que ficavam com o dinheiro dos presos. Milton Saldanha Machado e eu, quando voltamos ao apartamento onde morávamos, não achamos nem cueca. Quer dizer, surrupiaram tudo.

Um dia vi um dos coronéis, lá dentro, usando minha gravata. Troféu! E queriam saber quanto dinheiro eu ainda tinha da VPR, porque realmente guardei arma e dinheiro. Enfim, cada preso, além dos troféus, rendia dinheiro dos empresários contribuintes.

Continuei enclausurado por mais 15 dias. Queriam que eu entregasse Laerte Dorneles Méliga, um remanescente da VPR em São Paulo. José Vetorazzo também queria que eu passasse certos fatos a limpo. Repito aos senhores: sou um preso, um torturado. Nada de ex. Para não enlouquecer, desde o dia em que eu saí da cadeia, durante 43 anos, até há pouco tempo, à noite, escrevi sobre tortura, torturados e torturadores. São quase 2 mil páginas sobre dor, escritas em qualquer papel. À noite, depois do trabalho, eu ia para o boteco e, enquanto tomava umas cachaças, escrevia. Vou ler um texto, bem curtinho:

“Doutor, és meu capitão; soldado, meu pelotão; fuzil, meu irmão; meu corpo, meu coração; minha mente, minha prisão”. Em 1971, 1972.

Descrevo a tortura do choque elétrico e digo que no fim resisti fisicamente. Mentalmente, não. A ditadura civil, comandada pelo Delfim Neto, torturou. Ele

esteve aqui e disse que não houve nada. O Exército brasileiro me torturou e quem vai reparar isso? A anistia foi autoanistia. Sou anistiado do quê? Anistia seria a cura, não só minha, mas da sociedade brasileira.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Emilio, peço que nos permita copiar os documentos que você levantou na Auditoria Militar.

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Sim.

(Manifestações simultâneas.)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Muito bem. Os vereadores querem fazer alguma pergunta, algum comentário?

Pela ordem.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Apenas imagino, já sei a resposta, mas no começo do depoimento o senhor disse que teve um dia em que não foi torturado. Imagino que tenha sido o dia da limpeza no tanque, é isso? O senhor disse que iria dizer qual era a razão.

O Sr. Emilio Ivo Ulrich – Foi o dia da limpeza. Uma forma de continuar a tortura. Porque tortura é conhecida universalmente de várias formas. Essa foi uma, violenta. Vereador, entre os revolucionários discute-se a questão da resistência à tortura. Fui preso porque um companheiro chamado Ubiratan de Souza, depois de vários dias de espancamento e tortura de todo tipo, muito pior do que todas as que sofri, não resistiu mais. Foi perguntado a ele de que forma eles poderiam – o Exército brasileiro, a ditadura civil-militar – detectar a VPR. Ele não resistiu e deu o meu nome, supondo que eu já tivesse abandonado o lugar.

Com isso afirmo: não há traidores entre os que falam sob tortura. O companheiro Ubiratan de Souza, comandante da VPR, um lutador, falou. Mas ele não me trairia, nem a ninguém. Eu o vi dentro da Veraneio que nos buscou. A mim, a outro e ao irmão dele. Ubiratan tinha os cabelos arrancados, o nariz quebrado, as orelhas para baixo, estava sem dentes. A língua dele saía para fora porque estava imensa, azul. Não conseguia falar. Ele tinha os braços e as unhas quebradas. Irreconhecível. Não dá para alguém resistir à tortura que o Exército brasileiro impôs àqueles que combateram a ditadura.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Vou fazer um relato também, um pouco na linha de dizer o quanto os órgãos de repressão representaram à época. Meu pai era deputado, líder da oposição. Não militava em nenhum partido de esquerda ou

organização. Depois que o cassaram, a Aeronáutica prendeu-o. Durante acima de 20 dias, não sabíamos onde estava, incomunicável. Só depois que saiu soubemos que ele foi preso como testemunha de um processo. Prender, deixar incomunicável para testemunhar um processo? Imaginem os que eram suspeitos de praticar algum ato subversivo.

Então, creio que nenhum de nós tem o direito de julgar quem sofreu as humilhações e a violência que os senhores enfrentaram. Não acho que quem não resistiu e falou alguma coisa passou perto de traição. Quero cumprimentá-lo pelo depoimento emocionante, percebe-se claramente o quanto o senhor ainda sofre.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Obrigado. Com a palavra o vereador Ricardo Young.

O Sr. Ricardo Young – Quero agradecer ao Emilio a coragem de compartilhar conosco os momentos mais dramáticos e terríveis da sua vida, com todas as sequelas que a experiência deixou. Esses depoimentos são fundamentais porque, nessa crise da democracia, alguns ainda pensam que regimes autoritários e ditatoriais seriam uma solução. É fundamental usarmos os depoimentos para lembrarmos àqueles que se esqueceram ou não tiveram tal experiência, de que o estado sem contrapesos e freios se torna um monstro. A história já o demonstrou várias vezes e o Emilio, hoje, mais uma vez, prova que o estado todo-poderoso é monstruoso. Temos o dever de resistir, sempre. Esta e as futuras gerações, por muitas gerações.

(Palmas)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Obrigado, vereador Young. Vou ceder a palavra, para algumas considerações, ao nosso convidado Dr. Marco Antônio Tura, Procurador-Chefe do Trabalho do Município de Mogi das Cruzes.

O Sr. Marco Antônio Tura – Primeiro, agradeço ao vereador Gilberto Natalini, que conheci como médico na zona leste de São Paulo, quando eu era pequeno. Ele me fazia recitar o alfabeto grego como forma de diversão para seus colegas da Escola Paulista de Medicina. Meus pais foram militantes da resistência ao regime militar, adequadamente definido pelo convidado como ditadura civil-militar. Vocês poderiam se perguntar o que estou fazendo aqui. Estou como cidadão que curiosamente foi detido com 16 anos, no fim oficial do regime, em 1982. Minha detenção, por uma noite, ocorreu pelo simples fato de colar cartazes com o esposo da Dra. Ieda Maria Ferreira Pires, procuradora da Câmara, que à época também tinha 16 anos. Até hoje, com 45 anos, penso naquilo. Imagino o que todas essas pessoas passaram. As suas dores.

Minha presença tem outra razão. Com todo o respeito que sinto pelas dores individuais, minha preocupação maior foca a dor coletiva, porque a ditadura civil-militar, eficiente, perpetuou-se nos corpos e mentes. Perpetuou-se no aparato do estado. Falo na condição de membro do Ministério Público da União. Embora eu seja agente do estado bem sei que há uma cultura autoritária. Não é latente. É potente.

Como coordenador regional de combate às irregularidades trabalhistas da administração pública, aqui estou porque os trabalhadores sofreram com a cultura da violência. Não foram poucos os atingidos do setor público. Tantos anos após o fim oficial do regime, a cultura das relações de violência perdura e marca a administração pública. A minha função é cuidar dos acima de 600 municípios e órgãos estaduais e federais de São Paulo. Constato aos senhores que, se juridicamente o estado autoritário acabou, permanece na cultura. A lógica das relações ainda é da violência, do quem pode mais, chora menos, do esperto que se cala. A nossa preocupação é com o estabelecimento de uma verdadeira cultura democrática, que não se pauta pela violência nas relações entre o capital e os trabalhadores ou nas relações entre os detentores do poder político e os seus servidores.

(Palmas)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradeço ao Dr. Marco Antônio Tura, aos vereadores Ricardo Young, Mario Covas Neto, Laércio Benko, conosco nesta reunião, e ao Sr. Emilio Ivo.

Como cirurgião, sei que os abscessos só melhoram quando vêm a furo. Já lancetei muitos na vida. O desespero é visível no rosto do paciente. Depois que lancetamos, em alguns minutos o rosto muda. Consideramos o trabalho da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog semelhante ao de lancetar um abscesso de dor da pessoa que conta a sua experiência.

O seu depoimento, Emilio Ivo Ulrich, além do que apontou, servirá como prova para questões que vamos encaminhar. Procuramos umas dez ou doze pessoas sobre arrecadações. Nenhum desmentiu, mas nenhum aceitou, de bom grado, vir aqui e contar. As coisas são difíceis. Quanto a nós, que sofremos a repressão, já contamos. Queremos agora ouvir o outro lado, os que festejaram, escorregando dinheiro no bolso do Risadinha. Queremos ouvi-los, circulam por aí. Virá o delegado Calandra (capítulo VIII), será ouvido pela CNV. O vereador Ricardo Young solicitou o comparecimento do Sr. José Maria Marin.

O Sr. Marco Antônio Tura – Agradeço e cumprimento V. Ex^{as}. A comissão e os vereadores que a compõem têm o importante papel de informar a sociedade, que em geral desconhece fatos ocorridos durante a ditadura. É preciso um pouco de coragem e de desprendimento para constituir uma comissão como essa.

O Ivan Seixas, um combatente e hoje colaborador da Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa, propôs o tombamento da área onde hoje funciona o 36º Distrito Policial da Vila Mariana. Foi um centro maior de tortura. Até hoje nada aconteceu com aquele espaço. Acho que esta comissão tem condições de propor o tombamento. E a construção de um memorial ou de um monumento. Morreu gente, muitos foram torturados. E havia os vizinhos do DOI-CODI. Uma companheira morava no edifício ao lado e não dormia, a ouvir os gritos dos supliciados.

Outra coisa. Já existem dezenas de livros de pessoas que escreveram sobre o período. E continua-se a escrever. A Comissão pode propor que esta Casa Legislativa possua todos os livros a respeito, inclusive o imprescindível *Brasil: Nunca Mais*, da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo. Não questiono o acervo da biblioteca. Quero só acrescentar. Muito obrigado, vereador.

(Palmas)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vamos encaminhar a sugestão. Sobre a questão do DOI-CODI, a proposta é muito louvável. Por sugestão do Antônio Funari Filho, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, enviamos um ofício ao governador para que se construísse ali, naquele prédio, um memorial aos mortos e desaparecidos políticos do Brasil, vítimas da ditadura. *(ao público)* Alguma pergunta?

(pausa)

Agradeço a presença de todos. Declaro encerrados os trabalhos.

Hélio Pellegrino

Sobre tormentos

Médico psicanalista, escritor e poeta, mineiro de Belo Horizonte, Hélio Pellegrino (1924-1988) foi um intelectual de grande prestígio e influência política, atuante desde a luta contra o Estado Novo. Manifestou-se irrestritamente contra o golpe militar de 1964. Escreveu em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro sobre religião – era convicto católico –, arte, política, literatura e principalmente sobre psicanálise. O Rio era a sua cidade adotiva, da qual foi cidadão público muito amado, famoso pela inteligência, o humanismo e o humor. A cidade de São Paulo homenageia-o com a importante Avenida Hélio Pellegrino, que liga os bairros do Itaim a Vila Nova Conceição/Moema (*zona sul*).

Pellegrino criticou de frente a Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, por sua estrutura monárquica e submissa ao regime militar. Nesse momento já se denunciara a presença de um candidato à Sociedade, Amílcar Lobo, cúmplice das torturas por avaliar o estado físico do supliciado. Pellegrino foi expulso da Sociedade, mas retornou a ela por decisão judicial.

A tortura política¹³⁷

“A tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leva à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra

entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue. É este o modelo básico no qual se apoia a ação de qualquer torturador. {...}. Na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. Da mais íntima espessura de nossa própria carne, se levanta uma voz que nos nega, na medida em que pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade.

O problema da alienação alcança, aqui, o seu ponto crucial. A tortura nos impõe a alienação total de nosso próprio corpo, tornando-o estrangeiro a nós, e nosso inimigo de morte. {...} O projeto da tortura implica uma negação total – e totalitária – da pessoa, enquanto ser encarnado. O centro da pessoa humana é a liberdade. Esta, por sua vez, é a invenção que o sujeito faz de si mesmo, através da palavra que o exprime. Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair do torturado é a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa ao avesso da liberdade. Nessa medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.”

Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, obra citada. Capítulo *A Matança*, página 378. Edição de outubro de 2004.

A Ditadura Derrotada, capítulo “*Esse troço de matar*”, página 319. Elio Gaspari dá como fonte o Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira.

Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, obra citada, capítulo Oban, a partir da página 59. Sobre o parágrafo específico, páginas 61 e 62.

Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, obra citada, capítulo Oban, página 60.

Na época chamavam-se industriais, construtores, comerciantes, fazendeiros, capitalistas.

Jornal *O Globo* de 9.3.2013, *O Elo da Fiesp com o Porão da Ditadura*.

James N. Green, obra citada, página 333. Mais sobre o assunto, na página 61.

De 1947 a 1991, embora tenha caído no final de 1989 o muro que dividia Berlim.

Associou-se à *Bethlehem Steel*, produtora americana de aço; e à *Hanna Mining*, mineradora de ferro.

Eloy Dutra, *IBAD – A Sigla da Corrupção*, Editora Civilização Brasileira, 1963.

Elio Gaspari, em *A Ditadura Derrotada*, citado, capítulo *O paliteiro do IPÊS*, páginas 155-162.

René Armand Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, páginas 305 a 319. Editora Vozes, 3ª Edição, 1981.

René Armand Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado – Ação, Poder e Golpe de Classe*, obra citada.

Pertencia à VPR. Não entrou num ponto caído, excesso de vendedores de sorvete, pipoca, funcionários da Telesp. Um dos agentes desconfiou do Volkswagen que passara, a observar a praça. O número da chapa foi distribuído pela polícia. Fujimori não a trocou. O carro foi visto no dia 5 de dezembro na Vila Mariana. Perseguição, tiroteio. No vizinho bairro da Saúde, Fujimori e seu acompanhante morreram metralhados, segundo a versão oficial. Emilio Ivo Ulrich testemunha que o levaram ao DOI-CODI ainda vivo. E afirma que a localização foi obra do cabo Anselmo.

Homenagem a Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes). Documento do DOPS informa que morreu em um tiroteio. Ivan Seixas, militante do MRT à época, disse à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva que Devanir foi ferido num cerco policial no bairro do Tremembé (*zona norte de São Paulo*), quando tentava resgatar um companheiro e sua família. Levado para o DOPS foi torturado até a morte durante três dias seguidos, sob o comando de Fleury. Demais presos ouviram-no gritar o próprio nome, o da organização a que pertencia e insultar Fleury até que silenciou. O MRT era composto por maioria de operários. Dava ênfase à luta armada e procurava aliar-se a outros grupos para efetuar as ações. Não defendia a necessidade de um partido político centralizador.

Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, obra citada, capítulo *Uma Elite Aniquilada*. A partir da página 225, em particular as páginas 232 e 233

Legião Brasileira de Assistência, entidade fundada pela primeira dama, Darcy Vargas, em 1942. Desde a fundação, as primeiras damas a presidiam. Em 1991, sob a gestão de Rosane Collor, foram feitas

denúncias de “desvios” de verbas da LBA, em particular uma compra fraudulenta de 1,6 milhão de quilos de leite em pó. Assim que assumiu o governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu-a pelo art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. Criou-se o Ministério da Previdência e Assistência Social, que assumiria os papéis da LBA e do extinto Ministério do Bem-Estar Social.

Fundada por Darcy Vargas em 1940. Oferecia formação escolar e cursos profissionalizantes.

Guerra é Guerra, Dizia o Torturador. Editora Codecri, 1981

Editora Movimento, 2012.

Jornalista, tradutor e escritor. Recebeu vários prêmios, entre eles o Jabuti de melhor romance de 1986 por *A idade da paixão* (1985), ambientada nas pensões de Porto Alegre. Seu romance *Lobos*, de 1997, retrata a vida nas redações e nos quartéis durante a ditadura militar. Foi publicado na Itália com o título *Lupi*.

Capitão Benoni de Arruda Albernaz, conforme a lista de torturadores do *Brasil: Nunca Mais*.

Talvez Aderval Monteiro, “Carioca”, da equipe C de interrogatório do DOI-CODI. Fonte: Centro de Estudos Hannah Arendt.

Talvez Otávio Gonçalves Moreira Júnior, “Varejeira”, “Otavinho”. Delegado do DOPS comissionado no DOI-CODI. Participava dos interrogatórios. Pertenceu ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e à TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade). Fonte: Centro de Estudos Hannah Arendt, lista do acervo de Luís Carlos Prestes.

Talvez sargento da Polícia Militar de São Paulo, Bordini, “Americano”, “Risadinha”. Da equipe A de interrogatório do DOI-CODI no período de 1969 a 71. Equipe de busca desde 1971. Fonte: Centro de Estudos Hannah Arendt, lista do acervo de Luís Carlos Prestes. Na lista do *Brasil: Nunca Mais* aparece como Paulo Bordini, ou Gordine, sargento da Força Pública São Paulo.

Talvez “Índio”, enfermeiro da equipe B do DOI-CODI entre 1970 e 74. Do Exército, acreano. Fonte: Centro de Estudos Hannah Arendt, lista do acervo de Luís Carlos Prestes.

José Mariane Ferreira, com o sargento Darcy Rodrigues e o soldado Carlos Roberto Zanirato, liderados pelo capitão Carlos Lamarca, desertaram do quartel de Quitaúna no dia 24 de janeiro de 1969. Em sua Kombi, Lamarca levou 63 fuzis FAL, três ou cinco metralhadoras, revólveres e munição do Exército.

Publicado na Folha de S. Paulo no dia 5 de junho de 1982.



Acervo CMSP

Rita Sipahi, sobre o DOI-CODI: ao chegar sentiu-se em um lugar terrível, alucinado, povoado de gritos, xingamentos horríveis e empurrões

CAPÍTULO VIII

Prisioneiras da sombra

“É tortura tudo o que deliberadamente uma pessoa possa fazer a outra, que produza dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral.”

Brasil: Nunca Mais, da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo

“Ninguém será submetido à tortura, ou a tratamento cruel e desumano, ou à punição degradante.”

Artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos

No dia 25 de março de 2014, com a presença dos vereadores Gilberto Natalini (presidente) e Mario Covas Neto (relator), a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog ouviu os depoimentos da educadora e advogada Rita Sipahi e da socióloga Lenira Machado.

Rita foi presa enquanto militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O grupo originou-se da Ação Popular (AP), organização composta principalmente pela Juventude Universitária Católica (JUC). Muito atuante nas universidades, a AP inspirava-se no pensamento de Louis Joseph Lebret (1897-1966), padre dominicano **francês**¹³⁸. Paulo Wright, o desaparecido irmão do pastor presbiteriano Jaime Wright, mencionado no capítulo V, pertencia ao ramo protestante da AP. Em 1965, uma parte da organização decidiu-se pela luta armada, aderindo à ideia do foco sob influência cubana – um pequeno grupo iniciaria a luta, atraindo o povo à medida que progredisse, para ao final da luta conquistar o **poder**¹³⁹. Os que discordavam do longo caminho saíram e criaram o PRT, adepto da guerrilha no campo. Paralelamente, como a AP, integravam-se à produção como operários e trabalhadores rurais.

“Rita Sipahi foi presa aos 31 anos, em 1971”, apresentou-a o presidente da CMVVH, Gilberto Natalini. “Integra atualmente a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Temos várias perguntas” prosseguiu, voltando-se para Rita. “Peço-lhe que responda dentro de suas possibilidades”.

Depoimento de Rita Sipahi

(resumo)

A Sra. Rita Sipahi – Antes de iniciar, quero dizer que a iniciativa de uma Comissão da Verdade na Câmara Municipal de São Paulo tem grande significado, por romper um silêncio imposto ao país há 50 anos. Cada vez mais é necessário que a verdade se torne evidente, que os fatos sejam esclarecidos e que a impunidade perca o valor dominante de hoje. Agradeço aos senhores. Para mim é intenso o sentimento de estar aqui hoje. Não é fácil a ninguém. As mulheres têm dificuldade extra. Desde ontem tento me lembrar de tudo para contribuir da melhor forma possível. Estou à vontade e tranquila.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós é que agradecemos as suas considerações. Só cumprimos o nosso dever cívico e democrático. Pergunto, então: a senhora foi torturada no DOI-CODI do Rio de Janeiro e depois transferida a São Paulo?

A Sra. Rita Sipahi – Sim, em maio de 1971. Morava há pouco tempo no Rio e fui presa. Mas o meu processo estava em São Paulo. Haviam prendido algumas pessoas do PRT, ao qual eu pertencia naquele momento. Só que não dispunham informações sobre a minha ligação anterior com a AP no início (*meados da década de 60*). Então, para a repressão, eu era só do PRT. Apesar disso fui torturada várias vezes.

P – A senhora diz que foi torturada no Rio sem que soubessem o motivo de sua prisão?

R – Sabiam que eu era ligada ao PRT, sem outras informações. Torturaram sem objetivo. Queriam que eu reconhecesse pessoas torturadas em fotos. Não conhecia, era a minha resposta. Diziam-me: você não conhece agora. Em São Paulo a sua história será contada e você saberá quem são as pessoas. Quando me trouxeram a São Paulo, em uma C 14, faziam insinuações estranhas. Por exemplo, saíam da estrada e entravam em lugares. Punham capuz, tiravam capuz. Deixavam-me sozinha, voltavam. Um deles afirmava que me reconhecia de algum lugar. Enfim, como dirigiam em alta velocidade, o que eu mais desejava é que o carro virasse e morressem todos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Levaram a senhora ao DOI-CODI?

R – Ao DOI-CODI na Rua Tutoia. Saí do Rio no final da tarde, cheguei pela meia-noite, talvez. Tinha um portão, entramos, fecharam o portão. Fui levada diretamente para a sala de tortura. Aí já ouvi os gritos.

P – Quem recebeu a senhora?

R – Um torturador que identifiquei depois. Chamava-se Jesus Cristo, JC. Na equipe dele um homem atendia por Capitão José ou Dr. José. Era um senhor, jeito distinto, sentado. Ele fazia perguntas. No meio do caos voltava a perguntar. É importante dizer

que, pouco antes, no Rio, prenderam Vinícius Caldeira Brant. A mulher dele veio à minha casa e deu um recado: que eu montasse uma história e não saísse dela. Eu não era clandestina. Meu marido trabalhava em um banco de investimentos, eu era uma dona de casa com dois filhos pequenos. Algumas pessoas que eu obrigatoriamente reconheceria, conhecera-as na Bahia, em um seminário de cultura popular, em 1962. O seminário ficou sendo a referência.

P – Como era JC? Jovem, adulto, magro, cabelo comprido?

R – Sim. Ele diferia dos outros por causa do cabelo, que podia identificá-lo como um jovem rebelde daquela geração.

P – A senhora lembra do crucifixo?

R – Tentei me lembrar. Não consigo. No presídio Tiradentes só nos reportávamos a ele como usando crucifixo.

P – Ele a recebeu de que maneira?

R – Gritando: finalmente chegou a fdp, que sabe muita coisa e vai nos contar. Começou a perguntar um endereço. Falei que não sabia e que ignorava por que me prenderam, eu não pertencia à organização que citavam. Aí me deram choques. Nessa noite, mais ou menos por uma hora, ele me deu muitos choques. Punham os fios nos dedos e moviam a máquina.

P – Teve outro tipo de tortura?

R – Não dessa vez. Quando cheguei ao DOI-CODI a minha percepção foi a de que o local era terrível, alucinado, por causa dos gritos, dos palavrões. Também me empurravam.

P – JC era o líder das ações? Da equipe?

R – Naquele dia, sim. O senhor da situação. Importante eu falar que a minha impressão definia um pouco o sentimento de apreensão, a situação de fragilidade, como se o teto da casa despencasse sobre mim. Para me livrar daquilo, eu tinha de me proteger das madeiras e da areia que caíam. Foi uma sensação muito forte.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O JC, depois ficamos sabendo, é o delegado Dirceu Gravina. Ele sabia que o Dr. Aytan Sipahi era seu irmão, preso na época?

A Sra. Rita Sipahi – Sabia. E disse-me que eu conseguiria identificar algumas pessoas. Lembro que falavam de uma Dra. Pura, médica. Respondi que não conhecia. Ameaçaram: mas vai saber. Estavam sempre anunciando tortura.

P – O que queriam saber?

R – Endereço de uma pessoa, Iraci Poleti. No dia seguinte veio uma nova equipe,

coordenada por um capitão Rolim, sobrenome do meu marido. Até pensei que o usasse por artifício. As torturas foram aumentando. Esse capitão não torturava diretamente, mandava torturar. Ele tinha um auxiliar chamado Marinheiro. Foram torturas fortes.

P – A senhora pode descrever?

R – Muitos choques. Houve um momento em que tomei choque no corpo inteiro, inclusive na vagina. Tiraram a minha roupa e puseram roupa na boca. Eu devia estar mal porque esse capitão Rolim entra e me leva para tomar uma injeção. Reajo, não tomo. Mas aplicam. Não sei o que era. Em outra sessão, lembro que foram dois dias seguidos, me puseram no pau de arara por bastante tempo. O coordenador nesse dia era um jovem alto, meio alourado. Um jovem bonito.

P – Não tinha codinome?

R – Tinha. Não me lembro. E nesse momento do pau de arara eu disse o endereço da pessoa. É importante falar isso. Da Iraci. Foi péssimo para mim, senti-me destruída. Não queria falar, me propusera aguentar. Falei. Eles me levaram à casa dela. Para felicidade minha, naquele momento, naquele caos, não tinha mais ninguém na casa. Sentei sobre uma pilha de revistas no chão, vi algumas fotos. Tive o cuidado de cobri-las para que não me interrogassem sobre elas. Voltei ao DOI-CODI com eles. Foi horrível porque me afirmaram que, como eu não tinha **falado**¹⁴⁰, iam me tratar de outro jeito, eu logo veria. Tiraram-me do carro e me empurraram de tal jeito que quase caí. Acho que caí e alguém me segurou.

P – E torturaram logo?

R – Sim, foram sessões continuadas. Queriam saber de pessoas que eu desconhecia. Até perguntavam muito sobre a Iara Iavelberg. Achavam que, por ter morado no Rio, eu teria informações sobre pessoas e organizações de lá.

P – Quanto tempo a senhora ficou no DOI-CODI?

R – Pouco tempo. O Capitão Rolim, cuja equipe atuou logo depois da visita ao apartamento, me chamou e disse: a depender da resposta mando você e seu marido ao DOPS. Diga a verdade: você era da Ação Popular? Àquela altura, eu não podia reconhecer que sim. Seria muito pior, mentira há mais tempo. Respondi: nunca fui. Ele ameaçou: se viesse a saber do contrário, eu voltaria. Para pior. Então, me mandaram ao DOPS.

P – A senhora comentou que prenderam o seu marido, poderia citar o nome dele?

R – Antônio Othon Pires Rolim. Mandaram a mim e a ele ao DOPS. E ali, no momento do inquérito policial militar com o delegado Alcides Singillo, de repente apareceu um senhor alto, de olhos claros e paletó branco. Me olhou, atravessou a sala, ficou atrás do delegando me encarando e se manifestou: você é Rita Sipahi.

Respondi: sou. E ele, para o delegado: ela é irmã do Dr. Aytan e sabe de muita coisa. Participou como auxiliar de enfermagem em um congresso do **PCBR¹⁴¹**. Ela vai descer comigo agora. Já. Aí o Singillo comentou olhando para mim: ela já disse que é irmã dele. E o outro: ela engana, o nome sempre aparece diferente. Eu: não tenho culpa se escrevem errado. A essa altura comecei a fazer barquinhos de papel e a colocá-los na mesa. Os barquinhos iam aumentando de tamanho. O delegado comentou para o escrivão: ela não está bem.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – A senhora identificou o homem de paletó branco?

A Sra. Rita Sipahi – O Fleury. Aí o Singillo me perguntou se no DOI-CODI sabiam que Aytan era meu irmão. Sim, disse. Ele mandou um delegado telefonar. Confirmaram, mas iam pedir minha volta porque “ela sabe muita coisa.”

P – Pediram? O JC?

R – O Singillo saiu para conversar com Fleury. Voltou e fez mais perguntas sobre Aytan. Já tínhamos montado uma história e contei-a: não nos entendíamos por uma absurda questão de herança. Além disso, era de outra organização. Havia mais um homem na sala que me mostrava a palmatória. Saíram todos e fiquei sozinha até a meia-noite, mais ou menos. Não desci para a tortura, naquele dia e em nenhum outro. Não fui torturada pelo Fleury. Foram ameaças o tempo todo.

P – Ameaças o tempo todo.

R – O delegado disse expressamente ao escrivão: eles fazem o que fizeram com ela e, no final, acabamos nós os responsáveis. Ou seja, um território demarcado.

P – A senhora testemunhou mais tortura de JC? Tem conhecimento de algum caso?

R – Acho que o Othon, meu ex-marido.

P – Ele contou à senhora?

R – Não. Eu presumo, por causa da data em que ele chegou do Recife, onde foi preso. A Estrela Dalva Bushin contou...

P – É o nome dela, Estrela Dalva Bushin?

R – Sim. Contou, muito constrangida, que uma noite puseram todas as pessoas em fila, nuas, cada uma com uma vela acesa, cantando *Jesus Cristo*, a música de Roberto Carlos. Como se fosse uma procissão, percorrendo as salas.

P – Pergunto à senhora qual a sua avaliação pessoal sobre a Lei de Anistia que, vamos dizer assim, perdoou os dois lados. A oposição e os agentes do regime.

R – Antes quero falar sobre o significado do testemunho. O que faço aqui é mais do que um depoimento, na medida que não só respondo às perguntas como acrescento o

meu entender daquele momento da nossa vida política. Um momento em que a violência do aparato militar foi organizada para intensamente destruir um projeto diferente do deles. Um projeto que pensava uma sociedade socialista e igualitária.

Durante muito tempo, em nosso universo de presos políticos, não falamos sobre o que aconteceu conosco. Cada um guardava dentro de si suas histórias, suas culpas, suas tristezas, seu sofrimento. Como se fosse uma página virada. Não foi por acaso. Era um projeto da ditadura. A tortura tem também esse sentido, de fazer as pessoas calarem, que é a melhor forma de dar continuidade ao projeto da ditadura. Se não falamos comprometemos a ação política porque deixamos de ser críticos daquele momento da história.

Hoje, uma das grandes contribuições da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça é o Projeto Clínicas do Testemunho, que atende os afetados pela violência do estado durante a ditadura. Significa que a Comissão de Anistia possibilita uma reparação econômica, uma reparação moral com pedido de desculpas e uma reparação psicológica.

Há clínicas em cinco estados com a intenção de que a pessoa, ao assumir o seu passado, se torne um agente transformador. Que a política volte a ser um compromisso de transformação. Não aconteceu de uma hora para outra, o falar.

Quanto à Lei de Anistia, ao lutarmos por ela nos anos 1978 e 1979, ainda num contexto de muita violência e repressão, nunca pensamos que pudesse favorecer os agentes da repressão. Não houve negociação. Mudança só haverá, no meu entendimento, quando o objetivo for revelar, a todas as instituições da sociedade, que a punição dos torturadores é condição para que a tortura não seja legitimada. A sociedade legitima a tortura quando não tem a informação, ou não compreende o significado e a extensão dos prejuízos da tortura.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradecemos a sua presença. O seu depoimento é muito importante para a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog e para a sociedade.

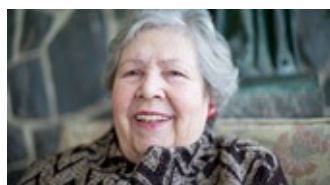


Foto: Alessandro Shinoda/Folhapress

Mamãe onça

A lei de anistia foi promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo general presidente

João Baptista Figueiredo. Excluía os condenados por atentados, crimes de terrorismo, assalto e

sequestro entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Favorecia os militares e os responsáveis pelas práticas de tortura. A anistia foi o ápice do Movimento Feminino pela Anistia, iniciado nos anos 70 por uma dona de casa, Therezinha de Godoy Zerbini (1928-2015). “*Tenho a coragem de mamãe onça*”, gostava de dizer. Era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, cassado e reformado depois do golpe de 1964. Graças a Therezinha Zerbini, que manteve sem descanso a luta pela anistia aos presos e perseguidos políticos, criou-se em 1978 o Comitê Brasileiro pela Anistia. Várias entidades civis o formaram, com sede na Associação Brasileira de Imprensa, então presidida pelo advogado, escritor, historiador e jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

A lei do anistiado

Em 13 de novembro de 2002, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei do **Anistiado Político**¹⁴². Declarava anistiados políticos todos os que sofreram violações em seus direitos fundamentais, no período que se estendia de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. A mesma lei criou a Comissão de Anistia no âmbito do Ministério da Justiça. Em março de 2013, a Comissão lançou o projeto Clínicas do Testemunho, que dá atendimento psicológico a ex-presos políticos, perseguidos e suas famílias. Em São Paulo, a Clínica do Testemunho se encontra no Instituto Sedes Sapientiae.



Lenira Machado: conseguiu soltar-se do pau de arara enquanto sofria choques, agarrou-se ao torturador e derrubou-o com a descarga transferida. Ele vingou-se deixando-a quase paraplégica

Depoimento de Lenira Machado

(resumo)

Lenira Machado, socióloga, escapou por pouco de ficar paraplégica, quando o torturador Dirceu Gravina e um “assistente” lhe aplicaram uma versão paulistana da

tormenta da polé, instrumento de suplício na inquisição, como já expusemos no capítulo I. Pertencia, como o seu marido, ao PRT. Lenira prestou o seu depoimento no dia 25 de março de 2014.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Todos os vereadores e o povo brasileiro agradecem a sua presença e a disposição de contar o que aconteceu com a senhora.

A Sra. Lenira Machado – Eu não quero que me agradeçam por estar aqui. A minha presença é fruto de obrigação política de uma vida de militância. Eu soube, por minha irmã, que JC é o delegado Dirceu Gravina, que atua como delegado e advogado em Presidente Prudente. Pensei: um torturador sádico guarda presos comuns em uma sociedade democrática? Imaginei o que poderia estar acontecendo naquela delegacia no interior de São Paulo. E resolvi contar a história da minha prisão.

P – A senhora foi presa com o seu marido, Altino Dantas, em 13 de maio de 1971. Tinha 31 anos. Levaram ao DOPS. Chegou com ele ao DOI-CODI em 16 de maio. Altino Dantas, já bastante machucado.

R – Sim, começaram a bater nele em casa. Morávamos em uma travessa da Avenida Rodrigues Alves (*atual Vereador José Diniz, zona sul da cidade*), atrás do Clube Banespa. Enquanto espancavam Altino e destruíam a casa toda, eu dava comida ao meu filho de 4 para 5 anos. Consegui convencer o chefe da equipe, eles me conheciam da militância no movimento estudantil, a deixar que entregasse o menino aos avós paternos. Com isso também abri a possibilidade de saberem que fomos presos, pois vivíamos na clandestinidade.

Tive a sorte, naquele caos, de Fleury não estar em São Paulo. Depois ele comentou que estava ensinando a equipe no Recife a torturar e extrair informações. Posteriormente, no presídio Tiradentes, conheci a uruguaia, Cristina, que serviu de cobaia. Perdeu totalmente o olfato em função das torturas que sofreu.

P – No DOPS puseram a senhora na solitária?

R – Não. Na cela. Uns três dias depois, não sei, perde-se o calendário, nos levaram ao DOI-CODI. Entrava-se por um pátio e havia ali uma espécie de hall com um banco de madeira. Fiquei muito tempo sentada lá. Depois eu soube que Altino estava na solitária. E que o meu sogro, general Altino Rodrigues Dantas, da reserva, vinha todos os dias tentar me ver, com o meu filho. Segundo me disse depois, achava que seus companheiros de arma se apiedariam daquela criança que queria ver a mãe.

P – A senhora foi muito torturada.

R – Começou com aquele jovem de cabelo amarrado e colares coloridos. Como a Rita, não me lembro da cruz em uma pulseira de couro preta, bastante comentada no

presídio. Ele veio para mim no banco e perguntou: “Conhece a Lei Universal dos Direitos Humanos”? Conheço, respondi. Ele disse: “Esquece, sua vaca”, e começou a me esbofetear. Fui levada à sala de tortura.

P – Era o JC, o delegado Dirceu Gravina?

R – Sim. Ele me conduziu à sala de tortura forrada de revestimento acústico. Fechavam a porta, começavam a gritar e punham música clássica bem alto, em um aparelho de som.

P – Ele torturou a senhora?

R – Sim. Começamos com uma briga. Diferente da Rita, toda a minha família tinha militância política já antes de 1964. Nesse ano eu estava semiclandestina. A equipe do Fleury prendeu minha mãe em 64, para dizer onde minha irmã, meu irmão de criação, meu pai e eu nos encontrávamos. Papai era do Conselho Nacional das Ligas Camponesas. Eu militava na Liga, no movimento estudantil e na Juventude Socialista. Fui presa muitas vezes por fazer comício na porta de fábrica, pichar em defesa de Cuba. No DOPS me conheciam bastante.

Então, como eu era clandestina e me prenderam com documentação falsa, afirmei: não sou Lenira, sou Elza. Isso foi irritando demais. Eu insistia: sou Elza, nasci no interior do Rio, não conheço essa Lenira. Outros policiais que passaram, sabiam quem eu era.

Chegou o momento em que ele comandou: “Tira a roupa.” Falei: “Não vou tirar a roupa”. A sala tinha uma escrivaninha, com uma aparelhagem em cima, e o pau de arara: dois cavaletes e um cano de ferro. Ele começou a me bater e a comandar que tirasse a roupa. Eu pedi desculpas, expliquei que não era mulher da família dele e não tiraria a roupa. Aí ele mandou me segurar. Tiraram o meu casaco e rasgaram a roupa. Passei 45 dias no DOI-CODI apenas com o casaco azul marinho e um lenço de seda de bolinhas verdes.

Quero falar do lenço. Foi lembrança, em 1964, de uma companheira paraguaia que se hospedou no meu apartamento. Houve o golpe e ela partiu. Antes, colocou o lenço dela no meu pescoço e disse: “*Un recuerdo*”. Na hora em que me prenderam pus o lenço. Um elemento para me dar forças. Posteriormente eu soube que a assassinaram ao passar pela fronteira do Brasil com o Paraguai.

P – A senhora ficou 45 dias vestida assim, na cela.

R – A única roupa que eu tinha. E com ela fui à Auditoria Militar depor. Casaco azul-marinho, lenço de seda de bolinhas verdes.

P – O que aconteceu depois naquela sala de torturas?

R – Pau de arara direto. Choque. Uma eternidade. Não sei dizer por quanto tempo. O DOI-CODI, se não me engano, tinha três equipes. Todas me interrogavam. Portanto,

três vezes ao dia. Sempre a tortura mais pesada ficava por conta da equipe do JC e por um elemento que depois analisei. Quando o capitão Ustra abria a porta, pois não se dignava a entrar, com os papéis na mão, chamava o chefe da equipe e orientava como deveria ser o meu interrogatório. E a equipe mais servil era a do JC. O componente de sadismo deles sempre foi muito forte. Acho que selecionaram para essa equipe os agentes que sentiam prazer especial com o sofrimento dos outros. Um deles era um negro alto, grande, mais idoso. Nunca soube o nome dele, talvez o chamassem de General, ou Almirante.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – **Lungareti?** ¹⁴³Alto, cabeça raspada. Acredito que lembro exatamente quem é.

A Sra. Lenira Machado – Um dia, quando terminou a sessão de tortura no pau de arara, o JC saiu da sala e disse para ele me soltar. Ele me desamarrou, me jogou sobre a escrivaninha e deixou a porta aberta. Pegou um alicate e veio nos meus pelos pubianos como se fosse uma pinça: “Com JC você não fala, comigo vai falar”. Comecei a berrar que me deixaram na mão de um louco, pedi socorro. Dobrei-me, aos berros. Ustra pôs a cabeça na sala e disse: “O que está acontecendo?” Eu respondi: “Veja o que o seu louco de plantão resolveu fazer comigo, olhe o alicate na mão dele”. Acho que até ele ficou meio assim... e disse chega por hoje. Aí me levaram para onde eu ficava, em um quarto em cima da antiga garagem da casa.

P – A senhora não ficou nas celas de baixo?

R – Não, só lá em cima. Atravessava o pátio, subia a escada. A garagem era um refeitório das equipes. Nesse quarto tinha um colchão no chão, uma cadeira e um vitrô muito alto. Antes de mim, nessa cela, acho que ficaram pessoas da família Seixas. A Fanny (Axelrud Seixas). Quando eu conseguia, usava a cadeira para subir e acompanhar pelo vitrô a movimentação no pátio. Via a chegada de presos, quando eram deixados no chão do pátio. Não dava para reconhecer quem era. Mas o que acontecia, a saída de presos para cobrir pontos, ou coisas desse tipo, eu conseguia ver.

P – Lenira, o JC era o principal da equipe de tortura?

R – Ele torturava e comandava o resto da equipe: dizia amarra, dá choque, coloca o fio na vagina, nos dedos dos pés, dentro do nariz, nas orelhas. Comigo ele sentava em um dos cavaletes com a mão cheia de sal e um copo de plástico cheio de água. Jogava água no meu rosto, em direção ao nariz. Quando me afogava e abria a boca, ele jogava sal dentro. O sal ia espalhando. Como passei 45 dias sem ter direito a banho, tive erupção de salgamento na pele toda. No rosto, no corpo. Saí do DOI-CODI com 38 quilos.

P – Por favor, relate para a Comissão Municipal o episódio de ser jogada no chão.

R – Sempre fui muito ágil. Um dia, não lembro qual, tinham me amarrado no cano do pau de arara. A gente ficava com os canos no vão das pernas e dos braços, pendurada meio de cócoras. Durante a tortura consegui ir afrouxando as mãos, acho que foi o ponto em que me fixei para suportar sem dizer nada. Eu tinha de pensar em algo que desviasse a minha atenção e me fixava em algumas coisas. Nesse dia me fixei: vou conseguir soltar a minha mão. Para mim foi maravilha.

Nisso o JC sentou no cavalete do lado direito com água e sal e veio a costumeira sessão de água e sal. No momento em que ele se ajeitou para pôr o sal na minha boca, soltei a mão e me agarrei nele. Eu estava levando choque. Então, ele levou uma carga grande de choque. Caiu por cima do cavalete e bateu o rosto no outro cavalete!

Recebi sangue dele no meu corpo, porque ao bater ele se machucou. Não teve nenhuma reação, saiu imediatamente da sala. Ninguém reagiu. Fiquei presa pelas pernas, os dois braços soltos. Aí, um deles me tirou do cano, amarrada pelas pernas e fiquei no chão, muito tempo assim. Estava frio, inverno, aquele chão... Sem roupa.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Ele voltou?

A Sra. Lenira Machado – Sim, com curativo no rosto e outro torturador. Não sei o nome. Um homem alto, claro. Ele não diz uma palavra, se abaixa, amarra novamente minhas mãos no cano, muito apertadas. Vira-se para o outro torturador e diz para ele pegar na outra ponta do cano. Eles me içam, esticam os braços para cima e ele avisa: quando eu contar até três, você solta. Ele conta, soltam e caio dessa altura no chão. Não sei dizer como se deu a queda. Mas quando me levantaram para pôr no pau de arara de novo, perceberam que perdi o controle da cabeça. Não conseguia mantê-la firme. Voltam a me pôr no chão, um deles sai e volta com um soldado japonês, um enfermeiro. Ele se ajoelha, me examina e diz que estou muito machucada, que deve ter sido algo na coluna: “Ela precisa ir para o hospital”, conclui.

Jogam em cima de mim uns cobertorzinhos finos, aqueles de Casas Pernambucanas e sou levada ao pátio. Abrem a porta de trás da C 14, sou colocada no porta-malas. Aí o enfermeiro intervém: “Ela não pode ir aí. Não tem condições.” O JC vira-se para ele: “E onde vai?” O rapaz diz: “No banco de trás, com a cabeça no meu colo para eu segurar, porque está sem controle”. Tiram-me do porta-malas e viajamos até o Hospital Militar no Cambuci, ele segurando a minha cabeça.

Passei umas três horas no hospital. Veio um médico, um enfermeiro. Ninguém me examinou. O médico diz ao enfermeiro: “Medica ela.” O enfermeiro sai e volta com uma injeção. Só voltei à consciência dentro da cela, muitas horas depois. Não me lembro de nada. Só que acordei com muita dor e sensação de paralisia no corpo.

P – Tinha alguma proteção no pescoço? Um colar?

R – Absolutamente nada.

P – Acordou ainda sem controle do corpo, dos braços e das pernas?

R – Sim. E com dor, dor, muita dor.

P – E torturaram você machucada dessa maneira?

R – Sim. Nunca mais o pau de arara. Agora, a cadeira de dragão.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Uma cadeira de ferro?

A Sra. Lenira Machado – Não de ferro, mas de madeira com assento metálico e chapa de metal no encosto. Os braços da cadeira eram largos o suficiente para amarrar braços humanos. Ali a gente tomava choque.

P – Choque na cadeira de dragão com aquela sequela do tombo! A senhora andava?

R – Não, eles me arrastavam. Subia e descia as escadas arrastada.

P – A senhora ficou quase tetraplégica.

R – Quase. O lado direito ficou quase inteiro paralisado.

P – Quanto tempo durou isso?

R – Continuei a ser torturada, não sei. Um dia fiquei muito mal, jogada no chão, quando o Ustra chamou um preso que era o meu médico, foi médico da Rita, assistiu os nossos partos: o Dr. Décio Teixeira Noronha. Como os torturadores diziam que eu era responsável por um esquema médico, prenderam muitos médicos que tinham alguma vinculação comigo. Nessa situação prenderam o Décio. Aí o Décio veio, se abaixou, me examinou e disse: “Vocês romperam um disco da coluna da Lenira. Ela é minha paciente há muito tempo. Na hora em que eu sair daqui vou denunciar.” Ele saiu e começaram a espancá-lo para dizer que não denunciaria.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Depois dos 45 dias levaram a senhora ao DOPS?

A Sra. Lenira Machado – Acho que uns dois dias antes de sair do DOI-CODI, pararam de me torturar. Saí não para ir ao DOPS, mas à Auditoria Militar. Audiência. Na 2ª Auditoria, com o juiz Nelson Machado. Na Avenida Brigadeiro Luís Antônio.

P – Sempre com a mesma roupa. A senhora fazia as necessidades?

R – Sim, mas eu não tinha banheiro. Então, segurava. Do contrário seria a máxima indignidade e eu não daria esse prazer a eles. Quando chegava a hora da comida, eu falava: posso ir ao banheiro? Respondiam: “De porta aberta”. Eu atravessava do outro lado me escorando na parede. Um policial ficava na porta. Durante o resto do tempo eu não tinha acesso.

Dois dias antes da Auditoria levaram à minha cela uma companheira que fora presa comigo, a Elisa. Um delegado, que eu conhecia de antes de 1964 e chefiava uma das

equipes, mandou levar uma cadeira de plástico e pôr embaixo do chuveiro. Elisa deveria me dar um banho. Levou um pano, uma toalha. Eu o chamava de Zé Porrada porque quando a gente saía em passeata ele andava com um cassete e enchia os estudantes, nós, de cacetadas.

Um porão na Auditoria Militar

A Sra. Lenira Machado – Quero aqui abrir um parênteses. Nunca, ninguém se lembra que também se torturava na **Auditoria Militar**¹⁴⁴. Se o depoimento não fosse o esperado, o Dr. Nelson Machado, juiz da Justiça Militar, virava-se: “Vou dar um tempo para você refrescar sua cabeça”. O cabo **Mariane**¹⁴⁵ me descreveu. A equipe do DOPS ou do DOI-CODI que levava o preso conduzia-o aos fundos da casa. Havia um porão com aparelho de choque numa saleta de tortura.

Quando cheguei à Auditoria, o general, meu sogro, conversava com o juiz. Obtive dele uma autorização para me levar ao Hospital das Clínicas. Meus advogados me acompanhavam, a Regina Pasquale e o Belisário. Aí me mandaram ao DOPS, de onde me conduziam diariamente ao atendimento médico. Depois me encaminharam ao presídio Tiradentes.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Lembra-se de outros prisioneiros no DOI-CODI torturados por JC?

R – Todos os companheiros e companheiras do meu processo foram torturados pelas diversas equipes. E quase todos por ele. A Fanny e as filhas, certamente.

P – A senhora ficou muito tempo no Tiradentes?

R – Não muito, porque foi aberto outro processo do PRT em Goiás e queriam nos mandar a Brasília, Altino e eu, para interrogatório pela equipe do general **Bandeira**¹⁴⁶. Novamente o general, meu sogro, os advogados e minha família intercederam para que eu não fosse levada devido ao estado em que me encontrava. Fiquei no DOPS. O Fleury me chamou e disse: “Você, não torturo. Somos velhos conhecidos. Mas não passará por aqui sem um castigo.”

Levaram-me ao fundão onde havia duas celas solitárias. Tinham dedetizado com BHC e um carcereiro humano – naquela situação em que a gente vivia, ele ainda podia ser classificado como pertencente ao gênero humano – viu a minha dificuldade de respirar. Consegui que eu fosse levada à enfermaria. Tiraram da cela nosso companheiro Régis, que era médico, e me levaram de novo ao hospital. O general meu sogro vinha todos os dias ao DOPS para ver se me levavam ao hospital. E quando eu chegava lá, no porta-malas da C 14, ele já me recebia.

P – Por quanto tempo ficou presa?

R – Um ano e três meses, porque fui condenada. A condenação saiu em setembro.

Altino pegou 59 anos. Eu, cinco. O juiz me condenou porque eu era uma mulher fria, calculista e insensível – todas as vezes em que ele me perguntava alguma coisa, eu perguntava: fui torturada tantas horas para responder a essa questão? A resposta continua a ser não.”

P - A senhora esteve com a presidente Dilma Rousseff na cela.

R – Sim. No Tiradentes, sempre que prendiam alguém da VAR¹⁴⁷ vinham buscar a Dilma para levar ao DOPS. Voltava para o Tiradentes se arrastando.

P – Ela foi torturada pelo JC?

R – Não sei dizer. Enquanto estava no DOI-CODI não tive contato com as mulheres porque ficava em cima, na cela.

P – Quem mais estava na cela do Tiradentes?

R – Várias, inclusive a Rita Sipahi. Depois mudamos para uma cela grande, em cima, porque a Guiomar tinha muito problema de locomoção.

P – A Dra. Guiomar Silva Lopes é hoje professora na Escola Paulista de Medicina, da UNIFESP.

R – Sim, a médica. A Lina Taddei (*Eliana Taddei Bellini*) me recebeu nessa cela e quase virou a minha enfermeira no presídio. Como o banheiro era turco, e tínhamos dificuldade de nos abaixar e sentar em função das torturas, os companheiros fizeram um vaso sanitário de madeira para colocar em nossa cela.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Peço ao vereador Mario Covas Neto, nosso relator, que assuma o final da reunião. Vou descer porque o Dirceu Gravina, o JC, reluta em subir. Tentarei cumprir nosso papel institucional, convencendo-o a subir.

(O vereador Gilberto Natalini levanta-se e sai.)

A Sra. Lenira Machado – Estou contente por você estar nessa Comissão. Conheci muito Mario Covas e sentia um carinho especial por ele. É uma felicidade saber que a família continua nessa busca por dignidade e liberdade.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, muito obrigado. E eu penso em como a senhora passou por todo esse processo com a sua fragilidade física. Que condicionamento é o da resistência para evitar entregar um companheiro, um amigo! E a tortura para quebrar essa resistência! E o quanto faz mal à pessoa, psicologicamente, se é vencida. Talvez o treinamento sirva para manter sob controle a parte ruim do que aconteceu.

A Sra. Lenira Machado – Houve uma pessoa na nossa cela que sofreu uma tortura

muito maior do que todas nós. Refiro-me à **Eleonora Menicucci**¹⁴⁸. Ela não teve a felicidade e as condições de deixar a Maria com familiares. Sofreu, além da grande tortura, essa ameaça constante de torturarem a criança para que falasse. Não sei nem consigo imaginar qual seria o meu comportamento frente a uma situação dessas.

Com isso quero dizer que o preparo para enfrentar a tortura deve ser relativizado. O que mais nos fortalece na recusa em falar, acho, é não querer ver outro ser humano passar pelo que estamos passando. Essa é a questão fundamental, além da ideológica.

P – Muito bem, continuo com as perguntas. O delegado Fleury disse que se a senhora sáisse do Tiradentes, onde ficou um ano e meio, ele a mataria?

R – Os advogados e a família lutaram e a sentença caiu para um ano e seis meses no Supremo. Fiquei dois meses além porque só fui considerada presa depois de ir à Auditoria Militar. Antes, não estava presa. O tempo não existia legalmente.

P – Gravina deu aula de Direito Internacional até há pouco tempo, na Faculdade de Direito de Presidente Prudente. Como a senhora vê isso?

R – Primeiro: entregar jovens nas mãos desse homem para se formarem em matéria jurídica? Segundo: não importa se presos comuns ou políticos, deixá-los nas mãos de um sádico? Estarrecedor. E ele foi colocado em uma lista de promoção para delegado especial logo depois da denúncia da revista *Carta Capital*. É preciso fazer um levantamento para saber o que aconteceu na cidade com os presos comuns, sob o comando de Gravina. Esse homem constituiu família. O que a filha dele soube a respeito do pai? Meu filho nunca teve de se envergonhar da sua família.

P – Hoje, com 73 anos, a senhora está ativa profissionalmente, presta consultorias, trabalha e vive com dignidade. Isso é uma afronta para os torturadores?

R – Sim, pois a sentença na Auditoria Militar tinha também a finalidade de mostrar que viveríamos na miséria, a vida seria iníqua para a família. Cassavam o direito político dos presos. Não se podia votar. E sem comprovante de voto não se podia prestar concurso, trabalhar na administração pública. E qual empregador da área privada assumiria um “terrorista”? O objetivo era nos destruir psicologicamente e deixar em situação financeira muito ruim.

Quando fui prestar um depoimento, com a presença do delegado Alcides Singillo, o advogado me perguntou se eu recebia dinheiro da Comissão da Anistia. Respondi que recebia, não pela indignidade da tortura, mas pela recuperação do meu direito de trabalhadora negado pela ditadura. Para sobreviver respondia cartas da revista *Capricho*. Eu tinha um filho para sustentar e um preso político que dependia de mim para receber alimentos na cadeia. Fazia muitos bicos para dar conta. Os torturadores perguntavam se iríamos torturá-los também, caso ganhássemos no futuro. Não, a gente respondia, a indignidade da tortura é maior para o torturador. Quem sofre a

tortura não é coitado, é uma pessoa, homem e mulher, com objetivo na vida.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Se a senhora quer falar mais alguma coisa, por favor. Agradeço a presença das duas depoentes, a Sra. Lenira Machado e a Sra. Rita Sipahi.

A Sra. Lenira Machado – Agradeço a forma com que me receberam nesta Casa. O que se busca não é vingança. O que se busca é justiça. O que se busca é que não se mate no país como a polícia continua matando. O que se busca é que não se torture como, infelizmente, ainda se tortura. Temos a obrigação política de continuar a luta contra as prisões arbitrárias e a tortura.

Carta ao general

Trechos da carta de Altino Dantas Júnior ao general Rodrigo Otávio Jordão Ramos

ministro do Supremo Tribunal Militar, datada do dia 1 de agosto de 1978, sobre Aluísio Palhano. “Na época comandava o DOI-CODI o major Carlos Alberto Brilhante Ustra (que usava o codinome de ‘Tibiriçá’), sendo subcomandante o major Dalmo José Cyrillo (‘Major Hermenegildo’ ou ‘Garcia’). Por volta do dia 16 de maio, Aluísio Palhano chegou àquele organismo do II Exército, recambiado do Cenimar do Rio de Janeiro (...) Na noite do dia 20 para 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia, assim, ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até a alta madrugada do dia 21, provavelmente 2 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio. Alguns minutos após, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, particularmente excitados naquele dia, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de ‘JC’ (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: ‘Acabamos de matar o seu amigo, agora é a sua vez’. (...) Entre outros, se encontravam presentes naquele momento os seguintes agentes: ‘Dr. José’ (oficial do

Exército, chefe da equipe); ‘Jacó’ (integrante da equipe, cabo da Aeronáutica); Maurício José de Freitas (‘Lunga’ ou ‘Lungaretti’, integrante dos quadros da Polícia Federal), além do já citado Dirceu Gravina, ‘JC’, e outros sobre os quais não tenho referências”.

Inês Etienne Romeu, uma heroína, única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, afirma, em seu relatório de prisão, que Palhano foi levado para lá no dia 13 de maio de 1971, tendo ouvido várias vezes sua voz durante os interrogatórios. Afirma, ainda, que Mariano Joaquim da Silva, desaparecido, com quem ela conversou durante o sequestro de ambos naquela casa de horrores, viu a chegada de Palhano e o estado físico deplorável em que se encontrava, resultante das torturas.

Retirado do site da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos

Confusão na calçada

O presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, vereador Gilberto Natalini, volta e reassume o seu lugar na mesa. Em seguida anuncia que houve um pequeno entrevero diante do Palácio Anchieta:

“O delegado Dirceu Gravina, que combinou estar aqui hoje para depor, chegou e viu a imprensa. Recusou-se, então, a subir. Está nos arredores, quer conversar, mas só se a imprensa não estiver presente.

A nossa reunião é aberta. Nunca tomamos depoimento fechado. Vereadores, não é nosso estilo ouvir a portas fechadas. Peço que se dirijam até onde ele se encontra, para convencê-lo. Caso se recuse, vamos articular com a Comissão Nacional da Verdade para que seja convocado, assim como agimos no caso do Coronel Ustra”.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Sempre tomamos o cuidado, aqui na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de ser receptivo a qualquer depoente. Essa garantia a gente dá para que a pessoa venha e dê a sua versão, a sua verdade. E é isso: não pretendemos fazer nenhuma acareação, tampouco destrata-lo. De portas fechadas não faz muito sentido, como diz o presidente. Se quiser vir será bem-vindo. Do contrário o caminho é o proposto.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Suspenderei a sessão por alguns minutos para resolvermos isso.

Dirceu Gravina assustou-se com os jornalistas e fotógrafos na calçada diante do Palácio Anchieta. Não aceitava uma sessão pública, aberta. O presidente da CMVVH, vereador Gilberto Natalini, recusou a exigência de Gravina. Todas as sessões eram abertas ao público, afirmou. Gravina partiu. Com apelido de Jesus Cristo, ou JC, torturou Vladimir Herzog, provavelmente matando-o. O Centro de Documentação Eremias Delizoicov e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos apresentam **Aloísio Palhano¹⁴⁹** como torturado pelo agente da repressão Dirceu Gravina. Quem passasse pelo DOI-CODI não escapava do torcionário.

(Os trabalhos são reabertos)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Peço às pessoas que ocupem os seus lugares. Obrigado. O delegado Dirceu Gravina veio à Câmara Municipal e estava acompanhado.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Possivelmente de um advogado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Perfeito. Ao ver a movimentação não quis entrar. Atravessou a rua, ficou lá. Fomos, além da assessoria, os vereadores Mario

Covas Neto, Toninho Vespoli e eu convencê-lo a dar o seu depoimento. Explicamos que a comissão não convoca. Mas ele reafirmou que queria fazer um depoimento fechado só para os vereadores. Não se submeteria a uma sessão aberta com a presença de convidados e da imprensa. E nós dissemos, unanimemente, que nunca fizemos sessão fechada nesta comissão. Na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog só realizamos sessões abertas e a imprensa é avisada.

Então, ele queria mudar a nossa lógica. Expliquei que não podia ceder, com a concordância dos meus colegas vereadores. Ele confirmou que recebeu nosso ofício, duas correspondências eletrônicas, viajou de Presidente Prudente até aqui, mas lhe faltaram condições pessoais para subir e ser ouvido. Preparamos quarenta perguntas para ele. *(leem-se abaixo)*

Antes de passar a palavra aos meus colegas vereadores, informo publicamente como agimos com o coronel Carlos Alberto Brillante Ustra e o delegado Aparecido Laerte Calandra, codinome capitão Ubirajara. Conversamos com a Comissão Nacional da Verdade, com poder convocatório, mandamos ofícios, a CNV concordou e eles foram ouvidos. Um dos ofícios foi para o secretário da Segurança Pública de São Paulo, Sr. Fernando Grella, com o seguinte teor:

“Em nome da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em funcionamento na Câmara Municipal de São Paulo, venho solicitar a V. Excia. autorização para a tomada de depoimento do delegado de polícia Dirceu Gravina, lotado no **DEINTER¹⁵⁰** da cidade de Presidente Prudente. Informo, outrossim, que já foi acordado diretamente com o Sr. Dirceu Gravina o dia 25 de março de 2014, às 11 horas, na sede da Câmara Municipal de São Paulo, a data e o horário local para que o referido depoimento seja tomado pela Comissão Municipal da Verdade. Certos de contar com os préstimos de V. Excia, assinado: a Comissão.

E aqui, um e-mail do Sr. Dirceu Gravina. É importante para mostrar que não há nenhuma dúvida: “Acuso o recebimento deste e confirmo minha presença às 11 h no próximo dia 25 do 3. Saudações, Dirceu Gravina.”

Então, está confirmado. Faltou a ele coragem de subir as escadas ou o elevador e vir até aqui. Pela ordem, vereador Mario Covas Neto. Corremos um pouco, não é, vereador?

(Referia-se à pressa em atravessar as duas pistas do Viaduto Jacareí, onde se localiza o Palácio Anchieta, até chegarem ao café onde Gravina esperava.)

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – É bom movimentar-se um pouquinho. Apenas para esclarecer o público. Nós não temos poder de convocação. Podemos apenas convidar. Os convites são aceitos ou não. No caso, o Gravina achou que fora convocado. Isso ficou claro lá embaixo. Quando percebeu o engano, preferiu não

passar pela sessão. Certamente por se constranger de encarar pessoas que conhece muito bem.

Dissemos a ele que seria a oportunidade de dar sua versão, defender-se. Mas achou insuficiente, a imprensa iria massacrá-lo. Enfim, tem lá as suas razões. Dessa forma, não poderemos prosseguir. O acompanhante, acho que um advogado, sugeriu que o depoimento fosse colhido em Presidente Prudente. Respondi que não temos estrutura para isso, nessas circunstâncias. Enfim, achamos importante encaminhar a questão à Comissão Nacional da Verdade, para realizar a convocação se julgar conveniente. Concordo integralmente com o vereador Natalini de encaminhar a solicitação à CNV.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Vereador Toninho Vespoli, quer usar a palavra?

O Sr. Toninho Vespoli – Só reforçando. Do nosso ponto de vista, a reunião fechada que ele queria é um absurdo. Desvendamos não só para os vereadores, mas para a sociedade. Até penso: apesar de termos lutado por nossa democracia – uma conquista ainda frágil – vivemos um processo difícil com relação à verdade. Em alguns países essa questão já teve avanços. Nós não conseguimos promover um debate na sociedade para expor o que aconteceu. No Estado Democrático de Direito a verdade ainda não prevalece. E mais, não gosto do termo reparação. Nada que se faça vai reparar o que aconteceu.

Concordo com o encaminhamento do vereador Natalini. É preciso levar à Comissão Nacional da Verdade. Acho que é um dever dele, Gravina, esclarecer a sociedade sobre como vê tudo o que aconteceu.

*(Obteve a concessão quando depôs na Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, ouvido apenas por Rosa **Cardoso**¹⁵¹ e José Carlos **Dias**¹⁵², o que trouxe à luz a escandalosa explicação sobre os gritos que se ouviam no DOI-CODI: tudo fingimento.)*

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Muito bem. Temos aqui um documento que nos foi passado. É um trecho de depoimento da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira. Ela foi convidada a vir aqui hoje. Não pôde. Ela disse, em depoimento, que reafirma “a presença do Ustra na sala de tortura do JC, o Dirceu Gravina e do capitão Ubirajara, Aparecido Laerte Calandra, que ora torturavam no pau de arara o Nicolau, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, ora a mim, na cadeira do dragão. O assassinato de Nicolau tem responsáveis e os diretamente responsáveis são esses, com a fúria e a selvageria que os caracterizavam. O Merlino, nem o nome dele abria. Essas três pessoas, fortemente presentes no assassinato dele, são absolutamente responsáveis pelo assassinato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino.”

Temos também o depoimento do Ivan Seixas à Comissão Nacional da Verdade, que vamos anexar aos nossos relatórios.

Afinal, o crucifixo de JC

Enquanto os vereadores tentavam convencer o delegado Gravina a subir para depor à CMVVH, aproveitaram para tirar a limpo a questão da cruz. Perguntaram-lhe a respeito e ele respondeu que ficou marcado porque efetivamente usava no peito um medalhão com uma cruz.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – A cruz e a inicial JC porque, disse-nos, na época era meio *hippie*¹⁵³.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Proponho, e depois discutimos, nós os vereadores da comissão, pois é uma proposta do colegiado, que o governador Geraldo Alckmin, num ato administrativo, demita o delegado Dirceu Gravina dos quadros da polícia de São Paulo.

(Palmas. Manifestação da plateia.)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Não vejo sentido de uma pessoa com tal marca de vida participar da polícia. Vamos encerrar os trabalhos, infelizmente incompletos. Porém estávamos certos em convidá-lo. Por favor, Sra. Sipahi.

A Sra. Rita Sipahi – Foi um dia de conquista. O delegado veio, chegou até aqui. Existe uma realidade hoje, política e social, que dá condições propícias a isso. E temos de enfatizar: nossa democracia é frágil, mas está deixando de ser democracia de aparência. Durante muitos anos foi só de aparência. Agora há revelações, há um dever de memória. Além do dever, um direito à memória. Temos de comemorar. Agradeço aos senhores a oportunidade e o trabalho que têm.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós é que agradecemos à senhora. E agradeço à Lenira apesar de ela dizer que não devemos agradecer. Devemos, sim. É preciso coragem para contar publicamente o que aconteceu, em detalhes. Coragem para superar uma situação como aquela. Fizem comigo e com mais alguns que estão nesta sala. A tortura, física ou psicológica, não é apenas um método de arrancar informações. É um método de desmontar, célula por célula, a personalidade de uma pessoa. Sai-se dali completamente desorientado.

(Manifestação fora do microfone. O presidente pede que fale ao microfone, para gravar.)

O Sr. Luiz Bosio – Vereador Natalini, senhores da comissão, amigos, bom dia. Se o Gravina veio até aqui é que está precisando, a meu ver, de um empurrão para superar as suas emoções. Veio porque precisa dizer a todos. Sugiro que, antes de encaminhar o ofício à Comissão Nacional da Verdade, com poder de convocá-lo, que esta

Comissão Municipal o convide novamente em nome de todos nós. Para que ele possa dizer que é contrário ao que fez na época. E que estará entre pessoas que querem ouvi-lo de maneira franca, sem o condão da vingança. Penso mais: não devem solicitar ao governador que o demita, pois seria um ato de vingança.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. O colegiado vai analisar a minha proposta. Somos sete vereadores, sempre decidimos com a opinião de todos.

(Manifestação fora do microfone. O presidente pede que se identifique.)

O Sr. Alípio Freire – Bom dia a todos, também sou ex-presos político. Ao Sr. Bosio, que me precedeu, respeitosamente digo que é obrigação política oficial ao governador Geraldo Alckmin. Não se trata de vingança, mas de aprofundar e consolidar a democracia. Não se pode sujeitar pessoas a alguém como ele. Sabemos que massacres ocorrem nas periferias. Não é pelo passado. É pela população da periferia que ele não pode continuar na polícia. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O colegiado, nós todos, vamos decidir o que será melhor para o avanço. Convido a todos para o dia 29 de março de 2014, às 15 horas, quando esta comissão fará uma audiência pública no auditório Santo Dias da Sociedade Santos Mártires, no Jardim Ângela. Fica na Rua Baldinato número 9. Junto com a Comissão da Verdade do M'Boi Mirim e de várias instituições da sociedade civil faremos uma audiência específica. Ouviremos pessoas que testemunharam a morte de Santo Dias, o metalúrgico que morreu diante da antiga fábrica de lâmpadas Sylvania.

Agradeço profundamente a presença dos depoentes e de todos, bem como de meus colegas vereadores. Declaro encerrados, por ora, os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da Câmara Municipal de São Paulo. Bom dia.



Foto: M. Gomes

Sarita D'Ávila Mello no dia de seu depoimento: entre memórias penosas, uma afrontosa oferta de suco de laranja

A visita do suquinho

O depoimento de Sarita D'Ávila Mello à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog ocorreu no dia 25 de maio de 2013. Ex-presa política, professora de História, a circunstância de seu pai, Newton Nunes D'Ávila Mello, ser primo irmão do general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, trouxe mais uma prova de que os militares em comando de nada ignoravam acerca das câmaras de tortura. Instalações ilegais e tortura constituíam, nunca é demais lembrar, política de estado.

“Com a presença dos vereadores Natalini, presidente, Juliana Cardoso, vice-presidente, o relator da Comissão, Mario Covas Neto, Ricardo Young e Laercio Benko, temos quórum qualificado para abrir os trabalhos da reunião extraordinária

da CMVVH”, anunciou o vereador Gilberto Natalini. Como sempre, o Portal da Câmara Municipal de São Paulo transmite a reunião no endereço:

www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

“Na mesa encontram-se a depoente e seu amigo de infância, Dr. Belisário dos Santos Jr., advogado reconhecido no país inteiro, grande democrata, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos”, prosseguiu. “Agradecemos, Sra. Sarita D’Ávila Mello, sua disposição de falar sobre o que viveu como presa no DOI-CODI. É penoso falar. Farei algumas perguntas, depois abrirei aos meus colegas vereadores. Temos 60 minutos. Tentaremos obter, com objetividade, suas informações. Passo às questões.

Depoimento de Sarita D’Ávila Mello

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Quando a senhora foi presa e por quanto tempo? Em que circunstâncias?

A Sra. Sarita D’Ávila Mello – Presa em outubro de 1975. Que eu me lembre fiquei de uma semana a dez dias no DOI-CODI. Eu morava com os meus pais, Newton Nunes D’Ávila Mello e Zisla Mello, e não estava em casa. Seria meia-noite ou uma hora da manhã. Quando cheguei com o meu namorado – nós dois do Partido Comunista – vi a casa toda acesa e o camburão na porta. Percebi que seria presa e fomos dar uma volta. Por sorte encontramos o meu irmão e chegamos de carro com ele. Pensei: não vou fugir. Dou aula, tenho uma vida, não quero interromper. Eu tinha me formado em 1974 na USP, em História.

P – Qual a acusação contra a senhora?

R – Naquele momento os dois que me buscaram disseram ao meu pai que era só para esclarecer umas informações políticas desencontradas.

P – A senhora tinha militância política?

R – Sim, no Partido Comunista Brasileiro.

P – A senhora era parente do general que comandava o II Exército, Ednardo **D’Ávila Mello?**¹⁵⁴

R – Meu pai era primo em primeiro grau do Ednardo e eu em segundo. Sem contato algum, ideologicamente opostos. Meu pai e minha mãe foram do Partido Comunista, viveram na clandestinidade – não em São Paulo. O contato do meu pai com Ednardo foi só na adolescência, décadas antes. Tomaram rumos muito diferentes.

P – Ele soube de sua prisão?

R – Quando entraram em casa, meu pai fez um show na sala. “Eu vou falar com o Ednardo”, repetia. Era uma sexta-feira. Meu pai disse que queria ir junto. Deixaram. Na calçada diante do DOI-CODI mandaram meu pai embora, pois logo seria liberada. Sabíamos que mentiam. Meu pai conseguiu o telefone do Ednardo no dia seguinte, de sua irmã, que tinha relações com esse lado da família. Parece que a minha tia, que morava no Rio, depois agradeceu ao Ednardo.

P – Seu pai conseguiu falar com o general? Qual o conteúdo da conversa?

R – Consegui e até ficou surpreso por ele atender. Meu pai disse: “Olhe, não quero me intrometer no trabalho de vocês, só peço que preserve a vida dela, é uma frágil menina”. Um papo assim, com diplomacia. Ednardo encerrou aí, meu pai não tinha a mínima ideia do que ele faria. Aí meus pais e meu irmão foram pelos caminhos de todos os pais de presos políticos: contratou advogado, foi à Cúria.

P – A senhora ficou presa uns dez dias. Pode relatar como foi tratada?

R – Acho que já rolava o nome do Ednardo, pelo auê que meu pai fez. Levaram-me para uma cela ao lado do local em que torturavam os presos; cheguei a ouvir gritos apesar do alto volume de música sertaneja. Ali fiquei a noite inteira. Várias vezes me chamaram para depor e um deles dizia: “Eu sou um monstro. Fala tudo, senão vai levar uma cacetada.” O outro, de terno, me recebia em uma sala e dizia: “Eu sou bonzinho. Vamos ver o que você tem a falar para não levar porrada.” Ficou nisso a noite inteira. Aquele que dizia ser um monstro passou diversas vezes batendo na porta da cela onde eu estava.

P – Eles bateram na senhora?

R – Não. Fui bastante ameaçada. Um dia me chamaram para mostrar fotos de pessoas que frequentaram a casa dos meus pais, pois abrigavam gente. As pessoas vinham de outros estados e ficavam até obter um documento ou achar um caminho. O Salomão **Malina**¹⁵⁵ ficou um tempo. Então, os policiais devem ter visto um álbum de pessoas do partido, que nada tinham a ver com o movimento estudantil. Perguntavam: “Você conhece?” Eu respondia que não e aí começaram a me dar choque. Nisso entrou na cela o Ednardo, e levei um susto porque ele era a cara do meu pai, e eu tenho um tremendo orgulho de ser filha do meu pai, mas não com aquele verde, as medalhas. Ficou ali por cinco ou seis minutos. Fiquei sem olhar para ele, que me disse: “É verdade, o seu pai tem razão. Você é muito frágil mesmo.” Claro que foi papo, mas eu pesava 42 quilos e navegava naquele macacão.

Foi interessante porque assim que entrou, todos puseram as mãos para trás e abaixaram a cabeça. “Vocês vão preparar um suco de laranja para ela”, comandou. No DOI-CODI, numa cela de tortura, você ouvir um negócio desses! Foi a única vez em que olhei para ele de novo e falei: “Aceito o seu suco de laranja, desde que para todas as companheiras e companheiros de celas.” Nunca aceitaria nada para mim. Aí ele fez

silêncio e saiu. Foi a única vez que estive com ele.

P – E depois que ele saiu?

R – Levaram-me para a cela. Imediatamente reuni as meninas da cela e contei o que aconteceu. Podiam vir boatos, a gente precisa manter a dignidade. Mal se passaram 20 minutos e “monstro” disse na cela: “Viram, o tiozinho esteve aqui e mandou dar suquinho, maçãzinha.” Não é que no final da tarde veio café com leite e pão com manteiga para todas? E parece que também para os rapazes. Tudo bem, desde que viesse para todos daquela casa do inferno, do diabo. Alguma coisa para todos é positiva.

P – Voltaram a chamá-la para depor?

R – Não. Fiquei mais quatro, cinco, seis dias, não consigo lembrar com clareza.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vou abrir para meus colegas vereadores.

A Sra. Sarita D’Ávila Mello – Peço, antes, para falar sobre como vejo a ida do Ednardo ao DOI-CODI. Meu pai contou, na nossa infância, que o pai dele, Ascendino D’Ávila Mello, dizia: “Comunista, não interessa se é filho, se é parente. Tem de ser preso.” Mas na hora H acho que Ednardo deve ter dado ordem para não me infligirem tortura física. Sofri de tortura psicológica. E tenho a sensação de que ele deve ter ido até lá para certificar-se de que eu estava viva. Teve o lado pessoal e ao mesmo tempo o político, pois eram os mandantes.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Pela ordem, Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – A senhora nunca mais teve contato com ele?

A Sra. Sarita D’Ávila Mello – Nunca. Nem meu pai.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vereador Young.

O Sr. Ricardo Young – A senhora sentiu alguma sequela psicológica, trauma? Minha segunda pergunta: o fato de o general ter interrompido a sua tortura criou constrangimentos com seus companheiros de militância e problemas na vida futura?

A Sra. Sarita D’Ávila Mello – Fiquei um ano com medo de qualquer barulho e de barulho de carro. Muito insegura. Mas com a ajuda dos meus pais, que eram pessoas fantásticas, e com o apoio de amigos, nem fiz terapia. Só posteriormente. Mas apaguei muita coisa, acho que é a forma de me proteger. Não consigo me lembrar da cela, nem se tinha banheiro. Antes de vir para cá telefonei ao meu irmão e pedi para ele relembrar algumas coisas.

Quanto à segunda questão, sou de uma família de guerreiros. Meus pais foram do

Partido Comunista por muitos anos. Meu irmão não está aqui porque teve um problema de saúde. Então, sim, me incomoda qualquer insinuação sobre Ednardo. Quando voltei à cela e reuni as presas, uma delas, uma só, falou: “Será que é verdade? Você falou isso mesmo para o Ednardo?” Eu estava sob grande pressão e constrangida, muito dividida, vem alguém e fala de suquinho! Por ordem de um mandante de tudo o que sofríamos. Tantas mortes envolvidas. A Diléa **Frates**¹⁵⁶ foi de grande importância. Também uma jornalista, acho que da TV Globo, que veio apanhando de Brasília até aqui, de grande força e dignidade. Elas reagiram: Que é isso? Você está dividindo a gente? Ela quer deixar tudo transparente, limpo. Conhecemos a Sarita. Temos de estar unidas. Pensei: a primeira coisa a fazer é comunicar.

O Ednardo era primo do meu pai. Nessa hora a gente usa as relações para salvar a vida, ninguém traiu ninguém. Ele só pediu para me preservar. Meu pai, um homem tão digno, tenho orgulho de dizer isso para uma multidão, pena que não está mais aqui. Ele era cauteloso, didático. “Não estou me metendo no seu trabalho, só peço que preserve a vida de minha filha.” E nunca mais houve contato. Houve zum-zum-zum na época, me deixou muito chateada, talvez seja este o momento de esclarecer como foi o Ednardo na minha prisão, qual a postura dos meus pais, duas pessoas das quais tenho grande orgulho.



Foto: M. Gomes

Belisário dos Santos Júnior, advogado que defendeu presos políticos: tortura é marca que não sai. Não tem gradação

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vereador Laércio Benko.

O Sr. Laércio Benko – Esta Comissão, bem como as Comissões Estadual e Nacional registram as responsabilidades do estado, dos indivíduos e trazem a público o que aconteceu. A internet leva ao mundo inteiro o que aconteceu naqueles anos.

Sra. Sarita D'Ávila, importante é a senhora deixar o depoimento, principalmente para os jovens, que dizem preferir a ditadura à badernagem que é a política. E pessoas que, como eu, têm 40 anos. O que a senhora diria a eles?

A Sra. Sarita D'Ávila Mello – Muitas vezes ouço a sua pergunta em sala de aula. Digo que, para construir um país melhor, uma democracia, é preciso enfrentar erros, momentos difíceis, e lidar com acertos, momentos fáceis. Assim se constrói um país com liberdade. Fala-se tanto na corrupção. Sempre existiu, mas na ditadura tudo ia para debaixo do tapete na ditadura. Agora aparece tanto porque estamos edificando um país o mais transparente possível. Vir tudo à tona é importante – só se arruma as coisas corrigindo erros. É muito bom fazer parte desse caminho. Na aula, quando menciono ditadura, digo aos alunos: “Se estivéssemos numa ditadura, eu teria de estar falando de cachorrinhos. Ou usar palavras muito cuidadosas.

Dei aula durante a ditadura para classes com até 200 alunos. Precisava falar sem dizer. Hoje criticam: “Veja o Congresso, os deputados. Deveria ser fechado”. Respondo: “Que bom, podemos denunciar algumas coisas do Congresso. Vamos discutir mais nas eleições, saber melhor quem são os candidatos. Esse é o caminho para construir o país. E não a ditadura, que esconde tudo, tortura, mata”.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – *(para a mesa e a plateia)* Está presente o advogado Belisário dos Santos Júnior a quem agradecemos pela presença. *(para Sarita)* A senhora estava presa no dia em que Vladimir Herzog chegou?

A Sra. Sarita D'Ávila Mello – Saí na sexta-feira. Herzog entrou no dia seguinte. Eu conhecia muitos dos jornalistas que eram do partido e foram, depois, confrontados com ele. Mas não cruzei com Herzog.

P – Pelo que a senhora nos relatou, estavam começando a dar choques na senhora quando chegou o seu primo em segundo grau, o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, com a missão precípua de impedir que a senhora sofresse.

R – É um lado familiar.

P – Na cela havia várias companheiras suas do Partido Comunista. Foram submetidas à tortura violenta?

R – Sim, a que veio de Brasília. E outra também. Sim. Algumas no pau de arara, coisas muito violentas. Várias, na nossa cela.

P – A senhora acha que o comandante do II Exército tinha conhecimento das atividades do DOI-CODI? Que as pessoas eram presas e submetidas à tortura?

R – Tenho certeza de que sim. Por que o general se locomover até o DOI-CODI? Certamente deu a ordem, do quartel, para me pouparem. Mas não confiava na

máquina que era dele. Por isso foi até lá. Sabia de tudo o que se fazia ali. Entre todos os outros, o Vlado e o Manuel Fiel Filho morreram enquanto ele era o comandante do II Exército.

Lembra-se aqui novamente o diálogo do general Ernesto Geisel com o general Vicente de Paulo Dale Coutinho, escolhido para ministro do Exército:

Dale: Agora, aqui entre nós, o negócio melhorou muito {...} quando nós começamos a matar.

*Geisel: {...} Ô Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que **ser**¹⁵⁷.*

P – Como a senhora qualifica os militares brasileiros que torturaram, participando das torturas de compatriotas? Do comando? Os integrantes das Forças Armadas que praticaram tais ações?

R – Acho que é um lado fascista das Forças Armadas. No Exército havia gente progressista, o próprio Partido Comunista tinha bases de militares que morreram. Era inaceitável para os ditadores, tinham de matá-los. Agiam sem limites. Como na Argentina, no Uruguai e outros países. E quando você ouve alguns deles, nessas manifestações de rua, ainda se pronunciando, percebe que tudo para eles é normal. Sem limites. Viraram monstros. Extremamente radicais, obcecados por uma ideia. Como cães raivosos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nosso relator, o vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Um comentário. Passados esses anos todos, fica nítido o seu constrangimento pelo parente militar, que causou mal-estar perante as companheiras de cela. Perdura o sentimento de querer explicar que não se tratava de favorecimento. Compreendo perfeitamente. Não foi favorecimento. Deve ter sido embaraçoso também para o general ir ao DOI-CODI, até uma ousadia. Implicava alguma consideração por todos que estavam lá, talvez tenha até beneficiado as pessoas que estavam com a senhora.

A Sra. Sarita D'Ávila Mello – Se ele fosse em função de averiguar e eles passassem a nos dar estrogonofe e melhor cama. Estou ironizando.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Só quero dizer que, ainda que lhe tenha causado constrangimento, eventualmente ocasionou um benefício aos demais. Essa é a parte boa a guardar na memória, pois temos de extrair uma parte boa das coisas. Também vivi esse período, meu pai era deputado, minha casa um refúgio. Compreendo bem. Esta é uma Comissão da Verdade e o objetivo aqui é procurar saber o que aconteceu, independentemente de lados.

A Sra. Sarita D'Ávila Mello – Para ser íntegra comigo mesma, houve

favorecimento. Mas não foi em troca de nada, de traição. E houve favorecimento dele, porque se eu não tivesse esse sobrenome, torturariam. O favorecimento não comprometeu a minha dignidade. Isso me é fundamental para carregar na vida.

O Sr. Ricardo Young – Agradeço a sua presença e disposição de resgatar esse fato de sua vida, que deixa claro que o general sabia de tudo, esteve nos porões, presenciou. E parabeno-a pela dignidade e serenidade com que fala do período, do histórico da família. Creio que a senhora acrescentou fatos importantes ao trabalho da Comissão.

A Sra. Sarita D'Ávila Mello – Agradeço também. A situação é nova para mim. Meu depoimento é uma homenagem a todos os que lutaram e, principalmente, aos meus pais, dos quais herdamos, meu irmão e eu, valores e dignidade. Tomara que, de alguma forma, a gente contribua para denunciar e limpar, deixando claro aos jovens o que é uma ditadura. Para não vivermos isso novamente.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Passo a palavra ao advogado Dr. Belisário dos Santos Júnior.

O Dr. Belisário dos Santos Júnior – Cumprimento a Sarita, que conheci adolescente, ela e o irmão, infinitamente mais novos do que eu. É uma emoção ouvir falar do velho Professor Newton.

Primeiramente, lembro que Sarita foi interrogada no DOI-CODI na época do Governo Geisel, que continuou a política da tortura dos governos anteriores e foi o que mais matou oponentes políticos. Meses antes de prenderem Sarita, morreu nos porões do DOI-CODI o oficial da PM tenente José Ferreira de Almeida, cujo nome é pouco lembrado. Morreu em julho de 1975, o ano do Partido Comunista. O governo já tinha quase liquidado os partidos políticos de esquerda e completaria a liquidação com a chacina da Lapa, em dezembro de 1976.

Um dia depois de sair a Sarita morreu Herzog. Em três meses seria o Manuel Fiel Filho. Falo isso na presidência do Vereador Natalini, que deu um exemplo de cidadania e coragem ao enfrentar o coronel Ustra. A conversa entre os que militam na área dos Direitos Humanos é: “Você já viu o vídeo do Gilberto Natalini enfrentando o Ustra?”

Refiro-me agora à Comissão para Indenização de Tortura, em nível estadual, da Secretaria da Justiça, que presidi. Estudos e observações nos levaram a entender por que uma torturada política diga que não foi muito supliciada, diante dos horrores que conhecemos. Que diga que só o foi psicologicamente. Mas o quadro que vejo são pessoas com instrumentos de tortura, entra o comandante do II Exército e manda dar suco de laranja.

Faço algumas considerações.

Primeiro, o tormento não começava no DOI-CODI, mas quando se via a Caravan verde, ou quando começavam os boatos de que a pessoa estava na lista de presos. A tortura começa ao se saber a que se podia ser submetido, os minutos, as horas, os dias. Muitos presos seguiram a lição de *Pedro e o Capitão*¹⁵⁸, decidiam ser mortos. Entravam mortos psicologicamente, era a forma de resistir. Entrar morto para não ter que negociar. Ou seja, já estava profundamente torturada.

Segundo, a Comissão de Indenização aos Torturados Políticos decidiu ignorar as distinções que a lei impôs entre vários tipos de tortura. Tortura é marca que não sai. Não tem gradação. O que estabelecemos são os efeitos, se a vítima morreu ou não.

Terceiro, os cães raivosos que a torturaram abriram mão da tortura depois que souberam que poderiam ser prejudicados. Havia os sádicos, os psicologicamente perturbados na linha de frente. De outro lado, muitos pais de família presidiam e comandavam as torturas. Muitos iam à missa. O general *Videla*¹⁵⁹ comungava todo o domingo. O aparato de cães raivosos tinha, no topo, presidentes do país. Mas a repressão, o apoderar-se do poder público, a manutenção desse poder, as violações massivas e sistemáticas estabeleceram-se por pessoas com família, filhos, sobrinhos. Não eram sádicos, talvez tivessem terapeutas. Foi um processo político que se enraizou até hoje.

Sarita, minha querida amiga, você disse que não teve qualquer influência (*sobre o comparecimento do general, seu primo em segundo grau, ao DOI-CODI*). A sua dignidade, e você estava submetida à mais vil indignidade, está absolutamente fora de discussão. Você se preocupou em manifestá-la naquelas conversas com as companheiras. Pouco importa se a tortura foi interrompida. Você estava arrasada em um lugar emprestado pelo Governo de São Paulo para o II Exército, que o utilizava ilegalmente porque a Constituição Federal não permitia tortura, nunca permitiu. Você estava presa num estabelecimento ilegal do II Exército. Eu já disse isso em um depoimento e ali havia um general, secretário do Clube Militar, que não ousou questionar o que falei.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Se não há mais perguntas, agradeço à Sarita D'Ávila Mello pela coragem em dar esse primeiro depoimento político. Ao Dr. Belisário dos Santos Júnior, amigo nosso de muitos anos, democrata convicto. E aos membros da Comissão. Estão encerrados os trabalhos.

Roteiro de perguntas ao delegado Dirceu Gravina

A CMVVH preparou uma série de questões a responder para cada pessoa convidada a depor. Aqui, as perguntas preparadas para o delegado Dirceu Gravina, 65 anos, codinome Jesus Cristo ou JC, acusado de tortura e de assassinato no DOI-CODI, sob o comando do então capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra.

1 – O senhor tem dito que se arrepende de ter sido policial. Mas continua na ativa. Por que não deixou a carreira?

2 – Por que o senhor não denunciou o que ocorria no DOI-CODI? Por ser jovem? Tinha medo?

3 – O senhor vem alegando não poder voltar atrás nas coisas erradas que fez. O senhor não as nega, mas afirma ter cumprido ordens. Está pronto a assumir os seus erros?

4 – Quais foram os seus erros?

5 – O senhor diz ser católico. Como concilia o seu passado com a religião?

6 – O que é a tortura para o senhor?

7 – O senhor considera que a tortura se justifica como método para a obtenção de informações pela autoridade policial?

8 – O senhor foi o braço executivo do comandante Ustra no DOI-CODI de São Paulo?

9 – Em abril de 2012, o Ministério Público Federal chegou a denunciá-lo, e ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, pelo sequestro e desaparecimento de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira. Qual o seu envolvimento com o caso? E com a morte de Luiz Eduardo da Rocha Merlino?

10 – O Ministério Público Federal classificou o crime de desaparecimento de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira como de natureza permanente. Dessa forma, considera-o imprescritível. O que o senhor diz a respeito?

11 – O senhor torturou Aluizio Palhano Pedreira Ferreira?

12 – O senhor é responsável pela morte de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira?

13 – Quem matou Aluizio Palhano Pedreira Ferreira?

14 – O senhor torturou Luiz Eduardo da Rocha Merlino?

15 – Quem matou Luiz Eduardo da Rocha Merlino?

16 – O Grupo Tortura Nunca Mais acusa o senhor de ter metralhado e matado Lauriberto José Reyes e Alexander José Ibsen Voerões, em São Paulo. O que o senhor diz a respeito?

17 – O senhor contou a presos do DOI-CODI que o integrante da VPR Yoshitane Fujimore chegou com vida ao DOI-CODI em 5 de março de 1970? O senhor é autor da morte de Yoshitane Fujimore?

18 – Quem matou Yoshitane Fujimore?

19 – O senhor estava presente na festa em comemoração à morte de Yoshitane Fujimore no DOI-CODI?

20 – O senhor se lembra de ter prendido Adriano Diogo em 1973?

21 – Adriano Diogo, que é deputado estadual, denuncia que o senhor o agrediu assim que ele recebeu voz de prisão. O que o senhor diz a respeito?

22 – Adriano Diogo relata ter tomado do senhor uma coronhada de metralhadora no olho direito. O que o senhor diz a respeito?

23 – O senhor afirma não ter enriquecido. Tem conhecimento de outros agentes da repressão que se corromperam e enriqueceram?

24 – Que relação o senhor teve com o delegado Sérgio Paranhos Fleury?

25 – Fleury enriqueceu?

26 – O senhor pertenceu ao Esquadrão da Morte?

27 – Como era a sua relação com o capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI?

28 – O senhor torturou a educadora e advogada Rita Sipahi no DOI-CODI?

29 – A educadora e advogada Rita Sipahi afirmou em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade que o senhor a torturou com choques elétricos em maio de 1971. O que o senhor diz a respeito?

30 – A socióloga Lenira Machado também relatou a esta Comissão Municipal da Verdade que o senhor a torturou várias vezes no DOI-CODI. O que o senhor diz a respeito?

31 – O senhor usava a música clássica na sala de tortura do DOI-CODI para que não fossem ouvidos os gritos das pessoas seviciadas pelo senhor?

32 – O senhor sempre ordenava que as mulheres tirassem a roupa antes de pendurá-las no pau de arara para a aplicação de choques elétricos?

33 – O senhor usava o método de jogar água no nariz da pessoa torturada o que a obrigava, sufocada, a abrir a boca para o senhor jogar dentro sal, potencializando o efeito do choque elétrico?

34 – O senhor se lembra do dia em que Lenira Machado se soltou do pau de arara e o agarrou no momento em que jogou o sal, o que fez o senhor dividir o choque com ela?

35 – O senhor se lembra como se vingou dela, após receber os curativos decorrentes do choque e da queda?

36 – O senhor jogou Lenira Machado violentamente contra o chão, em mais um ato covarde, o que a deixou parcialmente paralisada na ocasião?

37 – O senhor torturou a atual ministra Eleonora Menicucci no DOI-CODI?

38 – Afronta o senhor que pessoas como a educadora e advogada Rita Sipahi, a socióloga Lenira Machado e a ministra Eleonora Menicucci sobreviveram, estão ativas profissionalmente e vivem com dignidade?

39 – Quantas pessoas o senhor matou?

40 – O senhor considera certa a interpretação da Lei de Anistia que perdoa agentes de estado que sequestraram, fizeram prisões ilegais, torturaram, estupraram, assassinaram e ocultaram cadáveres de presos políticos?

Ofício urgente

No dia 26 de março de 2014 a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog enviou ao governador Geraldo Alckmin o ofício nº 5745/2014 – 26º GV. Seguem-se os termos do documento.

Senhor Governador,

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, convidou para depor o delegado de polícia Dirceu Gravina, lotado no Departamento de Polícia Judiciária do Interior 8 (DEINTER 8), em Presidente Prudente, com a finalidade de lhe conceder a palavra, para que o policial pudesse explicar, com toda a liberdade, as graves denúncias de violação dos direitos humanos de que é acusado, durante o período em que o senhor Gravina foi agente do famigerado DOI-CODI em São Paulo.

Informamos a Vossa Excelência que o depoimento do senhor Gravina, autorizado pelo senhor secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e pelo senhor delegado-geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo, foi acordado com o referido policial para ser tomado no último dia 25 de março. Ocorre que o senhor Gravina não compareceu para depor, evitando responder perguntas sobre diversas acusações, entre as quais as das senhoras Lenira Machado e Rita Sipahi, que afirmaram a esta Comissão Municipal da Verdade terem sofrido fortes agressões físicas do policial, como espancamentos e choques elétricos aplicados nas dependências do DOI-CODI, com o uso de instrumentos de tortura como o conhecido pau de arara, em 1971.

É importante ressaltar à Vossa Excelência que o senhor Gravina foi acusado no caso do desaparecimento de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, bem como pelas mortes de Lauriberto José Reyes e Alexander José Ibsen Voerões. O policial também é mencionado como envolvido no caso da morte de Yoshitane Fujimore, nas dependências do mesmo DOI-CODI.

Por fim, senhor governador, Dirceu Gravina foi denunciado por agredir em 1973 o atual deputado estadual Adriano Diogo, e de ter participado de sessões de tortura contra Luis Eduardo da Rocha Merlino e das agressões contra a atual ministra Eleonora Menicucci de Oliveira, da Secretaria de Política para as Mulheres.

Diante do exposto, e certos de que a presença de Dirceu Gravina não é um bom exemplo e, mais do que isso, causa prejuízos à imagem da polícia civil de São Paulo,

nós, integrantes da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, vimos solicitar a Vossa Excelência o imediato afastamento do policial, que ainda se encontra em atividade nos quadros da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Desenvolveu um ideário de socialismo humanista, que articulava medidas econômicas, sociais e culturais para alcançar uma ética integral do desenvolvimento.

Jacob Gorender refuta a tese de que o pequeno grupo de Fidel Castro iniciou sua luta para derrubar o ditador Fulgencio Batista a partir de um foco. Argumenta que desde o princípio contou com a simpatia e a ajuda dos camponeses. *Combate nas Trevas*, obra citada, a partir da página 79.

Um militante preso sabia que, se aguentasse as torturas pelo tempo previamente combinado, seria um código: perceberiam que fora preso, pois deixava de comparecer em pontos de encontro. Nesse caso, os vulneráveis abandonavam os “aparelhos” ou mesmo as moradas legais.

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Pretendia uma revolução popular que destruísse o estado burguês. Jacob Gorender em *Combate nas Trevas*, obra citada, a partir da página 101.

Gorender foi um dos fundadores do PCBR.

Fernando Henrique narra um jantar informal em casa de seu ministro da Marinha, para os seus ministros militares. A certa altura propôs, em típica abordagem brincalhona, um brinde à democracia, tão clara que nem a imprensa estranhara o jantar que reunia o presidente e seus militares. No final, já no *fumoir*, digamos assim, lhes disse que pretendia promover reparações no caso de pessoas mortas, torturadas ou presas de forma ilegal durante o regime militar. Os ministros, termina o autor, receberam a informação com naturalidade, sem opinar. Páginas 255 a 258. No livro *A Arte da Política: a história que vivi*, página 51. Coordenação editorial de Ricardo Setti. Editora Civilização Brasileira, 2006.

Agente federal Maurício José de Freitas, alcunha Lunga e Lungareti, das equipes de interrogatório da OBAN e do DOI-CODI. Participação em casos de tortura, execução e desaparecimento. Outras informações no site www.documentosrevelados.com.br.

O prédio, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, foi entregue à OAB-SP e transformado no Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros contra a Ditadura. Sedia a Comissão da Verdade da OAB-SP e o Núcleo de Preservação da Memória. Nesse prédio foi julgada a presidente Dilma Rousseff.

José Mariane Ferreira Alves, falecido em 1988 num acidente de carro. Um dos três militares que, sob a liderança do capitão Carlos Lamarca, em janeiro de 1969, deixaram o 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna (SP), para construir uma coluna guerrilheira e derrubar o regime militar, integrados à VPR. Os outros dois: Darcy Rodrigues (Capítulo VI) e Carlos Roberto Zanirato, que se suicidou ao ser conduzido, preso, a um ponto, onde se encontraria com outro militante. Muitos pontos “abertos” na tortura eram falsos e ocasião para suicídio.

General Antonio Bandeira, diretor da Polícia Federal. Segundo Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*, obra citada, página 425, o general “se celebrizaria combatendo as composições de Chico Buarque de Hollanda.” Bandeira comandou as duas primeiras campanhas contra os guerrilheiros do Araguaia, malsucedidas. A terceira, sob as ordens do general Hugo de Andrade Abreu, comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, aniquilou-os. Todos foram executados sem que até hoje se saiba onde se encontram os corpos.

Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares. Defendia a guerrilha rural, mas valorizava-se o trabalho de massas e a atuação política. Pretendia-se construir um partido. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, obra citada, página 137.

Eleonora Menicucci de Oliveira, socióloga, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Foi colega de faculdade da presidente Dilma Rousseff e ocuparam a mesma cela no presídio Tiradentes. Militou no POC, Partido Operário Comunista, fusão de uma dissidência do PCB e o que restou da POLOP, Política Operária, depois da saída dos adeptos do foquismo. Pretendiam uma revolução socialista baseada na participação dos trabalhadores, principalmente dos operários de indústrias. Ao POC pertenceu o jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, torturado no DOI-CODI e levado a morrer no hospital com gangrena disseminada em virtude de lesões, de acordo com

testemunhos.

Último da direção da VPR ao lado do infiltrado agente policial cabo Anselmo. Preso em São Paulo pelas mesmas vias que Inês Etienne Romeu. Anselmo ainda conseguiu intermediar o assassinato de seis militantes da VPR no Recife: Soledad Barret Viedma, sua companheira, grávida; Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luís Siqueira, Jarbas Pereira Marques e José Manuel da Silva. Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo – Interior.

Rosa Maria Cardoso da Cunha, autora de livros jurídicos, advogada criminalista, foi coordenadora da CNV de maio a agosto de 2013. Atuou em defesa de presos políticos no Rio, em São Paulo e em Brasília durante o regime militar.

José Carlos Dias, advogado criminalista, defendeu presos políticos diretamente na Justiça Militar. Foi um dos autores da Carta aos Brasileiros, de 1977, redigida sob a liderança do professor Goffredo da Silva Telles Jr., que repudiou a ditadura militar.

Difícilmente o delegado tinha noção do que dizia ao se definir “meio hippie”. O movimento era sobretudo pacifista, comunitário, defensor do meio ambiente. Universalizou o lema e o gesto de paz e amor. Usavam roupas, correntes e símbolos religiosos que os caracterizavam como contracultura. Talvez o delegado se apegasse aos modismos do cabelo comprido e colares, o que ajudaria a camuflá-lo.

Ednardo D’Ávila Mello (1911-1984), exonerado por determinação do Presidente Ernesto Geisel depois da morte do operário Manuel Fiel Filho no DOI-CODI. Elio Gaspari observa: “Geisel exemplou o general para restabelecer a autoridade da Presidência.” *A Ditadura Encurralada*, obra citada, página 220.

Um dos mais condecorados pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, Salomão Malina (1922-2002) combateu o fascismo na II Guerra Mundial e no Brasil. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro no início dos anos 40, pertenceu ao Comitê Central por 40 anos e durante 20 foi seu Secretário Geral, o último. O partido transformou-se no PPS e homenageou-o com o cargo de primeiro Presidente de Honra. Passou 35 anos na clandestinidade. Escreveu *O Último Secretário – A Luta de Salomão Malina*, prefácio de Elio Gaspari. Edições Astrojildo Pereira, 2002.

Dilea Frate foi presa com o marido Paulo Markun. É jornalista, diretora de TV e escritora. Seus três livros para crianças, altamente recomendados, são *Histórias para Acordar* (1996), *Fábulas Tortas* (2007) e *Quem contou?* (2014), todos editados pela Companhia das Letras. Paulo Markun é jornalista e escritor. Entre seus livros, um é de vários relatos que organizou sobre Vadimir Herzog: *Vlado - Retrato da Morte de um Homem e de uma Época*. Editora Brasiliense, 1985. E *Meu Querido Vlado*, Editora Objetiva, 2005. Elio Gaspari, já citado.

Peça de Mario Benedetti (1920-2009), um dos principais autores uruguaios. Escreveu acima de 80 romances, contos, ensaios, livros de poesia, roteiros para cinema, dramaturgia. *Pedro e o Capitão* reproduz, em quatro atos, a tortura de um preso político exercida por um oficial da inteligência militar. A violência se percebe de forma indireta, mas Pedro aparece cada vez mais machucado. Segundo Benedetti, “é uma indagação sobre a psique de um torturador.”

Jorge Rafael Videla, ditador da Argentina (1925-2013). Morreu na prisão.

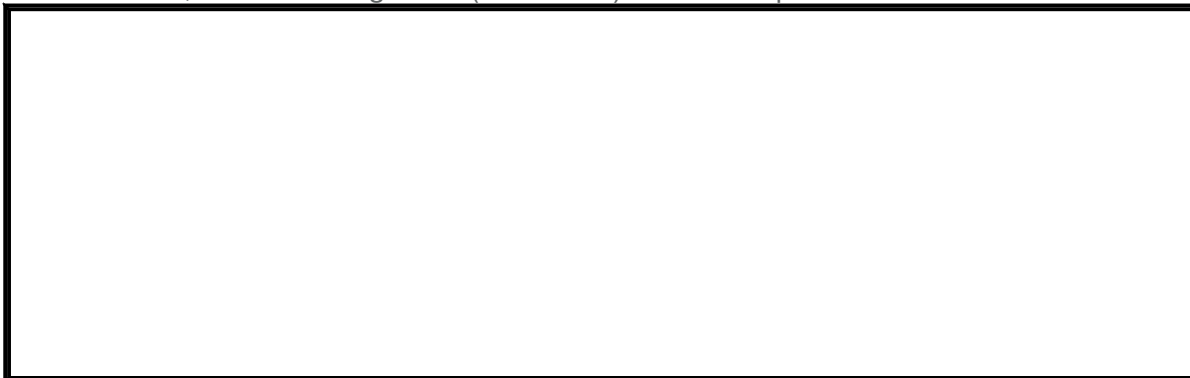




Foto: *Marcelo Camargo/Agência Brasil*

MESTRE EM DEBOCHE

José Carlos Dias e Pedro Dallari interrogam Aparecido Laerte Calandra que nada viu, ouviu, sentiu enquanto trabalhava no DOI-CODI como simples burocrata

CAPÍTULO IX

O rosto do imponderável

“Aqueles capazes de levar você a acreditar em absurdos, o levarão a cometer atrocidades.”

Voltaire (1694-1778), filósofo francês.

O depoimento de várias pessoas que sofreram torturas conduzidas por um capitão Ubirajara, posteriormente identificado como delegado de polícia Aparecido Laerte Calandra, levou a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog a convidá-lo a depor. Calandra, porém, recusou-se a comparecer. O presidente da Comissão, com a concordância dos demais vereadores, solicitou à Comissão Nacional da Verdade que o ouvisse. A CNV acedeu ao pedido e convocou-o. No dia 12 de dezembro de 2013 realizou-se a oitiva no escritório da Presidência da República, em São Paulo, na presença dos advogados José Carlos Dias e Pedro Dallari, da CNV, e do presidente da CMVVH, vereador Gilberto Natalini.

É penoso insistir na importância da verdade na história brasileira e na esperança de reconciliação quando depoentes mentem sem acanhamento, sem reconhecer o papel que desempenharam durante os anos de regime militar. A recusa sinaliza que estariam prontos a novamente trilhar o caminho do desrespeito ao estado de direito. Lembre-se do que explicou ao jornalista Silvio Ferraz o banqueiro Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, do Banco Mercantil de São Paulo (capítulo VI), ao justificar a repressão planejada na OBAN, a precursora do DOI-CODI:

“Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”.

Ofício nº 028/2013

Ilma. Sra. Rosa Cardoso da Cunha, M.D. Coordenadora da Comissão Nacional da Verdade.

Cumpre-me o dever de informá-la que esta Comissão da Verdade Vladimir Herzog, instalada na Câmara Municipal de São Paulo, convidou o ex-policial Aparecido Laerte Calandra que, como é de amplo conhecimento, teve atuação importante dentro dos órgãos de repressão da ditadura militar, para depor sobre

suas ações, condutas e práticas durante o período de 1964 a 1985. O ex-policial, contudo, recusou nosso convite. Recorro ao termo de cooperação firmado entre a CMVVH e a CNV, em pleno vigor, para solicitar a V.S. que CONVOQUE o Sr. Aparecido Laerte Calandra a prestar os devidos esclarecimentos à sociedade brasileira e, desde já, à medida das possibilidades, sugiro que a tomada de depoimento se dê nesta Comissão, situada no município de São Paulo, no mesmo local

de residência do policial. Certo de contar com a sua presença, despeço-me com votos de estima e consideração.

Os vereadores

Gilberto Natalini

(presidente da CMVVH)

Juliana Cardoso

(vice-presidente da CMVVH)

Mario Covas Neto

(relator da CMVVH)

Ricardo Young

José Police Neto

Rubens Calvo

Laércio Benko

De frente com a impostura

O advogado e coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Dr. Pedro Dallari, iniciou a sessão:

“Sr. Calandra, não somos uma comissão processante, de natureza jurisdicional ou inquisitorial. Mas temos a responsabilidade legal, hoje, de construir um quadro fático que revele para a sociedade brasileira graves violações dos direitos humanos. Com base nas informações que obtivemos preparamos um conjunto de perguntas. O senhor terá a liberdade de expressar-se, apresentar seus argumentos se julgar por bem fazê-lo. Se quiser consultar o seu advogado poderá fazê-lo. Tenho clareza de que despertará emoções entre os presentes, mas peço que todos colaborem para que possamos ter no depoimento do Sr. Aparecido Laerte Calandra um elemento para a elucidação dos fatos. Peço inicialmente que o senhor nos diga qual a sua atividade atual.”

Depoimento de Aparecido Laerte Calandra

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Sou delegado de polícia aposentado. Sem outra atividade.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da CNV) – Peço ao Dr. José Carlos Dias que conduza as questões.

O Dr. José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – Antes de mais nada saúdo o meu colega, Dr. Paulo Esteves, que nos honra com a sua presença e dá assistência jurídica ao Sr. Aparecido Laerte Calandra. (*voltando-se para Calandra*) O senhor pode nos informar quando se tornou delegado de polícia? Em que unidades o senhor serviu?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Tornei-me delegado de polícia em 1970. Servi em Santos, São José do Rio Preto; depois fui ao DECAP (Departamento de Polícia Judiciária da Capital), distrito de São Miguel, Itaquera e ao DOPS.

P – Durante quanto tempo no DOPS?

R – Muitos anos, não lembro ao certo.

P – Em que período, já nos anos 70?

R – De 70 a 80. Depois fui à Polícia Federal e fiquei oito ou nove anos.

P – O senhor participou das equipes do DOI-CODI?

R – Não. Fui designado para dar assessoria jurídica ao Comando Militar do Sudeste. Era o comando do II Exército. Fora isso eu não tinha atividade alguma.

P – É importante para esta comissão, Dr. Calandra, precisar a sua relação com o DOI-CODI. Vou passar às suas mãos e nas do seu advogado um auto de exibição e apreensão emanado para o DOI, subordinado ao órgão do Ministério do Exército, no II Exército. Aqui, a relevância não está, obviamente, na matéria, mas consta como autoridade, no caso, a sua pessoa, Dr. Aparecido Laerte Calandra, como autoridade nesse ato administrativo do DOI-CODI. Vamos passar ao seu advogado para que examine o documento. O senhor é o primeiro signatário como autoridade e tenho aqui vários outros documentos de igual natureza, do ano de 1975. Quero, então, que o senhor esclareça o vínculo que tinha com o DOI-CODI.

R – É o que disse. A minha função era de assessor jurídico. Toda a parte jurídica era destinada à 2ª sessão e a gente ia lá lavar.

P – O senhor era conhecido como capitão Ubirajara?

R – Negativo. Nunca usei esse codinome.

P – O senhor participava dos interrogatórios?

R – De maneira alguma. Minha função era só de assessoria jurídica.

P – O senhor nunca interrogou ninguém?

R – Não, não era a minha função.

P – Tem certeza?

R – Absoluta.

P – Esta comissão colheu um número muito expressivo de depoimentos, unânimes em apontá-lo como o capitão Ubirajara, envolvido em graves violações aos direitos humanos.

R – Sempre usei meu próprio nome e nunca interroguei ninguém, muito menos violei direitos humanos. Sempre fui contrário a isso.

P – O senhor trabalhava em ligação estreita com o coronel Ustra?

R – Negativo. Eu o conheço, mas nunca trabalhei com ele. Eu era do Comando Militar do Sudeste.

P – O senhor não exercia nenhuma atividade no DOI-CODI? O senhor faz essa afirmação categórica?

R – A atividade única era a que a gente fazia na 2ª Seção, a dos autos de exibição e apreensão.

O Dr. Pedro Dallari – Insisto na pergunta do José Carlos. Este auto de exibição e apreensão, aqui, consta da sua lavratura na sala da assessoria jurídica na sede do DOI-CODI. Portanto, o senhor trabalhava no local em que se realizavam atos de tortura.

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Era um cartório, pura e simplesmente, que pertencia à 2ª Seção do Exército.

P – Onde ficava esse cartório?

R – Ficava numa sala dentro do DOI. Mas não tínhamos nenhum contato com a parte do interrogatório, com a parte policial.

P – O senhor não sabia o que acontecia lá?

R – Nada.

P – Durante quanto tempo o senhor trabalhou no DOI-CODI?

R – Cerca de oito anos. Não tenho certeza.

P – O senhor pode me dizer exatamente o que fazia? Até agora não consegui entender.

R – Pura e simplesmente assessorava juridicamente o Comando Militar do Sudeste. Qualquer coisa que precisasse ser avaliada vinha para a minha mão. Eu avaliava. Lavrava autos de exibição e apreensão.

P – Dê um exemplo.

R – Esses autos de exibição e apreensão. Coisas em que havia dúvidas.

P – Durante os oito anos, só fez isso?

R – Exatamente isso.

P – Ainda não tenho claro: o senhor disse que assessorava de maneira genérica o II Exército?

R – Isso, exatamente.

P – Como estava lotado no DOI-CODI, dava assessoria aos assuntos do II Exército relacionados ao DOI-CODI?

R – Perdão, o DOI-CODI era um órgão do Comando Militar do II Exército. Eu estava à disposição do II Exército.

P – Ainda não tenho claro. Obviamente o Comando Militar era muito amplo, teria

muitos organismos. O fato de o senhor estar dentro do DOI-CODI significa para mim, que sou advogado, que era para prestar serviço para aquela repartição, porque se fosse para prestar serviços jurídicos para o Comando Militar do II Exército, não teria sentido a assessoria jurídica ficar naquele órgão específico, e sim junto ao próprio Comando.

R – Quando foi publicada a minha disponibilidade no II Exército, publicou-se à disposição do Comando Militar do Sudeste, que era o II Exército.

O Dr. Pedro Dallari – Sim, formalmente. Mas aí o senhor foi para o DOI-CODI para fazer serviços jurídicos. Além dos autos de exibição e apreensão, que outras atividades o senhor prestava, como assessor jurídico?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – O Comando do II Exército, quando recebia expedientes sobre atividade do Comando do II Exército, mandava expediente (*sic*).

P – Que tipo de expediente? Pode dar exemplos?

R – Ofícios de outros órgãos que vinham.

P – Que assuntos?

R – Não lembro. Sobre muita coisa.

P – Qual o seu horário no DOI-CODI?

R – O expediente. Chegava cedo e saía no fim do expediente.

P – O senhor almoçava no DOI-CODI? Quem eram os seus colegas de trabalho no DOI-CODI?

R – Eu almoçava fora. Com os colegas do 36º Distrito.

P – Havia uma sala dentro do DOI-CODI para a assessoria jurídica?

R – Não, um cartório. Só isso.

P – Quantas pessoas trabalhavam ali?

R – Só eu, que presidia os autos, e o escrivão que datilografava. Manoel Aurélio Lopes.

P – O senhor integrava o sistema de informação do II Exército. O senhor fazia parte do sistema de informação?

R – Não tinha acesso a nenhum assunto que não fosse...

P – O que era esse sistema de informação? O senhor podia dizer, como assessor jurídico?

R – Não, não.

P – O senhor falou que era assessor jurídico do II Exército. E não sabe dizer o que era o sistema de informação do II Exército?

R – Não, porque eu não passava dessa atividade específica. Burocrática. Nada mais.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – Há um documento que vou passar ao seu advogado porque contradita o que o senhor diz. Quero que o seu advogado tenha acesso antes de perguntar ao senhor, especificamente, o que era o sistema de informação.

(Pausa. O advogado examina o documento.)

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – Na folha 22 há uma informação, no seu registro funcional, que desmente o que o senhor acaba de dizer. Vou ler em voz alta. Exibimos também na tela. No ofício de 14 de abril de 1977, de número 172-E/02, do chefe do estado-maior do II Exército, se diz que o interessado, no caso o senhor, foi elogiado por eficiência e dedicação, ao executar as mais diversas atividades em 1976, visando a consecução dos objetivos propostos no combate à subversão e ao terrorismo, como integrante do sistema de informação na área do II Exército.

Essa relação com o sistema de informação está em sua ficha funcional. Consigna-se de forma elogiosa a conduta do senhor para o combate à subversão e ao terrorismo. Os objetivos no DOI-CODI envolviam graves violações dos direitos humanos. Por que o senhor acaba de nos dizer que não integrava e não sabe o que é o sistema de informação, se o senhor foi elogiado por seu desempenho junto ao sistema de informação?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – O elogio era parte da conduta do Comando Militar do Sudeste, para quem se dedicava à sua específica função. E a minha era a de assessor jurídico. Nada mais.

P – Aqui está escrito expressamente: como integrante do sistema de informação.

R – É a linguagem que usavam.

O Dr. José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – Isso então é mentira?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Hã?

P – É mentira, então?

R – É uma verdade em relação ao que fazia, só isso.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – Não, o senhor integrava o serviço de informação, está escrito aqui.

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – O DOI-CODI era um órgão do sistema. Eu não tinha nada a ver com a atividade do DOI. Minha atividade era especificamente jurídica. Nada mais.

O Dr. José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – Nesse documento elogia-se a sua luta no combate à subversão e ao terrorismo. O senhor se engajou nessa luta contra a subverão e o terrorismo?

R – O meu engajamento foi em decorrência da minha função, da atividade jurídica que me cabia.

P – Dr. Calandra, o senhor já falou, mas para me ajudar a formular outra questão: o senhor trabalhou durante quanto tempo no DOI-CODI?

R – Não lembro ao certo, sete a oito anos. De 72 a... Não tenho isso.

P – Período muito duro, não é?

R – É.

P – O movimento de contestação ao regime era muito intenso. Para que existia o DOI-CODI?

R – O DOI-CODI era um órgão operacional do II Exército. Agora, o resto...

P – O que quer dizer órgão operacional?

R – Fazia as atividades de combate à subversão. O resto não sei.

P – Durante os oito anos em que trabalhou no DOI-CODI, o senhor nunca presenciou tortura?

R – Negativo.

P – Nunca ouviu gritos?

R – Nunca ouvi.

P – Nunca ouviu queixas?

R – Para mim não chegou nada.

P – O senhor teve contato com presos?

R – Negativo.

P – O senhor não sabia, nunca viu um preso dentro do DOI-CODI?

R – Não vi porque não era a minha função.

P – O senhor sabe onde eram as celas?

R – Eram as celas do 36º, mas nunca tive acesso a elas.

P – Por quê? Era impedido?

R – Não era da minha função, não podia ter acesso. Eu era um burocrata.

P – E quanto ao major Ustra, qual a sua ligação?

R – Era conhecido como comandante. Mais não sei dizer, porque o contato com ele era pouco.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – O senhor já esclareceu ao Dr. José Carlos Dias que não participou de tortura, não se envolveu, sequer tinha conhecimento. Colhemos uma série de depoimentos que apontam a sua pessoa como participante e mesmo responsável por atos de tortura. Então farei perguntas que se referem de maneira específica sobre os depoimentos, para que o senhor reconheça ou

negue. O senhor conheceu Nádia Lúcia Nascimento?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Não.

P – Segundo a depoente, quando foi presa sob a acusação de subversiva, em 1974, o senhor a torturou. É essa senhora. O senhor vê a imagem.

(Projeção de imagem mostra fotografia de Nádia Lúcia Nascimento)

R – Não me lembro dessa pessoa e não participei de nada disso.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – O deputado Nilmário Miranda afirmou, em testemunho gravado, exibido para esta comissão, que foi torturado em três ocasiões pelo senhor e sua equipe. Por que o senhor o torturou?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Não participei de tortura alguma, muito menos do deputado. Nem o conheço. Só de ver na televisão.

P – O jornalista Vladimir Herzog morreu no DOI-CODI na época em que o senhor exerceu as suas funções. O senhor conheceu Vladimir Herzog? Teve contato com ele? Presenciou torturas contra ele?

R – Não conheci, não tive contato, nada presenciei.

P – Dr. Calandra, como assessor jurídico, o senhor foi convidado a emitir um parecer sobre Vladimir Herzog, quando se discutia se havia ou não se suicidado? Foi ouvido?

R – Negativo.

P – Escondiam as coisas do senhor, dentro do DOI-CODI? O senhor acredita? O senhor trabalhava dentro do DOI-CODI e de repente uma pessoa teria se enforcado, e o senhor não sabe de nada? O major Ustra não se abriu com o senhor?

R – Essa parte não era comigo, era de outro. E o major não falava nada.

P – O major morava com a família no DOI-CODI? A esposa? A filha?

R – Não. Negativo.

P – Onde morava?

R – Num prédio do Exército na Avenida São João. Não sei, nunca fui.

P – A morte do jornalista Vladimir Herzog, a polêmica em torno do suicídio envolveu aspectos jurídicos. Não o consultaram?

R – Em absoluto. Eu ficava sabendo depois, pela imprensa.

P – E o senhor sabia, pela imprensa, que ocorreu no seu local de trabalho. Não teve curiosidade de saber o que aconteceu?

R – Não era no meu local de trabalho. E quem trabalha na atividade de informação não se envolve com coisas fora de sua atribuição.

P – Ah, então o senhor trabalhava na área de informações.

R – Não. Eu trabalhava como assessor jurídico. Não fazia parte da cadeia de

informações.

P – Quem solicitou ao senhor que oficiasse à Polícia Civil para obter uma equipe de perícia? Com que finalidade?

R – A chefia da 2ª Seção do II Exército. Que requisitasse perícia da Polícia Civil, do Instituto de Criminalística para atender a um suicídio.

P – Então, nesse momento, o senhor foi informado.

R – Fiquei oficializado pela 2ª Seção.

P – O senhor esteve com o Sr. Harry Shibata?

R – Não estive. Não conheço. Só de ouvir falar.

P – O senhor foi acionado pela 2ª Seção como assessor jurídico ou como delegado de polícia?

P – Assessor jurídico.

R – Ocorreu outras vezes? Houve muitas mortes ali.

P – Que eu me lembre, só essa.

R – O senhor conheceu Carlos Nicolau Danieli, dirigente do Partido Comunista do Brasil? Pode esclarecer alguma coisa sobre a morte dele, sob tortura?

(Pedro Dallari aponta a foto projetada.)

R – Negativo. Não conheci.

P – O senhor conheceu Hioraki Torigoi? Pode esclarecer alguma coisa sobre a morte dele, sob tortura?

R – Não. Não conheci.

P – O senhor conhece a família Teles? Maria Amélia Teles, Cesar Augusto Teles, seus filhos Janaína Teles e Edson Teles? Tendo denunciado o senhor por prática de tortura, o senhor respondeu pela imprensa e travou um debate verbal.

R – Não tive contato algum com eles. Não tenho conhecimento.

P – Era permitida a entrada de crianças no DOI-CODI?

R – Nunca vi, pouco ficava no pátio.

P – O senhor conheceu Gilberto Natalini? Ele foi muito peremptório sobre sua atividade de tortura.

R – Não conheci, nunca tive contato.

P – O senhor conheceu Manuel Henrique Ferreira? Participou do interrogatório dele no DOI-CODI?

R – Não conheço. Nem sei quem é.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da CNV) – Há uma ação civil pública, movida por ele contra o senhor. Esse preso teria enviado, em 1976, uma carta ao cardeal

arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, relatando de forma minuciosa as torturas que sofreu em várias repartições públicas. Ele faz uma listagem de 26 agentes e dela consta o nome do senhor.

(Veja abaixo *O Caminho da Justiça*.)

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Ignoro. Não conheço. Não tenho conhecimento.

P – O senhor autorizou que o jornalista Artur Machado Scavone fosse torturado?

R – Não conheço. Não sei quem é.

P – O senhor conheceu Maria da Conceição Coelho Sarmiento da Paz, e em que circunstâncias? Consta que essa senhora foi interrogada pelo senhor no DOI-CODI, em 1974. Ela faz referências detalhadas da conduta do senhor, conhecido pelo apelido de Capitão Ubirajara.

R – Não conheci, não tenho conhecimento.

P – No DOPS, o senhor interrogava?

R – Negativo. Fui assistente do Dr. Romeu Tuma, o diretor. Ficava na diretoria. Fui por ofício.

P – Em 1983 (*quando o DOPS foi extinto*), o senhor volta à Polícia Civil e vai para a Polícia Federal, junto com o Dr. Romeu Tuma. Nessa ocasião o senhor fica responsável pelos arquivos do DOPS.

R – Negativo. Não era atividade minha. Eu era assessor do superintendente da Polícia Federal.

P – Para onde foram os arquivos?

R – Para a Rua Piauí, sede da Polícia Federal. O responsável era um delegado que foi conosco e já morreu. Não me lembro do nome.

P – Muitos pesquisadores trabalharam nesses arquivos e constataram que o senhor tinha o controle sobre eles quando foram transferidos para a Polícia Federal.

R – Não é verdade. Não tinha contato com arquivo algum.

P – E que tipo de assessoria o senhor prestava ao delegado Tuma?

R – Assuntos da Polícia Civil, solicitados na Polícia Federal, para que eu providenciasse apresentações.

P – Dr. Calandra, quem eram os outros delegados que trabalhavam no DOI-CODI?

R – Só tinha eu.

P – E era o único que não fazia interrogatório.

R – Interrogatório não era com a gente.

P – Interrogar não era a função principal do delegado?

R – Não.

P – Quem fazia interrogatórios no DOI-CODI?

R – Não sei, porque eram várias equipes e eu não participava. Não tinha contato com eles. Eram só militares trabalhando, que eu saiba. Nenhum civil.

P – Durante oito anos o senhor trabalhou no DOI-CODI, entrava e saía e não teve contato com ninguém.

R – Nenhum contato. Só cumpria o que me mandavam.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – Em 1995 o senhor foi cogitado para assumir o DETAN (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo). Em função de denúncias do grupo Tortura Nunca Mais, o governador Mario Covas houve por bem não efetuar essa designação. Cogitou-se também do seu nome para uma promoção no DENARC (Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos). Não houve. O senhor entende que as autoridades do Estado e o governador Mario Covas agiram de maneira inadequada, por considerar que o senhor teve participação naqueles eventos?

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – Absolutamente. É condição de carreira ser nomeado para uma função. Quem decide é o Executivo.

P – O senhor é réu em uma ação civil pública que trata da responsabilidade dos agentes públicos do Estado de São Paulo que, lotados no DOI-CODI, praticaram gravíssimas violações aos direitos humanos. O senhor foi reconhecido por diversas vítimas. Um grande número. Ao que o senhor atribui? Acha que é um erro de pessoa? Uma perseguição? Por causa de alguma posição que o senhor tenha assumido?

R – Só pode ser erro de pessoa, porque nunca fui citado nessa ação. Nem sabia disso.

P – Tantas pessoas depuseram aqui, reiteradamente o apontando como sendo o Capitão Ubirajara, participante das torturas. A que o senhor atribui isso?

R – A erro de pessoa porque nunca fui capitão em lugar algum. A minha função sempre foi civil. Nunca participei de tortura.

P – Sim. Mas ninguém disse que o senhor era capitão. Seu codinome é que era Capitão Ubirajara.

R – Nunca usei codinome algum. Não participei de tortura. Não faz parte da minha rotina.

P – Dr. Calandra, o senhor é um homem inteligente. A prova é que escolheu muito bem o seu advogado. Quero que o senhor diga com toda a sinceridade, como cidadão brasileiro. Durante oito anos o senhor trabalhou no DOI-CODI e nunca ouviu que lá se torturava? Ou não acreditou?

R – Nunca ouvi referência a isso, o assunto não chegou a mim.

P – Mas chegou a um número enorme de cidadãos que não trabalharam lá dentro. Pergunto: Ouviu alguma referência? O senhor diz não.

R – Nunca ouvi, nunca vi nada que indicasse isso. E não acredito porque não vi. Não posso falar de uma coisa que não vi. Esses testemunhos... não sei. A pessoa fala o que deve falar, não é?

P - O senhor conhece a Sra. Darci Toshiko Miaki? Participou da tortura dela, que foi descrita com muito realismo?

R – Não me lembro desse nome. Não me lembro de ter conhecido. Então, não posso ter participado de tortura se não conheço.

P – O senhor tinha um relacionamento profissional com o Sr. Manuel Aurélio Lopes, o escrivão. Com quem mais teve contato no DOI-CODI por sua atividade específica?

R – Toda a atividade de contato era feita pelo escrivão.

P – Veja, um dos autos de exibição e apreensão que tenho e está à disposição do seu advogado, descreve que o senhor estava presente para a lavratura e havia testemunhas. Neste auto, de 13 de outubro de 1975, compareceu o Sr. Ari José Cruz, tenente do Exército, chefe da Seção Administrativa do DOI-CODI. O senhor o conheceu?

R – Essa rotina era feita pelo escrivão. Esse Ari devia ser chefe da administração, nada mais.

P – Mas está escrito que o documento foi exibido à autoridade, que era o senhor. O senhor estava presente.

R – Não. É linguagem formal. Usa-se sempre nos autos. O escrivão recebe, providencia e a gente toma conhecimento e assina.

P – O senhor não verificava se era veraz ou não o que o escrivão tinha escrito? Há uma lista de coisas aqui. Conferia os bens?

R – Eu lia e mandava lavrar. Conferia.

P – Como conferia os bens, se estavam na posse do tenente Ari José Cruz?

R – Não, ficava em outro lugar, onde ele passou para a assessoria jurídica.

P – Passou o quê?

R – A relação.

P – Mas aqui está escrito que não foi passada a relação. Aqui está escrito que foram passados os autos.

R - Os objetos...

P - Três volumes do livro *Obras Escolhidas*, de Lenin. Edição Problemas. O livro *El Único Camino*. E aqui tem uma lista.

R – É rotina da Polícia Judiciária. O Dr. José Carlos Dias conhece como funciona.

P – O senhor não tinha contato com isso? Embora assinasse o documento, onde se lê que o senhor estava presente quando o tenente Ary José Cruz entregou o material. Está escrito *na presença de testemunhas*. E o senhor diz que nem o tenente nem o senhor estavam presentes.

R – Foram entregues à assessoria jurídica, ao escrivão. É rotina.

P – O senhor assinou um documento que dizia estar presente quando os documentos foram entregues pelo tenente Ari. Está aqui. O senhor conhecia-o.

R – Ele era administrativo. Conhecia de vista. Não tinha contato, não ficava comigo.

P – Então, além do Manuel, já achamos outra pessoa que o senhor conhecia no DOI. Estamos indo bem. Quem mais? Dr. Calandra, não é crível que o senhor, em oito anos de trabalho em uma repartição pública que não era muito grande, não conhecesse ninguém.

R – A realidade é essa que falei.

P – Outros policiais civis?

R – Não conheci.

P – Renato D’Andrea, conheceu?

R – Não.

P – Otavinho?

R – Negativo.

P – Mas sabe quem é? Era delegado.

R – Sim, pela morte dele. Delegado da Polícia Civil.

P – O Dr. Orestes Rafael Rocha Cavalcante, conheceu?

R – Não. Nunca ouvi falar.

P – Os interrogatórios lá eram tomados como? O senhor mencionou que havia equipes de interrogatório.

R – Não mencionei. Quem trabalhava no interrogatório era o pessoal do Exército. Eu não tinha contato.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – Impressiona-me o senhor querer que se creia que os policiais civis, especializados em interrogar, não o faziam. Tudo ficava nas mãos do Exército.

O Sr. Aparecido Laerte Calandra – O comando era do Exército.

P – Os interrogadores eram militares também?

R – Não sei. Tinha só militares que eu saiba. Eu não conhecia nem sabia o nome.

P – Como, que eu saiba? Ou sabe ou não sabe.

R – Não tive contato com nenhum deles.

P – O senhor era proibido de entrar nas dependências? Quem proibiu?

R – Era proibido. Não sei por quê. O comando, a 2ª Seção do II Exército determinava que a gente não tivesse acesso àquilo que não fosse da nossa atribuição.

P – Por que o senhor acha que era proibido?

R - Eu não tenho que achar. Eu cumpria a missão. E lógico que aceitava isso.

P – O senhor falou sobre isso com o Dr. Tuma?

R – Negativo. Não levava nenhum problema ao Dr. Tuma.

P – Dr. Calandra, qual a relação do senhor com o Ustra? Manteve contato com ele?

R – Quando eu me apresentei na 2ª Seção do II Exército, foi feito um despacho me apresentando ao coronel. Conheci-o e não tive mais contato.

P – No dia a dia não se encontrava com ele?

R – Negativo.

P – Como sabia, então, onde morava?

R – Comentários eram de que oficiais moravam no prédio do Exército no centro. Só isso.

P – Quando o Dr. José Carlos Dias perguntou se o senhor sabia que Ustra morava nas dependências o DOI-CODI, o senhor negou.

R – Eu sei que não morava. E sabia que oficiais moravam no prédio do Exército.

P – O senhor sabia que o major Ustra era homem muito religioso?

R – Absolutamente. Não tinha amizade nem contato.

P – Dr. Calandra, em vista da importância da Comissão Nacional da Verdade, em vista da deferência que temos em ouvi-lo, dado a gravidade das acusações ao senhor, a Comissão quis que o senhor estivesse presente para que pudesse esclarecer todos esses fatos. Alguma coisa que o senhor queira dizer no final, em relação às acusações feitas ao senhor?

R - Atribuo a engano pessoal de quem acusa. Nunca participei de atividade de tortura e muito menos apoiaria isso.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da cnv) – Sr. Calandra, esta Comissão continuará as suas atividades e o trabalho de investigação dos fatos, que é o nosso dever. Temos um conjunto de informações muito robusto que, infelizmente, não coincidem com a versão apresentada pelo senhor. Digo isso de maneira transparente, diante do senhor e do seu advogado. A Comissão não tem outra alternativa senão dar sequência. Peço aos senhores presentes: caso se recordem de qualquer fato ou informação que entendam relevante, os façam chegar até nós.

Evidentemente, melhor seria para nós e o Brasil se o senhor se dispusesse a resgatar um pouco mais os fatos que estão relacionados à sua presença, por quase dez anos, no

DOI-CODI de São Paulo. Com toda a franqueza, Dr. Calandra, não é crível que o senhor não tenha tido contato com qualquer pessoa nem informação sobre o que pública e notoriamente ocorria no DOI-CODI de São Paulo.

Os esclarecimentos que o senhor poderia prestar seriam muito úteis para a Comissão Nacional da Verdade. Por razões que só o senhor pode avaliar, tomou outra opção que temos de respeitar porque vivemos no estado de direito, graças a Deus.

Mas sempre ficaremos disponíveis caso queira fazer chegar informações a nós, pessoalmente ou por meio do seu advogado. Será uma grande colaboração que o senhor dará ao país. O Brasil precisa superar o desconhecimento de um período trágico de sua história. É um legado para as futuras gerações. Então, faço ao senhor esse pedido para que colabore com a comissão. Fará bem ao país, às pessoas que foram vítimas. Fará bem ao senhor e à sua própria consciência.

Pergunto ao Dr. José Carlos Dias se quer se manifestar.

O Dr. José Carlos Dias – Não.

O Dr. Pedro Dallari (coordenador da CNV) – Agradeço a todos e encerro esta audiência.

Resumo dos crimes

Entre as acusações a Aparecido Laerte Calandra estão torturas que mataram o jornalista Vladimir Herzog, cujo mandado de prisão assinou como Capitão Ubirajara. Os assassinatos do dirigente comunista Carlos Nicolau Danielli e do líder esquerdista Hiroaki Torigo, o estupro da mulher grávida do operário Pierino Gargano, expulso do Brasil. Maria Amélia Almeida Teles descreve-o frio, calculista, terrivelmente ameaçador. Apavorava os presos com o molho de chaves para avisar a próxima abertura das celas e o início das torturas. Batia com canos de metal para avisar que presos seriam pendurados no pau de arara.

Quando o governador André Franco Montoro extinguiu o DOPS, o então diretor do órgão, Romeu Tuma, confiou a Aparecido Laerte Calandra a guarda e o expurgo dos seus arquivos. Em 30 de agosto de 2010 foi proposta uma ação civil pública com pedido de antecipação de tutela pelo Ministério Público Federal, em face de Aparecido Laerte Calandra, David dos Santos Araújo, já aposentados, e Dirceu Gravina, ainda em atividade, por graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). A ação pede a responsabilização pessoal, a condenação à reparação por danos morais coletivos e a restituição das indenizações pagas pela União às vítimas. Assinam a ação o procurador regional da República Marlon Alberto Weichert, os procuradores da República Eugênia Augusta Gonzaga, Luiz Costa, Sergio Gardenghi Suiama, Adriana da Silva Fernandes e o

procurador regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, Jefferson Aparecido Dias.

Calandra é delegado aposentado da Polícia Civil. Requisitado para trabalhar no DOI-CODI, usava a alcunha de Capitão Ubirajara. Calandra foi reconhecido por diversas vítimas como autor de torturas. Em função do seu trabalho na repressão recebeu a condecoração do Exército “Medalha do Pacificador”, em 1974. Atuou na Polícia Federal a partir de 1983, quando o delegado de Polícia Civil Romeu Tuma assumiu a função de superintendente dessa força em São Paulo. Tuma encarregou o réu de zelar pelos arquivos do DOPS, transferidos para a Polícia Federal. Consta que Calandra retirou parte substancial do arquivo.

No *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, publicado pela Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado e a Imprensa Oficial de São Paulo, encontram-se registros das condutas do réu Calandra. Seguem-se:

Tortura e desaparecimento de Hiroaki Torigoe. Preso na Rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília (*região central de São Paulo*), por uma equipe chefiada pelo delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., vulgo Otavinho, em 5 de janeiro de 1972. Levado para o DOI-CODI, chefiado pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra e o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo. Segundo o documento do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, intitulado “Aos Bispos do Brasil”, de fevereiro de 1973, encontrado nos arquivos do DOPS, levaram-no ferido ao DOI-CODI. Foi intensamente torturado pela equipe B, composta pelo capitão Ronaldo, Homero Cesar Machado, tenente Pedro Ramiro, capitão Castilho, capitão Ubirajara e o carcereiro Maurício, vulgo Lungareti.

Tortura e morte de Carlos Nicolau Danielli. Tortura de Maria Amélia de Almeida Teles e de seu marido César Augusto Teles. Os três foram presos em São Paulo, em 28 de dezembro de 1972, e supliciados no DOI-CODI. Durante três dias martirizaram intensa e continuamente Danielli os torturadores capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo e Capitão Ubirajara, codinome do delegado de polícia Aparecido Laerte Calandra, sob o comando do major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Maria Amélia e Cesar relataram à Auditoria Militar, já em 1979, detalhes das violências que sofreram.

“Arrastaram-nos para três salinhas separadas, duas no andar de cima e uma na parte térrea. Nessas salas havia cadeiras do dragão, onde nos amarravam e levávamos choques elétricos por todo o corpo nu, paus de arara, palmatórias e toda uma aparelhagem para violentar o ser humano {...} Numa ocasião caí numa cama de campanha, semiacordada. Um dos torturadores aproveitou-se para se esfregar em mim, masturbando-se, jogando esperma.

Durante todo o tempo ouvimos os gritos de Danielli, que foram se tornando cada vez mais fracos e roucos. {...} No fim do segundo dia vimos Danielli já quase morto, nu, meio sentado no chão, encostado à parede, com a cabeça tombada, os olhos semi-

abertos e a barriga enorme, muito inchada, o corpo cheio de manchas roxas e feridas. {...} No dia 30 retiraram o corpo na maca. Estava todo sujo de sangue: nos ouvidos, boca, nariz. Danielli estava morto. A participação do réu Calandra na sequência de fatos é explicitada na descrição da montagem da farsa sobre o homicídio: no dia 5 de janeiro de 1973 o Capitão Ubirajara, chefe de uma das três equipes de torturadores, nos mandou buscar e mostrou-nos um jornal onde estava estampada a manchete em letras garrafais: terrorista morto em tiroteio.

Não pudemos nos conter diante de tamanho absurdo. É mentira, retrucamos com veemência. Vocês não deixaram de torturá-lo um só instante. Ele morreu das torturas, não em tiroteio. O Capitão Ubirajara quis nos convencer de que Danielli tinha se recuperado das torturas e saiu para encontrar um companheiro, morrendo em tiroteio com policiais. Retrucamos que saiu morto do DOI-CODI. O Capitão Ubirajara deu de ombros e disse que era a versão que dariam à morte. E que poderíamos ter manchete igual.

Também sofremos pressão psicológica, pois usaram os nossos filhos. Um dia foram buscar Janaína, de cinco anos, e Edson Luís, de quatro. Colocaram-me na cadeira do dragão, toda urinada e suja de vômito e me exibiram as crianças. Jamais esquecerei que Janaína perguntou: mãe por que você está roxa e o pai, verde?”

Há documentos dos presos políticos Manoel Henrique Ferreira e Artur Machado Scavone, que revelam a participação do réu Calandra em torturas no DOI-CODI. Estava envolvido nos casos de Paulo Vannuchi e Nádia Lúcia Nascimento. O deputado Nilmário Miranda declarou que foi torturado três vezes pela equipe de Calandra. O torturador esteve presente na tortura e morte de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho. E teria utilizado seu codinome até em documentos oficiais.



Foto: Fábio Lazzari

A DEFORMAÇÃO DA LÓGICA

A sós com a sua verdade: Antônio Delfim Netto chega pontualmente à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog

CAPÍTULO X

Intimidar, um poder especial

“Num regime totalitário o terror e a violência são usados para intimidar. O medo é seu mecanismo mais importante.”

Hannah Arendt (1906-1975), filósofa política alemã.

Antônio Delfim Netto nasceu em 1928 no então bairro industrial e de baixa classe média do Cambuci (*zona central de São Paulo*). Trabalhou como contínuo em uma fábrica de sabonetes e conseguiu ingressar na Faculdade de Economia e Administração da USP, àquela época na Rua Dr. Vila Nova, quase esquina com a Rua Maria Antônia. A FEA partilhava com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras um grande pátio e restaurante em comum, pois ambos os prédios ligavam-se na parte interna. Mas os alunos estranhavam-se – eram tempos exacerbados, a Economia tendia à direita, a Filosofia à esquerda. Delfim destacou-se rapidamente entre os professores e os colegas. Foi eleito presidente do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, em 1951.

Fernando Henrique Cardoso, contemporâneo e professor assistente de Sociologia na Faculdade de Filosofia, lembra no seu livro *A Arte da Política*, já citado, que jovens professores das faculdades de Medicina, Economia e Filosofia se envolveram em uma campanha para modernizar o Conselho Universitário. Entre outras reivindicações queriam o fim da cátedra vitalícia. Delfim Netto, desde 1958 professor da cadeira de Teoria Econômica, representava o pensamento conservador. Porém foi suplente do futuro presidente brasileiro numa chapa apoiada por toda a esquerda acadêmica e lograram eleger um reitor de mente aberta, Antonio Barros de Ulhoa Cintra, da Faculdade de Medicina.

O professor e economista dava também assessoria ao IPES, à Confederação Nacional da Indústria e apoiou com entusiasmo o que denominava revolução de 31 de março. A essa altura já conquistara ingresso na classe social de sobrenomes ilustres e consolidou a perspicácia intimidante que o protegia. Caminho certo para a política e o poder.

Iniciou a carreira pública indicado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco ao cargo de secretário da Fazenda de São Paulo. Laudo Natel (1966-1967), vice-governador, assumira o posto do governador Adhemar de Barros, cassado pelos militares. Delfim reduziu consideravelmente o déficit da **administração**¹⁶⁰ paulista e o ministro do Planejamento, Roberto Campos, recomendou-o para duas comissões em alto nível do Governo Federal. A inflação em 1966 ainda era muito alta: 38%.

Quando Arthur da Costa e Silva subiu à Presidência nomeou-o ministro da Fazenda, posto até então sob a responsabilidade de Octavio Gouvêa de Bulhões. Delfim mudou a política de Roberto Campos e Bulhões. Acreditava que uma inflação até 15% acelerava o crescimento, se ao mesmo tempo afrouxasse o crédito, controlando preços e salários. Com isso irritou empresários e trabalhadores – houve perda de no mínimo 25% do poder de compra. O fato não dizia respeito a Delfim e à sua equipe. Convicto tecnocrata, questões sociais e morais ligadas às políticas econômicas pertenciam a jurisdições outras, que não a sua.

Na reunião do Conselho Nacional de Segurança (CSN) que sancionou o AI 5, em 13 de dezembro de 1968, quando chegou a sua vez de manifestar-se, afirmou: “Estou plenamente de acordo {...} direi mesmo que não é suficiente.” Mirava a liberdade que se anunciava para legislar sobre matéria econômica e tributária.

A censura à imprensa foi implacável, mas Delfim Netto enxergava de longe a importância da televisão para o governo, e conseguiu de Costa e Silva isenção tributária sobre equipamentos importados para empresas de rádio e TV. A Globo mergulhou com vontade e talento nas facilidades, e usou-as para modernizar-se. Nunca mais perdeu a primazia na mídia eletrônica e no imprescindível poder político, devido à sua penetração. Não demorou e as favelas de população pobre se cobriram de antenas de televisão para entretenimento, noticiário viesado e propaganda do governo.

Já a imprensa escrita sofreu. Censura, pressão econômica, perseguições. Numerosos jornalistas foram presos em São Paulo, no Rio e em vários estados. No Rio, a proprietária do jornal *Correio da Manhã*, Guimar Moniz Sodré Bittencourt, foi presa. Não houve como salvar o jornal que de início apoiara vigorosamente a queda de João Goulart e o golpe, mas começou a reagir quando a fúria de Carlos Lacerda levou a polícia a empastelar a *Útima Hora*. A condessa opunha-se também à perda das liberdades individuais imposta pelo AI 1, de 9 de abril de 1964.

Com incentivos tributários, manipulação do mercado financeiro e de dados, injeções de crédito na economia, empréstimos elevados do **exterior**¹⁶¹, controle de preços e empenho em reduzir o custo da mão de obra, Delfim Netto conduziu o país ao crescimento de 9 ou 10% ao ano. Chamaram-lhe milagre econômico.

Garrastazu Médici substituiu Costa e Silva e Delfim continuou como superministro. Ocorreu, todavia, que o Banco Mundial não pôde mais prescindir de dados corretos e, diante das discrepâncias, afinal fez a sua própria estimativa em 1973. Calculou 22,5% de inflação. Houve reações indignadas e os líderes sindicais usaram o estudo para provar que Delfim enganara a todos com a manipulação dos índices de custo de vida.

O novo governo foi entregue ao general presidente Ernesto Geisel, que deu a

Delfim um presente irrecusável: a embaixada de Paris. Queria-o longe. O novo ministro da Economia, Mário Henrique Simonsen, teve de enfrentar a inflação e a crise da alta dos preços do petróleo, que triplicou. Na época, o Brasil importava quase 80% do que necessitava. A recessão mundial aumentou o déficit da balança comercial.

Antônio Delfim Netto veio à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog no dia 25 de junho de 2013. Os vereadores questionaram-no sobre a repressão durante os anos em que foi um dos homens mais poderosos do Brasil.

Depoimento de Antônio Delfim Netto

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom dia, Dr. Delfim. Preparamos algumas perguntas e passo a elas. Em sabatina promovida pelo jornal Folha de São Paulo, em 2007, o senhor disse que não poderia ser solidário ao que ocorreu nos porões da ditadura. “Uma vida vale mais do que qualquer coisa”, explicou na ocasião. O senhor se arrepende de ter sido um signatário do AI 5 de dezembro de 1968?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Não. Se as condições fossem as mesmas e o futuro não fosse opaco, eu repetiria. Também assinei a Constituição de 1988, da qual fui relator de princípios.

A Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã pelo presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Ulysses Guimarães (1916-1992), afirma no preâmbulo que promulga um Estado Democrático de Direito na República Federativa do Brasil, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a Justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Num momento inesquecível, apresentou-a de pé, comovido e eloquente, com as palavras: “Senhoras e senhores, o Estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia”.

Abaixo, os princípios dos quais foi relator Delfim Netto.

Princípios fundamentais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I – independência nacional;

II – prevalência dos direitos humanos;

III – autodeterminação dos povos;

IV – não intervenção;

V – igualdade entre os Estados;

VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O senhor disse algumas vezes que a equipe econômica possuía informações sobre o que ocorria sob a influência dos ministérios militares. Mas em nenhum momento deixou de apoiar a repressão, tanto que assinou o AI 5.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Nunca apoiei a repressão. O AI 5 tinha um projeto e estávamos em um momento difícil. Ia-se reeditar uma **constituição**¹⁶² e haveria eleições em 1969.

P – Na reunião do CSN o senhor defendeu ainda mais poderes a fim de realizar certas mudanças. Que mudanças queria?

R – Era preciso fazer uma reforma tributária. E fizemos o Código **Tributário**¹⁶³. Nada a ver com a repressão.

P – Não houve relação com o processo repressivo desencadeado a partir do AI 5?

R – Claro que não.

P – O senhor considera que para enfrentar os problemas econômicos da época, como desemprego, baixos salários, redução dos níveis de consumo, todos geradores de

tensões sociais, havia necessidade de repressão política?

R – Na verdade, desenvolvia-se um processo de crescimento econômico. De outro lado, havia o movimento de 1968, uma agitação enorme, de forma que as condições objetivas sugeriam essa ligação.

P – A sua confiança no regime militar e participação nele vinham da certeza de que não haveria oposição por parte do empresariado brasileiro?

R – Não. Certeza, de lugar nenhum. Nunca tive certezas. Nada era certo, como não há certezas hoje. O empresariado não tinha participação alguma na política econômica nacional. Atribuo o rápido desenvolvimento que se instalou depois à separação entre poder econômico e política econômica.

P – O senhor diz com isso que a política desenvolvida pelo regime era separada do convívio, convivência ou opinião do empresariado brasileiro?

R – O empresariado tinha a sua opinião, mas não se obedecia a ela para fazer política. Disso, talvez, tenha resultado o crescimento.

P – Em 1969, ano seguinte ao da entrada em vigência do AI 5, foi criada a OBAN sob a estrutura do II Exército. Foi uma das maiores máquinas de repressão e tortura da ditadura militar. Financiada por grandes empresários. Mulheres e homens barbaramente seviciados e estuprados. Muitos morreram na OBAN. O que o senhor pode nos relatar a respeito?

R – Não tenho a menor ideia se alguém do setor privado financiou isso. Nunca ouvi essa história. Não havia nenhuma ligação entre a administração econômica e o sistema militar, separado de tudo isso. A administração econômica sempre foi de civis. Começou com Bulhões e Campos, depois Delfim Netto, depois Velloso. (*Antes de Velloso, Simonsen.*)



Foto: Fábio Jr Lazzari

Entre os vereadores Ricardo Young, Juliana Cardoso, Gilberto Natalini que o questiona e Mario Covas Neto

O Sr. Ricardo Young – Professor Delfim Netto, o senhor participou do Conselho Nacional de Segurança entre 1968 e 1972, correto? Os casos de tortura e repressão eram ventilados?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Nunca ouvi, dentro do governo, nada sobre tortura. Em 1972 ainda perguntei ao presidente Médici: existe isso? Ele disse: “Não. Há batalhas de rua e morre gente. Presos são interrogados e depois julgados.” A hierarquia era muito arrumada. Tinha o presidente, o chefe da Casa Civil e os ministros. O processo militar era totalmente à parte disso. E tem as atas do CNS, é só consultar.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – A minha pergunta é um pouco semelhante, mas vou seguir o roteiro para ouvi-lo novamente. Como ministro da Fazenda, o senhor era um dos homens mais poderosos do Brasil.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – É o que **dizem**¹⁶⁴.

P – É o que era. E quanto aos empresários paulistas, sim, transferiam fundos para financiar a Operação Bandeirantes. O senhor tem conhecimento das torturas, dos assassinatos, dos crimes de ocultação de cadáveres cometidos por agentes públicos, hoje classificados como torturadores cruéis, como o ex-delegado Fleury e o Coronel Ustra?

R – Nunca tive conhecimento disso. Já respondi ao vereador Young. Não havia

ligação entre o governo e esse processo.

P – Naquele momento, o governo entendia fazer sentido eliminar os esquerdistas. O governo do qual o senhor participava.

R – Quem é que disse isso? Que fazia sentido eliminar alguém? Meu Deus do céu!

P – Mas foram eliminadas pessoas?

R – Não sei. O senhor é que está dizendo que foram.

P – Não. Estou perguntando para o senhor.

R – Não sei, nunca tive conhecimento.

P – Nos dias de hoje, o senhor entende que crimes cometidos na época, tais como tortura, assassinato, ocultação de cadáver, devem continuar protegidos pela Lei da Anistia?

R – Claro que sim. Votei pela Lei da Anistia, que foi um acordo dentro do **Congresso**¹⁶⁵. Ponto final. Se quiserem mudar a lei é outra coisa.

P – O senhor é contra?

R – A minha posição pessoal é a de respeitar a lei promulgada pelo Congresso e ratificada pelo Supremo Tribunal Federal.

P – Peço que se manifeste novamente. O regime militar, que o senhor representava na área econômica, convocou o empresariado a colaborar com uma caixinha da OBAN?

R – Claro que não. O regime militar era uma coisa, a administração era civil. Não havia vinculação nenhuma entre os ministérios militares e os civis. Como ia convocar caixinha? O que é isso!

P – O senhor participou, ao lado do governador Roberto de Abreu Sodré, de uma solenidade em que foi criada a OBAN, em 1º de julho de 1969?

R – Provavelmente não. Não me lembro disso e duvido que o Sodré apoiasse o negócio. Já se o Sodré me convidou para alguma coisa, eu teria comparecido.

P – Qual a sua opinião sobre um suposto financiamento da OBAN por grupos financeiros e empresários ligados, por exemplo, ao Banco Mercantil, ao Bradesco, à Ford, à Volkswagen, à General Motors, Camargo Corrêa, Grupo Ultra, Supergel, Grupo Objetivo de Educação? O senhor teve alguma atuação nesse processo? Ele existiu, o senhor teve conhecimento?

R – Presidente, se esse processo existiu eu nunca soube dele e duvido de sua existência. Pelos nomes que o senhor citou, tenho sérias dúvidas. Eram pessoas absolutamente corretas.

P – Professor Delfim Netto, no livro do jornalista Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, há um trecho que relata um almoço com representantes de bancos, em 1969. Na ocasião, o senhor disse que às Forças Armadas faltavam condições

financeiras para enfrentar a subversão. Em seguida o empresário Gastão Vidigal, do Banco Mercantil de São Paulo, pediu 110 mil dólares a cada um dos presentes.

R – Só o Elio pode saber. Primeiro porque não foi almoço, mas jantar. Segundo, com o objetivo de discutir juros. O ministro da Fazenda se reúne com empresários para discutir taxa de juros. Sem discussão sobre OBAN, dinheiro para a OBAN. O Elio confundiu ou tem outra informação.

O Sr. Ricardo Young – Senhor presidente, quero fazer uma pergunta ao Dr. Delfim. (*dirige-se ao convidado*). Na reunião em que foi decidido o AI 5 o senhor esteve presente, como já foi dito. Uma das decisões do AI-5 foi suspender o direito do *habeas corpus*. O senhor, uma das mentes mais brilhantes do País, não pensou que a suspensão dos direitos constitucionais do *habeas corpus* retiraria os limites das forças da repressão e poderíamos entrar num processo de descontrole? O senhor ponderou sobre isso no Conselho de Segurança **Nacional?**¹⁶⁶

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Vereador, não há nenhuma ligação necessária entre a suspensão do *habeas corpus* e a violência policial.

P – Então, para que suspender o *habeas corpus*?

R – Porque é preciso manter um controle. Não significa matar, assassinar.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Bom dia. Obrigado por aceitar nosso convite. Concordo com o vereador Ricardo Young em relação à mente brilhante de V. Ex^a. Pergunto: o senhor não teve notícias, durante o seu período de governo, em nenhum momento, em nenhuma conversa, de denúncias a respeito de torturas e mortes?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Você sabia, ouvia dizer. E eu perguntei direto a quem podia me informar, que me garantiu que não, que havia um combate na rua e é o que eu já disse aqui. A administração pública – ministérios da Fazenda, Planejamento, Minas e Energia, Indústria, Transportes – é separada. Sem ligação nenhuma, vínculo algum.

P – Mas houve desaparecimento de deputado. Certamente falava-se disso no Congresso Nacional. Não despertou a sua curiosidade saber o que estava acontecendo?

R – Você está se referindo ao deputado (*Rubens*) Paiva? Despertou, tanto que perguntei ao presidente. Existia uma confusão na história, não se tinha realmente informação alguma.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Professor Delfim Netto, novamente me refiro ao livro do Elio Gaspari. Ele cita, ao referir-se a Paulo Egydio Martins, então governador de São Paulo, que levando em conta o clima da época, todos os grandes grupos comerciais e industriais do Estado contribuíram para o início da OBAN. Disso o senhor tem conhecimento.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – O Elio é um grande escritor e jornalista, publicou um livro seríssimo, é a melhor história desse processo. Isso tem de ser perguntado ao Paulo Egydio. Eu não tenho conhecimento.

P – Outras fontes, além do Elio Gaspari, informam que a Ford e a Volkswagen davam automóveis; a Ultragás emprestava caminhões; a Supergel abastecia com refeições. E o senhor continua a dizer que não tinha conhecimento.

R – Eu era ministro da Fazenda. Nenhuma ligação com a FIESP. Se essas coisas aconteceram, e eu não sei se aconteceram, não era nem do conhecimento do governo.

P – O senhor não afirma que não aconteceu, mas que o senhor desconhecia.

R – Não tenho ideia. Acho improvável. Mas se vocês têm a informação chamem as fontes para falar.

P – Professor, gostaria de ter a sua opinião sobre o enriquecimento ilícito do então delegado Sérgio Paranhos Fleury, que foi um expoente da repressão política em São Paulo, um homem extremamente violento, torturador, assassino e, como disse a esta Comissão da Verdade o ex-delegado Cláudio Guerra, foi eliminado por agentes da própria repressão porque saíra do controle. O senhor tem alguma informação a nos dar sobre isso?

R – Nenhuma. Não conheci Fleury. Eu ouvia essas histórias. Aliás, foram publicadas. Agora, a briga entre eles, nunca soube.

P – O senhor foi favorável à abertura política ou entende que o regime deveria ter mantido a postura fechada dos tempos de Costa e Silva e do Médici?

R – Deveríamos ter eleições em 1969. Depois do AI 5, a ideia era promulgar a Constituição elaborada pelo vice-presidente Pedro Aleixo no dia 7 de setembro. Mas Costa e Silva teve um derrame. Daí para a frente as coisas desandaram.

P – O senhor era favorável a essa abertura. O pessoal da linha dura não era favorável.

R – Todos eram favoráveis. A linha dura nunca esteve no governo. Ao contrário, o governo era contra a linha dura. Se não fosse, teríamos o diabo.

P – A linha dura promoveu atentados como reação à política de abertura política dos generais Geisel e Figueiredo. Como o senhor avaliou?

R – A parte que conheci da linha dura era um bando de maluquetes.

P – O senhor teve alguma relação pessoal, algum encontro com o empresário Henning Albert Boilesen?

R – Conheci o Boilesen como presidente de um grupo importante de gás, mais nada. Provavelmente pediu uma audiência.

P – No filme *Cidadão Boilesen*, de Chaim Tedeschi, há uma cena em que o senhor está com ele num encontro aparentemente...

R – Deveria estar inaugurando alguma coisa, encontrado acidentalmente, pois eu conheci Boilesen, sim, e é possível que existam várias fotografias. Eu era ministro da Fazenda. E ele um importante representante do setor industrial.

P – Na sua vida pública como ministro, o senhor não tinha a informação de que esse homem não só dava dinheiro e estrutura para o DOI-CODI, como participava pessoalmente de sessões de tortura?

R – Não.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Eu gostaria de fazer uma introdução.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Vereadora Juliana Cardoso.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Ministro, hoje recebemos o senhor na Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, que tem trabalhado na organização de depoimentos, neste momento em que a sociedade vive a questão da memória e da verdade. Há muito tempo familiares de pessoas desaparecidas buscam a verdade. Não vivi a época. Conheço-a. Tanto a Comissão Nacional da Verdade quanto a Estadual a explicitam. Fico indignada porque o senhor diz: não sei, de nada tinha informação. O senhor era ministro importante, estava em todas as relações de governo. E dizer que não sabia... Não é fácil acreditar. Sabemos como são as ações de governo, em especial na questão do financiamento. Tudo começa a partir disso e o senhor tem que ter informações. As empresas financiavam a tortura!

Nesta foto o senhor está com o Boilesen (*a vereadora mostra a fotografia ao depoente*). O grupo desse homem era de torturadores, policiais e militares. Ele ia pessoalmente às sessões do DOI-CODI. O AI 5, assinado pelo senhor, pretendia acabar com os que desejavam uma sociedade mais justa, democrática, de Direito. Era preciso torturar e matar as pessoas consideradas comunistas, pois, achavam os senhores, ocupariam o país.

É inadmissível que o senhor, como ministro da Fazenda, não tivesse notícia do que acontecia nos porões, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Senhor presidente, posso responder?

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Por favor, Dr. Delfim Netto.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Vereadora, a senhora está desinformada. Não busca a verdade. Estou aqui porque respeito o Poder Legislativo. Ninguém quer esconder o que aconteceu, e que precisa ser esclarecido. A afirmação “você tem de saber, devia saber” é desconhecer como funciona o governo. Não é verdade que tudo começa nas finanças. Tudo acaba nas finanças. Quanto à foto, não prova nada. É uma proximidade física.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Reuniões para arrecadação foram

comprovadas por pessoas, isso já está na história. E o senhor não reconhece.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Já esclareci o almoço. Aliás, jantar.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Professor, o senhor tinha conhecimento de que agentes a serviço do governo brasileiro, além do salário oficial, recebiam por uma folha de pagamento paralela, depositada em contas identificadas por codinomes, nos bancos que apoiavam a repressão, como o Mercantil de São Paulo e o Sudameris? O ex-delegado Cláudio Guerra admitiu a esta Comissão da Verdade que recebiam por fora.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Não tinha conhecimento. Mas é fácil de verificar. É só verificar na contabilidade desses bancos.

P - A questão proposta não contém verificação. Mas o conhecimento do ministro.

R – Não tinha conhecimento.

P – Cláudio Guerra nos disse que havia uma irmandade, de ex-agentes da repressão política. Ativos. Articulavam-se. Ele mesmo foi ajudado financeiramente pela organização até 2005. O senhor já ouviu falar?

R – Não, não.

(Manifestações simultâneas.)

O Sr. Ricardo Young – Professor Delfim, qual era o seu relacionamento com o governador Paulo Maluf?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Muito bom, como até hoje. Sou amigo dele.

P – Durante o governo dele, com a intimidade natural que ambos tinham com empresários paulistas, conversaram sobre a repressão? A OBAN?

R – Não, nunca. Nem com o Paulo nem ninguém.

P – Os banqueiros, principalmente o Vidigal, nunca suscitaram o assunto? Mesmo quando o aparelho de repressão começou a prender gente importante, como o jornalista Cláudio Abramo, que o senhor conhecia?

R – Cláudio Abramo foi meu amigo íntimo. Deixe eu lhe dizer. O Gastão já morreu, o banco foi vendido, mas os registros continuam. Tenho sérias dúvidas de que Gastão se metesse em coisas como essa. O senhor o conheceu?

P – Não. Só publicamente.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – O Gastão poderia ser um lorde inglês. É verdade que os lordes já não eram grande coisa... É pouco provável que o Gastão Vidigal e outros banqueiros de São Paulo, o João Melão, o Ademar de Almeida Prado, o Quartim Barbosa se metessem em coisas como essa.

O Sr. Ricardo Young – O senhor disse que foi amigo do Cláudio Abramo.

Desconhece que ficou preso no DOI-CODI por uma semana no mínimo?

R – O Cláudio nunca falou comigo sobre isso. Aliás, conheci-o posteriormente, como secretário geral da *Folha*. Nunca soube.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Uma pergunta, professor, que nos foi enviada por Ivo Herzog, filho do Vladimir Herzog. (*dirige-se aos presentes na plateia*) Se alguém quiser perguntar, mande por escrito que, na medida do possível, dentro do tempo, perguntamos. (*volta-se ao professor*) Em outubro de 1975 o senhor ocupava o cargo de embaixador da França. No dia 25 morreu no DOI-CODI o jornalista Vladimir Herzog, conhecido como Vlado. Em sua opinião, Herzog foi morto ou suicidou-se?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – O senhor tem de apurar. Não posso ter opinião sobre um fato que desconheço, e a Comissão da Verdade está apurando. Acho que deve ser apurado mesmo.

P – A opinião de Silvaldo Leung Vieira, fotógrafo da cena em que Vladimir Herzog aparece morto, é que ele foi pendurado naquele cinto depois de morto. Era uma encenação, uma fraude. E o senhor não tem opinião?

R – Não. Eu estava em Paris. Como saberia de alguma coisa?

P – O senhor pode nos dizer alguma coisa sobre o empresário Geraldo Resende de Matos, conhecido nas dependências do DOPS, homem de confiança de Nadir Dias Figueiredo, da FIESP, entre 1960 e 1980?

R – Nem sei quem é esse Geraldo. Nadir conheci.

P – O senhor, claro, tinha relações com setores empresariais do Brasil. Teve conhecimento ou participou de alguma articulação que possibilitou um encontro como o de 9 de dezembro de 1970, na sede do II Exército, no Ibirapuera, quando o general Ernani Ayrosa, chefe do Estado-Maior, recebeu empresários? Boilesen, da Ultragás; Pery Igel, do grupo Ultra; Sebastião Camargo, Construtora Camargo Corrêa; Jorge Fragoso, Alcan; Adolpho da Silva Gordo, Banco Português; Oswaldo Ballarin, Nestlé; José Clibas de Oliveira, Chocolates Falchi; Walter Belian, Companhia Antarctica; Horácio Chercassky, Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Papelão; Ítalo Francisco Taricco, Moinho Santista; Paulo Ayres Filho, Pinheiros Farmacêutica. Este escreveu ao general Ayrosa uma carta em que agradecia o convite e o fato de colocá-los a par de tudo. O general mencionara as contribuições à causa e às operações em curso.

R – Conheci quase todas as pessoas que o senhor mencionou, mas não tinha conhecimento dessa reunião.

P – O senhor nos diria, ministro Delfim Netto, que nenhuma dessas pessoas contribuiu para ajudar e sustentar o sistema repressivo que o Exército montou no DOI-CODI, o mesmo montado no DOPS com o delegado Fleury?

R – Se o fizeram não tenho o menor conhecimento.

P – Podem ter feito?

R – Não sei. É preciso perguntar a eles.

P – Queria que o senhor, que eu diria ser o segundo homem do sistema naquela época, o senhor mandava muito, dissesse o que pensa a respeito.

R – Isso é história (*sobre o poder que detinha*). O senhor é que pensa.

P – Eu penso. O povo brasileiro pensa também. O senhor tem conhecimento de atuação do Amador Bueno, do Bradesco, e do juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, na ajuda àquelas operações?

R – O Lalau, não conheço. O Amador conheci bem. Tirar um tostão dele ia ser muito difícil.

P – Ele poderia tirar de outros, sem contribuir pessoalmente. Bem, caminho para o final. Antes pergunto ao senhor se teve ligação com **Paulo Henrique Sawaya Filho?**¹⁶⁷ Ele foi seu assessor? No Ministério da Fazenda, durante o governo Médici?

R – Conheci o Paulo Sawaya. Empresário. Tinha uma empresa de **biotecnologia**¹⁶⁸. Aliás, no estado da arte nessa matéria. Depois quebrou. Duvido que tenha sido meu assessor. Acho que nunca foi funcionário público.

P – Transitava muito entre os empresários e a partir de 1969 atuava junto à OBAN. Depois, em 1970, frequentava o DOPS e o DOI-CODI de **São Paulo**¹⁶⁹. O senhor tinha conhecimento?

R – Não.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Consta que Paulo Henrique Sawaya Filho trabalhava no Ministério e era assessor.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – É só ir ao Ministério e verificar. Afirmo que nunca foi assessor.

P – Ia muito ao DOPS, apresentava-se de diversas formas: ora delegado, ora do SNI, ora assessor. No seu Ministério.

R – Não. E pelo jeito pertencia a todos os ministérios.

P – Qual era a função dele?

R – Nunca foi assessor. Conheci-o como empresário de biotecnologia. Mas ele está aí, **convide-o**¹⁷⁰.

P – Não arrecadava recursos, com ajuda do Ministério, para financiar os órgãos de repressão?

R – Isso não faz sentido. O Ministério só cuida de verba que está no orçamento federal. Conheci o Sawaya como empresário de biotecnologia. Essas ligações, o SNI... não tenho a menor ideia.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vamos em frente. Professor Delfim Netto, esse Sawaya esteve no DOPS 47 vezes. Apenas uma vez ele se identificou como assessor do ministério da Fazenda. Está nos registros. O senhor diz que nunca foi seu assessor. Tudo bem. Estou relatando ao senhor as informações que a gente tem.

R – Nunca foi assessor. Todas as folhas de pagamento do Ministério da Fazenda estão arquivadas em lugar certo. O Sawaya deve ter declaração de renda. Se recebeu algum recurso tem de estar declarado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Comunico que se encontra aqui o vereador Eliseu Gabriel, secretário do Trabalho do Município de São Paulo. O vereador Rubens Calvo está conosco. Os vereadores Andrea Matarazzo, Nabil Bonduki. Minha última pergunta, professor. Emílio Ivo Ulrich, ex-presos político, deu-nos um depoimento. Ouviu a festa de noite inteira no DOI-CODI que comemorou a morte de Yoshitane Fujimori, da VPR. O carcereiro disse que houve a presença de gente ilustre e premiação a todos. Ulrich teve de limpar a sujeira da festa no dia seguinte, inclusive restos fisiológicos dos participantes. O senhor teve conhecimento de alguma comemoração desse **tipo?**¹⁷¹

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Acho isso uma coisa tão bárbara, tão absurda que nem acredito. Se tivesse assistido, não acreditaria... que diabo! Pipocas! Um mínimo de respeito! Não sei se isso aconteceu.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Ulrich estava preso ali, testemunhou, ouviu a festa.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Recolheu o lixo. Presidente, ele tem de mostrar as provas, coisa tão bárbara que duvido tenha acontecido.

P – A minha pergunta era se o senhor tinha conhecimento.

R – Não.

P – Pergunto aos senhores vereadores se alguém mais tem pergunta para esta oitava da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. (*pausa*) Pela ordem, o vereador Mario Covas Neto, relator da Comissão Municipal da Verdade.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Professor, o que podemos extrair do seu depoimento é que o senhor participou ativamente da parte civil do governo, que não fez parte da linha dura nem teve conhecimento de nada do que ocorreu em termos de tortura, de financiamento de tortura, de mortes naquele período. É isso?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – É isso.

P – O senhor teria algo para nos ajudar a esclarecer a verdade naquele período?

R – Acho que vocês devem convidar todos os que possivelmente tenham alguma informação para esclarecer a verdade. Eu estou aqui prestando um serviço à Comissão da Verdade. Esta comissão tem papel importante para reescrever a história.

P – O objetivo de minha pergunta é se o senhor, apesar de dizer que não teve conhecimento de nada, tem alguma sugestão de pessoas que possam esclarecer os fatos.

R – Não tenho, vereador.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Pela ordem, vereador Ricardo Young.

O Sr. Ricardo Young – Professor Delfim, com todo o respeito à sua biografia e inteligência, eu vivi a minha adolescência e idade estudantil quando o senhor era ministro da Fazenda e do Planejamento. É grande a dificuldade de acreditar em disciplina tal que a principal figura civil, um dos únicos civis presentes no Conselho Nacional de Segurança, ignorava a tortura, a repressão, a perseguição de estudantes, o desaparecimento de políticos, de pessoas. O senhor era extremamente bem relacionado, não só com os setores militares como com influentes setores civis. Se nós tomarmos o que o senhor disse como verdade, esta comissão ajudará a obscurecer a história e não a esclarecê-la. Não sei por que o senhor diz ignorar acontecimentos dos quais certamente ouvira falar. Se o senhor acha que contribui ao esclarecimento dos fatos, há uma profunda discordância deste vereador. Eu sinto muito! Acho que a biografia do senhor mereceria muito **mais**¹⁷².

(discussões fora do microfone)

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Vereador, eu dei o meu depoimento. V. Ex^a. pode julgar o que quiser, é o que aconteceu. V. Ex^a. quer criar uma verdade. Havia a mais absoluta separação. No meu gabinete nunca entrou um oficial fardado. Não existia nenhum vínculo entre as administrações, nenhum. E tem as atas do conselho, vereador. Hoje, com a Lei de Transparência, é só requisitar as atas e tudo estará lá.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Desculpe, ministro, mais uma vez. Acho que o senhor faz um desserviço ao não trazer a verdade dos fatos. Sabemos que nos documentos *(no caso, as atas mencionadas, mas referindo-se a demais documentos citados pelo depoente)* só se colocava o que os senhores queriam. Muito não se registrava. Então, com todo o respeito à comissão e ao senhor, por ter vindo, se nos basearmos no seu depoimento, não chegaremos à verdade. Só a alcançaremos graças às pessoas que se dispõem a vir aqui e falar das torturas que sofreram, ou a contar a verdade sobre os parentes desaparecidos por conta dos desserviços que vocês fizeram ao Brasil, torturando e querendo calar a voz do povo.

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – A sua proposição é simplesmente a seguinte: eu sou a portadora da verdade. Meus parabéns.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Ministro, temos duas questões que foram trazidas agora. O senhor conheceu o cônsul americano em São Paulo, Claris

Halliwell? Ele participou, no DOPS, de interrogatórios?

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Não creio que o tenha conhecido.

P – Outra pergunta: qual foi a sua relação com Raphael de Souza Noschese, presidente da FIESP entre 1963 e 1966, um dos fundadores do grupo permanente de mobilização da FIESP com a Escola Superior de **Guerra?**¹⁷³ Ele participou com o senhor do grupo de estudos e doutrina do grupo de trabalho e ação, GTA, do IPES. O senhor sabia que as atividades do GPI (*grupo de política industrial*) da FIESP tinha estreito relacionamento com o sistema repressivo brasileiro?

R – O Raphael Noschese, meu chefe como secretário de Planejamento de São Paulo, presidia a FIESP. Sem ligação com IPES. Com coisa nenhuma. Pode até ter acontecido. Seria preciso que o Noschese tivesse duas vidas.

P – Caminho para o fim da nossa reunião. Professor Delfim Netto, fui preso político, torturado no DOI-CODI. Inclusive pelo próprio major Ustra. Em 1972 eu era um estudante. Na Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, ele me chamou de terrorista. Depois da sessão eu disse a ele que nunca levantei a mão para prejudicar ninguém, nunca dei tapa em ninguém, desde os oito anos não me meto em briga pessoal. Não aceito aquele adjetivo. Era uma luta que eu considerava democrática, ministro.

E aqui estou. Presido a comissão junto com meus colegas vereadores, não temos nenhuma intenção de replicar às pessoas o que nos infligiram. O que buscamos? Os fatos, quais as aplicações, no que implicavam, as ramificações e quem participava. O senhor nos deu várias respostas hoje, o senhor tem todo o direito, não podemos convocá-lo, o senhor foi convidado, o senhor aceitou o convite. Sinceramente, achei corajoso o senhor se submeter a esta audiência.

Com todo o respeito, deixo claro que discordo de uma série de suas respostas. Vamos buscar, por meio do relatório do vereador Mario Covas Neto, costurar isso tudo e encontrar o máximo de verdade do que aconteceu na nossa cidade. Não dispomos de predestinação e nem é de nossa alçada julgar e condenar ninguém. A Comissão da Verdade não trata disso.

Buscar a verdade e dizer ao povo brasileiro o que aconteceu tem o objetivo primeiro de que nunca mais venha a ocorrer. O senhor é um homem muito vivido. Todos nós, aqui nesta sala, somos vividos. Mas a tortura, professor, não foi só de uns maluquetes, como o senhor falou, referindo-se à linha **dura**¹⁷⁴. O general Humberto de Souza Mello, à época comandante do II Exército, visitou o DOI-CODI ao menos duas vezes enquanto estive preso, em 1972. Fardado, foi visitar o pau de arara. Vi gente sair de lá arrastada, morta. Tivemos aqui o depoimento de Sarita D'Ávila **Mello**¹⁷⁵, a sobrinha do general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército quando Vladimir Herzog foi assassinado. O general sabia de tudo e entrou na sala de tortura quando

ela ia tomar choque.

O senhor me desculpe, conheço-o, a sua capacidade profissional, a inteligência, mas concorde comigo que é quase impossível aceitar que o senhor, no seu cargo, não soubesse das torturas e do sofrimento. Difícil entender a sua assertiva. Queria que o senhor entendesse também o lado das vítimas do processo.

Termino e repito: não caçamos bruxas e jamais faríamos como os que cometeram barbaridades. Somos diferentes. Não temos o mesmo caráter, a mesma formação. O Brasil não podia agir assim com o seu povo. Opositores que radicalizaram, os que foram à luta armada, talvez morressem no combate, na refrega, o que já aconteceu muitas vezes no país. Mas prender, desarmar, torturar até exaurir um indefeso, isso manchou a nossa história.

(*palmas*)

O Sr. Professor Antônio Delfim Netto – Simplesmente quero dar a minha solidariedade ao senhor. Sou a favor de que se apure toda a verdade mesmo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

Informações sobre a economia em Thomas Skidmore, *Brasil: de Castelo a Tancredo*, páginas 143 a 147. Editora Paz e Terra, 1989.

John Wells e J. Sampaio, *Endividamento Externo – Uma nota para discussão*. Cebrap – Biblioteca Virtual.

Referência à Constituição de 1967, que garantira a imunidade dos parlamentares. Tentou-se suspendê-la. Estes se negaram a obedecer, em votação de 216 votos contra 141. O discurso histórico do deputado opositorista Márcio Moreira Alves foi o pretexto para efetuar “a contrarrevolução dentro da contrarrevolução {...} Um dos aspectos trágicos do AI 5 foi o de reforçar a tese dos grupos de luta armada”, segundo Boris Fausto em *História do Brasil*, obra citada, página 409. Para Elio Gaspari, a Constituição era autoritária demais para quem ficou de fora e de menos para quem estava dentro. *A Ditadura Envergonhada*, obra citada, página 278.

Resumidamente: menor parcela da arrecadação para estados e municípios; redução dos custos da mão de obra; cortes de recursos federais; manipulação do mercado financeiro; cobrança organizada de imposto de renda; aumento dos investimentos estrangeiros; créditos especiais para a produção industrial, agrícola e imobiliária; crediário facilitado para itens como televisores e automóveis; redução de impostos sobre lucros de vendas externas. Resultou no PIB elevado.

Thomas Skidmore, em *Brasil: de Castelo a Tancredo*, obra citada. O autor considera que o Brasil foi dividido para três vice-reis: o ministro do Exército, Orlando Geisel, cuidava dos assuntos militares; o ministro da Fazenda, Delfim Netto, dos assuntos econômicos; o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, da política. Os tecnocratas da equipe de Delfim ocupavam os postos nos bancos, empresas de serviços públicos e outras instituições do Estado. Página 216.

Eleito deputado federal por São Paulo em 1987 pelo PDS, o Partido Democrático Social, sucessor da ARENA. Reeleito quatro vezes, a última em 1990.

No livro *A Ditadura Envergonhada*, citado, Elio Gaspari escreve que Delfim Netto se referia aos agentes da repressão como “a tigrada”. Página 345.

Bernardo Kucinski, em busca de sua irmã Ana Kucinski, recebeu de Paulo Henrique Sawaya Filho, em 3 de janeiro de 1975, na condição presumida de agente do serviço de repressão, a informação de que ela fora presa e transferida da jurisdição do II Exército. “Ficou de me dar detalhes no dia seguinte quando, assustado, negou tudo”, declarou Kucinski à Comissão Especial sobre Mortos e

Desaparecidos Políticos (CEMP), criada pela Lei 9.140/1995 e ligada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.)

Embrabio – Empresa Brasileira de Biotecnologia S/A.

Encontra-se nos arquivos do autor Elio Gaspari referência às impressões de Paulo Henrique Sawaya Filho, do DOI, após a morte de Vladimir Herzog, no Informe 247 do SNI, de 29 de outubro de 1975.

Menções em rodapés nas páginas 174 e 176 no livro *A Ditadura Encurralada*, obra citada.

Fora convidado, por telefone. Recusou-se a comparecer.

Marival Chaves Dias do Canto, que foi funcionário do DOI-CODI, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, informou que, durante a gestão do major Carlos Alberto Brilhante Ustra, cadáveres de militantes mortos eram exibidos como troféus aos agentes do órgão. Dias do Canto disse que expuseram assim o cadáver de Yoshitane Fujimori.

No livro *A Ditadura Escancarada*, citado, Elio Gaspari descreve um diálogo havido entre Delfim Netto e o secretário interino do governo americano, Elliot Richardson, em Washington D.C. Cautelosamente, o secretário disse-lhe que a tortura poderia afetar a relação entre os EUA e o Brasil. O ministro respondeu: “na extensão em que ocorre, a tortura não é apoiada pelo governo, que no momento conduz uma investigação a respeito”. Não conduzia. Como fonte, Elio Gaspari dá um telegrama do Departamento do Estado à embaixada norte-americana em Brasília, no dia 26 de maio de 1970. Páginas 284 e 285.

Leia-se, no capítulo III, o depoimento do coronel Erimá Pinheiro Moreira sobre as malas destinadas ao general Amaury Krueel, cheias de dólares.

Na dissertação de mestrado em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Taiara Souto Alves menciona a lista de torturadores liberada pelo *Brasil: Nunca Mais* no dia 21 de novembro de 1985. Entre eles, alguns militares que detinham altas posições. Escreve ela que o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, demitiu os que estavam sob sua jurisdição.

Depoimento no capítulo VII.



Foto: M Gomes / CMSP

PAVIO MEIO CURTO

Paulo Egydio Martins entre os vereadores Mario Covas Neto e Gilberto Natalini à esquerda, Ricardo Young e Rubens Calvo à direita: choques com o comandante do II Exército, humor e certo clima de arrependimento

CAPÍTULO XI

Tempos de intriga

“Ditadores cavalgam tigres de um lado ao outro, sem ousar desmontá-los. E os outros tigres estão ficando com fome.”

Winston Churchill (1974-1965), estadista inglês.

Em junho de 1975 houve uma reunião secreta entre o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, e os deputados federais Ulysses Guimarães e **Thales Ramalho**¹⁷⁶. Constituíam lideranças da oposição tida como responsável pelo governo militar. A reunião foi maquinada por Thales e pelo marechal **Oswaldo Cordeiro de Farias**¹⁷⁷, que condenava os radicalismos de esquerda e de **direita**¹⁷⁸. Reuniões secretas que visavam o afrouxamento do regime ocorreram, portanto, meses antes de Juscelino Kubitschek saber do assunto, como vimos no capítulo IV.

O marechal Cordeiro de Farias sugeria um nome civil para substituir Geisel, quando terminasse o seu termo: o engenheiro Paulo Egydio Martins. O governador de São Paulo (de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979), eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, pertencia ao grupo do general presidente Ernesto Geisel e de Golbery. Já atuara em várias situações. Uma, que levou à suspensão da censura aos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, da família Mesquita, em São Paulo. Outra, que se precavia de conspirações da linha-dura contra Geisel e a si próprio, contatando aliados em Minas e no Rio Grande do Sul.

A movimentação terminou quando Ulysses Guimarães detectou que o governo de Geisel não abriria mão dos poderes excepcionais do AI 5, em especial a suspensão do habeas corpus. E que a pretensão subjacente era a de dissolver os partidos, porque as eleições futuras, em 1978, pendiam para a oposição. Comentário de Ulysses, depois de um discurso que o levou a temer uma cassação: *“Que ingenuidade a minha, pedir aos donos do poder a reforma do poder*¹⁷⁹.” Observação de Elio Gaspari no livro citado, rodapé: *“A cassação reprisaria a fúria punitiva que se seguiu à edição do AI 5. Sua principal vítima seria o presidente da República, não o MDB.”*

A vivência mais difícil para o governador veio com o assassinato de Vladimir Herzog no DOI-CODI. Paulo Egydio descobriu, desnorteado, que acusavam o jornalista de ser o seu braço direito e agente secreto da KGB, a principal agência de segurança da **ex-URSS**¹⁸⁰. Rodolfo Konder, Jorge Duque Estrada, Paulo Markun e Anthony de Christo, amigos e colegas jornalistas de Vlado, ainda presos, ouviram de um torturador esse relato delirante. Markun interveio, dizendo que Vlado sequer conhecia o governador,

ao que todos ouviram: “Vocês não sabem de nada.”

Antes de Vladimir Herzog ser aprovado para a direção do telejornalismo da Cultura, o governador submetera o seu nome ao SNI. Quando o assassinaram, Paulo Egydio foi visto ao telefone, segundo Fernando Pacheco Jordão em *dossiê Herzog, citado*¹⁸¹, chorando, a reclamar: “Vocês me garantiram que a ficha dele era limpa. Vocês me garantiram!” Jordão lembra que uma semana depois, na edição do jornal *O Estado de S. Paulo* de 7 de novembro de 1975, o governador recuou ao sugerir, em entrevista, que Vlado era desequilibrado mental, submetido a tratamentos médico psiquiátricos – um *nonsense*. Vlado fazia **psicodrama**¹⁸².

Depoimento de Paulo Egydio Martins

(resumo)

O presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, Gilberto Natalini, dá as boas-vindas ao ex-governador de São Paulo, o engenheiro Paulo Egydio Martins, no dia 26 de novembro de 2013. O convidado alegra-se com a presença do relator da CMVVH, vereador Mario Covas Filho. Relembra imediatamente o político Mario Covas, ex-governador de São Paulo, e a amizade que os uniu:

“Começou quando minha família morou em Santos e eu andava na bicicleta dele. Emprestada. Colaborei com Mario Covas quando foi cassado (*em 1969, com o AI 5*¹⁸³). Houve até um episódio, enquanto ele era da oposição e eu, ministro. Combinamos jantar juntos uma vez por semana, em um daqueles restaurantes de Brasília. Foi um escândalo. O Roberto de Oliveira **Campos**¹⁸⁴ me disse que o único deputado em quem eu precisava prestar atenção era o Mario Covas. Considero o seu governo um dos grandes de São Paulo”.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Em nome de todos os vereadores desta Comissão, agradecemos ao senhor por comparecer. O senhor tem 85 anos. Não é fácil vir até aqui. Garantimos ao senhor que trabalhamos com espírito republicano neutro. Sinta-se à vontade, responda livremente. O seu depoimento é muito importante. Passo às perguntas.

Governador, como o senhor lidou com a censura à imprensa? Em maio de 1978 o programa *Vox Populi*, da TV Cultura, quis entrevistar Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. O SNI tentou impedir.

O Sr. Paulo Egydio Martins – O senhor citou um exemplo significativo. O então diretor da TV Cultura, Paulo Roberto Leandro, ia começar o programa quando surgiram elementos do SNI, comunicando que o programa fora suspenso. Telefonou-me e perguntou o que fazer. Eu disse para levar o programa ao ar. O futuro presidente pôde falar livremente. Nada aconteceu.

Não pude lutar contra a censura em todos os fronts, mas criei uma comissão

chamada **SEADE**¹⁸⁵. Com um único propósito: a transparência total do governo. O povo paulista pôde se informar sobre como se gastava o orçamento, o andar das obras, qual o número de funcionários públicos, além de numerosos outros dados. Nomeei uma pessoa insuspeita e me criticaram porque teria pertencido ao PC do B. Instalei ao lado do meu Gabinete uma Sala da Situação, na qual eu tinha acesso direto a todas as informações do SEADE. Quanto à grande censura, nada a fazer, exceto publicar Camões, como o jornal *O Estado de S. Paulo*.

P – O senhor disse ao jornalista Elio Gaspari, como se lê no livro *A Ditadura Escancarada*, que todos os grandes grupos comerciais e industriais do Estado de São Paulo contribuíram para a OBAN. O senhor confirma o que informou ao Gaspari?

R – Totalmente. Se o senhor me perguntasse quem não contribuiu eu não saberia responder. Quem contribuiu? Eu diria todos. Vários grupos se destacaram. Um, de Theodoro Quartim Barbosa, presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. Outro, de Gastão Eduardo Bueno Vidigal, do Banco Mercantil de São Paulo. A cada discurso do Jango aumentavam as contribuições. O discurso do Jango no Clube dos Sargentos deve ter resultado em X doações; no Campo de Santana, Y vezes X. Quando houve o levante da armada, **Y vezes X vezes Z**¹⁸⁶. Pessoas ligadas ao IPES (capítulo VI) contribuíram ao nível dos banqueiros. Em dinheiro.

P – As doações eram feitas diretamente aos oficiais do Exército?

R - Ninguém no Exército pediria doações. Entregavam aos coronéis do Estado-Maior do II Exército. Dinheiro e outras doações. Particpei de forma indireta. Eu era diretor da Associação Comercial. Trabalhávamos junto com a Federação das Indústrias e a Sociedade Rural. O II Exército estava no chão, sem verba para compra e equipagem dos caminhões, sem pneus, carburadores, gasolina. Montei um grupo de coordenação e as fábricas desses produtos doaram para recolocar o II Exército em condições operacionais. Contou com a maior boa vontade. A reequipagem do Exército ocorreu já no fim do processo conspiratório. Apesar de o general Amaury Kruehl ser amigo e compadre do presidente. Tudo feito às escâncaras.

P – O senhor está falando de 1964. E depois de 1969, na montagem da OBAN e do DOI-CODI?

R – Desconheço especificamente. Mas não vejo razão nenhuma para descontinuarem.

P – É correto, de acordo com o senhor diz, chamarmos o regime de ditadura civil e militar?

R – Quisera eu poder dizer que sim. A conspiração civil militar não era para implantar uma ditadura. Como participei desde o início, posso afirmar que objetivava derrubar um presidente constitucionalmente eleito, sim. Saber-se da gravidade do

ato, sim. Para evitar a cubanização do Brasil, sim. Para militares exercitarem o poder, não.

A mudança ocorreu na madrugada de 31 de março e até hoje não foi estudada. Tem grande participação de outro ato pouco estudado, o AI 2, que levou Costa e Silva a suceder Castelo Branco. Revelou aos mais próximos dos eventos a divisão dentro das Forças Armadas. Nós, civis, a desconhecíamos completamente. Vivíamos um espírito civil antiditatorial, antigolpista. Os pronunciamentos de Jango nos levaram a julgar que se constituiria um estado socialista, sindicalista, nos moldes de Cuba. Já houvera o episódio da espada de **ouro**¹⁸⁷. Quer dizer, nós, civis do movimento, fomos traídos. Nunca nos disseram que nossa participação seria usada para implantar uma ditadura militar.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O senhor pode nos contar como chegou a ser indicado para governador do Estado? Pergunto em relação às articulações.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Eu era muito ligado ao Julinho (Júlio de Mesquita Filho), do *Estadão*, muito mais velho. Um dia ele me comunica que o presidente Castelo Branco nos convidou, e ao seu filho Ruy Mesquita, a jantar no palácio. Mandaria o avião da FAB nos buscar. Estranhei, embora fosse uma honra. O jantar foi áspero, difícil. Júlio era homem de forte opinião. Intervim quando achei necessário, pouco podia dizer. Quando terminou o jantar, o Ruy e eu fomos tomar um drinque no Hotel Nacional e comentamos: “A nossa revolução acabou.” Isso, uns dois meses depois de Castelo estar no poder. “Acabou, não há mais vozes, nossos telefones não tocam mais, estamos em uma ditadura militar.” O Júlio, depois, disse o mesmo.

Eu tinha bastante contato com o marechal Cordeiro de Farias, no Rio, por razões familiares. Percebia que suas opiniões divergiam das que ouvimos de Castelo. Concluí que o Exército estava dividido. Certo sábado, um emissário me convidou a visitar o presidente Castelo Branco. No encontro ele me convidou para Ministro da Indústria e do Comércio. Relutei muito. Disse que poderia ser útil como engenheiro, no Ministério de Viação e Obras Públicas. Ele retorquiu: “O senhor dá conta do recado.” Pedi para pensar, pois era diretor de sete empresas e presidente da Alcoa (*Aluminium Company of America*), a maior produtora de alumínio do mundo, que eu estava implantando no Brasil. Respondeu: dou-lhe dois dias. É impossível, argumentei. No fim acertamos em uma semana e, com 38 anos, fui o ministro mais jovem e hoje o único vivo dos ministros do Castelo. Pela juventude entrosei-me com a rapaziada da Casa Militar – tenentes, capitães, majores. Eu lutava caratê, aluno. Eles brincavam comigo de lutar caratê. Amigos, ouvia deles referências a terceiros com os maiores adjetivos da época. Percebi a existência de divisão mais profunda ainda do que eu identificava, pois vinha de fora.

Tive um desentendimento com Júlio de Mesquita, que decidiu ser oposição total ao

governo. Julguei um erro. Argumentava: não vamos ficar de fora, impossível derrubar um governo militar. Temos de saber o que se passa porque o Exército está dividido. O Elio Gaspari, que é meu amigo, concorda e discorda. Diz: “Dividido quando convinha, unido quando convinha.” Até pode ser verdade, mas existia a divisão. Pelo poder sem eleições se batizou a linha dura de Sorbonne, por causa da Escola Superior de Guerra. Costa e Silva afirmava que a corrupção e os comunistas impediam o Brasil de ter regime livre, o país não estava preparado. Tinha de ser tutelado. Já Castelo pregava abertamente que queria realizar eleições.

Particpei de conspiração dentro de conspiração, se é que se pode usar tal palavra. A divisão desaguou na anistia, discutida muitas vezes no governo de Geisel. Ademar de **Queiroz**¹⁸⁸ brigava, com a concordância de Cordeiro de Faria: precisamos de anistia, marcar a data das eleições.

O Sr. Ricardo Young – Governador, o senhor participou do governo para conspirar dentro de uma conspiração. Alguns anos depois, quando já governava São Paulo, no tempo de Geisel, surgiu um movimento civil e uma de suas principais expressões foi o então ministro da Indústria e Comércio, Severo **Gomes**¹⁸⁹. Culminou com a proposta de uma candidatura alternativa, do general Euler Bentes **Monteiro**¹⁹⁰. Quais as relações do senhor com Severo Gomes?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Severo, um irmão meu. Contraparente de minha esposa. Fomos ministros no final do governo Castelo Branco. Ele, da Agricultura. Nos dávamos muitíssimo bem. Discordei da candidatura do Euler, o movimento teria de ser empunhado por um líder mais forte, como foi o caso do Geisel. E faltava-lhe massa crítica para prevalecer. O próprio Geisel enfrentou risco de deposição, quando demitiu o ministro do Exército, Sílvio Frota, e este negou-se a sair do Forte Apache (*apelido do quartel-general em Brasília*). O chefe da Casa Militar, Hugo de Andrade Abreu, à revelia de Frota, convocou a tropa de paraquedistas para sobrevoar Brasília. Com um ultimato: ou saía do ministério ou o confronto. Como sempre, venceu o lado que contabilizou mais canhões. Frota caiu.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Uma pergunta mais específica. De que forma o senhor conviveu com o lado perverso do regime militar, as atrocidades, as torturas contra opositores?

O Sr. Ricardo Young – Apenas complementando: o senhor era *persona non grata* para o II Exército. Como administrou a relação?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Logo que tomei posse, o general Ednardo D’Ávila Mello, o comandante do II Exército, pronunciou um discurso violento contra mim no pátio do quartel no Ibirapuera. A causa: intervim para que um **arquiteto**¹⁹¹, intimado a depor no DOI-CODI, não se apresentasse. Eu ainda nem tinha consciência clara do que se passava ali. Uns três dias depois da **posse**¹⁹², tarde da noite, festejando com

amigos na minha casa, veio a arquiteta Maria Helena Queiroz, a Mané, muito amiga, sobrinha e afilhada do marechal Ademar de Queiroz. Contou que invadiram e reviraram o IAB. Acusaram o marido, presidente da entidade, de comunista. E se fosse? pergunto. Não estava fazendo nada.

Liguei para o Ademar de Queiroz, tirei-o da cama. Ao Golbery. E liguei a outros que conhecia, em Brasília. Veio a ordem para suspender a convocação. Uns 15 dias depois, em um evento no pátio do II Exército, no Ibirapuera, o general pronunciou o discurso que mencionei. Eu chamaria o discurso de **violento**¹⁹³.

Tenho algumas características do pai desse moço (*indica o vereador Mario Covas Neto*). Pavio curto às vezes. Caracterizava o Mario de forma brilhante. O meu pavio talvez fosse maior, mas não muito. O que me segurou foi meu amigo Antônio Angarita, professor da Fundação Getúlio Vargas. Pedi-lhe que reproduzisse o discurso, inacreditável, sem suspeição.

Fomos almoçar no Círculo Militar, ao lado do II Exército. Não havia discurso na programação. Pois o general Ednardo pede a palavra e faz um segundo discurso ainda mais violento. O sangue me subiu à cabeça. O general Ariel Pacca da Fonseca, chefe do Estado-Maior do II Exército, sentado ao meu lado, pôs a mão no meu braço e disse: “Governador, se acalme. Nós sabemos o que o senhor faz, está no caminho certo. Não se exalte, deixe o homem falar.” Não criei o caso que o Ednardo queria. No fundo, a pressão não vinha por eu ser contra a tortura, mas por ser homem de confiança do presidente Geisel. Havia uma disposição de depor o Geisel, como o episódio com Frota demonstrou. A situação era pior do que eu pensava.

Depois chegou ao meu conhecimento, pelo chefe da minha Casa Militar, coronel da PM Braga (Moacir Teixeira da Silva Braga), que o DOI-CODI liberou sargentos, suboficiais e oficiais da PM. Foram reincorporados à tropa. Eu desconhecia, aconteceu no fim do governo de Laudo Natel, anterior ao meu. Muitos exibiam sinais evidentes de tortura, como queimaduras de cigarro. Um sargento nissei, de cabelos cor de graúna, ficou totalmente grisalho. Tudo isso causou revolta na PM. Braga pediu-me que fosse visitar dois ou três quartéis da PM de São Paulo.

Tentou-se repetir o episódio no meu **governo**¹⁹⁴. Meu secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, me comunicou que Ednardo desejava ouvir no DOI-CODI um grupo de comunistas da PM. Eu estava reunido com uns três, quatro militares sentados em torno da mesa de madeira maciça que pertenceu ao Rodrigues Alves – encontrei-a enterrada em um sótão do palácio. Um dos militares pertencia ao SNI. Dei uma porrada na mesa, desculpem-me pela palavra certa, que não ficou copo em cima. Em tom hilário o Erasmo começou a me chamar de general: “General, acalme-se”. Ordenei-lhe que avisasse Ednardo: nenhum soldado da PM iria para o DOI-CODI. Eu entraria junto. Do quartel, o Erasmo ligou. O comandante ressentia-se porque pela

Constituição o responsável pela segurança era do Exército e não do Governo do Estado. E havia infiltração comunista que colocava em risco a segurança nacional. Respondi que não proibia a entrada dele nos quartéis da PM para ouvir quem quisesse. Mas levar para o DOI-CODI, não. Encerrou-se o assunto.

O Sr. Ricardo Young – *(dirige-se ao vereador Natalini)* Presidente, não sei se atrapalho.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O senhor não atrapalha nunca, pergunte à vontade.

O Sr. Ricardo Young – *(para o depoente)* Um dos aspectos mais controvertidos do senhor como governador era a sua relação com o coronel Erasmo Dias. À época eu, estudante, militava no movimento estudantil. Para nós, o coronel recebia ordens de Brasília. Achávamos que com frequência o senhor tomava um remédio amargo, obrigado. Depois, com a apuração dos fatos, ficou claro que havia maior proximidade do senhor com ele.

De que maneira o senhor reagia à pressão do II Exército? O senhor disse que não tinha clareza a respeito do DOI-CODI. Quando lhe ficou claro, como o senhor reagiu às torturas e ao assassinato de Vladimir Herzog? Por que não renunciou naquele momento?

O Sr. Paulo Egydio Martins – A sua opinião e a de outros estudantes é igual à de dois filhos meus e da minha esposa. Primeiro, sobre Erasmo: ele latia muito além do que mordia; e quem estava dirigindo era eu. O fato é que ele, mais ligado à linha dura, trazia informações vitais sobre o que se passava do outro lado. E quando eu dava uma ordem, ele cumpria.

Eu dei a ordem para a invasão da **PUC¹⁹⁵**. Discordava do presidente Geisel e do Golbery sobre a importância do movimento estudantil para a segurança nacional. Participei como estudante e o conhecia a fundo. Os dois não entendiam nada do assunto. Achei um erro político enorme do Geisel baixar um decreto proibindo qualquer autoridade de permitir um congresso da UNE. Então, passados alguns meses do decreto, o Erasmo me telefona e diz: “Governador, desconfio que os estudantes estão realizando uma reunião da UNE na PUC”. Eu respondo: “Erasmo, continue desconfiando, mas não faça nada.” E nos comunicávamos por rádio.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Às 9h30 Erasmo ligou dizendo que havia uma faixa na qual se lia “Aqui está reunida a cúpula da UNE”. Respondi: você não enxerga faixa nenhuma, não intervenha, deixe haver a reunião. Cerca de 17h30 nova ligação: “Governador, saíram da PUC, foram ao TUCA.” Eu disse: o TUCA é dependência da PUC, não façam nada e isso é uma ordem. Às 18h30: “Governador, saíram do TUCA e estão agredindo a PM e o Batalhão de Choque.” Falei: agora é diferente. Deem um aviso e, se continuarem, prendam os agressores. Há uma versão de que um grupo deles

correu de volta para a PUC. Se não me falha a memória, existe a versão de que a reitora da PUC pediu ao delegado Romeu Tuma que entrasse para proteger os bens da PUC. Não tenho como afirmar isso, se é verdadeiro ou **falso**¹⁹⁶.

Testemunho da procuradora da Justiça Luiza Nagib Eluf, então estudante de Direito da USP e presente à assembleia. Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 26 de setembro de 2007, aniversário de 30 anos da invasão.



A invasão da PUC

Luiza Nagib Eluf

O ano de 1977 foi marcado por episódios determinantes para a restauração da democracia no país. Em 8 de agosto, foi lida no pátio da Faculdade de Direito da USP a célebre Carta aos Brasileiros, de autoria do professor Goffredo da Silva Telles **Junior**¹⁹⁷. Na noite de 22 de setembro, soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, comandados pelo então secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, invadiram a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, situada na Rua Monte Alegre, no Bairro de Perdizes, e prenderam os alunos que ali estavam reunidos, provenientes de várias faculdades. O motivo alegado era a desobediência dos estudantes, que teimavam em recriar sua entidade nacional, a UNE, que fora banida por determinação da ditadura militar que imperava no país.

A invasão foi um ato de selvageria, de truculência, de arbitrariedade, que só poderia ter sido concebido pela mente obscura e doentia dos opressores de plantão. Os soldados entraram batendo e gritando ofensas de todo calão, lançando bombas sabe-se lá de que efeitos, mas o fato é que muitas pessoas passaram mal, desmaiaram e pelo menos duas alunas da universidade foram gravemente queimadas. É evidente que os estudantes estavam desarmados. É evidente, também, que a manifestação de insubordinação diante da proibição de se reunirem era perfeitamente justificada.

É próprio da juventude desafiar certas normas. É natural e saudável que assim o seja, ou o mundo continuaria sempre igual, não progredindo jamais. É papel da mocidade promover a renovação, e os estudantes da época queriam se livrar da ditadura tenebrosa que engessava o ensino, punia a participação política e queria limitar o saber.

A reunião estudantil da noite de 22 de setembro de 30 anos atrás tinha como objetivo recuperar os ideais de melhores condições de vida para a população, propondo a restauração das liberdades democráticas e a instauração do estado de direito. Nada mais legítimo.

No entanto, a ação policial de invadir uma escola por razões políticas (!), desrespeitando qualquer parâmetro de civilidade, não pode ser esquecida, para que não mais se repita.

Em matéria publicada neste jornal no último dia 22, o coronel Erasmo Dias, ao se defender, declarou que “tinha muita mulher lá e mulher não tem jeito para correr, tem perna presa”.

Com essa frase o coronel demonstra, mais uma vez, sua visão distorcida sobre os fatos da vida. Primeiramente, porque evidencia um preconceito inadmissível contra a população feminina. Segundo, porque ele estranhou a presença de mulheres no local, fato corriqueiro nas universidades já naquela época – só ele desconhecia essa circunstância. Terceiro, porque mulher não tem “perna presa” coisa

nenhuma e qualquer pessoa, mulher ou homem, que for atingida por bomba atirada pela polícia vai se queimar, correndo ou parada.

Passados tantos anos, a única conclusão sensata a que o coronel deveria ter chegado é que a operação foi um desastre. Sacrificou pessoas inocentes que estavam pacificamente reunidas, causando-lhes sequelas indelévels tanto físicas quanto psicológicas, e colaborou para enfraquecer a ditadura. É certo que o coronel Erasmo não foi o único responsável pela ação repressora. Foi do governador do Estado à época, Paulo Egydio Martins, que partiu a ordem.

E que não se minta sobre o comportamento dos estudantes. Eles não deram causa à brutalidade. Não tentaram agredir os policiais com atos ou palavras. Ao perceberem a entrada da tropa de choque no campus, os grupos estudantis não reagiram. Correram para dentro do prédio, subindo escadas e rampas, procurando abrigo nas salas de aula, até alcançarem o último andar, onde foram encurralados e presos. Não sem antes sofrerem espancamento indiscriminado com cassetetes e serem intoxicados com quantidades absurdas de gás lacrimogêneo. Posso descrever muito bem o que aconteceu porque eu lá estava, com meu irmão e minha irmã. Éramos, os três, alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e havia outros colegas conosco, que hoje são juízes, advogados, promotores de Justiça. Fomos todos levados a um estacionamento próximo, onde se fez uma triagem. Os alunos da PUC foram liberados e os da USP seguiram, de ônibus, para o quartel da Polícia Militar. Alguns professores também foram presos.

Meus pais ficaram em desespero, sem notícias dos filhos, durante toda a madrugada em que os estudantes, mesmo confinados, continuavam a ser submetidos a emanações de gás lacrimogêneo. Nunca fui omissa, nunca me senti diminuída por ser mulher. Ainda que consciente dos riscos que corria, achei que me arrependeria se não comparecesse àquele ato de repúdio à ditadura. Hoje me orgulho da decisão que tomei.

Além disso, lembro-me bem de que poucos de nós acreditavam que a polícia invadiria as dependências da universidade. Algum tempo antes, houvera um episódio semelhante na Faculdade do Largo de São Francisco. Os alunos reviveram a “tomada” das Arcadas em protesto contra a ditadura e a polícia acorreu ao local para reprimir o ato. Só que não conseguiu entrar. Quebraram os vidros e atiraram bombas de gás lacrimogêneo para dentro, mas o diretor Pinto Antunes não permitiu que arrombassem as portas do prédio. Na invasão da PUC, no entanto, a repressão não respeitou ninguém.

Depois do fato, o que resta dele é a sua versão. Da avaliação do ocorrido, ficou claro que os estudantes não sofreram essa violência em vão. A invasão da PUC abalou irremediavelmente os alicerces, já desgastados, do regime de opressão política. Os estudantes não foram ingênuos, foram heróis.

Que não se perca a dimensão histórica desse ato de bravura coletiva.

*Procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, atualmente afastada da carreira para exercer o cargo de subprefeita da Lapa (*na data da publicação*).

O Sr. Paulo Egydio Martins – O que quis dizer é que a minha ordem infringiu uma ordem presidencial. Durante bastante tempo tentei diálogo com movimentos estudantis. Sempre tive conversa aberta e diálogo. Quem deu a posse ao Lula na Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo, fui eu. Na semana seguinte houve um churrasco oferecido pelo prefeito de São Bernardo, Tito Costa. Lula pediu, contra a vontade dele, que me convidasse, desde que eu debatesse com os

metalúrgicos sobre o que quisessem. Passei uma tarde no sindicato. Aprendi isso na UNE, lá atrás.

Com meu avô aprendi a odiar as ditaduras, o fascismo, o comunismo. Odiei a maneira como se apresentou em Cuba, na Nicarágua. Uma das razões que me levou à conspiração foi sentir a ameaça de trazerem ao Brasil uma forma ditatorial em nome do bem. Milhões de pessoas foram torturadas e assassinadas pelos bolcheviques, por Mao Tse-Tung e Fidel Castro. Não quero isso para o meu Brasil.

Então, o rompimento com o general Ednardo D'Ávila Mello, depois de três dias do meu governo, foi porque a tortura no DOI-CODI era um meio ditatorial, que afeta a dignidade da pessoa humana. Não aceitava. E, em resposta à sua pergunta, não acredito em renúncia. Renunciar satisfaz a própria consciência. Não ajuda em nada a resolver o problema.

Modestamente estou convencido de que pude ajudar o Brasil a chegar à democracia em que vivemos. Com vários governos se sucedendo, nos últimos 20 anos. Com esta Comissão da Verdade e meu depoimento sobre o DOI-CODI. A minha vida foi pesquisada por uma equipe do CODI. Duas ou três entrevistadoras apareceram sem eu saber de onde e como, abriram um livro e me perguntavam sobre diversos acontecimentos mencionados no livro. E eu tive de responder de bate pronto, como aqui.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Só para dar sequência. Ouvimos várias pessoas, até o fotógrafo que registrou a cena do Vlado no DOI-CODI. Aconteceu no governo do senhor. Como o senhor recebeu a notícia? Quais as suas atitudes, as implicações? A morte de Vlado e a morte de Manoel Fiel Filho resultaram na demissão do general Ednardo D'Ávila Mello.

O Sr. Paulo Egydio Martins – A demissão de um comandante em pleno poder de seu comando foi um caso único na história do Exército Brasileiro.

P – Em que momento o senhor tomou conhecimento da morte do Herzog?

R – O meu secretário de segurança, Erasmo Dias. O Herzog fazia parte da equipe do meu secretário da Cultura, José Mindlin. Ao longo de minha vida empresarial, no ministério, no governo, sempre escolhi os auxiliares, comuniquei-lhes a política e cobrei. Quem o meu auxiliar contrata é problema dele. Fiquei estatelado. Pedi ao Erasmo que fizesse uma pesquisa para saber o que constava sobre Herzog no SNI, no CIEEX, na Marinha, na Aeronáutica. Nada.

Veio do II Exército a explicação: o jornalista representava uma ameaça à segurança nacional. Essa resposta me deixou atônito.

Três ou quatro dias depois, ligam da portaria que desejam falar comigo os deputados estaduais Alberto Goldman (*presidiria a CPI sobre a invasão da PUC pela*

Polícia Militar, em 1979) e Ayrton Soares, ambos da oposição. Recebo-os. Dizem que eu devo estranhar a presença deles. Concordei, e respondi que os recebia de braços abertos – como cidadãos paulistas tinham direito ao acesso à sede do Governo. Ouvi o seguinte: “Governador, acabamos de sair do enterro do Vladimir Herzog, onde estivemos com fulano, beltrano – um dos nomes que me ficou foi o de (*Rodolfo*) Konder. Foram interrogados no DOI-CODI (*e torturados*) para saber qual a ligação do Herzog com o senhor, que é um agente da KGB”.

(manifestações fora do microfone)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – E o senhor não era agente do KGB no Brasil?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Não conto.

(risos)

O Sr. Paulo Egydio Martins – Àquela altura, com a minha vida estudantil clara, a minha vida empresarial, homem de confiança do Geisel, alguém me acusar de agente da KGB, piada. Mas por meio de piadas se vai longe. Aprendi com o marechal Castelo Branco. Em despachos com ele, perguntava-me: ministro, quais os boatos de hoje? Explicou-me, logo de início: sou oficial de informações, o informe começa com o boato. Não deixe de ouvi-lo e siga o boato.

Hoje estou menos surpreso com aquilo. A minha teoria é que queriam desestabilizar o Geisel, e uma das maneiras era criar um atrito sério comigo, aqui em São Paulo. Parece pretensioso. No entanto justificaria uma intervenção maior, nacional. Se eles são inteligentes, burros não somos.

Essa é a minha versão, não digo que verdadeira. É a única que consigo dar, porque não entra na minha cabeça que o Herzog seja um perigo para a segurança nacional, não acredito no suicídio e não se mata uma pessoa...

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O senhor disse isso na época?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Sim. Depois publiquei.

P – Tornou-se público?

R – Acho que dei mil entrevistas sobre o assunto. A luta pelo poder era muito forte no Exército. Acontece que o Geisel tinha um homem forte em São Paulo, amigo íntimo do governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, que se tornou grande amigo do governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli. Fiz reuniões periódicas com eles e os comandos das polícias militares de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Vamos brincar? Cada um brinca com o brinquedo que possui.

Marcara-se uma visita do presidente Geisel a São Paulo, que coincidiu com a

véspera do ato ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog. Recomendaram-lhe que não viesse devido ao ambiente extremamente hostil. Eu dei a palavra de que ele seria recebido aqui como presidente da República.

Marcamos uma recepção no palácio. Antes, um episódio pitoresco. Os deputados, meio bravos, se cotizaram para o Alberto Goldman comprar terno e gravata. Ele nunca usara.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Era um pouco pão duro também.

(*risos*)

O Sr. Paulo Egydio Martins – Vieram Geisel e a comitiva. No grande saguão do palácio, de um lado ficou o II Exército em peso, inclusive o Estado-Maior. Do outro, o MDB e a ARENA, ambos em peso. Um olhando a cara do outro e o presidente andando de um lado ao outro, livre. Sem nenhuma **hostilidade**¹⁹⁸.

O Sr. Ricardo Young – Nesse episódio, houve menção relativa à morte de Herzog? Em conversa particular sua, com o presidente?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Claro. Terminada a etapa no saguão, convidei o presidente para um cafezinho na biblioteca do palácio. Localizava-se na ala residencial. Assim que entramos ele pediu: “Chame o Ednardo aqui.” O general chegou, fez um gesto indicando que sairia da sala. Ele me mandou ficar. Em seguida, dirigiu-se ao Ednardo:

“Você me conhece há muitos anos. Quero que fique claro: é a última vez que vou tolerar algo do gênero que aconteceu em uma dependência do Exército Nacional. O senhor me ouve?”

“Sim, senhor”, respondeu Ednardo.

Geisel prosseguiu:

“Então, tome bem atenção. O que lhe digo agora será publicado num decreto no *Diário Oficial*. Para o conhecimento de todos os comandos do Exército no Brasil.

“Sim, senhor Presidente.”

“Agora, pode se retirar.”

Fiquei com um frio na espinha, pois a autoridade do Geisel era muito forte, imperial. Comentei isso em um pequeno círculo. Dois meses e meio depois, eu estava em viagem no interior, morreu no DOI-CODI o metalúrgico Manoel Fiel Filho. Voltei imediatamente a São Paulo.

O Manoel Pedro Pimentel, meu secretário de Justiça e excelente conselheiro, professor de Direito Criminal na USP, me disse que haveria revolta grande em São Paulo se nada acontecesse. De manhã, ao redor de 8h30, Geisel pediu para esperar –

logo o Golbery me transmitiria instruções. Pelas 10h00 o Golbery liga e diz que o presidente exonerara o Ednardo, por telefone. Em seu lugar, Dilermando Gomes Monteiro. Busquei informações sobre ele. Linha castelista. Portanto, favorável ao retorno da democracia.

No II Exército, Ednardo se reunia com oficiais, quando recebeu a ligação. Perplexo, comunicou aos demais que acabara de ser destituído. Dilermando ainda não chegara. Como Ednardo não transmitia o comando, o comandante da 2ª. Região Militar, Ariel Pacca da Fonseca, seu substituto legal, proclamou em tom de voz apropriado: “Assumo o comando do II Exército. General, por favor, me acompanhe até o seu carro.”

O Sr. Ricardo Young – Em dezembro desse ano, 1976, houve a invasão da casa na Rua Pio XI, no bairro da Lapa, e a execução do comitê Central do PC do B. Lembro bem, porque eu era da FGV e o professor Antônio Angarita era o diretor acadêmico. Foi uma comoção sem precedentes entre os professores. A comoção devia-se ao fato, gravíssimo, e porque não se esperava que pudesse acontecer de novo, que não se controlavam as forças da repressão. O senhor tem alguma consideração a fazer?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Não. Lamento não me lembrar para responder à pergunta.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Governador, tivemos aqui um depoimento detalhado sobre a ação. O responsável foi o DOPS, comandado por Fleury, e não o **DOI-CODI**¹⁹⁹.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Ah, bom.

P – O senhor o conheceu, teve alguma relação com Fleury?

R – Não. Nunca o vi. Se me apresentassem a ele como Joaquim, seria Joaquim.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Noto que o senhor não está confortável com a sua coluna. Quer descansar um pouco? Estamos chegando ao fim.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Vamos em frente.

P – Governador, qual a sua opinião sobre a morte de Juscelino Kubitschek? Atentado, acidente?

R – Sempre tive grande admiração por ele. Discutia-se desperdício e inflação causados pela construção de Brasília e da rodovia Belém Brasília. Eu apoiava a interiorização mesmo com aquele custo, por ser essencial ao crescimento do Brasil. E era muito amigo das filhas, principalmente da Maria Estela, casada com o Rodrigo, filho do **Lucas Lopes**²⁰⁰. Grande amigo meu, um engenheiro.

P – O senhor tinha conhecimento de que Juscelino estava se articulando para ser candidato nas eleições de 1978?

R – Não.

P – Voltando, o senhor acha que a morte foi por acidente ou prefere não se manifestar?

R – Acredito mais num acidente porque o Juscelino era pessoa muito cautelosa. Não iria se colocar em situação com risco de ser assassinado. Essa a minha convicção.

P – O senhor acha que o Paulo Maluf subornou deputados estaduais para ser escolhido governador de São Paulo?

R – Prefiro não responder a essa pergunta.

P – Quando prefeito, de 1969 a 1971, Paulo Maluf teve relação com as valas clandestinas do cemitério Dom Bosco, em Perus. Ali descobriram-se restos mortais de desaparecidos políticos. O senhor tem algum comentário a respeito?

R – Não tenho informações sobre a vida de Paulo Maluf. Por razões pessoais, não me dou com ele.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O coronel Erasmo Dias foi sua escolha ou veio indicado?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Nomeado por minha escolha, pelo meu julgamento e meu jogo político.

P – Temos a informação de que o Sr. Paulo Henrique Sawaya Filho era assessor no Ministério da Fazenda e visitante do DOPS. Arrecadava fundos que ajudaram a sustentar as dependências onde se torturava. O senhor o conhece?

R – É irmão da esposa de Fernão **Bracher**²⁰¹, filho de um grande professor da USP, biólogo brilhante. Conheço o Paulinho Sawaya, seu apelido na intimidade, há muitos e muitos anos.

P – O senhor acha que ele prestou esse serviço?

R – Não acho... não sei. Nunca vi Paulinho praticar ato que eu não aprovasse. Mas sei que é pessoa controvertida para muitos. Comigo, pelo período em que o conheço, não sei responder.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o vereador Rubens Calvo.

O Sr. Rubens Calvo – Governador, o senhor realmente possui esse senso democrático e humanitário, mesmo sendo um político da ditadura. Quero me externar a respeito do meu pai, o psiquiatra Alberto Calvo que, ao lado de outros médicos progressistas saídos da Escola Paulista de Medicina, faziam psiquiatria

volante. Tiravam a população da rua. Depois houve mudança da mentalidade psiquiátrica e dos manicômios e uma desinternação. Na gestão do senhor realizaram-se vários convênios com hospitais filantrópicos espíritas – eu sou espírita – e se construíram acima de 36 ambulatórios de saúde mental pelo Estado. Foi a maior humanização da psiquiatria, com objetivo de reinserir os pacientes à sociedade. O senhor deu a meu pai o comando desse projeto, quando era secretário da Saúde o Dr. Walter Leser.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Walter Leser, o homem mais santo que conheci.

O Sr. Rubens Calvo – Quero dizer que até hoje um dos melhores hospitais psiquiátricos das Américas é o Américo Bairral, em Itapira, São Paulo. O senhor conseguiu, dentro de uma ditadura, dar uma tônica de democracia.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Obrigado por suas palavras. Eu vivia um pesadelo por minha participação em um processo que derrubou o governo constitucional e nos levou a viver em uma ditadura. Principalmente por causa do meu avô, que me ensinou a odiar ditaduras. Fiz o que pude para voltarmos ao regime democrático. Reconheço que muito se apagou porque participei do governo militar do qual, aparentemente, para uma grande maioria, fui fã ardoroso.

Além da área psiquiátrica que o senhor citou, pude contribuir para a construção do **Incor**²⁰². O **Zerbini**²⁰³ veio conversar comigo e perguntou até onde eu apoiaria o projeto. Respondi: até onde for necessário. E por que o Incor, que envolveu maior impacto? A doença de Chagas é doença cardíaca que só dá em pobre. Rico tem infarto. Também pude contribuir com ambulatórios do Hospital das Clínicas, o Hospital da Criança, o Hospital Universitário e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, hoje talvez a maior unidade de medicina nuclear da América Latina.

No entanto, falhei lamentavelmente em dois aspectos. Primeiro, quis reformar o Juqueri. Impossível. Comissões tentaram relocar os presos para suas residências, mas as famílias não aguentaram e largaram esses supostamente loucos nas estradas. Eles voltaram para uma pensão do Governo do Estado. Segundo, o que ocorria entre a família do preso e o presidiário. Uma das coisas mais nojentas de que tenho conhecimento. Ali se prostituía mulher de preso, filha. O que rendesse dinheiro. Rapazes, meninos estuprados em troca de tratamento melhor ao preso. Visitei vários presídios, atuei pessoalmente, mas a minha sensação era a de dar soco em chão de borracha. Tirava a mão e a máfia voltava. Conto para que a comissão tome conhecimento desses problemas. São gravíssimos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Obrigado, Sr. Governador. Comunico que contamos com a presença do vereador Roberto Trípoli, vereador decano da

Câmara²⁰⁴. Tem a palavra o vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Agradeço muito a sua presença, Governador. Identifiquei-me com seu apreço pela democracia em contraponto à ditadura, de direita ou de esquerda. O senhor tinha apenas um terço ou menos da Assembleia Legislativa, o que surpreende, pois se faz todo tipo de atentado, hoje, em nome da governabilidade. Meu pai, quando prefeito, tinha a maioria do PMDB, mas cinco vereadores do mesmo partido faziam oposição a ele. Esse tipo de relação com o legislativo tem de ser retomado.

Pergunto apenas. Depois de tudo o que aconteceu durante o regime militar, passados esses anos, as coisas são mais claras embora algumas estejam enterradas. Valeu a pena a sua decisão de se filiar àquele movimento e depois apoiar o regime militar? Sei que as decisões de homem público são solitárias e só o futuro as dirá acertadas ou não.

O Sr. Paulo Egydio Martins – Aquilo que eu almejava deu certo e eu diria que sim. Basta ver o que aconteceu com as repúblicas proletárias socialistas do mundo. O que o bolchevismo fez. O que Mao Tsé-Tung fez – talvez a maior matança humana de que se tenha conhecimento. Veja Cuba, até hoje. Nem vou falar da Nicarágua. Mas a incerteza da volta à democracia me faria pensar, hoje, que o risco era maior, pois a linha dura visava a quem tinha o poder real, Geisel. Perguntei a um grande amigo, que foi do PCB: hoje tenho dúvidas. A resposta de Antônio Angarita foi: “Nós, em casa, podíamos dormir porque você estava no Palácio dos Bandeirantes e não deixaria passar do ponto”. Foi o maior elogio que recebi na minha vida pública.

O Sr. Ricardo Young – Senhor Governador, um reconhecimento que é o de todos os ambientalistas. Na sua gestão, Paulo Nogueira **Neto²⁰⁵**, que estava na Secretaria Especial de Meio Ambiente, e o seu secretário da Agricultura, Pedro Tassinari Filho, se uniram para criar a iniciativa pioneira do Parque Estadual de Ilhabela, das primeiras reservas estaduais. Não fosse a sua gestão, Ilhabela provavelmente estaria destruída pela especulação. Gerações de ambientalistas, incluindo o seu filho Marcos Egydio, liderança ambientalista, agradecem a iniciativa.

O Sr. Paulo Egydio Martins – O senhor se esquece que tombei todas as ilhas litorâneas paulistas. Ilha do Cardoso, Ilhabela, Ilha Anchieta. Criei os mananciais hídricos, o controle climático da Grande São Paulo. Numa época em que não se falava em ambientalismo.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) –Curiosidade do vereador Andrea Matarazzo e minha: por que o senhor deixou de fazer política?

O Sr. Paulo Egydio Martins – Porque também fazia política na ex-ARENA. Meu competidor chamava-se Paulo Maluf. Ou seguia os métodos dele ou não fazia política. Afastei-me. Quando surgiu **alternativa**²⁰⁶, fui com o Tancredo Neves para o Partido Popular (PP). Fui vice-presidente do PP. Quando Tancredo se candidatou à Presidência, o PP incorporou-se ao **MDB**²⁰⁷. Com a morte dele e Sarney no governo, começou a mesma vergonha. Eu me demiti com uma carta publicada na primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo*, envergonhado com a podridão no início da redemocratização brasileira, igual ou pior do que esta que vemos. É um crime, porque o dinheiro que se tira é da boca de quem precisa comer ou encontrar tratamento médico. A revolta democrática ou das ruas, no meu entender, ainda é muito pequena. Sou velho, semiparálítico. Mas no que eu puder lutar contra a podridão, vou lutando.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado ao governador Paulo Egydio Martins pela presença. Obrigado, vereador Andrea Matarazzo, por colaborar. Obrigado aos senhores vereadores e a todos os presentes. Dou por encerrada a reunião de trabalho da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

O jornalista Luiz Gutemberg a citou pela primeira vez em seu livro *Ulysses Guimarães - Moisés, codinome. Uma biografia*. Companhia das Letras, 1994. Páginas 144-145.

Oswaldo Cordeiro de Farias (1901-1981) participou de todos os movimentos conspiratórios desde 1922. Comandou um dos quatro destacamentos da Coluna Prestes. Esteve com a FEB na Itália combatendo o nazi-fascismo. Atuou no movimento contra a posse de João Goulart e no golpe de 1964. Castelo Branco nomeou-o Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, que depois se tornou o Ministério do Interior.

Elio Gaspari, *A Ditadura Encurralada*, obra citada. Página 89.

Antonio Carlos Scartezini em Dr. Ulysses, Ed. Marco Zero, 1993. Página 89 n, no livro de Elio Gaspari.

Fernando Pacheco Jordão, obra citada, página 103.

Páginas 204 e 205.

A psicanalista Anna Verônica Mautner, de São Paulo, explica que tratamento médico e psiquiátrico se aplica a psicoses, distúrbios graves que impedem o cotidiano. Psicodramas têm por objetivo entender as próprias emoções por meio de gestos e sons. Referem-se à procura de autoconhecimento.

Ao depor na Comissão Nacional da Verdade, em 26 de novembro de 2014, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso disse ter obtido as notas taquigráficas da reunião do Conselho de Segurança Nacional, de 1969. Descobriu que o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, foi determinante na cassação de Mario Covas, ao afirmar que o político era socialista. O general presidente Arthur da Costa e Silva resistia: era religioso, conhecia-o; não se envolvia com subversão e comunistas. “Bom moço”, disse. Diante dos demais favoráveis à cassação, sugeriu que só se retirasse o seu mandato de deputado federal (líder da bancada oposicionista do MDB), mantendo-lhe os direitos políticos. As notas taquigráficas, segundo FHC, registram que Delfim insistiu: “É socialista mesmo.” Conhecia-o de Santos. Costa e Silva, então, acedeu.

Embaixador do Brasil em Londres a partir de dezembro de 1974. Nesse ano o seu Banco União Comercial faliu; o Banco Itaú absorveu-o. O governo assumiu o passivo estimado em milhões de dólares, provenientes de empréstimos no exterior. O Banco Central ficou com a dívida dos credores internos.

Em 1975 instituiu-se o Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos, que remonta a partir do antigo Departamento de Estatística da Secretaria do Planejamento, de 1892. Em 1978 tornou-se

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos – Fundação SEADE.

A revolta dos marinheiros em *A Conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.cpdoc.fgv.br

Referência à espada de ouro presenteada ao general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1894-1984), no primeiro aniversário do que se denominou contragolpe e garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, seu vice. Consta que o general a recusou e brandiu a espada do Exército. Lott foi candidato nas eleições presidenciais de 1960, derrotado por Jânio Quadros. O jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991), defensor irrestrito dos direitos humanos e militante católico, escreveu a respeito: “{...} se tivesse ido para a Presidência do Brasil, teria instaurado um governo de legalidade e de respeito à pessoa humana, e uma vinculação com partidos políticos, porque era um democrata sincero, inteligente e honrado. Com Lott na Presidência, não teríamos ditadura militar durante vinte anos, não teríamos a falência nacional. Nada disso teria acontecido.”

Presidente da Petrobrás e depois ministro da Guerra do general presidente Castelo Branco.

Severo Fagundes Gomes (1924-1992), fazendeiro e industrial, de mente aberta, defensor dos direitos humanos. Renunciou ao cargo depois de reagir a um provocador, em uma opulenta festa de repercussão social e política. Elio Gaspari descreve a cena de forma saborosa em *A Ditadura Encurralada*, a partir da página 343. Severo, senador por São Paulo de 1983 a 1991, faleceu com a esposa, Anna Maria, no desastre de helicóptero que matou o deputado Ulysses Guimarães, sua esposa Mora e o piloto Jorge Comeratto, em 1992.

O general Euler Bentes Monteiro (1916-1979) candidatou-se pelo MDB à presidência, nas eleições indiretas de 1978. O general João Baptista Figueiredo (1918-1999) derrotou-o no Colégio Eleitoral. Eurico Prado Lopes, presidente do IAB-SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil). Autor, com o parceiro Luiz Telles, do Centro Cultural São Paulo.

Detalhes no depoimento de Paulo Egydio Martins ao CPDOC/FGV.

O conteúdo: políticos de alto nível prejudicavam seu trabalho de garantir a segurança nacional, intervindo quando levantavam pistas de agentes infiltrados para dar um golpe comunista no Brasil. CPDOC/FGV.

O coronel Vicente Sylvestre expõe as atrocidades no depoimento a seguir.

O contexto das grandes passeatas estudantis de 1976 e 1977 impulsionou a tendência de reconstruir a UNE. Em 22 de setembro de 1977 realizou-se num salão da PUC o III Encontro Nacional dos Estudantes - ENE, que integrava o projeto de reconstrução da UNE. Fora impedido de realizar-se na véspera devido aos cercos policiais da USP, da PUC e da FGV. Constava que a assembleia na PUC do dia 22 discutia a repressão policial. Tropas de choque e policiais militares invadiram o prédio e atacaram os estudantes com bombas de gás e cacetes. Muitos caíram na rampa de saída e a multidão, tocada pelos policiais, não conseguia evitar pisoteá-los. Quinze jovens ficaram queimados, algumas jovens com queimaduras de terceiro grau. Circulou que causadas por napalm. Ônibus da Prefeitura levaram cerca de 700 ao quartel da PM. Alguns, ao DOPS. Alegou-se que os jovens teimavam em recriar a UNE, banida pela ditadura.

Falso. A reitora da PUC, Nadir Gouvea Kfoury (1913-2011), segundo o blog de seu sobrinho, o jornalista Juca Kfoury, recusou-se a cumprimentar Erasmo: “No episódio da violenta invasão da PUC pela polícia de São Paulo, em 1977, em plena ditadura, a educadora mostrou toda a dignidade e indignação da mulher de fibra ao deixar o então secretário da Segurança de São Paulo, o coronel Erasmo Dias, de triste memória, com a mão suspensa no ar, virando-lhe as costas ao mesmo tempo em que dizia “Não dou a mão a assassinos”. Era irmã de meu pai e a tia mais querida da família. Uma brasileira rara, orgulho maior de todos nós.”

Publicada neste Relatório na página 291.

Elio Gaspari escreve sobre o diálogo que houve quando o deputado Alberto Goldman conseguiu se aproximar de Geisel, na recepção: “Presidente, o MDB está apreensivo com o que vem acontecendo em São Paulo, quanto ao respeito dos direitos humanos.” Respondeu o general: “Não pensem que eu não entendo o significado de suas presenças aqui, neste momento.” *A Ditadura Encurralada*, obra

citada, página 197.

Lembra-se aqui que no Capítulo II Cláudio Antonio Guerra conta em seu depoimento que veio do Rio com Freddy Ribeiro Perdigão para apoiar a equipe de Sérgio Paranhos Fleury.

O mineiro Lucas Lopes, formado em Engenharia, ocupou diversos cargos públicos em Minas Gerais desde a década de 40 e depois em âmbito federal. Foi ministro da Fazenda de Juscelino Kubitschek. Fernão Bracher foi presidente do Banco Central no governo de José Sarney.

Instituto do Coração, um dos sete hospitais que formam o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Euryclides de Jesus Zerbini, cardiologista. Foi o primeiro médico brasileiro a realizar um transplante cardíaco.

Eleito deputado estadual nas eleições de 2014.

Foi secretário Especial do Meio Ambiente. Formou-se em Direito e em História Natural, na USP.

Naturalista, titular de Ecologia, fundou o Departamento de Ecologia Geral no Instituto de Biocências da USP. Organizou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), cargo que exerceu por 12 anos e meio no âmbito do Ministério do Interior e Ministério do Meio Ambiente e Habitação. A SEMA criou 26 Estações e Reservas Ecológicas. Conseguiu apoio de governo e oposição para a aprovação de leis ambientais em 1981. Em 1977 alertou que a água doce de São Paulo e de Belo Horizonte estava caminhando para o fim, e criticou o seu mau uso.

No governo do general presidente João Baptista Figueiredo, a ampla insatisfação popular e de políticos levou o seu chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, a sugerir a abertura ao pluripartidarismo. Este foi criado pela Lei Federal nº 6767, de 20 de dezembro de 1979.

Venceu as eleições de janeiro de 1985 mas adoeceu na véspera de tomar posse, 14 de março de 1985. Morreu no dia 21 de abril de 1985, dia da execução de outro mineiro, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em 1792.



Arquivo pessoal.

UM HOMEM DE CARÁTER

Coronel Vicente Sylvestre quando chefe da Guarda Civil, em uma recepção no Consulado do Japão, em 1966. O coronel recusou-se a invadir a Faculdade de Filosofia e tentou evitar que atirassem coquetéis molotov a partir do Mackenzie. Não demorou a ser preso

CAPÍTULO XII

Maria Antônia, violentada

“Coragem é manter a virtude sob pressão.”

Ernest Hemingway (1899-1961), escritor norte-americano.

Sob a presidência da vereadora Juliana Cardoso, vice-presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, compareceu para depor no dia 24 de setembro de 2013 o coronel Vicente Sylvestre, inspetor-chefe do Agrupamento da Guarda Civil em outubro de 1968. A vereadora apresentou-o:

“O coronel Vicente Sylvestre, de 83 anos, recebeu ordens em 3 de outubro de 1968 para reprimir o conflito que se conheceu como Batalha da Maria Antônia, uma briga entre alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. No entretanto morreu um estudante secundarista, José Carlos Guimarães. É importante, coronel Sylvestre, que o senhor esclareça quais as ordens recebidas e como o senhor, bravamente, resistiu ao seu cumprimento.”

Depoimento do Coronel Vicente Sylvestre

(resumo)

O Sr. Vicente Sylvestre – Inicialmente agradeço o convite e quero, nesta oportunidade, deixar os meus cumprimentos ao vereador Gilberto Natalini, pelo enfrentamento do coronel Ustra na Comissão Nacional da Verdade. Foi um debate histórico. Antes de entrar no meu depoimento, gostaria de fazer uma retrospectiva de minha vida política.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Claro.

O Sr. Vicente Sylvestre – Fomos criados dentro de uma ditadura, o Estado Novo de Getúlio Vargas. A II Guerra Mundial terminou em 1945 e em seguida veio a reabertura. O Partido Comunista foi legalizado. Muito jovem, eu me entusiasmei com as posições do partido. Eleições foram marcadas para **1945²⁰⁸**.

Ingressei na Guarda Civil de São Paulo e quando cheguei a cargos de comando, principalmente com a implantação da ditadura em 1964, já era muito visado. “Cuidado com o Sylvestre”, diziam, me excluindo de certas conversas do comando. Ademais, havia grande movimentação desde a morte do sentinela Mario Kozel Filho, no II **Exército²⁰⁹**.

Recebi ordem de intervir no conflito da Rua Maria Antônia no dia 3 de outubro de 1968. (A reitora Esther de Figueiredo Ferraz chamara a polícia.) Desci com o meu

contingente para manter a ordem. Procurei o diretor do Mackenzie, professor Oswaldo Müller da Silva, e avisei que entravam garrafas vazias e gasolina em uma obra em construção do Mackenzie. De cima, os rapazes começaram a jogar molotov sobre a Maria Antônia (*o prédio da Faculdade de Filosofia, defronte*). Eu disse: “Professor, não pode mais entrar gasolina, garrafa vazia. Temos de evitar.” E ele: “Sylvestre, tranquilize-se, está tudo sob o meu controle.” Respondi: “Não está, vão acabar com a Maria Antônia.”

Meu pessoal tomou posição para preservar a Faculdade de Filosofia e coibir os abusos dos alunos do Mackenzie. Durante a conversa com o diretor veio um emissário do comando e disse: “Sylvestre, pega o pessoal e evacua a Maria Antônia”. Respondi: “Não, não é a Maria Antônia.”

(trecho mal compreendido)

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Por favor, repita essa passagem.

O Sr. Vicente Sylvestre – Sim, eu dizia ao emissário que o policiamento na Maria Antônia estava controlado.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Quem era o emissário?

O Sr. Vicente Sylvestre – Já faleceu, João Batista Trambaioli. Colega, assistente do comando. Expliquei que a Maria Antônia era vítima. Estávamos nessa posição quando o emissário voltou a instar: Sylvestre, é ordem do governador para invadir a Maria Antônia. Ordem do governador **Sodré²¹⁰**. Aí eu disse que, se fosse ordem do governador eu cumpriria, desde que viesse por escrito. Verbal, não cumpriria. É só ver o que está acontecendo, adverti o Trambaioli. Os professores do Mackenzie perceberam a minha posição e vieram me apoiar. Aí afirmei que enquanto a ordem não viesse tentaríamos evacuar o prédio em construção. E ninguém entraria na Maria Antônia. Nisso veio a ordem para eu ser substituído imediatamente. No meu lugar, o comando e a cavalaria da Força Pública. Não teve conversa, invadiram a Maria Antônia e dominaram a situação. Só aí o pessoal do Mackenzie aceitou a orientação da polícia e o problema foi resolvido.

Considerarei esse episódio irrelevante, mas ele reapareceu quando fui sequestrado, dia 9 de julho de 1975, em plena atividade na **PM²¹¹**. Terminava o curso superior de polícia na Academia do Barro Branco. Levaram-me ao QG da PM. No dia seguinte, ao DOI-CODI e às torturas mais absurdas do mundo.

Aqueles verdadeiros bandidos me chamavam pelo nome: “Você é o Coronel Sylvestre, de esquerda? Vem aqui e senta na cadeira de dragão.” Teve choque, pau de arara, afogamento. Até outubro. Lembro de um banho frio numa madrugada muito fria. E alguém me emprestou uma toalha. Para mim, foi o Herzog. Não o conhecia.

Mas o jeito doce, atencioso, me sugeriu ser o Herzog. Estava na cela forte. Muito escuro, não se enxergava nada.

Voltei para a prisão no Regimento da Cavalaria. Bastaram quatro dias, em que impediram a entrada do meu advogado, para os colegas me conduzirem ao Conselho de Justificação e me exonerarem. Expulso depois de 33 anos de serviço. Foi muito chocante. Proibido de ter atividade remunerada, pública ou privada. Quem tomou uma posição humana, de coragem, foi o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Ele foi ao governador Paulo **Egydio**²¹², que mandou um projeto à Assembleia Legislativa concedendo uma pensão à minha mulher. Uma pensão como viúva de marido vivo. Passamos a viver disso. Eu, morto-vivo por nove anos.

Veio a abertura e trabalhei na campanha para o Severo Gomes junto com o Sérgio Gomes, que está aqui presente. (*acena com a cabeça*) Veio a Lei da Anistia. Os presos deveriam requerer recompensa. Fomos, uns 30 companheiros da Polícia Militar. Para surpresa minha a relatora do processo, Vera Lúcia Santana, disse que não ficou provado que o coronel Vicente Sylvestre foi expulso da PM por motivação política. Com tudo o que aconteceu, e todos os recortes de jornais que apresentamos.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Quando ela decidiu isso?

O Sr. Vicente Sylvestre – Em 2004. Recorremos, juntamos novos documentos. A Comissão reviu o processo e deferiu. No despacho, primeiro, sou anistiado; segundo, isento de imposto de renda. O ministro da Justiça endossou. Em seguida, o engodo: a comissão não dá resposta. O advogado Luiz Eduardo Greenhalg entrou com ação, a Justiça anulou o processo. Inconcebível tanto problema em um processo que a lei manda cumprir em 30 dias, prorrogáveis por 30. Reintegrado à Polícia Militar, não aceitei usar o uniforme e de imediato passei à inatividade.

No governo da companheira **Erundina**²¹³ fui comandante da Guarda Civil Metropolitana e imprimimos nela uma orientação humanista. Essa, a nossa grande preocupação.

P – Coronel, quando lhe pediram para evacuar a Maria Antônia, no que consistia a ordem? O que teria de fazer, que não fez?

R – Dentro da Maria Antônia estava, digamos, o estado-maior que defendia a Faculdade de Filosofia – professores, alunos. Evacuar significa retirar o poder de reagir.

P – Nem que fosse pela força?

R – Exatamente. Não cumpri. Ao contrário, orientei o meu pessoal a coibir os abusos do Mackenzie, armados com molotov.

P – Coronel, sabia-se que o **CCC**²¹⁴ estocava gasolina. O senhor sabia quem eram?

R – Sim. Incluíam a TFP. A Guarda Civil incorreu na falha de me pôr à testa do comando, porque eu estava mais próximo. Meu contingente ficava na Avenida Angélica, a Rua Maria Antônia fica um pouco abaixo. No pau de arara do DOI-CODI me perguntaram a respeito. Confirmei: não mandei evacuar, tomei posição.

P – Quando o prenderam, em 1975, havia um coronel reformado da Força Pública preso?

R – Sim, o coronel reformado Maximino. Quando me viu todo arreventado no DOI-CODI disse: se você, da ativa, está desse jeito, comigo o que farão? Resultado: torturaram e quando viram que o coração não aguentava, o puseram na rua. A outro colega nosso, José Pereira de Almeida, já aposentado, homem de idade, militante do PCB como eu, o empalaram quando não tinha mais nada a dar. Um cabo de vassoura enfiado no ânus. A morte não deixa vestígios porque são rompidos órgãos internos.

Largado na calçada

Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, no livro *Dos Filhos deste Solo – Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar: a Responsabilidade do Estado* (Boitempo Editorial, 1999), relatam o caso do coronel José Maximino de Andrade Netto, pai de dois filhos.

Convalescente de uma cirurgia, recuperava-se em casa quando militares do DOI-CODI a invadiram às 22 horas de 11 de agosto de 1975. Levaram-no encapuzado na viatura, apesar das súplicas da esposa que advertia para o estado de saúde frágil do marido. Sofreu torturas como os demais PMs presos, acusados de simpatizar com o PCB ou pertencerem a ele. Segundo o PM Salomão Galdino, o legista Harry Shibata recomendou a soltura para que não morresse no recinto. No dia 18 de agosto o coronel foi largado na calçada em frente a sua casa. O médico da família internou-o no hospital, mas Maximino morreu à tarde do mesmo dia.

O Sr. Deputado Adriano Diogo – Quantos foram presos?

O Sr. Vicente Sylvestre – Mais ou menos 30.

P – Outros casos de morte?

R – Não dentro do DOI-CODI, no caso da PM. Mas o nosso companheiro Cavalcante, aposentado, saiu e no dia seguinte se pendurou. Só via torturador ao redor, enlouqueceu (*como o Frei Tito*). Não conseguiu se suicidar mas morreu logo depois, em casa.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Nesses momentos, imagino você completamente torturado, e como é tocante uma pessoa se aproximar e estender a toalha.

O Sr. Vicente Sylvestre – Quando eu estava mais ferido, cheio de hematomas,

um coronel do Exército, comandante da 2ª Região, coronel Paes, abriu a porta e disse: “Mas o que vocês fizeram com esse homem? Ele tem de ir para o hospital imediatamente.” Aí me tiraram e fui para o Hospital dos Defeitos da Face, porque meus hematomas eram muito grandes. Fizeram curativos e voltei ao DOI-CODI. Tempos depois o Luiz Eduardo Greenhalgh pediu a esse hospital informações a meu respeito e não constava registro de minha entrada.

O Sr. Deputado Adriano Diogo – Coronel, o senhor se lembra de quem o torturou?

O Sr. Vicente Sylvestre – Não. Sei que na equipe C havia uma pessoa extremamente violenta. A voz dele já intimidava a todos: o tenente **Fabício**²¹⁵. Nós nos encontramos posteriormente e ele me surpreendeu ao dizer que esteve no DOI-CODI e nunca torturou ninguém. Fabício ficou cheio de problemas mentais, perturbado. Faleceu há pouco tempo.

P – Coronel, quem do conselho julgou o senhor para expulsá-lo da corporação?

R – Hélio Gaicuru de Carvalho, o coronel Tranchesi e um capitão cujo nome esqueci. Todos falecidos. Mas eu estou aqui, 83 anos.

(risos)

O Sr. Deputado Adriano Diogo – A Justiça reconheceu o seu direito a ter o salário e os provimentos da Polícia Militar?

O Sr. Vicente Sylvestre – Correto, fui reintegrado.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o nobre vereador Rubens Calvo.

O Sr. Rubens Calvo – Ficamos muito comovidos com a sua história. O senhor com 83 anos e todo esse vigor. Deus faz a justiça que os homens não fazem. O senhor, que é por uma polícia mais comunitária, acha que a Guarda Civil Metropolitana regrediu da gestão da prefeita Luiza Erundina para cá?

R – Bom, houve uma influência militarista. O próprio equipamento imita a Polícia Militar. A nossa polícia humanista prevaleceu por pouco tempo. Nós adotamos um conceito pedagógico de tiro de defesa. Ensina o policial a usar a arma para atingir os braços e as pernas. Neutraliza. Significa que você tem de saber usar a arma. E opõe-se à tradição de acertar o coração ou a cabeça. Outras polícias da América do Sul adotaram esse sistema. Mas hoje o tiro acerta criança. Não existe treinamento. Tudo se modificou: o Poder Legislativo, o Judiciário, o Executivo. Mas a polícia... Lamento,

a polícia conserva o ranço militar.

P – Guardadas as situações conjunturais, o que o senhor faria hoje? Esta é uma casa de leis. A melhoria da Guarda Civil Metropolitana também dependeria de nós, aqui.

R – Olhe, não surtiria efeito. O que surte efeito é dizer: a orientação é esta. E ficar à testa, acompanhar. Vou contar um episódio. Um governador do norte veio a São Paulo, ia dar um depoimento muito sério. Não lembro o **nome**²¹⁶. Assassinaram. A Polícia Militar e a Civil procuravam o criminoso quando, para minha surpresa, a mãe do criminoso me procurou e disse: meu filho matou esse governador, mas só o entrego na mão da Guarda Civil Metropolitana, a polícia da Erundina. A Polícia Militar o mataria.

Ela nos levou ao filho, que se entregou e disse que a arma estava na caixa d'água de uma casa. É preciso ter a arma, sem ela fica difícil provar. Esclareceu-se que não era morte política, mas crime comum – ação de bandido.



Foto: Fábio Lazzari Jr./ CMSP

Vicente Sylvestre ao depor na CMVVH.

O Sr. Rubens Calvo – Recentemente, o povo marchou nas ruas de São Paulo a pedir melhorias dos serviços essenciais. Vieram pessoas de todas as faixas etárias e camadas sociais. Ao mesmo tempo, alguns grupos jogaram coquetéis molotov contra a polícia. Esses confrontos são iguais aos de antigamente?

O Sr. Vicente Sylvestre – A PM tem atualmente outros instrumentos para dominar a massa em tais circunstâncias: o gás lacrimogêneo, o gás de pimenta. É um cuidado

para que o policial não use a arma, com risco de atingir inocentes. Essa é a situação, hoje.

De outro lado, a PM antiga, particularmente a Força Pública, não era instrumento de segurança pública, porém do Estado. Encontramos, assim, a força pública na Revolução de 32, em batalha visando a segurança do governador, do Estado. Com a fusão, criou-se outra filosofia. Hoje a sociedade obriga a polícia a ser de segurança pública. Os movimentos de hoje não são nada parecidos com os de antigamente.

P – Se o senhor fosse o comandante dessas manifestações, o senhor usaria seu efetivo para preservar o patrimônio e para rechaçar quem usasse molotov contra seus comandados?

R – Tive uma experiência mais atualizada: jogos de futebol no campo do Morumbi. Infalível: no dia seguinte recolhiam-se talvez 200 ônibus porque a torcida os depredava. Como a Sra. Prefeita estava sendo acuada, e se tratava de patrimônio da CMTC, montamos um policiamento ao longo do trajeto dos coletivos até o estádio, com viaturas. Quando os motoristas percebiam possível depredação, paravam perto dos carros da polícia. A orientação era manter a ordem pelo argumento, pois é assim que se consegue os melhores resultados.

Depois de implantado o sistema, no dia seguinte ao de um jogo entre Palmeiras e São Paulo houve quatro ônibus depredados. Moral da história: o policial não pode ver a grande massa como inimiga. Por esses dias vi um major da Polícia de São Paulo orientando os comandados a segurar o trânsito em manifestação. Comportamento correto. O povo não é inimigo. Repito: o ranço que ainda existe é herança da ditadura militar.

O Sr. Rubens Calvo – Fiquei muito comovido com a sua história. A juíza que lhe negou anistia não tinha sensibilidade. Deveria dar a anistia com louvor e medalha, pois o senhor não invadiu a Faculdade de Filosofia. Obrigado por sua vinda. Saímos engrandecidos quanto à nossa responsabilidade. Devemos fazer valer os que nos antecederam e que, com muita coragem, arriscaram a própria segurança física e mental, e a de seus familiares, por um Brasil melhor.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Obrigada, coronel Vicente Silvestre, obrigada à plateia. Agradeço também em nome do vereador Gilberto Natalini. Meu respeito intenso pelo Sr. Silvestre, de manter a postura e a coragem para enfrentar a monstruosa ditadura que veio para destruir os que julgava inimigos. Estão encerrados os trabalhos.

Em 1988, 20 anos depois da invasão que destruiu com selvageria o prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Rua Maria Antônia (à época, o jornal *O Estado de S. Paulo* intitulou-a *Diligência*), a editora Nobel publicou o livro *Maria Antônia: uma rua na contramão*. Contribuíram 31 pessoas entre intelectuais, ex-professores, ex-alunos.

São textos ricos de história, saber, pensamentos, experiências pessoais, memória, inteligência. Encontram-se contribuições dos professores de Sociologia Azis Simão e Fernando Henrique Cardoso; dos filósofos Gérard Lebrun, Bento Prado Junior, Marilena Chauí, José Arthur Giannotti e Luiz Roberto Salinas Fortes (torturado, o que certamente lhe encurtou a vida – morreu com 50 anos, em 1987); Paul Singer, economista; Antonio Candido, professor de Teoria Literária e Literatura Comparada; Oliveiros S. Ferreira, cientista político; Simão Mathias, Trecho do escritor e jornalista Álvaro Aves de Faria, no capítulo que intitulou *Anotações de um Diário Enlouquecido*: “{...} a bomba explodia na parede cinzenta, nascia a labareda queimando os sonhos de uma geração que passaria pelos anos como se pegasse o bonde na frente da igreja da Consolação e seguisse para o nada {...}”.

Candidatos: o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de Vargas desde 1936, pelo PSD (Partido Social Democrático). O gaúcho Yedo Fiúza, pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). O brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN (União Democrática Nacional).

Ação do “grupo militarista” da VPR, com dinamite roubada, contra o quartel do II Exército no Ibirapuera. O sentinela aproximou-se do caminhão, seu dever como vigilante, e morreu na explosão. Causou grande abalo na opinião pública e foi amplamente explorado pelos militares e a mídia. Roberto de Abreu Sodré (1917-1999), eleito indiretamente pelo colégio eleitoral. Governou de 1967 a 1971.

Em 1970, o governo militar fundiu a antiga Força Pública e a Guarda Civil do Estado, impondo à corporação o nome Polícia Militar de São Paulo.

Paulo Egydio Martins refere-se, no depoimento à CMVH (Capítulo X), à nova investida do DOI-CODI para prender PMs no seu governo.

Luiza Erundina de Sousa, deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi eleita para a Prefeitura de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1988. Exerceu o cargo de 1989 a 1992.

Comando de Caça aos Comunistas, organização paramilitar de extrema direita. Segundo a historiadora Clarissa Brasil, as ações do CCC permitem analisar outras ações e grupos semelhantes; indicam que parte da sociedade brasileira dos anos 1960 corroborou com a ditadura militar, conivente ao aceitar ações de violência extrema. Estas ocorreram durante o endurecimento político do regime militar depois do Ato Institucional nº 5 e sugerem que a sociedade participou do endurecimento, não só político, mas social. Extraído do texto *As Ações do CCC (1968-1969)*, apresentado por Clarissa Brasil, da UFRGS/CAPEs, no IX Encontro Estadual de História.

Innocência Fabrício de Mattos Beltrão, major da Cavalaria do Exército, oficial de ligação entre a 2ª Seção do II Exército e o DOI-CODI-SP (1969); em março de 1970 foi colocado à disposição da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. O jornalista Antonio Carlos Fon afirmou à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva ter certeza de que um dos responsáveis pela morte do amigo e companheiro Virgílio Gomes da Silva, da ALN, foi o major. “Innocência Fabrício de Mattos Beltrão, o capitão Benone de Arruda Albernaz, o sargento Paulo Bordini e o capitão Maurício Lopes Lima assassinaram Virgílio Gomes da Silva, sob tortura brutal. Afirmando aqui e afirmando em juízo se for necessário.”

Possivelmente Edmundo Pinto de Almeida Neto, governador do Acre. Tratava-se de um caso de malversação de fundos.



Foto: M Gomes / CMSP

INOCÊNCIA PERDIDA

Recepção à antiga UNE no salão nobre da Câmara Municipal de São Paulo: José Serra e Duarte Pereira falam sobre a semana que abalou o Brasil

CAPÍTULO XIII

O dia da mentira

“A pior punição do mentiroso não é que deixam de acreditar nele, mas que ele não consegue acreditar em ninguém.”

George Bernard Shaw (1856-1950), dramaturgo e romancista inglês.

1º de abril de 1964. Por meio de um golpe, instalou-se no Brasil uma ditadura militar de 21 anos, que agiu de forma sanguinária contra os que a ela se opunham e empobreceu profundamente o país nos seus valores éticos. Constrangidos com a data, dedicada aos mentirosos, os golpistas dedicaram-se a martelar o dia 31 de março como a data certa. Mentira.

Cinquenta anos depois, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog recebeu dois perseguidos de então, jovens e talentosos universitários dirigentes da UNE e originários da JUC – Juventude Universitária Católica: José Serra e Duarte Pereira.

O vereador Gilberto Natalini, presidente da CMVVH, saudou a todos os presentes e lembrou que a democracia brasileira é uma jovem adulta:

“Nós a saudamos sem cansar. Todavia não esquecemos o que aconteceu. Hoje lembramos a experiência de dois estudantes em um momento crítico do país. Declaro abertos os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, na presença dos vereadores Roberto Tripoli, Mario Covas Neto, Laércio Benko, Rubens Calvo, Andrea Matarazzo, Floriano **Pesaro**²¹⁷, Patricia Bezerra, Eduardo Tuma e Aurélio Nomura. Convido a participar da mesa o vereador Moacir Longo, cassado por perseguição política em 1969.

Nossos convidados de hoje atuaram no movimento estudantil da época: o governador José Serra e o jornalista Duarte Pereira, respectivamente presidente e vice-presidente da UNE. Antes dos depoimentos ouviremos duas entrevistas concedidas por José Serra à Rádio Nacional, na madrugada do dia 1º de abril de 1964, e transmitidas em cadeia nacional.

(Apresentação de áudio; encontra-se na internet no endereço ebc.com.br/cidadania/2014/03/jose-serra-)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Duarte Pacheco Pereira.

(resumo)



Fábio Lazzari Jr/ CMSP

Duarte Pereira na CMVVH: os estudantes tentaram resistir ao golpe militar e demoraram a admitir que seria inviável

O Sr. Duarte Pereira – Minhas saudações a todos, aos vereadores da Comissão da Verdade desta Câmara. Em 30 de março de 1964 a diretoria da UNE, representada pelo José Serra, por Marcelo Cerqueira, vice-presidente para Assuntos Nacionais, e por mim, tentou comparecer a um ato em apoio ao presidente João Goulart, promovido pela Associação dos Sargentos. Fomos impedidos de entrar por militares, o que nos causou estranheza, pois o Exército era defensor da legalidade e do presidente da República. Fomos ao Correio, chefiado pelo coronel Dagoberto Rodrigues, vinculado ao então deputado federal Leonel Brizola. Ele interceptava telefonemas e tinha informações. Informou-nos que telefonemas indicavam aquartelamento e preparativos para deslocar tropas militares em direção ao Rio.

Voltamos à sede da UNE e divulgamos uma nota que, em termos sucintos, denunciava os que pretendiam impedir reformas progressistas e tramavam um golpe. E conclamava os estudantes a resistirem.

Inspirados no movimento que garantiu a posse de João Goulart, a diretoria resolveu dividir-se. Marcelo iria a Porto Alegre. Serra ficaria no Rio. E eu viajaria ao Recife, onde governava Miguel Arraes; antes deveria parar em Salvador, importante centro estudantil.

À noite consegui chegar em Salvador – os voos não eram tão comuns. Fui direto ao restaurante universitário e improvisamos um comício. Li a nota da UNE. Decidiu-se

mobilizar os estudantes para a greve. Segui à assembleia sindical da Federação dos Trabalhadores da Indústria na Bahia. Avisei que parte do comando geral dos trabalhadores fora presa de manhã. Houve discussão e nisso as tropas da Polícia Militar começaram a cercar a praça. Fui para casa tranquilizar a minha mãe.

No dia seguinte tentei embarcar para o Recife. Voos suspensos. Procurei chegar à Faculdade de Direito, cujo centro acadêmico eu presidia. Já estava ocupada. As lideranças, presas e espancadas. Reuni-me com companheiros da direção da Ação Popular, à qual pertencia. Concluimos que a resistência pacífica era inviável e embarcamos para o interior, a cidades com prefeitos progressistas. Segui para Feira de Santana com Haroldo Lima e Jorge Gonçalves, hoje um dos desaparecidos, preso e torturado até a morte no Rio.

Jorge Gonçalves

(Do site da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria dos Direitos Humanos.)

Jorge Leal Gonçalves Pereira, desaparecido político. Integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95, que reconhece estarem mortas as pessoas presas por motivos políticos de 2 de setembro de 1961 (por conta dos assassinatos de trabalhadores rurais e disputas fundiárias principalmente) a 5 de outubro de 1988, e desde então desaparecidas. Baiano de Salvador, engenheiro eletricista, trabalhou na Refinaria de Mataripe, da Petrobrás. Preso em abril de 1964, foi demitido da estatal. Casado com Ana Néri Rabello Gonçalves Pereira, teve quatro filhos.

Libertado, trabalhou na Companhia de Eletricidade da Bahia. Sequestrado no Rio, em outubro de 1970, levaram-no ao DOI-CODI. Cecília Coimbra, psicóloga e fundadora, mais tarde, do Grupo Tortura Nunca Mais, presa naquele momento, viu Jorge sendo levado para interrogatório. Marco Antonio de Melo, com quem seria acareado, confirmou a prisão. O I Exército negou o fato.

Em novembro de 1972, a mãe de Jorge Leal, senhora Rosa Leal Gonçalves Pereira, enviou uma carta à esposa do presidente da República, Scyla Médici, com o seguinte teor:

“Há dois anos meu filho Jorge foi preso na Guanabara. Jorge é casado, tem quatro filhinhos e eu, como mãe e avó, venho lhe pedir para ter pena destas crianças que ainda tão pequenas estão privadas do seu amor e do seu carinho. Os meninos têm 8, 6, 4 e 2 anos. {...}E a menina está com 2 anos e meio, e esta não conhece o pai. D. Scyla, perdoe-me tomar algum tempo seu para me ouvir, mas acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Assim faço neste momento, lhe dirijo o pedido de uma mãe e avó à outra: onde está Jorge?”

A carta não obteve resposta.

Com o prefeito Francisco Pinto pensamos em organizar uma resistência na cidade. Mas o noticiário informou que não houve resistência no Rio. Em Pernambuco, Miguel Arraes fora preso. Seria grotesco resistir só em Feira de Santana. No Rio, 1º de abril, incendiaram a UNE. Dispersamo-nos. Voltei a Salvador e ali fiquei. No dia 2 de julho, quando se festeja a independência da **Bahia**²¹⁸, bem no seu estilo frenético, o deputado Antônio Carlos Magalhães exaltou os golpistas.

Nesse meio tempo, enquanto tropas golpistas avançavam, no dia 1º de abril, para cercar a cidade do Rio de Janeiro, Jango dirigiu-se a Brasília. Ficou pouco tempo, o suficiente para obter a confirmação de que uma força-tarefa dos Estados Unidos navegava em direção aos litorais do Espírito Santo e de São Paulo. Voou para Porto Alegre, onde se encontrou com Leonel Brizola e o novo comandante do III Exército, o legalista general Ladário Pereira Telles. Depois de dialogarem Jango resolveu não resistir: não queria ensanguentar o país com uma guerra civil. Deixou o Brasil.

Por que houve o golpe? Uma versão propaga que se evitou uma revolução em curso no país. Porém não se encontrou plano de combate, arsenal de armas nem resistência que justificasse a versão. Lembra a justificativa do governo norte-americano para invadir o Iraque: armas de extermínio nunca encontradas.

Versão mais aceitável foi a de que se evitou um golpe tramado pelo governo de João Goulart. Há alguma verossimilhança nessa argumentação porque meses antes, em 1963, Jango teria encaminhado ao Congresso um projeto de estado de sítio. Pretendia afastar o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, além de suspender as garantias constitucionais.

O projeto, submetido à consulta da Frente de Mobilização **Popular**²¹⁹, que congregava partidos de esquerda, o Comando Geral dos Trabalhadores, a UNE e entidades populares, foi rejeitado. Um golpe se voltaria contra as forças populares – essa, a nossa previsão. Jango retirou-o do Congresso. A alternativa era empenhar-se para mobilizá-las mais a fundo, caminho que Jango e seu ministro Darcy Ribeiro trilharam. Todos, portanto, renunciaram ao projeto, embora fosse um golpe em autodefesa, pois os governadores mencionados faziam campanha aberta pela derrubada do presidente João Goulart. Já o real golpe de 1964 visou a democracia e as reformas de **base**²²⁰.

Paro por aqui. Muito obrigado.

O sufoco de uma geração

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Anuncio a presença de Carlos Fernandes, presidente municipal do PPS, o Partido Popular Socialista. Passo ao depoimento do presidente da UNE em 1964, o engenheiro, economista e político José Serra.

O Sr. José Serra – Cumprimento a todos os presentes, meu abraço a Duarte Pacheco Pereira, colega da época da UNE, meu amigo de todas as décadas posteriores. Duarte permaneceu no Brasil, foi dirigente nacional da AP, viveu na clandestinidade com a vida em risco a cada momento. É um exemplo do que foi o sufoco da nossa geração, que apenas saía da adolescência, e das gerações subsequentes. Uma perda

pouco mensurável e de enorme importância, numa democracia imperfeita, mas que representava avanço. O regime fechado trouxe enorme prejuízo. Os melhores quadros afastaram-se da política. Ou foram presos, perseguidos, torturados, mortos. Custo alto da ditadura militar que durou 15 ou 20 anos, segundo diferentes análises. Tempo demais.

Toda a imprensa apoiou o golpe, exceto a *Última Hora*. Por isso houve um consenso de fixar a data de 31 de março, evitando o 1º de abril, dia da mentira. A situação era crítica na noite do dia 31, mas o golpe se definiu no dia 1º. No fundo, o golpe expressou a mentira de que estava ameaçada a democracia e que o comunismo espreitava no virar da esquina. Tudo folclore. Porém as forças de direita transmitiram à população a ideia de que se preparava uma guerra para trazer ao Brasil um regime de tipo cubano. Realmente assustou muito a classe média e outros tantos setores. Lembro, aqui, que a UNE não era janguista, e sim uma força independente. Havia organizações, mas tudo inocente no que se refere à preparação política, aos partidos. Não havia hipótese de imaginar a UNE ou demais entidades estudantis engajadas em partidos políticos.

Lembro que em janeiro ou fevereiro de 1964 fui a Belo Horizonte, para uma tentativa de juntar centrais sindicais e criar uma central única dos trabalhadores latino-americanos – a CUTAL. Pois umas senhoras, do movimento da Família com Deus pela Liberdade e alguns matões impediram a reunião. Marcamos outra. Brizola e os deputados foram em avião alugado; **Betinho**²²¹ e eu em avião de carreira. Chegamos atrasados. Quando nos aproximamos do local, impossível entrar: havia uma praça de guerra. Discretamente nos afastamos, pois seria terrível se nos percebessem.

Resolvemos andar até o palácio do governador de Minas, Magalhães Pinto, para exigir medidas em relação ao que acontecia. Ao caminharmos por aquele bairro de classe média, fiquei abismado ao ver, em cada casa, mulheres rezando contra a guerra revolucionária, contra o comunismo. Esse sentimento pegou boa parte da classe média. No dia 19 de março de 1964 se fez, aqui em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Muita gente! Trouxe-me grande apreensão, porque deu respaldo importante a quem queria dar o golpe.

Tudo fruto de um trabalho magistral de comunicação por meio da Rede da Democracia, criada em outubro de **1963**²²². Toda a mídia colaborou exceto, como disse, a *Última Hora*. A televisão mais importante, na época, era a dos *Diários Associados*, a *TV Tupi*. Não havia tecnologia para rede nacional. Não se via em São Paulo a programação do Rio e vice-versa. Mas em todos os lugares existia a *TV Tupi*. Do Assis Chateaubriand, a figura sinistra da época, inteiramente embarcado no projeto.

Na noite anterior à Marcha da Família vim a São Paulo para um debate na televisão, ao vivo – não existia programa gravado. Nós dois, o Rio Branco Paranhos e eu. Ele era um advogado trabalhista, homem tímido, amigo do Moacir Longo aqui. Do outro lado uma deputada agressiva, a Maria da Conceição da Costa Neves; e o Cunha **Bueno**²²³. Nunca em minha vida, até hoje, participei de um debate tão virulento e fui tão contra a corrente. Eu tinha acabado de fazer 22 anos e dizia à população que não fosse à marcha. No dia seguinte, centenas de milhares de pessoas na rua.

Para vocês terem uma ideia da radicalização, o ator Lima Duarte veio ao estúdio me dar uma força. Era de esquerda, ligado meio na moita ao Partido Comunista. No intervalo ele me disse que eu não conseguiria sair, um bando me esperava lá fora para agredir. Esse o clima. Violência, espancamento. Pedi a ele que ligasse para a Casa do Politécnico, onde moravam alunos da Poli que vinham do interior. Eles se organizaram e ficamos com maioria fora do estúdio. Como éramos pacíficos, não espancamos ninguém. E a manifestação simplesmente se desfez. Quem praticava a violência – quero deixar bem claro – era a direita.



Arquivo pessoal

José Serra no comício de Jango em defesa das reformas de base, na Central do Brasil, em 13 de março de 1964: com o amigo deputado federal Almino Afonso

As bandeiras da UNE

O Congresso da UNE que me elegeu em 1963, em Santo André (SP), tinha um encarregado da segurança: esse senhor de cabelos brancos que está presente, o Egídio Bianchi.

(gesto em sua direção, na plateia)

Sem experiência alguma na área. Simplesmente o metralharam de bombas de gás lacrimogêneo. Vocês já viram? Não explode, solta fumaça e torna o ar irrespirável. Era o pão nosso de cada dia nos comícios em recintos fechados. Eu as conhecia desde o

congresso da UNE de 1962, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ). Da parte da esquerda só havia ostentação de força. E confiava-se no legalismo das Forças Armadas e das forças leais ao presidente da República. A violência no Brasil começou a partir do golpe. Discutem-se as ações armadas posteriores, mas as forças golpistas é que fecharam os caminhos da democracia gerando violência.

O movimento estudantil tinha força muito maior do que hoje, embora só 1% da população com idade suficiente frequentasse a faculdade. Hoje são 70 vezes mais. O ensino privado em São Paulo, de 30 a 40%, limitava-se basicamente ao Mackenzie, à PUC e à Cásper Líbero. O restante, USP. Inexistiam faculdades privadas estilo empresas. Os estudantes eram mais homogêneos, melhores condições econômicas. Cursos noturnos, uma exceção. Para me manter como estudante da Politécnica eu dava aulas particulares de matemática. A maioria não trabalhava.

Basicamente, quanto ao ensino, a UNE defendia a ampliação das vagas nas universidades federais, melhora de sua qualidade e fim da cadeira vitalícia, que tornava o professor um monarca absoluto. Exigíamos também campanhas de alfabetização. Na época, os analfabetos chegavam a 40%! Duas em cada cinco pessoas. E teve o CPC, Centro Popular de Cultura.

Quando eu era criança, apresentavam-se sempre as mesmas peças estrangeiras. Depois surgiram dramaturgos como Dias Gomes. A UNE, na gestão anterior à minha, acertou a cessão de um espaço para um grupo de pessoas que tinham constituído o **CPC**²²⁴. Eram autônomos. Na minha época o poeta Ferreira Goulart, já consagrado na época, presidiu-o. Eu queria um filme sobre a UNE e eles não queriam. Estavam certos. Mas barganhei e chegamos a um acordo. O filme, com direção do Chico de Assis, um talento enorme, ficaria pronto algumas semanas após o golpe.

A UNE tinha peso e participou da Frente de Mobilização Popular, que reunia os deputados mais à esquerda de vários partidos. Os maiores expoentes foram o Leonel Brizola, o Almino Afonso e o Arraes. Criou-se também o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, do qual faziam parte escritores, pintores e artistas em geral. Para mim foi um privilégio conhecê-los. O Di Cavalcanti combinou conosco de pintar um painel na porta do CPC. A época era de participação, ousadia, esperança. Muita.

Uma das muitas produções do CPC foi o compacto da canção que tratava do subdesenvolvimento, exuberante de vitalidade, inconformismo e inocência.

A canção do subdesenvolvimento

De Carlos Lyra e Francisco de Assis

O Brasil é uma terra de amores

Alcatifada de flores

Onde a brisa fala amores

Em lindas tardes de abril
Correi pras bandas do sul
Debaixo de um céu de anil
Encontrareis um gigante deitado
Santa Cruz...hoje o Brasil
Mas um dia o gigante despertou
Deixou de ser gigante adormecido
E dele um anão se levantou
Era um país subdesenvolvido
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc.

(refrão)

E passado o período colonial
O país passou a ser um bom quintal
E depois de dar as contas a Portugal
Instaurou-se o latifúndio nacional, ai!
Subdesenvolvido, subdesenvolvido

(refrão)

Então o bravo povo brasileiro
Em perigos e guerras esforçado
Mas que prometia a força humana
Plantou couve, colheu banana.
Bravo esforço do povo brasileiro
Mas não vi o capital lá do estrangeiro
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc.

(refrão)

As nações do mundo para cá mandaram
Os seus capitais tão “desinteressados”
As nações, coitadas, queriam ajudar
E aquela “Ilha Velha” não roubou ninguém
País de pouca terra, só nos fez um bem
Um “big” bem, un “big” bem, bom, bem, bom / Nos deu luz, ah! Tirou ouro, oh!
Nos deu trem, ahhh! Mas levou o nosso tesouro / Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc. (refrão)

Mas data houve que se acabaram

Os tempos duros e sofridos

Pois um dia aqui chegaram os capitais dos

Paises amigos

País amigo desenvolvido

País amigo, país amigo

Amigo do subdesenvolvido

País amigo, país amigo

E nossos amigos americanos

Com muita fé, com muita fé
Nos deram dinheiro e nós plantamos
Só café!
É uma terra em que plantando tudo dá
Pode se plantar tudo que quiser

Mas eles resolveram que nós iríamos
plantar SÓ CAFÉ! SÓ CAFÉ!
Bento que bento é o frade - frade!
Na boca do forno - forno!
Tirai um bolo - bolo!
Fareis tudo que seu mestre mandar?
Faremos todos, faremos todos...
Começaram a nos vender e nos comprar
Comprar borracha - vender pneu
Comprar madeira - vender navio
Pra nossa vela - vender pavio
Só mandaram o que sobrou de lá
Matéria plástica, / Que entusiástica
Que coisa elástica, / Que coisa drástica
Rock-balada, filme de mocinho
Ar refrigerado e chiclet de bola
E coca-cola...!
Subdesenvolvido, subdesenvolvido... etc.
(refrão)
O povo brasileiro tem personalidade
Não se impressiona com facilidade
Embora pense como americano
Embora dance como americano
Embora cante como americano
Lá, lá, lá, lá, lá, lá
Êh, êh, meu boi
Êh, roçado bão
O melhor do meu sertão, thu, thu, thu
Comeram o boi...
O povo brasileiro embora pense, dance e cante como americano

Não come como americano
Não bebe como americano
Vive menos, sofre mais
Isso é muito importante
Muito mais do que importante

Pois difere os brasileiros dos demais
Personalidade, personalidade
Personalidade sem igual
Porém... subdesenvolvida, subdesenvolvida
E essa é que é a vida nacional

O mar em que se navega

Era muito difícil governar o Brasil nessa época. Às vezes dizem que o Jango, incompetente, não tinha vocação para governar. Ele não era um brilho em matéria de política, de administração. No entanto, já vi presidentes mais despreparados do que ele se saírem bem. Tudo depende de como o mar se comporta, onde se navega.

Nos anos 1950 o Brasil viveu enorme expansão industrial. Na época, mais de 5% do PIB. Até meados dos anos 50 não havia geladeira fabricada no Brasil. Todas importadas. Lembro-me da primeira em casa, motivo de orgulho. Uma Clímax. A região do ABC, um nada, de repente virou o grande polo industrial brasileiro. O salto começou no governo Vargas e aconteceu principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, com capital estrangeiro e sem mexer na estrutura agrária. Isso trouxe desequilíbrios e migração rápida do campo à cidade.

Um desequilíbrio foi a demanda por alimentos na cidade e a inflação. Claro que reforma agrária não resolveria, pois traz mudança a médio e longo prazo. É bandeira político-social e não econômica *stricto sensu*. Mas passou-se a identificar uma coisa com a outra. Em 1963 a inflação chegou a 90%. Sem mecanismos de indexação, como reajustes de salário e outros, despertava tremenda comoção social. Dou o exemplo do meu pai. Pequeno comerciante no mercado municipal, a inflação arruinou-o. Ficou sem nada. Deixava o dinheiro no banco a juros de 10% ao ano; morreu sem saber o que era a inflação. A migração evidenciou uma pobreza antes oculta e a falta de serviços sociais. A garotada não ia à escola, não havia serviço de saúde pública.

O mar de João Goulart não era bom de navegar.

Ingredientes indigestos

De outro lado, tudo era olhado pela ótica da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que disputavam cada palmo do mundo. Um presidente populista e reformista seria visto como um comunista exaltado. Não só o Jango. O Arturo **Fronzizi**²²⁵ na Argentina, eleito em 1958, reformista moderado, deposto por um golpe em 1962. O presidente Juan Bosch na República Dominicana, um moderado que os militares derrubaram. Os americanos invadiram o país em **1965**²²⁶ e, vergonha nossa, o Brasil mandou tropas.

Quando Fidel Castro derrubou a ditadura do sargento Fulgencio Batista, viram-no

com simpatia: os Estados Unidos, a opinião pública mundial e até o *Estadão*. Mas ele se deslocou para a órbita soviética e o socialismo. De alguma forma pegou de surpresa os Estados Unidos. Ou seja, radicalizou-se o papel da guerra fria na América Latina.

Um historiador alemão-americano, Fritz Stern, considerou a I Guerra Mundial como a primeira calamidade do século XX, que gerou todas as outras. Tivemos um terceiro componente, o Jânio Quadros, eleito com a pregação moralista da vassoura. O único que deixou uma conta na Suíça. Não estou dizendo que os outros eram honestos, mas é a ironia. De repente o Jânio mandou uma carta de renúncia, achando que o Congresso, ao rejeitá-la, lhe daria maiores poderes. Não deu certo. Aceitaram.

A Constituição de 1946 determinava que se elegia o vice separadamente, vejam que loucura. Queria saber quem teve essa ideia! Agora, imaginem: o vice era o Jango, que tinha sido vice do Juscelino e era vice do general Lott, que perdeu – tanto a esquerda quanto a direita adoravam fazer política com os militares... um equívoco fatal.

Bem, o Jango venceu e o Jânio pensou: “Os militares não gostam dele, não vão aceitar.” E mandou o Jango à China, em missão diplomática. Aí, quando confidenciou que renunciaria, os militares ofereceram: “A gente dá um golpe, quer?” Claro, não devem ter falado com essas palavras. Porém Jânio não queria ficar sob a tutela militar. Os militares então decidiram: Jango não toma posse. Criou-se impasse tremendo no país. Dividiu a sociedade. Por exemplo, o Abreu Sodré, udenista, presidente da Assembleia Legislativa, contra o Jango, estava a favor da posse.

A resistência no Rio Grande do Sul levou a uma solução conciliatória que o Jango topou – a meu ver, não precisava. Mudou-se para o parlamentarismo, regime que defendo até a alma. Mas não assim de afogadilho, a fim de enfraquecer o presidente. Bem. Jango veio e concentrou-se em restaurar o presidencialismo. Para enfrentar a crise precisava-se de reformas; reformas pedem presidencialismo. Havia políticas e quadros bons no governo, só que o foco era esse: acabar com o parlamentarismo. Afinal derrubaram esse regime no plebiscito de 1963. Jango fez seu primeiro ministério, basicamente com objetivo de controlar a inflação. O Plano Trienal não deu certo. Queriam dar ao funcionalismo reajuste de 40%. Eles queriam 80%. No fim deram 70%. E a espiral preço/salário, disparada. Não tinha jeito.

Jamais se deve subestimar a questão econômica. Vejam a taxa de inflação no Brasil: em 1957, 7% ao ano. Em 1958, 25%. Em 1959, 40%. Em 1960 recuou um pouco, 30%. Em 1961, ano da renúncia do Jânio, 48%. Em 1962, 52%. Em 1963, 80%, mas aqui se trata do índice geral dos preços, diferente do custo de vida.

Imaginem o papel de ruptura dessa subida inflacionária e a ingenuidade de ignorar o problema, numa luta popular que seja efetiva. Quando o Jango propôs o Plano Trienal, a grande oposição foi do Prestes. Nós, na UNE, organizamos um

seminário. Chamamos o Celso Furtado, que era ministro do Planejamento. O debatedor, Mário Alves, do PCB. O Mário destruiu o Plano, sem oferecer opção razoável. Está certo?

Então, presidencialismo posto, o Jango continuava a discursar: “Ou as reformas de base ou o caos”. Achado extraordinário, o nome reformas de base. Quem inventou? Tenho a impressão de que foi o San Tiago Dantas. E como ninguém desmente, vou continuar dizendo isso.

Mas o País já se radicalizara. E insisto, Gilberto,

(voltando-se para o presidente da CMVVH)

O problema de base era a inflação. Se você pegar os três primeiros meses de 1964, a acumulada, de 15%, caminhava para 150% ao ano. O Brasil teve isso na época do regime militar. Do Sarney. Não estou dizendo que só isso é a causa (*da crise que levou ao golpe*). Mas naquele contexto compôs o quadro propício a algum desenlace dramático.

As excentricidades da história

O golpe era inevitável? Nada é inevitável. *A posteriori* a história sempre abre caminhos, mas aí a discussão é surrealista. Não há história sem excentricidades, sem o inesperado, o novo, as consequências imprevistas. O fato é que o desenlace foi o golpe.

O Duarte relatou aqui a discussão sobre o estado de sítio proposto por Jango. Eu estava na Bahia, porque era aniversário da Petrobrás. Apenas o Duarte, o Marcelo Cerqueira e o Almino Afonso foram contra o golpe. Os restantes hesitavam. Foi numa quarta-feira, acho. No domingo todos nos reunimos com Jango. A Frente de Mobilização Popular era dividida: de um lado o partidão, de outro o Brizola. Sem muito conflito, mas certa disputa. Passaram-me a palavra e eu posicionei a Frente contra o sítio, porque o regime de exceção desembocaria em golpe. Haveria uma ditadura militar com o nosso apoio. Depois que engolissem o Jango bateriam primeiro na direita, depois na esquerda. Como foi com o Estado Novo do Getúlio.

Jango respondeu: retiro a proposta do estado de sítio e digo a vocês que não terminarei este mandato. Não afirmou para fazer chantagem política. Sabia que tinha pouca sustentação. Aliás, a esquerda achava que tinha grande capacidade de mobilização, por causa da batalha pela posse do Jango. Já para a direita, muito mais lúcida e objetiva, o negócio era derrubar. Sem mais.

Essas tropas mineiras que o Duarte mencionou, eram de recrutas. Um aviãozinho roncando em cima as dispersaria. No entanto, não aconteceu. O esquema militar do Jango não funcionou e aquelas tropas foram o fator de ignição do golpe.

Um tema que me intriga é a continuação de 1964. Por quê? A Revolução de 1930 não continua. É a pré-história. Mas 64 está aqui. Acho que há um mal-entendido do Brasil com a sua história no período. É o nosso maior mal-entendido. Certa vez, eu estava no Congresso ou em algum cargo do Poder Executivo, nos anos 1980, veio falar comigo um sujeito e disse que queria me pedir desculpas, pois fora o meu promotor de acusação. Não aceitei: “Como o senhor faz uma coisa dessas? Cumprir ordens?” – respondi.

Saí do Brasil em 1964, voltei em 1965. Não deu para ficar. Eu tinha um rosto razoavelmente conhecido, poderia ser preso. Houve prisões muito esquisitas da AP, à qual eu pertencia. Numa delas foi a Marli – eu a vi por aqui. Marli, levante o braço, por favor.

(uma senhora da plateia ergue o braço)

Era uma reunião da AP de todo o Brasil. Não me deixaram participar. Nunca entendi a causa da reunião, mas o fato é que a polícia compareceu. Todos presos, também a Marli que está aqui. Insustentável ficar. Fui para o exílio, 14 anos. Interrompidos, mas 14 anos.

A questão das prisões arbitrárias passa meio batida, Gilberto (*Natalini*). Mas elas violam os direitos humanos. A prisão do professor e historiador Caio Prado Júnior, por exemplo. Passou dois anos no presídio Tiradentes. Absurdo! Puro intelectual. Não estou justificando que, se fosse militante, podia. Aquela Lei de Segurança Nacional – qualquer um denunciava e pronto, todos eram condenados. E passamos batidos, certo? Chamo a atenção para isso. Fui condenado por ela, artigo 11, inciso A. (*fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social*) Coisa mais impossível!

Lição? Jovens, não há

Às vezes não se valoriza o que se tem: as regras do jogo democrático. Como presidente da UNE, quantas vezes eu disse: “Para que democracia se há pobreza, desigualdade?” Estava errado! Temos de resolvê-las e chegar a um sistema justo dentro das regras do jogo democrático. Chamo a atenção dos jovens: vocês não sabem o que é uma ditadura, o que é perseguição.

Chamo a atenção para outra questão: o patrimonialismo, doença na história brasileira, que é o uso dos bens públicos para fins privados. Já corrupção é tirar dinheiro ou usar a máquina para seu benefício. São fenômenos diferentes, embora na essência sejam a mesma coisa.

A era pré-64 é de inocência em relação ao que aconteceu no Brasil e a tudo o que se deu a partir da Nova República e da redemocratização. Termino com a pergunta: Qual é a lição? Não tem. Há que aprender da experiência. Cada um com o que mais o

sensibiliza, aquilo que o atinge mais fundo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradeço aos nossos convidados, Duarte Pereira e José Serra. Agradeço ao Moacir Longo a presença. E aos estudantes do Colégio Madre Paula Montalti, parabéns pela consciência de vocês. Agradeço aos vereadores presentes. Muito obrigado a todos. Estão encerrados os nossos trabalhos.

(*palmas*)

Eleito deputado federal nas eleições de 2014.

Em 2 de julho de 1821, a então província da Bahia se declarou independente de Portugal – antes da declaração de independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

A Frente englobava organizações sindicais, estudantis, femininas, camponesas, alguns integrantes do Congresso Nacional e do Partido Comunista Brasileiro.

Limitar a remessa de lucros, reformas bancária, fiscal, urbana, nacionalizar refinarias particulares, reforma agrária às margens das rodovias federais, ferrovias e açudes, voto dos analfabetos, marinheiros e sargentos, aumento das vagas em escolas públicas, democratização das universidades.

Herbert José de Sousa (1935-1997), símbolo de cidadania e solidariedade. Fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Uma de suas múltiplas iniciativas foi a campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

As rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil transmitiam diariamente opiniões e entrevistas agressivas ao governo. Emissoras de todo o país reproduziam os programas, com objetivo de derrubar o governo. Jornais do grupo publicavam os pronunciamentos em seguida. Tudo articulado com o IPES (capítulo VI).

Antônio Sílvio Cunha Bueno (1918-1981), deputado federal, ajudou a articular o golpe de 1964 e a organizar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi cassado pelo AI 5.

Deu-se sob a presidência de Aldo Arantes, também da Juventude Católica e posteriormente da AP. Constituíam o grupo: Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, dramaturgo; Carlos Estevam Martins, cientista social; Leon Hirzman, cineasta; Francisco de Assis, ator e dramaturgo; Carlos Lyra, compositor. O CPC realizou cursos de teatro, cinema, artes visuais, filosofia e a “UNE-Volante”, que pretendia expandir a sua produção a outros Estados. Um marco do CPC foi a peça *A Mais-Valia Vai Acabar, seu Edgar*, de Oduvaldo Vianna Filho e Chico de Assis, com música de Carlos Lyra. Carlos Estevam ajudou no roteiro com explicações didáticas sobre a mais-valia.

Incentivou investimentos externos em indústria pesada e na produção de veículos. Tornou a Argentina autossuficiente em petróleo, aumentou os gastos públicos em créditos para empreendimentos e a construção de infraestrutura para energia elétrica. Um golpe militar tirou-o do poder porque suspendeu o banimento do peronismo e mostrou abertura para o diálogo com Cuba.

Depois da abominável ditadura de Rafael Trujillo, assassinado em 1961, o escritor, historiador e professor Juan Bosch foi eleito e promulgou uma Constituição liberal. Em sete meses militares o derrubaram. A intranquilidade se instalou e em 1965, à beira de uma guerra civil, os Estados Unidos invadiram o país, receosos de uma nova Cuba.



Foto: Fábio Lazzari Jr./CMSP

TODOS PRESOS

Os advogados trabalhistas Henrique Buzzoni (esquerda) e José Carlos Arouca, demitidos e presos depois de 1964, falam das perseguições às lideranças sindicais durante a ditadura militar

CAPÍTULO XIV

Cavaleiros trabalhistas

*“Mas embalde... Que o direito Não é pasto de punhal. Nem a patas de cavalos
Se faz um crime legal...”*

Castro Alves (1847-1871), poeta baiano, no poema *O povo ao poder*.

Antes de começar a sessão do dia 27 de agosto de 2013 da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, com o depoimento dos advogados trabalhistas José Carlos Arouca e Henrique Buzzoni, o vereador Ricardo Young pediu a palavra.

“Senhor Presidente, quero registrar que no filme *Repare Bem*, da diretora e atriz portuguesa Maria de Medeiros, a Denise Crispim, que foi casada com o Eduardo Leite, o Bacuri, mutilado de forma indescritível, relata o processo da queda de todos os quadros da VPR. *Repare Bem* ganhou o prêmio Kikitos de melhor filme estrangeiro, em Gramado (RS). Seria esclarecedor que os vereadores da CMVVH o assistissem. Denise só não morreu porque estava grávida de Eduarda, e o documentário mostra também a trajetória dessa filha órfã de preso político.

O vereador Gilberto Natalini requer que seja adquirida uma cópia do filme para que todos o assistam.

“Bacuri foi preso político e integra o âmbito de nosso trabalho”, explica, antes de dar início aos depoimentos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Peço que componham a Mesa José Carlos Arouca e Henrique Buzzoni, advogados trabalhistas. Tem a palavra, primeiro, o Dr. Arouca.

O Dr. José Carlos Arouca – O meu relato se refere inicialmente ao período anterior a 1964, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Minha atuação política era intensa na UEE, na UNE e na dinâmica interna da Faculdade de Direito. Tinha um cargo remunerado no Departamento de Apostilas. Meu companheiro ali era o Dr. Kazuo Watanabe. Mais tarde ele foi professor de Direito Civil da Faculdade e desembargador. Militava no Partido Socialista.

Atrevimentos meus na faculdade não faltaram. Um dos bons, com o Kazuo e o José Mário Cardinale, foi o movimento contra a escolha, como paraninfo, do Gaminha (Luís Antônio da Gama e Silva), depois ministro da Justiça do ditador Costa e Silva. Perdemos para valer.

Comecei a me interessar por advocacia trabalhista no Departamento Jurídico do

Centro Acadêmico XI de Agosto, da faculdade. Graças a um excelente professor de Direito do Trabalho, um negro, Dr. Cesarino Júnior. Tornou-se um nome internacional. Uma frase dele ficou na história: “O Direito do Trabalho foi feito para proteger o trabalhador contra o empregador, contra o Estado e contra ele próprio.” Quer dizer, é aquela história, “eu não quero ser registrado, não quero pagar INSS.” Responde o Dr. Cesarino: “Ah, vai pagar sim, vou proteger você...”

O Departamento Jurídico era um pronto-socorro, é até hoje. Os estudantes só queriam crime, separação. Eu chegava às 18 horas e havia uns dez clientes à espera para encaminhar causas trabalhistas. Assumi a responsabilidade e gostei da brincadeira.

A essa altura, recém-formado, um advogado de vários sindicatos – metalúrgicos, químicos, coureiros –, Dr. Walter Mendonça Sampaio, precisava de um estagiário. Eu fui. Devagar comecei a minha carreira pessoal advogando para os químicos, a construção civil, os brinquedos e instrumentos musicais. Um escritório pequeno, mal ganhava para pagar as contas.

Depois trabalhei com o Luiz Tenório de Lima, que presidia o sindicato que chamávamos café com leite. Açúcar refinado, torrefação e moagem de café e laticínios. Também trabalhei com a construção civil. Todos do Partido Comunista. A certa altura o Tenório enfrentou o desafio de concorrer para o maior antro do peleguismo do Estado de São Paulo, a Federação da Alimentação do Estado de São Paulo. Na mão de um capitão Oliveira que nem soldado raso era. Vogal da Justiça do Trabalho, vejam só. Tenório ganhou por um voto e me levou com ele. Agora atuávamos também no âmbito estadual e até federal.

Vale a pena contar o caso importante do pessoal das usinas de açúcar. Eram rurais e por isso não tinham legislação trabalhista nem previdência social. O Tenório comandou o movimento para enquadrá-los na previdência. O Dante Pelacani era presidente da Federação dos Gráficos e presidente, agora já no tempo do Jango, do Departamento Nacional da Previdência Social. Tenório, Dante e Jango acertaram para incluir na previdência esses trabalhadores canavieiros, bem como todos da agroindústria e da agropecuária.

Muito político, no dia da aprovação Tenório chegou com uns 20 dirigentes sindicais vindos de todo o Brasil. Maior mobilização. Ao entrar no plenário, Dante fez um sinal: não dera certo. Os patrões prensaram o Jango, que recuou. Não seria aprovado. Tenório vira-se para o auditório e diz: “Todo o mundo com a sua caixa de fósforo?”

Aquele alvoroço! Dante Pelacani disse: “Eles vão tocar fogo nos canaviais”. Bem. Aprovou-se a inclusão dos trabalhadores na Previdência Social e na Legislação do Trabalho. Uma grande conquista. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho aprovaram súmulas reconhecendo-os como industriários. Recentemente,

uns anos atrás, o TST cancelou a súmula. Ninguém sabe por que, algo sem precedentes. Em todo o caso o STF a mantém.

Veio 1964, veio o 1º de abril, o golpe. Todos nós fomos demitidos. Fui preso pela primeira vez em 1964, na porta da Justiça do Trabalho. Na cela do DOPS encontrei o professor de Física da USP Mario Schenberg e o Constantino Milano Neto, da Ordem dos Músicos e do Sindicato dos Músicos de São Paulo. Da segunda vez fui denunciado como agente perigosíssimo para a nação. Quando saí, cometi a bobagem de prestar concurso para juiz. Eu já tinha dois filhos, minha mulher grávida. Queria um trabalho seguro. Fui dos primeiros colocados. Nada de nomeação até vencer o prazo do concurso.

Então, quando me preteriram pela 15ª vez, entrei com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o Costa e Silva e o Gaminha, que não me nomeavam. Ganhei por unanimidade. Mas continuou na mesma. Em 1968 anunciaram o AI 5 e acabou a brincadeira. Eu não podia continuar a insistir. Fui preterido 35 vezes até ser nomeado.

Sindicatos sob intervenção

Voltando. Veio o golpe. Intervenção no sindicato. O Adhemar de Barros, governador, correu a determinar intervenções. O ministro do Trabalho do Castello Branco, o Arnaldo Lopes Sussekind, mandou que cada sindicato instruisse um processo em três vias para confirmá-las.

Demorou um pouco e o Oliveira brigou com o interventor Mantovani, um cara de nível universitário, que só andava de terno e gravata. Os dois se confrontaram porque queriam a presidência da Federação, já liberada. Depois resolveram por um acerto: um levava a presidência, o outro seria o delegado principal junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Chapa única. Acertados, o cara manda o Oliveira me demitir. “Não vejo motivo”, respondeu. Mantive o emprego.

Logo me chamaram de volta ao Sindicato da Construção Civil porque o interventor era *crooner* de orquestra, entendia nada de nada. Pediu para eu achar um advogado para cuidar de acidente de trabalho. O Sindicato dos Padeiros também me chamou.

No Sindicato dos Brinquedos o interventor viu uma pilha de revistas da URSS, da China, da Alemanha Oriental e mandou: “tem de fazer cópia de tudo isso em três vias.” Respondi que ele enlouquecera, não havia dinheiro para isso. O cara insistiu e desconfio que ligou ao DOPS me acusando de proteger os comunistas. Parlamentamos. Decidiu-se que eu mandaria um ofício ao Sussekind pedindo instruções, por falta de dinheiro para xerocar tudo. Até hoje não veio resposta. No final da intervenção, quando foi eleita uma diretoria, processaram o interventor por dilapidação do patrimônio. Ele gastou tudo em xerox.

O Tenório fugiu. Uma das principais figuras do movimento sindical. Condenaram a 30 anos. O Adelson, do Sindicato dos Químicos, liderou uma greve na Nitroquímica, do clã dos Ermírio de Moraes, uma greve porque o tratamento era o mais desumano possível. Ele trabalhava na carvoaria, daí seu apelido, Neguinho. Demitido, me procurou: “Arouca, preciso trabalhar”. Escrevi ao velho Ermírio de Moraes, era senador do PTB. Não respondeu.

No Sindicato da Carne, o tesoureiro Romildo Chaparim, para vocês terem ideia do procedimento moral, da integridade daqueles dirigentes sindicais, depois do golpe foi vender bugigangas na feira. Nem banca ele tinha. Colocava uma toalha no chão. Mas continuamos a lutar. Na construção, nos brinquedos.

O Brasil assinara em 1945 o Tratado de Chapultepec, no México, que reconhecia o direito de greve e o direito de organização sindical. Mas o Eurico Gaspar Dutra, que não se elegeria a nada nem na terra dele, em Mato Grosso, ungido por Vargas, podia legislar por decreto-lei enquanto não se editasse a Constituição de 1946²²⁷. Então, editou o Decreto-Lei 9.070, que criminalizou a greve. Fechou a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e interveio em 230 sindicatos. Fechou o Partido Comunista, cassou os mandatos de seus deputados, vereadores e do senador Luís Carlos Prestes.

Em 1964, a vez do Sussekind. Entre 1964 e 1965, de cara 760 intervenções em sindicatos; 43 federações; três confederações e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Representou 19% dos sindicatos reconhecidos, 70% dos grandes sindicatos. Até o final de 1979 somaram-se 1565 intervenções.

Que tempos foram esses? Que homens foram esses que são hoje nomes de ruas, viadutos, rodovias, praças? Vamos revelar o que foram aqueles tempos para que não voltem nunca mais.

Lembro que a ditadura aposentou ministros e juízes. Quando lemos os livros e aprendemos as lições do extraordinário advogado, professor e escritor Evaristo de Moraes Filho, devemos ter em mente que foi aposentado compulsoriamente da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 2009 o homenagearam com outros professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atingidos pelo regime militar. Tinha 95 anos. A solenidade chamou-se *Homenagem aos que foram cassados na luta pela universidade coberta por céu de chumbo*.

Na cela do Vlado

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. Henrique Buzzoni.

O Dr. Henrique Buzzoni – Bom dia a todos. Começo pela minha primeira prisão.

Foi na porta da Justiça do Trabalho, em abril ou maio de 1964. Era advogado de sindicatos. Andaram comigo pela cidade e me levaram ao DOPS. Os policiais entraram no Sindicato da Construção Civil e rasgaram um por um os livros da biblioteca, inclusive a História Universal. Disseram que depois iriam a minha casa. Fiquei apavorado, pensando no que fariam lá.

A segunda prisão, no dia 8 de outubro de 1975, dessa vez no DOI-CODI, veio com o arrastão que varria o PCB. Processaram-me por crime contra a segurança nacional, inclusive incurso no decreto da greve. A contagem de tudo a que fui indiciado daria uma pena de 25 anos. Pela denúncia do promotor público, Durval Airton Soares de Melo, eu era um agente perigosíssimo para a nação. Daí requerer desde logo a minha prisão preventiva. Nessa época eu trabalhava no Sindicato dos Condutores de Veículos, sob intervenção – toda a diretoria fora presa.

À chegada no DOI-CODI sentei-me em um banco ao lado da cela em que torturavam alguém.

Começava assim. Ouvia-se os gritos de alguém torturado. A intenção era saber que seríamos o próximo. A meu lado, um jovem a reclamar que queria um advogado. Tinha o direito, insistia. O carcereiro sugeriu: “Consulte o que está do seu lado, fica mais fácil.”

Nu e encapuzado recebi um macacão e me determinaram que tirasse até os cordões dos sapatos. Com a maior cara de pau.

Depois de ver as fotografias de Vlado morto, reconheci a cela em que eu ficara por causa da cadeira.

Sentei naquela cadeira para escrever. Vinham presos, mencionavam nomes, o agente voltava e dizia: você não citou tal pessoa. Inclua. Era preciso acrescentar ao texto escrito que o preso obrigatoriamente redigia, terminadas as **torturas²²⁸**. Armaram a cena do falso enforcamento ali.

Eu estava preso há mais de 20 dias quando me levaram a uma cela maior, onde todos os que saíam do DOI-CODI esperavam o alvará do médico.

Ele vinha nos examinar, atento especialmente a feridas grandes na canela, causadas pela cadeira do dragão. Esse aparelho, forrado de metal, tinha um caibro onde amarravam os pés, para trás; a cada choque o corpo dava um tranco e a canela batia no caibro. Os mais torturados tinham maiores marcas e demoravam a sair. Os menos torturados iam para o DOPS, o purgatório depois do inferno. O presídio do Hipódromo era quase um paraíso, com geladeira e televisão.

A Ordem dos Advogados conseguira um acordo com o DOI-CODI: os advogados seriam convocados e não presos; a OAB os levaria à delegacia para o interrogatório.

Nunca deram bola. E não havia necessidade de justificativa para intervir em

sindicatos devido à legislação da CLT, baseada na *Carta del Lavoro* do Mussolini. Por ela, o sindicato dependia do governo para qualquer coisa. Tudo precisava passar pelo Ministério do Trabalho, até para pedir aumento, que são os dissídios coletivos.

Sem atuação clandestina nem atividade armada contra o regime, as reivindicações do advogado eram três: redemocratização, anistia ampla, total e irrestrita e eleições livres.

Quando levado à Auditoria Militar, eu me queixei de ter sido torturado ao juiz; ele teve a incrível cara de pau de me dizer que, se eu vi o filme *O Dia do Chacal*²²⁹, sabia que na França também se torturava.

Eu morava em um pequeno prédio. Quando a polícia chegou para me prender, o zelador recebeu ordem de subir e dizer que meu automóvel pegara fogo.

Essa pessoa, muito simples, recusou-se a obedecer, tremendo de medo. Isso os obrigou a subir. Exigi que me mostrassem as carteirinhas, avisei a minha esposa e pedi a ela que no dia seguinte fosse à Assembleia para denunciar a minha prisão aos deputados de oposição. Naquela época, em que presos desapareciam, era muito importante tornar a prisão conhecida. Conto o episódio porque desejo agradecer ao zelador, homem simples do povo, pela coragem que teve.

(*palmas*)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o vereador Ricardo Young.

O Sr. Ricardo Young – Agradeço ao Dr. Buzzoni e ao Dr. Arouca pelos depoimentos. Peço que me esclareça, Dr. Arouca. O senhor não foi torturado em função do acordo com a OAB?

O Dr. José Carlos Arouca – O presidente da OAB, Cid Vieira, fez o acordo intermediado pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. O acordo não foi cumprido. Um presidente da OAB, o Bigi, brincava: se você for pego na rua pela polícia política, diz que é ajudante de tintureiro. Se falar que é advogado, vai preso.

Outra coisa. Em 1969 a ditadura aposentou compulsoriamente três ministros do Supremo Tribunal Federal: Hermes Lima, que foi primeiro-ministro no gabinete de João Goulart (parlamentarismo); Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal. O presidente do Supremo, ministro Gonçalves de Oliveira, renunciou em protesto; e outro, Antônio Carlos Lafayette de Andrada, se aposentou por conta própria.

O Dr. Henrique Buzzoni – Lembro também de juízes como Edgar de Moura Bittencourt, em São Paulo; e Osny Duarte Pereira, do Rio.

Quanto ao TST, aprovou um prejudgado – hoje se chama súmula, ou seja, não se

pode discutir – determinando que à Justiça do Trabalho se vedava apreciar qualquer caso fundado em atos institucionais. Ou seja: atos da ditadura, não apreciamos. Vejam só. O Mário Lago, que todos conhecemos, era empregado estável da Rádio Nacional. Como o Jorge Goulart, a Nora Ney, o Jorge Veiga e tantos. Demitidos. O Mário abriu processo de reintegração. Estava na lei. Ganhou. Aí veio o prejulgado e mandaram arquivar o processo. Golpe.

Os estudantes de Direito e os advogados precisam saber o que aconteceu no STF e no TST, o que a Justiça do Trabalho esconde.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Com a palavra o jornalista Sr. Milton Bellintani.

O Sr. Milton Bellintani – O Dr. Buzzoni foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Editoras de Livros, do qual fui Secretário Geral. Quero destacar o papel dos advogados trabalhistas no enfrentamento da ditadura, tão importante quanto o dos advogados de presos políticos. Não só orientaram sindicalistas empenhados em retomar os sindicatos das mãos dos pelegos como explicavam de que forma deveríamos enfrentar o autoritarismo institucionalizado e o controle exercido no próprio Ministério do Trabalho.

Lembro de uma conciliação em que o sindicato não cedia a uma editora, num acordo simples para compensar horas da jornada de trabalho aos sábados. Envolveu aumento de uma hora de trabalho durante a semana. A inspetora do Trabalho se irritou e nos ameaçou, dizendo que uma das atas da reunião ia para o SNI. Em 1983!

O enfrentamento pós-anistia foi importantíssimo para a retomada do Estado de Direito, da democracia. Não devemos esquecer que a ditadura se estendeu até 1985. Quero publicamente agradecer aos advogados que atuavam na área trabalhista dessa época, nas pessoas do Buzzoni, do Arouca e de outros como João José Sadi, Vicente Hoig, Claudinei Nakarato. E tantos outros.

(palmas)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem toda a razão, Bellintani. O irmão do Buzzoni que é médico, e eu, enfrentamos uma eleição duríssima no Sindicato dos Médicos. Ganhamos de uma chapa que estava ali havia 50 anos, ligada aos donos de medicina em grupo, de convênios. Fui dirigente por três gestões. E médico do Sindicato dos Motoristas por 24 anos. Conheci muitos dirigentes sindicais, fui preso com o Raimundão dos padeiros, em manifestação contra o Maluf no metrô. Vocês são muito respeitados pelos sindicalistas, por sua coragem e dedicação.

Mais uma vez anuncio o vereador Moacir Longo. Tive uma estada com ele no DOI-

CODI e ele jogava xadrez com o preso da cela ao lado. Gritavam as suas manobras. Aquilo nunca mais saiu da minha cabeça. Ele foi barbaramente torturado também, o Moacir, junto com um colega nosso, o Efraim de Campos, médico da Lapa.

Obrigado pela presença de todos. Dou por encerrada esta profícua reunião.

Carta aos brasileiros

Das Arcadas do Largo de São Francisco, do “Território Livre” da Academia de Direito de São Paulo, dirigimos, a todos os brasileiros esta Mensagem de Aniversário, que é a *Proclamação de Princípios* de nossas convicções políticas.

Na qualidade de herdeiros do patrimônio recebido de nossos maiores, ao ensejo do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos no Brasil, queremos dar o testemunho, para as gerações futuras, de que os ideais do Estado de Direito, apesar da conjuntura da hora presente, vivem e atuam, hoje como ontem, no espírito vigilante da nacionalidade.

Queremos dizer, sobretudo aos moços, que nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras.

Nossa fidelidade de hoje aos princípios basilares da Democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das Arcadas: fidelidade indefectível e operante, que escreveu as Páginas da Liberdade, na História do Brasil.

Estamos certos de que esta Carta exprime o pensamento comum de nossa imensa e poderosa Família – da Família formada, durante um século e meio, na Academia do Largo de São Francisco, na Faculdade de Direito de Olinda e Recife, e nas outras grandes Faculdades de Direito do Brasil – Família indestrutível, espalhada por todos os rincões da Pátria, e da qual já saíram, na vigência de Constituições democráticas, dezessete Presidentes da República.

1. O legal e o legítimo

Deixemos de lado o que não é essencial.

O que aqui diremos não tem a pretensão de constituir novidade. Para evitar interpretações errôneas, nem sequer nos vamos referir a certas conquistas sociais do mundo moderno. Deliberadamente, nada mais diremos do que aquilo que, de uma ou outra maneira, vem sendo ensinado, ano após ano, nos cursos normais das Faculdades de Direito. E não transporemos os limites do campo científico de nossa competência.

Partimos de uma distinção necessária. Distinguimos entre o *legal* e o *legítimo*.

Toda lei é legal, obviamente. Mas nem toda lei é *legítima*. Sustentamos que só é *legítima* a lei provinda de fonte *legítima*.

Das leis, a *fonte legítima primária* é a comunidade a que as leis dizem respeito; é o Povo ao qual elas interessam – comunidade e Povo em cujo seio as *ideias* das leis germinam, como produtos naturais das exigências da vida.

Os dados sociais, as contingências históricas da coletividade, as contradições entre o dever teórico e o comportamento efetivo, a média das aspirações e das repulsas populares, os anseios dominantes do Povo, tudo isto, em conjunto, é que constitui o manancial de onde brotam normas espontâneas de convivência, originais intentos de ordenação, às vezes usos e costumes, que irão inspirar a obra do legislador.

Das forças mesológicas, dos fatores reais, imperantes na comunidade, é que emerge a alma dos mandamentos que o legislador, na forja parlamentar, modela em termos de leis legítimas.

A *fonte legítima secundária* das leis é o próprio legislador, ou o conjunto dos legisladores de que se compõem os órgãos legislativos do Estado. Mas o legislador e os órgãos legislativos somente são fontes *legítimas* das leis enquanto forem representantes autorizados da comunidade, vozes oficiais do Povo, que é a fonte primária das leis.

O único outorgante de poderes legislativos é o Povo. Somente o Povo tem competência para escolher seus representantes. Somente os Representantes do Povo são legisladores legítimos.

A escolha legítima dos legisladores só se pode fazer pelos processos fixados pelo Povo em sua Lei Magna, por ele também elaborada, e que é a Constituição.

Consideramos *ilegítimas* as leis *não nascidas* do seio da coletividade, não confeccionadas em conformidade com os processos prefixados pelos Representantes do Povo, mas *baixadas* de cima, como carga descida na ponta de um cabo.

Afirmamos, portanto, que há uma *ordem jurídica legítima* e uma *ordem jurídica ilegítima*. A *ordem imposta*, vinda de cima para baixo, é *ordem ilegítima*. Ela é ilegítima porque, antes de mais nada, ilegítima é a sua origem. Somente é legítima a ordem que *nasce*, que *tem raízes*, que *brota* da própria vida, no seio do Povo.

Imposta, a ordem é violência. Às vezes, em certos momentos de convulsão social, apresenta-se como remédio de urgência. Mas, em regra, é medicação que não pode ser usada por

tempo dilatado, porque acaba acarretando males piores do que os causados pela doença.

2. A ordem, o poder e a força

Estamos convictos de que há um *senso leviano* e um *senso grave* da ordem.

O *senso leviano da ordem* é o dos que se supõem imbuídos da ciência do bem e do mal, conhecedores predestinados do que deve e do que não deve ser feito, proprietários absolutos da verdade, ditadores soberanos do comportamento humano.

O *senso grave da ordem* é o dos que abraçam os projetos resultantes do entrelaço livre das opiniões, das lutas fecundas entre ideias e tendências, nas quais nenhuma autoridade se sobrepõe às Leis e ao Direito.

Ninguém se iluda. A ordem social justa não pode ser gerada pela pretensão de governantes prepotentes. A fonte genuína da ordem não é a Força, mas o Poder.

O Poder, a que nos referimos, não é o Poder da Força, mas um Poder de persuasão.

Sustentamos que o Poder Legítimo é o que se funda naquele *sensu grave da ordem*, naqueles projetos de organização social, nascidos do embate das convicções e que passam a preponderar na coletividade e a ser aceitos pela consciência comum do Povo, como os melhores.

O Governo, com o *sensu grave da ordem*, é um Governo cheio de Poder. Sua legitimidade reside no prestígio popular de quase todos os seus projetos. Sua autoridade se apoia no consenso da maioria.

Nisto é que está a razão da obediência voluntária do Povo aos Governos legítimos.

Denunciamos como ilegítimo todo Governo fundado na Força. Legítimo somente o é o Governo que for órgão do Poder.

Ilegítimo é o Governo cheio de Força e vazio de Poder.

A nós nos repugna a teoria de que o Poder não é mais do que a Força. Para nossa consciência jurídica, o Poder é produto do consenso popular e a Força um mero instrumento do Governo.

Não negamos a utilidade de tal instrumento. Mas o que afirmamos é que a Força é somente útil na qualidade de *meio*, para assegurar o respeito pela ordem jurídica vigente e não para

subvertê-la ou para impor reformas na Constituição.

A Força é um *meio* de que se utiliza o Governo fiel aos projetos do Povo. Desgraçadamente, também a utiliza o Governo infiel. O Governo fiel a utiliza a serviço do Poder. O Governo infiel, a serviço do arbítrio.

Reconhecemos que o Chefe do Governo é o mais alto funcionário nos quadros administrativos da Nação. Mas negamos que ele seja o mais alto Poder de um País. Acima dele, reina o Poder de uma Ideia: reina o Poder das convicções que inspiram as linhas mestras da Política nacional. Reina o *sensu grave da Ordem*, que se acha definido na Constituição.

3. A soberania da Constituição

Proclamamos a soberania da Constituição.

Sustentamos que nenhum ato legislativo pode ser tido como lei superior à Constituição.

Uma lei só é válida se a sua elaboração obedeceu aos preceitos constitucionais, que regulam o processo legislativo. Ela só é válida se, em seu mérito, suas disposições não se opõem ao pensamento da Constituição.

Aliás, uma lei inconstitucional é lei precária e efêmera, porque só é lei enquanto sua inconstitucionalidade não for declarada pelo Poder Judiciário. Ela não é propriamente lei, mas apenas uma camuflagem da lei. No conflito entre ela e a Constituição, o que cumpre, propriamente, não é fazer prevalecer a Constituição, mas é dar pela nulidade da lei inconstitucional. Embora não seja razoável considerá-la inexistente, uma vez que a lei existe como objeto do julgamento que a

declara inconstitucional, ela não tem, em verdade, a dignidade de uma verdadeira lei.

Queremos consignar aqui um simples mas fundamental princípio. Da conformidade de todas as leis com o espírito e a letra da Constituição dependem a unidade e coerência do sistema jurídico nacional.

Observamos que a Constituição também é uma lei. Mas é a Lei Magna. O que, antes de tudo, a distingue nitidamente das outras leis é que sua elaboração e seu mérito não se submetem a disposições de nenhuma lei superior a ela. Aliás, não podemos admitir como legítima lei nenhuma que lhe seja superior. Entretanto, sendo lei, a Constituição há de ter, também, sua fonte legítima.

Afirmamos que a fonte legítima da Constituição é o Povo.

4. O poder Constituinte

Costuma-se dizer que a Constituição é obra do Poder. Sim, a Constituição é obra do *Poder Constituinte*. Mas o que se há de acrescentar, imediatamente, é que o Poder Constituinte pertence ao Povo, e ao Povo somente.

Ao Povo é que compete tomar a *decisão política fundamental*, que irá determinar os lineamentos da paisagem jurídica em que deseja viver.

Assim como a validade das leis depende de sua conformação com os preceitos da Constituição, a legitimidade da Constituição se avalia pela sua adequação às realidades socioculturais da comunidade para a qual ela é feita.

Disto é que decorre a competência da própria comunidade para decidir sobre o seu regime político; sobre a estrutura de seu Governo e os campos de competência dos órgãos principais de que o Governo se compõe; sobre os processos de designação de seus governantes e legisladores.

Disto, também, é que decorre a competência do Povo para fazer a Declaração dos Direitos Humanos fundamentais, assim como para instituir os meios que os assegurem.

Em consequência, sustentamos que *somente o Povo*, por meio de seus Representantes, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, ou por meio de uma Revolução vitoriosa, tem competência para elaborar a Constituição; que somente o Povo tem competência para substituir a Constituição vigente por outra, nos casos em que isto se faz necessário.

Sustentamos, igualmente, que só o Povo, por meio de seus Representantes no Parlamento Nacional, tem competência para emendar a Constituição.

E sustentamos, ainda, que as emendas na Constituição não se podem fazer como se fazem as alterações na legislação ordinária. Na Constituição, as emendas somente se efetuam, quando apresentadas, processadas e aprovadas em conformidade com preceitos especiais, que a própria Constituição há de enunciar, preceitos estes que têm por fim conferir à Lei Magna do Povo uma estabilidade maior do que a das outras leis.

Declaramos ilegítima a Constituição outorgada por autoridade que não seja a Assembleia

Nacional Constituinte, com a única exceção daquela que é imediatamente imposta por meio de uma Revolução vitoriosa, realizada com a direta participação do Povo.

Declaramos ilegítimas as emendas na Constituição que não forem feitas pelo Parlamento, com obediência, no encaminhamento, na sua votação e promulgação, a todas as formalidades do rito, que a própria Carta Magna prefixa, em disposições expressas.

Não nos podemos furtar ao dever de advertir que o exercício do Poder Constituinte, por autoridade que não seja o Povo, configura, em qualquer Estado democrático, a prática de usurpação de poder político.

Negamos peremptoriamente a possibilidade de coexistência, num mesmo País, de duas ordens constitucionais legítimas, embora diferentes uma da outra. Se uma ordem é legítima, por ser obra da Assembleia Constituinte do Povo, nenhuma outra ordem, provinda de outra autoridade, pode ser legítima.

Se, ao Poder Executivo fosse facultado reformar a Constituição, ou submetê-la a uma legislação discricionária, a Constituição perderia, precisamente, seu caráter constitucional e passaria a ser um farrapo de papel.

A um farrapo de papel se reduziria o documento solene, em que a Nação delimita a competência dos órgãos do Governo, para resguardar, zelosamente, de intromissões cerceadoras dos poderes públicos, o campo de atuação da liberdade humana.

5. O Estado de Direito e o estado de fato

Proclamamos que o Estado legítimo é *o Estado de Direito*, e que o Estado de Direito é *o Estado Constitucional*.

O Estado de Direito é o Estado que se submete ao princípio de que Governos e governantes devem obediência à Constituição.

Bem simples é este princípio, mas luminoso, porque se ergue, como barreira providencial, contra o arbítrio de vetustos e renitentes absolutismos. A ele as instituições políticas das Nações somente chegaram após um longo e acidentado percurso na História da Civilização. Sem exagero, pode dizer-se que a consagração desse princípio representa uma das mais altas conquistas da cultura, na área da Política e da Ciência do Estado.

O Estado de Direito se caracteriza por três notas essenciais, a saber: por ser *obediente ao Direito*; por ser *guardião dos Direitos*; e por ser *aberto para as conquistas da cultura jurídica*.

É obediente ao Direito, porque suas funções são as que a Constituição lhe atribui, e porque, ao exercê-las, o Governo não ultrapassa os limites de sua competência.

É guardião dos Direitos, porque o Estado de Direito é o *Estado-Meio*, organizado para servir o ser humano, ou seja, para assegurar o exercício das liberdades e dos direitos subjetivos das pessoas.

E é aberto para as conquistas da cultura jurídica, porque *o Estado de Direito* é uma democracia,

caracterizado pelo regime de representação popular nos órgãos legislativos e, portanto, é um Estado sensível às necessidades de incorporar à legislação as normas tendentes a realizar o ideal de uma Justiça cada vez mais perfeita.

Os outros Estados, os Estados não constitucionais, são os Estados cujo Poder Executivo usurpa o Poder Constituinte. São os Estados cujos chefes tendem a se julgar onipotentes e oniscientes, e que acabam por não respeitar fronteiras para sua competência. São os Estados cujo Governo não tolera crítica e não permite contestação. São os *Estados-Fim*, com Governos obcecados por sua própria segurança, permanentemente preocupados com sua sobrevivência e continuidade. São Estados opressores, que muitas vezes se caracterizam por seus sistemas de repressão, erguidos contra as livres manifestações da cultura e contra o emprego normal dos meios de defesa dos direitos da personalidade.

Esses Estados se chamam *Estados de Fato*. Os otimistas lhes dão o nome de *Estados de Exceção*. Na verdade, são *Estados Autoritários*, que facilmente descambam para a Ditadura.

Ilegítimos, evidentemente, são tais Estados, porque seu Poder Executivo viola o princípio soberano da obediência dos Governos à Constituição e às leis.

Ilegítimos, em verdade, porque seus Governos não têm Poder, não têm o Poder Legítimo, que definimos no início desta Carta.

Destituídos de Poder Legítimo, os Estados de Fato duram enquanto puderem contar com o apoio de suas forças armadas.

Sustentamos que os Estados de Fato, ou Estados de Exceção, são sistemas subversivos, inimigos da ordem legítima, promotores da violência contra Direitos Subjetivos, porque são

Estados contrários ao Estado Constitucional, que é o Estado de Direito, o Estado da Ordem Jurídica.

Nos países adiantados, em que a cultura política já organizou o Estado de Direito, a insólita implantação do Estado de Fato ou de Exceção – do Estado em que o Presidente da República volta a ser o monarca *lege solutus* – constitui um violento retrocesso no caminho da cultura.

Uma vez reimplantado o Estado de Fato, a Força torna a governar, destronando o Poder. Então, bens supremos do espírito humano, somente alcançados após árdua caminhada da inteligência, em séculos de História, são simplesmente ignorados. Os valores mais altos da Justiça, os direitos mais sagrados dos homens, os processos mais elementares de defesa do que é de cada um, são vilipendiados, ridicularizados e até ignorados, como se nunca tivessem existido.

O que os Estados de Fato, Estados Policiais, Estados de Exceção, Sistemas de Força apregoam é que há Direitos que devem ser suprimidos ou cerceados, para tornar possível a consecução dos ideais desses próprios Estados e Sistemas.

Por exemplo, em lugar dos Direitos Humanos, a que se refere a Declaração Universal das Nações Unidas, aprovada em 1948; em lugar do *habeas corpus*; em lugar do direito dos cidadãos de eleger

seus governantes, esses Estados e Sistemas colocam, frequentemente, o que chamam de *Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico*.

Com as tenebrosas experiências dos Estados Totalitários europeus, nos quais o lema é, e sempre foi, “Segurança e Desenvolvimento”, aprendemos uma dura lição. Aprendemos que a Ditadura é o regime, por excelência, da Segurança Nacional e do Desenvolvimento Econômico. O Nazismo, por exemplo, tinha por meta o binômio Segurança e Desenvolvimento. Nele ainda se inspira a ditadura soviética.

Aprendemos definitivamente que, *fora do Estado de Direito*, o referido binômio pode não passar de uma cilada. *Fora do Estado de Direito*, a Segurança, com seus órgãos de terror, é o caminho da tortura e do aviltamento humano; e o Desenvolvimento, com o malabarismo de seus cálculos, a preparação para o descalabro econômico, para a miséria e a ruína.

Não nos deixaremos seduzir pelo canto das sereias de quaisquer Estados de Fato, que apregoam a necessidade de Segurança e Desenvolvimento, com o objetivo de conferir legitimidade a seus atos de Força, violadores frequentes da Ordem Constitucional.

Afirmamos que o binômio Segurança e Desenvolvimento não tem o condão de transformar

uma Ditadura numa Democracia, um Estado de Fato num Estado de Direito.

Declaramos falsa a vulgar afirmação de que o Estado de Direito e a Democracia são “a sobremesa do desenvolvimento econômico”. O que temos verificado, com frequência, é que desenvolvimentos econômicos se fazem nas mais hediondas ditaduras.

Nenhum País deve esperar por seu desenvolvimento econômico, para depois implantar o Estado de Direito. Advertimos que os Sistemas, nos Estados de Fato, ficarão permanentemente à espera de um maior desenvolvimento econômico, para nunca implantar o Estado de Direito.

Proclamamos que o Estado de Direito é sempre *primeiro*, porque primeiro estão os direitos e a segurança da pessoa humana. Nenhuma ideia de Segurança Nacional e de Desenvolvimento Econômico prepondera sobre a ideia de que o *Estado existe para servir o homem*.

Estamos convictos de que a segurança dos direitos da pessoa humana é a primeira providência para garantir o verdadeiro desenvolvimento de uma Nação.

Nós queremos segurança e desenvolvimento. Mas queremos segurança e desenvolvimento dentro do Estado de Direito.

Em meio da treva cultural dos Estados de Fato, a chama acesa da consciência jurídica não cessa de reconhecer que não existem, para Estado nenhum, ideais mais altos do que os da Liberdade e da Justiça.

6. A sociedade civil e o governo

O que dá sentido ao desenvolvimento nacional, o que confere legitimidade às reformas sociais, o que dá autenticidade às renovações do Direito, são as livres manifestações do Povo, em seus

órgãos de classe, nos diversos ambientes da vida.

Quem deve propulsionar o desenvolvimento é o Povo organizado, mas livre, porque ele é que tem competência, mais do que ninguém, para defender seus interesses e seus direitos.

Sustentamos que uma Nação desenvolvida é uma Nação que pode manifestar e fazer sentir a sua vontade. É uma Nação com organização popular, com sindicatos autônomos, com centros de debate, com partidos autênticos, com veículos de livre informação. É uma Nação em que o Povo escolhe seus dirigentes, e tem meios de introduzir sua vontade nas deliberações governamentais. É uma Nação em que se acham abertos os amplos e francos canais de comunicação entre a Sociedade Civil e o Governo.

Nos Estados de Fato, esses canais são cortados. Os Governos se encerram em Sistemas fechados, nos quais se instalam os “donos do Poder”. Esses “donos do Poder” não são, em verdade, donos do Poder Legítimo: são donos da Força. O que chamam de Poder não é o Poder oriundo do Povo.

A órbita da política não vai além da área palaciana, reduto aureolado de mistério, hermeticamente trancado para a Sociedade Civil.

Nos Estados de Fato, a Sociedade Civil é banida da vida política da Nação. Pelos chefes do Sistema, a Sociedade Civil é tratada como um confuso conglomerado de ineptos, sem discernimento e sem critério, aventureiros e aproveitadores, incapazes para a vida pública, destituídos de senso moral e de idealismo cívico. Uma multidão de ovelhas negras, que precisa ser continuamente contida e sempre tangida pela inteligência soberana do sábio tutor da Nação.

Nesses Estados, o Poder Executivo, por meio de atos arbitrários, declara a incapacidade da Sociedade Civil, e decreta a sua interdição.

Proclamamos a ilegitimidade de todo sistema político em que fendas ou abismos se abrem entre a Sociedade Civil e o Governo.

Chamamos de *Ditadura* o regime em que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus Governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o Governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime em que o Poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar.

Ditadura é o regime que governa para nós, mas sem nós.

Como cultores da Ciência do Direito e do Estado, nós nos recusamos, de uma vez por todas, a aceitar a falsificação dos conceitos. Para nós a Ditadura se chama Ditadura, e a Democracia se chama Democracia.

Os governantes que dão o nome de Democracia à Ditadura nunca nos enganaram e não nos enganarão. Nós saberemos que eles estarão atirando, sobre os ombros do povo, um manto de irrisão.

7. Os valores soberanos do homem, dentro do Estado de Direito

Neste preciso momento histórico, reassume extraordinária importância a verificação de um fato cósmico. Até o advento do Homem no Universo, a *evolução* era simples mudança na organização física dos seres. Com o surgimento do Homem, a *evolução* passou a ser, também, um *movimento da consciência*.

Seja-nos permitido insistir num truísmo: a *evolução do homem* é a evolução de sua consciência; e a evolução da consciência é a evolução da cultura.

A nossa tese é a de que o homem se aperfeiçoa à medida que incorpora valores morais ao seu patrimônio espiritual. Sustentamos que os Estados somente progridem, somente se aprimoram, quando tendem a satisfazer ansiedades do coração humano, assegurando a fruição de valores espirituais, de que a importância da vida individual depende.

Sustentamos que um Estado será tanto mais evoluído quanto mais a ordem reinante consagre e garanta o direito dos cidadãos de serem regidos por uma Constituição soberana, elaborada livremente pelos Representantes do Povo, numa Assembleia Nacional Constituinte; o direito de não ver ninguém jamais submetido a disposições de atos legislativos do Poder Executivo, contrários aos preceitos e ao espírito dessa Constituição; o direito de ter um Governo em que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário possam cumprir sua missão com independência, sem medo de represálias e castigos do Poder Executivo; o direito de ter um Poder Executivo limitado pelas normas da Constituição soberana, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte; o direito de escolher, em pleitos democráticos, seus governantes e legisladores; o direito de ser eleito governante ou legislador, e o de ocupar cargos na administração pública; o direito de se fazer ouvir pelos Poderes Públicos, e de introduzir seu pensamento nas decisões do Governo; o direito à liberdade justa, que é o direito de fazer ou de não fazer o que a lei não proíbe; o direito à igualdade perante a lei que é o direito de cada um de receber o que a cada um pertence; o direito à intimidade e à inviolabilidade do domicílio; o direito à propriedade e o de conservá-la; o direito de organizar livremente sindicatos de trabalhadores, para que estes possam lutar em defesa de seus interesses; o direito à presunção de inocência, dos que não forem declarados culpados, em processo regular; o direito de imediata e ampla defesa dos que forem acusados de ter praticado ato ilícito; o direito de não ser preso, fora dos casos previstos em lei; o direito de não ser mantido preso, em regime de incomunicabilidade, fora dos casos da lei; o direito de não ser condenado a nenhuma pena que a lei não haja cominado antes do delito; o direito de nunca ser submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante; o direito de pedir a

manifestação do Poder Judiciário, sempre que houver interesse legítimo de alguém; o direito irrestrito de impetrar *habeas corpus*; o direito de ter Juízes e Tribunais independentes, com prerrogativas que os tornem refratários a injunções de qualquer ordem; o direito de ter uma imprensa livre; o direito de fruir das obras de arte e cultura, sem cortes ou restrições; o direito de exprimir o pensamento, sem qualquer censura, ressalvadas as penas legalmente previstas, para os

crimes de calúnia, difamação e injúria; o direito de resposta; o direito de reunião e associação.

Tais direitos são valores soberanos. São ideais que inspiram as ordenações jurídicas das nações verdadeiramente civilizadas. São princípios informadores do Estado de Direito.

Fiquemos apenas com o essencial.

O que queremos é ordem. Somos contrários a qualquer tipo de subversão. Mas a ordem que queremos é a ordem do *Estado de Direito*.

A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o *Estado de Direito*, já.

Goffredo Telles Júnior

São Paulo, 8 de agosto de 1977

NOTA:

Antes de sua leitura, a “**CARTA**” foi subscrita pelos seguintes signatários:

José Ignácio Botelho de Mesquita, Professor Titular da Faculdade Direito da USP; Fábio Konder Comparato, Professor Titular da Faculdade Direito da USP; Modesto Carvalhosa, Professor da Faculdade Direito da USP e Presidente da Associação dos Docentes da USP; Irineu Strenger, Professor Titular da Faculdade Direito da USP; Dalmo de Abreu Dallari, Professor Titular da Faculdade Direito da USP e Presidente da Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de SP; Mário Simas, Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz; Geraldo Ataliba, Professor da Faculdade Direito da USP e da Faculdade Direito da PUC, ex-Reitor da PUC; José Afonso da Silva, Professor Titular da Faculdade Direito da USP; Miguel Reale Júnior, Professor da Faculdade de Direito da USP; Ignácio da Silva Telles, Professor da Faculdade de Direito da USP; Tércio Sampaio Ferraz, Professor da Faculdade de Direito da USP; Alcides Jorge Costa, Professor da Faculdade de Direito da USP; Gláucio Veiga, Professor da Faculdade de Direito da USP e da Faculdade Direito do Recife;

Mário Sérgio Duarte Garcia, Vice-Presidente da Ordem dos Advogados de SP; Antônio Cândido de Mello e Souza, Professor Titular da USP; Paulo Duarte, Professor Catedrático da USP, aposentado; André Franco Montoro, Professor Catedrático da PUC e Senador; Flávio Flores da Cunha Birrembach, Professor da Faculdade Direito da PUC; José Carlos Dias, Advogado, Consultor Jurídico da Comissão Justiça e Paz, da Cúria Metropolitana de SP; Aliomar Baleeiro, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e Professor da Faculdade Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Hermes Lima, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Heleno Fragoso, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; João Batista de Arruda Sampaio, Desembargador do TJSP, aposentado; Raul da Rocha Medeiros, Desembargador do TJSP, aposentado; Odilon da Costa Manso, Desembargador do TJSP, aposentado; Darcy de Arruda Miranda, Desembargador TJSP, aposentado; Hélio Bicudo, Procurador da Justiça de SP; Dom Cândido Padim, Bispo de Bauru, Bacharel pela Faculdade de Direito da USP; Sérgio Bermudes,

Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados; Tércio Lins e Silva, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Rio; Cid Riedel, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Distrito Federal; Ruy Homem de Mello Lacerda, ex-Presidente da Associação de dos Advogados de SP e Conselheiro; Walter Ceneviva, Vice-Presidente da Associação de Advogados; Sérgio Marques da Cruz, Conselheiro e ex-Presidente da Associação dos Advogados; Luciano de Carvalho, Secretário da Educação e Fazenda, do Governo Carvalho Pinto; João Nascimento Franco, Conselheiro do Instituto do Advogado e Ordem Advogado; Domingos Marmo, ex-Conselheiro da Ordem dos Advogados; Walter Laudísio, Conselheiro da Associação dos Advogados; Homero Alves de Sá, Conselheiro da Associação dos Advogados; Salim Arida, Conselheiro da Associação dos Advogados; José Carlos da Silva Arouca, Conselheiro da Associação dos Advogados; Joaquim Pacheco Cyrillo, Conselheiro da Associação dos Advogados; Rubens Ignácio de Souza Rodrigues, Conselheiro da Associação dos Advogados; Jayme Cueva, Conselheiro da Associação dos Advogados; Maria Luiza Flores da Cunha Birrenbach, Procuradora do Município de SP; José Gregori, Advogado e Professor da PUC; Lauro Malheiros Filho, Advogado; Aldo Lins e Silva, Advogado; José Roberto Leal de Carvalho, Advogado; Cantídio Salvador Filardi, ex-Conselheiro da Ordem dos Advogados; Antônio Carlos Malheiros, Advogado; Luiz Eduardo Greenhalgh, Advogado; Márcia Ramos de Souza, Advogado; Arnaldo Malheiros, Advogado; Dione Prado Stamato, Procuradora do Estado de SP; Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França, Advogado; Pedro Garaude Júnior, Advogado; Alberto Pinto Horta Júnior, Advogado; Manoel Ferraz Whitaker Salles, Advogado; Maria Eugênia Raposo da Silva Telles, Advogada; Edmur de Andrade Nunes Pereira Neto, Advogado; Márcia L. B. Jaime, Advogado; Areobaldo Espínola de Oliveira Lima Filho, Advogado; Alexandre Thiollier Filho, Advogado; Jayme A. da Silva Telles, Advogado; Clóvis de Gouvêa Franco, Advogado; Agripino Doria, Advogado;

Edgard de Novaes França Neto, Advogado; Edgard de Novaes França Filho, Advogado; José V. Bernardes, Advogado; Luiz Baptista Pereira de Almeida Filho, Advogado; Luiz Baptista Pereira de Almeida, Advogado; Marcelo Duarte de Oliveira, sacerdote e bacharel, Advogado; Celso Cintra Mori, Advogado; Clarita Carameli, Advogada; Paulo Pereira, Advogado; José Melado Moreno, Advogado; Maria Ferreira Lara, Advogada; Pedro Luiz Aguirre Menin, Advogado; José Nuzzi Neto, Advogado; João Henrique de Almeida Santos, Advogado; Carlos Alberto Queiroz, Advogado; Jayme Queiroz Lopes Filho, Advogado; Paulo R. C. Lara, Advogado; Walter Arruda Júnior, Advogado; Joaquim Renato Correia Freire, Advogado; Darcy Paulilo dos Passos, Advogado; Sílvio Roberto Correia, Advogado; Francisco Mencucci, Advogado; Antônio Costa Correia, Advogado; Francisco Otávio de Almeida Prado, Advogado; Marco Antônio Rodrigues Nahun, Advogado; Léo Duarte de Oliveira, Advogado.

Sobre a opacidade cerebral de Dutra se contava uma anedota. Apresentado ao presidente americano Harry Truman, este o cumprimentou: *How do you do, Dutra?* Ao que respondeu: *How troo you troo, Truman?*

Vladimir Herzog rasgou o que escrevera.

Dirigido por Fred Zinnemann, baseado no romance policial de Frederick Forsyth, em torno da descolonização da Argélia. O filme é de 1973.



Foto: Fábio Lazzari Jr./CMSP

O PODER DA SOLIDARIEDADE

Da esquerda à direita: Tereza Lajolo, Lúcia Salles França Pinto, Eliana Vendramini e Eduardo Ferreira expõem os problemas no enterro de indigentes

CAPÍTULO XV

O despejo dos corpos nus

“Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O ‘desaparecido’ transforma-se numa sombra, que ao escurecer-se vai encobrendo a última luminosidade da existência terrena.”

Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, no prefácio do 1º Volume da obra *Brasil: Nunca Mais*.

Estrada do Pinheirinho, 860, bairro de Perus. Ali fica o cemitério Dom Bosco onde, no dia 4 de setembro de 1990, descobriu-se uma vala clandestina que continha 1 049 ossadas de pessoas desconhecidas: presos políticos desaparecidos, restos mortais de indigentes supostamente sem documentos – homens, mulheres, crianças – e vítimas do esquadrão da morte.

Os integrantes da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, surpresos, souberam que persiste o enterro de pessoas com documentos de identificação como se fossem desconhecidas. Para compreender o que ocorre, e na tentativa de encontrar uma solução, depôs, entre outros, Eliana Vendramini, do Ministério Público. Essa promotora investiga possíveis irregularidades em mortos identificados, sob a responsabilidade do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) e do IML. Suspeita-se que sejam os “indigentes com RG”, sepultados após se retirarem órgãos e tecidos humanos que se prestem à pesquisa.

A CMVVH, acompanhada pelo padre Júlio Lancellotti, foi a Perus inspecionar o ossuário. Em um aposento no subterrâneo encontrou incontáveis ossadas de supostos indigentes, em sacos plásticos. Serviu para entender melhor a necessidade de se criar um protocolo para impedir o sepultamento de pessoas sem qualquer registro de identidade; e a importância de se colher material genético para possível identificação futura. Ouviu-se também a ex-vereadora Tereza Lajolo, que presidiu a CPI sobre o assunto em 1991. Para entender o funcionamento do elo entre a repressão política e as autoridades municipais, a CMVVH convidou Carlos Eduardo Giosa, que pertenceu à cúpula do Serviço Funerário do Município durante longo período. Falou conosco Rui Barbosa Alencar, seu superintendente quando se descobriu a vala; a atual superintendente, Lucia Salles França Pinto; o Sr. Carlos Augusto Pasqualucci, do SVO, da Faculdade de Medicina da USP.

Lutador incansável na denúncia de indigentes enterrados, o padre Júlio Lancellotti

veio falar à CMVVH sobre o tratamento dado aos corpos.

“Muitas vezes participei de celebrações em Perus”, disse o padre. “Numerosas pessoas morrem nas ruas da cidade. Com imensa dificuldade consegui do Serviço Funerário Municipal de São Paulo dados sobre indigentes sepultados.”

Padre Júlio entregou à CMVVH uma cópia dos números que obteve: nos cemitérios Dom Bosco, Vila Formosa (1 e 2), de 2008 a 2013, número parcial: 4 544. E contou que os funcionários implicavam com ele. “Uma vez me disseram, irônicos: o senhor gosta tanto de benzer o corpo dos mendigos, chegou um caminhão agora. Quer benzer? Eu me aproximei. Era um caminhão baú fechado. Os corpos nus, em meio caixão, são despejados. É a prática da ditadura, tratamento cruel e desumano. São os refugiados urbanos, a quem é negada cidadania na vida e na morte.”

De acordo com Lancellotti, 11 pessoas desaparecem por dia e não há cruzamento de dados com os indigentes. Assim, se algum desaparecido morre e é enterrado como indigente, o nome dele não é cruzado. E a família deixa de ser avisada.

“Quando um morador de rua entra na Santa Casa de Misericórdia, recebe o nome de João ou Maria, e um número. Mesmo que esteja acompanhado por alguém que sabe o seu nome. O que é feito dos órgãos dessas pessoas? Se conseguimos sepultá-las, muitas estão empalhadas por dentro. Sem órgãos. Sabemos que no mercado internacional a **hipófise**²³⁰ é uma das glândulas mais caras. O que é feito com as hipófises, valiosas para a fabricação de medicamentos? As faculdades de Medicina e a Santa Casa precisam esclarecer o destino das pessoas que chegam.

Os serviços sabem distinguir quem são os moradores de rua. Dom Angélico acompanhou o sepultamento de pessoas bem simples e viu que os corpos se tornam moeda de troca. Há um esforço do Serviço Funerário de coibir a corrupção alarmante nesse serviço.

Corpos são necessários para o estudo científico. Mas isso deve ser normatizado. Lembro muito da Dona Helena, do grupo Tortura Nunca Mais. Ela sempre achou que um dia localizaria a sepultura do **filho**²³¹. Um sonho, no seu imaginário. As famílias nunca encontrarão os desaparecidos.

Proponho que o IML se desvincule da Secretaria da Segurança Pública. E que a Comissão da Verdade, aqui, cruze os dados de desaparecidos com o de indigentes. E que o Serviço Funerário continue sistematizando seus dados. São medidas bem concretas a tomar. Proponho garantir a identificação depois da morte, oferecer dignidade.”

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Padre Júlio, não se pode conviver com isso, como afirmou Dom Angélico Sândalo Bernardino. Padre Júlio, muito obrigado.

Ronda por Campos Santos

Em 24 de setembro de 2013, sob a presidência da vereadora Juliana Cardoso, veio o Sr. Carlos Eduardo Giosa à reunião conjunta das Comissões da Verdade Vladimir Herzog e Rubens Paiva, municipal e estadual. Funcionário antigo da administração do Cemitério D. Bosco, em Perus, entrou em 1973 como escriturário e evoluiu na carreira até chegar a superintendente do Serviço Funerário.

Depoimento de Carlos Eduardo Giosa

(resumo)

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Chamo para compor a mesa o Sr. Carlos Eduardo Giosa e o coronel Vicente Silvestre, inspetor-geral do Agrupamento da Guarda Civil de São Paulo, que em 1968 recusou-se a invadir a Faculdade de Filosofia na batalha da Maria Antônia. Tem a palavra o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade.

O Sr. Deputado Adriano Diogo – O assunto é a vala comum de **Perus²³²**, encontrada no Cemitério Dom Bosco na década de 1990. Presos políticos não identificados, vítimas do Esquadrão da Morte e mortos na epidemia de meningite estão enterrados ali. Lembro que o regime não queria que se falasse da doença. Sr. Giosa, qual a justificativa para a vala?

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – O senhor se referiu à vala clandestina como farsa. Pode justificar essas palavras?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Em todos os cemitérios existe esse tipo de vala.

P – O senhor teve conhecimento da proposta, nos tempos da ditadura, de se cremar indigentes?

R – A autorização para se cremar restos mortais em São Paulo é de uma lei de 1967.

O Sr. Adriano Diogo – O senhor tem razão, a vala não é só em Perus. No cemitério de Vila Formosa há uma vala com centenas de sacos de ossos esmagados e **enterrados²³³**.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – O cemitério de Vila Formosa data de 1949. Tem quase 2 milhões de pessoas sepultadas. As famílias pedem exumação para se certificar de quem se trata e depois abandonam porque o ossuário é caro. Daí a vala. A lei municipal determina que quando não há exumação a ossada deve ser rebaixada a 1m55cm profundidade. Uma lei de 1932. Se hoje abrimos uma cova no Vila Formosa, encontramos oito ossadas. No Perus, com quase 200 mil sepultamentos, no mínimo quatro ossadas por sepultura.

P – Ossuário é uma coisa. São aquelas caixinhas que guardam ossos. Paga-se por elas. Ossada é outra coisa. O senhor disse que, se a família não tem estrutura para manter as caixinhas, eles são enterrados em uma vala. É isso? É a regra? Alguém pode

mostrar as imagens do documentário sobre as ossadas de Perus? Por favor. São do documentário *Vala Comum*, direção de João Godoy.

(exibição das imagens)

Pois bem. Entende-se que vale para Vila Formosa. Contudo, Perus era novo. Por que cavar uma vala em cemitério novo, sem ninguém saber? Nosso foco são os companheiros mortos, enterrados com nome falso. Não localizamos valas, ossuários, identificação, destino. Queremos saber também como nasceu a ideia dos crematórios. Por que em Perus? Depois acabou na Vila Prudente? O senhor não está sendo acusado de nada. Mas é memória viva.

R – Perus é como os outros cemitérios. As famílias pediam exumação, não levavam os ossos e abandonavam. Aquilo se avolumou. Então construíram a vala e depositaram ali os ossos, sem registro. Esse foi o erro, sem registro. Em nenhum dos cemitérios.

O Sr. Adriano Diogo – Construíram agora um enorme velório em cima das valas, na quadra dos presos políticos. E remodelaram todas as ruas. Impossível recompor o local da vala antiga.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – O prefeito determinou que se construísse um piscinão para evitar enchente. Em qualquer lugar uma obra será sobre sepulturas, com um milhão e meio de enterros.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Existe uma legislação para edificações dentro do cemitério. O superintendente passou por cima dela?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Não! A legislação permite implantar o velório dentro do cemitério. O prefeito escolheu a área e desativou-se a quadra. Não tem outra forma.

O Sr. Adriano Diogo – Quando começou a vala do Vila Formosa?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Entrei na funerária em 1973. Já existia. Sem registros. Continuou a ser alimentada sem registros.

A angústia da busca

A Sra. Maria Amelia Teles – Sou da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. A vala de Perus não é uma farsa. É vala ilegal, sem registros. Só em 1975 e 1976 surgiram rumores acerca de uma vala clandestina e nós, familiares de mortos e desaparecidos, tomamos conhecimento dela. Dizíamos que se destinava a esconder os corpos de militantes assassinados pela **ditadura**²³⁴. Em 1990 o jornalista Caco Barcellos, que investigava assassinatos de jovens da periferia de São Paulo, constatou, no IML, que levavam os jovens ao Cemitério de Perus. Depois os exumavam e ninguém conhecia o destino dos restos mortais. Caco Barcellos solicitou autorização

do serviço funerário para abrir a vala, certo de que o cemitério de Perus abrigava ali ossos de desaparecidos políticos entre indigentes. Pergunto ao depoente: o senhor recebia a ficha de encaminhamento do IML. Enterrava e logo os exumava?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Senhora, a reenumeração é feita no mesmo local, está na lei, que diz: se as famílias não procurarem os restos mortais, serão enterrados 1m55cm abaixo.

A Sra. Maria Amelia Teles – Identificamos seis corpos de desaparecidos políticos na vala de Perus. Eles foram reenumados, sem registro e não no mesmo local. Misturavam-se as ossadas dentro de um saco e assim encontrávamos dois crânios, três braços etc. Acompanhei, falo do que vi. Identificamos o Dênis Casemiro²³⁵, o Frederico Eduardo **Mayr**²³⁶ e o Flávio de Carvalho **Molina**²³⁷. Tínhamos certeza de que estavam nessa vala. E assim foi.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Acredito. Estive lá com o advogado Luiz Eduardo Greenhalg e a ex-deputada Bete Mendes. Exumamos Antonio Carlos Bicalho e Sonia Moraes Angel **Jones**²³⁸. A família dela levou outra ossada porque já era o terceiro aproveitamento do local. Abrimos de novo e a encontramos.

A Sra. Maria Amelia Teles – O pedido de levantamento foi na abertura da vala, só em 1990. Acompanhei, entreguei as ossadas ao pai da Sônia, tenente-coronel da reserva João Luiz de Moraes. Ele tinha enterrado duas ossadas que não eram da filha.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Aí encontramos também o Bicalho Lana. A gente enterrava com o nome que o falecido tinha no documento.

A Sra. Maria Amelia Teles – Faço uma pergunta: como os documentos chegavam ao cemitério? Vocês distinguiam um militante de não militante?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Nunca, nunca...

A Sra. Maria Amelia Teles – Mostro o documento do Hiroaki Torigoe. Tinha o nome de Massahiro Nakamura e a própria polícia colocou entre parênteses Torigoe. Acrescentou um T, terrorista, como os denominavam os militantes. Até hoje não encontramos o corpo.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Não temos acesso a esses documentos.

A Sra. Maria Amelia Teles – Mas chegam ao cemitério. Tem até a sepultura dele aí.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – O IML nos encaminha a certidão de óbito e com ele fazemos o sepultamento.

A Sra. Maria Amelia Teles – Todos eram do Cartório de Paz do Jardim América, o mais próximo do DOI-CODI, onde os matavam. Entregavam a vocês com o documento.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Sim, mas a gente não olhava. Colocava nele o

número da sepultura, a quadra e fazia o assento do sepultamento.

A Sra. Maria Amelia Teles – E esse T aqui?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Não tínhamos conhecimento disso.

A Sra. Maria Amelia Teles – Andamos por muitos cemitérios, inclusive Perus, aberto em 1971. Aliás, o primeiro preso político enterrado lá foi o Sr. Joaquim Alencar de Seixas, o pai do Ivan. O Sr. Hiroaki Torigoe também foi enterrado lá, em 1972. Todos os presos políticos dessa época são exumados e escondidos numa vala. Algumas famílias descobriram logo e buscaram os corpos. Nem todos conseguiram, como é o caso de Hiroaki. Havia articulação entre o Serviço Funerário e a repressão. Em Vila Formosa ouvi “quadra dos terroristas”. Ou seja, dos militantes.

O Sr. Adriano Diogo – Quando Perus era novinho, em 1973, os corpos já iam para a vala. O Exército e a polícia cercavam o cemitério. Só o pai podia assistir. Todos sabiam que era a quadra dos terroristas.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Exumado em dois anos? Isso foi ilegal. O Código Sanitário determinava cinco anos. O penúltimo Código Sanitário determinou três anos, porque nesse prazo os corpos se decompuseram. Enterrávamos indigentes. Todos os que vinham do IML sem identificação iam para a quadra deles. Depois é que se soube que havia presos políticos e chamaram a área de quadra dos terroristas.



Fábio Lazzari Jr/ CMSP

Rui Barbosa Alencar descreveu o passo a passo até que mandou abrir a vala clandestina no cemitério de Perus. Ali estavam sei desaparecidos

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Exumado em dois anos? Isso foi ilegal. O Código

Sanitário determinava cinco anos. O penúltimo Código Sanitário determinou três anos, porque nesse prazo os corpos se decompueram. Enterrávamos indigentes. Todos os que vinham do IML sem identificação iam para a quadra deles. Depois é que se soube que havia presos políticos e chamaram a área de quadra dos terroristas.

A Sra. Maria Amelia Teles – Lembro ao Sr. Giosa que todos os presos políticos tinham identificação. Enterrados como indigentes e exumados ilegalmente. Todos têm no documento um F.F., fichado e fotografado. No caso do Hiroaki tenho foto dele morto, vivo, o codinome, o nome verdadeiro. E com tudo isso, não o localizamos.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Quando digo indigente, refiro-me ao falecido que os familiares não sepultaram. O necrotério aguarda cinco dias. Há alguns identificados, sim, com documentos e fotografias para evitar trocas. E registrados. Ao menos do que tenho conhecimento, pois trabalhei no necrotério entre 1986 e 1987.

O Sr. Adriano Diogo – O que a Amelinha diz é que a subnotificação era no nome da pessoa e na causa da morte. Por exemplo, o médico Dr. Isaac Abramovitch, que foi cunhado da Iara Iavelberg e dava carona ao irmão da Felícia Madeira, o Gelson, autopsiou-o com nome falso. O Gelson foi enterrado com nome falso, mas saiu do IML com o T de terrorista. A funerária sabia que se tratava de preso político. Em São Paulo teremos de corrigir 154 assentos, a nossa cota.

R – Era a quadra dos indigentes, deputado. Onde eram enterrados os terroristas.

P – Pronto! Agora o senhor falou.

R – Mas isso tem em todo o cemitério. Alguns foram à Vila Formosa, que até 1970 enterrava 60 por dia. Quando se estabeleceu Perus, dividiram-se os mortos. Creio que a maioria dos políticos esteja em Perus. Mas poderiam ser enviados para o cemitério de Lajeado, o da Saudade, São Miguel, Itaquera. Todos sepultavam indigentes. Estamos pesquisando Formosa e Perus. Mas por que só esses dois, se havia 30 cemitérios?

O Sr. Adriano Diogo – Porque lá descobrimos as duas valas. E, ao menos em dois casos, usou-se o cemitério do Campo Grande (*no Jardim Marajoara, zona sul de São Paulo*). Havia critérios para levarem os militantes aos locais?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Em Parelheiros tinha quadra de indigentes.²³⁹

P – Sobre o crematório: é um elemento cultural da classe média, média alta. Por que no auge da repressão quiseram construir um crematório em Perus?

R – Quando entrei, em 1973, o crematório já estava na Vila Prudente. A firma inglesa cremava oito corpos por mês. Era um acontecimento, todos iam ver como

funcionava. Não creio que levassem presos ao crematório.

P – Um crematório foi licitado para Perus.

R – O gabinete do prefeito Paulo Maluf fazia isso. A funerária só sepulta ou crema.²⁴⁰
Não me lembro de crematório em Perus, deputado. Sinceramente.

O Sr. Adriano Diogo – Além de Perus e de Vila Formosa, os outros cemitérios têm valas comuns. As ossadas estão documentadas ou é a mesma prática de antigamente?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – No livro de óbitos, quando se faz exumação, registra-se a mudança e o local.

P – Com o advento do crack, muita gente é enterrada como indigente, principalmente os pobres. Vão para a vala comum?

R – Sim. Exceto se forem identificados antes do sepultamento, com imagens e digitais, pois uma carteira de identidade de outro Estado não é registrada aqui. O documento deveria ser integralizado em um sistema para todo o Brasil.

P – O senhor se lembra do Dentinho? Que tinha uma floricultura em frente ao Cemitério da 4ª. Parada?

R – O português da 4ª. Parada? Sim.

P – O senhor tem algo a falar sobre a execução dele? Dentinho fez denúncias sobre a antiga administração do serviço funerário e ele foi executado. Denunciava o comércio de flores.

R – Ah, ele denunciava tudo. Não era só isso, dizem que desviou um caminhão de arroz. Ele trabalhava junto dos cemitérios desde criança. Filho da D. Ana. Nasceu dentro do 4ª. Parada. Que tinha vala comum. Não têm vala comum os cemitérios Araçá, Consolação, Lapa, Freguesia, Penha, Chora Menino, Santo Amaro, São Paulo.

P – O senhor se lembra do pessoal do IML ou da polícia que mandava os mortos políticos?

R – Não. Eu entrei como administrador de cemitério no Vila Mariana. Só trabalhei no IML já adulto. Quando vim para a diretoria, o prefeito era Jânio Quadros.

O Sr. Adriano Diogo – Obrigado, Sr. Giosa.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Deixo aqui documentos e o livro *Cem Anos de Serviço Funerário*.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Vereador Rubens Calvo.

O Sr. Rubens Calvo – A lei de 1967, que institui a cremação de restos mortais, diz que a Prefeitura pode, conforme o caso, determinar a cremação. Há projeto

tramitando nesta Comissão para que seja realizado arquivamento genético. A lei diz ainda que, nas mortes violentas – caso dos desaparecidos político – a cremação precisa do consentimento da autoridade policial. Sabemos que os próprios delegados, coronéis e generais eram ligados à repressão. Então, autoridade policial são eles mesmos. De qualquer forma, Perus era afastado da cidade e perto do Juqueri e de Campinas. Isso explica a preferência.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Obrigada, vereador Calvo. Senhor Giosa, as investigações apuraram que Jaime Augusto Lopes, Superintendente do Serviço Funerário do Município, e o Delegado Cintra Bueno, do DOPS, conhecido como Porquinho, tinham uma parceria. Porquinho entregaria os corpos de presos políticos para incinerar no crematório de Vila Alpina a partir de 1974.

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Não acredito que usassem o crematório, como já disse. E acho muito difícil encaminhar um corpo para ser cremado sem identificação.

P – O crematório, comprado em 1969 pela Prefeitura, só funcionou em 1975 porque a firma inglesa, contratada para executar o trabalho, tinha exigências, como velório (*e espaço para cerimônias religiosas*).

(Não Identificado) – Pode ter acontecido isso. Deputado, o maquinário chegou em 1968 e só operou em 1974, para cumprir exigências. O sistema do forno é perfeito. E as famílias levam as cinzas, não há misturas. Mas muitas deixam lá. Serão jogadas nos jardins do crematório, uma área de 150 mil metros quadrados. É local de alta classe média.

O Sr. Vicente Silvestre – Lembro-me quando o instalaram. As famílias assistiam à cremação. Foi proibido. Além disso, passou-se a cremar dois ou três dias depois da cerimônia, para a família não ficar com aquilo na cabeça, que o familiar está sendo queimado.

O Sr. Rubens Calvo – Sou espírita e contra a cremação. Mas, guardado o respeito pelas religiões, quem me garante que não trocaram os corpos ou que sejam dois na urna?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Vereador, na célula crematória só entra um caixão, não há espaço para dois. Temos quatro fornos crematórios. São ligados dois a dois. No processo o corpo é colocado, retirado; as cinzas caem na caixinha de cinzas. O que sobra é pulverizado. Dois funcionários fazem isso a cada período. Não tem como misturar.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Esta comissão apurou que até 1974

o destino dos corpos dos presos políticos era o cemitério Dom Bosco, enterrados como indigentes ou com nomes trocados.²⁴¹ A partir de 1974 o destino passou a ser o crematório da Vila Alpina. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O Sr. Carlos Eduardo Giosa – Senhora, é o que disse: acredito que isso fosse muito difícil. Em 1974, 1975, talvez até 1976, quem operava o crematório era a firma inglesa.

P – Com a abertura política que se iniciava, quem sabe decidiram fazer a vala para desaparecer com as ossadas?

R – Vimos as imagens de ossadas aqui. Todas em sacos plásticos. Para guardar, não sumir.

P – Estavam sem identificação.

R – Identificavam em papéis dentro dos sacos. No cemitério há vermes, insetos. Alimentam-se da decomposição. Os principais são as baratas. Um pequeno papel, em dez anos, já foi comido. Hoje existe um sistema novo com plástico, soldagem. Mesmo assim não vai durar muito tempo.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sr. Carlos Eduardo Giosa, por ter aceitado o convite da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Agradeço também ao deputado Adriano Diogo, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.

Esforço conjunto

A premência em solucionar a ferida aberta dos indigentes enterrados sem identificação, levou a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog a convocar uma reunião de especialistas para discutir o assunto. “Nosso encontro tratará de medidas que garantam a identificação das pessoas falecidas em São Paulo. Em seguida será efetuada a comunicação a parentes e familiares, para que não mais ocorram enterros de desconhecidos, entre aspas, pois na verdade possuem documentos de registro”, disse o presidente da CMVH, vereador Gilberto Natalini, ao abrir a reunião.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom dia a todos. Tem a palavra o Dr. Eduardo Ferreira, representando a Secretaria de Segurança Pública.

O Sr. Eduardo Ferreira – A legislação do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) foi revista pelo então governador Franco Montoro, mas deixou um resquício: no caso de pessoas desaparecidas, o enterro seria feito pelo SVO. Nos projetos de lei tramitando no Congresso sobre reforma do Código de Processo Penal, não há dispositivo específico sobre procedimento de investigação policial para pessoas

desaparecidas. Pois uma pessoa sumir não caracteriza um crime que justifique de início a instauração de um inquérito policial. O próprio artigo 205 do Estatuto da Criança e do Adolescente, reformado recentemente, não fala em inquérito policial. O que temos é a delegacia especializada em homicídios e proteção à pessoa, o DHPP. Investiga pedofilia, desaparecidos e homicídios. Os dados revelam que um percentual elevado de crianças e adolescentes sumidos tem transtorno mental, em especial deficiência intelectual. Por isso se instalou a Comissão Estadual que trata de crianças desaparecidas na Secretária Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E temos a lei do deputado Hamilton Pereira, que definiu diretrizes de busca e criou bancos de dados de desaparecidos. Não fixou prazo, regulamentação, custeio, mas é importante, dá para se trabalhar.

Conversamos com o SVO estadual, ligado ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP e ao Serviço Funerário do Município. Identificamos um furo ali. Recebem os corpos identificados. Do contrário vão para o IML, onde eram enterrados sem a polícia saber. Aí poderiam esconder pessoas. Logo em seguida à primeira conversa, o SVO publicou uma portaria atualizando a situação. Também se revisou a própria atuação do DHPP. Hoje o serviço é feito pelas delegacias gerais do interior. A 4ª Delegacia cuida especificamente dos casos da Capital, o que já é muito, e dá suporte com expertise, para o Estado inteiro.

Diferentemente de outras instituições, a polícia não cuidou de acumular seu saber e registrá-lo. Acredito que é só mesmo a partir do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, no dizer do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, que subiremos numa escala evolutiva. Qual é a dificuldade? No próprio campo da medicina temos a questão: isso é medicina legal ou patologia? Tal debate nem existe mais nos Estados Unidos, é tudo um ramo da patologia com as suas diferenciações. Na situação dos idosos, a gente tem que verificar junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a questão das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS), privadas e públicas. O idoso aparece sem documento. A Vara de Registros Públicos da Capital dá uma certidão e tenta localizar o registro da pessoa, necessário para acessar qualquer serviço.



Fábio Lazzari Jr/ CMSP

Maria Amélia Teles: incansável na luta pela descoberta das valas clandestinas e identificação das ossadas de mortos sob tortura

Só que muitas vezes essa pessoa pode estar desaparecida aqui no Estado ou vir de outro Estado. Há um mês e pouco apareceu a notícia de um cidadão que tirou uma idosa da casa de repouso porque a família não pagava. Largou-a no meio da estrada. No documentário *Corporation* vocês vão encontrar uma cena em que as pessoas tiram uma idosa de um hospital e a largam na frente de uma entidade de atendimento ao idoso. Aí é necessário trabalhar com os chamados leitos de retaguarda e também com o sistema de saúde, cada um com monitoramento. A fiscalização de ILPS envolve o trabalho cotidiano da Polícia Militar. Têm de ter placa visível, Casa de Repouso, Lar de Idoso. É preciso se diligenciar se todas as pessoas ali, como diz o Estatuto do Idoso, tem seus documentos, o RG. E a legislação estadual fala em documentação suficiente: o RG. Aí temos o segmento do transtorno mental, dos hospitais com leitos psiquiátricos, clínicas, casas que recebem pessoas com transtorno mental. Também essa fiscalização, em parceria, é atribuição da Secretaria de Saúde e das secretarias municipais de saúde. O mesmo para as instituições de acolhimento, antigos abrigos, mais antigos ainda os orfanatos, já com esse *know-how* da Comissão de Desaparecimento de Crianças. O registro de crianças abrigadas é bem mais controlado porque existe o controle da Justiça da Infância e Juventude.

Aí, os serviços funerários, os SVOS e o IML. Basicamente o sistema é de cruzamento de dados, de diligências efetivas, registros compilados. Sem reforma no Código de Processo Penal que especifique investigação sobre pessoas desaparecidas, o delegado controla. Em alguns casos as diligências não avançam. É preciso rever as medidas

anualmente, incorporar algo novo e ver o que pode ser feito. Enfim, o tema das pessoas desaparecidas é a desconstrução da lacuna ditatorial. Lacunas ideológicas, nas quais não se lançam luzes. Tentamos desconstruir no âmbito estadual, oxalá tivéssemos um projeto de lei federal, tudo amarrado no plano federal.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. Tem a palavra a promotora Eliana Vendramine.

A Sra. Eliana Vendramine – Cumprimento a todos que levam à frente essa história de violência e dissimulação. Vou pontuar por temas tudo o que foi abordado aqui para dizer o que está sendo realizado e o que ainda é insatisfatório. Com relação aos desaparecidos, o Ministério Público demandou que, embora sem lei federal e sem revisão da legislação estadual, se faça um acordo com a Secretaria de Segurança Pública para investigar. Demandamos uma delegacia especializada de desaparecidos e não de registro. Há numerosos indícios veementes de crime, em especial com jovens adultos negros, vítimas do tráfico de drogas e de outros crimes. E de tortura policial. Sem investigação, sem inquérito policial.

Não nos decidimos pelo inquérito civil apenas porque inexistente uma legislação e a polícia não supriria a lei federal. Foi porque descobrimos que havia investigação, mas o desaparecido, sem notícia clara de crime, levava a mero registro. Será solucionado, mas temos de dar um tempo para se acostumarem não só com a demanda, como com a seriedade do tema. É impossível que 11 investigadores dotados de *know-how* possam investigar São Paulo inteiro. Há desaparecidos em cidades com realidades e distâncias totalmente diferentes. O Delegado Geral da Secretaria de Segurança Pública tomou importante medida, descentralizar a investigação. Se eu noticio que um parente meu desapareceu em Presidente Prudente, será informada a autoridade central, mas a local investigará. Antes mandávamos tudo para a delegada especializada. Tarefa impossível e portanto mero exercício de retórica dizer para a família que se procurava.

Outro problema refere-se às notícias dadas à polícia. Seja óbito de pessoas qualificadas com morte natural no SVO, seja por morte violenta, com ou sem qualificação, todas demandam boletim de ocorrência (BO). De outro lado, se um desaparecido fosse encontrado pelo próprio Estado ou o SVO, não havia quem informasse o familiar. Caberia à autarquia da USP, que não se manifesta sequer pelo seu reitor. Uma pessoa que teve pai e sogro inumados como presumidos indigentes demandou o caso há duas semanas. Há um abaixo assinado no change.org/indigente sobre eles, com 50 mil assinaturas. Ela conseguiu uma reunião com o reitor da USP, e ele pediu desculpas – desconhecia o fato. O reitor nomeia o representante do Departamento de Patologia da USP, que nunca avisou familiar algum.

Por fim, com relação à investigação. Eu não vou falar do número mais importante ou predominante de vítimas. Durante todos esses anos, talvez devido à lógica ditatorial, a Secretaria de Segurança Pública nunca ofereceu estatística oficial sobre vítimas, desaparecidos, locais prioritários, datas, idades. Tenho certeza que os idosos representam grande número: senilidade, isolamento e às vezes a impossível identificação datiloscópica, por causa da idade. Nossa real identificação digital está sendo construída pela Secretaria de Segurança Pública.

Grave e premente é a situação dos adolescentes e jovens adultos que são pegos em meio à rua, levados em carro da polícia ou não, e ninguém dá satisfações. O Ministério Público pretende trazer estatísticas, ainda que seja um banco de dados pequeno; o Programa de Localização e Identificação será nacional até o final do ano e todos os ministérios públicos o terão. Estamos construindo um banco de dados que envolve IML, SVO, Instituto de Identificação e Saúde, além do Ministério Público, para que possamos falar a mesma língua. Teremos dados com rostos, vestimentas, marcas de corpo como tatuagens, debilidades físicas. O cidadão, ao menos o paulista, poderá servir-se do banco para procurar um desaparecido, ou os desaparecidos às avessas – os idosos, as crianças em abrigos, que não podem se comunicar e se identificar.

O SVO, que deveria estar aqui presente e não está, ainda reluta em colocar assistentes sociais para esse serviço essencial. A assistência social do Hospital da USP está junto ao SVO no mesmo prédio, usado para a mobilidade de corpos. E por que não é usado para a assistência social? Não entendo essa lógica e não a aceito, como representante da sociedade e como cidadã.

Disponibilizamos à Secretaria de Saúde uma lista de SVO's do interior, que são 20, conforme o Dr. Eduardo nos contou. Quem abrir o *site* hoje da Secretaria de Saúde, cuidado, os serviços de óbito não são aqueles. Estamos refazendo a lista para padronizá-la e também evitar indigentes não reclamados no interior. Finalmente, a ausência de consulta dos familiares aos corpos já foi indicada como talvez de interesse do SVO, porque os corpos seriam utilizados para pesquisa. Mas não cessou a investigação dentro do Ministério Público sobre os corpos e seus órgãos.

É isso o que vem acontecendo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra a Sra. Lúcia Sales, do Serviço Funerário do Município.

A Sra. Lúcia Salles – Bom dia. Cumprimento as autoridades. O Serviço Funerário é um monopólio municipal criado para cuidar dos 22 cemitérios públicos, fiscalizar os 19 privados e fazer funerais. A Constituição define que depois do atestado de óbito é preciso dar homenagem digna e destinar o corpo. Isso cabe ao município. Primeiro o atestado de óbito, por médico que tem o CRM. Depois, o Serviço Funerário. A

sociedade precisa saber se foi morte natural ou violenta, decorrente de crime. Questão de segurança pública. E quem vai lá quando morre em casa? O delegado. Precisamos saber do que morreu. Doença ou suspeita de crime. O delegado decide se vai para o IML ou se vai para o SVO.

Em todo o Brasil, os SVO's são ligados, pelo Ministério da Saúde, ao serviço de saúde. Mas o Estado de São Paulo decidiu, há muito tempo, que isso ficaria com o Departamento de Patologia da USP. O município só entra após o atestado de óbito, para destinar o corpo, depois de a sociedade estar tranquila sobre a apuração do motivo da morte da pessoa. Essa separação é fundamental.

No Estado de São Paulo, em localidades sem SVO, quem verifica é o IML. Inclusive mortes naturais. Aí falamos em banco de dados de desaparecidos. Qual é o tema da lei do deputado Hamilton Pereira? Segurança pública. Quando alguém desaparece, a sociedade precisa saber se não foi crime. Não é preciso ter no arcabouço jurídico um princípio, que no caso é a sociedade saber por que desapareceu um ente querido, e, da mesma forma, por que morreu um ente querido. O trabalho da Dra. Eliana é recente como o meu no Serviço Funerário, onde cheguei em janeiro. Logo percebi que às vezes vinha BO de desaparecido, e depois BO com seu nome, sobrenome, pais, RG. Ninguém cruzou. Foi um susto, não posso me recusar a enterrar quem tem atestado de óbito. Tenho prazo de 48 horas depois da comunicação do IML ou do SVO. O que pedi à doutora? Publicar no Diário Oficial e no meu site as pessoas que me eram encaminhadas, que chamei de não reclamados. Na semana retrasada, por esse gesto simples, uma parente encontrou uma tia.

São 220 mortos por dia em São Paulo, 7 mil por mês.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Com a palavra a ex-vereadora Tereza Cristina Lajolo.

A Sra. Tereza Cristina Lajolo – A questão de desaparecidos tratados como indigentes surgiram para mim quando fui da CPI sobre a Vala Clandestina de Perus. O cemitério Dom Bosco ficava no meio do mato. Ali verificamos que na vala havia 1 043 ossadas. Sabíamos que lá estariam seis corpos de pessoas mortas pela ditadura militar. Os companheiros mortos pela ditadura tinham o registro oficial, mas os enterraram como indigentes. E os 1043, quem são? Pensavam num crematório para queimar todos. A vala revelou um problema ainda atual. A pessoa tem identificação e está como indigente. Isso despreza nossa condição humana: morreu, morreu, está morto. Acho ótimo haver crematório porque a pessoa é cremada, a família sabe onde põe as cinzas. O estado dos cemitérios é terrível e fechamos os olhos para isso. Sabemos como funcionam as funerárias, o dinheiro que ganham. Outro dia eu soube que ofereceram para uma pessoa que, se pagasse, diria onde estava o corpo, se no SVO

ou não.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Obrigado. Tem a palavra o Padre Júlio Lancellotti.

O Sr. Padre Júlio – Quero manifestar solidariedade ao Rafael Braga, morador de rua preso, julgado hoje no Rio de Janeiro. Neste momento também deve estar terminando mais uma ação truculenta da Prefeitura de São Paulo em operação de limpeza no Parque Dom Pedro. Lembro que esta semana faz dez anos do massacre dos moradores de rua de 2004, até hoje impune. E mais: no Cemitério de Perus alguns corpos chegam em tal estado de desrespeito que são devolvidos ao IML sem identificação. Agora, o que é feito dos corpos? Presidente, não há mais fila para transplante de córnea em São Paulo. Não sou contra ajudar uma pessoa com deficiência visual a enxergar. Mas a sociedade tem de saber que às vezes a pessoa tratada como lixo fornecerá a córnea. E a córnea é gratuita? Comercializada?

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– A Comissão da Verdade, pelo projeto aprovado, tem como obrigação estudar, investigar e elucidar os crimes do regime militar, o desaparecimento, tortura, morte e o resgate da memória daqueles que perderam a vida ou ficaram com sequelas na luta pela redemocratização e em prol das liberdades políticas no Brasil. Um dos itens era a questão da vala de Perus. Não poderia ser diferente. Acompanhamos o convênio entre a Prefeitura e a Unifesp para o estudo das ossadas que ainda restam. Estamos trabalhando nesse campo. Aí, surgiu um desdobramento: a situação não era só com os perseguidos políticos, mas também com os perseguidos sociais. Embora não seja o escopo desta Comissão – alguns têm nos questionado, Vereador Covas, V.Exa. sabe disso -, não podemos nos furtar a aprofundar isso. No limite das nossas possibilidades e na medida da nossa inteligência, estamos trabalhando nessa questão e estamos investigando também; tomando pé da situação para saber o que está acontecendo. Cada vez que andamos um pouco, a cada esquina temos uma surpresa desagradável. O desentrosamento entre os órgãos dentro do Estado, entre o Estado e a Prefeitura e entre outros órgãos públicos que deveriam cuidar desse tipo de problema – que é respeitar a pessoa depois que morre ou fazer a pessoa chegar à morte de uma forma mais digna -, esse desentrosamento e a confusão que observamos são espantosos.

Nossa posição é de levantar o lençol, buscar aqueles que já trabalham há tempo com isso e aqueles que estão trabalhando nisso mais recentemente, pois são pessoas de boa intenção. Nesta Mesa há vários deles, que estão trazendo seu trabalho, sua informação, e sentimos que têm vontade de acertar; mas a morosidade é grande, e

não conseguimos ainda dar o tombo, virar a página. Estamos ainda em uma situação de difícil solução.

Nossa Comissão irá até o final. Os vereadores aqui estão extremamente interessados. Os vereadores Covas, Vespoli, Young e mesmo eu tomamos uma série de medidas que estão ao nosso alcance. Até projetos de lei foram aprovados e vetados, e estamos analisando como superar esse impasse. Então, minha intervenção é no sentido de deixar claro que não vamos fugir da raia, vamos levar isso até o fim, pois queremos ver as soluções que irão surgindo.

Precisamos acompanhar essas instituições representadas aqui e trabalhar em termos de unidade e conciliação e de pressão legítima para que aqueles que estão andando mais devagar apressem o passo e para que haja conversação entre todos, porque se trata de uma questão institucional grave. Vemos aqui um dizer: “Minha função é essa”, “Sua função é aquela”, mas o fato é que temos que ajudar a destrinchar a questão.

Já é a segunda vez que o Diretor do SVO falha em vir aqui. Não vamos deixá-lo em paz. Se ele pensa que vai fugir de nós não vindo à reunião, está enganado: vamos marcar e vamos lá. E se ele não nos receber lá, sabemos fazer as pessoas aprenderem a receber e a respeitar a autoridade legislativa do Município. Nós temos experiência de fazer isso com vários gestores em várias instâncias.

Pergunto à promotora o seguinte. Recebo muito boato, muitos rumores de tráfico de órgãos no Sistema de Verificação de Óbitos de São Paulo; venda de órgãos. Como médico, praticante da Medicina há quase 40 anos, trabalho com isso, lido com a morte, com situações difíceis de pessoas se desmanchando sobre uma cama. Pergunto à senhora: em sua atuação como promotora pública – e tudo nos faz crer que a senhora tem uma posição independente e firme de cobrar para resolver e de punir quem deve -, esses rumores têm alguma procedência? Há alguma investigação sendo feita sobre pedaços de pessoas, de órgãos sendo vendidos de forma clandestina no Serviço de Verificação de Óbitos do Município de São Paulo ou do Estado de São Paulo?

A Sra. Eliana Vendramini - Sim, essa investigação já foi demandada, junto com outras demandas que informei aqui, à Promotoria de Direitos Humanos. Demandamos com o Grupo de Combate ao Crime Organizado, que está investigando o fato, colhendo já provas documentais, que são, segundo a argumentação do órgão, as provas de que eles têm o controle devido de todos os órgãos e corpos que usaram nesse período.

Por hora, o que foi recolhido como indício ou não, não pode ser informado porque a investigação é sigilosa; mas ela é diuturna. Existe uma investigação sigilosa.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vereador Mario Covas Neto com a

palavra.

O Sr. Mario Covas Neto – Eu gostaria de fazer uma introdução. Independentemente do escopo desta comissão, acho que o trabalho de todos nós é de tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nesta cidade. Dessa forma, acredito que não só a investigação é importante, mas também contribuir para que as soluções apareçam. Se de um lado a Comissão da Verdade tem por escopo a investigação de fatos, acho que cabe a nós propormos soluções.

Nesse caso específico, quando nós, num primeiro momento, fomos ao Serviço Funerário – ainda no ano passado -, e desse encontro surgiu a ideia de se fazer aquele projeto de lei a respeito do DNA dos desaparecidos ou daqueles enterrados como indigentes, nós enveredamos por outro caminho num primeiro momento, mas, agora, estamos retomando esse tema.

Observamos uma série de coisas, e eu listei algumas delas – que me parecem ter sido ditas aqui nesta Mesa -, que são problemas. A ideia de chamar os vários órgãos que estão hoje presentes era para que um tomasse conhecimento do problema do outro para ver de que forma um poderia ajudar o outro na solução desses problemas.

Acho que vamos sair daqui enriquecidos com esses tópicos. Citei alguns: não há investigação em relação aos desaparecidos, mesmo com aqueles com suspeitas de que o desaparecimento tenha envolvido algum tipo de violência; não há cruzamento de informação entre óbitos e desaparecidos, a estatística dos desaparecidos, os locais, cidades etc; não há o acréscimo de serviço social no SVO; uma atualização do *site* da Secretaria de Saúde a respeito dos desaparecidos; especialmente o controle do uso dos corpos para pesquisa, que disso decorre outro problema que é eventualmente o tráfico de órgãos; uma melhor identificação do IML, que eu acho que está previsto no cruzamento de informações entre óbitos e desaparecidos. Além disso, já foi sugerido que se fizesse um *site* expondo todas as características dos desaparecidos de forma geral, dos anunciados na delegacia ou os que chegam para ser enterrados como indigentes. Assim os familiares poderiam identificá-los. Hoje a pessoa acha o parente pelo Google e é óbvio que o *site* seria interessante.

O SVO, apesar de ser um órgão estadual, é ligado a uma universidade e me parece que seja esse o grande problema, porque o olhar da universidade não é igual ao da Segurança Pública nem ao do resto das pessoas, e talvez se precisasse de uma integração entre os vários interessados para que não ficasse cada um tratando o assunto separadamente.

Confesso que fiquei um pouco decepcionado com o silêncio a respeito dos milhares de sacos de ossos de indigentes que encontramos em Perus, num ambiente absolutamente inadequado, em uma obra inacabada, parada por falta de verbas, com sacos sem identificação, sem a menor condição de uma família que já tenha

procurado identificar seu familiar desaparecido consiga resgatar seus ossos, porque não há como localizar nada naquele lugar.

Não se falou a respeito disso e lamento que a representante do Serviço Funerário tenha vindo aqui muito mais interessada em atribuir responsabilidades do que buscar soluções. O objetivo desta reunião é procurar soluções para as coisas e não tirar do colo aquilo que achamos que não é da nossa responsabilidade. Não estamos aqui querendo investigar por que o Tribunal de Contas rejeitou as contas do Serviço Funerário nem estamos querendo investigar por que, depois do Governo Pitta, passados tantos governos na Prefeitura, inclusive o da Marta, essa questão do convênio nunca foi abordada. E mais: também não estamos aqui para querer dizer que uma sentença de um juiz é desconsiderada porque o juiz julga usando um critério diferente do que o Serviço Funerário e a Prefeitura consideram o mais correto. Acho que essa soberba da Administração Municipal, que não admite que não é dona da verdade, continua presente. Talvez por isso os índices de impopularidade do Governo Haddad. Enquanto ele continuar nessa coisa de que sabe tudo, que sua administração faz tudo bem feito e que a população é que não consegue enxergar o quanto ela é boa, tal situação vai permanecer.

A senhora me desculpe, eu pensei que sua atuação viria no sentido colaborativo, mas a senhora veio aqui apenas para dizer que não tem nenhuma responsabilidade como superintendente do Serviço Funerário. Acho uma pena. Não sei se é pior a pessoa da SVO não ter vindo ou ter vindo alguém que não está querendo contribuir para a solução do problema.

Era o que eu tinha a dizer. Não tenho que questionar mais ninguém e não tenho mais nenhuma pergunta a fazer. Acho que todos expuseram sua ótica do problema, mas lamento que o Serviço Funerário não tenha explicado por que aqueles milhares de ossos de indigentes estão socados num subsolo do cemitério.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o vereador Toninho Vespoli, para suas considerações finais.

O Sr. Toninho Vespoli – Sr. Presidente, eu queria saudar o Eduardo Dias, que sempre esteve na região para discutir a questão dos direitos da criança e do adolescente, e a Promotora Eliana Vendramini, com quem conversei há cinco, seis meses sobre todas essas questões. Por isso não estou tão abismado com tudo, até por conta de já ter ficado abismado na conversa anterior. Saúdo a Lúcia Salles; o Padre Júlio, que sempre é uma luz no fim do túnel para aqueles que tentam procurar uma sociedade bem mais humana, e a Tereza Lajolo, uma guerreira que com certeza faz muita falta nesta Casa. Saúdo ainda os nobres colegas, principalmente o vereador Natalini, cuja presidência da Comissão da Verdade muito nos orgulha pela postura ao afirmar que vai investigar até o fim essas questões e estará ao lado das pessoas que já

batalham.

Apesar de a Comissão da Verdade investigar um espaço temporal específico, a época da ditadura, ela é muito importante, pois o *modus operandi* da Polícia na cidade e no Estado de São Paulo é o mesmo. Na minha região, a de Sapopemba, há testemunhas e provas de que jovens foram mortos pela Polícia Militar. Isso para mim é assassinato. Tudo isso decorre de um modo de formação da Polícia, que vive em permanente estado de guerra: o policial já olha o cidadão como um inimigo, não como cidadão, e por isso tem que enfrentá-lo. A sociedade, então, passa a ser sua inimiga.

Estou falando em relação não só a esse caso. É só abrirmos os jornais para vermos todos os dias o abuso da Polícia Militar no Estado de São Paulo. Isso é notório. Se há tanto abuso assim, não é possível pensar que não tenha um erro de lógica da corporação, porque não é um caso isolado. Então, a Secretaria de Estado tem que tomar providências. Não é possível admitirmos isso.

Outra questão importante: o pessoal em situação de rua, a curto prazo, não tem esperança. Digo isso porque aqui nesta Casa, no ano passado, colocamos verba no orçamento para políticas públicas em pessoal de situação de rua, porém não foi aprovada. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no final do primeiro semestre, também colocamos verbas, que foram retiradas de operações urbanas. No ano passado, tiramos essas verbas da reforma do Autódromo de Interlagos. O problema é que o interesse do capital vê a lógica do lucro, não o ser humano. Portanto, se não houver dinheiro, realmente, para investimento em políticas públicas nessa área, veremos isso se repetir nesta cidade. Infelizmente não há política pública, não há vontade política para resolvermos a situação e, para mim, isso é muito evidente.

Quanto a algumas questões aqui na Casa, muito bem colocadas, digo que é muito difícil solucioná-las, porque as nossas instituições infelizmente estão muito viciadas. É só irmos a uma Delegacia a fim de fazer um B.O. para ver como nos tratarão! É só virmos aqui na Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, e elaborarmos uma lei, de minha autoria, para a divulgação de pessoas desaparecidas na grande mídia, porque isso também é de responsabilidade da Prefeitura. Entretanto, o meu projeto de lei foi vetado, sob a desculpa de inconstitucionalidade. Não entendo como uma lei desse porte possa ser inconstitucional. Entretanto, nesta Casa, passa projeto de lei para instituir Secretaria, apesar de ser vetado pela LOM (Lei Orgânica do Município).

Enfim, é muito difícil mudar determinadas práticas, porque as pessoas envolvidas nessas instituições representam interesses de classes sociais. Não tenho dúvidas de que a grande parte dos desaparecimentos está ligada à prostituição de mulheres e ao tráfico de órgãos.

Agora farei uma pergunta ao Sr. Eduardo Dias. É notória, nos meios de

comunicação, a questão do tráfico humano para a prostituição de mulheres. Há algum problema mais específico, da Secretaria, quanto a esse assunto?

Outra questão. Quando o senhor diz que há fiscais que verificam a situação dos abrigos e asilos, digo ao senhor, e isso no Município de São Paulo, verifica-se que em uma única região que abarca quase quatro milhões de pessoas, às vezes, só tem seis fiscais! Quer dizer, não se fiscaliza nada. O Estado tem fiscais suficientes para visitar esses asilos?

Outra. Quanto ao tráfico de órgãos, isso é notório. É só conversar com várias pessoas da área da Saúde e se verificará que o tráfico de órgãos, apesar de ser tratado meio que “por debaixo dos panos”, é recorrente. Então, o que a Secretaria de Estado está fazendo para inibir esse tipo de prática?

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Pergunto aos representantes da Prefeitura e à Promotora, se querem fazer considerações finais, ou se posso encaminhar.

A Sra. Lúcia Salles – Como fui citada, terei que responder.

Muito bem. A questão da morte envolve uma mística interessantíssima! Sou gestora pública há 27 anos. Sou funcionária concursada da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, mas já fui concursada do Judiciário e também já trabalhei no Executivo do Estado. Sou agrônoma e advogada.

Já tive oportunidade de colocar serviço meio desmantelado em pé e, por isso, aceitei o desafio de pegar o Serviço Funerário, desde janeiro. Encontrei um passivo difícil! Todos sabem que o Serviço Funerário não é fácil.

Interessante é que a mística da morte me levou – e eu estou sendo absolutamente sincera – a muitas reflexões, que faço em conjunto. São Paulo tem 220 mortos por dia; seis mil, sete mil por mês. Portanto, por ano mais de 70 mil mortos. Ninguém pensa nisso, são 70 mil mortos por ano!

Tenho formação católica. Estudei em colégio de freiras. O que não pensamos: “Gente, aonde é enterrado todo esse povo?!” Setenta mil pessoas por ano é muito! Quais cidades do Brasil têm 70 mil habitantes?

Então, o Cemitério do Araçá tem 48 mil túmulos: uma média de 11 pessoas enterradas e exumadas por túmulo. Então, já são 500 mil pessoas lá. Quais cidades têm 500 mil habitantes?

Não pensamos nisso tudo e não percebemos que é necessário um espaço para enterrarmos essas pessoas. Não refletimos sobre isso, porque o brasileiro, em especial, não fala sobre a morte.

Vamos fazer um seminário a respeito e o José de Sousa Martins já fez um seminário muito interessante, em 1984, sobre a questão da morte e os mortos; para a gente

voltar a falar de alguma coisa que faz parte da vida e que a morte se torne uma coisa natural e de boa lembrança.

Muito bem. Como é que se faz isso nos túmulos? Quem tem túmulo na cidade de São Paulo? Eu sou paulistana e toda a minha família tem túmulos nos quatro cantos da cidade de São Paulo. Como a gente faz? Quando, infelizmente, faleceu alguém, a gente discute quem vai exumar. Faz-se a exumação, vai a um saco e fica na própria capela.

Como é feito no resto da Cidade? Para quem tem túmulo, o cemitério já é parque jardim desde 76. Então, faz-se o túmulo debaixo da terra com seis a oito gavetas. Alguém que é mais velho já sabe disso, mas ninguém conversa a respeito.

Nos parques jardins ou o túmulo está debaixo da terra ou é carneira, quer dizer, é em terra mesmo. Daí a três anos exuma, coloca num saco, cava, põe mais para baixo para dar lugar a outro familiar. É assim porque senão o mundo seria um grande cemitério.

Mais importante, a natureza dá conta. Em uma cidade de 500 mil habitantes de mortos no Araçá, não há nenhuma notícia de contaminação, de pestes, nada disso porque a natureza dá conta. Como tenho formação católica, sei que a alma está em bom lugar. O que fica – e isso é duro para a gente saber – é que somos animais. Do pó, ao pó voltaremos. Como agrônoma, tenho esse lado muito claro. Que bom que viramos adubo. Que bom!

Por que temos tanta dificuldade de entendermos que somos animais? Vamos para a natureza, graças a Deus. No começo fica um período de piada pronta, depois vai a reflexões muito sérias e profundas.

Vamos às ossadas que eu encontrei, porque ninguém resolveu nos últimos anos. Sou uma pessoa extremamente calma e humilde, porém, encontrei uma situação e nisso eu tenho orgulho de dizer: “vou consertar e vou pôr de pé”.

Dra. Eliana, a senhora está pondo de pé um assunto. Meus parabéns. Por quê? Porque a mulher tem um olhar em leque que o homem não tem, por isso sabemos que a gente é que constrói os tecidos sociais. Eu tenho um olhar em leque. Não sei por que até hoje não tinha havido uma mulher superintendente do Serviço Funerário.

Eu herdei. Desde 2003, existem ossos ali depositados. Tem cemitério que é desde 1998, 1997 que eles põem no ossuário e ficam a construir novos ossuários ao invés de resolver a questão com a corregedoria da Justiça, que autoriza a cremação dos ossos.

Não é a minha postura, ao contrário. Eu estou falando com o Corregedor do Tribunal de Justiça porque ele pede – a portaria é dele – que o ossuário esteja lotado para daí autorizar a cremação.

Número um, quero deixar claro, no ossuário só tem ossadas de lugares em que o

familiar acompanhou o enterro. Quando acompanhou o enterro, dali a três anos, na exumação, ele sabe que deverá estar presente. Veja que nós enterramos todos, não é só quem tem túmulo. Todos, inclusive 15% dos enterros são gratuitos.

O Estado é amparador e por isso é um serviço social. O corpo não pode virar mercadoria, como querem alguns. Essa é uma parte do bem-estar social e por isso fui convidada a um desafio que eu poderia não aceitar. Sou funcionária efetiva da Assembleia. Eu aceitei porque eu vou pôr de pé.

O que aconteceu ali? Eu encontrei aquilo e fui ver com o corregedor se é possível cremar. Primeiro, é para deixar claro que ali só tem ossos de familiares que não acompanharam a exumação, talvez porque muita gente crê que a alma está em bom lugar e que aquilo não é mais preciso acompanhar... Só que a lei, de forma burra, não permite que aquele osso possa ser destinado à cremação. Então, vai a um ossuário identificado esperando que a família, por lei são três anos, fique aguardando até o ossuário lotar para o Tribunal de Justiça permitir a cremação.

As identificações são de 2003 e eram feitas em papel. As baratas devem adorar. Eu sou agrônoma e para mim isso não é o fim do mundo, mas estou enfrentando o problema que outros não enfrentaram. Eu vou enfrentar esse problema e não é construindo mais ossuários – que é o que os anteriores faziam. Se estou falando que são 70 mil pessoas, vamos dizer que 20% vá ao ossuário. Vai entupir em um ano. Qual a capacidade do ossuário?

Então, eu herdei o problema e estou enfrentado. Não vou mexer naquilo sem tirar tudo antes dali. Estou com uma força tarefa programada e será acompanhada pela Controladoria Geral do Município e vamos limpar, como mulher que sou, o que os homens não limparam todos esses anos.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Não havendo mais nada a tratar. Estão encerrados nossos trabalhos.

Indigente é gente

Ofício nº 5980/2014 - 26º GV

São Paulo, 13 de novembro de 2014

Excelentíssimo Senhor Governador,

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, surpreendeu-se ao descobrir que, no rastro da vala clandestina encontrada no ano de 1990, no Cemitério de Perus, na Zona Norte de São Paulo, com restos mortais de presos políticos desaparecidos na década de 1970, ainda há, nos dias atuais, sepultamentos de seres humanos, devidamente identificados, como desconhecidos ou indigentes.

Inumações com essas características ocorrem cotidianamente em São Paulo, sob a justificativa de que parentes e familiares não reclamam os corpos de seus mortos. Essa realidade, para a qual a

Promotora Eliana Vendramini, do Ministério Público de São Paulo, vem nos alertando, causa muita preocupação.

Nesse sentido, entendemos como de suma importância que os trabalhos conduzidos pelo Ministério Público para solucionar o problema, em conjunto, entre outros órgãos, com o IML (Instituto Médico Legal) e o SVO (Serviço de Verificação de Óbitos, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), caminhem em bons termos.

Vimos, por meio deste, alertar Vossa Excelência sobre a necessidade de ações intergovernamentais e efetivas, capazes de garantir, de uma vez por todas, a notificação a parentes e familiares de todos os mortos em São Paulo e, na impossibilidade de fazê-lo, a segurança de que serão tomadas as providências que assegurem o recolhimento de fotografias, impressões digitais e material genético dos corpos inumados em São Paulo, para eventuais identificações futuras.

Certos de que os diversos órgãos estaduais e municipais atuarão em cooperação, em prol da humanização dos serviços de sepultamento, o que inclui atenção especial às pessoas em situação de rua que perdem as vidas em vias públicas e acabam enterradas como indigentes, aproveitamos para solicitar a Vossa Excelência providências que impeçam eventuais abusos e irregularidades na manipulação de tecidos e órgãos em restos mortais de pessoas tidas como desconhecidas.

Atenciosamente,

Gilberto Natalini

Presidente

Juliana Cardoso

Vice-Presidente

Mario Covas Neto

Relator

Toninho Vespoli

Rubens Calvo

Laércio Benko

Ricardo Young

C.c: Exmo. Sr. Fernando Haddad – Prefeito de São Paulo

Exmo. Sr. Fernando Grella – Secretário de Segurança Pública

Exmo. Sr. Rogério Sotilli - Secretária Estadual de Justiça, Secretário Municipal de Direitos Humanos

Exma. Sra. Promotora Eliana Vendramini – Coordenadora do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID)

Ilmo. Sr. Ivan Dieb Miziara – Diretor do Inst. Médico Legal – (IML)

Ilmo. Sr. Prof. Luiz Fernando Ferraz da Silva – Diretor do SVO – USP

Abre-se a vala

Em 1990, segundo ano da gestão de Luiza Erundina como prefeita, o Sr. Rui Barbosa Alencar, atual supervisor-geral da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, era responsável pelo Serviço Funerário do Município e recebeu a visita de Susana Keniger Lisbôa, mulher de fibra já inscrita na história brasileira. Disse-lhe ela que soubera de uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, em Perus, e queria fazer uma vistoria. Barbosa Alencar tentou antes informar-se com funcionários, mas ouviu que nunca souberam de algo semelhante.

No dia 11 de junho de 2013, o Sr. Rui Barbosa Alencar veio prestar o seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Contou que Susana chegou na data marcada acompanhada pelo jornalista Caco Barcellos. No cemitério, uma surpresa: jornalistas estavam presentes, incluindo correspondentes estrangeiros.

6 eixos

No dia 14 de maio de 2013, o procurador-geral da Câmara Municipal, Paulo Augusto Baccarin, resumiu os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog na legislatura passada, presidida pelo vereador Ítalo Cardoso. A ex-vereadora Tereza Lajolo supervisionou os trabalhos. O resumo de Baccarin, que assessorou a Comissão:

“Partiu-se de três premissas. Uma, que não se analisaria supostos crimes dos resistentes, pois à época houve inquéritos. Outra, que não foi uma guerra entre equivalentes. Mas um golpe, poder ilegítimo e resistência. A terceira: não há justificativa, nunca, para tortura.

E por que esclarecer crimes cometidos há tanto tempo, já prescritos? Resposta: a ritualização da morte, desde os primórdios, foi um dos fatores a nos tornar humanos. Impedir o luto viola a condição humana e retira-se o direito da pessoa à memória e à História.

Estabeleceu-se a continuidade entre as três comissões da Câmara: as duas comissões da verdade, a da legislatura passada e esta, e a CPI da Vala de Perus, que a vereadora Tereza Lajolo presidiu, instalada em outubro de 1990, um mês depois de sua descoberta no cemitério Dom Bosco. Entendeu-se que a violência e a impunidade geraram uma cultura da violência que ainda está aqui. O que nos levou à iniciativa de criar a memória geográfica da cidade, nos locais de resistência e de tortura.

A comissão, portanto, abordou seis temas: ouvir torturados, ouvir torturadores, claramente apontar torturadores, ouvir historiadores, identificar fisicamente locais históricos e ligar a cultura da violência de então à atualidade.”

“Eu achava que era uma visita de exploração porque os familiares não recebiam informações do Serviço Funerário. Mas sabiam muito além. Com a imprensa presente, e a confirmação da existência da vala, tive de tomar uma decisão. Eu não tinha ido lá com esse objetivo. Pretendia averiguar. Mas mandei abrir.”

Barbosa comunicou à prefeita o que sucedia, e Luiza Erundina imediatamente

seguiu para lá.

“Aberta a vala, vimos uma infinidade de sacos plásticos azuis. Contaram-se tempos depois cerca de 1 049 adultos sem identificação e três desaparecidos políticos. Mas há suspeita de outros, até hoje não localizados.

Quais os dois fatos que considere estranhos? Não é praxe exumar e esconder corpos em outro lugar. Vencido o prazo, publica-se um chamado às famílias para que destinem os restos mortais ao ossuário, à disposição mediante aluguel. Depois faz-se a exumação geral, que os funcionários chamavam de limpeza de quadra ou de vala, e colocam-se os restos no ossuário geral. No caso de Perus, não. Além disso, uma coincidência: o cemitério foi inaugurado em 1971 e a lei reduziu o prazo da exumação de cinco a três anos, porque os cemitérios se esgotavam. O período mais curto permite o rodízio dos terrenos. Quanto ao crematório, o processo de abertura política levou à decisão de deixar as coisas como estavam.”

Depoimento de Rui Barbosa Alencar

(resumo)

A abertura da vala de Perus impactou a mídia e a cidade de São Paulo. Emergiram questões submersas pela censura, que prevaleciam mesmo depois da Constituição de 1988.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado por sua presença aqui. Pergunto logo, Sr. Rui. Nas sepulturas havia identificação?

O Sr. Rui Barbosa Alencar – O sepultamento é feito por ordem de sepultura. Numeração. No livro de registro coloca-se a placa de identificação de cada sepultura.

P – Quer dizer, a grande maioria era identificada. Depois levou-se à vala e misturou-se tudo?

R – É o que consta. Segundo os funcionários, um padrão em todos os cemitérios.

P – Aí fizeram um convênio com a UNICAMP para identificação. O que foi feito?

R – Uma equipe grande do IML da UNICAMP, chefiada pelo legista Badan Palhares, separou os adultos e fizeram exames periciais.

P – Qual a metodologia?

R – Não conheço. Mas sei que mediram de crânios, os reconstituíram, compararam com fotos. Identificaram três desaparecidos. O convênio acabou com o término do governo Erundina, em 1992, mas já antes a equipe chegara ao limite. Não sei se na época havia tecnologia para avançar. Os ossos acabaram no columbário do Araçá, se não me engano, à espera de nova investigação.

P – É possível que houvesse mais restos de desaparecidos?

R – Sim, pode ter muito mais. Acho que não é suspeita sem fundamento. Em Vila

Formosa também. No cemitério de Santo Amaro teriam se encontrado desaparecidos com identificação. Recentemente ouvi falar de Parelheiros. Os cemitérios mais distantes de São Paulo eram os de Parelheiros e o de Perus, este na divisa do município de Caieiras, ambos de quadra geral, como o de Vila Formosa.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. Abro a palavra aos colegas e ao deputado Adriano Diogo, muito bem-vindo à CMVVH.

O Sr. Adriano Diogo – Quando o Rui Barbosa assumiu, o passivo do serviço funerário era enorme. Eu tinha um amigo, o Dentinho, que trabalhava com a mãe em cadeira de rodas, na floricultura deles, na frente do cemitério. O Dentinho denunciou ao jornal *Folha da Tarde* a corrupção no comércio de flores. Assassinaram. A mãe, velhinha, morreu logo depois.

O Sr. Rui Barbosa Alencar – De fato, a situação do serviço funerário era caótica. Uma dívida enorme, descontrole e reclamações. Não havia regulamentação para floriculturas. E os comerciantes disputavam entre si. É um jogo perverso porque num momento de elevada fragilidade familiar, o pessoal age como ave de rapina. E o Dentinho a denunciar intermediários. O serviço funerário tinha, e ainda tem fama de que por ali passa corrupção pesada.

Nosso governo procurou combatê-la. Sem a pretensão de dizer que a extinguimos. Reduzimos os custos em 51%. Trabalhavam no serviço pessoas que cumpriam pena em liberdade, pois antes de 1988 a legislação permitia a admissão de pessoas sem concurso. Ninguém mexia com alguns, protegidos de vereadores. Desarmeii pessoalmente funcionários armados. Clima convulsivo.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – O senhor disse que o convênio acabou e não foi renovado.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Poderíamos buscar recursos dentro do orçamento do Município.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. Tem a palavra Adriano Diogo.

O Sr. Adriano Diogo – Houve pressão contra as investigações? Em outros cemitérios?

R – Não sobre mim. Os funcionários que participavam dos traslados do IML ficaram alvoroçados, pois temiam uma caça às bruxas. Havia notícia de que algumas figuras públicas de hoje trabalharam no serviço funerário, sem registro, para a logística de transporte do IML.

O Sr. Adriano Diogo – Qual era o clima na época? Denunciou-se que, no IML, Harry Shibata e outro legista retiravam dos cadáveres as hipófises e as vendiam. Dois delegados, com a responsabilidade pelos corpos, acobertavam. Funerárias ilegais comerciavam cadáveres. Quanto ao crematório de Perus, serviria para desaparecer

com todos: vítimas do esquadrão, da meningite e presos políticos. Toda essa máquina de guerra ligada ao Tumão (*delegado Romeu Tuma*). Um vereador daqui mandou no serviço funerário por mais de 20 anos. Brasil Vita, ligado a Paulo Maluf. Vou terminar com um agradecimento ao Rui, ele enfrentou a venda de cadáveres na porta do IML, enfrentou as máfias, briga duríssima.

O Sr. Emílio Ivo Ulrich – Faço uma homenagem aqui ao meu querido amigo, militante que me trouxe a São Paulo: Luiz Eurico Lisbôa. Minha mãe, Nadia Ulrich, acolheu-o em Porto Alegre. Tratava-o como filho. Luiz Eurico, um líder contra a ditadura!

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado ao Sr. Rui Barbosa Alencar por sua colaboração. Agradecemos pelo seu tempo. Obrigado a todos, Está encerrada a sessão.

A porta vai e vem

A relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito da Vala de Perus, então vereadora Tereza Lajolo, notou alguns fatos durante a CPI:

“O cemitério era reivindicação da Sociedade Amigos de Perus, pois o de Caieiras estava lotado. A planta previa a construção de um crematório, com construção pela firma Dawson&Mason, no bairro de Perus, depois em Vila Nova Cachoeirinha (*zona norte de São Paulo*). É de 1969.

O processo, de número 223 0362, registra o pedido de tramitação urgente, injustificado, e inclui uma carta da firma D&M, estranhando o projeto do prédio. Considerou-o inadequado para o acompanhamento dos familiares, e igualmente inadequado o acesso ao forno, que seria por duas portas vai e vem, aberta todos os dias, o dia inteiro.

O cemitério de Perus, inaugurado em 1971 na gestão Paulo Maluf (*sem crematório*), passou a acolher corpos de indigentes vindos do IML e da Faculdade de Medicina (*enterrados em vala comum*). Mortes violentas pela miséria, fome, criminalidade social, de vítimas do esquadrão da morte e de pessoas reprimidas pela ditadura. O crematório foi para Vila Alpina.”

Muito pequena, com peso de 0,5 a 1 grama, a hipófise tem importância colossal: regula o funcionamento de todas as outras glândulas. Fica na base do crânio.

Helena Pereira dos Santos (1919-1996) foi presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Seu filho mais velho, Miguel, com 19 anos abandonou o curso na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP), e participou da guerrilha do Araguaia, onde morreu.

Vala comum é a cova onde se enterram cadáveres não identificados. Em princípio, seis presos políticos ainda estariam enterrados ali: Denis Antonio Casemiro, Dimas Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr e Grenaldo de Jesus Silva. A exumação mostrou indícios de outros desaparecidos políticos.

O corpo de Joaquim Alencar de Seixas foi localizado por uma tia de Ivan Axelrud Seixas. Ela conseguiu o atestado de óbito do sepultamento.

No IML Caco Barcellos encontrou a letra T, de terrorista, em alguns laudos de morte.

Enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, alterados os dados pessoais. Tinha 28 anos.

Dados corretos constavam do atestado de óbito. A ossada foi localizada a partir das investigações sobre a vala. No dia 13 de agosto de 1991, seus restos mortais e os de Antonio Carlos Bicalho Lana e

Sonia Maria de Moraes Angel Jones, exumados do mesmo cemitério, foram trasladados. Houve ato na Catedral da Sé. Dênis foi velado na Câmara Municipal de Votuporanga, com missa de corpo presente na igreja matriz. Informações: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Catarinense, 24 anos, estudante universitário da UFRJ, assassinado em 1972. Pertencia à MOLIPO, Movimento de Libertação Popular. Cisão da ALN, dava prioridade à luta armada: guerrilha urbana e coluna guerrilheira no campo. Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*, obra citada. Páginas 202-203. Carioca, 24anos, estudante da UFRJ. Militou na ALN e no MOLIPO.

Antônio Carlos Bicalha Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, ambos da ALN. Presos em novembro de 1973. Enterrados como indigentes na vala do cemitério Dom Bosco. O martírio de Sônia, horripilante: além das torturas de praxe teve os seios arrancados a alicate e foi estuprada com um cacete. Shibata assinou o laudo - Sônia morreu num tiroteio dia 30 de novembro de 1973, em Santo Amaro.



Foto: Fábio Lazzari Jr./CMSP

MENINOS SECUNDARISTAS

Carlos Eugênio Paz, conhecido como Carlos Clemente, relata a sua participação de militante da ALN em justiçamentos. E lembra do jazz no exílio

CAPÍTULO XVI

O peso dos olhares

“Fomos capazes, nós, sobreviventes, de compreender e fazer compreender a nossa experiência?”

Primo Levi (1919-1987), químico e escritor italiano.

Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho Paz ficou bem contente naquele 1º de abril de 1964. Tinha 13 anos e as escolas fecharam: feriado no meio da semana, uma quarta-feira. Percebeu que algo de grave acontecera porque seus pais agora discutiam, preocupados, o golpe militar. Casal peculiar: o pai, integralista, colocara um busto de Plínio Salgado no bufê; a mãe, simpatizante dos comunistas, pendurara perto o retrato de Luís Carlos Prestes. Em eventos políticos, um acompanhava o outro. Tiveram quatro filhos. Moravam em Laranjeiras, bairro de classe média e alta do Rio (*zona sul da cidade*).

Anos depois, já separada do marido, a mãe tornou-se a militante Juana da ALN. Presa e torturada para dizer onde se encontrava o filho, sequer contou que ele saíra do país. Anos depois, Carlos Eugênio perguntou-lhe por que nem isso falara, e ela retorquiu: “Eu era sua companheira de militância e sua mãe.”

A política rondava Carlos Eugênio também na casa de um grande amigo: uma pequena maleta perto da porta de entrada garantia ao pai conforto mínimo se fosse preso. Impressionou-se e perguntou: “O senhor já foi preso?” A resposta veio com simplicidade: “Sim, várias vezes.”

Mas Eugênio gostava mesmo de futebol, flamenguista roxo. Daí veio o apelido. O Flamengo apanhou do Bangu por 3 a 0 em 1965, e um amigo apelidou-lhe o Clemente, nome do zagueiro do Bangu. Pura provocação.

A política pegou-o de jeito quando leu o livro de Carlos Marighella *Por que resisti à prisão*²⁴². Falou com a mãe, cética sobre resistências. Ela admitiu que com Marighella era diferente. Eugênio decidiu: “Estou com esse cara.”

Encontro com o líder

Por intermédio de dois colegas de colégio e grandes amigos, Alex de Paula Xavier Pereira e Iuri Xavier **Pereira**²⁴³, encontrou Marighella.

“Apaixonei-me por ele, pelo que pregava. Momento de passar à ação, parar de fugir, e de crer que a ditadura cairia de podre.”

Sobre os anos de clandestinidade, afirma que lhe foram ensolarados, porque nunca obedeceu a nenhuma ordem da ditadura. E, se estavam morrendo, morriam pela

liberdade. A propósito, lembre-se o poema *Liberdade*, de Carlos Marighella, escrito na prisão em 1939, cujos últimos versos repetem: *E que eu por ti, se torturado for,/ possa feliz, indiferente à dor,/ morrer sorrindo a murmurar teu nome*²⁴⁴.

Depoimento de Carlos Eugênio Paz

(resumo)

O famoso e perseguido Comandante Clemente, codinome do alagoano-carioca Carlos Eugênio Paz, veio à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog no dia 22 de outubro de 2013. Tinha 63 anos.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Inicialmente agradeço a sua presença. A nossa comissão procura apurar os fatos. A ideia é esclarecer momentos obscuros de nossa história. Por favor, fique à vontade. Como o senhor analisa a sua sobrevivência durante a ditadura militar?

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Permito-me usar a memória. Desde a clandestinidade mantenho o hábito de nada anotar. Sobrevivi graças aos companheiros e companheiras que não disseram onde eu estava, embora torturados de forma atroz. Nas celas do DOI-CODI, do DOPS, na Casa da Morte em Petrópolis. Fui poupado por eles. Saí do Brasil em janeiro de 1973, passei por Cuba e vivi oito anos exilado em Paris. Ganhei a vida tocando jazz.

P – Qual a sua convivência com Carlos Marighella?

R – Quando o conheci, ele disse: o ano é de preparação, ainda não é hora de partir para a luta armada. Respondi: estou dentro, conte comigo. Iria fundar a ALN. Éramos os meninos de Marighella, eu tinha 17 anos, todos secundaristas. Nossa convivência durou de 1966 até o dia 31 de outubro de 1969. Foi de muita camaradagem – ele era extrovertido, gostava de caipirinha no bar, de ver o pessoal jogando pelada. Tinha extremo apreço pela democracia e respeitava o outro. Foi contra o sequestro do americano mas disse que, se insistíamos, quem sabe tínhamos razão?

Eu estava então no Exército, no Forte de Copacabana, porque Marighella quis que me alistasse para fazer um curso antiguerilha. Recebi até medalha. Depois que ele morreu, em novembro, desertei do Exército e vim para São Paulo, que é melhor para se esconder, pois cada bairro faz fronteira com vários bairros. No Rio, fronteira é mar ou montanha.

P – E a emboscada que Fleury armou para matar Marighella?

R – Arrancaram de dois companheiros, com torturas, o ponto de encontro e a senha para marcar encontros por telefone. Quando Marighella chegou havia dois companheiros no carro.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – A partir de 1970 a ALN passou por uma

reestruturação. Muitos foram presos e torturados.

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Toda a coordenação da ALN, montada por Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, foi assassinada e desapareceu. Paulo de Tarso Celestino, Luiz José da Cunha, Hércio Pereira Fortes, Aldo de Sá Brito²⁴⁵. E soubemos que havia uma determinação de não deixar ninguém mais da ALN escapar vivo.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – O senhor pode nos esclarecer sobre o MOLIPO?

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Constituído de 28 companheiros da ALN, que treinavam guerrilha em Cuba. Queriam voltar e dizíamos ainda não, vocês não sabem como está aqui. A ALN mandou os primeiros em 1967 e devíamos ter parado. Porque o Brasil e a repressão, a partir de 1968, eram outros. Eles vieram o Brasil com lentes ultrapassadas. Chegavam e iam procurar gente presa, as famílias. A média de vida desses companheiros era de sete a oito meses depois de voltarem. Debates com eles, mas quando viram que a ALN não aceitaria mudança de rumo, criaram o MOLIPO. A ALN continuava na linha de acumular dinheiro e armas suficientes para iniciar a guerrilha no campo.

P – Sobre Henning Albert Boilesen. O senhor dirigiu a ação. O **justiçamento**²⁴⁶ deu-se por ele ser empresário ou porque financiava repressão e tortura?

R - Tudo isso, sim. E mais: ele não dava apenas assistência. Participava da tortura de forma concreta. E coordenava a caixinha. Num caso rasgou o cheque e disse para fazer outro, com o dobro da quantia. Peço que vejam o documentário Cidadão Boilesen, de Chaim Litewski. Tem na internet, no site www.rededemocratica.org. Vê-se *on-line*. No site tem filmes que mostram o Delfim falando. Depois passavam a bandeja. Acho que os militares tinham interesse político em fazer os empresários participarem. Mais por comprometimento ideológico do que necessidade do cheque do José Papa Júnior, e sei lá de quem.

O Sr. Carlos Russo Júnior – Houve também o delegado Otávio, da equipe que me torturou. Dei o depoimento à Comissão Nacional da Verdade.

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Octávio Gonçalves Moreira Júnior. Em 1973 a ALN também o justçou. Em Copacabana. Por tudo o que ele fez de **mal**²⁴⁷.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – O senhor foi uma das cinco pessoas que recebeu pena de morte, além de condenado a 124 anos de prisão. Qual a sua sensação a respeito?

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Eu me preocupava com a pena informal, aquela em que ameaçavam fazer picadinho de mim. Palavreado ouvido na cadeia. Como eu não caía, aumentava o ódio deles. E o meu, que eu alimentava. Pelas 5 da manhã havia um programa de rádio que começava dizendo: “Acoooooorda, Zé Povinho, que o

presidente já está construindo o Brasil. Vai trabalhar, vagabundo!” Guerrilheiro também acorda cedo. E minha companheira, Ana Maria **Nacinovic**²⁴⁸, ficava danada. Muito cedo, ela reclamava. Eu dizia que era para exercitar o meu ódio de classe. Dava vontade de sair, tomar café, feliz da vida com as minhas pistolas na cinta, o revólver atrás, a metralhadora na bolsa. Coitada da repressão que aparecesse na minha frente. Certa manhã, a Ana Maria desligou o rádio e eu disse que, se caísse, seria por causa dela, pois não estava com o meu ódio afilado, sempre alerta.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Um dos integrantes da Coordenação Nacional da ALN, Márcio Leite de Toledo, foi executado. O senhor atuou na execução? Cogitou-se de algum tipo de pena que não fosse a morte?

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Em meu primeiro livro, *Viagem à Luta Armada*²⁴⁹, escrito em 1996, conto a ação em detalhes. A coordenação da ALN decidiu justicá-lo, como medida de defesa da organização. Coube-me a tarefa.

P – Por que ele foi considerado um perigo para a organização?

R – Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, foi preso em um ponto e morreu, dizem que de infarto, mas Fleury o torturou. Precisávamos avisar a todos, desmobilizar o que estivesse em risco. Muita gente. Mas o Márcio sumiu, achamos que desapareceram com ele. Estávamos em risco. Ana Maria e eu abandonamos o aparelho onde morávamos e sumimos: fomos dormir em Aparecida do Norte por dois dias, depois tomamos o trem até Bauru. Dormimos na estação à espera do trem para voltar a São Paulo e arrumar outro aparelho.

Quarenta dias depois Márcio reapareceu. Achara melhor se preservar. Bem, tiramos da coordenação. Como sabia usar uma arma imprescindível para dar cobertura aos companheiros, a metralhadora, passou com essa responsabilidade a um grupo de fogo. Duas vezes falhou. Falei com ele: a coordenação concluiu que você é um perigo ambulante para a ALN. Oferecemos a você sair do Brasil. Pode escolher entre Chile, Cuba, França e Itália, onde temos apoio. Não queria, recusou. Então a ALN decidiu pelo justicamento. Foi tudo aberto, inclusive teve panfleto no local.

P – Em entrevista ao Globo News o senhor disse que não se tratou de ato glorioso.

R – Nunca é.

P – Ao programa *Fantástico* o senhor disse que foi um erro.

R – Nunca disse isso. Dei três horas e meia de entrevista, editaram, sobraram 20 segundos, se tanto. Isso foi recortado. O que eu disse: se pensarem com a cabeça de hoje sobre o que aconteceu há 40 anos, no meio de uma guerra onde éramos caçados nas ruas, vão considerar erro. Mas é luta armada, é guerra. Nós não torturamos ninguém, na covardia.

Carrego dores para o resto da vida. Carrego olhares. As mortes que carregamos são as

dores do combatente. Mas, atenção: não me arrependerei jamais. Minha mãe, minha irmã torturadas, a Ana assassinada. O Alex e o Iuri assassinados, a Isis Dias de Oliveira, o Marighella. E o Toledo, entregue pelo famigerado José da Silva Tavares. Grande, a minha lista.

O Tavares, de apelido Severino, fora preso no Pará. Estávamos, um dia, Toledo, Iuri e eu numa padaria na rua Pedro de Toledo, para tomar café e fazer hora para um encontro. De repente o Toledo chama alguém e diz: é o Severino. Eu estava com as costas na parede e vi o cara. Peguei a minha Colt .45, a rainha das pistolas, e deixei embaixo do casaco. E disse vamos embora, vamos já embora daqui. Esse cara esteve preso, vamos embora. Paguei os cafés, saímos e entramos no carro. Iuri do meu lado, Toledo atrás com o Severino, que contou ter tentado se enforcar com um cinto e o mandaram ao hospital. Mostrou a marca. Era maquilagem! Eu olhando o cara pelo retrovisor, tentava olhar no olho, ele nada de olhar. Sem olho no olho coloquei a pistola embaixo da perna esquerda que é a maneira de tirar mais depressa. Ficava vendo se não nos seguiam. E pensava: cara mais esquisito.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Eu não o deixaria entrar no carro. Por que deixou?

O Sr. Carlos Eugênio Paz – Porque no carro eu tinha potência de fogo e ele estava só. E o Iuri, enorme, corpulento, estava ao meu lado. Pesava mais de 100 quilos de tanto comer macarrão com sardinha ou salsicha, que era a nossa comida. Não se gastava dinheiro da organização! Jogávamos o saco de dinheiro no chão quando chegávamos – e como aquilo cheira mal, de tanto bolso, de tanta mão! – e nunca precisamos de livro de contabilidade. Aqueles milhões, roubados de banco, eram da revolução, da luta armada. Ninguém saiu com caixinha de 10%... Saímos da ALN como entramos, pobres ou com o suporte da família. Éramos guerrilheiros, não políticos.

Voltando. O Toledo me disse: arrume um dinheiro para o Severino. Parei, peguei as notas e dei. O Iuri saiu e o Toledo começou a marcar um ponto com o cara. Briguei. Vocês vão lá fora, não quero saber de ponto. Coitado do Toledo, tanta coisa viveu e vem um garoto de 19 anos, eu, e passa pito.

Quando voltou ao carro, apenas nós dois, perguntei qual o grau de confiança que tinha no Severino. Foi seminarista, treinou em Cuba, respondeu. Eu disse: não aumenta o grau de confiança. É do conhecimento de todas as lutas clandestina que, se um companheiro sai da cadeia e diz que fugiu, fez um acordo com a repressão. De fato. Levou dinheiro, arrumou trabalho na Fiat, foi para a Itália e voltou a Belo Horizonte. É muito rico, tudo por entregar Toledo. No meu livro *Viagem à Luta Armada*, chamo-o de Silvério.

Ouvi do Toledo que daí a pouco eu só confiaria em mim. Respondi que nem em

mim – só quem passa pela tortura sabe se aguenta. Quanto a isso, repito sempre: só estou aqui porque os meus companheiros me preservaram vivo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradeço ao Carlos Eugênio, ao vereador Mario Covas Neto, agradeço a todos a presença. Está encerrada a nossa reunião.



Fábio Lazzari Jr/ CMSP

Carlos Eugênio Paz: carrego dores para o resto da vida, as dores do combatente.

Editora Brasiliense, 1965.

Mortos pela repressão e desaparecidos até que, descobertas as ossadas no cemitério de Perus (capítulo XIV), os familiares puderam enterrá-los. Alex morreu em janeiro de 1972, com Gelson Reicher. Iuri, em junho de 1972. Mais informações: Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

Em 1942, o poeta francês Paul Éluard também escreveu uma ode à liberdade, em face da ocupação da França pela Alemanha nazista: *Liberté*. Fervoroso louvor à liberdade, o poema circulou pela França e o mundo como um elixir para a resistência. Atores famosos o declamaram.

Paulo de Tarso Celestino, advogado goiano, preso no Rio e desaparecido em julho de 1971. Mais informações: Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – Centro de Documentação Eremias Delizoicov. Luiz José da Cunha, pernambucano. Enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Ossada ainda não identificada. Hélcio Pereira Fortes, mineiro, preso no Rio e levado ao DOI-CODI de São Paulo. Assassinado em janeiro de 1972, enterraram-no em Perus. Somente em 1975 foi possível levar os restos mortais para Ouro Preto, onde foi sepultado na Igreja São José. Aldo de Sá Brito Souza Neto, carioca, 20 anos, assassinado em Belo Horizonte em janeiro de 1971, provavelmente com a “coroa de cristo”, fita de aço que afunda o crânio.

Iuri Xavier Pereira, 23 anos, guiava o carro que emparelhou com o de Boilesen, e atirou. O tiro apenas raspou-lhe a cabeça. Boilesen saiu do automóvel e correu na contramão, mas o companheiro de Iuri metralhou-o. Iuri aproximou-se e atirou no seu rosto.

Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, obra citada, página 237: “O sinistro Otavinho, metralhado no dia 25 de fevereiro de 1973 numa rua de Copacabana, quando voltava de um banho de mar. Membro

fanático do CCC nos tempos de estudante de Direito, ligou-se à OBAN por escolha própria e salientou-se pela perseguição implacável às organizações clandestinas...” Era chefe da seção de Buscas e Apreensão do DOI-CODI de São Paulo – Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, obra citada. Página 397.

Metralhada no dia 14 de junho de 1972, junto com Iuri Xavier Pereira e Marcos Nonato. Há relatos de que chegara ainda viva ao DOI-CODI. Foram cercados quando almoçavam no restaurante Varella, no bairro da Mooca (*zona leste de São Paulo*). Considerou-se na ALN que Manoel Henrique de Oliveira, proprietário do local, os denunciara e o justicaram em 21 de fevereiro de 1973.

Editora Civilização Brasileira, 1997. Escreveu também *Nas Trilhas da ALN*, editora Bertrand Brasil, 1997. Inspirou o personagem Tiago do filme *Cabra-cega*, de Toni Venturi, em 2005.



Acervo CMSP

JORNALEIROS A PERIGO

Representantes da imprensa alternativa e vereadores ouvem o jornalista Paulo Pelegrini falar do medo que sentiam. Vender jornal de oposição atraía a repressão terrorista

CAPÍTULO XVII

Bombas da covardia

“Ditaduras detestam autópsias”

Alberto Dines, jornalista carioca, diretor do *Observatório da Imprensa*.

No final dos anos 1970 e início de 1980, setores da repressão política radicalizaram ações no intuito de interromper o processo de abertura e redemocratização do Brasil. Agentes a serviço do regime militar detonaram artefatos explosivos em sedes de jornais, livrarias, bancas de jornal. E, no que seria o mais inacreditável e terrível atentado, tentaram explodir bombas no Riocentro, onde milhares de jovens compareceram para um show em comemoração ao 1º de maio de 1981.

A CMVVH tratou do assunto em 22 de abril de 2014 em conjunto com a Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

“Esse terrorismo comprometeu a circulação de jornais da imprensa alternativa, crítica do regime militar. Inviabilizou as publicações”, iniciou o presidente da CMVVH, Gilberto Natalini. “Saúdo o Sr. Milton Bellintani, presidente da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e homenageio o Sindicato dos Jornalistas, que completa 77 anos. O jornalista e professor está com a palavra.”

O Sr. Milton Bellintani – A anistia política, em 1979, foi um marco. Centenas de exilados voltaram ao Brasil. O processo democrático ganhou vigor, qualidade e mobilização. Situamos a escalada contra jornais e revistas entre 1979 e 1981, com maior concentração em 1980. A largada foi antes, em julho de 1978, quando o jornal *Em Tempo* publicou pela primeira vez uma lista de 233 torturadores. Baseou-se num livro de 1976, publicado em Portugal por um comitê pró-anistia geral dos presos políticos no **Brasil**²⁵⁰. Houve grande repercussão, esgotaram-se os exemplares e o jornal sofreu atentados nas sedes de São Paulo e Belo Horizonte. Quebraram, picharam.

Num segundo momento os alvos foram as bancas de jornais. Lembro que o principal espaço de denúncia era a imprensa alternativa ou nanica. Um levantamento do Sindicato dos Jornalistas revela que cerca de 160 publicações publicavam denúncias contra a ditadura e viviam de assinaturas e vendas avulsas nas bancas. Houve ao menos 30 atentados a bomba contra bancas, entre 1979 e **1980**²⁵¹. A estratégia de sufocá-las economicamente teve sucesso.

A bomba no **Riocentro**²⁵² foi o ápice da escalada na tentativa de conter o processo de ascensão da sociedade civil como protagonista na luta contra a ditadura. O resto é conhecido. Devolvo a palavra ao vereador Gilberto Natalini a fim de ouvir os

protagonistas desse período.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Davi Moraes.

O Sr. Davi Moraes – Pouco posso acrescentar ao relato bem encaminhado do Milton Bellintani. O Sindicato dos Jornalistas ofereceu um refúgio a perseguidos, inclusive companheiros da Argenina e do Chile. Como deixou claro o Milton, da grande imprensa havia timidez. No caso do Riocentro, perplexidade. Duramente pedimos providências às autoridades. Porém ninguém se expressava com a contundência que o repulsivo exigia. Apesar dos sinais de enfraquecimento, a ditadura era poderosa. Daí a importância da imprensa alternativa.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vamos ouvir o atual presidente do sindicato. José Augusto Camargo, o Guto.

Sr. José Augusto Camargo – Bom dia a todos. Sugiro que vejam na página do Facebook do Sindicato dos Jornalistas a foto em uma banca com o cartaz: não vendemos *O Pasquim*, *Em Tempo* etc. Havia uma escalada de violência. Os atentados às bancas deram continuidade à censura nas redações. Numa ponta: censura, intimidação e violência contra o jornalista. Na outra ponta: violência para impedir que as informações chegassem ao leitor. Faces da mesma moeda. Havia um grupo de militares, agentes da repressão, que utilizavam o terror para os seus objetivos. Os atentados às bancas vinham de uma organização articulada, nacional. Visavam o único espaço de contestação e de debate mais profundo da sociedade. Não se tratava de atentados isolados ou ações de um pequeno grupo dos porões da ditadura. Bombas explodiram em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Brasília, em Londrina. Ameaçaram jornaleiros em Goiânia e Salvador. Conseguiram abalar o movimento forte, grande e rico dos jornais alternativos.

Paralelamente, a década de 80 trouxe dificuldades profissionais aos jornalistas. As empresas se modernizaram com a introdução de computadores, o que causou desemprego nas grandes redações. A imprensa cooperativa podia ser uma perspectiva. De certa forma, o terrorismo prejudicou esse novo tipo de imprensa, que faria frente à alta concentração da mídia. As comunicações, hoje, seriam muito mais democráticas.

Penso que o registro deve ser o seguinte: não se refletiu na imprensa a década de movimentação social, sindical e política, a pluralidade dinâmica da sociedade civil. Os nanicos alternativos, ainda nascentes, livres, teriam cumprido esse papel. Muito obrigado pelo convite.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradecemos a sua presença. Anuncio a presença de dois ex-presidentes do sindicato, os Srs. Fred Ghedine e Everaldo Gouveia. Tem a palavra o Sr. Paolo Pelegrini, jornaleiro.

O Sr. Paolo Pelegrini – Boa tarde a todos. Sentimos pânico na época dos incêndios em bancas, porque nos colocaram na situação de vender um produto explosivo.

Apreendiam as publicações que traziam a verdade. Dava medo. *Em Tempo*, *Pasquim*, *Movimento* eram de esquerda, que a repressão não aceitava. Mas o mercado os exigia e de alguma forma tentávamos fazer com que chegassem aos leitores. Alguns avisaram com cartazes que não vendiam certas publicações. O tempo passou e até que as coisas não mudaram tanto – de vez em quando a gente sofre repressão por algum produto malvisto. Mas aqui estamos contando a história. A história ninguém rasga.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Sr. Paolo, onde era a sua banca?

O Sr. Paolo Pelegrini – Até hoje, na Praça da República, em frente ao número 32, esquina com Avenida São Luís.

P – Lembra-se de algum atentado, para dar exemplo?

R – A banca de Maria Tereza de Paula, no Itaim Bibi, na proximidade da Avenida São Gabriel. Explodiram a banca. A do pai, Sr. Vicente, ficava no Largo do Paiçandu. Aquilo provocou pânico em todos. Pensávamos: quem será o próximo?

P – Os jornaleiros conversavam entre si? Articularam-se com o sindicato?

R – Retirávamos os alternativos nos distribuidores diariamente e falávamos sobre os caminhos a seguir. Já *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo* tinham carros de distribuição própria.

Não Identificado – Era bom negócio para vocês, venderem esses jornais?

O Sr. Paolo Pelegrini – Sim. *O Pasquim* era fortíssimo. Algumas edições atingiam a venda de um jornal de alto porte. Às vezes a triplicava. Qualquer fato motivava alta venda. Notícias chegavam pelos jornais durante o dia. Televisão via-se à noite. Alguns anos antes, a última edição da *Última Hora* saía às 21 horas.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Vamos ouvir a jornalista Lia Ribeiro Dias, da diretoria do Sindicato dos Jornalistas à época dos atentados. Por favor.

A Sra. Lia Ribeiro Dias – É bom lembrar que a imprensa alternativa consistia de duas dezenas de jornais de diferentes portes, desde *O Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo* até os regionais, os mimeografados, os panfletos. Resistência escrita por todo o Brasil, com o papel que hoje têm os blogueiros independentes, na minha visão. Contraponto à verdade estabelecida. Seu papel durante a resistência e na redemocratização foi relevante. Apontava as atrocidades da ditadura. Mobilizava. Eu era repórter do jornal *Movimento* e diretora do sindicato. A categoria ainda sangrava depois da derrota da greve de maio de 1979. Mas restou um saldo e todos os dias havia reunião, evento, atividade. O sindicato foi espaço de organização. Presidida pelo Perseu Abramo, sua Comissão de Liberdade de Imprensa, criada em 1978, teve importância ao atuar contra a censura direta e a asfixia dos jornaleiros, que recuavam ante o risco de danos e até de expor a própria vida. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Passo a palavra ao jornalista Armando Sartori, que foi secretário de redação do jornal *Movimento*.

O Sr. Armando Sartori – Venho representar o Raimundo Pereira, que foi o editor do jornal. O fim da censura ao *Movimento* ocorreu em julho de 1978, portanto dois anos antes dos atentados. Vendia 7 mil exemplares semanais. Os atentados às bancas ampliaram as dificuldades que o jornal já vivia em meados de 1980 – em novembro as vendas caíram para 5 mil semanais. O jornal não tinha anúncios nem crédito bancário. Vivia de vendas em bancas e de assinaturas. Na edição 264, de 21 a 27 de julho de 1980, publicou-se o artigo *A Direita Clandestina Ataca*. Uma das autoras é a Lia, aqui. O texto relaciona 74 atentados de direita, cometidos desde 1968. Diferencia dois tipos de ação, embora superposições sejam possíveis. Um tipo, mais politizado, prefere atentados contra livrarias, teatros, entidades de massas e bancas de jornais. Não parecem orientadas por serviços de investigação como o segundo tipo, do qual foi vítima o jurista Dalmo de Abreu **Dallari**²⁵³.

Alguns exemplos de atentados. Em julho de 1979, terceira invasão da sucursal do *Em Tempo*, em Belo Horizonte. Derramaram ácido em materiais e equipamentos. Em outubro, bomba no automóvel do jornalista Hélio Fernandes, do jornal *Tribuna da Imprensa*, no Rio. Em abril de 1980, destruição da vitrine da livraria Capitu, em São Paulo. Também as livrarias Livramento e Kairós sofrem atentados. Em maio, duas bombas explodem na sede do jornal *Hora do Povo*, no Rio. Em junho, bomba contra o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais.

Na edição 265 do *Movimento*, que é de 26 de julho a 3 de agosto, novo artigo sobre os atentados. Banca incendiada em São Paulo e duas em Londrina, no Paraná. Ameaças contra jornalistas no Rio, Salvador e Goiânia. Jornaleiros receberam bilhetes apócrifos, alertando que faziam propaganda indireta do comunismo ao venderem *O Pasquim*, *Movimento*, *Hora do Povo*, *Companheiro*, *Voz da Unidade*, *O Trabalho*, *Tribuna da Luta Operária*, *Em Tempo*, *Correio Sindical*, *Coojournal*, *O Repórter e Convergência Socialista*. Em Goiânia, segundo o artigo, os proprietários de bancas cessaram as vendas. Em Belo Horizonte, Londrina e Rio de Janeiro, exigiram providências das autoridades e garantias policiais. Em São Paulo muitos deixaram de vender, mas vários estariam dispostos a continuar, fazendo vigilância contra atentados. A banca no Itaim Bibi, referida pelo Sr. Paolo, teve prejuízo de 400 mil cruzeiros, equivalentes, hoje, a 100 mil reais. A proprietária, Maria Tereza de Paula, havia recebido bilhete apócrifo com ameaças. Queixou-se na 15ª Delegacia, que alegou ter encaminhado o assunto ao DOPS.

Em São Paulo, os jornais alternativos formaram a Comissão da Imprensa Alternativa que, ao lado do Sindicato dos Jornalistas, da Associação Brasileira de Imprensa, da OAB e de outras entidades, coordenou um ato público contra os atentados. Houve o

atentado à OAB, no Rio, quando morreu a Sra. Lyda Monteiro da Silva, 60 anos, secretária do presidente do Conselho Federal da OAB²⁵⁴. E o atentado contra a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em abril de 1981, o atentado ao Riocentro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Por favor, com a palavra a Sra. Vilma Amaro.

A Sra. Vilma Amaro – Fui exilada no Chile, onde morei com companheiros do movimento trotskista, que tinham contato com o jornal *Em Tempo*. Assim consegui publicar matéria sobre a Nicarágua, que eu tinha visitado. Escrevi sobre a Venezuela, onde fui parar depois do golpe no Chile. A editora do jornal, Virgínia Pinheiro, depôs à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas. Contou que o *Em Tempo* foi criado para o movimento operário ter um instrumento teórico. Seria um suporte ao sindicalismo já em ebulição, como disse. Ela e o Flávio Andrade venderam uma casa em Belo Horizonte para viabilizar o projeto.

Eu trabalhava na *Folha de S. Bernardo* na época das greves dos metalúrgicos, que também sofreu ameaça de bomba. E era jornalista responsável do *Em Tempo*. Durante as greves fui à portaria da Volkswagen e não queriam me deixar entrar. Estava toda a imprensa nacional, a alemã, a italiana. No fim entrei. A fábrica, totalmente parada. À noite, ao vivo, o *Jornal Nacional* anunciou que 95% da empresa estava trabalhando. Deslavada mentira. Já a *Folha*, no dia seguinte, mostrou um operário dormindo em cima da máquina. Ou seja, empresa parada.

Também fiz um jornal em Osasco, *Tribuna do Povo*. O jornal foi preso. Foi engraçado! Pegaram o jornal e levaram à delegacia. Tivemos de contratar um advogado para soltar o jornal. Deve ser porque tinha matéria sobre o João Goulart.

Uma vez cheguei à redação do *Em Tempo*, em Pinheiros, para entregar matéria. Na parede estava pichado: Morte aos Comunistas. Houve um atentado ali perto, acho que numa banca da Praça Benedito Calixto. Com a abertura política, perdeu-se o sentido da resistência e os jornais alternativos foram acabando. Ficou o exemplo de luta e de coragem. Como disse o Milton, fomos os primeiros a denunciar os 233 torturadores. Publicamos matérias denunciando o Ustra, o Exército, o DOPS. O Flávio vinha falar comigo: olha, tal matéria, tudo bem? Pois eu era a jornalista responsável. Mais jovens, mais coragem. Não nos intimidavam. Ignoro se hoje teria a coragem. Mas espero que nunca mais vivamos aquela experiência.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– Muito obrigado, Vilma. Anuncio a presença do vereador Rubens Calvo, da nossa comissão. Tem a palavra o vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) –Em 1979, terminara o prazo de 10 anos das cassações do AI 5. Os radicais tentavam desestabilizar o grupo no governo que se

inclinava à transição para os civis. Parece-me que os atentados eram para demonstrar a insatisfação com os rumos que o país tomava. Até que a bomba estourou no Riocentro (*no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário, matando-o; o capitão Wilson Dias Machado ficou muito ferido*). Sofrimento das famílias dos dois militares, mas felicidade para o País: ficou caracterizado que a bomba estava na mão do poder, do agente público e não da esquerda como pretendiam divulgar. A partir daí parece-me que as ações perderam força.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini)– O Cláudio Guerra, no depoimento que deu à CMVVH, gravada em vídeo, falou dos atentados à bomba e do Riocentro. Ajuda a esclarecer. Pela ordem, Toninho Vespoli.

O Sr. Toninho Vespoli – Pergunto: o Sindicato dos Jornalistas e os donos das bancas não conseguiam burlar a repressão para vender os jornais?

Outra questão, trazida pelo José Augusto Camargo, o Guto: os meios de comunicação veiculam as mesmas notícias, com os mesmos enfoques. Será que só nos restam blogueiros independentes para que possamos ler algo diferente?

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Terei que sair para instalar a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal. Em nome desta comissão agradeço a cada um dos presentes. Peço ao vereador Mario Covas Neto que assuma a presidência.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Obrigado. O Sr. José Antônio Mantovani da Silva, presidente em exercício do Sindicato dos Vendedores de Jornais e Revistas de São Paulo.

O Sr. José Antônio Mantovani da Silva – Registro como funcionava o processo financeiro dos jornais alternativos. Hoje há predominância de assinaturas e menor venda em bancas. Na época, a venda principal era nas bancas. Se os jornaleiros são intimidados, afeta-se os jornais diretamente. Portanto, a orquestração das ameaças e atentados atingiu seu objetivo. Naquele tempo não existiam muitas bancas. Imagine a proprietária que teve prejuízo, em dinheiro de hoje, de 100 mil reais. Mesmo agora um jornaleiro teria dificuldade de reverter esse prejuízo. O medo era muito grande. Os jornaleiros diziam: não posso perder tudo por causa de um produto. E sem vendas, como os jornais sobreviveriam?

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Muito obrigado por seu depoimento. Passo a palavra ao Sr. Armando Sartori, do Sindicato dos Jornalistas.

Sr. Armando Sartori – Só para esclarecer. Os atentados vieram dois anos após o fim da censura. Uma contraparte, digamos. No caso do *Movimento*, sem receita publicitária, tanto a venda de assinaturas como a venda nas bancas eram importantes. O jornal dependia do público e tinha um departamento de vendas, estruturado. *Movimento* atingira um pico de vendas um ano antes. Tratava-se do período de pré-

eleição do general Figueiredo e notaram-se dissidências militares. Quando a eleição dele ficou definida, as vendas começaram a cair. Aí a questão é complexa. O impacto das bombas acelerou a queda. Mas havia a tendência à queda.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Temos a satisfação de receber o Presidente da Câmara Municipal, vereador José **Américo**²⁵⁵, também jornalista, presença que muito nos honra. É autor de um projeto sobre bancas de **jornais**²⁵⁶. Alguém mais deseja falar? (*pausa*). Por favor, senhor.

O Sr. Avelar Gomes Silva – Bom dia. Sou vice-presidente do Sindicato dos Jornaleiros de São Paulo. O vereador Vespoli perguntou como se vendia jornal durante a repressão. Represento aqui o Sr. Salvador, da Banca do Estadão, que não pôde vir. Ele vendia quatro, cinco jornais alternativos, que escondia embaixo da banca. Na terceira vez que a polícia apreendeu, disseram que, se vendesse de novo, fechariam a banca e o levariam preso.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Agradeço a todos os presentes. Está encerrada a sessão.

Presos políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil. Edições Maria Da Fonte, 1976, Portugal.

Dados no livro *Jornal Movimento – Uma Reportagem*, de Carlos Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana. Editora Manifesto, 2011.

A Justiça Federal no Rio aceitou, em maio de 2014, a denúncia do Ministério Público Federal contra seis acusados pelo atentado à bomba no Riocentro, em maio de 1981, 33 anos depois do crime.

Tornaram-se réus o coronel da reserva Wilson Luiz Chaves Machado, o ex-delegado Cláudio Antonio Guerra, os generais reformados do Exército Nilton de Albuquerque Cerqueira, Newton Cruz, Edson Sá Rocha e o major reformado Divany Carvalho Barros. Lembre-se que a Lei da Anistia cobria de 1961 a 1979. Outra bomba explodira a quilômetros de distância, no pátio da miniestação elétrica que fornecia eletricidade ao Riocentro. Mas não interrompeu a energia.

Sequestrado e espancado em julho de 1980.

Em setembro de 2015, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro descobriu o portador da carta-bomba que matou Lyda Monteiro da Silva. Foi o sargento paraquedista Magno Cantarino Mota, conhecido como agente Guarany. A bomba visava matar o presidente do Conselho Nacional da OAB, Miguel Seabra Fagundes.

Eleito deputado estadual pelo PT em 2014.

Permite explorar espaços publicitários na parte externa e interna da banca.



Acervo CMSP

HOMENAGEM A SANTO DIAS DA SILVA

Os padres Jaime Krowe (camisa vermelha) e Luiz Giuliani ladeiam Gilberto Natalini, com o retrato de Santo Dias da Silva ao fundo. À frente: a filha e as netas de Santo Dias.

CAPÍTULO XVIII

Resistência em M’Boi Mirim

“Levanta-te e come, porque mui longo te será o caminho.”

Palavra do anjo do Senhor ao profeta Elias I Reis, 19:7

O nome, M’Boi Mirim, vem do idioma tupi, muitas cobras pequenas. Era uma pequena aldeia jesuíta no início do século XVIII, na região habitada por índios guaranis, impensável o aglomerado caótico que se iniciou depois de formada a represa do Guarapiranga. A transformação vem de meados do século 20, quando a industrialização fez de São Paulo a cidade-país, enorme de oportunidades e de problemas. Inúmeros migrantes de vários Estados, em especial do Nordeste e de Minas Gerais, vieram em busca de trabalho e perspectivas. Toda a região, que hoje engloba Campo Limpo, aos poucos tornou-se uma cidade em si. E foi ali que um homem, daqueles construtores da história brasileira, deixou sua herança de trabalho, solidariedade e humanismo. Santo Dias da Silva o seu nome. Não o esquecemos.

Presença de Santo

No dia 29 de março de 2014, dois dias antes do cinquentenário do golpe de 1964 que desgraçou o país, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog transferiu-se para o auditório Santo Dias, da Sociedade Santos Mártires, em M’Boi Mirim. O presidente da CMVVH, vereador Gilberto Natalini, abriu a sessão:

“Fazemos hoje uma audiência pública em homenagem a Santo Dias da Silva. Assassinado dia 30 de outubro de 1979 pela polícia na frente dos portões da fábrica de lâmpadas Sylvania, em Santo Amaro. Participava de um piquete já em dissolução, de metalúrgicos em greve. À frente desta paróquia de Vila Remo está o padre Jaime Krowe, nosso anfitrião, a quem passo a palavra.”

3 pontos marcantes

Padre Jaime Krowe

O encontro de hoje, de amigos e amigas de longa data, inclui o compromisso de dizer: ditadura nunca mais. Assinalo três pontos que nos marcam, aos brasileiros, da história da humanidade. Primeiro, os dez mandamentos. Desenhado para dizer escravidão nunca mais. Bem mais tarde, no tempo de alguns de nós, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Desenhou o respeito à vida e à pessoa humana. Dizia: guerra nunca mais. O terceiro, recente, é a Constituição de 1988, que vários desenharam, entre eles os políticos Aurélio Perez e Irma Passoni, aqui presentes. Para

dizer o quê? Ditadura nunca mais. E é esse o objetivo desta reunião, hoje: exigir dignidade e respeito ao ser humano.

Quem mostra o caminho

Mario Covas Neto

É um prazer realizar uma audiência fora do ambiente da Câmara Municipal. Há pouco tempo, as pessoas se manifestaram em grande número diante da Câmara, reivindicando mudanças em um projeto de lei sobre corredores de ônibus. Sensibilizaram os vereadores, que acataram a mudança. Por isso é importantíssimo o contato com a população, que nos ensina os caminhos. Vejo aqui pessoas que participaram, como o meu pai já falecido, das lutas contra a ditadura. Meus respeitos a vocês. Vocês nos representaram naquele período.

A luta que valeu

Irma Passoni

Nós resistimos na história! Uma salva de palmas para todos nós! Primeiro, homenageamos a quem morreu, Santo Dias da Silva. A quem foi torturado, e aqui está o Aurélio. E a todos nós, torturados nas mentes, em nosso dia a dia, em nossas famílias, em nossas lutas. Comemoramos a vida em que lutamos, neste espaço e nas assembleias em todo o Brasil. Lutas da Pastoral Operária, da área sindical, da resistência à ditadura. Agradeço pelo convite que resgata a nossa luta, a nossa vitória. Podemos dizer que melhoramos este país. Valeu a pena!

De Caratinga a Vila Remo

Vicente Cândido

Grande é o prazer de rememorar nossas vidas e lutas. Devemos preservar a memória do nosso patrimônio imaterial, pessoas e ideias. Entre tantas igrejas, a Vila Remo era um pulmão de resistência, reflexão e luta. Está muito presente o companheiro Santo Dias. Vim de Caratinga, Minas Gerais, com minha família. Tinha 13 anos. Falta de condições de vida no campo, sem reforma agrária. Concentração industrial urbana sem planejamento. Ocorre ainda hoje na periferia do Brasil, sem estudo, sem acesso a empregos, sobretudo para a juventude negra. Daqui a três dias vem o 1º de abril, é para protestar e pensar. Para que nunca mais haja golpe e ditadura. Meu conselho à juventude: pensem no atraso que os 21 anos de ditadura causaram.

(O presidente da CMVVH anuncia um intervalo para a projeção do filme da Pastoral da Saúde, realizado pelo cineasta Renato Tapajós, com roteiro dos médicos do bairro

Cangaíba, no final da década de 1970.)

O sal da vida

Santo Dias da Silva Filho

Sou Alex Ferreira de Carvalho, integrante da Comissão da Verdade do M'Boi Mirim, que inclui a Regina, o Edinho da Sociedade Amigos de Copacabana, Reinaldo, da Associação Guará, a Mércia e a Célia do Movimento Comunitário Vila Remo. Leio o depoimento por escrito de Santo Dias da Silva Filho, que infelizmente não pôde comparecer.

“Jesus Cristo, para mim o maior líder, dizia que temos de levantar e andar. Levanta, meu filho, e anda. O grupo do meu pai era o de Jesus Cristo, que imaginava uma sociedade diferente, um mundo mais justo. Jesus, em várias passagens da Bíblia, dizia que temos de levantar e andar. Agir. Levanta, meu filho, e anda. Vamos fazer alguma coisa para transformar esta sociedade. Meu pai e minha mãe diziam isso. Meu pai queria que o mundo fosse melhor para todos, mais justo. O pouco que se faça a alguém necessitado é muito. Mesmo que seja só uma palavra. Em 1978 meu pai já era liderança, porque sempre tinha um ponto de vista que conciliava todas as vertentes. Eu sou o Santo Dias da Silva Filho, filho de Santo Dias da Silva, líder operário, cristão assassinado em 1979 na ditadura militar. Ele tinha 37 anos e imaginava ver os filhos formados, os netos. Não teve esse direito. Direito a nada. O padre Luiz Giuliani foi à escola buscar a mim e a minha irmã Luciana, pequenos. Levou-nos ao IML. Encontramos a nossa mãe, Ana. Um coronel ou tenente-coronel xingava a nossa família de palavrões. E meu pai, morto ali. De repente o Dom Paulo Evaristo entrou e nos viu abraçados à minha mãe, em destroços. E os soldados todos vieram pedir a bênção. O coronel também, mas D. Paulo foi até onde estava meu pai, pôs o dedo na ferida e mostrou com o dedo em riste: “Olhe o que vocês fizeram. Mataram uma pessoa de bem.”

Jesus falou: quero beber desse cálice. A vida só vale a pena se a doamos a um irmão. Foi o que marcou a vida de Santo Dias da Silva, meu pai. A luta pela Justiça, que é o sal da [vida²⁵⁷](#).

A consciência de Santo

Edna de Oliveira

Um dia chegou ao bairro Santo Dias, com a esposa Ana e duas crianças. Procurava uma igrejinha e veio à nossa capela, que meus pais, os tios e os primos construíram em um terreno que meu avô doou. Começamos um movimento de estudo da Bíblia, de arrecadar alimentos. E onde houvesse pessoa doente, ou desempregada, ou com dificuldade, Santo Dias não falhava com uma cesta básica. Sempre oferecia, junto,

dois folhetos: em um, a palavra do Evangelho; no outro, notícia do que acontecia no Sindicato dos Metalúrgicos. Santo levou muita gente para fazer oposição, pois a direção era de um pelego, o **Joaquinzão**²⁵⁸. A Ana foi elo importante: ao lado de outras mulheres, fortaleceu o Clube das **Mães**²⁵⁹. Santo ia ao Clube das Mães fazer palestras, ao campo de futebol, ao boteco, onde quer que encontrasse trabalhadores nos momentos de folga. Levava consciência. Nunca mais vi alguém atuar como ele. Foi assim que ele me conscientizou e levou ao sindicato. Ele está vivo, somos a continuidade.

Nação empobrecida

Aurélio Peres

Muitos tombaram, mas vencemos a luta. A ditadura caiu. Santo Dias da Silva era nosso irmão. Participávamos juntos da Pastoral Operária, da oposição sindical, da comissão das Comunidades Eclesiais de Base. Alguém diz que foi a guerrilha urbana que derrubou a ditadura. Não é mentira, mas não é toda a verdade. Outro vem: foi a greve do ABC. Não é mentira, mas não é toda a verdade. Nesses dias vi o Audálio Dantas a dizer na TV que a ditadura começou a cair com a morte do Herzog. Não é mentira, mas não é toda a verdade. A verdade é que o monstro que tanto mal fez à nação caiu com o esforço de toda a sociedade. Aqui, nesta região, não se pode ignorar os clubes de mães, as comunidades eclesiais de base, as reivindicações da população. Nem a mobilização causada pela morte de Santo Dias da Silva.

Encerro destacando a perda enorme que a ditadura militar causou à Nação. Empobreceu-nos na economia, na educação, na saúde. Na experiência e no conhecimento dos líderes exilados e dos banidos. Por isso temos deputados na Assembleia Legislativa dos quais me envergonho. O nobre vereador me desculpe, mas vejo alguns dos seus pares e digo: são indignos de sentarem nas cadeiras da Câmara Municipal. E desculpem-me todos, derrubamos a ditadura mas ainda não reconstruímos a sociedade que queríamos.

Alegria no combate

Vital Nolasco

Vim de Belo Horizonte por volta de 1970, por perseguição política devido ao meu trabalho junto aos metalúrgicos de Contagem. Eu era militante da Juventude Operária Católica, depois passei à AP. Continuei a luta na oposição sindical e conheci vários companheiros. Um deles, Santo Dias da Silva. Além de combativo era extremamente alegre. Temos de ser alegres porque estamos vivos e combatemos feras. Quando assassinaram Santo fomos imediatamente participar do velório e da manifestação de repúdio à ditadura. Conheci as masmorras do DOI-CODI. Com o corpo

todo ferido, os torturadores me jogaram numa cela onde estava um casal. Ele se chamava **Albino**²⁶⁰. Explicaram que era só para que vissem como ficava alguém que não dava informações. Uma noite ouvi grande movimentação. Um dos torturadores disse: quer se matar? Então tome esta navalha. A moça imediatamente cortou os pulsos. Não sei se morreu, mas vi muito sangue pelo chão. Conteí para que fique registrada mais essa barbárie que a ditadura cometeu contra brasileiros que lutaram por um Brasil melhor.

História queimada

Maria Filipi

Comecei a militância na paróquia da Vila Remo, com o padre Luiz Giuliani. Formamos diversos grupos de mulheres, os Clubes de Mães. Conheci muito bem o Santo Dias da Silva, nas comunidades eclesiais de base e nas reuniões sindicais. Estivemos juntos fazendo piquete em porta de fábrica, no dia da morte dele. Mas sentimos a movimentação. Diferente. Como havia outra atividade na porta da Sylvania, voltamos ao comitê para falar sobre isso com Santo. Mas ele disse: “Eu vou”. Fomos para casa e, no final da tarde, duas companheiras vieram me avisar: mataram o Santo Dias. Vamos queimar tudo o que você tem do movimento. Eu colecionava os jornais, por anos escrevi tudo o que aconteceu, tinha um livro de 500 páginas. Queimamos e fomos velar o Santo. Devemos contar essa história, para que nunca mais se repita a ditadura. E mais: os jovens precisam continuar a luta, continuar construindo.

A grande perda

Carlos Alberto Pereira

Sou operário, filho de operários e venho de Goiás. Fui preso três vezes, em uma das temporadas por dois anos. Trabalhava para organizar a oposição sindical. Da primeira vez fui torturado por 17 dias, passei 40 dias na enfermaria; da segunda, tortura por 40 dias. Ainda sofri três meses no DOPS, recepcionado pelo Fleury. Não preciso dizer mais nada. Em 1972 conheci o Santo, na Pastoral Operária e na oposição sindical. Na greve em que assassinaram Santo, fui encarregado de ir a Osasco pedir o apoio dos metalúrgicos em assembleia. Depois fui à igreja do Socorro para dar o informe ao Santo. No dia seguinte soube do assassinato. A grande perda. Um companheiro com trabalho sério no movimento operário. Liderança crescente, importante na oposição sindical. Companheiro dedicado, solidário. Apoiou o trabalho e o papel destacado que as mulheres tiveram em mobilizar a população contra os desmandos do poder.

Sou coordenador da ação dos cristãos pela abolição da tortura. A ditadura não morreu, está matando jovens, matando pais de família. Precisamos trabalhar pela

desmilitarização da Polícia Militar. Há toda uma legislação a mudar. A grande tarefa é continuar a luta de Santo. Santo está presente. E nós precisamos estar presentes.

A força das mulheres

Cenerino Evangelista de Andrade

Posso falar sobre Santo. Lutamos juntos, somos da mesma comunidade. Ele não media esforços e todos confiavam nele porque sabia conversar e conquistar. No dia da morte dele estávamos na frente de uma firma. Fui detido com outros, a polícia nos levou ao DOPS. Um colega conseguiu passar com um radiozinho e de repente veio a notícia: Santo foi baleado. O líder. Um dia muito doloroso. Quero falar sobre a atuação de Santo na comunidade também. Ele tinha a vida dele, e trabalhava, lutava, organizava, ia ao sindicato. Na hora da missa amarrava tudo com o Evangelho, a palavra. Enquanto preparávamos a greve, havia no bairro o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, os clubes de mães, a força das mulheres. Por exemplo, depois de um dia na frente das fábricas, sem comer, elas iam até a igreja do Socorro onde permanecemos várias vezes, para fazer sopa. Uma vez o presidente do sindicato, um falso, nos entregou à polícia, que chegou ao salão da subsede e prendeu a comissão da greve. Eu escapei porque fazia piquete à noite. No dia seguinte o Santo foi em várias casas e formou nova comissão. E quando a direção do sindicato chamou a comissão, certo de que estavam todos presos, dez pessoas se levantaram.

(palmas)

Presidente, o grande trabalho foi a oposição sindical e a atenta Comunidade Eclesial de Base. Contávamos com padres muito bons. No encontro nacional das comunidades, na Paraíba, não fui falar bonito, mas contar o que fazíamos aqui. O testemunho dava força à luta deles lá. Foi assim que ajudamos a derrubar a ditadura.

(palmas)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Chamo o Sr. Vicente “Espanhol”. O senhor estava no local em que Santo foi morto. Por favor, dê o seu depoimento.



O líder marcado para morrer

Vicente Garcia Ruiz

A greve de 1979 foi organizada pela oposição sindical, que tomou as rédeas. No domingo, véspera da greve, houve reunião no Arco-Íris, a subsede de Santo Amaro do sindicato. A polícia passou e levou todo o mundo, 113 pessoas. A polícia achava que depois dessa rodada grande bastaria pegar alguns soltos por aí e acabaria o movimento. Aí não fomos ao Arco-Íris e nos escondemos no comitê do Aurélio e da Irma. No dia seguinte nos reunimos na Igreja do Socorro. Evitaríamos qualquer nova prisão. A recomendação foi manter a greve por piquetes. Da igreja partimos para a Sylvania. Uns policiais, já à espera, tentaram pegar um e outro, mas nós arrancávamos das mãos deles. Quando começou a engrossar, o Santo disse: “Vamos embora, o pessoal não está trabalhando e vai para o sindicato às 15 horas”. Éramos cinco operários. Nisso vieram duas viaturas, nos deram rasteiras, caímos no chão. E dispararam no Santo, a pessoa mais pacífica. Por quê? Não foi por acaso. Ele levava o trabalho a sério.

O Sr. Antônio de Pádua Machado – Foi um episódio terrivelmente dramático da ditadura militar contra a pessoa do Santo Dias, contra um pai, um militante, um brasileiro. Ficamos muito traumatizados. Mas o convívio com as pessoas maravilhosas daqui nos deu amparo, à minha esposa Vera e a mim. Todos ajudaram a nossa formação.

O Sr. Miguel Abade – As comissões da verdade levantam muitos depoimentos sobre torturas e mortes dos que resistiram à ditadura. Em outros países, houve pena e

prisão aos torturadores e aos que mataram. Por que não se faz o mesmo no Brasil? Por que não mexemos na Lei de Anistia que foi feita pela ditadura militar em 1979? Vamos mudá-la e punir!

(palmas)

A Sra. Neide de Fátima Martins Abate – A vida do Santo e da Ana nos marcaram profundamente, ao Abel e a mim. Naquele tempo a gente dava cursos aos trabalhadores. Tenho um irmão, Elídio Pereira Martins, barbaramente torturado só por andar com os companheiros. Nada fez, nunca. Só hoje, com 60 anos, está saindo da depressão. Tem os ossos todos prejudicados porque o jogaram de um lado ao outro mais de 500 **vezes**²⁶¹. A ditadura militar deixou traços muito dolorosos e pergunto: quem criou a Comissão da Verdade? Respondo: o governo Dilma. Gente torturada que nunca teve coragem de falar voltou a falar. Mas os torturadores estão aí. Minha pergunta é a mesma de Abel. Por que não mexemos na Lei da Anistia?

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Com a palavra o deputado Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, que faz um trabalho importante na Assembleia, parceiro nosso, trabalhamos juntos em várias ocasiões.

O Sr. Adriano Diogo – Quem está nessa mesa, ao lado do presidente Natalini? A Luciana, filha do Santo, as duas netinhas, a Letícia e a Lívia. O companheiro espanhol, Fernando do Ó, a Edna, o Vital Nolasco, a Maria Felipe Severino, o Alex, o Aurélio Peres, o João Carlos Alves e esse santo, o padre Jaime. Primeiro, sobre Aurélio Peres. Na greve do 1º de maio de 1979, tensão enorme na assembleia do estádio de Vila Euclides, o Aurélio pega o microfone e diz que acabara de morrer o delegado Fleury. O estádio, cheio de gente, veio abaixo. Malditos assassinos que destruíram tantas vidas, mataram 500, prenderam 80 mil pessoas. Mataram o Santo no fim do ano. E os caras não queriam devolver o corpo! Em 21 anos destruíram a história do Brasil e a vida do povo brasileiro. Mas que bom que temos o padre Jaime, a filha e as netinhas do Santo. E poder dizer: valeu a luta.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Fizemos aqui um misto do cerimonial da Câmara com o cerimonial popular e parece que deu certo. Está tudo gravado e registrado graças à Luciana. A Câmara precisa de pessoas como você, Luciana. Toda essa documentação está à disposição de quem deseja pesquisar lá. E mandaremos nossa contribuição para a Comissão Nacional da Verdade.

Os acontecimentos foram muito amplos. Não dá para uma comissão sozinha investigar tudo. Cada uma dá a sua contribuição. Não trabalhamos por vingança e revanche. Buscamos a verdade, a memória e a Justiça. Somos diferentes deles. Outro tipo de carne, de espírito, de gente. Jamais faríamos com eles o que fizeram conosco.

Para responder ao Abel e à Neide de Fátima: no Brasil muita coisa é acochambrada

e a transição democrática foi, sim, acochambrada pelas forças políticas. A Lei da Anistia comparou o que não podia ser comparado: presos massacrados, julgados por tribunais de exceção, punidos, e torturadores, assassinos, soltos por aí. Deveríamos, sim, fazer uma grande mobilização política ao final de nosso trabalho, porque isso é um jogo de forças: de um lado quem quer rever a Lei da Anistia; de outro quem não quer e o governo no meio. Devemos fazer o que outros países fizeram, e punir quem usou métodos cruéis e desumanos para manter o regime militar.

Tem a palavra o Alex.

O Sr. Alex Ferreira de Carvalho – De várias formas dá-se a luta e eu me sinto privilegiado por estar construindo coletivamente. Este evento é um sucesso, não por causa de uma liderança, mas devido à história dessas pessoas. De forma coletiva organizamos, estimulamos, para caminhar e compartilhar a memória. O sofrimento das pessoas também foi na esfera pública, no coletivo. Fica a marca na sociedade.

Protocolamos um projeto de lei na Câmara Municipal para que se conceda o título de Cidadão Paulistano ao padre Luiz Giuliani. Padre Luiz correu muito risco, nunca se acovardou. O pastor acolheu as suas ovelhas, acompanhou os filhos de Santo ao IML, na hora da dificuldade. Saúdo o padre Luiz com um trecho que usamos na fé política: A minha fé é política, porque não suporta a separação entre o corpo de Cristo e o corpo do ser humano. A minha fé é política porque acredita que a economia pode mudar um dia e ser toda solidária. A minha fé é política porque acredita na juventude, na sua força e inquietude, no seu poder de fazer a diferença. A minha fé é política porque creio na força do idoso que, com sua sabedoria e experiência, tem muito a colaborar para chegarmos a ser um país justo, igualitário, sem tanta injustiça social. Assim seja.

Por essa fé política de Luiz Giuliani o aclamamos hoje Cidadão de M'Boi Mirim. E a Comissão da Verdade de M'Boi Mirim lhe certifica o título de Cidadão da Zona Sul, por sua incansável luta pelos Direitos Humanos.

(palmas)

O Sr. Padre Luiz Giuliani – Fiquei contente porque, depois de tanto tempo, ouvi o nome de Dom Paulo Evaristo Arns. Nesta arquidiocese ele foi fundamental na caminhada contra a repressão, para haver mais democracia. Agradeço a homenagem e aceito-a porque, através de mim, todos os anônimos que trabalharam a recebem. A religião que realmente quer viver o Evangelho é revolucionária. O problema é esse, a prática. A participação popular contra a injustiça, a tortura da fome. Você faz? Porque se realmente pratico a minha fé não há barreiras.

Bem, agora, vou introduzir um elemento do trabalho comunitário: o canto. Quantas mensagens por meio do canto? Gente, estamos só começando. Então, a Sra. Odete vai cantar.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nada mais havendo a tratar, ouviremos o Coral da Terceira Idade e os trabalhos serão encerrados. Muito obrigado.

Santo Dias da Silva foi velado na igreja da Consolação. No dia seguinte cerca de 10 mil pessoas o conduziram à Catedral da Sé, onde o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, rezou a missa de corpo presente.

Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos por 21 anos, de 1965 a 1986; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores, de 1986 a 1989.

Há vasto material sobre os grupos de Vila Remo no Centro de Documentação e Memória da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Os Clubes de Mães nasceram do trabalho comunitário em algumas paróquias da Igreja Católica. De início debatiam problemas de relacionamento familiar. Depois passaram a cobrar solução para a falta de escola, de assistência médica e de transporte. Criaram o Movimento do Custo de Vida, que a polícia reprimiu em 1978, na Praça da Sé.

Talvez Albino Wakahara.

Outra variante da polé, a tortura da inquisição.



Acervo CMSP

NO REMÉDIO, VENENO?

João Vicente Goulart, entre Mario Covas Neto (esquerda) e Gilberto Natalini (direita), descreve a luta, ano após ano, para solver o enigma da morte de Jango e acompanhar o pai nos seus últimos momentos

CAPÍTULO XIX

Jango, a quem a névoa encobre

“Não há limite para a demência, malícia e sofrimento que uma ideologia dominante impõe à sociedade.”

John F. Burns, jornalista inglês, correspondente de guerra, dois prêmios Pulitzer.

“João Vicente Goulart, filho do ex-presidente da República João Belchior Marques Goulart, está sentado à Mesa”, anuncia Gilberto Natalini, presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. “Agradecemos, João Vicente, a presença, presteza e colaboração conosco. Seu depoimento é histórico. Agradeço a presença do vereador Mario Covas Neto, relator da CMVVH, aos convidados, aos munícipes e à imprensa, neste dia 11 de fevereiro de 2014.

Faço uma introdução para explicar por que investigamos a morte de João Goulart, já que a Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, se dedica à questão. Somos parceiros, assinamos um convênio com eles e a Comissão Estadual da Verdade. Ocorre que no ano passado nós nos dedicamos a investigar a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Concluímos que não foi acidental e, sim, provocada. Sucedeu um atentado contra a sua vida na Via Dutra. Publicamos um relatório a respeito.

Como o presidente João Goulart morreu em data muito próxima ao atentado a Juscelino, e Carlos Lacerda logo os seguiu, queremos, a partir do depoimento do João Vicente Goulart, verificar se existe alguma relação com o que investigamos. Pedimos que nos ajude a ampliar as investigações que conduzimos sobre o regime militar no Brasil. O senhor tinha 20 anos quando seu pai supostamente teve um infarto mortal. A partir daí a sua vida se tornou contínua busca no sentido de entender e elucidar o que de fato aconteceu.

Se preferir, e o vereador Mario Covas Neto concordar, deixo-lhe a palavra livre, para que faça um apanhado geral.”

Depoimento de João Vicente Goulart

(resumo)

O Sr. João Vicente Goulart – Bom dia a todos. Sr. Presidente, agradeço o convite. Vereador Mario Covas Neto, foi uma satisfação conhecê-lo. Começo relatando que tivemos grande dificuldade para entrar com um pedido de investigação, em 2007, sobre a morte de meu pai. Se o pedido fosse da família, as autoridades do nosso Judiciário nos dariam uma resposta lacônica, porque o Código Penal prevê a prescrição de qualquer assassinato em 20 anos.

Então, o pedido ao procurador-geral da República, à época Antonio Fernando de Souza, foi do Instituto João Goulart – entidade criada para preservar a memória de Jango e resgatar a história do que atingiu seu governo, sua vida e seu exílio. O argumento, depois de muito estudar a questão, se baseou no fato de que um ex-presidente é um bem cultural e material da nação brasileira. A Procuradoria teria de pedir a abertura de uma ação cautelar e poderíamos averiguar os indícios (*de que se tratou de assassinato*).

Os primeiros indícios são de 1981. Ainda vivíamos na ditadura e as informações vieram do Uruguai. Alguns agentes teriam participado da operação que causou a morte do presidente João Goulart. A família decidiu criar o Instituto João Goulart e fazer um convênio com a *TV Senado*. Realizaríamos um documentário que se chamou *Jango em 3 Atos*, direção de Deraldo Goulart. Terminamos em 2008.

Comecei pedindo, como jornalista, uma audiência ao secretário de Segurança do Rio Grande do Sul. Permitiram que filmássemos dentro do presídio e nossa equipe conseguiu ouvir o agente Mario Neira Barreira. Ele estava em uma prisão de segurança máxima em Charqueadas, no Rio Grande do Sul. Disse que participou de várias operações do serviço secreto uruguaio. Relatou-nos que fora designado para o monitoramento dos passos de Jango. E nos informou que já tinha contado tudo a um jornalista uruguaio, Roger Rodrigues, do jornal *La Republica*.

O Roger queria informações sobre outros acontecimentos também. O desaparecimento, na mesma época, de **tupamaros**²⁶² e da professora Elena **Quinteros**²⁶³. Além disso, a questão do vinho que em 1981 vitimou Cecília Fontana de Heber, esposa do senador Mario Heber Usher, em Montevideu. Ela morreu imediatamente ao beber de uma taça. O vinho provavelmente continha um veneno poderoso.

Em certo momento de nossa entrevista ele mostrou que conhecia os números de telefones da fazenda do meu pai e comentou que o filho do Jango, João Vicente, nunca quis nada com isso. “Ele está criando gado no Maranhão”, disse. Naquele momento interferi: “Você me permite, eu sou João Vicente Goulart”. Ele se assustou e deu um longo depoimento sobre a operação que exterminou João Goulart. Primeiro, a Operação Escorpião, de monitoramento. Depois, a reunião em que se decidiu matá-lo, em Montevideu, acho que no dia 3 de agosto de 1976. Participaram o general Luis Vicente Queirolo, Chefe da Inteligência das Forças Armadas Uruguaias; o delegado Fleury, do Brasil; o agente Frederick Latrash, da CIA em Montevideu; e o capitão Adônis, codinome do médico legista Carlos Milles. Este é que teria preparado os vinhos para os líderes do Partido Nacional, no Uruguai.

Solicitamos ao Dr. Antonio Fernando de Sousa que ouvisse o depoimento do preso, permitindo em consequência uma ação pública. Para nossa surpresa, o procurador

disse que não competia à Procuradoria-Geral da República investigar o caso. E encaminhou-o ao Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Uma comissão externa da Câmara Federal dos Deputados, em 2000, já investigara o caso, com relatoria do deputado Miro Teixeira. Sabia-se que o deputado Neiva Moreira, do Rio Grande do Sul, cassado, preso e depois exilado, passara pela Argélia para encontrar-se com o governador Miguel Arraes. Juntos, avisaram o Leonel Brizola e o Jango de que este seria o quarto na lista dos políticos a matar. (*Refere-se à carta de Manuel Contreras, de agosto de 1975; menções nos capítulos I e IV*) A informação vinha do serviço secreto da Argélia. O Ministério Público do Rio Grande do Sul instaurou mais uma comissão para averiguar. O relatório recomendou investigações.

Depois disso, quando se formou a Comissão da Verdade, recorremos a ela, que tinha poderes para exumar. Deu um grande avanço. Sempre falamos que a exumação não é o que elucidaria o que aconteceu. É um dos meios. Existem outras providências que o Ministério Público até hoje não tomou. Uma, o pedido da oitiva dos agentes que identificamos. Alguns moram com nomes diferentes nos Estados Unidos. Outra, nosso pedido para que sejam desclassificados documentos do Departamento de Estado dos EUA, a respeito de toda a operação. Até hoje, nem a Comissão da Verdade, em carta ao Presidente Obama, obteve resposta.

De parte da família houve um esforço concentrado. Autorizamos a exumação, cientes de que poderia ser inconclusiva. Muito tempo se passou e as substâncias se modificam, transformam-se em outras. Aqui, é importante informar: no Chile a ditadura construiu um laboratório químico que produziu dez tipos de venenos. Chamava-se Projeto Andrea.

O Brasil ainda tem muito a averiguar sobre os múltiplos segredos da ditadura. Várias comissões da verdade se empenham, espalhadas pelo País. Que persistam as comissões, que não desistam. Mostrarão às novas gerações tudo o que a ditadura varreu para baixo do tapete e que nós, como brasileiros, devemos conhecer. Só assim as cicatrizes fecham. Os brasileiros precisam conhecer a grande irresponsabilidade que foi o golpe contra a nossa Constituição.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradeço a primeira intervenção. Tem a palavra o vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Gostaria de fazer uma pergunta, antes que fique muito longe do depoimento. Por que o agente estava preso no Rio Grande do Sul? Pelo que entendi é uruguaio.

O Sr. João Vicente Goulart – Agente uruguaio. Preso por contrabando de armas e falsidade ideológica no Brasil. Vários desses agentes, não só ele, ficaram desamparados no fim das ditaduras. E a maioria partiu para os crimes comuns: roubos, contrabando, assaltos a banco. Sempre digo que não fui a uma prisão de

segurança máxima procurar um atestado de boa conduta. Fui ouvir um relato condizente com o que aconteceu.

O Sr. Mario Covas Neto – Apenas uma observação. A prescrição tem a ver com a pena imposta, não com a investigação do crime. A Comissão da Verdade, de maneira geral, e a nossa, em particular, não se preocupam com a punibilidade ou não punibilidade de alguém. Buscamos a recuperação da história. Acredito ser um pouco a sua busca também. Insisto: a circunstância de prescrever um crime não vale quando se investiga. Vale apenas para uma condenação.

O Sr. João Vicente Goulart – Nossa preocupação foi exatamente essa. Impedir a abertura de uma investigação de assassinato. De outro lado, creio que o Estado brasileiro tem a obrigação de ouvir os agentes. Outros países fizeram essa oitiva. Por que o Brasil não consegue? Alguns procuradores nos disseram: vocês deveriam ter pedido a abertura de uma ação cautelar para que o juiz pudesse ir aos EUA ouvir o Michael **Townley**²⁶⁴, por exemplo. Chegou ao cúmulo de um dos procuradores sugerir que ouvíssemos o homem pelo *skype*. Um homem com nome falso, que pertenceu à CIA e está no programa de proteção à testemunha, vai falar por *skype*?

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Está certo. Houve uma reunião, pelo que entendi, para discutir ou planejar a forma de assassinar o seu pai. Por favor, repita os nomes dos presentes.

O Sr. João Vicente Goulart – O relato é do agente Mario Neira. O Fleury teria vindo do Brasil. A reunião aconteceu no subsolo da Chefatura de Polícia de Montevideú, entre 6 e 10 de agosto de 1976. Estavam presentes Frederick Latrash, da CIA, encarregado de monitorar ligações de Montevideú a Buenos Aires, e dois agentes que o acompanhavam; o general Luís Queirolo, chefe de Inteligência das Forças Armadas Uruguaias; o delegado Fleury; o legista Dr. Carlos Milles, cujo codinome era Capitão Adônis. Foi nessa reunião que teriam decidido que Milles produziria compostos químicos venenosos, para substituir um dos remédios que João Goulart tomava para o coração.



Acervo CMSP

A assistência ouve João Vicente Goulart detalhar o cerco dos serviços secretos ao seu pai, João Belchior Marques Goulart, no exílio

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Seu pai morreu no dia 6 de dezembro, alguns meses depois?

O Sr. João Vicente Goulart – Sim. Teriam trocado o vidro de um medicamento no Hotel Liberty, na Argentina.

P – Tudo isso ele contou a você no presídio?

R – Sim. Existem depoimentos, que posso enviar depois. O ministro da Justiça na época era o Tarso Genro, que nos disse: “Chega de falar à imprensa. Neira falará com a Polícia Federal.” De fato, deu mais informações. Estão no inquérito feito pela Polícia Federal, correndo até hoje no Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul.

P – Onde morreu o seu pai?

R – Na Argentina. Naquele momento o Uruguai, a Argentina e o Chile conduziam permanentes e violentas perseguições. Mataram amigos do meu pai, foi uma desgraça. Hospedavam-se no mesmo Hotel Liberty, na Calle Corrientes. Vários exilados moravam lá, como o ex-senador uruguaio, Zelmar Michelini. Dez carros sem placa, os Falcon que os paramilitares usavam, pararam diante do prédio. À noite. Fecharam o hotel, subiram e tiraram o senador. Em maio de 1976. Meu pai também se preocupava com a própria segurança, porque já havia recebido o recado de Arraes.

P – O remédio foi trocado no hotel na Argentina? Porque as datas coincidem.

R – Sim. Meu pai tinha um médico na França, que mandava os remédios de lá para o

hotel.

P – Seu pai estava no hotel quando sequestraram o senador?

R – Não. Estava na fazenda. Houve invasão parecida no escritório dele, em Buenos Aires, que ficava na mesma rua, mais abaixo. Por ser prédio comercial, entraram com um carro-forte. Disseram que iam buscar valores. No escritório, só estava a secretária. Os homens vasculharam e foram embora. Então, ele tinha muito medo pela própria segurança.

Aí aconteceu que dois dias antes de ir para a Argentina, o ministério que cuidava dos exilados e da segurança em Montevideu mandou chamá-lo para depor. Ele comentou com a minha mãe que não tinha se humilhado com os milicos brasileiros e não ia se humilhar com os miliquinhos do Uruguai. Não compareceu. Mas saiu do Uruguai e fez um itinerário complexo. Voou com o Cessna dele, monomotor, e foi até uma ponte em Salto, na Argentina. Atravessou de barco, e seguiu de carro a Paso de los Libres. Ali pegou outro carro rumo à fazenda. Onde morreu. Dia 6 de dezembro. Meu pai tinha remédio nos vários lugares onde ficava. Eles monitoravam para saber quando tomaria certo remédio e trocaram esse. Não envenenariam todos porque deixaria rastro.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Relacionando esses fatos com a questão do Juscelino, João Goulart pensava em voltar para o Brasil?

O Sr. João Vicente Goulart – Sem dúvida. Minha irmã e eu morávamos em Londres, por segurança. Quando meu pai veio nos visitar pela última vez, participou de uma reunião grande com os exilados. Em Paris e em Genebra, para encontrar o Arraes, o Celso Furtado. Debateriam para chegar a um consenso sobre a volta dele. Talvez ajudasse a acelerar a abertura. E ele queria vir.

P – Essa reunião concluiu que a vinda do João Goulart para o Brasil poderia forçar o processo de abertura? Você lembra a data da reunião?

R – Foi na época em que meu primeiro filho nasceu, outubro de 1976. Dois meses antes de Jango morrer. Ele voltaria ao Uruguai, liquidaria alguns negócios de gado. Viria passar o Natal conosco. Depois, em Roma, falaria com o Papa. Planejava encontrar-se com o senador Edward Kennedy em Washington e em seguida desembarcaria no Brasil.

P – Ele tinha articulações aqui com o Juscelino ou o Lacerda?

R – Permanentemente com o Juscelino. O deputado José Gomes Talarico e o deputado Doutel de Andrade, do antigo PTB, estavam sempre articulando. Eram muito próximos do meu pai. Um ano antes, lembro de estar em Paris e de conversarem durante três horas no bar do Hotel George V. O Juscelino ficava nesse hotel. Deve ter sido em 1975. E, a respeito da volta do meu pai, temos um

documento liberado graças ao *habeas data*. O Frota comunica a todos os postos militares de alfândega que o João Goulart desembarcaria em algum lugar do Brasil. A ordem: prender e conduzir a uma unidade secreta.

P – Vocês tem esse documento?

R – Sim, por via judicial, um *habeas data*.

P – Você acha, nas suas pesquisas e vivência pessoal, viável que houvesse a candidatura do Jango à presidência em 1978, em eleição indireta? Várias forças que se uniriam para abreviar o regime dos militares?

R – Não. Nem tenho conhecimento disso. Mas a figura do presidente João Goulart era emblemática. Não representava só os trabalhistas. Era um símbolo da queda da democracia brasileira. Ou seja, em qualquer mudança de regime, Jango, o último presidente constitucional do país, representava restauração da vida democrática no país. O golpe de estado de 64 foi contra a Constituição brasileira. Quem eram os subversivos? Aqueles que subverteram a Constituição brasileira, e não aqueles que lutaram para restaurá-la. Entreguei à Comissão Nacional da Verdade um documento do III Exército, no dia do golpe na Argentina, 10 de junho de 76. Pedia informações sobre subversivos brasileiros que estavam no país e do primeiro subversivo, João Goulart. E que se tomasse seus depoimentos, logo que presos. A Operação Condor funcionava assim. No intercâmbio de informações, no intercâmbio de prisioneiros e na extinção de pessoas.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – No trabalho que realizamos aqui, ouvimos muita gente. Existia a crença de que um deles, JK, Jango ou Lacerda, assumiria o papel de candidato à Presidência da República, no Colégio Eleitoral, em 1978. Você, como filho, ou o instituto, entraram por essa vertente? Essa possibilidade teria causado a eliminação dos três.

O Sr. João Vicente Goulart – Sobre a articulação para o Colégio Eleitoral de 78, nada sei. Mas analisou-se muito, na reunião em Paris, a mudança que se previa na política externa dos Estados Unidos, com a possível eleição de Jimmy Carter. Em relação aos direitos humanos e à globalização, imposta pelo sistema econômico internacional. Os países integrados ao mundo globalizado teriam de ser conduzidos por democracias. Então, teria de haver uma abertura, sem líderes nacionalistas que almejassem a Presidência. Jango era um nacionalista um pouco à esquerda; Juscelino e Lacerda, nacionalistas de direita. De fato, em 1979 tivemos a anistia. Mas passaram-se dez anos para termos a primeira eleição presidencial. Em 1989.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Qual a sua opinião quanto ao controle das brechas que o governo militar abriu para a abertura? Havia a divisão entre o Geisel e o Frota. Em 1975, investiram contra o Partido Comunista. Mataram o Vlado. E muitos outros. Em 1976, contra o Partido Comunista do Brasil. Houve a chacina da

Lapa e o extermínio de sua direção. Sem luta armada, sem militantes de organizações clandestinas, investiram contra democratas e liberais E aí morreu Juscelino naquele acidente provocado de forma engenhosa. E morreu seu pai, João Goulart, com todos os indícios de trama. E resta a questão do Lacerda, morto em circunstâncias a esclarecer. Assim, controlaram a abertura. Você acha que esse movimento de extermínio das forças de resistência à ditadura, poderia atrapalhar os planos de abertura controlada?

O Sr. João Vicente Goulart – Olha, sem dúvida alguma, temos indícios gravíssimos. No caso do Juscelino, é de conhecimento público que o Contreras escreveu para o Figueiredo, enquanto chefe do SNI, relatando a preocupação com a ascensão do Carter nos Estados Unidos. Contreras colocou o nome de Juscelino como um dos entraves da ditadura. Sabe-se que o Brasil estava presente quando se formou a Operação Condor. Aliás, a ditadura brasileira tem uma característica: a cara é oculta, aparecem só os tentáculos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Mão de gato.

O Sr. João Vicente Goulart – Mão de gato. Procuramos conhecer os fatos, mas ainda existe grande autoproteção. Um dos documentos que conseguimos é do Agente B, brasileiro. Ele se reporta ao DOPS assim: “Ontem estivemos de forma clandestina no apartamento do ex-presidente João Goulart {...} subtraímos da gaveta de seu quarto carta do General Perón, carta do deputado Ulysses Guimarães, carta de não sei quem...”.

Então, me digam: esse Agente B, capaz de subtrair várias cartas do criado-mudo dentro do quarto do meu pai, não pode trocar um remédio? Agora, quem é o Agente B? Esse é o segundo estágio. Ele ainda está embaixo dos tapetes dos quartéis e dos generais brasileiros.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós vamos chegar lá. Se Deus quiser.

O Sr. João Vicente Goulart – Tomara.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Com a palavra o vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Apenas para esclarecer, houve uma intervenção do Clube Militar para impedir a exumação do Jango, judicialmente?

O Sr. João Vicente Goulart – Não, não houve, apesar do zum-zum-zum de que contestariam. Teses existem muitas, vereador. De qualquer forma não se pode mais fazer exumação, está extinta.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Sim, mas não apareceu nenhuma oposição clara?

O Sr. João Vicente Goulart – Não, porque a exumação foi feita diretamente pela

Comissão Nacional da Verdade. Essa é uma circunstância que em parte facilitou. De outra parte, dificultou. Por exemplo, toda a exumação do poeta Neruda é conduzida por um juiz, com autonomia para fazer o necessário: laboratórios e oitivas. Nós, aqui, não conseguimos isso, o que facilita quanto a recursos, impedimentos. Porém dificulta porque as ações colaterais, oitivas ou pedido de desclassificação de documentos ficam subordinadas ao Ministério Público, que não toma as providências necessárias.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Os fortíssimos indícios do assassinato de João Goulart pelo regime militar brasileiro, que corre na boca do povo, precisam ser reconhecidos nos termos da lei. Convivemos com a imensa injustiça do Brasil em relação ao seu pai e a outros brasileiros democratas. Eu tinha 12 anos quando João Goulart foi deposto. Um tio, que me ensinou o que era justiça social, teve um infarto do miocárdio no momento em que soube que o João Goulart fora deposto. Doente, infartado, foi preso num quartel do Exército. Apesar das discordâncias, o regime praticou um ato baixo e covarde. Os brasileiros sofreram isso. Agradeço muitíssimo a sua vinda, muito produtiva.

O Sr. João Vicente Goulart – Eu agradeço a oportunidade. É dever de todo exilado mostrar às novas gerações o que vivemos, aprendemos e sofremos. Faz parte da luta pela liberdade e a legalidade do sistema democrático de nossa Constituição.

Quero lhe dizer que, para mim, foi uma honra estar aqui com vocês, em São Paulo. Mandarei à Comissão todos os nossos documentos, inclusive os referentes ao Agente B e a Sylvio Frota. Que sirvam para embasar a realidade que o país viveu. Grande parte da nossa população as desconhece. E que tornem o Brasil mais justo, livre e soberano para os nossos filhos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Perfeito. Informo que temos sofrido retaliações políticas de setores que discordam de nosso empenho em levantar o véu da verdade, descobrir a verdadeira história. Sobrevivemos das masmorras do DOI-CODI, das torturas. Continuaremos até o fim. Sem espírito de vingança nem retaliação. Não somos iguais a eles. Não queremos ser, jamais. Declaro encerrados os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Muito obrigado.

Grupo de guerrilha urbana que atuou antes e durante a ditadura no Uruguai, de 1973 a 1985. O nome vem de Tupac Amaru, líder indígena que liderou a maior rebelião anticolonial da América do Sul contra os espanhóis no século XVII, no vice-reino do Rio da Prata e no Peru.

A professora Elena Quinteros foi presa por forças de segurança no jardim da embaixada da Venezuela em Montevideú, onde tentava pedir asilo. E desapareceu. O caso levou ao rompimento das relações diplomáticas entre a Venezuela e o Uruguai, reatadas com o retorno da democracia.

Assassino profissional, agente da CIA na DINA, a polícia secreta chilena. Confessou o assassinato de Orlando Letelier e cumpriu 62 meses de prisão. Com a delação premiada não foi processado nem extraditado para a Argentina pelo assassinato, em 1974, do general chileno Carlos Prats e sua esposa, Sofia, por carro-bomba em Buenos Aires. Na Itália o condenaram em 1993, *in absentia*. Tentara matar

em Roma o deputado chileno democrata-cristão e opositor da ditadura de Pinochet, Bernardo Leighton. Townley trabalhou na produção de armas químicas no Chile com o coronel Gerardo Huber e Eugenio Berrios, bioquímico da DINA. O pai de Townley foi agente da CIA no Chile e na Venezuela.



PALMAS AOS CASSADOS

Moacir Longo, cassado em 1964, presidiu a sessão que devolveu os mandatos aos cassados ou a seus familiares: democracia é luta permanente

CAPÍTULO XX

Dia de festa

Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

Dia 9 de dezembro de 2013, 19 horas. O Plenário 1º de maio, localizado no 1º andar do Palácio Anchieta – morada oficial da Câmara Municipal de São Paulo – está repleto. Começa a cerimônia da devolução simbólica de mandatos de vereadores cassados. Estão presentes vereadores da Casa e numerosas autoridades, além de familiares dos homenageados que se pôde localizar. O presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, Gilberto Natalini, apresenta os componentes da Mesa solene:

“Presidem a Mesa, significativamente, os vereadores Moacir Longo, de 84 anos, atual presidente de honra do PPS, cassado pela ditadura em 1964, que presidirá a sessão. E Armando Pastrelli, 95 anos, vereador cassado pela ditadura do Estado Novo em 1937 e barrado na porta da Câmara em 1948, quando quis assistir à posse de colegas. Duas ditaduras, pobre Brasil violentado. Começamos a devolução simbólica dos mandatos com esses dois nobres vereadores, na cerimônia que encerra as atividades da nossa Comissão da Verdade, em 2013. Ditadura nunca mais!”

(palmas)

“Os demais componentes da mesa são os vereadores José Américo (PT), presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Juliana Cardoso (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, e Orlando Silva (PC do B), líder da bancada do seu partido na Câmara Municipal. E a minha pessoa (Gilberto Natalini, do PV).”

O mestre de cerimônias convida a todos para que seja entoado, em pé, o Hino Nacional Brasileiro.

(Canta-se o Hino, havendo à frente um vídeo com a letra escrita e em libras, a linguagem dos sinais.)

O vereador José Américo informa:

“A presente sessão solene se destina ao desagravo das cassações de mandatos de vereadores eleitos pelo povo e à restituição simbólica dos seus respectivos mandatos, de acordo com a Resolução nº 13 de 17 de abril de 2013, desta Casa. Por meio dela reconheceu-se o caráter antidemocrático e injusto da cassação dos direitos políticos de vereadores eleitos em 1937, a cassação dos diplomas dos vereadores eleitos em 1952, a cassação de direitos políticos de vereadores eleitos nos anos de 1964 e 1968. Passo a palavra ao presidente, vereador Moacir Longo. Muito obrigado.

O vereador e jornalista Moacir Longo, eleito em 1963 pelo Partido Socialista

Brasileiro, o PSB, e cassado em 1964, foi enfático:

“Esta solenidade denuncia um passado de arbitrariedades e a ausência permanente de um regime de democracia plena. Pergunto: quando houve democracia no Brasil, para que se pudesse falar em redemocratização?”

Longo reconhece que em certos períodos houve empenho em se estabelecer a democracia, porém com efêmeros resultados:

“Democracia não é meramente política. Tem de ser social, ou seja, de acesso total a direitos para todos os cidadãos. Luta permanente, portanto”.

O vereador homenageia o juiz eleitoral Dr. Cassiano Marcondes Rangel, que concedeu o registro de sua candidatura, apesar do dossiê acusador do DOPS. A medida desvaneceu-se com o golpe militar.

“A Câmara foi solidária e muitos trabalharam para que eu saísse livre, com objetivo de lutar em meu partido e reunir forças contra a ditadura, embora vivesse na clandestinidade”, destaca. “Este evento é simbólico pela afirmação democrática da Câmara e a necessidade de reafirmar, sem esmorecer, um Brasil realmente democrático para todos os brasileiros. Nada fiz de extraordinário, não cometi nenhum ato heroico. Fui sempre um militante dedicado à disciplina e às tarefas do **Partido**²⁶⁵.”

Moacir Longo começou na militância do PCB em 1946, aos 16 anos, operário recém-chegado à capital paulista – vinha de Taquaritinga. Participou de greves e protestos. Enfrentou a primeira prisão aos 19 anos e aprendeu jornalismo em jornais do partido.

Em 1963, o PCB o designou para ser candidato a vereador pelo PSB, que naquele ano acolheu os candidatos comunistas. Eleito, exerceu o mandato até o golpe de 1964. Sua carta de despedida, lida no plenário pelo colega David Lerer, do PSB, qualificou o novo governo de “regime de terror”. Preso em 1972, foi levado ao DOI-CODI. Sofreu torturas e dois anos nos presídios Tiradentes e Hipódromo. Na prisão escreveu o livro *Brasil: os Descaminhos do País das Terras Achadas*²⁶⁶. Vive com a esposa, Leda Rosa dos Santos Neto. O casal tem duas filhas.

Ética e coragem nos arquivos

Próximo a falar, o comovido vereador Gilberto Natalini, presidente da CMVVH, observa que sente emoções agrídoces:

“Um misto de felicidade ao restaurar o papel daqueles representantes do povo, e de tristeza pela interrupção brutal de suas contribuições para a cidade”, explica. “Vivemos um momento democrático inédito, mas sabemos olhar para trás e vemos o que se perdeu. Por mais queixosos que possamos estar com o que acontece no país, temos de combater os que se levantam e apelam por uma alternativa autoritária.”

Em uma de suas várias prisões durante a ditadura militar, Gilberto Natalini

encontrou Moacir Longo na cela. Em consequência a plateia sente, quase palpável, a absurda e anacrônica tendência de minorias vociferantes a desejar o retorno de uma ditadura militar.

“Para consertar os erros da democracia, só a vontade democrática do povo!” conclama Natalini.

A vereadora Juliana Cardoso, vice-presidente da CMVVH, destaca:

“A cerimônia fortalece o espírito democrático e é eloquente afirmação de que jamais se permita uma nova ditadura.”

Na mesma linha, o vereador Orlando Silva enaltece o trabalho e o esforço conjunto que dá robustez à democracia:

“Impedir a posse desses parlamentares se constituiu em ato de inominada violência contra a democracia e os princípios da soberania popular”, afirma. “Com o nosso gesto, a atual legislatura permite que esta Casa de Leis se encontre com a sua história e reforce a própria vocação democrática.”

A juíza Dra. Clarissa Campos Bernardo, que representa o Tribunal Regional Eleitoral, assegura que devolver os mandatos aos cassados proclama a consolidação da democracia. A magistrada homenageia o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Mario Guimarães (1889-1976), que manteve o registro das candidaturas de 1947, permitindo que a Justiça Eleitoral diplomasse os eleitos – o que, depois, o Tribunal Superior Eleitoral cassou. O obrigatório registro da firmeza do desembargador é um registro precioso para que a memória de comportamentos éticos e corajosos seja conservada.

“Preservem os documentos!”, adverte, em seguida, a juíza. “Eles é que permitem o resgate das provas documentais da Comissão da Verdade e a oficialidade do gesto da Câmara. Qualquer instituição, a pública em especial, deve obrigatoriamente preservar a sua memória. Do contrário, fracassará em tornar efetivos os seus objetivos e finalidades”.

Em relação à advertência da juíza, é preciso reconhecer que, infelizmente, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog não conseguiu descobrir o paradeiro de parte dos familiares de vereadores que perderam seus mandatos. Tornou-se impossível convidá-los a todos e entregar-lhes o pergaminho da diplomação simbólica.

A história de Eliza, por Fanny

Entre os localizados encontram-se as filhas de Elisa Kauffmann Abramovich, a primeira mulher eleita para a Câmara Municipal de São Paulo, em 1947. Fanny Abramovich é conhecida escritora de livros infantis e pedagoga. Irene é médica.

Fanny deu um depoimento sobre a mãe para um dos artigos do livro *São Paulo na Tribuna: Primeira Legislatura (1948-1951)*, editado pela Câmara paulistana. Ela descreve a sua admirável mãe:

“Tinha 28 anos quando foi eleita vereadora pelo PST, tornando-se a primeira mulher na Câmara Municipal de São Paulo. Morreu muito jovem, em 1943, aos 43 anos.”

Elisa, lembra a filha, nos explicou por que deveríamos ser independentes e ganhar o próprio dinheiro. Irene e Fanny, com autoconfiança e satisfação pela autonomia, aos 14 anos davam aulas particulares e recebiam o suficiente para as suas despesas.

Autodidata, Elisa trabalhou como florista antes de entrar na Organização Feminina Israelita de Assistência Social, OFIDAS. Atendia judeus sobreviventes do Holocausto e outros, como os refugiados do Egito na década de 50. Entre 1958 e 1962 dirigiu o Colégio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem, por designação do PCB. Escola de educação pluralista, de estímulo à liberdade de pensamento.

“Mudou a cara da escola ao romper com o sistema formal de educação. Ampliou-a, abriu janelas e portas, inovou, abrigou”.

A escritora prossegue:

“Minha mãe, Elisa Kauffmann Abramovich, foi sobretudo comunista. Até na cor dos cabelos, ruiva. Comunista ardorosa, inabalável, corajosa. Comunista visceral (...); comunista teatral, reproduzindo gestos e falas da Dolores Ibárruri, La Passionária. Ou da Olga Benário. Com emoção. Recitava poemas... Minha mãe sempre quebrou os códigos e clichês esperados...”

A vereadora Juliana Cardoso impressiona-se com o relato de Fanny Abramovich, em particular quando a descreve como uma “comunista ardorosa e visceral, que sempre quebrou os códigos e clichês esperados”. Para Juliana, um dos sentidos da cerimônia está em trazer à vida um passado de desaparecidos e perseguidos políticos.

“Tentaram apagar, como se nunca tivessem existido. Não permitimos!” garante.

A intenção de cassar os 15 mandatos de vereadores comunistas veio do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, afinado com Victorino Freire, presidente do diretório nacional do Partido Social Trabalhista – **PST**²⁶⁷. O PCB fora legalizado em 1945, no clima de euforia democrática após a derrota do nazismo. Contudo, o TSE cassou seu registro em 7 de maio de 1947 (dois anos depois do término oficial da II Guerra em território europeu, 8 de maio). Para a eleição de 9 de novembro de 1947, o Diretório Estadual do PST em São Paulo acolheu os candidatos do PCB. Porém Victorino Freire passou uma rasteira baixa no Diretório Estadual. Declarou-o irregular e pediu a anulação do registro dos seus candidatos. O TSE colaborou, concluindo pela inexistência da direção do PST no Estado, para assim acatar o pedido. Praticou o esbulho no dia 31 de dezembro de **1947**²⁶⁸.

O jornalista Milton Bellintani, diretor-executivo da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e coordenador da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, aponta:

“Toda a história brasileira é marcada por atos de exacerbação do poder do Estado.”

Abaixo, algumas histórias resumidas de vereadores cassados, cujos familiares se contatou.

Pastrelli

O vereador Armando Pastrelli nasceu em Catanduva (SP), filho de uma lavadeira que criou sozinha três filhos. Só pôde estudar até a terceira série do ensino fundamental e tem orgulho de ser autodidata. Escreveu centenas de crônicas para o jornal *Folha do ABC* e publicações do Rotary Club, do qual foi presidente. Por ter recebido o Prêmio Talentos da Maturidade e uma comenda da Academia Brasileira de História, gosta de ser chamado de comendador.

“É alguém que presta serviços relevantes a uma comunidade”, explica.

Pastrelli foi operário metalúrgico. Certa vez, nessa condição, em uma reunião de empresários e metalúrgicos em greve, o representante patronal apresentou aos operários a planilha de custos da fábrica, para provar que a demanda salarial era excessiva. Em resposta, Pastrelli ofereceu-lhe a lista de compras de uma família de operário. Por essa e outras ações de liderança o PCB lhe propôs disputar as eleições municipais de 1947. Elegeu-se.

Cassado e perseguido pela polícia decidiu recomeçar a vida primeiro no Amapá e depois ao lado do irmão, em Londrina (PR). Começou a fabricar máquinas para o ramo gráfico em uma pequena oficina, cresceu e deixou de ser operário. Afirma que manteve os ideais de justiça social embora “do outro lado”, com 100 funcionários. Viveu durante 64 anos com Catarina Tabain Pastrelli, falecida. Tiveram uma filha, quatro netos e cinco bisnetos.



Os presentes cantam o Hino Nacional

Luchesi

Ramiro Luchesi foi eleito pelo Partido Socialista Brasileiro em 1951. Ferrovário de Campinas, mudou-se para São Paulo ao entrar no movimento sindical, em 1949. Cassado ainda antes de assumir o mandato, em 1952, passou à clandestinidade como os outros companheiros do PCB.

Sua família veio à Câmara Municipal receber a devolução simbólica de seu mandato: a filha Itamar, pedagoga aposentada, a neta Lígia e o bisneto Enzo.

“Depois da cassação mudamos de cidade. Mas voltamos a São Paulo e meu pai trabalhou como jornalista para o Partido”, relata Itamar. “Ele foi o homem mais extraordinário que conheci. Pai maravilhoso, marido exemplar, dedicado à vida política porque queria fazer o bem para o povo. Nunca desistiu. Amava o Brasil.”

Donoso

Por ter sido combatente em 1932, as cinzas do ex-cabo Antonio Donoso Vidal estão depositadas no Mausoléu dos Heróis de 32. Militante do PCB, esteve entre as centenas de pessoas levadas ao presídio Maria **Zélia**²⁶⁹ por Getúlio Vargas, envolvidas ou não no levante fracassado de 1935. Sua filha, Sonia Olga Colletti Donoso e Barros, mantém a tradição de cultuar a sua memória.

Abílio

O Partido Trabalhista Nacional participava da Coligação Aliança Autonomista pela Paz e Contra a Carestia, nas eleições de 1952. Ambas as palavras, paz e carestia, alertavam os conservadores e a polícia política para a influência do Partido Comunista. Em especial, paz tornara-se um código para comunismo naquele

momento da guerra fria. Em 1949, o pintor espanhol Pablo Picasso, filiado ao Partido Comunista Francês, desenhara a sua Pomba da Paz para o Congresso da Paz em Paris e Praga, de inspiração soviética. A pomba tornou-se um símbolo universal.

A guerra da Coreia (1951-1953) motivou um debate sobre a participação de tropas brasileiras ao lado dos Estados Unidos. No dia 7 de setembro de 1950, no Vale do Anhangabaú, durante o desfile, a militante comunista Eliza Branco, costureira de clientela burguesa, abriu uma faixa diante do palanque das autoridades, com os dizeres “Os soldados nossos filhos não irão para a Coreia”. Foi condenada por um tribunal militar a quatro anos e três meses de **prisão**²⁷⁰.

Nesse contexto o vereador Abílio Martins da Costa e o gráfico linotipista Dante Pelacani perderam seus mandatos. Ambos pelo PTN. Pelacani iniciara a sua militância sindical em 1948. Abílio foi representado por dois sobrinhos, o mecânico Jeferson Dedono Martins, de 48 anos, e o professor Marcos Augusto Ferreira Marques, de 50 anos.

“É um reconhecimento importante para a família”, comunica Martins. “Nosso tio Abílio, homem de grande honestidade, falava muito de política e insistia: todas as pessoas devem ter qualidade de vida.”

Familiares de outros vereadores que a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog conseguiu localizar: Iturbides Bolivar de Almeida Serra, Adroaldo Barbosa Lima, Calil Chade, Mauro Gattai (irmão de Zélia Gattai) e Carlos Niebel.

Os cassados de três períodos

Nem só de esquerda foram os vereadores cassados. Houve alguns militares de direita que, apesar do apoio ao golpe de 1964, perderam seus mandatos. E de um admirador ostensivo do nazismo alemão e do fascismo italiano, José Ferreira Alves Cyrillo, pertencente à Ação Integralista Brasileira. Suas manifestações se caracterizavam por tal radicalismo fascista que o cassaram. Convém lembrar, aqui, que o general presidente Castelo Branco, quando tenente-coronel, chefiara a Seção de Operações da Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a II Guerra Mundial. Com a missão de combater os alemães na Itália.

“Nossa ideia central de restituição de mandatos era fazer justiça a pessoas que foram perseguidas”, justifica Gilberto Natalini. “Eles foram eleitos pela soberania popular. Houve debates entre nós, a respeito dos direitistas extremados, mas a tese terminou consensual.”

Além dos cassados de 1946 já citados, os demais comunistas foram (*in memoriam*): Benedito Jofre de Oliveira, Benone Simões, Luis João, Mario de Sousa Sanches, Meir Benaim, Orlando Luis Pioto e Raimundo Diamantino de Sousa.

Dos outros partidos, eleitos em 1937, *in memoriam*:

Partido Constitucionalista

Alcides Chagas da Costa, Alexandre de Albuquerque, Antônio Cândido Vicente de Azevedo, Francisco Machado de Campos, José Cerquinho de Assumpção, José Pereira da Rocha Filho, Luiz Augusto Pereira de Queiroz, Miguel Paulo Capalbo, Modesto Naclério Homem, Thiago Masagão Filho, Thomaz Lessa.

Partido Republicano Paulista

Abraão Ribeiro, Achilles Bloch da Silva, Gaspar Ricardo Júnior, José Adriano Marrey Júnior, Luiz Tenório de Brito, Orlando de Almeida Prado, Reynaldo Smith de Vasconcelos, Sylvio Margarido.

Ação Integralista Brasileira

José Ferreira Alves Cyrillo.

Coligação Aliança Autonomista pela Paz e Contra a Carestia, em 1952, Partido Social Democrático

in memoriam.

Floriano Francisco Desen e Ramiro Luchesi.

Partido Trabalhista Nacional

in memoriam.

Abilio Martins da Costa, Dante Pelacani.

Vereador eleito em 1963 pelo Partido Socialista Brasileiro

Moacir Longo.

Movimento Democrático Brasileiro – MDB, em 1969

in memoriam

Francisco Mariani e José Tinoco Barreto.

Razões para cassar golpistas

Pergunta óbvia: por que cassaram apoiadores do golpe de 64? José Tinoco Barreto e Francisco Mariani Guariba, ambos do MDB, eram até militares. Aparentemente, o erro de Tinoco foi denunciar atos de corrupção do governo, por acreditar que, além de caçar esquerdistas, os militares fossem cumprir a promessa de combater os corruptos. O Conselho de Segurança Nacional anunciou a cassação de Tinoco em 16 de janeiro de 1969.

Em 1º de julho de 1969 chegou a vez de Guariba, ex-presidente do Círculo Militar de São Paulo. No seu *curriculum vitae*, datado de 1971, disponível na Biblioteca da CMSP, o general revela que denunciou “alguns erros da Revolução de 31 de março, em São Paulo, particularmente por ter deixado no poder falsos e tardios líderes revolucionários”.

Mas o motivo de sua cassação seria mais mesquinho:

“Tudo foi movido por perseguição ou antipatia pessoal, tão comum no governo de força, no qual o cidadão é punido sem ter o mais elementar e sagrado direito de se defender”, afirmou Guariba no **documento²⁷¹**.

O vereador Moacir Longo destaca:

“Juiz titular da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, José Tinoco Barreto era um linha dura na perseguição aos dissidentes políticos e o mais radical dos anticomunistas da época.”

No final, os motivos para as cassações de Guariba e Tinoco são obscuros, já que se davam por decreto do governo. E ponto final.

Paulo Augusto Baccarin, procurador legislativo-chefe da Câmara Municipal de São Paulo, considera o reestabelecimento simbólico do mandato dos 42 vereadores cassados uma reparação histórica em que não se deixa os fatos embaixo do tapete. A sociedade reconhece o ilegítimo.

O procurador acrescenta:

“A maioria das cassações ocorreu em períodos ditatoriais, mas em democráticos também, como no governo de Eurico Dutra e no segundo governo de Getúlio Vargas. Foram ilegítimas porque dirigidas contra os comunistas. Por atos de consciência e não impropriedades. Atentados à própria pluralidade da democracia.”

Cassações, hoje

Depois da redemocratização, políticos são cassados com base em duas acusações. Uma, por improbidade administrativa. Outra, por quebra de decoro parlamentar.

No primeiro caso, o parlamentar é cassado por sentença judicial, depois de um processo no Judiciário. A decisão subordina-se aos termos da lei. No segundo caso há uma cassação política por conduta incompatível e subordina-se à decisão de seus pares.

Uma conduta incompatível envolve um conceito jurídico aberto. A sociedade o define, pois depende da moralidade da época. Um exemplo simples:

antigamente, a parlamentar que usasse calças compridas atentava contra o decoro. Hoje, não mais.

Para as duas acusações exige-se processo legal, com observação rigorosa do contraditório e da ampla defesa.

Todos ao saguão

No final da sessão solene, distribuídos aos familiares os diplomas de restituição dos mandatos, todos os presentes são convidados a descer ao andar térreo, para o descerramento da placa que desagrava os vereadores eleitos pelo povo e cassados pelo

arbitrio.

Há um alegre tumulto diante da placa de alumínio escovado, ao lado da escadaria principesca do Palácio Anchieta, onde se leem, gravados, os nomes dos 42 parlamentares impedidos de exercer seus mandatos. Todos são filhos, irmãos, netos, sobrinhos, ou parentes afastados daqueles homens e da única mulher, Elisa Kauffmann Abramovich, a primeira vereadora da Câmara Municipal de São Paulo. Todos querem tirar uma foto apontando com o dedo o nome do ente querido.

A Câmara Municipal, em sua morada no Palácio Anchieta, tem 42 novos vereadores, presentes na placa entre os mármorees do saguão. Estão inscritos na história da Cidade de São Paulo.

Veja-se *O Longo Caminho de Moacir*, documentário da série *Brasileiros e Militantes*, do historiador Ivan Alves Filho e do editor e cinegrafista Rodolpho Villanova (Fundação Astrojildo Pereira). Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

Segundo Weliton Resende, do Blog Controle Social, Victorino Freire era um oligarca marinhense que reinou até passar o cetro à oligarquia dos Sarney. Por seu prestígio com o general Eurico Gaspar Dutra, então presidente da República, tinha domínio sobre políticos. Fraudes eleitorais caracterizaram o período de seu poder, sob a proteção do pai de José Sarney, desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Informações prestadas pelo Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por José D'Amico Bauab, pesquisador do CEMEL. Mais: *A primeira eleição ao parlamento paulistano pós-ditadura Vargas e o drama dos vereadores comunistas*, de sua autoria, em *São Paulo na Tribuna (1948-1951)*, org. de Luiz Manechini Casadei, 2012. E, de Marília Gabriela Buonavita e Ubirajara de Farias Prestes Filho, *O Debate Político na Câmara Municipal de São Paulo entre 1936 e 1937: o integralismo e a liberal-democracia*. Em *Paulistânia eleitoral: ensaios, memórias, imagens*, de José D'Amico Bauab.

Presídio político improvisado que funcionou em 1936 e 1937, em condições bestiais, em uma fábrica desativada no Belenzinho (*zona leste de São Paulo*). Objetivo: prender comunistas, socialistas, anarquistas e quaisquer opositores, sob o pretexto do levante frustrado de 1935 contra Getúlio Vargas, liderado por Luís Carlos Prestes. Diante de uma tentativa frustrada de fuga do Maria Zélia, guardas enfileiraram os recapturados, surrando-os ao tangê-los para dentro. Aos quatro últimos, fuzilaram: Augusto Pinto, João Varlota, José Constâncio da Costa e Maurício Maciel Mendes. A este, que sobreviveu aos disparos, assassinaram a coronhadas no rosto.

O movimento por sua libertação levou a novo julgamento. Absolvida, deixou a prisão em um ano e oito meses.

É conhecida a caça às bruxas instalada depois do golpe de 1964, das fábricas às universidades, além dos mandatos políticos ceifados. No capítulo VI, Ivan Seixas aponta as ASIs (Assessorias de Segurança e Informação), ligadas a múltiplas instituições: embaixadas, empresas estatais, empresas privadas, universidades. Leia-se o seguinte trecho do livro *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978*, da Associação dos Docentes da USP. Adusp, 2004: “O próprio de todo expurgo é o vício fundante de envolver necessariamente no processo as referências pessoais, os ódios e antipatias, a parcialidade dos acusadores. Por isso mesmo é que o expurgo possui uma afinidade estrutural fundamental com o fascismo. Dependendo de denúncia anônima e da calúnia, mobiliza a mesquinhez, o espírito vingativo e abre espaço para todo e qualquer tipo de oportunismo. {...} o processo de expurgo constitui instrumento político que favorece a ascensão às posições de mando, de um lado, dos espíritos mais tacanhos e intolerantes, de outro, dos oportunistas {...} as duas coisas (não são) mutuamente exclusivas.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

RESTITUI SIMBOLICAMENTE OS MANDATOS DE 42 VEREADORES QUE, ELEITOS PELO VOTO DIRETO DOS PAULISTANOS, FORAM CASSADOS OU IMPEDIDOS DE ASSUMIR DEVIDO A ATOS ARBITRÁRIOS E AUTORITÁRIOS.

RESOLUÇÃO Nº 20/2013

RECEBEM A JUSTA HOMENAGEM OS VEREADORES QUE:

I - TIVERAM SEUS MANDATOS CASSADOS POR FORÇA DA CONSTITUIÇÃO OUTORGADA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1937 QUE, EM SEU ART. 178, DETERMINAVA: "SÃO DISSOLVIDAS NESTE DIA A CÂMARA DOS DEPUTADOS, O SENADO FEDERAL, AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS E AS CÂMARAS MUNICIPAIS".

ACHILLES BLOCH DA SILVA
ALCIDES CHAGAS DA COSTA
ALEXANDRE ALBUQUERQUE
ANTONIO CANDIDO VICENTE DE AZEVEDO
ANTONIO JOSÉ DE FREITAS
FRANCISCO MACHADO DE CAMPOS
JOSÉ ADRIANO MARREY JUNIOR
JOSÉ FERREIRA ALVES CYRILLO
JOSÉ FERREIRA DA ROCHA FILHO
LEONARDO PINTO

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE QUEIROZ
LUIZ TENORIO DE BRITO
MIGUEL PAULO CAPALBO
MODESTO NACLERIO HOMEM NETTO
ORLANDO DE ALMEIDA PRADO
REYNALDO SMITH DE VASCONCELLOS
SYLVIO MARGARIDO
SYNESIO ROCHA
THIAGO MASAGÃO FILHO
THOMAZ LESSA

II - PERDERAM SEUS MANDATOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961, POR ORDEM DA SUPREMA TRIBUNAL FEDERAL, DEVIDO A CASSAÇÃO DO REGISTRO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL EM MAIO DO MESMO ANO.

ADROALDO BARBOSA LIMA
ANTONIO DONOSO VIDAL
ARMANDO PASTRELLI
BENEDICTO JOFRE DE OLIVEIRA
BENONE SIMÕES
CALIL CHADE
CARLOS NIEBEL
ELISA KAUFFMANN ABRAMOVICH

ITURBIDES BOLIVAR DE ALMEIDA SERRA
LUIZ JOÃO
MÁRIO DE SOUZA SANCHES
MAURO GATTAI
MEIR BENAÏM
ORLANDO LUIS PIOTO
RAIMUNDO DIAMANTINO DE SOUZA

III - ELEITOS EM 14 DE OUTUBRO DE 1951 E TIDOS COMO "CANDIDATOS DE PRESTES", DEVIDO AO APOIO RECEBIDO DO LÍDER COMUNISTA, FORAM IMPEDIDOS DE ASSUMIR A VEREANCIA.

ABÍLIO MARTINS DA COSTA
DANTE PELLACANI

FLORIANO FRANCISCO DEZEN
RAMIRO LUCHESI

IV - ELEITO EM 1963, FOI CASSADO POR ATO DA DETADORA MILITAR EM 12 DE JUNHO DE 1964.

MOACIR LONGO

V - ELEITOS EM 15 DE NOVEMBRO DE 1968, FORAM CASSADOS EM 1969, TAMBÉM POR ATO NORMATIVO DE EXCEÇÃO DA DETADORA MILITAR.

FRANCISCO MARIANI GUARIBA

JOSÉ TINOCO BARRETO

SÃO PAULO, PALAÇO ANCHIETA, 9 DE DEZEMBRO DE 2013.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE 2013

JOSÉ AMÉRICO (PT)
PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO CUNHA (PSD)
1º VICE-PRESIDENTE

AURÉLIO MIGUEL (PSU)
2º VICE-PRESIDENTE

CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)
1º SUPLENTE

ANTÔNIO ASSIS (PTB)
2º SUPLENTE

OSLON BRANCO (FIOCRUZ)
1º SUPLENTE

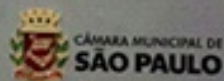
LUISOTER SILVANO (PV)
2º SUPLENTE

ASSINAM A RESOLUÇÃO 20/2013

GILBERTO NATALINI (PV)
JULIANA CARDOSO (PT)
ORLANDO SILVA (PCDOB)

JOSÉ AMÉRICO (PT)
LAÉRCIO BENKO (PHS)
RICARDO YOUNG (PPS)

JOSÉ POLICE NETO (PSD)
MARIO COVAS NETO (PSDB)
RUBENS CALVO (PMDB)



EM DEFESA DA MEMÓRIA

Placa no saguão da Câmara Municipal homenageia os vereadores
que tiveram os mandatos cassados

CAPÍTULO XXI

A verdade exige mais

“É preciso não confundir a verdade com a maioria.”

Jean Cocteau (1899-1963), poeta, dramaturgo, cineasta francês.

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog dedicou-se a encontrar, no seu espaço limitado à cidade de São Paulo, a verdade do período sombrio que atirou o Brasil em um retrocesso do qual ainda não conseguiu sair. Sinais eloquentes vêm do nível de nossa educação, da voracidade dos corruptos. Sintomática a perseguição que levou numerosas cabeças a se exilar, enriquecendo países do primeiro mundo com o seu talento.

A verdade tem dimensões gigantescas e depende de múltiplas adesões. Cada comissão da verdade é uma pequena pedra de mosaico, que no final poderá formar um conjunto compreensível e realista – como na obra *25 de Outubro* de Elifas Andreato, na Praça e Memorial Vladimir Herzog, junto ao prédio da Câmara Municipal de São Paulo, o Palácio Anchieta.

A despedida

Em 9 de dezembro de 2014 realizou-se a sessão de encerramento da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. O sentimento dos vereadores era misto. De um lado, a satisfação por terem cumprido o projeto que se propuseram. De outro, a consciência de que a tarefa não tem fim. O vereador Gilberto Natalini expressou o que os componentes da Comissão, a vice-presidente Juliana Cardoso, o relator Mario Covas Neto, os demais membros - Laércio Benko, Rubens Calvo, Ricardo Young, Toninho Vespoli - e ele próprio, o presidente, sentiam:

“Ouvimos personagens dos dois lados. Quem sofreu, quem infligiu sofrimento. Delfim esteve sentado conosco, aqui nesta mesa. Zombou da gente, mas tudo bem. O que é dele está guardado. Agimos com correção.

Agradeço muito ao relator da Comissão Municipal da Verdade e aos demais vereadores. A vocês e à sociedade civil, à militância que veio, ajudou, enriqueceu, propôs ideias, trouxe gente. À imprensa que cobriu o nosso trabalho.

A única pena foi a diferença que houve entre nós e a Comissão Nacional da Verdade sobre a morte de Juscelino. Lamento profundamente que depois de todo o trabalho que desenvolvemos, a CNV reedite um julgamento de 1976 e condene de novo o pobre motorista da Viação Cometa, sem ouvi-lo, como responsável pela morte de Juscelino. Não há produto de limpeza que remova essa mancha. Não consigo

entender por que agiram assim. De qualquer forma, na democracia convivemos com esses fatos também.

No mais, a busca pela verdade não termina hoje, amanhã, talvez nesta geração. Ela é composta de uma soma quase infindável de fatos e temos de encarar com persistência a necessidade de encontrá-los, submetê-los à verificação. Temos plena consciência: mesmo os repressores que se dispuseram a falar esconderam documentos que possuem, fatos que vivenciaram. Não raro deram respostas oblíquas, cínicas, quando não mentiram abertamente. Mas algum dia teremos essa graça e uma nova História do Brasil será publicada. Vamos em frente.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrados os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.”

Conclusões

Corrupção. Ponto de referência inicial, a fúria com que o colonizador português espoliou a terra achada se transmitiu ao longo das gerações sob a forma, em linhas gerais, de patrimonialismo, corrupção e impunidade, envoltos em carapaças legalistas. Há um marco zero de compra de consciência no golpe militar de 1964: a adesão do general Amauri Krueel, essencial para que o presidente eleito fosse deposto. O suborno do general é conhecido. Nada indica que não houve outros. O combate contínuo, persistente, metucioso em todas as instâncias enfrenta a corrupção, ativa e passiva. Esse crime sangra o país, prejudica o bem-estar da maioria e o desenvolvimento da nação.

Tortura. Houve seres humanos capazes de torturar e assassinar outros, com a aprovação dos seus superiores – os civis e militares que usurparam o poder no Brasil, em um deboche à Constituição. A complexidade das circunstâncias que os levaram a tal nível de crueldade e a criar um submundo sórdido não é assunto da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Esta, porém, declarou na pessoa de seu presidente, Gilberto Natalini: “Não somos iguais a eles. Não queremos ser, jamais”. (capítulo XVIII) A situação inebriante de um poder absoluto sobre uma pessoa indefesa e subjugada cabe na conhecida frase de John Emerich Edward Dalberg-Acton, o Lord Acton (1834-1902), historiador britânico: “O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente”. O lord conclui que por isso os grandes homens quase sempre são maus, porém não se referia a torturadores e matadores como grandes homens.

Memória. Uma forma de cultuar martirizados é construir-lhes memoriais. O impacto visual de suas formas é um brado que conscientiza. Atrocidades foram cometidas aqui, no caminho que você, cidadão, percorre. O memorial homenageia, dá tributo à coragem e ao sacrifício dos que ousaram resistir. E alerta contra governos de exceção.

Quem caminha pelas ruas do centro de Paris, com frequência lê em placas afixadas nos prédios os nomes de heróis da resistência que ali perderam a vida, fuzilados pelos militares nazistas. Seus nomes não serão esquecidos – nem a resistência.

Recomendações

1 – Reiterar a proposta da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog na sua primeira legislatura, presidida pelo vereador Ítalo Cardoso, para que se crie, junto à presidência, um grupo de trabalho que encaminhe e siga as recomendações aprovadas. A medida deve ser tomada no menor prazo possível após esta CMVVH, em segunda legislação, presidida pelo vereador Gilberto Natalini, encerrar as atividades.

2 – Sugerir o envio do presente relatório a instituições públicas e privadas de ensino, do fundamental às universidades, às bibliotecas públicas e aos órgãos dos governos municipais do Estado de São Paulo, em especial às suas prefeituras.

3 – Sugerir às secretarias de Educação de estados e municípios brasileiros que determinem o ensino de uma cadeira de Direitos Humanos e História Política do Brasil, desde a 6ª série do ensino fundamental até o término do curso secundário. Que educadores ligados à defesa dos direitos humanos, ao ensino das disciplinas de História e de Direito Constitucional sejam convidados a elaborar um projeto adequado a cada etapa do ensino, necessariamente incluindo o estudo das nações indígenas.

4 – Propor aos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica que insiram nos currículos de formação de seus recrutas o ensino de Direitos Humanos e História Política do Brasil. Propor o mesmo em seus cursos de formação de oficiais.

5 – Propor a criação de um curso de Direitos Humanos e História Política do Brasil na Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, que pode vir a ser o modelo para a disciplina às demais instituições de ensino superior.

6 – Que todas as universidades de São Paulo, públicas e privadas, em atividade desde 1962 e durante os anos de ditadura (1964–1985), criem suas próprias comissões da verdade, num esforço conjunto para cobrir ao máximo os acontecimentos daquele período.

7 – Homenagear, como proposto pela CMVVH em sua primeira legislatura, os advogados que defenderam presos políticos em São Paulo, com a Medalha Anchieta ou o título de Cidadão Paulistano. Sugerir à OAB reconhecimento e homenagem semelhantes.

8 – O Sr. Carlos Eduardo Magalhães, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, propõe a publicação dos nomes de médicos e profissionais da saúde que auxiliaram torturadores a arrancar informações dos presos. Igualmente, dos médicos e

intermediários que comercializaram órgãos de indigentes.

9 – Prosseguir no debate em curso acerca da troca dos nomes de vias e equipamentos públicos que homenageiam autoridades do período militar, como presidentes da República, generais, policiais, políticos e empresários que colaboraram com a ditadura.

10 – Sugere-se à Prefeitura de São Paulo a elaboração de um protocolo que obrigue a identificação de todas as pessoas sepultadas em São Paulo, portando ou não documentos. E que somente com ordem judicial seja permitida a cremação de pessoas falecidas sem documentos.

11 – Sugere-se que seja construído um memorial em homenagem aos moradores de rua sepultados como indigentes no Cemitério Dom Bosco. A construção se insere na proposta da vereadora Tereza Lajolo de criar a memória geográfica da cidade, nos locais de resistência e tortura.

12 – Sugere-se à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República um pedido oficial de desculpas à família da mãe Madre Maurina Borges Silveira e à Ordem de São Francisco em Ribeirão Preto, à qual pertencia. Madre Maurina dirigia um orfanato de meninas. Presa por ter cedido espaço para jovens se reunirem, foi torturada e sofreu vexames. A sugestão é do bispo Dom Angélico Serafim Bernardino.

13 – Prosseguir na penosa discussão, à luz da Lei da Anistia, sobre a responsabilidade criminal dos agentes que prenderam pessoas ilegalmente, durante a ditadura, para a prática de torturas e assassinatos, com frequência ocultando ou desfazendo os corpos de vítimas.

14 – Sugere-se o estudo sobre a desvinculação do IML da Secretaria da Segurança Pública. A mesma sugestão consta das propostas da CMVVH em sua primeira legislatura, com a recomendação de que seja transferido para a Secretaria da Saúde.

15 – Sugere-se que se cruzem os dados de desaparecidos com os de indigentes.

16 – Sugere-se que o Serviço Funerário do Município prossiga na sistematização de seus dados.

17 – Reitera-se ao governador de São Paulo providências que impeçam eventuais abusos e irregularidades na manipulação de tecidos e órgãos em restos mortais de pessoas tidas como desconhecidas.

18 – Reitera-se ao governador de São Paulo a solicitação feita por meio do Ofício nº 5252013, de 23 de setembro de 2013, para que se instale um memorial aos presos e desaparecidos políticos no endereço dos antigos OBAN e DOI-CODI, na rua Tutoia, distrito de Vila Mariana. O pedido original é do Sr. Antonio Funari, presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

19 – Requer-se novamente que o policial Dirceu Gravina, delegado em Presidente

Prudente (SP), seja afastado de seu cargo e de qualquer função policial, pela extrema crueldade de sua atividade como torturador no DOI-CODI.

20 – Sugere-se, reiterando a recomendação da CMVVH em sua primeira legislatura, que seja colocada placa na área do presídio do Hipódromo, alertando que serviu também para encarcerar resistentes políticos.

21 – Igualmente seguindo recomendação da CMVVH em sua primeira legislatura, solicitar que se retirem das fichas de antecedentes policiais de ex-prisioneiros políticos as imputações do tempo da ditadura militar.

22 – Sugere-se que se faça uma sessão para lembrar os discursos e o papel nefasto dos políticos José Maria Marin, Vadilh Helou e João Lázaro de Almeida Prado. Que se publique uma crítica pública ao papel que desempenharam, de cumplicidade na morte de Vladimir Herzog e de escárnio aos direitos humanos.

23 – Reitera-se a solicitação para que seja construído um memorial ao presidente Juscelino Kubitschek no local de seu acidente, na curva do quilômetro 165 da Via Dutra, município de Engenheiro Passos, onde sofreu o atentado que o matou e ao seu motorista Geraldo Ribeiro. A solicitação foi dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Resende por meio do Ofício 5363/2013 – 26º GV, em 6 de novembro de 2013. Pedir providências nesse sentido também junto à Polícia Rodoviária Federal e ao Ministério da Justiça.

24 – Reitera-se ao presidente da Câmara Municipal de Resende o pedido para que se reforme e tombe a antiga estação de trem de Engenheiro Passos, em Resende (RJ), efetuado por meio do Ofício 5364/2013 – 26º GV, em 6 de novembro de 2013.

25 – Sugere-se o reconhecimento oficial de que o presidente Juscelino Kubitschek não morreu em acidente de trânsito na viagem de São Paulo ao Rio de Janeiro, mas foi vítima de atentado.

ANEXOS

O trabalho nos bastidores

O presente anexo, estreitamente ligado ao relatório da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, procura dar uma visão geral dos procedimentos necessários até que se chegue ao substancial: os depoimentos, a história vivida, às vezes escamoteada. Reportam-se aqui as reuniões iniciais, documentos significativos e até menções burocráticas.

Semelhante às demais Comissões da Verdade em Casas Legislativas, associações, universidades e sindicatos, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog prosseguiu no caminho iniciado em 2012. Ao participar do esforço por reestabelecer a verdade sobre as afrontas aos direitos humanos nos anos da ditadura militar, dedicou-se a contribuir para o desenho do quebra-cabeças de crimes perpetrados no âmbito municipal ou a partir deles.

O primeiro passo consistiu em oficiar ao presidente da Câmara Municipal, vereador José Américo Ascênsio Dias, solicitando a continuidade da Comissão da Verdade, em 2013.

A instalação

(resumo)

Comissão da Verdade da CMSP

Presidente: *Natalini*

Tipo da Reunião: *Instalação*

Local: *Câmara Municipal de São Paulo*

Data: *26 de Março de 2013*

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Boa tarde a todos. Com a presença dos vereadores José Police Neto, Ricardo Young, Mario Covas Neto e Laércio Benko, na qualidade de presidente, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão da Verdade do Município de São Paulo, de acordo com os termos do artigo 43 do Regimento Interno.

A reunião está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line. Pelo regimento interno, assumo a presidência dos trabalhos por ser o vereador mais velho entre os membros. Há algum vereador que se candidata à presidência desta Comissão da Verdade?

O Sr. José Police Neto – O tempo do amadurecimento da Comissão de Verdade para o ano de 2013 não deixa outra indicação a não ser a sua. Então, é desejo amplo da Casa que aceite o desafio de presidi-la em 2013.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. A vereadora Juliana Cardoso está a caminho. Será que ela se candidata à presidência? Como fazemos?

O Sr. Laércio Benko – Creio que podemos prosseguir, e já quero registrar meu voto na esteira da sugestão do vereador Police Neto.

O Sr. Mario Covas Neto – Apenas para lembrar que, na Frente Parlamentar pela Sustentabilidade, fizemos a eleição inclusive na ausência de membros da reunião.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Se não houver ninguém contrário, vamos proceder à eleição. O vereador Police indicou meu nome para a presidência. Fiz o Projeto de Resolução recriando a Comissão da Verdade na Câmara este ano porque foi deliberação da Comissão da Verdade do ano passado, da qual fui vice-presidente. O projeto foi aprovado por 54 votos a favor e um voto contra. Como votam os vereadores?

Os vereadores presentes votam em Gilberto Natalini.

O Sr. José Police Neto – Presidente, em consulta à equipe de assessoria da vereadora Juliana, que muito nos auxiliou nos trabalhos da comissão no ano passado, sobre o desejo da vereadora de assumir a Vice-Presidência, submeto o nome à votação.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Sábia decisão. Podemos prosseguir ou há mais alguma indicação à vice-presidência? Como votam os vereadores?

Os vereadores são favoráveis.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Eleitos presidente e vice-presidente, cabe-nos eleger o relator.

O Sr. José Police Neto – Presidente, acho que a comissão tem oportunidade de eleger uma figura que carrega na vida o nome de um homem que, sem deixar um dia o território nacional, conseguiu enfrentar, de maneira responsável e democrática, o período de exceção. Indico o vereador Mario Covas Neto para a relatoria, o que nos trará força. Teremos parlamentares dedicados, de capacidade intelectual, com contribuição – o que, sem sempre, a Casa reúne.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Mais alguma indicação? Como votam os vereadores para a indicação do vereador Mario Covas Neto a relator?

Os vereadores votam a favor. Mario Covas Neto agradece a indicação.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Estão eleitos os vereadores Juliana Cardoso, vice-presidente; Mario Covas Neto, relator; e Natalini, presidente. Passemos a discutir a forma de trabalho que adotaremos. Recebi há pouco uma ligação importante, do Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Disse que não pôde vir, mas está à disposição. Deseja trabalhar junto, reunir-se em conjunto com a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, presidida

pelo deputado Adriano Diogo, para aperfeiçoarmos os trabalhos, dividir as tarefas e cada um fazer o que é possível.

Questão a resolver: o dia das reuniões, a frequência, o horário e um mínimo de pauta para darmos andamento ao iniciado no ano passado. Peço à assessoria que nos passe de forma digital o relatório do ano passado. Precisamos também contar com o apoio de várias pessoas. Vejo aqui o Ivan, a Amelinha, o Nemércio do Instituto Vladimir Herzog. Está aqui o Elci da Comissão Estadual da Verdade, que nos dará respaldo. Bem-vindos. E há outras pessoas que não puderam estar aqui, mas contamos com o seu apoio. Consulto-os e à vereadora Juliana Cardoso, que chegou, sobre a regularidade das reuniões. Ano passado eram quinzenais. Suspendo por alguns instantes a reunião para acertarmos a agenda.

Intervalo. Os trabalhos são reabertos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Por consenso nos reuniremos às terças-feiras, às 11h, de 15 em 15 dias. (Pausa) A Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo trabalhará enquanto durar a Comissão Nacional da Verdade. Não se extinguirá no final do ano. Se a Comissão Nacional entrar pelo ano que vem, a nossa prosseguirá, talvez com outros vereadores. Veremos.

Há dois inscritos: o Sr. Nemércio Nogueira, do Instituto Vladimir Herzog; e o Sr. Ivan Seixas, do Fórum dos ex-Presos Políticos e da Comissão da Verdade da Assembleia Estadual. Peço à assessoria que oficiemos ao deputado Adriano Diogo, e também à Comissão Nacional da Verdade, para informar sobre o nosso trabalho. Depois veremos a quais outras instâncias informaremos. Tem a palavra, vereador Rubens Calvo.

O Sr. Rubens Calvo – Será uma intervenção rápida. A Comissão Nacional da Verdade está realizando um ato conjunto com a Assembleia Legislativa. Gostaria que o senhor verificasse e a trouxesse para esta comissão, para participarmos todos juntos.

O Sr. Nemércio Nogueira – Presidente Gilberto Natalini, vereadores, senhoras e senhores, agradeço a oportunidade de fazer um comunicado sobre a iniciativa Vlado Proteção aos Jornalistas, do Instituto Vladimir Herzog. Queremos ajudar a fortalecer a voz do conjunto de entidades que já trabalham nessa direção. É importante porque em meados de março já temos três jornalistas assassinados em diferentes lugares do Brasil. Somos a democracia que mais mata jornalistas. Seria um serviço de interesse público unir várias organizações para fortalecer a voz do conjunto. Já participam a Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo –, o Comitê de Proteção aos Jornalistas, de Nova York, entidade internacional que monitora a violência contra jornalistas no mundo inteiro; a Conectas, ONG de São Paulo; o Instituto Palavra Aberta, entidade que trabalha em favor da liberdade de expressão, o Instituto Vladimir Herzog; a Internacional New Safety Institute e o Centro Knight para

Jornalismo nas Américas, nos EUA; Repórteres Sem Fronteiras, da França. Essas organizações internacionais têm representação no Brasil: o escritório de advocacia Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo Gasparian Advogados e o Centro de Informações da ONU no Brasil. Estamos conversando com outras. Queremos nos relacionar com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a FENAJ, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, para fortalecer o grupo.

Temos um lema, a segurança do jornalista é a segurança de todos nós. Significa direito da sociedade à informação, que só funciona por meio da liberdade de expressão. Presidente, nossa preocupação fundamental é o direito da sociedade, dos cidadãos de receberem informação independente, e não privilegiar apenas jornalistas. Obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Peço ao senhor que nos encaminhe um ofício, informando-nos sobre a formação desse trabalho, e como podemos ajudá-los de forma efetiva, porque estamos dispostos a isso.

Anuncio o nome dos assessores da Comissão: Alfredo de Campos Adorno e Helena Grotkowsky. Passo a palavra ao Ivan, que representa a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo.

O Sr. Ivan Seixas – Boa tarde a todos. Sou coordenador da Assessoria da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva e trago uma saudação do presidente, Adriano Diogo. Em todos os cantos devemos ter uma comissão da verdade. A repressão foi muito extensa. Precisamos de comissões municipais, setoriais, em sindicatos, universidades. No Estado de São Paulo existe comissão em Bauru, amanhã será instalada em Santos. Com todas, e também com a Comissão Nacional, temos um termo de cooperação.

No caso da cidade de São Paulo vocês têm um foco importante, da Prefeitura como órgão complementar da repressão, especificamente o Serviço Funerário, utilizado para ocultação dos assassinados em tortura. A vala de Perus é o que mais aparece; pois saiba-se que o cemitério de Vila Formosa tem vala com o dobro do tamanho. Tentamos escavá-la, mas o estado é muito precário. É preciso ter olhos para isso, o desrespeito ao cidadão. São vítimas do esquadrão da morte, das epidemias – a censura vetou noticiar as mortes por meningite no ano de 1973, três mil em São Paulo. Sem falar das vítimas do desabrigo, da fome.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Lucas Giannini, membro da Comissão da Verdade da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP).

O Sr. Lucas Gianini – Boa tarde a todos. Venho dizer que estamos abertos para trabalhar. Para efetivar a democracia precisamos confrontar o passado de barbárie. Os direitos humanos e a dignidade humana devem ser bases inegociáveis. O controle

social com a justificativa de que há um inimigo da sociedade é altamente questionável, inclusive na Academia.

O Sr. Ivan Seixas – Ontem a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa, reuniu-se com a Comissão Nacional em torno de um tema que é gênero e repressão: as violências cometidas pela ditadura contra as mulheres. Tivemos a presença de Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Cardoso, Maria Rita Kehl e da ministra Eleonora Menicucci. Algumas audiências nossas são temáticas. Podemos fazer um termo de cooperação e realizar esses eventos em conjunto. Em maio faremos uma audiência pública sobre violência contra crianças. Sem esforço reúnem-se 50 casos de crianças agredidas, torturadas, violentadas.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Fizemos as eleições, marcamos o nosso calendário, discutimos algumas questões prementes. A próxima reunião será no dia 9 de abril, às 11h. Até lá vamos conversando. Os ofícios que pedi, por favor, nos ajudem a redigir. Não havendo mais a tratar, declaro encerrados os nossos trabalhos. Muito obrigado a todos.

Caminhos e propostas

A troca de ideias com representantes das Comissões da Verdade enriqueceu o planejamento dos trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. A primeira, de sugestões e relatos de experiências, ocorreu no dia 9 de abril de 2013 na Câmara Municipal de São Paulo.

Presidente: *Natalini*

Tipo da Reunião: *Ordinária*

Local: *Câmara Municipal de São Paulo*

Data: *09/04/2013*

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom dia, senhoras e senhores. Na forma regimental, com a presença dos vereadores Gilberto Natalini, que preside esta reunião; Juliana Cardoso, vice-presidente; Mario Covas Neto, relator; e Laércio Benko. Há quórum para iniciar os trabalhos. Informo que os vereadores José Police Neto, Rubens Calvo e Ricardo Young estão a caminho.

Hoje há uma pauta relativamente grande. Comunico a presença do vereador José Police Neto. Para esta reunião convidamos a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. Está conosco o Sr. Anivaldo Padilha, representando o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Sr. Paulo Sérgio Pinheiro. Seja muito bem-vindo. Agradeço a sua presença. Também virá o presidente da Comissão Estadual da Verdade, deputado Adriano Diogo.

(São lidos os seguintes requerimentos do vereador Natalini: convite ao coronel

Carlos Alberto Brilhante Ustra; ao Sr. Antonio Delfim Netto; ao Sr. Cláudio Guerra; aprovação de visita técnica às instalações dos antigos DOI-CODI e do antigo DOPS. É lido o requerimento do vereador Laércio Benko.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Esclareço aos pares que os requerimentos são remanescentes da pauta do ano passado. Não houve tempo. A comissão convidou algumas pessoas mas não tem o poder de convocação, trazer a pessoa compulsoriamente para prestar esclarecimentos. O ex-presidente, vereador Ítalo Cardoso, articulou conosco e com a Comissão Nacional da Verdade um convênio – o texto está aqui em mãos e assinamos – para que convocasse algumas pessoas importantes, pois a CNV tem poder de convocação. Estaríamos presentes nessas oitivas. O convênio expirou em dezembro com o fim da nossa comissão. Em conversa com o coordenador Paulo Sérgio Pinheiro propusemos refazer o convênio. A CNV manifestou-se favoravelmente a intimar o coronel Carlos Alberto Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo, entre outros. Participaremos dessas audiências.

Está aqui o texto do novo convênio, que depois submeteremos à apreciação de V.Exas. Ponho em votação os requerimentos para passarmos à nova fase da pauta. Podemos fazer a votação em bloco? Não havendo objeção, passemos à aprovação. Os vereadores favoráveis à aprovação permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Passo à segunda fase. Submeto aos vereadores a proposta reelaborada e reestruturada pela nossa assessoria jurídica e pela Procuradoria da Câmara, juntamente com a assessoria jurídica da CNV. No papel que nos foi entregue ainda consta o nome da comissão antiga, porque nos enviaram de Brasília, mas deve ser assinado pelos senhores vereadores que compõem a nova comissão. Passarei a palavra ao Sr. Anivaldo Padilha para a sua intervenção; agradeço, mais uma vez, sua presença.

O Sr. Anivaldo Padilha – Obrigado, vereador Natalini. É um prazer estar aqui. O professor Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, não pôde vir a São Paulo. Pediu que o representasse e também à CNV. Ficamos satisfeitos com a reconstituição da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Algumas pessoas perguntam por que uma comissão da Câmara Municipal? Por que uma Comissão Estadual, sendo que já há uma Comissão Nacional? A resposta é mais ou menos óbvia. Além do território imenso, que impede uma só comissão de dar conta da investigação dos crimes praticados durante a ditadura, há uma questão política importante: quanto mais a gente pesquisa aquele período, mais percebemos que a ditadura militar conseguiu estabelecer seus tentáculos em todo o território nacional e em todas as instituições brasileiras.

Portanto, faz-se necessário incentivar a criação de mais comissões. Quanto mais houver e que colaborem entre si, melhor para darmos conta da grande tarefa de

desvendar o que aconteceu. Resgata-se a memória histórica, compreende-se o presente e, principalmente, construímos um futuro diferente, que impeça aquele período de retornar.

A Comissão da Câmara tem grande importância porque às vezes nos esquecemos de que este município de São Paulo abrigou, talvez, o principal centro de tortura do país, o DOI-CODI. Estive preso em 1970 no DOI-CODI. Torturado. Somando os períodos em que fui e voltei, durante mais ou menos 35 dias. Aqui estão presentes outros que ali foram torturados. Temos de pensar no papel da administração municipal daquele período, de que forma colaborou e foi conivente. Temos de pensar que a cerca de 1 km daqui está o lugar da conivência do poder judiciário com a ditadura: o edifício onde funcionavam a 1ª e 2ª Auditorias Militares.

A Comissão Nacional da Verdade tem o interesse e o compromisso de colaborar com esta comissão de várias formas, entre elas intercambiar informações, convocar pessoas para prestar depoimento. Esperamos que o convênio fortaleça as relações que se iniciaram no ano passado; que caminhemos no sentido de combinar oitivas e diligências conjuntas, a fortalecer esse momento importantíssimo, que é o de desvendar a verdade do que se passou no Brasil.

Que essa iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo sirva de exemplo e leve à formação de outras comissões municipais, em São Paulo e em outros estados. Como eu disse, nenhuma comissão sozinha dará conta de levantar todos os dados daquele período. Somente a colaboração entre nós. Agradeço pela acolhida. Para mim é um prazer e uma honra estar aqui - permitam-me dizer - ao lado de um vereador que conheço de outros tempos. Muito obrigado a todos vocês.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós é que agradecemos. Sem pedir autorização, conto que o Anivaldo é pai do ministro da Saúde, o Padilha. Pergunto aos senhores vereadores se alguém quer falar. Tem a palavra a vereadora Juliana Cardoso.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sr. Presidente. Parabéns a vinda do senhor com o intuito de contribuir com a Comissão Municipal da Verdade, na busca de informações, nesta cidade que foi, como disse, um centro notório de tortura.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Algumas informações. Temos aqui um ex-presidente desta Casa, José Police Neto. Aprovamos a oitiva ao Brilhante Ustra. Vamos mandar o convite, agora de comum acordo com a Comissão Nacional, que vai convocá-lo. Vamos pedir para que estejamos presentes. Gostaria muito de olhar no rosto daquele senhor e conversar com ele. Eu já disse, ele desmentiu, disse que eu mentia. Mas ele me torturou pessoalmente. Eu gostaria de vê-lo, não para achincalhar, mas colocá-lo no seu devido lugar na história do país.

Quanto ao Cláudio Guerra, escreveu um livro polêmico. Ao ler o livro, senti verdades do que sabia e vivi. Tentaram desqualificar o livro, porém ouvi iguais informações dentro da prisão. Muita coisa escrita ali aconteceu. O vereador Ítalo Cardoso já fez tratativas no Espírito Santo, onde Guerra mora. Ele não viaja, não aparece com medo de ser morto.

Fizemos um contato com ele. Dispõe-se a conversar pessoalmente, com gravação e publicidade. Em certo endereço no Espírito Santo. O advogado nos recebe e nos leva até ele. Precisa ser de forma reservada, mas não em sigilo. Pergunto aos senhores vereadores se podemos dar continuidade, discretamente. Se acharem que sim, quem puder ir, custos pagos do próprio bolso. Não pediremos à Câmara Municipal para pagar. O que acham?

O Sr. José Police Neto – A intervenção que a Comissão Municipal fará no Espírito Santo, já vai à luz do importante acompanhamento das comissões Estadual e Nacional?

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Sim. Chegou o deputado Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade. Sente-se conosco, por favor. Respondendo à pergunta do vereador José Police Neto, o deputado e o representante da Comissão Nacional da Verdade estão aqui para que possamos trabalhar ao máximo em conjunto. Também lhes pediríamos que fizéssemos uma pauta de perguntas comuns, na medida do possível. Essa é a proposta. Deputado Adriano, aprovamos requerimentos, o Sr. Anivaldo Padilha falou em nome da Comissão Nacional e agora estamos discutindo uma oitiva com o Cláudio Guerra, proposta ano passado pela Comissão da Verdade. Iremos ao Espírito Santo ouvi-lo. É um arquivo vivo. Então, se houver concordância de todos, confirmamos a data marcada por eles: dia 22 deste mês, no Espírito Santo. Se não puder ir, designe um representante para essa audição.

O Sr. Adriano Diogo – Peço desculpas pelo atraso. Cumprimento a todos. Acho importantíssima esta retomada dos trabalhos com a presença do nosso ícone Anivaldo Padilha, a Juliana, o Police, o Covas, o Benko e os demais participantes. Acho importantíssimo trabalharmos juntos. Viva a democracia!

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito bem. Está decidida, na presença dos dois dirigentes das outras comissões, a ida ao Espírito Santo, no dia 22 deste mês, para o oitiva do Claudio Guerra? (Pausa) Não havendo ninguém contrário, aprovamos a ida. Outro item na pauta é a proposta de mudança de nome da praça Vila Providência, que fica atrás da Câmara dos Vereadores, para Praça Vladimir Herzog.

O Sr. José Police Neto – O objetivo da homenagem, proposta na minha gestão, debatida na Comissão da Verdade, no Colégio de Líderes e na Mesa da Câmara, é

perpetuar a figura daqueles que, como o Vlado, nos deixaram. A Comissão da Verdade e os demais vereadores que assinaram coautoria assumiram a proposta. Já passou em primeira votação, estamos em vias de aprová-la em segunda.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Já conversamos com o presidente José Américo. Ele nos disse que vai colocar o projeto em segunda votação e que já tomou iniciativas práticas para a reforma da praça, cuja licitação estará pronta dentro de 60 dias. Depois da reforma prevemos a instalação de um memorial com três painéis do artista plástico Elifas Andreato sobre Vladimir Herzog. A palavra está aberta para comentários sobre essa iniciativa.

(Pausa)

O Sr. Adriano Diogo – A iniciativa é louvável e importante. Igualmente, a cerimônia na USP de retificação do atestado de óbito do Vlado, que passou de suicídio para morte em decorrência de lesões e maus tratos sofridos durante interrogatório em dependência do 2º Exército – o DOI-CODI. Seria significativo, de outro lado, mudar o nome do Viaduto Costa e Silva. Parece-me até que já existe um projeto do vereador Nabil Bonduki com esse teor. Há registro de nomes como Filinto Müller, Sérgio Paranhos Fleury e Henning Albert Boilesen na cidade de São Paulo. Mesmo que não haja mudança é meritório que haja o levantamento.

Listão de nomes

Elisabete Minaki (foto), da Equipe de Documentação do Legislativo SGP3, projetou e leu à CMVVH a listagem de ruas, logradouros e escolas que homenageiam pessoas ligadas à ditadura militar. O trabalho mobilizou 15 funcionários durante uma parte do dia, por cinco meses. Foram 9 500 pesquisas, ao menos oito para cada nome. O resultado encontra-se à disposição na Base de Dados “Verdad”, desenvolvida por SGP31 especialmente para esta pesquisa. Nela é possível pesquisar no cadastro de torturadores, consultando por nome, parte dos nomes, apelidos, nomes alternativos, informações contidas nas notas e nas observações, datas, cargos e profissões, nome dos logradouros identificados, títulos e medalhas concedidos.

Além dessas questões significativas, que chamamos de sítios de memória, o Governo Federal cederá à OAB o prédio da antiga Auditoria Militar para a construção de um memorial de resistência destinado a advogados que resistiram à ditadura. O Dr. Belizário e o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh estão coordenando uma comissão da OAB, juntamente com o Dr. Mario Sérgio Duarte Garcia¹, para transformar aquele lugar num memorial.

Ontem o Ivan Seixas coordenou uma visita monitorada ao prédio OBAN/DOI CODI. Juntamente com o Condeephath (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico), ele traz pessoas que estiveram presas ali em diferentes épocas, tendo em vista o processo de tombamento do prédio. Existem três sítios significativos de memória: o Memorial da Resistência do DOPS, consolidado; o da Auditoria e o do tombamento OBAN/DOI-CODI. Os três na cidade de São Paulo.

O Sr. Rogério Sottili, secretário municipal dos Direitos Humanos, está muito interessado em aproveitar, na rede municipal de alunos e professores, as iniciativas das Comissões da Verdade, a municipal e a estadual. Foi apresentada uma proposta de cinema voltada à Comissão da Verdade, direitos humanos e memória política. Seria interessante que a CMVVH aprofundasse o diálogo sobre essa questão.

Temos alguns problemas no Governo do Estado, até queremos pedir um socorro. O procurador-geral de Justiça do Estado, Erival Ramos da Silva, não sabe o que fazer com o Fernando Santa Cruz, que trabalhava no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). O dia em que o Fernando Santa Cruz é preso, no Rio, em 1974, ele desaparece. Na carteira do DAEE lê-se abandono de emprego por desídia. Até hoje. É uma excrescência. A Ana Rosa Kucinski continua na USP registrada por abandono de cargo. Essas coisas não têm cabimento. Passaram-se 50 anos. Os caras não corrigem nem... não é o atestado de óbito, mais complicado, é o negócio do cara ter sido desvinculado do serviço público.

Para a família Santa Cruz, é importantíssimo constar que o Fernando Santa Cruz não foi mandado embora do DAEE por abandono de cargo, porque ele morreu, ele é desaparecido. Tem lei para isso. O procurador não fará uma atitude clandestina, tem lei. É só escrever: segundo o artigo da lei tal, a pessoa é desaparecida política. Entendeu? Não é coisa que implique grandes tramitações. Está expresso. Acho que com a proximidade das duas comissões e a nossa influência partidária, podemos resolver muito. Obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – O Adriano Diogo propôs o que podemos votar hoje: visita dos vereadores ao prédio do DOI-CODI e ao DOPS para tomar contato. Vamos marcar o dia. Convidamos vocês para irem conosco e caminharemos juntos, a estadual e a nacional. E nos integramos na proposta de tombamento. Os vereadores que compõem a Comissão concordam? Aprovado. Tem a palavra, pela ordem, o vereador José Police Neto.

O Sr. José Police Neto – Presidente, a Comissão da Verdade do ano passado anunciou a necessidade de produzir uma legislação clara, o rito de substituição de nomes que foram patrocinados, ou patrocinadores, do período da tortura, do estado de exceção. Na semana passada, a Câmara Municipal aprovou matéria que versa sobre tal competência. Solicito que as duas comissões encaminhem a propositura ao prefeito Haddad para que tenha acolhida e se traduza em lei. É um esforço mais político do que técnico. Que não fique só na vontade da Câmara Municipal, com frequência vetada na análise burocrática.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Peço aos vereadores Mario Covas Neto e José Police Neto que suas assessorias façam os requerimentos, para constarem das atas. Nós votamos aqui, Adriano, uma proposta do vereador Laércio Benko, que

convida as Secretarias de Educação do Estado e do Município para discutirem conosco uma forma de abrir espaço nas redes de escolas públicas.

O Sr. Adriano Diogo – Vereador, como a Câmara Municipal trabalhou muito o caso de Perus, devemos insistir no de Vila Formosa. A barbaridade ali está para ser contada. O então diretor do serviço funerário está na Secretaria de Direitos Humanos, é o Rui Barbosa de Alencar. É corretíssimo e pode assessorá-los. Sabe tudo sobre as valas. E, claro, sabem também os familiares, o Ivan, a Amelinha.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Anuncio a presença de Ivan Seixas. Veio com Tatiana Merlino, Thaís Barreto e Vivian Mendes, da primeira Comissão Estadual. É uma comissão de peso. Sejam muito bem-vindos. Requeremos que a comissão faça as tratativas necessárias, para que o fotógrafo da cena falsa de Vladimir Herzog seja convocado a depor aqui. Alguém objeta? (Pausa) Está aprovado. O convênio com a CEV está pronto. Peço aos senhores vereadores que assinem, por favor. Tem a palavra, pela ordem, o vereador Laércio Benko.

O Sr. Laércio Benko – Presidente, enquanto são assinados os documentos, requeiro que sejam convidadas três pessoas para retratar a perseguição sofrida pela umbanda e o candomblé. São o presidente da entidade Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo; o Pai Ronaldo Linhares, fundador do Santuário da Umbanda em São Paulo; e o presidente do Movimento Político Umbandista.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Perfeitamente, vamos votar. Presente o vereador Calvo, do PMDB e membro desta comissão, médico, meu discípulo na medicina. Brincadeira, nobre vereador. Coloco em votação, mas peço elaborar o requerimento por escrito, por favor. Aliás, na CNV, o Anivaldo Padilha é o responsável pela ação das igrejas na época da ditadura. Tanto as ações de resistência, quanto as de certa colaboração em alguns locais. Sobre o requerimento do vereador Laércio Benko, os vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado.

Tem muita coisa prática a fazer. Iremos ao Espírito Santo no primeiro voo que tiver, de manhã, dia 22. Quem puder ir, por favor. Acho importante a presença também dos representantes das outras comissões. Informo que a viagem será feita às custas de cada viajante. Vamos e voltamos no mesmo dia. Pergunto aos presentes se desejam falar mais alguma coisa. (Pausa). Diante do profundo silêncio, meu muito obrigado. Estão encerrados os nossos trabalhos.

Encontro das comissões da verdade

Presidente: *Natalini*

Tipo da Reunião: *Ordinária*

Local: *Câmara Municipal de São Paulo*

Data: *09 de Setembro de 2013*

(resumo)

A importância de se conhecerem, com o objetivo de trabalhar em cooperação quando necessário, levou ao encontro de várias Comissões da Verdade. A ideia de contribuir para um grande painel histórico a partir dos que pessoalmente sofreram os malefícios da ditadura reuniu-os no dia 9 de setembro de 2013. Subjacente, o desejo de manter as comissões como algo perene: não interromper os trabalhos de busca. Em documentos, pesquisas, relatos, confidências, declarações, reconhecimento de responsabilidade.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom dia a todos. Vamos iniciar a reunião. Para compor a Mesa chamo o Dr. José Carlos Dias, da Comissão Nacional da Verdade; o deputado estadual Adriano Diogo, da Comissão Estadual; o Dr. Dalmo Dalari, da Comissão da Verdade da USP; a sra. Rosalina Santa Cruz, da Comissão da Verdade da PUC; o Sr. Rogério Sottili, Secretário de Direitos Humanos do Município de São Paulo; Walter Forster Júnior, da Comissão de Justiça e Paz; a professora Ana Nemi, da Comissão da Verdade da Unifesp; o Sr. Diego Pegoraro, da Escola de Sociologia e Política da USP; a sra. Solange de Souza, da UNESP; a Sra. Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade. Agradeço às senhoras e aos senhores, porque é uma honra tê-los conosco.

Esta reunião é de trabalho. Nosso objetivo central é nos conhecermos, trocar ideias e opiniões, saber quais as linhas de trabalho de cada um, o que há de comum e o que precisamos construir. Proponho a seguinte dinâmica: passamos a palavra ao Dr. José Carlos Dias, para um apanhado geral, síntese dos trabalhos da CNV. Depois abriremos a palavra para conhecermos o estágio de trabalho de cada um e qual a pauta do relacionamento entre nós. Podemos tirar daqui uma série de diretrizes para continuarmos a cumprir o nosso papel. Agradecemos a presença da imprensa: a *TV Câmara São Paulo*, a *Empresa Brasileira de Comunicação*, o *Jornal O Valor* e o *Jornal O Globo*.

O Dr. José Carlos Dias – Vereador, Dr. Gilberto Natalini, minhas senhoras e senhores, companheiros, aceitei, claro, o convite porque considero que é reunião de importância. Uma das realizações da Comissão Nacional da Verdade é incentivar a proliferação dessas comissões. Cada núcleo que apresenta um trabalho efetivo para a descoberta da verdade trabalha em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade.

Se o prazo de validade da CNV for prorrogado, o relatório conterà a participação do trabalho de todas as comissões. A CNV está assoberbada de tarefas. Tentamos nos desincumbir delas da melhor maneira, mas não seria possível sem contar com a participação das comissões estaduais, municipais e aquelas que representam entidades ou corporações. O importante é que a semente fica e que as outras comissões poderão continuar trabalhando. Realizaremos no dia 30 deste mês uma reunião com as comissões estaduais e municipais. Definiremos a maneira de entrosar o trabalho de

elaboração do relatório e as recomendações finais da Comissão Nacional da Verdade.

Acho extremamente importante que as outras comissões – a não ser aquelas que tenham imposição legal e no sentido contrário – continuem a trabalhar, a partir do relatório final e das recomendações que a CNV fará. Podemos dar todo o apoio e entrosamento. A comissão nacional tem a possibilidade de convocar pessoas para prestar depoimento. Corresponde à obrigatoriedade do comparecimento da pessoa convocada.

Estive, recentemente, com o diretor-geral da Polícia Federal. Temos o seu apoio para a intimação e a condução coercitiva se o convocado se recusar a comparecer. Esse é um dado importante. Duas pessoas convidadas a prestar depoimento não compareceram aqui. Iremos convocá-las. Tenho a impressão de que o nosso trabalho e entrosamento já existem. Portanto, estou aqui para ouvi-los.

Atestados de óbito de desaparecidos

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Com a palavra o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. Agradeço a sua presença e a parceria profícua.

O Sr. Adriano Diogo – Caro vereador Gilberto Natalini, cumprimento a Comissão Municipal Wladimir Herzog por tomar a iniciativa de fazer esta reunião unificada. Na Comissão Estadual estamos trabalhando em duas questões que, no Estado de São Paulo, são muito complicadas: a dos logradouros – que aqui no Município já avançou bastante, inclusive com a mudança da Rua Fleury lá na Lapa e a possibilidade de reexame do nome dos logradouros. Havia uma iniciativa do deputado Milton Flávio, muito clara, quase em fase de aprovação: nenhum logradouro no Estado de São Paulo poderia ter nome ligado à repressão e à tortura. Qual não foi a nossa surpresa quando outro deputado do mesmo partido, o Cauê Macris, apresentou novo projeto de lei, criando quase uma *clausula pétrea*: “nenhum logradouro estadual poderia, a partir da aprovação da nova lei, modificar o nome, de forma nenhuma”. O projeto de lei de Milton Flávio, que estava para ser aprovado, foi arquivado.

Para rever essa legislação existe uma Comissão Estadual de Denominação de Logradouros, muito conservadora, e não só quanto a mudanças. Devemos fazer gestões políticas com o Governo do Estado, para dizer que não é possível ter as suas escolas com nomes associados a torturadores ou ditadores. Existe um número absurdo de nomes. Essa questão dos logradouros é seríssima.

A outra questão que tocamos é a dos atestados de óbito dos desaparecidos políticos. Graças à colaboração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo fizemos uma reunião que, acho, definirá um novo paradigma em relação aos atestados de óbito e a correção deles. Foi uma reunião entre o órgão, o juiz Márcio Bonilha, da Capital, e as

promotoras responsáveis pelos registros públicos de desaparecidos e mortos com atestados de óbito irregulares, assinados pelos médicos legistas da ditadura. Essa é outra questão que avança bem. A dos logradouros está mais difícil, mas a dos atestados de óbito anda bem.

Vou exemplificar com um caso na USP: a Ana Rosa Kucinski. O jornalista Bernardo Kucinski, quase 70 anos, vai todos os dias à Assembleia Legislativa e nos pergunta: “Alguma novidade em relação à USP, à forma como a minha irmã, Ana Rosa Kucinski, foi demitida?”

Imagine, Dr. José Carlos Dias, a nossa situação. O diretor do Instituto de Química da USP queria fazer uma ação para recolher o livro K. do jornalista Bernardo Kucinski. O livro conta a história da sua família, dos judeus poloneses. O caso da Ana Rosa Kucinski consta até hoje como abandono de emprego, desídia, e o diretor do Instituto de Química ainda quer recolher o livro de Bernardo Kucinski. Já fizemos a nossa parte de todas as formas e esperamos que, com a presença do Dr. Dalmo, esse caso que sangra todos os dias, o da Ana Rosa Kucinski, possa ser uma simples demissão, nos moldes do irmão da Rosalina Santa Cruz, que ocorreu em relação ao DAEE, problema finalmente contornado. São muitos os casos na USP. E grande é a dificuldade de tratar qualquer assunto ali.

Para concluir, duas questões. A desmilitarização da Polícia Militar e a continuidade da tortura como método de castigo ou de arrancar informação. Seria positivo discutir por que existem Polícias Militares, por que elas mantêm a mesma estrutura da ditadura, com seus grupos secretos de inteligência e matadores profissionais, e por que a tortura ainda é usada como método de interrogatório. Na Fundação Casa, antiga Febem, veio a público que os adolescentes – eu estive lá semana passada – são espancados quando acontece qualquer coisa. Na comissão estadual, vamos tentar discutir a estrutura da Polícia Militar, seu nascedouro, as teses que existem sobre a desmilitarização e sobre a tortura.

Acho que se fazem muitos esforços por todo o Brasil. Deveríamos unificá-los. Procuramos, na comissão estadual, não confundir agenda do passado com agenda do presente, para não haver disputa política. No entanto, é inequívoca a dificuldade. A questão dos logradouros é um exemplo. Outra visão muito conservadora é a dos arquivos do Estado. O governador designou a Secretaria de Justiça como órgão de interlocução. Nem os processos da lei estadual de reparação econômica aos presos políticos do Estado de São Paulo nós temos. Nem esses processos. Então alguma coisa nós temos que dizer claramente: não deve haver disputa política. Só colaboração.

A Sra. Edir Sales – Eu só queria lembrar a todos, deputado, que o livro K. relata justamente o desaparecimento da Ana Rosa e do Wilson. O pai em busca da filha e do genro desaparecidos. E relata a sessão em que se decidiu demitir os dois por

ausência ao trabalho. É isso que tem de ser revertido. Só queria lembrar isso.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Dr. Dalmo Dallari, que representa a Comissão da Verdade da USP.

Professores participantes

O Dr. Dalmo Dallari – Antes de tudo, agradeço o convite. A Comissão da Verdade da USP já iniciou o seu trabalho estabelecendo diretrizes. Um aspecto que eu próprio quis deixar claro: o objetivo é verificar as violências dentro da USP contra professores, funcionários e alunos, praticadas por gente da USP ou que nela interferia. Para evitar a multiplicação de trabalhos. Por exemplo, não abordamos um caso de aluno da USP envolvido no Araguaia.

O Instituto de Estudos da Violência da USP já verificou em minúcias quem foi vítima. Vários volumes identificam professores, alunos e funcionários que sofreram violência. A meu ver, há dois aspectos que precisam ser investigados e difundidos: um é conhecer os mecanismos usados dentro da USP para atingir uma pessoa; outro, como se denunciava alguém às autoridades da ditadura. Existem várias referências a uma comissão de três professores, um da faculdade de Direito, outro da Medicina e outro da Poli, que organizavam as listas e as entregavam ao reitor ou ao próprio DOI-CODI. Já há referência aos nomes. É preciso aprofundar, conseguir dados objetivos para podermos afirmar isso com toda a segurança.

Vamos agora distribuir as escolas entre os membros da comissão, cada um encarregado de aprofundar a pesquisa. Um será responsável pelo Instituto de Química e verificará como se decidia, quem agia. Existem personagens que até hoje fazem pose de grandes democratas, liberais, defensores de direitos e que, no entanto, entregavam nomes, sugeriam punições arbitrárias, denunciavam. Acho importante fazer a identificação. Evidentemente, haverá familiares que ficarão indignados, mas elas só se tornarão públicas quando tivermos dados objetivos.

Não vejo razão alguma para poupar um nome consagrado, um nome que é apontado como um grande personagem do Direito, mas que agiu ditatorialmente contra o Direito. Ele deve ser denunciado e conhecido. Um dos objetivos da Comissão da Verdade da USP é advertir para que não pensem que permanecerão ocultos, um dia pode-se vir a saber. Não façam jogo sujo, achando que ninguém saberá.

No caso específico da USP mencionado pelo Adriano Diogo, já começamos a ouvir pessoas de grande influência junto aos órgãos de direção; não necessariamente os dirigentes ostensivos. Pode ser que cheguemos até lá, mas é importante, por exemplo, ouvir o chefe da Procuradoria-Geral da USP; através dela se fazia a montagem jurídica que criava uma aparência de justificativa para a punição.

Além disso, planejamos verificar dentro das escolas quais eram os mecanismos na congregação, as comissões especiais. Por exemplo, no caso da Ana Rosa Kucinski, há um registro em ata da congregação afirmando que ocorrera abandono do cargo fazia tempo. E isso quando já era público e notório que ela desaparecera. Verificaremos quem montou o dispositivo que deu a justificativa para a punição. E assim em relação a todas as escolas da USP e à própria reitoria.

Já ouvimos um depoimento muito bom nesse sentido. Outros estão marcados. Convidaremos a depor os reitores que ocuparam a reitoria a partir de 1964 até 1984. Não temos o poder coercitivo. Nosso primeiro convite, a um procurador, foi aceito e ele prestou depoimento. Já marcamos outro, importante para nos contar quem atuava, quem propunha, como se tomavam as decisões. Desde logo a Comissão da USP fica agradecida se alguém fornecer nomes ou indicar caminhos. Muito obrigado.

Não Identificado – Dr. Dalmo, na Faculdade de Medicina da USP funciona, além da estrutura da Secretaria da Saúde, um organismo da Secretaria de Segurança Pública ligado à Faculdade de Medicina, que é o Instituto Médico Legal. Não há capítulo mais terrível da história da Faculdade de Medicina do que a dos atestados falsos dos médicos legistas, principalmente dois: Harry Shibata e Isaac Abramovitch, os mais cruéis. Há também aquela história que o Roberto Gouveia tão bem levantou, quando era deputado, sobre a venda de glândulas hipófises para laboratórios farmacêuticos. Isso nasceu dessa dupla e teve outros desdobramentos. Não foram só eles.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Chamo para compor a Mesa o jornalista Milton Bellintani, que vem representar a Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Anuncio também Luccas Cartocci, Michel Lutaif e Renan Perlati, da Faculdade de Direito da USP. Ivan Seixas, da Comissão Estadual da Verdade. Marcelo Oliveira, Paulo Cunha, Márcio Kameoka e Anivaldo Padilha, da Comissão Nacional da Verdade. Amélia Teles, da Comissão Estadual da Verdade, e Cynthia Sarti, da Comissão da Verdade da UNIFESP. Está presente a Daiane Mistieri, representando o vereador Ricardo Young, que não pôde comparecer. Com a palavra a profa. Ana Nemi, da Comissão da Verdade da UNIFESP.

A Profa. Ana Nemi – Bom dia. Primeiro, agradeço pela iniciativa. Começamos os trabalhos agora e nossa primeira preocupação é coordenar os depoimentos com a pesquisa de arquivo. À época, a Escola Paulista de Medicina era pequena. Mas era um universo que se articulava com outros lugares. Temos a preocupação do professor Dallari, no sentido de compreender os mecanismos internos por meio dos quais a ditadura organizava os seus braços. De outro lado temos a preocupação externa, pois os médicos da Escola participaram de caravanas médicas ao Araguaia. Muitos deles, depois, construíram o Projeto Xingu². O desejo de coordenação que o vereador Natalini expôs é também o meu. Aproveito para manifestá-lo. Obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Dr. Sottili, Secretário Municipal de Direitos Humanos, que representa a Prefeitura de São Paulo, por favor.

O Sr. Rogério Sottili – Obrigado, vereador Natalini. Bom dia a todos. Faço uma explanação de como funciona a Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos. Primeiro: damos apoio à identificação de restos mortais, à disposição dos familiares que lutam por essa identificação. O segundo ponto é o sítio de memórias, ou seja, a construção de alguns memoriais importantes na cidade de São Paulo.

Outra questão são os logradouros. Sobre isso, conto uma experiência vivida na semana passada a respeito do projeto de lei do vereador Orlando Silva, que troca o nome da Rua Sérgio Fleury por Frei Tito. Marcamos uma reunião com as famílias residentes, 31. Compareceram oito ou nove. Foi uma aula para nós. Elas reagiram muito mal. Não tinham o menor conhecimento do projeto. E passaram a ter dificuldades no dia a dia: CEP, correio, táxis. Convenceram-se de que não queriam ter um torturador como nome de rua, mas não aceitavam o nome de Frei Tito, não queriam torturado. Houve outras conversas. Acho que mudanças de nome devem ter a participação dos moradores. Todos acabam envolvidos num processo histórico que desconheciam. Ainda não ficou o nome de Frei Tito. Alguém sugeriu o nome de uma pessoa que fez muito bem ao bairro. Portanto, é um processo muito rico, em construção.

Planejamos também a abertura dos arquivos municipais, incluindo o Serviço Funerário. E ações importantes nas áreas de Educação, Direitos Humanos, Educação e Cultura, tais como a mudança do currículo escolar e a formação de professores. Temos ainda reuniões mensais com os parentes dos mortos e desaparecidos.

Em relação à nossa Comissão da Verdade, trabalhamos num projeto de lei a ser encaminhado ao Legislativo. Definimos três eixos de atuação. Investigar violações cometidas ou sofridas por funcionários da Prefeitura de São Paulo; pesquisar os arquivos públicos municipais, incluindo os cemitérios; ações recomendadas para as secretarias da Prefeitura e outros órgãos. Fico à disposição. Obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Professora Rosalina de Santa Cruz, da PUC.

A brava gente da PUC

A Profa. Rosalina de Santacruz – Saúdo a Mesa. A instalação da Comissão da Verdade Reitora Nadir Gouveia Kfoury, da PUC, foi aprovada oficialmente no dia 10 de maio de 2013, na primeira reunião do Conselho Universitário e depois referendada pela reitoria e a Fundação São Paulo. Já funcionava antes, extraoficialmente. Sua finalidade é esclarecer as violações de direitos humanos e ações

de resistência ocorridas na PUC São Paulo no período de 64 a 85, buscando garantir a memória, a verdade e a Justiça.

Os eixos da comissão: violência na ditadura contra a comunidade puquiã, com ações de coerção e de resistência de professores, funcionários e do movimento estudantil. Mortos e desaparecidos que foram estudantes, funcionários e professores da PUC; o Congresso da UNE, que resultou na invasão policial; os dois incêndios do teatro da PUC; ações de resistência, como a primeira reunião do Congresso da Anistia; o Congresso da SBPC, realizado na PUC e a incorporação dos professores cassados Florestan Fernandes, Octavio Ianni e outros.

A PUC tem uma função pedagógica, fazer com que as questões sejam conhecidas por todos os alunos. Na questão dos mortos e desaparecidos, o Marcio Beck e a Maria Augusta Thomaz já têm audiências na Comissão Estadual. A audiência chega a um determinado ponto que é a memória e a verdade. Chega ao fato, que está dito, que a Maria Augusta e o Marcio Beck foram mortos em Goiás, num sítio. Quando se tentou fazer a identificação, em 83, os restos mortais já tinham desaparecido. O Departamento Jurídico da PUC tentará, junto com a Comissão Nacional, investigar que ações devem ser conduzidas para garantir o que pedem os familiares, que é a responsabilização e o esclarecimento das circunstâncias dessas mortes. É preciso que se avance na pesquisa do que aconteceu, pegando os superiores.

Não adianta mais chamar o dono da fazenda, os três rapazes que enterraram os cadáveres. Temos de ir além, porque tudo indica que a morte dela foi planejada no DOI-CODI do Rio. Conhecemos a história de todos os desaparecidos, inclusive os da PUC. Falta a ação da Justiça e a responsabilização.

Voltando aos expulsos da USP. Não adianta só mostrar como retomaram à sua vida acadêmica. Gostaríamos de ter acesso ao processo de expulsão deles e torná-lo público. Quais os professores envolvidos? Estão até hoje na USP? Quem deu o depoimento? A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi acolhida na PUC. Antes ela foi à Fortaleza, mas a universidade de lá não a aceitou. Quem era o reitor? Por que negou que se reunisse lá? A SBPC procurou a USP que também não a aceitou.

A Universidade tem papel pedagógico e de pesquisa. Houve uma pequena Comunidade Eclesial de Base, que serviu para dissertação de mestrado e tese de doutorado. Muitas pesquisas de alunos estão dispersas. Enviamos subsídios à Comissão Nacional da Verdade. Entendemos que é o momento de ir fechando, amarrando o que temos em nível nacional e estadual. É muito. Perdem-se informações. No caso do (*meu irmão*) Fernando, por exemplo, não tínhamos nenhum registro. Aí achamos um arquivo com o registro da prisão dele. Mas é tudo incompleto, temos 144 mortos e desaparecidos. Nenhum esclarecido, não se avançou

além da memória. A ALN aparece com cinco companheiros. Pegamos todos os dados, memórias e responsabilização. Podemos fazer. Com relação aos incêndios e a ocupação do TUCA, todos os dois, tivemos as CPIS, com documentação levada pelo Ivan. Mas sem apuração. Na época não dava. Só chegamos ao Erasmo Dias, mas é preciso ir além, porque não foi só ele. E por fim há muitos indícios sobre a posição da Igreja com relação ao golpe. Talvez até a CIA atuando para que houvesse a marcha da família. Gostaríamos de chegar a essa questão. É importante que seja contada a história de Dom Paulo, como também a história de Dom Agnelo Rossi.³ A PUC está disposta a fazer isso com toda a honestidade e o apoio da nossa fundação, da Cúria. Obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) –Está presente Fábio Araújo que representa o vereador Police Neto, e Lucas Ali, representando o vereador Mario Covas Neto, relator da comissão. Com a palavra o Sr. Foster, da Comissão de Justiça e Paz.

O Sr. Walter Forster Junior – Bom dia a todos. A Comissão de Justiça e Paz segue a mesma filosofia de trabalho, levantando todos os documentos que guardamos para trazer dados concretos a todas as comissões. Esse é um lado do trabalho. O outro é acompanhar a juventude que quer participar.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – A professora Solange, da UNESP.

A Profa. Solange de Souza – Agradeço o convite em meu nome e em nome do professor Antonio Celso Ferreira, coordenador do Centro de Documentação e Memória da UNESP. Não criamos a nossa Comissão da Verdade, mas desenvolvemos um projeto de pesquisa chamado Tenho Algo a Dizer. É coordenado pelo CEDEM – Centro de Memória da Universidade – e o Observatório de Educação de Direitos Humanos, entidade sediada no campus de Bauru, coordenada pelo professor Clodoaldo Cardoso.

Nossa primeira fonte são os depoimentos tomados pela professora Ana Maria Martinez Correa ao longo dos anos, no CEDEM. Não necessariamente depoimentos sobre a repressão, mas histórias de vida dos professores, docentes e funcionários. Rastreamos 14 ou 15 nomes que se referem a algum tipo de repressão na universidade. Também há uma relação que a Comissão de Recursos Humanos da Universidade enviou à Comissão Nacional da Verdade, quando arguida sobre possíveis perseguições a 28 nomes.

Nós buscamos, com o Tenho Algo a Dizer, articular esses nomes com os depoimentos que foram tomados ao longo dos anos pelo Projeto Memória, Universidade. É história oral. Levou a direção da Universidade a criar sua própria Comissão da Verdade. Então, provavelmente no mês que vem teremos nossa Comissão da Verdade.

Gostaria de discutir uma questão que tem a ver conosco, do CEDEM. Nos últimos

anos começamos a sair do pensamento de que arquivo é algo morto. Somos da Arquivologia, não podemos perder a oportunidade de dizer às pessoas e aos gestores que iniciam os trabalhos com suas Comissões da Verdade: os arquivos devem fazer parte dessas iniciativas. Obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra o Sr. Diego Pergorario, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

A construção do nunca mais

O Sr. Diego Pergorario – Felicito por este espaço de reunião onde compartilhamos informações. No momento em que chegamos aos arquivos e começamos a folhear os arquivos do DOPS, encontramos informações tanto da nossa universidade quanto de outras. Sou um jovem de 24 anos, não passei pelos porões da ditadura, mas sei que seus legados são maléficos ainda hoje.

O que nós tentamos fazer, na Comissão da Verdade da FESPSP, é trabalhar com a questão do “nunca mais”. Para além da reparação com os familiares é essencial que isso se torne uma questão pedagógica. Há a questão que o Sottili levanta, que o Adriano levanta, da mudança do nome de logradouros, mudança do nome de escolas – algumas matérias nesta semana informaram que são mais de mil escolas com nome de pessoas ligadas à repressão. É preciso mudar os nomes para que transformemos isso num processo pedagógico. Temos de sair um pouco do espaço de investigação e chegar aos espaços onde a sociedade discute as questões envolvendo os direitos humanos. Acho essencial, também, que as Comissões da Verdade, além de se multiplicarem, sejam um espaço de construção do “nunca mais”.

A Comissão da Verdade da FESPSP constituiu-se informalmente no final do ano passado. Vamos, várias vezes por semana, aos arquivos. Mergulhamos nos casos que envolvem a FESPSP. A Fundação Escola de Sociologia e Política este ano completou 80 anos e, com certeza, esteve envolvida nos processos ditatoriais. Por enquanto nos baseamos no período de 64 a 85. Encontramos um convênio entre a Escola de Sociologia e Política e a Escola Superior de Guerra. Por quê? Com que propósitos? Vimos que há indícios de desvio de verbas para a luta contrarrevolucionária na Nicarágua.

Ontem lançamos um edital para pesquisadores voluntários. Queremos atingir umas 20 pessoas. Outra coisa, a nossa primeira tomada de depoimento vai ser agora no começo de outubro, com José Adão Pinto. Ele foi militante da Corrente Revolucionária de Minas Gerais. É o livreiro da faculdade. Ele foi preso com 21 anos de idade, passou cinco anos na prisão. Precisamos ouvir essas histórias, isso deve se tornar um hábito. Obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado. Por favor, Sindicato dos

Jornalistas.

Exílios na democracia

O Sr. Milton Bellintani – É rápido. Reorganizamos o trabalho da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Levantamos as perseguições à imprensa e a jornalistas e evitamos a superposição dos depoimentos. O que nos preocupa especialmente é o fato de que mais jornalistas foram mortos no pós-ditadura civil-militar no Brasil. Contando jornalistas como Vladimir Herzog e Luiz Merlino, mataram 24 jornalistas de 64 a 85. Depois da Constituinte, de 1988 até o presente, 25 jornalistas. Na maioria assassinados por agentes ligados à violência de Estado.

No ano passado tivemos dois casos de exílios de jornalistas na democracia: André Caramante, da *Folha de S.Paulo*, que se ausentou do país por 90 dias para preservar a sua integridade; e Mauri Conigui, da *Gazeta do Povo*, fora do Brasil por quase 70 dias. O sindicato crê que trazer à tona as histórias de perseguição à imprensa naquele período contribui para ligar os dois momentos: o passado que nos remete a esse presente de perpetuação da violência, dos mesmos setores que agiam a serviço da repressão política durante a ditadura.

Achamos que a contribuição do Sindicato dos Jornalistas para o trabalho das Comissões da Verdade é ligar a história do passado à história do presente. Finalizando, um dos pontos a investigar são os atentados às bancas de jornais e revistas no final dos anos 70, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que estrangularam economicamente a chamada imprensa alternativa.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. Maria Rita Kehl, representante da Comissão Nacional da Verdade.

A Sra. Maria Rita Kehl – Quando a Comissão Nacional da Verdade dividiu os temas escolhi trabalhar com agressões aos direitos humanos dos camponeses. No pacote dos camponeses há um erro de quem fez a lei: vieram os indígenas. Como se fosse uma coisa só, está no mato e é tudo igual. Então, fiquei com um pacote gigantesco, mas muito interessante.

Embora não seja o tema específico das comissões estadual e municipal de São Paulo, talvez se possa conseguir ajuda em dois sentidos. Primeiro, talvez, os arquivos da UNFESP possuam alguns documentos sobre lideranças camponesas e movimentos camponeses no Estado. Tento conseguir no país inteiro. Várias Comissões da Verdade pelo Brasil estão me ajudando com alguma documentação. Outra coisa: a dizimação de grupos indígenas para construir estradas, na construção de hidrelétricas, ocorreu no Paraná. Não havia, por parte da Funai, o menor cuidado em prevenir o que já se sabia: o contato de tribos isoladas com os brancos causava epidemias contra as quais

os índios não tinham defesa. A Comissão Nacional da Verdade vai denunciar o descaso do Estado.

Então, só peço a quem souber de casos ou tiver arquivos em seus municípios, em suas universidades, que me comuniquem. Outra coisa, sabemos que há muitos índios guarani favelados em São Paulo, por terem perdido suas terras. Então, quem conhece e queira falar para a Comissão Nacional da Verdade, agradeço.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós agradecemos. Agora, um apanhado rápido de nossas atividades. Sobre o nome de ruas. Havia um festival de mudança de nomes em São Paulo. Era abusivo. Substituíam nomes sem muito aviso. Então, fizemos uma lei dificultando. Fui favorável. É preciso pegar um X de assinaturas dos moradores. O vereador Orlando Silva apresentou a lei para mudar o nome da rua chamada Fleury. Foi aprovado e é lei. Nós, na Comissão Municipal da Verdade, fizemos um projeto para flexibilizar a dificuldade se o nome for ligado à tortura, à ditadura. Mais. Restituiremos simbolicamente o mandato de 42 vereadores cassados de 1936 até 1969. Acho importante para a cidade de São Paulo. Tem gente de todos os partidos, inclusive um do Partido Integralista. Estamos aqui para defender a liberdade das pessoas de pensar e de agir ideologicamente como queiram, embora discordemos. Gostaria muito que os senhores pudessem estar aqui.

Outra coisa é que procuramos o coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Não podemos convocar, então isso atrapalha bastante o nosso trabalho. Por exemplo, convidamos o Delfim e ele veio. Sentou na Mesa e ficou duas horas. Chegou ao ponto de dizer: “Eu nunca vi tortura no Brasil. Eu não sabia disso. Eu cuidava da economia”. Eu falei: “Mas, ministro, eu fui torturado junto com muitos outros”. Ele falou assim: “Ah, o senhor foi torturado? Minha solidariedade”.

Mas ele veio. Outros não querem vir. Por exemplo, o Calandra. Terrível, extremamente violento. Quase bateu em nossos emissários. Ou o Marin, que a gente gostaria de ouvir por causa do Vladimir Herzog.

Então, pedimos ao presidente da CNV, que vai convocá-lo. Temos várias outras linhas de investigação. O Mario Covas Neto tem um projeto de lei, assinamos com ele, que normatiza os sepultamentos no município. Ninguém mais seria sepultado sem identificação.

Se a gente tem dificuldade de avançar mais é porque a situação é difícil. Não é simples refazer o passado, buscar as pessoas, identificá-las, decifrar o seu papel. Acho que podemos caminhar com serenidade. Sempre digo que não queremos fazer com eles o que fizeram conosco. Somos muito diferentes. Mas diante da história eles devem pagar por seus atos.

O Sr. Adriano Diogo – Vereador Natalini, reconheço publicamente o esforço que vocês têm feito. A Suzana Singer escreveu um belo artigo na *Folha* de ontem sobre o

jornal *O Globo* reconhecer que se enganou ao apoiar o golpe de 64. Não nos abatamos, a *Folha* ainda não fez a autocrítica, continua acreditando na “ditabranda”.

O Sr. José Carlos Dias – Louvo mais uma vez a iniciativa do vereador Natalini. Esta reunião é importante para nós nos conhecermos, nos unirmos. Ouvi várias vozes para fazermos o trabalho de entrosamento. Agradeço a oportunidade que temos e estímulo a realização de outras reuniões desse tipo na Câmara Municipal de São Paulo.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião de trabalho.

Alguns endereços

Comissão Nacional da Verdade

<http://www.cnv.gov.br/>

Comissão Estadual da Verdade (SP)

<http://www.comissaodaverdade.org.br/>

Comissão da Verdade da Unifesp Marcos Lindenberg

<http://www.unifesp.br/comissaodaverdade>

Comissão Estadual da Verdade (PB)

<http://www.cev.pb.gov.br/>

Comissão Estadual da Verdade (RS)

<http://www.comissaodaverdade.rs.gov.br/inicial>

Comissão Municipal da Verdade

Relatório de 2012

http://www2.camara.sp.gov.br/dce/relatorio_final_comissao_da_verdade.pdf

Abuelas de Plaza de Mayo

<http://www.abuelas.org.ar/>

Comitê pela Verdade e Justiça no Rio Grande do Norte

<http://www.dhnet.org.br/verdade/rn.html>

Grupo Tortura Nunca Mais - SP

<http://www.torturanuncamais-sp.org/site/>

Grupo Tortura Nunca Mais – RJ

<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>

Armazém Memória

<http://www.armazemmemoria.com.br/>

Núcleo Memória

<http://www.nucleomemoria.org.br/>

Projeto Brasil Nunca Mais

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

Armazém da Memória, com diversas produções audiovisuais sobre o tema.

<http://www.armazemmemoria.com.br/>

Memorial da Resistência de São Paulo.

<http://www.memorialdaresistencia.org.br/>

Grupo Mães de Maio

<http://maesdemaio.blogspot.com.br/>

Instituto Herzog.

<http://vladimirherzog.org/>

A verdade ferida de JK

A CMVVH abordou com resolução as dúvidas sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Ouviu testemunhas fundamentais para esclarecer o que aconteceu naquele fim de tarde do dia 22 de agosto de 1976. Testemunhas de outrora depuseram, esmiuçaram-se processos. Entrevistas feitas à época continuam atuais. Em lugar de acidente, um atentado eliminou JK e seu motorista Geraldo Ribeiro. Hipóteses continuam no ar: emboscada na estrada após sabotagem do automóvel durante uma parada ainda sem explicação, ou depois do envenenamento do motorista num hotel fazenda. Talvez ambas.

Reproduzimos a primeira reportagem sobre os indícios que apontavam para um complô. Publicada na revista Caros Amigos em 1997.

Mataram JK?

“A verdade tem muita força. Ela surgirá um dia, até independente de mim. A única coisa que não podemos conter é a verdade.” (Sarah Kubitschek, viúva de JK, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 19 de outubro de 1986)

Tem 21 anos o desaparecimento de Juscelino Kubitschek. O tempo passou, mas ficou a dúvida sobre o que provocou a morte do homem que, entre 1956 e 1961, foi o mais alto mandatário do país.

Parentes e amigos sempre questionaram a versão oficial da tragédia, segundo a qual uma fatalidade tirou a vida de JK, aos 73 anos, num acidente de trânsito ocorrido no final da tarde de 22 de agosto de 1976. A família não aceitou a tese de que o presidente morreu “naturalmente”, momentos depois de o automóvel Opala, dirigido pelo motorista Geraldo Ribeiro, se desgovernar na via Dutra, altura do município de Resende (RJ), atravessar o canteiro central e se chocar contra o caminhão que vinha em sentido contrario.

JK, acham os familiares, teria sucumbido num atentado político, junto com o motorista.

O caso foi reaberto em 1º de junho de 1996, exatos 19 anos e nove meses depois da morte, por solicitação de Serafim Jardim, o ex-secretário particular de JK, que pediu novas investigações. Ele suspeitava que o motorista Geraldo Ribeiro levou um tiro na cabeça instantes antes de perder a direção do Opala com o presidente.

A exumação dos restos mortais de Geraldo Ribeiro tornou-se o ponto central do inquérito, que foi instaurado em Resende. “As dúvidas só aumentaram”, diz Serafim

Jardim, que é presidente da Casa de Juscelino, em Diamantina (MG). “Eu continuo com a certeza de que nunca houve acidente.”

As investigações demoraram. A ossada do motorista desenterrada do Cemitério da Saudade, em Belo Horizonte, só começou a ser analisada em 14 de agosto de 1996, dois meses e meio depois da reabertura do caso, e faltando oito dias para vencer o prazo de prescrição – que se dá 20 anos depois da ocorrência.

No dia anterior ao prazo que encerrava as investigações – e sem o resultado da exumação, ainda não disponível –, o delegado Robson Rodrigues da Silva, de Resende, entregou o relatório final. O inquérito policial, presidido por ele, concluiu que não houve atentado político.

O caso prescreveu e ninguém mais poderá ser processado pela morte de JK.

Em 30 de setembro, com o caso arquivado, o Instituto de Medicina Legal de Minas Gerais divulgou o resultado dos exames feitos na ossada de Geraldo Ribeiro. Passou quase despercebida a conclusão de que o motorista de JK não fora baleado. Ninguém se interessou pela notícia, publicada em pequenas notas de jornal. A íntegra do laudo do IML de Minas jamais chegou ao conhecimento público. O laudo, no entanto, contém uma informação surpreendente: foi detectado no crânio de Geraldo Ribeiro um “pequeno fragmento metálico de forma cilindro-cônica, medindo sete milímetros de comprimento e diâmetro médio de dois milímetros”.

Para o perito criminal Alberto Carlos de Minas, do Instituto de Criminalística de Minas Gerais, a descoberta é “gravíssima”. Segundo ele, o objeto metálico pode ser resto de um projétil de fuzil Mauser, também conhecido como FAL, usado pelas Forças Armadas. O diretor do IML, de Minas Gerais, José Carlos Rogêdo, afasta a hipótese. “Nós examinamos o fragmento metálico e ele não tem características de projétil de arma de fogo. Deve ser resto do caixão onde o motorista do presidente foi enterrado.”

Na mesma linha, o delegado geral de Minas Gerais, Otto Teixeira, afirmou que o objeto é “um prego do caixão”. O delegado também é titular da Divisão de Crimes contra a Vida. De acordo com ele, o material sofreu análise do Instituto de Criminalística de Minas Gerais e é feito de “liga de ferro, de aço”. O delegado Otto Teixeira acrescenta: “Se fosse um projétil de arma de fogo, teria que ser, necessariamente, de chumbo. Como é de aço, não há possibilidade de ser arma de fogo”.

O perito criminal Alberto Carlos de Minas acompanhou o caso a pedido de Serafim Jardim. Viu o fragmento metálico tirado do crânio de Geraldo Ribeiro. Do alto dos seus 32 anos de experiência, ele, que também é exímio conhecedor de armas de fogo, insiste: “Existem projéteis de sete milímetros que possuem uma blindagem, como se tivessem uma jaqueta, que é feita de aço. Esses projéteis eram usados no passado, em

rifles e fuzis, como o Mauser. Um deles pode ter sido usado e matado Geraldo Ribeiro”.

O prefeito de Araxá (MG), Olavo Drummond, amigo histórico de JK, sempre achou que a morte do presidente foi consequência do acidente. Ao ser informado da descoberta do fragmento metálico no crânio de Geraldo Ribeiro, ele se disse estarecido. Em Brasília, a filha de JK, Márcia Kubitschek, também não havia sido informada sobre o objeto metálico. No Rio de Janeiro, a filha de Geraldo Ribeiro, Maria de Lourdes Ribeiro, desconhecia o fato.

O advogado Paulo Castelo Branco é presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Distrito Federal. Foi contratado por Serafim Jardim para acompanhar o caso. Ele pergunta: “Por que esconderam a existência desse fragmento metálico?” O advogado lamenta: “Se a informação tivesse chegado em tempo hábil, antes da prescrição do caso, nós teríamos mudado a história do Brasil”.

O hotel do SNI

Juscelino Kubitschek deixou São Paulo, com destino ao Rio de Janeiro, às 14 horas de 22 de agosto de 1976. Era um domingo de céu azul na capital paulista. O experiente motorista Geraldo Ribeiro, de 64 anos, viera no sábado do Rio de Janeiro, onde morava, para pegar o presidente em São Paulo. Na véspera, sexta-feira, fizera a revisão do carro, que também ganhou faróis novos de neblina. O opala cinza metálico, com capa preta de vinil, modelo 1970, estava em ótimas condições.

“Papai tinha muito carinho pelo carro”, conta a advogada Maria de Lourdes Ribeiro. “Ele era muito cuidadoso, só usava o Opala nos finais de semana, ou quando convocado por Juscelino.” O carro foi um presente do próprio JK a Geraldo Ribeiro, em 1970, em comemoração aos 30 anos de amizade dos dois. JK conheceu Geraldo Ribeiro em Diamantina, em 1940, e foi motorista do presidente durante 36 anos.

Por volta das 16h30, assim que ultrapassou a divisa São Paulo-Rio de Janeiro, o Opala com JK pegou o acostamento da via Dutra e entrou no Hotel Fazenda Villa-Forte. Ali é distrito de Engenheiro Passos, que pertence ao município de Resende. Ficou lá, estacionado durante cerca de 90 minutos. O fato jamais foi investigado pelas autoridades. Nem em 1976, depois da morte de JK, nem em 1996, quando o caso foi reaberto.

O Hotel Fazenda Villa-Forte fica na margem direita da Dutra, no sentido São Paulo-Rio, a 28 quilômetros da cidade de Resende. Foi estabelecido pelo brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, um dos responsáveis pela criação do serviço secreto na Aeronáutica. “Meu pai pegou muito comunista a tapa”, conta o filho do brigadeiro, Gabriel Villa-Forte, o atual proprietário do hotel. “Apesar de estar na reserva desde 1949, meu pai era líder político muito atuante.”

Newton Junqueira Villa-Forte, que faleceu em 1981, era amigo do general Golbery do Couto e Silva, o criador do SNI (Serviço Nacional de Informações). Teria trabalhado com o general Golbery na estruturação do SNI. Em 1976, quando JK morreu, o general Golbery era ministro da Casa Civil. O brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, de acordo com o filho, Gabriel, também foi professor de outro general, o ex-presidente João Baptista Figueiredo. Em 1976, o general Figueiredo era o chefe do SNI, no governo do presidente e general Ernesto Geisel.

O Hotel Fazenda Villa-Forte está situado no antigo quilômetro 168 da Dutra, a cerca de 700 metros da estrada. Um pouco antes das 18 horas daquele 22 de agosto de 1976, JK e Geraldo Ribeiro voltaram para o carro, estacionado na frente do hotel. Não se sabe se o presidente e o motorista pararam no Villa-Forte para fazer um lanche ou descansar, ou se JK fora atraído ao local para uma reunião com militares da comunidade de informações.

O fato é que o automóvel do presidente rodou menos de três quilômetros depois de sair do hotel. No quilômetro 165 existe uma curva para a direita – batizada depois da tragédia de “Curva do Juscelino”. O Opala jamais completou aquele trecho. Desgovernado, seguiu à esquerda, direto, atravessou a pista e foi colhido por um caminhão, que vinha no sentido de São Paulo. O brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte deslocou-se até o local do desastre, após a morte de JK.

O número do motor

A investigação do caso, em 1996, previa perícia técnica nos destroços do Opala, que se supunha estarem guardados no 89º Distrito Policial de Resende. O objetivo era verificar a hipótese de o carro dirigido por Geraldo Ribeiro ter sido sabotado. O motorista, sem poder acionar os comandos, não teria conseguido impedir que o Opala atravessasse o canteiro central da Dutra. O veículo acabou destruído pelo caminhão que vinha em sentido contrário.

O exame dos destroços, efetuado por peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, do Rio de Janeiro, só ficou pronto em 19 de julho do ano passado – a 34 dias da prescrição. Só foi divulgado, porém, dois dias antes do prazo final, com a conclusão de que não houve sabotagem mecânica. O detalhe: os peritos analisaram, conforme o laudo expedido, os restos do veículo com o número do motor 7321818. Mas o número do motor do carro de Geraldo Ribeiro, conforme o certificado de propriedade, é 0J0403M.

“Eles fizeram a perícia em outro carro”, acusa Serafim Jardim, o ex-secretário particular de JK. “Desconfio que o veículo foi trocado intencionalmente, objetivando impedir a perícia”, denuncia Alberto Carlos de Minas, o perito de Belo Horizonte. “Além disso, os destroços que nos foram mostrados representam apenas cinco por cento do carro. Cadê o resto do Opala?”

O diretor do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, na época da perícia, era Mário Bonfatti. Ele foi localizado no Rio de Janeiro. “Nossa responsabilidade não é checar o número do motor”, diz ele. “Nós somos peritos, não investigadores. Fizemos a perícia no carro que foi indicado.”

O delegado de Resende, Robson Rodrigues da Silva, o mesmo que presidiu o inquérito policial do caso, também era responsável pela guarda dos destroços do Opala, nos fundos do 89º DP. Ele sustenta que o carro analisado pelos peritos é mesmo o de JK, mas não explica o motor com número diferente: “Para dizer assim, agora, é difícil. Os autos do processo foram arquivados na Justiça, não tenho nada por aqui”.

Sabotagem mecânica

As investigações sobre o desastre que matou JK, em 1976, procuraram caracterizar tudo como um acidente de trânsito. O promotor de Justiça de Resende, José Diniz Pinto Bravo, terminou acusando o motorista de ônibus Josias Nunes de Oliveira, que dirigia um ônibus da Viação Cometa. O veículo sob seu comando teria abalroado o carro do presidente. A batida teria feito o Opala perder a direção e atravessar para a outra pista. Mas nenhum dos nove passageiros do ônibus ouvidos como testemunhas confirmou a versão do choque. Josias, o motorista do ônibus, acusado de homicídio culposo (aquele em que não há a intenção de matar), acabou absolvido. Julgado novamente, mais uma vez foi considerado inocente.

Localizei José Diniz Pinto Bravo. Aposentado desde 1991 como procurador de Justiça, vive em Volta Redonda (RJ). Ele disse que “a prova, difícil de fazer, não foi bem definida, e isso favoreceu o motorista do ônibus. Afirmou ter recorrido, solicitando o segundo julgamento, “para depois não dizerem que fomos pressionados”. E admitiu ter conduzido o caso, desde o princípio, procurando caracterizá-lo como acidente. E acrescentou: “Eu jamais pude nem sonhar que se tratasse de atentado”.

Na conversa, ele revela: “O Exército estava preocupado para que o governo não fosse envolvido. Afinal, era época de revolução”. Explicou ter sido assessorado pelo promotor de Justiça Francisco Gil Castelo Branco, “colega meu, sujeito íntegro, sério, uma pessoa que era para confiar, mesmo”. E contou que o médico Guilherme Romano acompanhou tudo, “desde o início”. O médico, falecido em 1995, ficou conhecido como homem de confiança do general Golbery do Couto e Silva, que morreu em 1987.

Em 1976, o promotor Francisco Gil Castelo Branco era diretor do Departamento Técnico-Científico da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. Respondia pelo Instituto Médico Legal e pelo Instituto de Criminalística. Ele mandou retirar do processo as fotografias dos cadáveres.

De acordo com o perito criminal Alberto Carlos de Minas, de Belo Horizonte, a medida configurou “erro técnico grave”: “As fotografias têm condições de dizer mais do que as palavras. A lente consegue captar aspectos que vão além do relato escrito. Por isso, as fotografias são fundamentais nos trabalhos de perícia”. As fotografias dos dois cadáveres acabaram desaparecendo. Continuam sumidas até hoje.

Francisco Gil Castelo Branco também substituiu peritos criminais durante a investigação, em 1976, o que não é aceitável para o advogado Paulo Castelo Branco. Foi o mesmo Francisco Gil que providenciou a perícia do ônibus da Cometa, mas apenas dia seguinte ao desastre, e em São Paulo.

O laudo apontou restos de tinta do Opala no para-choque do ônibus, um indício forte de ocorrência da batida. Mas há algo suspeito: o laudo foi anexado ao processo sem as assinaturas dos responsáveis pelas análises.

O jornalista Valério Meinel investigou a morte de JK em 1976. Ele acredita que o motorista do presidente levou um tiro, disparado do interior de um automóvel Caravan, depois de sair do Hotel Fazenda Villa-Forte. A hipótese jamais foi investigada pelas autoridades. Valério Meinel acusa Francisco Gil Castelo Branco, “um informante do SNI”, de ter impedido a imprensa de fotografar os corpos de JK e de seu motorista, no IML do Rio. Contatado, Francisco Gil recusou-se a falar sobre a morte do presidente. Trabalhou para o SNI? “Isso é uma injúria, uma calúnia.”

A carta do Chile

Em agosto de 1975, o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI, teria recebido correspondência do coronel chileno Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da Dina, o serviço secreto do governo do Chile – na época, uma ditadura militar, comandada pelo general Augusto Pinochet. A carta alertava para o apoio dos democratas norte-americanos a Kubitschek (o presidente JK) e a Letelier (o ministro das Relações Exteriores do Chile, Orlando Letelier), que “poderia influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul do nosso hemisfério”.

Orlando Letelier morreu no dia 21 de setembro de 1976, menos de um mês depois da morte de JK. Uma bomba explodiu no carro em que estava, em Washington, capital dos Estados Unidos. Em 30 de maio de 1995, 19 anos depois do atentado contra Letelier, o agora general Manuel Contreras Sepúlveda foi condenado pela Corte Suprema do Chile a sete anos de prisão, como autor intelectual do assassinado do ex-ministro chileno.

O advogado Paulo Castelo Branco procurou o general e ex-presidente da República (1979-1985) João Baptista Figueiredo. Ele mora no Rio. Queria saber do eventual envolvimento do SNI na morte de JK. “Nós fomos informados de que o ex-presidente Figueiredo não trata do assunto.”

O empresário Jorge Gazalli, amigo de Figueiredo, disse em São Paulo que o ex-

presidente “não dá entrevista, não fala sobre nada”. E foi além: “O Figueiredo sabe de muita coisa. Se ele falar, muita casa vai cair. Nem o livro de memórias, que eu insisto para ele fazer, vai sair. Nem mesmo para ser publicado depois da morte dele”.

Quatro meses antes do desaparecimento de JK, um “acidente” de trânsito matou no Rio de Janeiro a estilista de modas Zuleika Angel Jones, a Zuzu Angel. Ela vinha pressionando a ditadura militar, com o objetivo de recuperar o corpo do filho, Stuart Edgar Angel Jones, morto em 1971 no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. O desastre com o automóvel de Zuzu Angel teria sido provocado pela repressão política. Faria parte de um “serviço” conhecido como “código 12”.

Em maio de 1978 foi a vez de Branca de Melo Franco Alves morrer em desastre suspeito. O Opala dela desgovernou-se na estrada para Valença (RJ). Branca também fazia oposição ao regime militar. A filha dela, a cientista política Maria Helena Moreira Alves, acredita que a mãe foi vítima de “acidente provocado”, mas nunca conseguiu provar nada: “O Opala é fácil de ser trabalhado. É só mexer no eixo da direção, por baixo do carro, soltando alguns parafusos. De repente, perde-se o controle”.

O mecânico e piloto Amândio Ferreira, de São Paulo, tem 36 anos de experiência. Conhece a fundo os mecanismos do Opala. Segundo ele, não é difícil sabotar o veículo. Remover a porca que fixa o braço auxiliar da direção na estrutura do carro leva poucos minutos. Com o braço auxiliar solto, o motorista não tem comando sobre a roda da esquerda, no momento em que o freio é acionado. O carro vai, desgovernado, para a esquerda.

Marcos Yukio, gerente de serviço da Freio Vargas em São Paulo, confirma: o vazamento do fluido de freio da roda dianteira direita pode travar a roda da esquerda no momento da frenagem, fazendo o Opala virar radicalmente para a esquerda. A sabotagem do braço auxiliar de direção também poderia fazer o motorista perder o controle. “A suspensão do Opala possui diversos pontos para mexer, para quem entende do assunto.”

Investigação incompetente?

O médico aposentado Célio Benedito Beltrami, de 75 anos, foi a primeira pessoa a socorrer os dois ocupantes do Opala, na Dutra, há 21 anos. “Eu cheguei lá menos de um minuto depois da batida”, lembra-se ele. “Os dois já estavam mortos. Só vim saber que era o presidente no dia seguinte. Ele estava irreconhecível.”

Médico da Marinha em 1976, Célio Benedito Beltrami foi localizado em Tatuí, no interior de São Paulo. Ele se recorda de ter sofrido cortes nos próprios braços, pelos estilhaços das janelas do Opala, na tentativa de verificar os pulsos dos dois homens. “Se estivessem vivos, eu tentaria conter hemorragias, ou faria o que fosse preciso. Mas não deu tempo para nada.” Célio Benedito Beltrami conta que o impacto contra o

caminhão foi muito forte. “O homem no banco de trás, que era o presidente, tinha a face esmagada contra o teto do carro. Teve morte instantânea.”

Durante todos esses anos, desde a morte de JK, Célio Benedito Beltrami jamais foi procurado, por qualquer autoridade, para depor. Os responsáveis pela investigação, aliás, contentaram-se em ouvir apenas nove dos 33 passageiros do ônibus da Cometa que presenciaram o desastre.

O doutor Célio Benedito Beltrami estava na poltrona número cinco do ônibus, na parte da frente, quando ouviu o barulho da freada, vindo do Opala. O carro estava à direita do ônibus. “Foi como se o freio tivesse falhado, ou tivesse acontecido um problema na roda esquerda”, revelou ele. “Parece que travou a roda do lado esquerdo.” A testemunha, ouvida pela primeira vez, salienta: “O motorista do ônibus não teve culpa alguma. Ele não bateu no carro do presidente, como andaram falando. Ele deu foi espaço para o Opala passar. Sem controle, o carro atravessou para o outro lado e bateu no caminhão”.

As autoridades desprezaram o testemunho do médico que socorreu o presidente. Mas não foi só. Um dos depoimentos mais detalhados sobre o desastre, o do passageiro da Cometa e advogado Paulo Oliver, de São Paulo, foi considerado “minucioso e quase exaustivo” pelo juiz Gilson Vitral Vitorino, o mesmo que no final absolveu o motorista do ônibus.

Paulo Oliver descreveu: o ônibus da Cometa ia na pista São Paulo-Rio e estava na faixa da esquerda da Dutra. À direita, o Opala de JK. E na frente do Opala, também na faixa da direita, um caminhão frigorífico, avermelhado, com placas de Lajes (SC). É quando Oliver, de acordo com sua narração, vê “um clarão” sobre o Opala, e o motorista do automóvel perde o comando do veículo. Sem controle, em “zig-zague”, o Opala vai para a pista Rio-São Paulo.

Foi esse “clarão” que sempre incomodou Serafim Jardim, o secretário particular de JK. Note-se que Paulo Oliver afirma em seu depoimento que, no momento do desastre, os veículos na Dutra ainda aproveitavam a luz do dia, isto é, não tinham os faróis acesos. O “clarão”, portanto, poderia ter sido um tiro, ou mesmo uma explosão, no carro de JK. Os responsáveis pelo esclarecimento do caso ignoraram o tal “clarão”.

Nas 12 páginas com quase 500 linhas de depoimentos ao Poder Judiciário, em dezembro de 1976, o advogado Paulo Oliver menciona várias vezes o caminhão de Lajes. Junto com o ônibus da Cometa, o caminhão estacionou no acostamento depois do desastre e esteve o tempo todo na cena da morte do presidente. Paulo Oliver relatou até que o motorista do caminhão falou, quando finalmente a Polícia Militar chegou ao local: “Chegou o guarda. Agora eu vou embora, não vou me enrolar”.

Pois bem: as autoridades jamais foram atrás do motorista do caminhão frigorífico avermelhado de Lajes. Não precisei de mais de dez ligações telefônicas para localizar,

em Lajes, José Antônio Lacerda. Ele foi diretor da Companhia Frigorífica Frigoplan, de Lajes, até 1983, ano em que a empresa fechou. E confirmou que caminhões da Frigoplan faziam entregas em vários Estados brasileiros. Se disse surpreso diante da informação de que um motorista da empresa dele, havia 21 anos, provavelmente presenciou a morte de JK.

Ameaça de morte

No final da tarde de 7 de agosto de 1976, 15 dias antes da tragédia na Dutra, as redações de jornal receberam o boato: JK havia morrido num acidente de trânsito. O presidente estava descansando na fazenda dele, em Luziânia, a 76 quilômetros de Brasília. No dia seguinte, em Belo Horizonte, encontrou o amigo e secretário particular Serafim Jardim e comentou o acontecido: “Estão querendo me matar, mas ainda não mataram, não”. E deu uma gargalhada gostosa, daquelas que só ele sabia dar.

Uma semana depois, em 14 de agosto de 1976, os jornalistas voltaram a procurar JK em Luziânia. Dessa vez, os boatos diziam que o ex-presidente tinha morrido em sua própria fazenda. Bem-humorado, JK ofereceu uma rodada de uísque aos repórteres. “A ocasião merece”, brincou. “Afim, acabei de ressuscitar.”

O amigo Serafim Jardim sabia que JK enfrentava tempos difíceis. O próprio presidente lhe revelara estar na lista do brigadeiro da Aeronáutica João Paulo Moreira Burnier, entre os políticos ameaçados de sequestro e morte. “O presidente me contou que o Burnier queria jogá-lo em alto-mar.” O brigadeiro sempre negou a existência do chamado caso Parasar, uma trama que previa, entre outros atos terroristas, a eliminação de políticos de expressão.

O governo do presidente JK (1956-61) aconteceu num período conturbado da vida política brasileira. O antecessor dele, o presidente Getúlio Vargas, suicidou-se. O sucessor, Jânio Quadros, renunciou. Apenas duas semanas após tomar posse, JK viveu uma grave crise política. Houve levante de militares da Aeronáutica, que ficou conhecido como Revolta de Jacareacanga. Os militares não aceitavam a posse de Juscelino Kubitschek, e principalmente de seu vice, João Goulart. Em 1959, um outro movimento rebelde, dessa vez na Base Aérea de Aragarças. Entre os líderes da revolta, o então tenente-coronel aviador João Paulo Moreira Burnier, o mesmo que anos mais tarde teria voltado a ameaçar JK.

Apesar das duas crises com militares da Aeronáutica, o governo JK foi marcado pela estabilidade política. A relação do presidente com o Congresso foi boa. Houve ampla liberdade política, sindical e de imprensa. A aliança PSD-PTB deu certo. Do lado do PSD, Juscelino, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, com o respaldo de empresários, banqueiros e industriais. Do PTB, João Goulart e Leonel Brizola trouxeram o apoio do setor trabalhista. “Foi uma aliança poderosíssima”, define a socióloga e historiadora

Maria Victoria Benevides, da Universidade de São Paulo, autora do livro *O Governo Kubitschek - Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*, de 1976.

No final de 1960, fazendo oposição a JK, Jânio Quadros elegeu-se presidente. Mas renunciou em pouco tempo. Assumiu o vice João Goulart. Em 31 de março de 1964 veio o golpe militar. JK e o PSD apoiaram a eleição indireta do general Castelo Branco, que prometeu conduzir o país à redemocratização, sem demora. JK já era candidato à reeleição, no pleito previsto para 1965. E era o favorito. Mas a linha dura prevaleceu. Em junho de 1964, JK – senador por Goiás – foi cassado e perdeu os direitos políticos, por dez anos.

JK foi perseguido. O apartamento dele, no Rio, vivia cercado de soldados armados. O telefone, censurado. O presidente resolveu asilar-se na Espanha. Em 1966, a irmã de JK faleceu. Juscelino estava em Lisboa. A repressão política quis impedi-lo de assistir ao enterro, em Belo Horizonte.

O presidente regressou ao Brasil no final de 1967. Humilhado por militares, teve de depor em intermináveis interrogatórios. Formou a chamada Frente Ampla, com dois adversários políticos – o ex-presidente João Goulart e o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O objetivo era apressar o processo de redemocratização no Brasil. Juntos, JK, Goulart e Lacerda talvez fossem imbatíveis, em qualquer eleição. Todos morreram num período de apenas nove meses, JK no desastre da Dutra. Os outros dois teriam sido vítimas de ataques cardíacos.

Em 1974, a socióloga Maria Victoria Benevides entrevistava JK quando o presidente soube oficialmente do final do período de sua cassação. O presidente estava reabilitado para a vida política, mas foi imposta uma condição: não poderia candidatar-se a nenhum cargo. Palavras de Maria Victoria Benevides: “Eu estava presente no momento em que ele recebeu a notícia, e fiquei impressionada com a reação. JK ficou transtornado. Ele iria, certamente, ser candidato”.

A oposição, representada pelo MDB, acabou sendo a grande vencedora nas eleições legislativas de 1974. No pleito de 1976, depois da morte de JK, a oposição ao regime militar saiu novamente fortalecida. Dois anos depois houve eleição para a escolha do sucessor do presidente Ernesto Geisel. Maria Victoria Benevides não tem dúvida: JK venceria se tivesse sido candidato, mesmo em eleição indireta, no Congresso Nacional. “A imagem dele era muito positiva. Aliás, é positiva. Quando quer se comparar a alguém, o presidente Fernando Henrique Cardoso procura se igualar a Juscelino Kubitschek.” Sem JK, a eleição indireta para presidente da República, em 1978, foi vencida pelo general João Baptista Figueiredo.

Em São Paulo, os últimos três dias

Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina, em 12 de setembro de 1902. Formou-se na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em 1927. Em 1934 foi eleito

deputado federal. Em 1946, mais uma vez, deputado federal. Em 1950 foi eleito governador de Minas Gerais. E, em 1955, presidente da República.

JK desenvolveu seu Programa de Metas, cujo *slogan* era “Cinquenta anos em cinco”. Durante seu governo, a produção industrial cresceu 80%. A produção de aço dobrou. Implantou-se a indústria automobilística e houve a criação de empregos urbanos e a abertura de estradas. O ritmo de crescimento foi o mais alto da América Latina e um dos mais elevados do mundo.

A grande obra de JK, a construção da nova capital da República, Brasília, foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Cerca de 300 mil pessoas participaram da festa. O presidente conseguiu imprimir clima de euforia e ritmo de desenvolvimento ao país. Se hoje em dia a moeda política é a estabilidade e a abertura econômica, na época de JK era a industrialização e a substituição das importações.

JK passou os últimos três dias de vida em São Paulo. Chegou à cidade na sexta-feira, 20 de agosto de 1976. Reuniu-se com Ulysses Guimarães e Franco Montoro, dois líderes da oposição, e manifestou-se preocupado com a instabilidade política. Somente naquele ano, o presidente Ernesto Geisel cassaria os direitos políticos de cinco deputados que faziam campanha por direitos humanos. “Mas Juscelino estava feliz e tranquilo”, descreve o amigo Olavo Drummond, na época procurador da República em São Paulo.

No sábado, JK almoçou na área da represa Guarapiranga, na zona sul da capital paulista, e participou de encontro de ex-governadores de São Paulo e Minas Gerais. Fez discurso exaltando o desenvolvimento – mas falou em desenvolvimento com liberdade. O presidente estava hospedado na Casa da Manchete. O domingo, dia 22, amanheceu bonito. Pelas 10 horas, narra Olavo Drummond, saíram para um passeio. JK ficou impressionado com os destroços de um carro acidentado, na esquina da avenida Brasil com a rua Atlântica.

Em seguida, JK resolveu visitar o afilhado Adhemar de Barros Neto, filho do hoje deputado federal Adhemar de Barros Filho. A casa dele ficava no Pacaembu, na zona oeste de São Paulo. “O presidente estava aflito para encontrar o menino, de 14 anos, que só tinha visto no batizado”, conta Olavo Drummond. “Disse que não poderia ir sem vê-lo.”

A visita era para ser curta. Por volta das 13 horas, porém, JK foi seduzido pelo cheiro de macarronada que vinha da cozinha. Depois do almoço, rumou ao encontro do fiel motorista Geraldo Ribeiro, que já o esperava no quilômetro 2 da Dutra, conforme o combinado, para a última viagem.

A família nunca aceitou a versão de que JK foi vítima de acidente de trânsito. Mas a viúva do presidente, Sarah Kubitschek, jamais autorizou novas investigações. Talvez porque temesse a revelação do suposto romance de JK com uma socialite carioca.

Dona Sarah morreu em fevereiro de 1996. No mês seguinte, Serafim Jardim decidiu solicitar a reabertura do caso.

A filha mais velha do presidente, Márcia Kubitschek, resume o drama das investigações: “As perícias sempre foram malfeitas, sem detalhamentos técnicos, para que terminassem logo. Nossas dúvidas e questionamentos permanecem. Nunca se provou nada e eu acho que nunca vamos conseguir. Vai ficar sempre um ponto de interrogação”.

Em Orleans, Santa Catarina, Ladislau Borges, de 70 anos, recupera-se de um derrame cerebral. Ele era motorista do caminhão contra o qual o Opala de JK, desgovernado, colidiu na Dutra. “Eu tentei breicar, mas não deu tempo. Foi um estrondo só.” O caminhão de Ladislau Borges, modelo de Scania, só tinha seis meses de uso no dia da tragédia. Ficou bastante danificado. Mas ele não dá importância para o prejuízo que teve. “Eu senti muito a morte do presidente”, diz. “Eu fui cabo eleitoral do Juscelino, trabalhei para ele ser presidente.”

Com a prescrição do caso, Serafim Jardim entregou o processo sobre a morte de JK, acompanhado de dossiês e documentos, à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que vai examiná-los. Serafim Jardim não entrega os pontos: “Se não foi possível fazer justiça, que se faça história”. **(Ivo Patarra)**

Razões da Procuradoria

Em setembro de 2013, representando a Câmara Municipal de São Paulo, os procuradores Luciana de Fátima da Silva, Ieda Maria Ferreira Pires e Paulo Augusto Baccarin (chefe) requereram ao juiz da vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte alvará judicial autorizando exumação do motorista de Juscelino Kubitschek, Geraldo Ribeiro, para nova perícia técnica. As razões incluem um histórico dos fatos que cercaram a viagem do ex-presidente a partir de São Paulo até a sua morte na Via Dutra, a caminho do Rio, além das circunstâncias políticas daquele momento no Brasil e em outros países da América Latina. Os procuradores destacaram a necessidade de assegurar a verdade histórica e de buscar esclarecimentos sobre as arbitrariedades da ditadura militar. E reiteraram a importância da difusão dos direitos humanos, o que abrange o intento de nunca mais se repetir tal passado sombrio.

A família de Geraldo Ribeiro, contudo, recusou-se a autorizar uma nova exumação. O juiz, em consequência, negou o requerimento em meados de 2015.



OF/GDDA/RM49/2014

Belo Horizonte, 17 de março de 2014

Excelentíssimo Senhor:

Com nossos cordiais cumprimentos, dirigimo-nos à presença de V.Exa., a fim de encaminhar-lhe, para conhecimento, cópia da promoção de desagravo realizada pela Comissão da Verdade em Minas Gerais/COVEMG em favor de Josias Nunes de Oliveira.

No âmbito de suas atribuições, mantemo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Durval Angelo Andrade
Deputado Estadual PT/MG
Presidente da Comissão de
Direitos Humanos da ALMG

Exmo. Sr.
Gilberto Nataline
Presidente da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo - SP
São Paulo - SP

Desagravo

A Justiça por duas vezes inocentou o motorista de ônibus Josias Nunes de Oliveira, escolhido para expiar a culpa de criminosos até hoje sem nome. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais desagravou-o oficialmente.

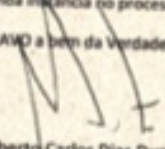
TERMO DE DESAGRAVO EM FAVOR DE JOSIAS NUNES DE OLIVEIRA


A Comissão da Verdade em Minas Gerais/COVEMG, instituída pela Lei Mineira Nº 20.765, de 17 de julho de 2013, regulamentada pelo Decreto Nº 46.293, de 17 de agosto de 2013, com a finalidade de acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade (Lei Federal Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011) nos exames e esclarecimentos sobre os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais, além de outros objetivos daquela Lei Mineira, vem manifestar-se, à unanimidade de seus membros, por meio deste TERMO DE DESAGRAVO em favor de Josias Nunes de Oliveira, em virtude da acusação de responsabilidade no acidente que provocou as mortes do ex- Presidente Juscelino Kubitschek e de seu motorista.


A COVEMG reporta-se ao Of. 3.259/2013/SGM, de 18 de novembro de 2013, do Exmo. Senhor Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais(ALMG), endereçado à Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Exma. Senhora Maria Coeli Simões Pires, contendo cópia do requerimento Nº 6.219/2013 da Comissão de Direitos Humanos, aprovada pela ALMG, (publicação no Diário do Legislativo de 09 de novembro de 2013), com pedido específico de DESAGRAVO pela COVEMG.

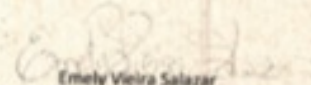
Isto posto, a COVEMG reitera neste DESAGRAVO haver ocorrido injusta acusação a Josias Nunes de Oliveira de responsabilidade no acidente que provocou aquelas mortes, tendo em vista, a sua absolvição em primeira e segunda instância no processo criminal ajuizado à época.

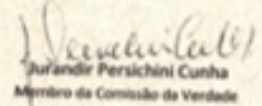
DESAGRAVO a bem da Verdade e da Justiça.

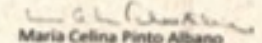

Alberto Carlos Dias Duarte
Membro da Comissão da Verdade

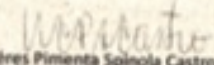

Antonio Ribeiro Romanelli
Coordenador da Comissão da Verdade


Carlos Vitor Alves Delamonica
Membro da Comissão da Verdade


Emely Vieira Salazar
Membro da Comissão da Verdade


Jurandir Persichini Cunha
Membro da Comissão da Verdade


Maria Celina Pinto Albano
Membro da Comissão da Verdade


Maria Ceres Pimenta Spinola Castro
Membro da Comissão da Verdade

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2013.

Coeres em debate

A CMVVH chamou testemunhas da época e deu início aos esforços para averiguar se Juscelino Kubitschek e seu motorista Geraldo Ribeiro foram assassinados em um atentado, algo relativamente comum quando os chefes militares da ditadura decidiam tirar pessoas do caminho. O nó principal da argumentação sobre se o ônibus da Cometa bateu de leve no Opala ficou na cor da tinta. Alegou-se que o prateado do Opala contaminou o para-lama do ônibus. O motorista Josias Nunes de Oliveira

provou que a tinta vinha de certa manilha da rodoviária – diversos ônibus da companhia exibiam contaminações iguais com a mesma tinta. Ali raspavam devido à passagem estreita. Solicitada a analisar no laboratório a controvérsia, o laboratório de análise da fábrica Termodinâmica saiu-se com laudo sem assinatura do técnico. Desprovido de credibilidade, portanto, como tudo o que aconteceu quando o mecanismo oficial entrou em movimento. Por conta disso, Josias foi absolvido.

Comissão da Verdade da CMSP

Presidente: *Natalini*

Tipo da Reunião: *Instalação*

Local: *Câmara Municipal de São Paulo*

Data: *01/10/2013*

(resumo)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Na forma regimental, está aberta a reunião extraordinária da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, com a presença dos vereadores Rubens Calvo, Juliana Cardoso, Ricardo Young e Natalini na presidência. Esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link auditórios on line.

A pauta de hoje é a oitava do Sr. Josias Nunes de Oliveira, motorista de ônibus da Viação Cometa, no episódio da morte do presidente Juscelino Kubitschek. (Capítulo V)

Antes de chamar o nosso convidado, gostaria de solicitar aos senhores vereadores que incluíssemos no pé de pauta os requerimentos. São necessários para a continuidade dos trabalhos desta Comissão. Posso aprovar o pé de pauta em bloco? São nove. Tem a palavra o nobre vereador Rubens Calvo.

O Sr. Rubens Calvo – Sr. Presidente, cada requerimento tem um número, é só falar o número dos requerimentos e aprovamos em votação simbólica, em bloco.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Se não houver manifestação contrária vou aprovar em bloco a inclusão no pé de pauta. (Pausa) Aprovado.

Agora, gostaria que fossem lidos os requerimentos. Não precisa ler na íntegra. Alguns os senhores e as senhoras já assinaram.

- É lido o seguinte: oitava Josias, Ivan Seixas, Paulo Henrique Sawaya Junior, Emílio Ivo Ulrich.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Os vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

- É lido o seguinte: perícias técnicas nos restos mortais de Geraldo Ribeiro, motorista do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Os Srs. Vereadores que concordarem,

permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: oitiva Carlos Murilo, primo do ex-presidente

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Os vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

- É lido o seguinte: ofício a José Eduardo Martins Cardoso solicitando endereço e telefones de ex-policiais rodoviários federais.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Os senhores vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

- É lido o seguinte: (viagem do presidente e assessor para Belo Horizonte)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Antes de colocar em votação pergunto se algum vereador da comissão quer participar da reunião da Comissão da Verdade de Minas Gerais, fique à vontade e pode nos acompanhar. Os vereadores que concordarem com o requerimento permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

- É lido o seguinte: (relação de 17 documentos para relatório final)

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Os vereadores que concordarem com o requerimento, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Os depoentes

No dia 13 de agosto de 2013, antes de se iniciarem as oitivas, aprovaram-se diversos requerimentos. Em seguida prestaram depoimentos Gabriel Junqueira Villa-Forte, filho do brigadeiro Newton Villa-Forte, dono do hotel fazenda onde JK e seu motorista Geraldo Ribeiro fizeram a sua última parada; Serafim Jardim, ex-secretário de Juscelino Kubitschek; Paulo Castelo Branco, advogado do caso, e Paulo Oliver, testemunha que viajava no ônibus Cometa.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom dia a todos e a todas. Com a presença dos vereadores Natalini, que preside esta reunião, Mario Covas Neto, seu relator, José Police Neto e Laércio Benko, temos quórum qualificado para abrir, na forma regimental, os trabalhos da reunião ordinária da Comissão da Verdade do Município de São Paulo Vladimir Herzog. Declaro, portanto, aberta esta sessão da Comissão.

Convidamos o Sr. Gabriel Junqueira Vila Forte.

(capítulo V do Relatório)

Discordâncias

Diante da hesitação da CNV em aceitar a investigação da CMVVH, enviaram-se ofícios e pedido de documentos.

Ao Ilmo Sr. Pedro A. B. Dallari Coordenador da Comissão Nacional da Verdade

Por meio da **Coordenação de Ouvidoria da Comissão Nacional da Verdade (Regimento interno, art. 30)**

Centro Cultural Banco do Brasil – Portaria 1 - 2º andar – SCES

Trecho 2, Lote 22 – Brasília - DF | CEP 70200-002

Prezado Senhor,

Em nome da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, instituída pela Câmara Municipal de São Paulo, venho por meio deste Ofício, com base na Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, art. 3º, I, V e VII, e art. 4º, I, VI e § 6º, e em especial item “a” da cláusula segunda do acordo de cooperação técnica nº 06/2013, bem como no art. 1º da Resolução nº 4, de 17 de setembro de 2012, com o objetivo de prestar informações para fins de estabelecimento da verdade e esclarecimento de situação de fato examinado pela Comissão Nacional da Verdade, requerer o que segue:

1- Reiterar o ofício nº 5782/2014, de 29 de abril de 2014, para solicitar novamente a Vossa Senhoria a documentação analisada e utilizada por esta Comissão Nacional da Verdade para fundamentar o 5º Relatório Preliminar de Pesquisa divulgado em 22 de abril de 2014, acerca das mortes do ex-presidente Juscelino Kubitschek e de seu motorista, Geraldo Ribeiro;

2- Que V. Sa. realize audiência pública para a apresentação do relatório de investigações e dos fatos, documentos e depoimentos coletados pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, que conte com a presença de representantes da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, com o objetivo de contribuir para a apuração dos fatos e circunstâncias relacionados às mortes do ex-presidente Juscelino Kubitschek e de seu motorista, Geraldo Ribeiro.

Dentro do espírito de cooperação que sempre norteou nossos trabalhos e a relação com a Comissão Nacional da Verdade, bem como pelo espírito inculcado no artigo 6º. da Lei 12.582/2011, reitero que a documentação solicitada, a apresentação dos novos elementos e confrontação dos relatórios das duas comissões será de crucial importância para o exercício do contraditório e a construção democrática da Verdade, da Memória e da História do Brasil, conforme os ditames da Lei e da Constituição Federal.

Com elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Gilberto Natalini

Presidente da Comissão da Verdade Vladimir Herzog

Instado a manifestar-se, o presidente da CMVVH escreveu um artigo para *Tendências/Debates*, do jornal Folha de S. Paulo, publicado no dia 6 de maio de 2014.

http://www.vereadornatalini.com.br/PDF/RelatorioJK_CCF24022014.pdf

JK foi assassinado

Gilberto Natalini

Ao contrário do que sustenta a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o ex-presidente Juscelino Kubitschek não morreu em acidente de trânsito, mas foi assassinado pela ditadura militar. O levantamento federal despreza circunstâncias, indícios, evidências, testemunhos e provas da investigação da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog (CMVVH), de São Paulo, de onde JK saiu para morrer, em 22 de agosto de 1976, após cruzar a divisa São Paulo – Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra.

Em artigo neste espaço, José Paulo Cavalcanti Filho, da CNV, escreveu que o desastre ocorreu numa reta. JK morreu após sequência de quatro curvas, sendo que a última, em leve aclive à direita, não foi completada pelo motorista do presidente, Geraldo Ribeiro. E nada justifica que o experiente Ribeiro fizesse manobra arriscada, ultrapassando um ônibus pela direita, em curva, a não ser que estivesse em situação de extrema emergência.

Quase 38 anos após a morte de JK, a CNV ressuscita “investigação” da ditadura que responsabilizou o motorista do ônibus da Viação Cometa, Josias Nunes de Oliveira, por provocar as mortes de JK e Ribeiro. Segundo a acusação, o ônibus bateu no automóvel, lançando-o desgovernado para a outra pista, onde colidiu contra um caminhão.

A CNV menosprezou os testemunhos dos passageiros do ônibus que, unanimemente, informaram não ter havido choque com o Opala de JK. Oliveira foi absolvido, ainda na década de 1970, em dois julgamentos, nos quais a acusação ousou apresentar um laudo de tintas sem assinatura.

Em sua “investigação”, a CNV não leva em conta que JK e Ribeiro morreram três minutos após deixarem o Hotel-Fazenda Villa-Forte, cujo proprietário era o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), homem ligado ao então ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, e ao chefe do SNI em 1976, general João Baptista Figueiredo, de quem o brigadeiro havia sido professor na Escola Militar de Realengo.

As autoridades policiais do Rio de Janeiro jamais investigaram a parada de JK no Hotel-Fazenda Villa-Forte, em Resende (RJ), o último lugar em que JK e Ribeiro estiveram com vida. O fato também não foi considerado importante pela CNV.

Na perícia da ditadura, o lado esquerdo da traseira do Opala está intacto em fotografia da noite do “acidente”, mas danificado no dia seguinte, para justificar a batida do ônibus, após uma troca estranha de peritos.

Em depoimento à CMVVH, ignorado pela CNV, o jornalista Ivan Machado, que cobriu o “acidente”, relatou que policiais rodoviários alteraram a posição do Opala na Dutra, antes da perícia, cumprindo ordens superiores.

Em suas conclusões, a CNV elogia a Polícia Civil e o Instituto de Criminalística do Rio de Janeiro, que “não mediram esforços para elucidar o acidente”, mas não emite parecer, por exemplo, sobre a falta de radiografias no cadáver de Ribeiro.

A CNV manteve-se alheia à ameaça de morte à jornalista que reportou que Dona Sarah Kubitschek, viúva de JK, acreditava no assassinato do marido.

Da mesma forma, deixou de lado declaração do motorista da Viação Cometa, que contou ter recebido oferta de suborno para assumir a responsabilidade pela morte de JK. Do depoimento de Oliveira à CMVVH: “Se eu falasse que era o culpado do acidente,

aquele dinheiro seria todo meu. Eu falei: não, não tenho culpa de nada”.

Outro depoimento ao qual a CNV fez vistas grossas foi o do motorista Ademar Jahn, que declarou ter visto o motorista de JK com a cabeça caída, entre o volante e a porta do Opala, antes do choque com o caminhão. Ou seja, Ribeiro não completou a curva à direita e o Opala seguiu descontrolado para a contramão da Dutra porque, provavelmente, o motorista já estava sem vida.

O “Relatório JK”, da CMVVH (traz 103 itens que demonstram o assassinato de JK. No depoimento de Carlos Heitor Cony, por exemplo, o jornalista relata ter apurado que, ao deixar o estacionamento do Hotel-Fazenda Villa-Forte, Ribeiro estranhou o Opala ao engatar marcha ré e indagou se alguém havia mexido no veículo.

Para provar que não ocorreu sabotagem no automóvel, a Polícia Civil do Rio de Janeiro apresentou os destroços do carro para nova perícia em 1996. Descobriu-se depois que o Opala examinado tinha número do motor diferente do Opala que conduzia JK. A perícia foi feita em outro veículo.

Em 1976, JK dava os primeiros passos para se candidatar a presidente, nas eleições indiretas de 1978. Morto JK, o eleito foi o general João Baptista Figueiredo, o mesmo que havia sido aluno do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte.

Gilberto Natalini, 62, é médico, vereador (PV-SP) e presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog

Amigo fiel

Em 1996 Serafim Jardim, o amigo e ex-secretário de Juscelino Kubitschek, e o advogado Paulo Castelo Branco conseguiram reabrir o processo para investigar a morte do ex-presidente e de seu motorista Geraldo Ribeiro. Requereu-se à Justiça exumação do motorista de JK, Geraldo Ribeiro. Porém impediram o perito criminal Alberto Carlos de Minas de se aproximar e fotografar o crânio. Serafim Jardim não desistiu da luta. Paulo Castelo Branco aconselhou-o a propor que a Comissão Nacional da Verdade o ouvisse. Segue-se sua petição.

Urgente

Exmo. Sr. Coordenador de Ouvidoria,

Serafim Melo Jardim, Brasileiro, natural de Diamantina/MG, desquitado, carteira de identidade nº MG - 5.216.287, residente na rua Onix, 33, Bairro Vale dos Diamantes, Diamantina/MG, nos termos garantidos pela Constituição Federal, art. 1o, Lei 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo, arts. 2o, 3o, e 48, e Lei 12,518 de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, arts. 3o e 4o, c.c. com seu Regimento (instituído pela Resolução no. 08/2013), arts. 1o e 25, vem apresentar a V. Exa., a fim de que seja encaminhada com urgência ao Coordenador Dr. Pedro

Dallari, a seguinte

PETIÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FINS DE ESTABELECIMENTO DA VERDADE E ESCLARECIMENTO DE SITUAÇÃO DE FATO

1. A presente Comissão Nacional da Verdade, conforme o art. 3o. da lei 12.528 de 2012, foi criada com os nobres objetivos de

*I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no **caput** do art. 1o;*

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de (...) mortes, (...) e sua autoria (...);

*III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no **caput** do art. 1o e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; (...)*

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos; (...)

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos (...).

2. A submissão do legislador à Constituição democrática de 1988 trouxe sabedoria à norma organizadora da Comissão, abrindo amplo espaço aos cidadãos brasileiros para que tais fins sejam alcançados, concretizando uma das aspirações cidadãs mais relevantes do período pós-autoritário: que a verdade não seja mais o produto da mente de um indivíduo que se apossou do aparato estatal, mas que seja resultado de um amplo debate, que ouça as diversas vozes e versões, e considere todos os elementos e indícios apresentados.

3. Justamente para cumprir tal função, a Lei determinou uma estrutura jurídica cristalina, dotando “qualquer cidadão” da “prerrogativa” de “solicitar ou prestar informações” à Comissão, nos indisputáveis termos do art. 4o.:

Art. 4o Para execução dos objetivos previstos no art. 3o (...)

*§ 6o **Qualquer cidadão** que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela Comissão terá a **prerrogativa de solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.***

4. Tal determinação é instrumentalizada pelo seu Regimento Interno, art. 25:

Art. 25. À Coordenação de Ouvidoria caberá:

I – receber informações e contribuições dos cidadãos apresentadas à Comissão;

II – atender e direcionar as demandas do público à Comissão;

III – responder as demandas apresentadas à Comissão, ouvidas as unidades responsáveis;

IV – estruturar e manter mecanismos para atendimento ao público; (...)

VII – gerenciar o atendimento presencial a testemunhas e pessoas interessadas, quando necessário; e

VIII – atender às demandas da Lei de Acesso à Informação.

5. Tais estipulações detalham do comando maior, que determina a plena publicidade dos trabalhos da Comissão da Verdade, como prevê o art. 5º de sua Lei de criação e o art. 16 do Regimento Interno.

6. Assim, ao cidadão é garantido o exercício de sua prerrogativa de prestar informações para fins de esclarecimento da verdade, e à CNV cabe instrumentalizar este direito, cumprindo com a finalidade deste órgão público, como determinado no art. 1º do Regimento Interno:

DA NATUREZA E FINALIDADE

(...) finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, (...) a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

7. Tendo em vista a divulgação do Relatório Preliminar desta CNV sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, é imprescindível registrar que existem ainda fatos e documentos a serem analisados para o pleno exercício do Direito à Memória e à Verdade, principalmente quando trazidos a esta Comissão por cidadão que reúne documentos e informações fulcrais ao deslinde do caso.

8. O signatário da presente petição, Sr. Serafim Jardim, nasceu em Diamantina em 11 de agosto de 1935, acompanhou o Presidente Juscelino de 1967 a 1976. Amigo de JK e como ele mesmo dizia “amigo de todas as horas, boas ou difíceis, companheiro que nunca hesitou, mesmo face ao perigo, em me cercar de apoio e solidariedade...”⁴. Até hoje, é curador da Casa de Juscelino, onde o ex-presidente residiu em Diamantina- MG, hoje transformado em museu.

9. Meu pai, fora amigo de infância de JK e meu tio era o Arcebispo de Diamantina, Dom Serafim Gomes Jardim, foi um grande amigo e Juscelino muito o admirava. A partir de 1967, por escolha de Juscelino, passei a estar ao seu lado em todos os momentos, durante 09 anos de lutas e sacrifícios. Durante este tempo, ouvi de JK várias histórias, sempre a dizer “porque a linha dura não gosta de mim?” Escutei várias vezes de JK dizer “estão querendo me matar”, no dia 08 de agosto de 1976, ao apanhá-lo no aeroporto da Pampulha, depois do boato do dia 07, quando correu pelos jornais e rádios uma notícia da sua morte em um acidente de carro, eu disse a ele “Presidente, ontem o Sr. nos passou um grande susto” e ele respondeu “ estão querendo me matar, mas não me mataram não”. Todos os órgãos de imprensa foram avisados da morte - TV, jornais e rádios. Em 1996, quando da abertura do processo da

sua morte, recebi de militares uma carta extremamente violenta, dizendo que eu não deveria ter nascido, o que eles não tinham culpa, mas que devia pelo menos ficar calado.

10. Quando pedi a reabertura do inquérito relativo à morte de Juscelino Kubitschek e Geraldo Ribeiro, fiz por diversos motivos, fatos e documentos coletados ao longo de anos de dedicação a Juscelino, antes de depois de sua morte.

11. Assim, é a presente petição para que *seja recebido pela Comissão Nacional da Verdade o Sr. Serafim Jardim, em audiência com a finalidade de prestar informações a respeito dos fatos para fins de estabelecimento da verdade em relação às mortes do Presidente Juscelino Kubitschek e seu motorista, Geraldo Ribeiro,* que são objeto de análise deste colegiado.

Respeitosamente,

Pede deferimento,

Brasília, 19 de maio de 2014.

Serafim Melo Jardim

RG nº 5.216.287

E-mail: serafimjardim@hotmail.com

Telefone: [\(38\) 3531-3607](tel:(38)3531-3607)

Última chance

Empenhada em reabrir o processo de JK e estabelecer a verdade sobre o que aconteceu ao presidente e seu motorista, a CMVVH aprovou dar início ao processo de uma nova exumação dos restos mortais de Geraldo Ribeiro. Em contato com a procuradoria de Volta Redonda, que tem a jurisdição sobre Resende, encontrou as portas abertas.

Reação familiar

Em 30 de setembro de 2013 os procuradores legislativos da Câmara Municipal de São Paulo requereram à Justiça mineira, por meio de Alvará Judicial, autorização para exumar e submeter à perícia técnica as ossadas de Geraldo Ribeiro, motorista de Juscelino Kubitschek. Novamente as circunstâncias foram desfavoráveis: a família não o permitiu.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA-RJ

Ofício MPF/PRM/VV/ERGE nº 7 / 2014

Volta Redonda, 05 de janeiro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Gilberto Natalini
Presidente da Comissão Municipal da Verdade de São Paulo
Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900

Assunto: solicitação de informações
Ref: Inquérito Civil Público – 1.30.010.000519/2014-45

Senhor Presidente da Comissão Municipal da Verdade de São Paulo,

Cumprimentando-o cordalmente, solicito a Vossa Senhoria que seja enviada cópia integral do relatório e documentos referentes à morte do ex-presidente da república Juscelino Kubitschek.

Roga-se que o envio das solicitadas informações seja efetuado até o prazo de 15 dias, contados a partir do recebimento deste ofício, indicando, para tanto, o endereço desta Procuradoria da República no Município de Volta Redonda: Rua Simão da Cunha Gago, nº 120, Aterrado, Volta Redonda, RJ, CEP 27.213-170.

No ensejo, apresento protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


Paulo Gomes Ferreira Filho
Procurador da República

recebido na SECTM. 080 Centro...
de Câmara Municipal de São Paulo
16/01/2014 às 10h 10m
Gilberto 08 53385

A data do golpe

Em 25 de fevereiro de 2014, diante dos fatos históricos e inconformado com o estado de mentira contumaz⁵, o vereador Laercio Benko, da CMVVH, apresentou moção para que se corrija, nos livros de História do Brasil, a data do golpe civil-militar de 1964, inscrevendo-se a correta, 1º de abril. O vereador Gilberto Natalini informou que a CMVVH faria com a TV Câmara uma vinheta relacionando a Comissão da Verdade e os 50 anos do golpe. Seria veiculada durante o final do mês de março e início de abril.

A voz da UNE

Duarte Pereira e José Serra, dirigentes da UNE em 1964, falaram à Comissão

Municipal da Verdade Vladimir Herzog. (Capítulo XIII) Ouça o discurso de José Serra, que notou o seu sotaque italiano à época, perdido com o tempo.

www.ebc.com.br/cidadania/2014/jose-serra-chamou-estudantes-a-resistirem-ao-golpe-no-dia-1º-de-abril-de-1964

O inacreditável Calandra

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, DE BRASÍLIA, CONVOCA O TORTURADOR CALANDRA E TOMA SEU DEPOIMENTO EM SÃO PAULO

Aparecido Laerte Calandra foi convidado a dar seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Diante da recusa, os vereadores solicitaram a cooperação da Comissão Nacional da Verdade, no quadro do Acordo de Cooperação Técnica que celebraram. O coordenador da CNV, Dr. Pedro Dallari, e o ex-coordenador, Dr. José Carlos Dias, conduziram a oitiva.

“Dr. Aparecido Laerte Calandra, agradeço que tenha comparecido a essa audiência pública, que objetiva, justamente, apurar fatos relacionados à participação sua em situações que envolveram graves violações aos direitos humanos. A Comissão Nacional da Verdade, tendo recebido um conjunto de elementos, documentos e colhido um conjunto de testemunhos que evidenciam a sua participação em outros eventos relacionados a graves violações aos direitos humanos, houve por bem destinar esta audiência para que a sua informação pudesse ser prestada à Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão Nacional da Verdade não é uma comissão processante, não é uma comissão de natureza jurisdicional, inquisitorial, mas tem a responsabilidade hoje, legal, de construir um quadro fático que procure revelar à sociedade brasileira os eventos relacionados a essas graves violações dos direitos humanos. Esse o seu objetivo fundamental.

Esta comissão, com base nas informações que obteve, preparou um conjunto de questões. O senhor tem liberdade para expor, falar, apresentar seus elementos. Se julgar por bem consultar o seu advogado, pode fazê-lo. Não é finalidade desta comissão outra coisa que não seja a obtenção da verdade e da realidade dos fatos. Portanto, é isso que nos move aqui.

Tenho clareza, por conta desses testemunhos prestados, que os presentes necessariamente terão muitas emoções, é natural. Mas peço a colaboração de todos para que o depoimento do Dr. Aparecido Laerte Calandra traga elementos importantes e a comissão possa cumprir o seu papel na elucidação dos fatos.”

(depoimento no capítulo IX)

Gravina, que ostentava crucifixo

Infelizmente vários torturadores se aferram à mentira e ao silêncio. Um deles é Dirceu Gravina, especialista em causar sofrimento. A seguir, trechos de depoimentos de dois presos político da ditadura, Eleonora Menicucci de Oliveira e Ivan Akselrud Seixas. E o ofício que a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog enviou à Comissão Nacional da Verdade, pedindo que convocasse Dirceu Gravina a depor. Também o governador de São Paulo foi oficialmente informado sobre a resistência de Gravina em depor, com menção a crimes que o notabilizaram.

TRECHOS EM QUE D.G. É CITADO

A testemunha **Eleonora Menicucci de Oliveira**,¹ Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e ex-presa política que foi torturada junto com Merlino, afirmou que:

"Só queria realfirmar aqui a presença do Ustra [Carlos Alberto Brilhante Ustra], na sala de tortura, do 'J.C.' [Dirceu Gravina] e do 'Ubirajara' [Aparecido Laertes Calandra], que ora torturavam o 'Nicolau' [Luis Eduardo Merlino] no pau-de-arara, ora a mim na cadeira do dragão. (...) o assassinato do 'Nicolau' tem responsáveis e estes responsáveis, diretamente responsáveis com a fúria e com a selvageria que caracterizava. Porque o Merlino nem o nome dele abria, e estas três pessoas muito fortemente presentes no assassinato dele são absolutamente responsáveis pelo assassinato de Luis Eduardo da Rocha Merlino."

A testemunha **Ivan Akselrud Seixas**,² ex-preso político, declarou que:

"Em julho de 1971, estive preso na cela 4 do DOPS. (...) em 12 de julho de 1971, o torturador **Otávio Gonçalves Moreira Júnior**, delegado de polícia, conhecido como 'Varejeira' ou 'Otavinho' chega na carceragem do DOPS 'Arruma suas coisas que vc vai para o Sul'. (...) Estávamos sequestrados e ameaçados de morte iminente. (...) Fomos todos colocados num carro e levados ao DOI-CODI. Ao chegar passamos a ser torturados (...) E imediatamente a gente entrou naquela rotina infernal, macabra que era o DOI-CODI, gritaria e torturas, muita tortura e eles estavam enfurecidos, ensandecidos além do normal. E a gente não entendia o que estava acontecendo e aos poucos nós fomos entendendo que era o pessoal do POC que tinha sido capturado. E que tinham conseguido alcançar alguém

¹ Trecho do depoimento de **Eleonora Menicucci de Oliveira** no Processo 583.00.2010.175607-9, 20ª Vara Cível Central "(...) no momento da prisão do Luis Eduardo da Rocha Merlino eu já estava presa. Numa madrugada eu fui chamada, retirada da cela e fui a uma sala chamada sala de tortura, onde tinha um Pau-de-Arara e a Cadeira-do-Dragão. Neste Pau-de-Arara estava o Luis Eduardo da Rocha Merlino, nu, já com uma enorme ferida nas pernas, numa das pernas era maior. E eu fui torturada na Cadeira-do-Dragão. Neste momento eu vi o Luis Eduardo Merlino, eu assisti à tortura, sendo torturada, e vi o Coronel Ustra entrar na sala e sair."

² **Ivan Akselrud de Seixas**, testemunha arrolada no processo 583.00.2005.202853-5/000000-000, contra o coronel Ustra, com sentença favorável à família Teles em segunda instância, no Tribunal de Justiça, declarou na audiência de testemunhas de acusação, na primeira instância, na 23ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo: "Logo que fui preso, fiquei na OSAN entre 16 de abril e 16 de maio de 1971. Depois disso, fui levado para o DOPS, antes de ser encaminhado ao DOPS do Sul; nesse encaminhamento, passei pelo DOI-CODI, ocasião em que presenciei o réu torturar e matar o jornalista Luis Eduardo da Rocha Merlino."

São Paulo, 26 de março de 2014

Ofício nº 5745/2014 - 26º GV

Senhor Governador,

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, convidou para depor o Delegado de Polícia Dirceu Gravina, lotado no Departamento de Polícia Judiciária do Interior 8 (DEINTER 8), em Presidente Prudente, com a finalidade de conceder a palavra para que o policial pudesse explicar, com toda a liberdade, as graves denúncias de violação dos Direitos Humanos de que é acusado, durante o período em que o senhor Gravina foi agente do famigerado DOI-CODI em São Paulo.

Informamos a Vossa Excelência que o depoimento do senhor Gravina, autorizado pelo senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e pelo senhor Delegado-Geral da Polícia Civil de São Paulo, foi acordado com o referido policial para ser tomado no último dia 25 de março. Ocorre que o senhor Gravina não compareceu para depor, evitando responder perguntas sobre diversas acusações, entre as quais as das senhoras Lenira Machado e Rita Sipahi, que afirmaram a esta Comissão Municipal da Verdade terem sofrido fortes agressões físicas do policial, como espancamentos e choques elétricos aplicados nas dependências do DOI-CODI, com o uso de instrumentos de tortura como o conhecido pau-de-arara, em 1971.


É importante ressaltar a Vossa Excelência que o senhor Gravina foi acusado no caso do desaparecimento de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, bem como pelas mortes de Lauriberto José Reyes e Alexander José Ibsen Voerões. O policial também é mencionado como envolvido no caso da morte de Yoshitane Fujimore, nas dependências do mesmo DOI-CODI.

Por fim, senhor Governador, Dirceu Gravina foi denunciado por agredir em 1973 o atual deputado estadual Adriano Diogo, e de ter participado de sessões de tortura contra Luis Eduardo da Rocha Merlino e das agressões contra a atual Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira, da Secretaria de Política para as Mulheres.



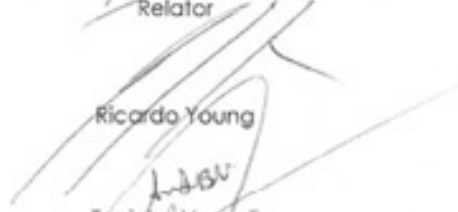
Diante do exposto, e certos de que a presença de Dirceu Gravina não é um bom exemplo e, mais que isso, causa prejuízos à imagem da Polícia Civil de São Paulo, nós, integrantes da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, vimos solicitar a Vossa Excelência o imediato afastamento do policial, que ainda se encontra em atividade nos quadros da Polícia Civil de São Paulo.


Atenciosamente,


Gilberto Natalini
Presidente


Juliana Cardoso
Vice-Presidente


Mario Covas Neto
Relator


Ricardo Young


Toninho Vespoli


Loécio Benko


Rubens Calvo

Exmo. Senhor
Geraldo Alckmin
DD, Governador do Estado de São Paulo

São Paulo, 27 de março de 2014

Ofício nº 5750/2014 - 26ª GV

Senhor Coordenador,

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, convidou o delegado de polícia Dirceu Gravina, lotado no Departamento de Polícia Judiciária do Interior 8 (DEINTER 8), em Presidente Prudente (SP), para prestar depoimento.

Esclareço Vossa Senhoria que o senhor Gravina, conhecido pelo codinome Jesus Cristo, era agente do famigerado DOI-CODI, em São Paulo, na década de 1970, onde, supostamente sob as ordens do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, teria praticado diversos crimes, como torturas e assassinatos de presos políticos.

Informo, outrossim, que esta Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog tomou os depoimentos das senhoras Rita Sipahi e Lenira Machado, que afirmaram, peremptoriamente, terem sofrido torturas por meio do uso do instrumento conhecido como pau-de-arara e por choques elétricos ministrados sob o comando do senhor Gravina, em 1971.

O delegado Gravina, que, aliás, ainda se encontra na ativa na Polícia Civil de São Paulo, também é acusado nos casos dos desaparecimentos dos presos políticos Aluizio Palhano Pedreira Ferreira e Alexander José Ibsen Voerões, bem como no caso da morte de Yoshitane Fujimori, ocorrida nas dependências do DOI-CODI de São Paulo.

Além disso, o senhor Gravina é denunciado por agressões contra o atual deputado estadual por São Paulo Adriano Diogo e por ter supostamente participado de sessões de tortura contra Luis Eduardo da Rocha Merlino e contra a atual ministra Eleonora Mericucci de Oliveira, da Secretaria de Polícia para as Mulheres do Governo Federal.

Diante do exposto, e informando Vossa Senhoria que o delegado Dirceu Gravina se recusou a prestar depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, solicito que a Comissão Nacional da Verdade convoque o policial e tome as providências para que o senhor Gravina seja ouvido e responda perguntas acerca das graves acusações contra os Direitos Humanos que pesam contra ele. Solicito, por fim, que a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog também possa participar do interrogatório do senhor Dirceu Gravina.

Atenciosamente,



Gilberto Natalini
Presidente da Comissão da Verdade Vladimir Herzog

Ilmo Senhor
Pedro Dallari
Coordenador da Comissão Nacional da Verdade

A denúncia contra o coronel Ustra é aceita

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Autos n.º 0011580-69.2012.403.6181

CONCLUSÃO

Em 23 de outubro de 2012, faço conclusão destes autos ao Exmo. Juiz Federal da 9ª

Vara Criminal Federal, Dr. HÉLIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA. Eu, Thais Penachioni – RF 3402, técnica judiciária, digitei. -----

Autos n.º 0011580-69.2012.403.6181

I – Trata-se de denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal em face de CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA, ALCIDES SINGILLO e CARLOS ALBERTO AUGUSTO, por suposta prática do crime previsto no artigo 148, § 2º do Código Penal, porque, desde o dia 13/06/1971 até a presente data, nesta Capital, previamente ajustados e com unidades de desígnios entre si e com outros agentes não identificados privaram ilegalmente a vítima EDGAR DE AQUINO DUARTE (que utilizava também o nome Ivan Marques Lemos) de sua liberdade, mediante sequestro cometido no contexto de ataque estatal sistemático e generalizado contra a população, tendo eles pleno conhecimento das circunstâncias deste ataque.

Consta, também, da denúncia, que a vítima, em razão dos maus-tratos provocados ilegalmente pelos denunciados sofreu de gravíssimo sofrimento físico e moral (fls. 1101/1142).

É o relatório.

Decido.

Anoto, de início, que o delito de sequestro, previsto no artigo 148 do Código Penal é crime de natureza material e permanente, perfazendo-se enquanto perdurar a privação da liberdade da vítima. Como consequência, enquanto estiver sendo perpetrado não incide o início de prazo prescricional, nos precisos termos do artigo 111, III, do Código Penal. Embora o Brasil tenha aprovado a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (Convenção de Belém do Pará) através do Decreto Legislativo n.º 127/2011, ainda não há, no ordenamento jurídico a tipificação desta conduta. Segundo o artigo 2º do referido tratado: “(...) entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupo de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.”

Entretanto, o E. STF, adotando a mesma solução para o crime de conspiração, equiparando-o ao delito de quadrilha ou bando (Extradição n.º 1122/Estado de Israel, Relator Min. Ayres Britto, j.21/05/09), em casos como do Major Manuel Juan Cordeiro Piacentini (Extradição n.º 974. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 26/08/09) e do Major Norberto Raul Tozzo (Extradição n.º 150, Rel. Min. Carmem Lúcia, j. 19/05/2011), autorizou suas extradições para a República da Argentina, por crimes cometidos na década de 1970, desconsiderando o “nomen juris” do delito, por entender que o desaparecimento forçado, naquelas hipóteses, equipava-se ao crime de sequestro (artigo 148 do Código Penal), ora imputados aos denunciados, havendo, pois o requisito da dupla tipicidade.

Isto posto, impende observar que uma das características da transição política do Brasil, diferentemente de outras experiências continentais, é a ausência de punição dos agentes estatais envolvidos nos excessos perpetrados durante o período de repressão política vez que delitos como homicídios e lesões corporais, entre outros, foram albergados pela chamada Lei da Anistia (Lei n.º 6.683/79), aliás, considerada constitucional pelo STF no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n.º153/DF) promovida pelo Conselho Federal da OAB. No entanto, levando em conta a natureza do delito de sequestro que se protraí no tempo e se prolonga até hoje,

somente cessando quanto a vítima for libertada, se estiver viva, ou seus restos mortais for encontrado, não se aplicado, pois, aqui as disposições da chamada Lei da Anistia, concedida àqueles que no período de 02/05/1961 a 15/08/1979 perpetraram crimes político ou conexos a estes.

Com efeito, e como se verá a seguir, a vítima desapareceu enquanto permanecia em poder dos órgãos de repressão estatal e seu corpo jamais foi encontrado sendo lícito presumir, no limiar da ação penal, em que vigora a presunção “pro societate”, que foi detida e sequestrada e que a supressão de sua liberdade perdure até a data de hoje. Consigno, outrossim, que a Lei n.º 9.140, de 04/12/1995, não serve de empeco para a presente ação penal. O diploma legal, de caráter efetivamente humanitário, embora use em seu texto a expressão “para todos os efeitos legais” reconhece a morte presumida (artigo 3º e 12 da Lei n.º 9140/95) de pessoas desaparecidas em razão da participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 02/09/1961 a 15/09/1979, no âmbito civil, e não gera efeitos penais, em que se busca a verdade real, o texto veio à lume em benefício dos familiares das vítimas e dos próprios ofendidos, para que se facilitasse o pagamento a eles de indenizações, não se admitindo que possa agora ser utilizado, como bem assentou o Ministério Público Federal, para exonerar o Estado de seu dever irrenunciável de assegurar proteção às vítimas, inclusive por meio do sistema processual criminal.

Se assim não fosse, apenas para argumentar, os casos de desaparecidos forçados, o termo inicial da prescrição da pretensão punitiva seria 05/12/1995 data da publicação da lei, e, nesta hipótese, haveria a obrigação estatal de apurar crime de homicídio que não estariam prescritos e nem acobertados pela anistia.

Acolho o entendimento externado pelo E. Ministro Cezar Peluso, no julgamento da Extradicação n.º 974, lembrada pelo “Parquet” Federal, segundo o qual, em caso de desaparecimento de pessoas sequestradas por agentes estatais, somente uma sentença na qual esteja fixada a data provável do óbito é apta a fazer cessar a permanência do crime de sequestro pois, sem ela, “o homicídio não passa de mera especulação, incapaz de desencadear a fluência do prazo prescricional”.

Destaco, ainda, que o Brasil ratificou o Pacto de São Jose da Costa Rica, que ingressou no ordenamento jurídico por força do Decreto n.º 678/92. E o Brasil, desde a edição do Decreto n.º 4.463/02, passo a reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão que investiga, interpreta e aplica o citado Pacto da São José da Costa Rica. Embora não diga respeito diretamente ao caso em questão, mas cujos fundamentos podem ser ora utilizados, após o julgamento da ADPF n.º 123 pelo STF em 04/11/2010, a CIDH considerou culpado o Estado Brasileiro pelas mortes e desaparecimentos de militantes políticos na chamada “Guerrilha do Araguaia” (caso Gomes Lund vs. Brasil). Em especial, no que tange ao desaparecimento forçado, o entendeu a Corte Internacional como grave violação múltipla e continuada de direitos humanos de caráter permanente, praticados por agentes estatais que se nem a revelar a sorte e o paradeiro da vítima, ressaltando ser imperiosa uma investigação sempre que hajam fundadas suspeitas que uma pessoa foi submetida a desaparecimento forçado, cabendo uma apuração séria, imparcial e efetiva, alvitando que os Estados tipifiquem em suas legislações tais condutas ilícitas, levantando-se obstáculos normativos que impeçam a investigação e, eventualmente, a punição de tais atos, conforme §§ 101 a 111 da sentença, que, por ser oportuno e conveniente, transcrevo, sem as correspondentes notas de rodapé:

“101. Este Tribunal considera adequado reiterar o fundamento jurídico que sustenta uma perspectiva integral sobre o desaparecimento forçado de pessoas, em virtude da pluralidade de condutas que, unidas por um único fim, violam de maneira permanente, enquanto subsistam, bens jurídicos protegidos pela Convenção.

102. A Corte nota que não é recente a atenção da comunidade internacional ao fenômeno do desaparecimento forçado de pessoas. O Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados e Involuntários de Pessoas das Nações Unidas elaborou, desde a década de 80, uma definição operacional do fenômeno, nela destacando a detenção ilegal por agentes, dependência governamental, ou grupo organizado de particulares atuando em nome do Estado, ou contando com seu apoio, autorização ou consentimento. Os elementos conceituais estabelecidos por esse Grupo de Trabalho foram retomados posteriormente nas definições de distintos instrumentos internacionais (infra par. 104).

103. Adicionalmente, no Direito Internacional, a jurisprudência deste Tribunal foi precursora da consolidação de uma perspectiva abrangente da gravidade e do caráter continuado ou permanente da figura do desaparecimento forçado de pessoas, na qual o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade. Em conformidade com todo o exposto, a Corte reiterou que o desaparecimento forçado constitui uma violação múltipla de vários direitos protegidos pela Convenção Americana, que coloca a vítima em um estado de completa desproteção e acarreta outras violações conexas, sendo especialmente grave quando faz parte de um padrão sistemático ou prática aplicada ou tolerada pelo Estado.

104. A caracterização pluriofensiva, quanto aos direitos afetados, e continuada ou permanente do desaparecimento forçado se desprende da jurisprudência deste Tribunal, de maneira constante, desde seu primeiro caso contencioso há mais de vinte anos, inclusive com anterioridade à definição contida da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas. Essa caracterização resulta consistente com outras definições contidas em diferentes instrumentos internacionais, que salientam como elementos simultâneos e constitutivos do desaparecimento forçado: a) a privação da liberdade; b) a intervenção direta de agentes estatais ou sua aquiescência, e c) a negativa de reconhecer a detenção e revelar a sorte ou o paradeiro da pessoa implicada. Em ocasiões anteriores, este Tribunal já salientou que, ademais, a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos, as decisões de diferentes instâncias das Nações Unidas, bem como de vários tribunais constitucionais e outros altos tribunais nacionais dos Estados americanos, coincidem com a caracterização indicada.

105. A Corte verificou a consolidação internacional na análise desse crime, o qual configura uma grave violação de direitos humanos, dada a particular relevância das transgressões que implica e a natureza dos direitos lesionados. A prática de desaparecimentos forçados implica um crasso abandono dos princípios essenciais em que se fundamenta o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e sua proibição alcançou o caráter de jus cogens.

106. O dever de prevenção do Estado abrange todas as medidas de caráter jurídico, político, administrativo e cultural que promovam a salvaguarda dos direitos humanos. Desse modo, a privação de liberdade em centros legalmente reconhecidos, bem como a existência de registros de detidos, constituem salvaguardas fundamentais, inter alia, contra o desaparecimento forçado. A contrario sensu, a implantação e a manutenção de centros clandestinos de detenção configuram per se uma falta à obrigação de garantia, por atentar diretamente contra os direitos à liberdade pessoal, à integridade pessoal, à vida e à personalidade jurídica.

107. Pois bem, já que um dos objetivos do desaparecimento forçado é impedir o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes quando uma pessoa tenha sido submetida a sequestro, detenção ou qualquer forma de privação da liberdade, com o objetivo de ocasionar seu desaparecimento forçado, se a própria vítima não pode ter acesso aos recursos disponíveis é fundamental que os familiares ou outras pessoas próximas possam aceder a procedimentos ou recursos judiciais rápidos e eficazes, como meio para determinar seu paradeiro ou sua condição de saúde, ou para individualizar a autoridade que ordenou a privação de liberdade ou a tornou efetiva.

108. Em definitivo, sempre que haja motivos razoáveis para suspeitar que uma pessoa foi submetida a desaparecimento forçado deve iniciar-se uma investigação. Essa obrigação independe da apresentação de uma denúncia, pois, em casos de desaparecimento forçado, o Direito Internacional e o dever geral de garantia impõem a obrigação de investigar o caso ex officio, sem dilação, e de maneira séria, imparcial e efetiva. Trata-se de um elemento fundamental e condicionante para a proteção dos direitos afetados por essas situações. Em qualquer caso, toda autoridade estatal, funcionário público ou particular, que tenha tido notícia de atos destinados ao desaparecimento forçado de pessoas, deverá denunciá-lo imediatamente.

109. Para que uma investigação seja efetiva, os Estados devem estabelecer um marco normativo adequado para conduzir a investigação, o que implica regulamentar como delito autônomo, em suas legislações internas, o desaparecimento forçado de pessoas, posto que a persecução penal é um

instrumento adequado para prevenir futuras violações de direitos humanos dessa natureza. Outrossim, o Estado deve garantir que nenhum obstáculo normativo ou de outra índole impeça a investigação desses atos, e se for o caso, a punição dos responsáveis.

110. *De todo o exposto, pode-se concluir que os atos que constituem o desaparecimento forçado têm caráter permanente e que suas consequências acarretam uma pluriofensividade aos direitos das pessoas reconhecidos na Convenção Americana, enquanto não se conheça o paradeiro da vítima ou se encontrem seus restos, motivo pelo qual os Estados têm o dever correlato de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis, conforme as obrigações decorrentes da Convenção Americana.*

111. *Nesse sentido, no presente caso, a análise do desaparecimento forçado deve abranger o conjunto dos fatos submetidos à consideração do Tribunal. Somente desse modo a análise jurídica desse fenômeno será conseqüente com a complexa violação de direitos humanos que ele implica, com seu caráter continuado ou permanente e com a necessidade de considerar o contexto em que ocorreram os fatos, a fim de analisar os efeitos prolongados no tempo e focalizar integralmente suas consequências, levando em conta o corpus juris de proteção, tanto interamericano como internacional.”*

A alegação de incompetência *ratione temporis*, arguida pelo Brasil, não pode ser acolhida em relação ao delito de sequestro, em virtude de sua natureza permanente, como ensina Marcos Zilli: “Com efeito, para a CIDH, o fato de o Brasil somente ter reconhecido a jurisdição da Corte em 10/12/1998 não afastaria a sua competência para o conhecimento e julgamento dos ilícitos cuja execução teve continuidade para além daquela data. Nesse posto, a CIDH manteve-se absolutamente fiel aos seus precedentes (casos *Blake vs Guatemala*, *Radilla Pacheco vs México*, *Ibsen Cardinos vs Bolívia* e *Velásquez Rodrigues vs Honduras*), reafirmando que o início da execução do desaparecimento forçado coincide com a privação de liberdade da vítima, prosseguindo a execução com a ausência de fornecimento de qualquer informação sobre seu paradeiro. Dessa forma, o comportamento somente cessaria no momento em que as informações sobre o paradeiro da vítima ou o seu destino viesse à tona.”¹ Feitas essas colocações iniciais, passo a verificar a existência de justa causa para a deflagração da ação penal.

II - O sequestro da vítima EDGAR DE AQUINO DUARTE está bem demonstrado nos autos. A documentação relativa a EDGAR, preservada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, comprova que agentes do DEOPS/SP sequestraram-no e que o mantiveram no cárcere, ilegalmente, a partir de 13/06/1971, de início nas dependências do DOI-CODI/II Exército e, depois, nas dependências do DEOPS/SP, conforme se verifica do exame dos documentos de fls. 97/98, 103, 315, 316, 317, 319 e 334/338 dos autos. Ademais, o sequestro de EDGAR restou corroborado ainda pela farta prova testemunhal produzida na investigação, consubstanciada pelos depoimentos de militantes políticos que estavam presos tanto no DOI-CODI/II Exército como DEOPS/SP (fls. 53/57, 167/173, 174/177, 195/198, 203/205 e 225/228).

Ressalte-se que não há nos autos notícia, ou mesmo indicio de que EDGAR tenha sido efetivamente morto por órgãos da repressão política, inexistindo informações concretas de seu atual paradeiro após ser visto por presos no DEOPS/SP não há indicação do local onde possam estar seus eventuais restos mortais, seu cadáver, local de sepultamento ou depoimento de testemunhas que o tenham visto morto no farto material de investigação coligido e examinado por este Magistrado.

Embora possível sua morte real, existe a probabilidade de permanecer privado de sua liberdade, conclusão que não pode ser afastada sequer pela provável idade de EDGAR nos dias de hoje (73 anos), que corresponde à expectativa de vida média do brasileiro segundo o IBGE, e é menor, por exemplo, que a do acusado CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA. Nem mesmo a alegação da ocorrência de abertura política e da existência de um Estado hoje fundado por bases democráticas e, em princípio seguro, constitui circunstancia suficiente para superar a conclusão de que não há elementos suasórios, nesta fase processual, do óbito da vítima, constituindo-se, ademais, tal tese em argumentação retórica e metajurídica.

Apenas para argumentar, casos há, infelizmente, de privação de liberdade que perduraram por muitos anos. A senadora colombiana Ingrid Betencourt ficou em cativeiro por mais de seis anos, até ser libertada viva pelas FARC. Delmanto lembra outro caso de desaparecimento, esclarecido em 2008,

ocorrido na Áustria, em que Josef Fritzl, condenado à prisão perpétua, manteve sua filha sequestrada por 24 anos, violentando-a e tendo com ela 7 filhos (“Código Penal Comentado”, Saraiva. 8ª Edição. p.529). Há, de outra banda, indícios suficientes de autoria contra os acusados.

a) CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA, conhecido por “Dr. Tibiriçá”, foi comandante operacional do DOI-CODI/II – Exército, entre 1970 a janeiro 1974 (fls. 17): como é notório, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), que sucedeu a “Operação Bandeirantes”, foi uma das mais agressivas unidades de repressão política, especialmente no período que o acusado CORONEL USTRA esteve à sua frente. No caso dos autos, o acusado foi o autor e possuía o domínio do fato criminoso consistente na privação ilegal da liberdade de EDGAR DE AQUINO DUARTE, primeiro no DOI-CODI/II – Exército, e, posteriormente, nas descendências do DEOPS/SP de onde a vítima desapareceu.

O acusado, comandante do DOI-CODI na época dos fatos, participava, coordenava e determinava todas as ações repressivas ali praticadas, sendo inegável que detinha do domínio dos fatos criminosos. Veja-se a título de exemplo, os depoimentos de Eleonora de Oliveira (fls. 106/113), Laurindo Martins Junqueira Filho (fls. 114/121), Leane Vieira de Almeida (fls. 121/128) e Lenira Machado (fls. 174/177). Sobre a leva notar que o acusado ainda foi declarado responsável pelas graves violações à integridade física e pela segurança de presos no DOI-CODI, em recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 917/942). A imputação delitiva e rogada ao acusado encontra embasamento da prova testemunhal colacionada na investigação (fls. 182/184, 195/198 e 225/228) e não prova documental juntada aos autos (fls. 97/98, 103, 319, 320/322)

b) o acusado ALCIDES SINGILLO, delegado de Polícia Civil aposentado, esteve lotado no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), entre abril de 1970 e 1975 (fls. 430, 436/437), existindo elementos que participou do delito em foco a partir de encaminhamento da vítima para sua unidade de atuação em 1972 e, a partir de 1973, em local desconhecido, conforme se verifica da prova testemunhal coligida (fls. 53/57, 167/173, 199/200, 203/205, 725 e 735/736).

c) o acusado CARLOS ALBERTO AUGUSTO, conhecido pelo cognome “Carlinhos Metralha”, era investigador de polícia lotado no DEOPS/SP e integrante da equipe do delegado Sergio Paranhos Fleury. Após participar da prisão de José Anselmo dos Santos (“Cabo Anselmo”) no apartamento de EDGAR, foi posteriormente, ao lado de outros agentes policiais, responsável pela detenção também da vítima, em 13/07/1973. A imputação de captura da vítima e sua participação na privação permanente de sua liberdade, encontra arrimo suficiente na prova testemunhal (fls. 53/57, 167/172, 735/736), bem como no documento de fls. 591 dos autos (entrevista concedida pelo acusado ao jornalista Percival de Souza).

III – Por fim, é necessário que graves fatos delituosos venham à tona para serem apurados, em qualquer condição. Sem entrar no mérito da causa e considerando a singularidade do caso, de triste memória, afigura-se ainda mais imperioso que as circunstâncias da prisão e desaparecimento da vítima restem aclaradas, para que uma história de vida não seja fragmentada e, de outro lado, que se consiga afastar dúvida perene, que, a cada dia que passa, renova a dor e agonia de todos os amigos e familiares das vítimas. Ao contrário do que já se afirmou recentemente, independentemente do desfecho do caso não devemos e não podemos sepultar os fatos no silêncio da história.

IV - Diante do exposto, presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, havendo prova da existência de fato que caracteriza crime em tese, e indícios da autoria, **RECEBO A DENÚNCIA** de fls. 1101/1142, em face de CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA, ALCIDES SINGILLO e CARLOS ALBERTO AUGUSTO. Requistem-se os antecedentes penais e as informações criminais, bem como as certidões eventualmente existentes em nome dos acusados.

Citem-se os acusados, expedindo-se carta precatória se necessário, para responder à acusação por escrito e por meio de defensor constituído, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal. Cientifique-se, que se deixarem de apresentar resposta ou não indicarem advogados, em virtude da impossibilidade de arcar com os honorários de um, será nomeado a Defensoria Pública da União para patrocinar seus interesses. Ficam cientes as partes que, em face da inovação trazida pelo artigo 396-A, parte final, do Código de Processo Penal, deverá ser justificada a

necessidade de intimação por Oficial de Justiça das testemunhas eventualmente arroladas, sendo que no silêncio, estas deverão comparecer independentemente de intimação à audiência a ser designada.

Ao SEDI para as devidas anotações, no tocante alteração de classe e polo passivo. Oficie-se ao cartório de registro civil de pessoas naturais indicados às fls. 413/415 para que envie a este juízo a certidão de óbito de LUIZ GONZAGA SANTOS BARBOSA, no prazo de dez dias. Com relação a EDSEL MAGNOTTI deverá o representante do Ministério Público Federal indicar o cartório de registro civil de pessoa natural onde está registrado seu óbito no prazo de dez dias. Com a vinda dos documentos, tornem os autos conclusos para eventual extinção de punibilidade. Deverá o Ministério Público Federal providenciar a juntada da mídia digital que não consta do envelope de fl. 220 dos autos, bem como esclarecer se há necessidade de permanecerem tramitando em conjunto com os autos principais o anexo I e apenso II, que dizem respeito exclusivamente a José Anselmo dos Santos, ou se podem ser desapensados e devolvidos. Providencie a secretaria a extração de cópias integrais do apenso I, trasladando-as aos autos principais, certificando-se nos autos Ciência ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

São Paulo, 23 de outubro de 2012.

Hélio Egidio de Matos Nogueira
Juiz Federal

Homenagem a Santo Dias, em M'Boi Mirim

Aqui, o planejamento do programa do dia, conforme foi conduzido pela Comissão da Verdade de M'Boi Mirim e seus participantes. (Capítulo XVIII do Relatório)

15:00 hs	Filme: A luta do Povo
15:20 hs	Pe. Jaime abertura
15:30 hs	Composição da Mesa: Membros da Comissão da Verdade Wladimir Herzog. Alex: Membro da Comissão da Verdade de M' BOI Mirim – Santo Dias da Silva
15:45 hs	Leitura de trecho do depoimento de Santo Dias Filho e Luciana Dias/ ou vídeo.
15:50 hs	Início dos depoimentos
1.º Depoimento	Edna de Oliveira - ex-metalúrgica atuou nas Comunidades Eclesiais de base e na oposição sindical. Esteve com Santo Dias no dia 30/10/1979 num piquete de greve. Assuntos: Tortura psicológica:

“Como eu falei também, eu fui presa e torturada psicologicamente”

Esteve presa por 2 dias, amamentava uma criança recém nascida.

a) *“ai a policia federal chegou a gente não viu e só foi jogando gente dentro de uma perua, e ai a gente foi preso, foi eu e mais seis , sete companheiros, inclusive um era funcionário da Horasa, e lá nós permanecemos na policia Federal por dois dias e duas noites, e o Luis Eduardo, de ajuda foi e nos soltaram, depois de muita negociação, eu estava , eu tinha acabado de ganhar*

neném, minha filha tinha seis meses, eu estava amamentando, o Luis Eduardo Greenhalg até falou pro delegado, se poderia soltar por que eu estava amamentando, o delegado respondeu: desamamenta e fica e pronto.”

Agentes infiltrados furtaram sua bolsa

b) *“Minha bolsa havia sumido, eu não consegui achar, levaram a bolsa e tudo, dentro do sindicato, eu estava numa reunião, ai deixei a bolsa assim, tudo na sala...”*

c) *“Essas faixas estavam todas lá na sede da Policia Federal quando a gente foi preso, ele fez questão de mostrar pra gente, e a minha bolsa também estava lá, e a minha bolsa com todos os documentos estavam lá.”*

De tudo que você vivenciou a maior tristeza?

d) *“(Respirou profundo) – a maior tristeza sem dúvidas, foi a morte do Santo Dias, (Quem foi o Santo Dias pra você?) Ai santo Dias pra mim foi tudo, Santo Dia foi meu pai meu irmão meu amigo, meu companheiro, meu orientador espiritual, uma pessoa que despertou em mim a política”*

A repressão em M’ Boi Mirim.

e) *“Teve uma vez que a gente teve uma reunião no Vila Remo, quando nós saímos, a igreja estava cercada pela polícia”*

A repressão contra mulher.

f) *Eu acho que a repressão para mulher era até que pior, por que eles pegavam o lado, é, pra humilhar mesmo, xingando de palavrões, de vagabunda, por que esta ali, por que não está em casa, não tem o que fazer, não tem que lavar roupa, não tem casa para limpar, essas coisas que humilhava a gente, não só no físico mas na moral da gente.*

<p>2º depoimento</p>	<p>Fernando do Ó Veloso Militou nos diversos movimentos sociais, sindicado dos bancários, sindicato dos metalúrgicos, oposição sindical, visão ampla.</p>
	<p>O Começo da luta</p> <p>a) Em 1968. Foi em uma manifestação dos estudantes em protesto a morte do estudante no Rio de Janeiro <u>Edson Luis</u>. A ditadura matou o estudante no Rio de Janeiro</p> <p>b) Tem boa explanação sobre a perseguição ao Mov. Sindical. Casei em 71 aí eu morava no jardim Souza eu tinha comprado um terreno e feito uma casinha no São Luiz, mas nesse percurso quando eu fui casar, morava um amigo meu que era bancário e era da luta também; quando eu cheguei do Ceará eu tinha deixado ele aqui, ele e meu irmão morando em minha casa, cheguei lá a policia tinha levado meu amigo o bancário, foi preso ele e mais um casal, nunca mais vi os três, eram três amigos que faziam inclusive reunião em casa.”</p> <p>Fernando interrogado pela policia.</p> <p>c) “O interrogatório era ele dizendo assim, primeiro ele me entrevistando dizendo que perguntou quem era aquele padre, ele falou que conhecia o padre Luiz que era comunista, eu falei que não sabia o que era comunismo então <i>ele me ameaçou dizendo que não era pra mim acompanhar o padre Luis que era comunista e da próxima vez que ele fosse lá eles iam passar o carro por cima do padre Luis</i>”</p> <p>d) A morte do Santo Dias foi uma das piores foi uma grande, no dia da morte do Santo Dias eu chorei igual mais do que quando perdi irmão pra mim foi um sentimento de... Eu senti um companheiro valoroso que estava sendo morto por um mínimo de direito de fazer uma greve, um mínimo de chamar um pessoal para fazer uma assembleia, é uma das tristezas grandes que eu tenho, e a tristeza foi muita, cada noticia que tinha e sabia que a ditadura tinha matado um era muita tristeza né. Porque ai era um irmão de luta que tava morrendo por uma causa que a gente tava sendo derrotado né?</p> <p>e) Dia 29 /10/1979 - Um dia antes nós fomos presos, 113 pessoas só daqui da região sul.</p>

<p>3.º depoimento</p>	<p>Maria Filipe Atuou nas comunidades de base e na luta na luta contra a carestia, movimento de moradia.</p>
	<p>Seu filho Chama-se Edson Luis, homenagem ao jovem morto pela repressão em 1968, Edson Luis é membro da comissão do M' Boi Mirim.</p> <p>a) <i>“prende” nós tudo dentro da Igreja do Socorro, nós estávamos dentro da Igreja eles cercaram tudo.”</i></p> <p>Esteve com Santo Dias no dia 30/10/1979.</p> <p>a) <i>“Ai estava em casa fazendo minha janta, chegou a irmã Monica e no dia da morte do Santo a gente tinha feito porta de fabrica de manhã e quando nos voltamos nós ainda conversamos, falamos pro Santo que não era bom que ele voltasse, que a gente notou porta de fabrica, ele vinha sendo muito visado. Ai o Santo falou eu vou fazer a porta de fabrica a tarde”</i></p> <p>Quando soube da morte de Santo Dias</p> <p>b) <i>“e eu estava querendo escrever um livro, ai a Araci disse, “vamos queimar tudo isso, vamos jogar dentro do poço, porque se a policia chegar aqui, pega isso aqui, <u>you vai ficar muito tempo em cana por causa disso</u>. Ai então a minha historia na verdade eu tive que jogar fora por conta disso, por conta da repressão da opressão tudo. Como eu estava assim também na porta de fabrica as pessoas me via a polícia do DOPS me viam, era eu gostava de falar um pouco, então eu era uma pessoa conhecida. Então por conta disso a minha história foi jogada fora.</i></p>
<p>4.º Depoimento</p>	<p>Vital Nolasco Ex-vereador do PC do B</p>
<p>5.º Depoimento</p>	<p>Carlão Ex-presos político</p>
<p>6.º Depoimento</p>	<p>Cenerino Evangelista de Andrade Ex-metalúrgico, atuava nas comunidades de base. Este depoimento reforça a ideia que naquele dia (Morte de santo Dias) houve uma repressão mais intensa nas portas das fabricas.</p> <p>a) Naquele período, havia o partido comunista você fazia parte</p>

	<p>de algum partido? <i>“Não. O que me levava a participar era minha fé, o conhecimento da Palavra”.</i></p>
	<p>Violência contra os operários b) “ Nós ficamos “presos” na Igreja do Socorro e a polícia jogou bombas, ocasionando acidentes, pois arrancou o dedo de um colega” No dia 30/10/1979 foi preso, naquele dia a repressão foi intensa. “Aí, a polícia “bateu” lá, ai, pegou todo mundo, eu podia fugir, eu tive chance, mas, eu estava com os colegas novos, ai, eu peguei e falei pra um deles, assim: olha você dá um tempo some pra cá desaparece porque não é vantagem ser pego pela polícia; e falei para um outro, que estava do meu lado também, eu fiquei conhecendo ele lá na Filtros Mann, ele disse: “ eu não, eu não vou sair não!”, ai, ele falou assim pra mim (neste momento Cenerino se emociona) :“você vai sair, você vai embora, eu falei não eu não posso sair, ai, ele falou: “ então eu também não vou.” <i>ai a policia levou, né? pegou nós, colocou dentro do camburão, e ai, saiu fazendo cavalinho de pau, né? indo de firma em firma e nós lá dentro, aí, levou nó pro DOPS, nós ficamos detidos, lá dentro, aí, sabe como é, tira foto daqui, dali... tira foto inteirinho, ficha tudo lá, pra ficar lá; e nós estávamos lá dentro e os outros companheiros fazendo outra firma, o Santos foi fazer outra firma, né? lá na..., esqueci o nome, que foi lá onde teve toda a briga onde atirou nele, na Sylvania, Sylvania; é, nós estávamos, eu e a irmã Cecília e mais uns colegas do grupinho estávamos lá no DOPS detido, e por sorte, um dos colegas, conseguiu levar um radinho e eles não pegaram o radinho e de vez enquanto, a gente ia escutando para ver como é que estava a greve, ai, chegou uma hora que deu que o Santo tinha sido baleado...”</i></p>
<p>Perguntas do plenário</p>	<p>5 perguntas aos depoentes com tempo de 2 minutos para formular.</p>
<p>Comissão M' Boi</p>	<p>Apresenta ao plenário os que estiveram na luta e que não prestaram depoimento neste dia. Referendar o encaminhamento já realizado em a homenagem de</p>

Mirim (Alex)	entrega do Título de Cidadão Paulistano ao Pe. Luis e honra ao mérito aos demais.
Comissão Wladimir Herzog	Considerações finais, que for de praxe/encerramento.
17:20 hs	Intervenção musical
17:30 hs	Pe. Jaime homenagem ao Pe. Luis

Jango, que tinha de morrer

João Vicente Fontella Goulart e Denize Fontella Goulart, filho e filha do presidente João Goulart, nunca desistiram de provar que o pai foi assassinado. Uma longa caminhada, que obteve grande número de documentos por intermédio do Instituto Presidente João Goulart; entre eles uma lista de subversivos de brasileiros que estariam na Argentina, elaborada pelo III Exército (no final do presente Anexo).

A caminhada começou com um pedido de abertura de inquérito civil-judicial à Procuradoria- Geral da República, por intermédio do Instituto Presidente João Goulart.

(extratos)

INSTITUTO PRESIDENTE JOÃO GOULART (IPG), OSCIP inscrita no CNPJ sob o no. 07304054/0001-90, com sede à SRTVS, Quadra 701 , Bloco “O”, sala 819 –Ed. Multiempresarial Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.340-000, com fundamento no Inciso III do Artigo 129º da Constituição Federal c/c Artigo 1º e seguintes da Lei 7.347 de 24 de julho 1985 c/c Artigo 7º do Decreto-Lei no. 2.849 de 07 de dezembro de 1940,

JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 8.002.212.465 SSP-RS., e inscrito no CPF/MF sob o n.º 254.052.330-72, residente e domiciliado à rua Gastão Baiana, n.º 575, apartamento 1.004, Bloco 2 – Copacabana - Rio de Janeiro / RJ. e

DENIZE FONTELLA GOULART, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 04.694.226-4 IFP-RJ., inscrita no CPF/MF sob o n.º 265.662.490-87, residente e domiciliada na Avenida Eptácio Pessoa, n.º 4.578, apartamento 202 – Lagoa – Rio de Janeiro / RJ, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a

ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL JUDICIAL

Para apuração das circunstâncias em que ocorreu a morte do presidente **JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART**, em 06 de dezembro de 1976, na Província de Corrientes, na Argentina, pelas seguintes razões de fato e de direito:

I – Da Comissão Externa da Câmara de Deputados

O Poder Legislativo já manifestou o **interesse coletivo** na apuração da hipótese de assassinato do presidente brasileiro durante seu exílio no exterior:

“Recuperar a imagem de um homem público probo, dedicado ao povo brasileiro e à grandeza da Nação é um dever... principalmente para as novas gerações, que devem conhecer nossa História para dela extrair exemplos e lições.”

A revisão histórica para **preservação da Memória Nacional** é um bem e um direito das futuras gerações e a investigação prevista pelos parlamentares se impõe com a recente divulgação de indícios, fatos e novos documentos que atestam:

- A **subversão** da ordem jurídica e queda da democracia brasileira por meio de planejamento, patrocínio ilícito e intervenção externa; constituindo-se ato de agressão nos termos da Carta da OEA contra estado americano;
- A **perda da soberania** por aparelhamento do Estado brasileiro e submissão da cúpula das forças armadas e do Ministério das Relações Exteriores ao comando de interesses estrangeiros;
- **Traição e corrupção** de autoridades e parlamentares brasileiros sejam sob a forma de financiamento de campanhas eleitorais, seja por recrutamento ideológico com base na doutrina de segurança nacional anticomunista, seja por outros meios ignorados;
- **Dolo na fraude** promovida pelo então presidente do congresso nacional, senador Auro de Moura Andrade, ao declarar a vacância da presidência para dar foros de legalidade ao golpe militar de 31 de março de 1964;
- Envolvimento do corpo diplomático brasileiro em atos de **espionagem, monitoramento e repressão** de exilados políticos por gestão do CIEX e da CIA;
- **Extermínio** dos oponentes ao regime militar e dos líderes políticos engajados na restauração da democracia no Cone Sul;
- O **assassinato** do presidente **João Belchior Marques Goulart** por envenenamento promovido por operação conjunta de aparelhos secretos repressivos do Brasil e do Uruguai; aparato continental articulado pela CIA;
- Promoção da desarticulação do ESTADO representante da sociedade brasileira, estratégia conhecida como “**guerra fechada**”, mediante corrupção, traição e recrutamento ideológico de militares da ativa, autoridades e líderes políticos; desordem social e insegurança pública; esgotamento do excedente de riqueza por usura; desinformação e propaganda; etc.

II - As Recomendações do Relatório Parlamentar

O capítulo 6. **Conclusão** do Relatório Final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados é contundente ao inserir a investigação num contexto histórico mais amplo de violenta intervenção externa no Cone Sul e por antecipar diversos aspectos revelados recentemente, *in verbis*:

A Operação Condor já se tornava visível. Uma bomba explode no carro e mata o general Carlos Prats, Comandante-em-Chefe do exército chileno sob o Governo Allende, e sua esposa Sofia Cuthbert, em setembro de 1974, dois anos antes da morte do ex-presidente brasileiro. Em setembro de 1976, já próximo à morte de João Goulart, é assassinado, em Washington, o Ministro do Interior e Defesa de Salvador Allende, Orlando Letelier. Temos, ainda, a incriminar os agentes da Operação Condor, os assassinatos do general Juan José Torres, ex-governante boliviano, que apareceu morto com um tiro na nuca, do ex-presidente da Câmara de Deputados, Héctor Gutiérrez Ruiz, e do ex-Senador Zelmar Michelini, uruguaios, os três mortos em Buenos Aires, Argentina, os três em 1976, ano da morte de João Goulart, repetimos.

1. Em março de 1965, **MARIA THEREZA** é impedida de entrar em sua terra natal, São Borja – RS, **sob ameaça de prisão**, na data de falecimento de sua mãe Julia Pascoloto Fontella, permanecendo em Santo Tomé – Argentina – durante mais de 4 (quatro) horas, não sendo liberada pela ditadura militar para ingressar em seu país, retornando direto para o Uruguai sem poder presenciar o enterro de sua mãe.

2. No ano de 1968, **MARIA THEREZA** foi permitida a visitar, por apenas 15 (quinze) minutos, seu pai – Dinarte Fontella - no hospital, que estava em estado de coma, antes do seu falecimento; sendo sempre “**escoltada**” do aeroporto municipal de São Borja por uma guarnição militar do exército, durante a sua breve estada na cidade até ser conduzida novamente ao aeroporto, sem poder esperar pela morte de seu pai.

3. No ano de 1968, **MARIA THEREZA** foi permitida a visitar, por apenas 15 (quinze) minutos, seu pai – Dinarte Fontella - no hospital, que estava em estado de coma, antes do seu falecimento; sendo sempre “**escoltada**” do aeroporto municipal de São Borja por uma guarnição militar do exército, durante a sua breve estada na cidade até ser conduzida novamente ao aeroporto, sem poder esperar pela morte de seu pai.

4. E o que dizer sobre esses dois últimos artigos citados, totalmente desrespeitados quando a autora **MARIA THEREZA FONTELLA GOULART** foi impedida de presenciar o enterro de seus pais, voltou ao Brasil “escoltada” para ver seu pai convalescente, sem poder estar presente antes da sua morte ou ao menos confortar a família, e por que não dizer ser confortada, nesses momentos tão tristes que marcam a

vida de qualquer filho.

5. Porém as ilegalidades não cessaram, **MARIA THEREZA** é presa durante a sua ida a Porto Alegre – RS, via Chuí, pela Polícia Federal, ficando **INCOMUNICÁVEL**. Nesta oportunidade, viajava por terra junto com a sua prima Terezinha Fontella e seu esposo Pedro Araújo Batista da Silva, durante 3 (três) dias.

6. Na mesma época, a família se sente desesperada quando o CESNA em que **JANGO** viajava foi obrigado a fazer um pouso forçado por mau tempo, quando vinha de Assunción – Paraguai - rumo a Montevideú, isto aconteceu na Argentina, em Passo de Los Libres, em estrada de terra. Devido a isso, o governo brasileiro mandou fechar a Ponte da Amizade (que liga Uruguaiana a Libres) e pede então ao governo argentino a extradição do ex-presidente que é negada pelo Comandante Alexandro Augustin Lamusse.

7. Em 1973 cai a democracia uruguaia e há pressão aos exilados pelo 3º Exército Brasileiro pelo comandante Silvio Frota em cima do governo do Uruguai.

8. Neste período, **MARIA THEREZA** é presa e processada ilegalmente, sobre forte pressão psicológica e com **ameaças de morte**.

9. **JOÃO VICENTE** é preso em operação militar, serviço secreto do exército uruguaio, com outros vários colegas pelo Batalhão de Engenheiros nº 4, sendo **encapuzado, TORTURADO e incomunicável**, com apenas **16 (DEZESSEIS) anos de idade**.

10. **JANGO** renuncia seu asilo político no Uruguai tentando obter a sua residência permanente, naquele país, o que é negado por interferência dos ditadores militares brasileiros.

11. Em 1976, a **FAMÍLIA GOULART** estava novamente ameaçada devido à operação CONDOR (Argentina) e ESCORPIÃO (Uruguai), Nesse ano a família já estava morando na Argentina desde 1974, a convite do Presidente Perón devido a insustentável situação no Uruguai.

12. Informações de Mar del Plata, divulgadas amplamente davam conta que estes grupos paramilitares de direita seqüestrariam os filhos e eliminariam o **JANGO**, assim o fizeram com seus amigos Senador **ZELMAR MICHELINI** que morava no Hotel Liberty, onde Jango morou antes de estabelecer-se na Argentina, sendo seqüestrado, torturado e morto, bem como com o Deputado **GUTIERREZ RUIZ**, ex-presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, que se encontrava exilado na Argentina e amigo pessoal de Jango, que inclusive ajudou **JOÃO VICENTE** e **DENIZE** financeiramente em sua estada em Londres.

13. Neste mesmo mês do seqüestro, um grupo paramilitar entrou no escritório que **JANGO** tinha na Avenida Corrientes, do Montecuper Business Center, no oitavo

andar para seqüestrá-lo. Felizmente havia minutos que Jango tinha saído e não o encontraram.

14. Assim também aconteceu a eliminação física por bomba do ex-presidente **JUAN ROSE TORRES**, do Peru, e do general PRATTS, braço direito do Presidente Aliende, também amigo de Jango no exército chileno.

15. Em outubro de 1976, **JANGO** foi à Londres visitar seu neto que havia nascido, filho de João Vicente, ao voltar estava decidido em sua mudança para aquela cidade, mas, infelizmente, sua morte, um tanto duvidosa, sendo até levada à Comissão de Inquérito da Câmara Federal do Congresso Nacional, com o relatório ainda inconclusivo sob suspeita de assassinato por envenenamento, mas que ainda não é objeto dessa ação, ocorreu em dezembro daquele mesmo ano.

Assessoria Jurídica:

Daniel Renout da Cunha

José Roberto Rutkoski

Trajano Ribeiro OAB/RJ 73.506

OAB/SP 146.114

OAB/RJ

Intruso na casa

Segue-se um rol de cartas, papéis, documentos obtidos ilegalmente na residência de João Goulart por um agente do SNI.

Ficha de classificação da documentação relativa ao Presidente João Goulart

Número da ficha: 59

Referência: INFO nº 178\SC-3\75

Título do documento: João Goulart- correspondência pessoal

Autor: SNI- Agência Central (avaliação do agente B)

Destinatário: Presidência da República

Resumo: O agente B relaciona a correspondência abaixo afirmando que foi obtida de forma clandestina no domicílio do nomidado.

1. Rascunhos do Dr. João Goulart para entrevistas a imprensa
2. Impressos do PCB e da juventude peronista
3. Anotações do ex-Presidente sobre a sua viagem a Assunção e Montevidéo
4. Carta do General Serafim Vargas em que transmite informações a João Goulart
5. Carta do Deputado Ulisses Guimarães enviada a João Goulart por Valter Giorgano Alves, ex-deputado do Rio Grande do Sul
6. Hábeas corpus impetrado do juiz de Maldonado, por João Goulart, pela prisão de seu filho João Vicente acusado de uso de tóxicos.
7. Arquivos de João Goulart no Uruguai
8. Cópia da carta circular do Deputado Mario Gurgel de novembro de 67, dirigida aos parlamentares do MDB sobre a Frente Ampla.
9. Anotações de João Goulart sobre seu encontro com o Presidente Kennedy
10. Cartas do arquivo de João Goulart
11. Carta de Wairich do Rio Grande do Sul ao Dr. João Goulart
12. Carta de J.Veloso ao Dr. João Goulart evidencia a extensão dos negócios de João Goulart no âmbito internacional
13. Dois rascunhos de João Goulart
14. Rascunhos de João Goulart que foram feitos para as cartas que dirigiu aos generais Serafim e Umbelino Vargas
15. Relação de material e animais entregues a Tião Maia então depositário da confiança de João Goulart
16. Fotocópia do contrato do arrendamento de gado e terras da fazenda das Três Marias
17. Cópia da defesa apresentada a polícia de Canelones pela detenção de Maria Thereza Goulart, acusada de transportar ilegalmente carne bovina de Maldonado a Montevidéo
18. Carta de Augusto Labes a João Goulart dando explicações e fazendo uma prestação de contas de viaturas, tratores e geradores que foi autorizado a vender
19. Rascunhos de cartas enviadas a Dr. João Goulart ao editor Enio Silveira
20. Relações de ações aplicadas por determinação de João Goulart
21. Exposição do exilado Paulo Valente, sobrinho de Tenório Cavalcante dirigida ao Comandante da Força Aérea uruguaia

A feia realidade das valas

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog envolveu-se com a questão dos desaparecidos em valas clandestinas. Ao mesmo tempo ouviu relatos sobre suspeitas de vendas ilegais de órgãos no mundo subterrâneo dos indigentes mortos. Em 13 de maio de 2014 reuniram-se mais uma vez autoridades ligadas ao assunto. (veja-se também o capítulo XV)

Anônimos Joões

(resumo)

Comissão da Verdade da CMSP

Presidente: *Natalini*

Tipo da Reunião: *Instalação*

Local: *Câmara Municipal de São Paulo*

Data: *13/05/2014*

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Bom dia a todos. Dou por abertos os trabalhos da reunião de trabalho. O objetivo é debater com autoridades estaduais e municipais o enterro de pessoas que, apesar de identificadas, são tidas como indigentes na cidade de São Paulo. Para compor a Mesa convido o Sr. Rogério Sottili, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania; a promotora Eliana Vendramini, do Ministério Público de São Paulo; o Sr. Carlos Augusto Pasqualucci, vice-diretor do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital – SVO; a Sra. Lúcia Salles França Pinto, superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo; a Sra. Tereza Lajolo, ex-vereadora e relatora da CPI que investigou as valas clandestinas do Cemitério Dom Bosco, em Perus; o padre Júlio Lancellotti. O último convidado, Sr. Ivan Dieb Miziara, médico legista do IML, não apareceu. Tem a palavra a promotora Eliana Vendramini.

A Sra. Eliana Vendramini – Bom dia a todos. Agradeço a possibilidade de estar aqui e pela franqueza do debate. Explicarei o que foi avaliado e descoberto. Queremos estancar a ferida, o que é feito de forma rota porque as famílias pouco entendem o que aconteceu. E mudar a realidade para todos os que trabalham na área. O serviço está mal provido de instrumentos e pessoas. O Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público de São Paulo, sob a minha coordenação, dividiu os trabalhos entre vivos e possíveis mortos.

Para nós soa estranho igualar pessoas indigentes a pessoas não reclamadas, qualificadas. Não se confundem. Isso nos chamou a atenção, *a priori*, porque o IML não tinha uma única estatística. Passou a ser feita por demanda nossa. Seriam pessoas mortas por causa violenta ou pessoas sem nome – estas são periciadas no IML. O número passou a ser dado a partir de ontem, numa reunião com o IML, que sempre

nos recebeu. Já fizemos seis reuniões. Bom, o número é do ano de 2013. Não é o total, por ser feito manualmente. Nada, no que diz respeito a essas pessoas, é digitalizado ou atualizado. É grave. Misturar indigente com quem não tem documento e com quem o tem, confunde a procura por essas pessoas. Procuramos o *site* do SVO. Apesar de poucos saberem que esse serviço existe e pericia quem faleceu por morte natural, com nome, o povo precisa saber disso para chegar à porta do IML e reclamar o corpo. Além do IML, que é público e notório, é necessário ir ao SVO. O SVO oferece trabalho estatístico no *site*, ao contrário do IML. Só que no campo “indigente” constava “indigentes e não reclamados”, sendo que todos os que passam pelo SVO são qualificados. Aí a dúvida: por que misturar indigentes e não reclamados? E o que seria não reclamado?

A versão não é só nossa. Nunca deduzimos nada. Tudo o que procuramos e descobrimos está em ofício, documentado na promotoria. Perguntamos ao SVO o que é não reclamado e nos foi dito, em menos de uma linha: quem *não é reclamado* pela família em 72 horas. Entendemos, é uma questão sanitária. Não tem onde colocar tantos corpos – vejam vocês o tamanho do nosso problema. E aí, sim, eu critico: há poucas geladeiras. Outro ofício que enviamos: “As pessoas do SVO não têm nome?” Têm, sim, senão estariam no IML. Mas não carregam obrigatoriamente RG no bolso. Pois se têm nome, contatem a família. Em 72 horas. Se ela procura desaparecido, vem rapidamente. Na promotoria, no mesmo dia, nem que aguardemos até as dez da noite. De novo em uma linha nos disseram: “Não dispomos de dados para isso”.

Mandei outro ofício, com rodapé, escrito: “Mas que dado, além do nome, é necessário para que eu procure uma família?”. O Estado tem a Receita Federal, com quem o Ministério Público tem convênio, além de delegacias e vários locais para a busca por nome. Eventualmente esses corpos são usados para estudo, algo legítimo e importante para a sociedade. Mas antes exige-se o trabalho completo: quem são aquelas pessoas. Não presumir. Qual é o serviço? Procurar as famílias em 72 horas. Quanto à questão sanitária, o SVO não reclamou geladeira? Então faça em 72 horas. “Ok, não procuramos por falta de pessoal”, disseram. Então está tudo errado. Primeiro porque a lei exige a procura; segundo, funcionários. E sem assistente social!

A Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da *Causa Mortis*, do Ministério da Saúde, diz que um SVO como o da Capital, devido ao tamanho, precisa ter no quadro de pessoal uma assistente social. Para cuidar das famílias. Não é impossível. No Rio Grande do Sul existe uma procura bastante acurada das famílias em 72 horas. No Paraná têm um projeto em que procuram as famílias com assistentes sociais. Três corpos que descobrimos, e nisso o SVO tem toda a razão, passaram por um hospital público, sofreram algum mal súbito, o SVO recebeu como morte natural e com nome. O hospital não procurou as famílias. A família de

um deles foi ao hospital e perguntou se o parente vivo estava internado. Disseram “não”. Foram ao SVO, responderam “passou por aqui, foi inumado”. O que eu falo para essa família? E todos os hospitais contam com assistentes sociais previstos em norma do Ministério da Saúde.

Outro problema grave, e aí o SVO também tem razão. A delegacia especializada em pessoas desaparecidas dispunha de boletins de ocorrência de desaparecimentos de pessoas mortas nove, dez dias antes, em média. E, em 14 anos, não cruzaram esses boletins com os de verificação de óbito que o SVO realiza. Então, em alguns casos os hospitais falharam; em todos, o SVO falhou por não procurar a família, malgrado as dificuldades que enfrenta. Por último, a delegacia, que em 14 anos não cruzou dados. A resposta é “sinto muito, família”.

Chegamos a ter famílias que ficaram com a nossa assistente social, no Ministério Público, quatro horas chorando. Houve família que duvidou da minha existência e quis me ligar de volta para ver se não era trote, pois passam por isso. Aqui não vai nenhum apelo emocional. Elas sofrem mais do as outras famílias porque ficam vagando. Imaginam que os entes estão sendo torturados ou usados para estudos sem autorização. Temos de aclarar isso, inclusive para ajudar uma faculdade de excelência como a Faculdade de Medicina da USP a trabalhar, e as outras também. No Rio Grande do Sul, quando uma faculdade quer um corpo ou órgãos para estudo, ela se responsabiliza por publicar num jornal em dez dias, conforme lei federal, o nome da pessoa que será usada, respeitosamente, para aquele fim público. Isso nunca aconteceu na capital de São Paulo. E o SVO, se não me falha a memória, existe desde 1931 ou 1939. Não publicar em nenhum jornal aquele nome? Poderia. Minimizaria a dor da exumação em vala pública, e a dor do uso do corpo. Mais: para estudo em cadáver é preciso aguardar 30 dias. Finalmente, algo básico: a Lei 8.501, de 1992, exige que se fotografem os corpos. Aliás, o *site* do SVO publica várias leis, mas não essa!

Trago mais um problema: os corpos podem ter RG falso. Imagine se os criminosos, embora não sejam a nossa maioria, graças a Deus, descubrem isso. Mas o trabalho do SVO, o da delegacia, o de todos nós faria com que isso não acontecesse, porque contataríamos a família, que iria lá e o reconheceria, ou veria a foto, e tudo estaria resolvido em muito menos de 14 anos... Agora é estancar a ferida: ação para danos morais; exumação do corpo; traslado do corpo; retificação do registro que consta como indigente; indenização moral. Daqui para a frente, mudar.

Deixo claro: não somos identificados civilmente. Nesse ponto o SVO também tem razão. Não adianta mandar a impressão datiloscópica do morto para o IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt), do Departamento de Inteligência da Polícia Civil, que é onde tiramos RG nesta cidade e no Estado inteiro. Se eu mandar a

minha digital e perguntar “Essa digital é da Eliana?”, eles dirão “Sim, é da Eliana”, ou “Não, não é da Eliana”, pois só fazem confirmação. Se eu mandar a digital sem nome, eles dirão: “Não sei; só se ela passou pelo sistema criminal”. Então nossa proposta é: vamos nos colocar na posição da família e daquele que foi uma pessoa, que teve personalidade, que participou deste mundo.

Além da questão do IIRGD, que precisa ser mudada urgentemente, ontem nós propusemos – a Secretaria de Segurança Pública já tem reunião marcada –, um banco de dados datiloscópicos para desaparecidos. Todos os cadastrados na delegacia, ou no Ministério Público, por meio do nosso programa, embora muitos sejam coincidentes, teriam os seus RGS levantados pelo IIRGD nominalmente, e nós teríamos um banco. Muito menor do que o Banco de Cidadãos, já que o IIRGD ainda leva tempo para fazê-lo. O criminal já existe, mas os desaparecidos são em número menor do que os criminais. Assim, sempre que um corpo for encontrado sem qualificação, ou com qualificação duvidosa, ou não pesquisável, ou que uma criança seja colocada num abrigo, ou um senhor que está no hospital não diz o seu nome – pois há uma legião de vivos – teria a impressão datiloscópica pesquisada. Aí, sim, teríamos uma identidade, confirmada ou não.

Obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós agradecemos, promotora, pela boa vontade de nos esclarecer. Anuncio a presença da vereadora Juliana Cardoso, vice-presidente desta comissão. Algumas pessoas perguntaram: por que a Comissão da Verdade está tratando desse assunto? Nosso objetivo regimental é estudar as questões do período da ditadura militar. Mas como aqui, na Câmara Municipal, houve a CPI relatada pela vereadora Tereza Lajolo para investigar as valas de Perus, onde se encontravam desaparecidos políticos, nos debruçamos sobre a questão. Já fizemos audiências sobre as ossadas de Perus. E como o assunto é correlato, achamos procedente a reunião. Passo a palavra ao Dr. Carlos Pasqualucci, representando o Serviço de Verificação de Óbitos, para que faça as suas colocações.

O Sr. Carlos Augusto Pasqualucci – Bom dia a todos. Cumprimento a promotora Eliana Vendramini em sua busca de diagnóstico para os desaparecidos. Nossa posição é propositiva. Alguns detalhes precisam ser esclarecidos sem, em nenhum momento, refutar a promotora. Sinto-me no mesmo barco. Propomos resolver conjuntamente qualquer situação.

A imprensa noticiou que 3 mil corpos, em 15 anos, chegaram ao nosso serviço com RG. Essa situação é raríssima. Não recebemos corpos com documento. O documento obrigatório para o nosso serviço é o boletim de ocorrência. É a qualificação. Ou o corpo irá ao IML, mesmo em suspeita de morte natural. Levantamos o que seriam os 3 mil. Natimortos, quase metade: 1.222. Não poderiam ter RG, título de eleitor. O svo

tem os dados, inclusive informatizados. Mas importa saber o que acontece agora.

Em 2013 foram 98 corpos não reclamados em todo o ano. Dos 98, 45 eram natimortos. Menos de cinco casos por mês de não natimortos. Fizemos outro levantamento para trazer aos senhores. A reportagem saiu dia 22. No dia 23 de abril a zero hora, até meia-noite do dia 2 de maio nosso serviço recebeu 810 casos. Fazemos 13 mil autópsias por ano; é considerado o maior serviço de autópsia de morte natural do mundo ocidental. Desses 810 casos, nenhum portava documento pessoal de qualquer origem. Só para esclarecer, Dra. Eliana, em relação aos corpos não reclamados que vão para ensino e pesquisa, isso é normatizado por lei federal: todos devem ter prontuário com foto. Documentação completa. E o SVO respeita integralmente a lei por meio das instituições de ensino médico que recebem os corpos. Não fotografávamos os não reclamados porque a lei não previa.

O SVO tomou uma atitude propositiva no sentido de encaminhar à Delegacia de Investigação de Pessoas Desaparecidas e para o IIRGD os corpos não reclamados, por 72 horas, para que cruzem as informações com possível notificação de familiar sobre desaparecimento. A partir do dia 23 de abril de 2014.

O SVO gera informações, principalmente médicas, epidemiológicas, para a constituição de uma política de saúde pública eficaz. Além de outras informações. Nos últimos três anos recebemos 1.185 consultas de juízes de direito e de autoridades policiais, perguntando se encaminharam o corpo de certa pessoa ao nosso serviço. Foram 1.185 respostas. Propusemos à Secretaria da Segurança Pública criar um grupo de estudos a respeito.

Para finalizar, chamo a atenção para a lei 15.292, de 8 de janeiro de 2014, proposta do deputado Hamilton Pereira e sancionada pelo governador Geraldo Alckmin. Qual é o propósito? Definir diretrizes para a busca de pessoas desaparecidas pela Polícia Estadual e criar o banco de dados de pessoas desaparecidas, além de outras providências. Temos legislação e a responsabilidade de resolver a questão, para dar uma resposta à sociedade.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado ao senhor. Peço à Sra. Lúcia Salles França Pinto, superintendente do Serviço Funerário, que use da palavra.

A Sra. Lúcia Salles França Pinto – Obrigada. Cumprimento a Mesa. Esclareço que estou no Serviço Funerário do Município de São Paulo há cinco meses. Logo conversei com a Dra. Eliane. Ficamos estarecidas com alguns aspectos. O Serviço Funerário faz o que o nome diz: funerais. Isso se dá depois do atestado de óbito. Minha postura é de manter transparência ativa. Como a morte é assunto que envolve grande mística e se evita falar dela, ninguém sabe o que fazer quando alguém morre. É hora que todos detestam. Estamos tentando mudar esse paradigma. Morte é

memória, sentimento vivo no coração e na mente. Já tive ocasião de dizer aqui: cemitérios são espaços de memória. Eu, que estou mais velha, enterrei mais gente do que gostaria, mas todos vivem no meu coração e na minha mente: pai, avós. É preciso que haja cemitério, é preciso gerenciar, é preciso saber onde serão as moradas eternas dos munícipes ou se serão cremados. É disso que o Serviço Funerário cuida, e é depois da Polícia, do médico, do atestado de óbito. Quando a pessoa morre em casa e não tem médico para atestar, ou em caso de morte suspeita ou violenta, a pessoa é obrigada a fazer um boletim de ocorrência. Portanto, é com a Polícia, o Estado, a Secretaria de Segurança. Aí o delegado decide se é morte suspeita, caso de acionar o IML – a perícia técnica. Ou o próprio delegado conclui que é morte natural. Aí o corpo vai para o SVO. No Estado de São Paulo esse órgão está ligado à Faculdade de Medicina da USP.

Ninguém pode pôr a mão se há suspeita de crime. O corpo segue para o IML, que faz uma declaração de óbito. Quem decide é o delegado, a Secretaria de Segurança, que não checa os dados. Ela entrega ao Serviço Funerário para enterrar. Vem um funcionário com fé pública e declara: fulano é indigente. Não entro no mérito. Forneço a condição: urna e um dos cemitérios de sepultamento gratuito; 15% dos enterros do Serviço Funerário são gratuitos. Muitas vezes chegam pedaços...

Tive um caso de desaparecido em minha família e é horrível. Você vai à delegacia, eles mandam esperar porque até as tantas horas não é considerado desaparecido. Você fica imobilizada. Depois faz-se BO do desaparecimento e o SVO faz BO do morto. O nome é o mesmo, e eles não cruzam os dados. É um erro crasso da Secretaria de Segurança porque a família fica esperando que o boletim de ocorrência leve à investigação. Mas não investigam nem dentro do próprio órgão. Nem mesmo se houve boletins de ocorrência iguais.

Naquela ocasião em que nos encontramos, a Dra. Eliane perguntou: o que você chama de corpo não reclamado? Indigente? Eu desconhecia que existia diferença entre uma coisa e outra porque a Secretaria de Segurança me entrega o corpo com fé pública para eu fazer o funeral. Tudo que vem de lá é devidamente registrado com os dados que eles me entregam. Os corpos vêm nus e com um papelzinho que o funcionário preenche.

A outra questão é a lei em vigor, e eu não entendo. Por duas vezes ouvi a declaração de que a lei é de 8 de janeiro de 2014, e define diretrizes para a política estadual de busca de desaparecidos, cria o banco de dados de pessoas desaparecidas e dá outras providências. A lei determina quem fará parte, a sociedade civil, direitos humanos, defesa da cidadania, a OAB, Defensoria Pública, Ministério Público, conselhos tutelares. Não consta o Serviço Funerário. Fala também, no artigo quinto, § terceiro: “A autoridade pública responsável pelo órgão local de Segurança Pública, ao

ser informado ou notificado do desaparecimento de uma pessoa adotará, de imediato, todas as providências visando à comunicação dos fatos às demais autoridades competentes, assim como fará a inclusão das informações no banco de dados, que é criado pela lei”. Em nenhuma hipótese corpos ou restos mortais encontrados serão sepultados como indigentes, sem antes adotar as cautelas de cruzamento de dados, coleta e inserção de informações acerca de suas características físicas, inclusive com código genético contidas no DNA. E está assinada não só pelo governador como pela secretária da Justiça e Defesa da Cidadania, Eloisa de Sousa Arruda; e pelo secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira; além, claro, da Casa Civil.

Gosto da oportunidade de esclarecer porque casos de desaparecimento, de identificação de pessoas e de investigação são todos da Segurança Pública, antes do atestado de óbito. Só depois disso entra o Serviço Funerário.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Muito obrigado, Lúcia. Padre Júlio Lancellotti.

O Sr. Júlio Lancellotti – Represento aqui a Pastoral de Rua da Arquidiocese de São Paulo. A lei do deputado Hamilton foi aprovada e, se em vigor, ninguém obedece. O projeto de lei do vereador Mario Covas Neto foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo e o prefeito Haddad vetou. Propunha, igual à lei aprovada na instância estadual, um banco de DNA para identificar indigentes e não reclamados. Na questão propositiva, digo claramente que precisamos ter um ajuste de conduta porque cada grupo que vem aqui se justifica e quem paga o pato são os pobres, o povo da rua. Consegui a duras penas e trouxe à comissão dados do Serviço Funerário Municipal. De 2007 até agora, cinco mil considerados indigentes sepultados em Perus, no Vila Formosa I e Vila Formosa II. Não se sabe se com ou sem RG.

Um dos moradores de rua alvejados sob a ponte da Freguesia do Ó está na Santa Casa de Misericórdia. Tem identificação, mas os documentos sumiram. Vejam: virou João. Já disse aqui. Morador de rua que chega ali dizem não ter identificação e ele passa a se chamar João. É um código. Vejam a foto que prova a morte por tiro. Aconteceu hoje cedo. Pedi para fotografar a maca.

(a imagem à qual se refere é exibida)

O Sr. Júlio Lancellotti – O nome dele é Luciano, 23 anos. Conclui-se que moradores de rua, mais de 15 mil em São Paulo, só servem para que seus órgãos sejam mandados para estudo. É preciso fazer um monumento aos moradores de rua porque todos os médicos estudam nos órgãos dos pobres e dos moradores de rua desta cidade. Dos “João”. Sabe-se para onde foram os órgãos, o que foi feito? Não se cruza a lista dos desaparecidos com a dos indigentes. Se algum dos chamados indigentes está na lista dos desaparecidos, a família não sabe, o poder público não sabe. O atendimento da população de rua em São Paulo está em inédito

sucateamento. No ano passado morreram oito, e aí dizem: “Ninguém morreu de frio”. No laudo sai cirrose, coração, problema pulmonar. Mas pessoas com esses problemas em baixas temperaturas morrem de frio. Principalmente os que ingeriram álcool. De madrugada o corpo esfria, o álcool é metabolizado e eles congelam.

Obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Tem a palavra Tereza Cristina Lajolo.

A Sra. Tereza Lajolo – Parabênzo a Eliana Vendramini e o Ministério Público por terem posto a mão na ferida. A questão dos indigentes nos incomoda desde que descobrimos a planta do crematório para o Cemitério de Perus. O projeto, que sumiria de vez com os indigentes, foi discutido com outros países da América do Sul a fim de eliminar os mortos pela ditadura militar. Só que os familiares de mortos e desaparecidos políticos nunca desistiram de buscá-los. Graças a eles descobriu-se o projeto do crematório que acabou na Vila Alpina. Carregar para ali 1.049 ossadas seria difícil. Queimar tudo, também – não morria tanta gente em São Paulo. Daí a vala de Perus. Entre eles havia seis a oito desaparecidos políticos. E o restante? O único relato, de alguns trabalhadores de Perus, é que chegavam camburões escorrendo sangue. Não nos esqueçamos do Esquadrão da Morte. E no Brasil inteiro é igual a São Paulo, ou pior. Eu li o relato de uma associação do Recife: caminhões chegam ao cemitério cheios de corpos, pedaços de corpos. Jogam na vala de qualquer jeito. Quando chove escorre aquela aguaceira misturada.

Banaliza-se hoje o desrespeito à morte, a nossa condição de pessoas. Devemos lutar para que tal realidade mude. As pessoas em geral assumem cargos sem assumir a responsabilidade por fazer o poder público funcionar. Não dá voto garantir a nossa dignidade como seres humanos.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado, vereadora Tereza. Tem a palavra Rogério Sottili, secretário adjunto da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

O Sr. Rogério Sottili – Cumprimento a todos. São Paulo foi palco de grande parte das terríveis violações de direitos humanos durante o regime civil e militar de 64. Mais de 20% dos desaparecidos e mortos registrados em todo o Brasil concentraram-se em nossa cidade. Temos trabalhado para elucidar quem são os enterrados pelo Estado de forma ilegal. Devemos superar a cultura da invisibilidade das pessoas em situação de rua, acabando com a proteção aos crimes do Estado. É importante, quando não há identificação imediata de uma pessoa, que se mantenha seu registro histórico antes de enterrá-la. Sexo, tamanho, cor, marcas corporais ajudam a identificá-la e a conhecer as circunstâncias da sua morte *a posteriori*. Não podemos conviver com pessoas invisíveis ao Estado. Com o objetivo de trabalhar o tema de forma transversal, como política de Estado, a coordenação de políticas para a

população em situação de rua pretende envolver todas as secretarias. Conseguiremos, nem que leve tempo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Sr. Eduardo Ferreira. Promotor da Secretaria da Segurança de São Paulo.

O Sr. Eduardo Ferreira – Desaparecer com os corpos foi algo muito comum durante a ditadura e atualmente não existe legislação que o evite. O desaparecimento não caracteriza crime e não justifica a instauração de um inquérito policial. Enquanto não houver lei federal que determine investigação quando alguém desaparece, isso continuará a acontecer. Em resumo: é consequência da ditadura e permanece.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. O vereador Ricardo Young.

O Sr. Ricardo Young – Parabéns ao presidente por ter convocado a reunião e à procuradora Eliana pela coragem de tocar em tema tão sensível. Mostra feridas abertas. Temos pessoas diretamente implicadas na questão, nesta Mesa. No entanto, a minha percepção é de tudo confuso: nas definições, nas responsabilidades e nas esferas administrativas envolvidas. Ao menos três órgãos são responsáveis pelo problema, dois estaduais e um municipal, para não falar da segurança pública. Vemos que não conversam, não se entendem, não trocam banco de dados e não se responsabilizam isoladamente sobre o problema.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Vereador, a Secretaria de Segurança e o IML foram convidados. Não vieram.

O Sr. Ricardo Young – Sabemos que é um problema gravíssimo na cidade. Há moradores de rua com identificação e sem identificação. Pessoas desaparecidas. Temos um cadastro de desaparecidos? Não me parece. Há censo de moradores de rua? Há desaparecidos em situação de rua, ou que se evadiram, ou morreram? Alguns têm identificação regular, outros não. Ignoramos quantos são desaparecidos, não há cruzamento de informações. Duas são as situações: mortos com identificação, reclamados. Aí não parece haver muito problema. E os mortos sem identificação, não reclamados, além dos identificados e não reclamados? Qual o procedimento e a destinação, para que não acabem em valas como indigentes? Os mortos sem identificação podem ser desaparecidos ou moradores de rua. Como saber sem processo de identificação que faça o cruzamento?

A complexidade no tratamento da questão é enorme. Em que pese a preocupação em dar destino mais humano e decente para as pessoas nessa situação, não vemos no horizonte das administrações municipal e estadual o trabalho de qualificar as pessoas adequadamente ou de construir cadastros de informação e bancos de dados necessários para realizar cruzamentos. O projeto de autoria do vereador Mario Covas Neto teria resolvido tudo: cadastro único de DNA. Possibilitaria a identificação mais precisa de todas as situações, além do cruzamento da informação do DNA com a da

identificação civil, caso existente.

Em que pese compreender que isso seja da esfera estadual, creio que somos responsáveis, como gestores do município, por empenhar esforços junto ao Estado para obter regulamentação. É fundamental, sim, um cadastro de DNA de todos, o que permitirá cruzamento de dados entre desaparecidos, moradores de rua e mortos sem identificação. Com o mesmo protocolo. Assim, as entidades envolvidas trabalharão de maneira organizada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Agradeço. O vereador Mario Covas Neto.

O Sr. Relator (Mario Covas Neto) – Penso que o assunto não deve ser politizado. Atribuir ao Estado ou à União a responsabilidade é a forma mais fácil de livrar-se do problema. Compreendo as razões que levam o Município a achar que não é o caso de assumir essa tarefa. O projeto previa apenas os casos de pessoas sem identificação. Mas falamos de coisa pior: gente com identificação. É inadmissível. Se o problema está no Estado, no IML, onde for, temos obrigação de tentar resolvê-lo. De minha parte, como vereador, o que posso promover é uma legislação municipal e foi o que fiz: mandei ao governador uma carta pessoal, sugerindo-lhe fazer algo similar no Estado. Não obtive resposta. Só posso ir até aí. No mais, não quero ser dono de ideia nenhuma, quero que se concretize. Obrigado.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Obrigado. Vereadora Juliana Cardoso.

A Sra. Vice-Presidente (Juliana Cardoso) – Obrigada. Conto um episódio que aconteceu comigo neste final de semana, em que fiquei desesperada e não sabia o que fazer. Houve uma senhora, 94 anos, que faleceu na madrugada de sábado para domingo. Sofria de osteoporose e fraturou a perna. Hospitalizada, não resistiu. O hospital fez a tramitação e colocou “morte suspeita”, apesar da documentação que a família levava. Tiveram de fazer boletim de ocorrência. O escrivão colocou “morte natural”. Demoraram a buscá-la e a levaram ao SVO. E isso depois de eu ligar, ligar... horas. No SVO disseram: “Tem fratura. Precisa voltar ao IML”. Ela faleceu no sábado, cerca de 2 da manhã. Chegou ao SVO no domingo, às 11h da noite. Bem, lá fui eu ligar para o IML buscar. Essa senhora chegou às 10h da manhã no IML de Artur Alvim. Ali disseram que havia 10 na frente. Só uma legista. A senhora só poderia ser enterrada no dia seguinte. Três dias! Intervim como vereadora e pedi ajuda ao deputado Adriano Diogo. Aí foi a vez de esperar o carro funerário. Enfim, enterraram segunda-feira, às 17 horas, com 30 minutos de velório. E tudo com uma pessoa que tem família, contato com vereadora e deputado. Imagine quem não tem identificação. Às vezes tenho a sensação de que não querem fazer direito. Além dos interesses financeiros a permear a questão, é tanta coisa que não sabemos por onde começar. Mas temos de agir e a doutora começou. Obrigada.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Teremos que encerrar a reunião. Eliana

Vendramini.

A Sra. Eliana Vendramini – Serei breve. O Ministério Público promove justiça em prol da sociedade. Não fazemos parte de nenhum poder instituído. Somos livres para buscar a verdade e a Justiça. Quero deixar bem claro ao SVO, especialmente na pessoa do seu vice-diretor, Dr. Pasqualucci, que o respeito tanto quanto aos outros que militam na área. Ao dizer que chegam pessoas com documento, me refiro a um papel que as identifique, RG ou não; qualquer papel com nome é documento. Estão qualificadas, sim. Senão o SVO os enviaria ao IML.

Segunda questão. A Polícia deveria estar aqui na figura da Secretaria de Segurança Pública. Lamento a ausência, para mim impensável. Ali há um problema; já disse qual. O SVO define a inumação quando classifica corpos, reclamados ou indigentes. Mas tem de pesquisar, não presumir. É disso que falo. E da assistente social que deveria estar lá. Deduzir leva à inumação desumana, longe da família, não só aos que ficaram, mas a quem foi personalidade. Também resulta no uso não autorizado do corpo. Reclamamos da presunção. De resto, respeitamos o serviço. Por fim, tal qual o dito pelos vereadores Ricardo Young e Mario Covas Neto, se os serviços não se comunicam não chegaremos a uma solução. O banco de DNA é um sonho, mas é lei, tem de fazer. O de desaparecidos pode ser feito hoje, basta a Secretaria querer. Agradeço o respeito pelo trabalho do Ministério Público, não necessariamente meu.

O Sr. Presidente (Gilberto Natalini) – Nós agradecemos. Está encerrada a reunião.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Comissão de
Verdade Vladimir Herzog

São Paulo, 25 de Junho de 2014

Ofício nº 5861/2014 - 26ª GV

Senhor Prefeito,

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, vem solicitar a Vossa Excelência, respeitosamente, a construção de um MEMORIAL no Cemitério Dom Bosco, em Perus, em homenagem aos cinco moradores de rua barbaramente assassinados em São Paulo, em 19 de agosto de 2004, e que lá se encontram sepultados.

Informamos, outrossim, que a homenagem a Maria Babinha, Antonio Odilon dos Santos e a aos outros três moradores de rua não identificados, dentro das possibilidades legais, manterá acesa a chama da luta por justiça e a indignação ante a covardia praticada contra pessoas indefesas, além de também servir para ressaltar o trabalho de homens como o Padre Júlio Lancellotti, incansável guardião dos direitos dos moradores de rua.


Gilberto Natalini
Presidente


Juliana Cardoso
Vice-Presidente


Maria Cavar Neto
Relator


Ricardo Young
Vereador


Toninho Vespali
Vereador


Roberto Castro
Vereador


Roberto Castro
Vereador

Exmo Sr Prefeito
Fernando Haddad
Prefeitura do Município de São Paulo

CC: Sr. Rogério Soffil, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
Sra. Lúcia Salles França Pinto, Superintendente do Serviço Funerário do Município.

REVISITAR A HISTÓRIA DE CORAÇÃO E MENTES ABERTOS É UM PASSO IMPORTANTE PARA CORRIGIR RUMOS E RETOMAR BONS CAMINHOS ABANDONADOS. TAMBÉM É PONTO IMPORTANTE PARA QUE A MEMÓRIA RESGATADA DE UMA COMUNIDADE, DE UM PAÍS INTEIRO, AJUDE À JUVENTUDE SEQUIOSA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÕES CORRETAS PARA TOMAR DECISÕES QUANTO A SEU FUTURO. EM PERÍODOS OBSCURANTISTAS, GOVERNOS TOTALITÁRIOS MANDAM QUEIMAR LIVROS; NAS DEMOCRACIAS ABERTAS E PARTICIPATIVAS, LIVROS (COMO ESTE, BASEADO NO INTENSO TRABALHO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE) SERVEM DE ALENTO E ESPERANÇA PARA CONSTRUIRMOS, JUNTOS, UMA SOCIEDADE SEM VIOLÊNCIA E ONDE A LIBERDADE ESTEJA SEMPRE VIVA.

24. Dados sobre Edifício 18 de julho com balancete de 74
25. Notas e discursos de partidos após a leitura do ofício do Primeiro Ministro ao Presidente da Câmara

Informação: Esta SC-3, face a diversidade dos campos tratados não aprovou a difusão de tais documentos, sugerindo que essa seção proceda a avaliação e respectivo aproveitamento, bem como seu possível encaminhamento a ARGE

Tipo de documento: informe confidencial

Data: 12.março.1975

Descritores: João Goulart, SNI, Agente B

Local: Brasília